

# iscte

INSTITUTO  
UNIVERSITÁRIO  
DE LISBOA

---

***Mobilidades e Resistências. Solidariedade informal e atos de cidadania com refugiados, requerentes de asilo e outras categorias moventes, na Europa pós-2015***

Dora Marina Honório da Costa Almeida Rebelo

Doutoramento em Antropologia

Orientadora: Doutora Maria Cristina Ferraz Saraiva Santinho, Investigadora Auxiliar, Centro em Rede de Investigação em Antropologia, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Dezembro, 2020





CIÊNCIAS SOCIAIS  
E HUMANAS

---

Departamento de Antropologia

***Mobilidades e Resistências. Solidariedade informal e atos de cidadania com refugiados, requerentes de asilo e outras categorias moventes, na Europa pós-2015***

Dora Marina Honório da Costa Almeida Rebelo

Doutoramento em Antropologia

Orientadora: Doutora Maria Cristina Ferraz Saraiva Santinho,  
Investigadora Auxiliar, Centro em Rede de Investigação em Antropologia,  
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Dezembro, 2020





CIÊNCIAS SOCIAIS  
E HUMANAS

---

Departamento de Antropologia

***Mobilidades e Resistências. Solidariedade informal e atos de cidadania com refugiados, requerentes de asilo e outras categorias moventes, na Europa pós-2015***

Dora Marina Honório da Costa Almeida Rebelo

Doutoramento em Antropologia

**Júri:**

Doutora Joana Fonseca França Azevedo, Professora Auxiliar, Departamento de Sociologia, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Iolanda Évora, Investigadora Auxiliar, Centro de Estudos Sobre África e Desenvolvimento, Instituto Social de Economia e Gestão

Doutor Gabriele De Angelis, Investigador, Instituto de Filosofia, Universidade Nova de Lisboa

Doutora Francesca Esposito, Investigadora Auxiliar, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa

Doutora Maria Antónia Pereira Resende Pedroso de Lima, Professora Associada com Agregação, Departamento de Antropologia, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Doutor Ricardo Miguel Almeida da Silva Falcão, Investigador, Centro de Estudos Internacionais, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Maria Cristina Ferraz Saraiva Santinho, Investigadora Auxiliar, Centro em Rede de Investigação em Antropologia, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Dezembro, 2020



## DEDICATÓRIA

Este trabalho de doutoramento resulta de muitas relações de confiança e colaborações solidárias quotidianas, que vão muito além do âmbito do trabalho de campo. É a todos quantos participaram num diálogo aberto, disponível e continuado, ao longo dos últimos 5 anos, que se dirige este trabalho.

O texto está escrito em Português, e é apresentado em Lisboa, mas nasceu nos interstícios da nacionalidade, em espaços relacionais fluidos e cosmopolitas, que dialogam “no lado inverso” das fronteiras. Os meus interlocutores e colaboradores são, na sua maioria, pessoas em movimento, políglotas, com múltiplas pertenças, posicionamentos e propósitos de vida, navegando estatutos e direitos voláteis, na Europa contemporânea. A eles devo todas as aprendizagens e transformações pessoais espelhadas nesta tese, que também transporte para a minha vida pessoal e profissional.

Dedico, ainda, todas estas reflexões, à minha família, sobretudo aos que já não estão presentes, mas continuam sempre comigo. Ao meu pai, João, de quem herdei a curiosidade pelo mundo e o autodidatismo; e à minha avó Joana, o meu modelo ancestral feminino, que me inspira sempre força, independência e determinação.





## AGRADECIMENTOS

Quero começar por agradecer a todos quantos me acolheram, nas suas cidades, bairros, ruas, praças, campos, *okupas*, centros sociais, esplanadas, cafés, mesas de jantar, redes de jardim... pela confiança e pelo “mundo” que me abriram. Especialmente, quero agradecer aos meus anfitriões em Bruxelas e em Paris que, além de me receberem generosamente, partilharam comigo as suas vidas e lutas diárias.

A todos quantos se sentaram comigo, e me concederam tempo, atenção e paciência, quer para o debate, para conversas banais ou discussões políticas mais acesas, muito obrigada! A cada um dos “anónimos”, que confiaram em mim, e me ajudaram a perceber melhor as mobilidades e resistências, a partir das suas vivências e perspetivas únicas; sinto que cresci e me enriqueci enormemente convosco, e que tenho pouco para dar-vos, em troca.

Um agradecimento muito especial à União de Refugiados em Portugal e aos seus representantes Ahmed Abdullah e Mubarak Hussein, colaboradores incansáveis no trabalho de terreno em Lisboa, pessoas que muito estimo e admiro, pela sua enorme determinação e integridade. Um agradecimento enorme também ao Fórum Refúgio, em particular ao Alexander Kpatue Kweh, pela sua confiança e estima, ao longo de dois anos de trabalho colaborativo.

A todos quantos se recusaram a entrar em diálogo comigo, e aos que, de algum modo, questionaram esta investigação e sua pertinência, muito obrigada, também! Sem as vossas críticas, jamais teria chegado ao resultado final.

À minha extraordinária e generosa orientadora de tese, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Santinho, pioneira, em Portugal, na investigação crítica sobre as condições do acolhimento, inclusão social e saúde mental de refugiados e requerentes de asilo, um obrigado *gigante*; pelo apoio incondicional e pela amizade! Antes sequer de saber sobre o que iria escrever nesta tese, já sentia a confiança e a liberdade para poder explorar os meus próprios caminhos, sem me obcecar com expectativas desmesuradas de “produção académica”. O acompanhamento que me proporcionou, ao longo de todo o trabalho, foi incansável e quase diário, quer na partilha de inquietações, quer na luta coletiva, e no encontro de soluções e respostas originais, para problemas complexos. Tem toda a minha admiração e um profundo respeito, pela sua integridade, inteligência, empatia, capacidade de escuta e encorajamento.

Ao CRIA e ao Departamento de Antropologia do ISCTE-IUL, agradeço o acolhimento e a hospitalidade, durante os três anos do doutoramento, bem como todas as aprendizagens que me proporcionaram, nesta nova (para mim) área científica.

## RESUMO

**Palavras-Chave:** Solidariedade Informal, Mobilidades, Refugiados, Atos de Cidadania, Fronteiras, Hospitalidade

Esta tese centra-se em iniciativas cidadãs de solidariedade informal, com pessoas em situação de mobilidade forçada, na Europa pós-2015. São descritas histórias de resistência que decorreram em seis países, entre 2015 e 2020, com destaque para Portugal, onde foi desenvolvido um trabalho de campo mais aprofundado. A investigação procura dar conta das intersubjetividades entre pessoas em situação de mobilidade, e os seus aliados na sociedade civil, numa configuração cosmopolita e fluida que foi designada de *sistemas moventes solidários*. Através destas *histórias fronteiriças*, são contrastadas as vivências das mobilidades *desde dentro*, com as narrativas institucionais *externas*, dos Estados-Nação.

Utilizando como métodos a participação engajada, a reflexão conjunta sobre as ações solidárias em curso, as entrevistas em profundidade, e diversos dados secundários, procura investigar-se o impacto e a transformação provocados pelas ações de solidariedade informal, não apenas nos indivíduos, mas no seu/nosso exercício coletivo de cidadania, na contemporaneidade.

O que emerge da vasta cadeia interconectada de solidariedades que se apresenta, é a busca de uma solução existencial alternativa, que ponha fim à violência das fronteiras. As transformações encontradas, no terreno e na própria investigadora, desvelaram-se a diversos níveis, nas vidas pessoais, familiares, profissionais, e no posicionamento político face às fronteiras e aos Estados-Nação. Porque falamos de vidas humanas e de intersubjetividades, não existe uma redução material final, que se possa designar de *conclusão*, mas as experiências e relações aqui relatadas contribuem para uma reflexão mais lata, sobre a questão fundamental do direito à livre circulação de pessoas no mundo.

## ABSTRACT

**Keywords:** Informal Solidarity, Mobility, Refugees, Acts of Citizenship, Borders, Hospitality

This thesis focuses on citizens' informal solidarity initiatives with people on the move, in a post-2015 Europe. Stories of resistance that occurred in six countries, between 2015 and 2020, are described, with a particular focus in Portugal, where a more in-depth fieldwork was developed. The research seeks to account for the intersubjectivities between people on the move and their allies in civil society, within a fluid, cosmopolitan configuration which has been designated as *moving systems of solidarity*. Through these histories *at the border*, the research contrasts the lived experiences of mobility from *within*, with the nation-state's external narratives.

Using an engaged participatory approach, a collaborative reflection on the ongoing solidarity actions, and in-depth interviews, as methods, as well as various secondary data, the research tries to understand the impact and transformation caused by informal solidarity actions, not only on the individuals, but their/our contemporary collective citizenship.

What emerges from this vast interconnected chain of solidarity is an apparent search for an alternative existential solution for our lives, which puts an end to border violence. The transformations that were encountered, on the fieldwork and within the researcher, concern multiple levels, such as individuals' personal lives, family routines, professional work, politics, and the positionalities towards borders and nation-states. Because we are talking about human lives and intersubjectivities, there are no material reductions to be summed up as *conclusions*, but the experiences and relationships reported in this research may contribute to a continued reflection on our fundamental right to free movement, as people in the world.

## ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA .....	VII
AGRADECIMENTOS .....	IX
GLOSSÁRIO DE SIGLAS .....	XV
PARTE I .....	17
INTRODUÇÃO .....	17
PONTO DE PARTIDA E MOTIVAÇÃO PESSOAL .....	17
A CONSTRUÇÃO DO TEMA EM QUATRO EPISÓDIOS .....	21
PROPOSTA METODOLÓGICA .....	26
COMPOSIÇÃO DA TESE .....	32
CAPÍTULO 1.....	34
ESTADO DA ARTE .....	34
1.1. MOBILIDADES .....	34
1.2. LIMITES E FRONTEIRAS .....	38
1.3. ESTADOS-NAÇÃO E SOBERANIAS NACIONAIS .....	43
1.4. IMAGINANDO UM MUNDO SEM FRONTEIRAS .....	47
1.5. CATEGORIAS MOVENTES .....	58
<i>The long summer of migration</i> .....	62
<i>A instrumentalização da compaixão pública</i> .....	66
1.6. A CONSTRUÇÃO EPISTÉMICA DA “CRISE” .....	69
<i>Os números da crise</i> .....	73
<i>A resposta à “crise”</i> .....	75
CAPÍTULO 2.....	79
SOLIDARIEDADE COM PESSOAS EM SITUAÇÃO DE MOBILIDADE .....	79
2.1. O PAPEL DO HUMANITARISMO .....	79
2.2. DÉLITS DE SOLIDARITÉ .....	83
2.3. OPERAÇÕES DE “DESGASTE” E SALVAMENTO .....	90
<i>Desobediência Civil e Solidariedade no Mediterrâneo</i> .....	98
2.4. DA HOSPITALIDADE CLÁSSICA À HOSPITALIDADE COSMOPOLITA .....	99
<i>Entre hospitalidade e hostilidade: uma sociedade civil polarizada</i> .....	107
2.5. SOLIDARIEDADE INFORMAL E RECIPROCIDADE .....	109
2.6. WHAT’S LOVE GOT TO DO WITH IT? O PAPEL DAS EMOÇÕES NOS MOVIMENTOS SOLIDÁRIOS ...	114
<i>Aquilo que nos move. Motivações e energia solidária</i> .....	121
2.7. ATOS DE CIDADANIA E ATIVISMO SOLIDÁRIO .....	124
PARTE 2 .....	129
CINCO ESPAÇOS, CINCO HISTÓRIAS. UMA ETNOGRAFIA MULTI-SITUADA.....	129
CAPÍTULO 3.....	129
SOLIDARIEDADE GEOSOCIAL NA EUROPA. UM PREÂMBULO .....	129
3.1. ESTATUTOS NEGATIVOS, AÇÕES POSITIVAS .....	129
3.2. SOLIDARIEDADE COM PESSOAS EM (I)MOBILIDADE, NO EPICENTRO DA “CRISE” .....	137
<i>Caridade anarquista</i> .....	145
3.3. E DEPOIS DA GRÉCIA? DUAS VIDAS TRANSFORMADAS .....	148
<i>Sienna</i> .....	148

<i>Ilda</i> .....	152
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>155</b>
<b>“PORTUGAL ACOLHEDOR”. A CONSTRUÇÃO DO EXCECIONALISMO PORTUGUÊS</b> .....	<b>155</b>
<b>4.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO ASILO EM PORTUGAL</b> .....	155
<i>Desgovernança partilhada: O acolhimento português aos refugiados</i> .....	159
<b>4.2. OS 6 MITOS DO ACOLHIMENTO A REFUGIADOS EM PORTUGAL</b> .....	165
<b>4.3. ESPREITANDO PARA DEBAIXO DO TAPETE: NARRATIVAS DE SOLIDARIEDADE INFORMAL EM LISBOA</b> 183	
<b>4.3.1. Espontâneos e invisíveis: histórias de (i)mobilidade em Lisboa</b> .....	183
<b>4.3.2. Mobilidade como resistência: o trajeto de um jovem “afegão-sueco”</b> .....	188
<b>4.4. UM MODELO DE CARIDADE OBSOLETO? SOLIDARIEDADE COM REFUGIADOS EM PORTUGAL</b> .....	197
<b>4.5. “NÃO ME OBRIGUEM A VIR PARA A RUA GRITAR”. ECOS DE ATIVISMO SOLIDÁRIO EM PORTUGAL</b> ..	206
<i>Alina</i> .....	206
<i>Sandra</i> .....	208
<b>ASSOCIAÇÕES DE REFUGIADOS EM PORTUGAL. UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA</b> .....	<b>212</b>
<b>5.1. A UNIÃO DE REFUGIADOS EM PORTUGAL</b> .....	212
<i>Parceria procura-se</i> .....	213
<i>Uma investigação colaborativa</i> .....	218
<i>“A mão que nos cuida é a mão que nos agride”</i> .....	226
<b>5.2. FÓRUM REFÚGIO. RECONHECIMENTO PÚBLICO OU CONTROLO SOCIAL?</b> .....	228
<b>5.3. A DOCILIZAÇÃO DE CORPOS RESISTENTES</b> .....	237
<b>5.4. AS REVELAÇÕES DA PANDEMIA. CHOQUE MORAL E SOLIDARIEDADE INFORMAL</b> .....	240
<i>Um escândalo confinado</i> .....	240
<i>O confinamento em hostals e a resposta solidária à emergência</i> .....	242
<i>Ressignificações e reposicionamentos</i> .....	253
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>258</b>
<b>SISTEMAS MOVENTES SOLIDÁRIOS</b> .....	<b>258</b>
<b>6.1. O FIM DO EXCECIONALISMO SUECO</b> .....	258
<b>6.2. MOVIMENTOS DE SOLIDARIEDADE INFORMAL EM BRUXELAS</b> .....	269
<b>6.2.1. O movimento dos 450 afegãos</b> .....	269
<b>6.2.2. Uma Plataforma de Cidadania</b> .....	274
<b>6.2.3. A institucionalização da solidariedade em Bruxelas</b> .....	291
<b>6.2.4. Afetos solidários</b> .....	298
<b>6.3. NAS MARGENS DO SENA. SOLIDARIEDADE CIDADÃ EM PARIS</b> .....	303
<b>6.3.1. Jasmine. Solidaire et Solitaire</b> .....	303
<i>Construindo redes solidárias moventes</i> .....	307
<b>6.3.2. “Da minha janela vejo o mundo”. Uma rede de vizinhos solidários</b> .....	309
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>313</b>
<b>REFLEXÕES FINAIS E CONTRIBUIÇÕES PARA UMA ANTROPOLOGIA PÓS-FRONTEIRAS</b> .....	<b>313</b>
<b>ANEXO A</b> .....	<b>359</b>
<b>ANEXO B</b> .....	<b>361</b>
<b>ANEXO D</b> .....	<b>371</b>

## ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1. PUBLICAÇÃO NO FACEBOOK DE UM REFUGIADO ATIVISTA EM LESBOS, 6 DE OUTUBRO DE 2020	68
FIGURA 2. GRÁFICO DE PEDIDOS DE PROTEÇÃO INTERNACIONAL 2014-2019. FONTE: EUROSTAT	74
FIGURA 3. NÚMERO DE REQUERENTES DE PROTEÇÃO INTERNACIONAL POR PAÍS DA UE. FONTE: EUROSTAT	74
FIGURA 4. CARRINHA DA CAMPANHA "GO HOME OR FACE ARREST". FONTE: PROMOGROUP	84
FIGURA 5. IGREJA ST AIDAN, HAREHILLS, LEEDS, REINO UNIDO. FONTE: SHIP OF FOOLS	132
FIGURA 6. FOTO CAMPANHA DE ANGARIAÇÃO DE FUNDOS PAFRAS, LEEDS, MAIO DE 2015	136
FIGURA 7. FOTO MANIFESTAÇÃO NO CENTRO DE LEEDS, 12 SETEMBRO 2015	137
FIGURA 8. FOTO CAMPO DE REFUGIADOS DE REDESTOS, GRÉCIA, AGOSTO DE 2016	138
FIGURA 9. FOTOS CAMPO DE REFUGIADOS DE KATSIKAS, GRÉCIA, AGOSTO DE 2016	141
FIGURA 10. FOTO DE ENTRADA DE OKUPA, ATENAS, GRÉCIA, SETEMBRO DE 2018. CRÉDITOS: MARTHA ARNAOUTOGLU	148
FIGURA 11. NOTÍCIAS REVISTA VISÃO, JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS E TVI	155
FIGURA 12. GRÁFICO Nº REFUGIADOS RECEBIDOS EM PORTUGAL 2015-2019. FONTE: OM (2020)	157
FIGURA 13. APELO PUBLICADO PELA PAR NO JORNAL PÚBLICO, 4 SETEMBRO 2015. FONTE: JORNAL PÚBLICO	160
FIGURA 14. PRIMEIRO PLANO MUNICIPAL DE ACOLHIMENTO EM LISBOA. FONTE: ACM 2017	162
FIGURA 15. NOTÍCIA PUBLICADA NO JORNAL EXPRESSO, 10 SETEMBRO 2017	164
FIGURA 16. ESQUEMA TUTELAS REQUERENTES PROTEÇÃO INTERNACIONAL EM PORTUGAL, 2015-2020	183
FIGURA 17. CARTAZ DO EVENTO "UMA NOITE NA ERITREIA", MARÇO 2018. FONTE: UREP	215
FIGURA 18. FOTOS EVENTO "UMA NOITE NA ERITREIA", MARÇO 2018	215
FIGURA 19. INAUGURAÇÃO ESPAÇO CO-WORK, 9 JANEIRO 2019. FONTE: ACM	229
FIGURA 20. FOTO COZINHA DE UM HOSTAL COM 60 REQUERENTES DE ASILO, DURANTE A QUARENTENA	243
FIGURA 21. PUBLICAÇÃO FÓRUM REFÚGIO, FACEBOOK, 19 ABRIL 2020.	244
FIGURA 22. PUBLICAÇÃO FACEBOOK FÓRUM REFÚGIO, VISITA AO TERRENO, 4 MAIO 2020	247
FIGURA 23. PUBLICAÇÃO FACEBOOK DEPUTADO MUNICIPAL, 16 MAIO 2020	250
FIGURA 24. NOTÍCIA PUBLICADA NA PÁGINA INTERNET DA RÁDIO DE ALENQUER	251
FIGURA 25. PROGRAMA FÓRUM ABERTO, FÓRUM REFÚGIO, 26 JUNHO 2020	254
FIGURA 26. SISTEMAS MOVENTES SOLIDÁRIOS. ESQUEMA DE INTERCONEXÕES.	258
FIGURA 27. FOTOS DO EXTERIOR E INTERIOR DA ÉGLISE DE BÉGUINÀGE. BRUXELAS, SETEMBRO 2019	274
FIGURA 28. EXEMPLOS DE PUBLICAÇÕES DIÁRIAS, FACEBOOK, PCSR	280
FIGURA 29. EXEMPLO PUBLICAÇÃO FACEBOOK CUISTOTS SOLIDAIRES	281
FIGURA 30. EXEMPLO PUBLICAÇÃO PCSR BUSCANDO ALOJAMENTO PRIORITÁRIO	282
FIGURA 31. EXEMPLOS DE PUBLICAÇÕES, FACEBOOK, MEMBROS PCSR	286
FIGURA 32. FOTO PORTA DE ENTRADA DE MARIA, INTERLOCUTORA EM BRUXELAS, SETEMBRO DE 2019	288
FIGURA 33. PÁGINA PERLES D'ACCUEIL, QUE REÚNE TESTEMUNHOS DE MEMBROS DA PCSR	290
FIGURA 34. PÁGINA INTERNET DO CINE MAXIMILIAAN	294
FIGURA 35. PÁGINA FACEBOOK DO COLETIVO CICLOPE	296
FIGURA 36. PÁGINA FACEBOOK DO COLETIVO AMOUREUX VOS PAPIERS	298

## GLOSSÁRIO DE SIGLAS

A&E- Accidents and Emergency

ACM- Alto Comissariado para as Migrações

ACNUR- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

AI- Amnistia Internacional

AIDA- Asylum Information Database

APIRP- Associação Portuguesa para a Integração de Refugiados e Imigrantes

ARP- Associação de Refugiados em Portugal

CAR- Centro de Acolhimento a Refugiados

CATR- Centro de Acolhimento Temporário para Refugiados (Lisboa)

CE- Comissão Europeia

CML- Câmara Municipal de Lisboa

CNAIM- Centro Nacional de Apoio à Integração de Imigrantes

CPR- Conselho Português para os Refugiados

CSPB- Coordinación de Sans Papiers Belgique (Plataforma de associações sans-papiers, Bélgica)

DKK- Danish Krone

EASA- European Association of Social Anthropologists

EASO- Gabinete Europeu de Apoio em Matéria de Asilo

ECRE- European Council for Refugees and Exiles

ERCI- Emergency Response Center International

ESS- European Social Survey

EUA- Estados Unidos da América

EURODAC- European Dactyloscopy (Sistema Europeu de identificação biométrica)

EUROSTAT- European Statistics

EUTF- European Trust Fund for Africa

FOR- Family of Refugees (Associação)

FRONTEX- Agência Europeia de Fronteiras e Autoridade Marítima

HUBB- Humans Before Borders

IEFP- Instituto de Emprego e Formação Profissional

ISS- Instituto da Segurança Social

ISCSP- Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

ISCTE-IUL- Instituto Universitário de Lisboa  
ISPA- Instituto Superior de Psicologia Aplicada  
JFA- Junta de freguesia de Arroios  
JRS - Serviço Jesuíta aos Refugiados  
LAMSF- Les Amies des Migrants Suedophones em France (Associação, Paris)  
LDC- Living in a Different Culture (Curso no ISCTE-IUL)  
LGBTI- Lesbian, Gay, Bisexual, Transsexual, Intersex  
MAI- Ministério da Administração Interna  
MOAS- Estação de Ajuda Externa de Migrantes  
MSF- Médicos Sem Fronteiras  
OIM -Organização Internacional para as Migrações  
ONG- Organização Não Governamental  
ONU- Organização das Nações Unidas  
PAFRAS - Positive Action for Refugees and Asylum Seekers  
PAR- Plataforma de Apoio aos Refugiados  
PCSR- Plateforme Citoyenne de Soutien Aux Réfugiés (Bruxelas)  
SCML- Santa Casa da Misericórdia de Lisboa  
SEF- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras  
UE- União Europeia  
UREP- União de Refugiados em Portugal (Associação)



**PARTE I**  
**INTRODUÇÃO**  
**PONTO DE PARTIDA e MOTIVAÇÃO PESSOAL**

Ao longo dos últimos dez anos, trabalhei em 13 países diferentes, com pessoas em situação de mobilidade, condição que transformou e ampliou a minha percepção de *estar-no-mundo*. De 2009 a 2010 trabalhei nos Estados Unidos, no centro comunitário bilingue Roberto Clemente, estabelecido em Nova Iorque pela e para a comunidade caribenha. Durante todo esse ano, fui designada pelos serviços de imigração norte-americanos como “migrante”. Antes de ter acesso ao meu visto J-1<sup>1</sup>, passei por uma entrevista na embaixada americana em Lisboa, onde me foi perguntado: “que garantias nos dá de que vai, efetivamente, regressar ao seu país, depois do programa de investigação terminar?” Fiquei perplexa, durante alguns segundos, e depois respondi: “posso assegurar-lhe que, neste momento, não tenho qualquer intenção de permanecer nos Estados Unidos”. Exatamente um dia a seguir ao final do programa, quando me preparava para uma viagem de “despedida”, percorrendo outros estados norte-americanos, durante um mês, recebi um telefonema dos serviços de imigração, perguntando-me para quando estava marcada a minha viagem de regresso. Ficaram alarmados quando lhes comuniquei os meus planos turísticos, mas tudo se resolveu quando entreguei uma cópia do meu bilhete, só de ida, para Lisboa.

Já tinha residido antes noutros países, mas esta foi a minha primeira experiência direta de *controlo da mobilidade*. No Reino Unido, onde residi durante um ano, experimentei alguns episódios de *otherness*, como migrante portuguesa, bastante mais subtis; notando-se, por exemplo, na relação com os bancos, com os serviços municipais, ou com o centro de emprego. Embora falasse fluentemente inglês, o meu sotaque denunciava-me como “estranha”, despoletando uma resposta por vezes paternalista, outras vezes de *suspeição*, por parte de alguns representantes institucionais.

Em experiências de mobilidade no *Sul Global*, a sensação de *otherness* foi muito diferente. Em 2013 entrei na Etiópia com um visto de turista, depois de horas de espera infrutífera no aeroporto, tentando validar um visto de trabalho, utilizando as informações erradamente instruídas pela embaixada da Etiópia em Paris. Apenas obtive visto de trabalho depois de me instalar em Adis Abeba, através da influência institucional da minha entidade patronal, junto dos serviços de imigração.

Na Guiné-Bissau, no Sudão do Sul, na Argélia, no Bangladesh e no Líbano, fui recebida com enorme cuidado e até proteção, nos aeroportos de chegada, tendo-me mesmo sido conferido um “tratamento

---

<sup>1</sup> *Exchange Visitor Programme* (visto temporário que permite a cidadãos estrangeiros trabalhar, fazer investigação ou estudar nos Estados Unidos)

especial”, por parte dos funcionários das respetivas autoridades migratórias. Fui imediatamente assumida como “expatriada”, mesmo antes de comprovar a minha legitimidade profissional naqueles países. Na Colômbia e em El Salvador, fui assumida como qualquer outra turista, embora o meu propósito de viagem fosse de trabalho. Mesmo em reuniões profissionais, surgiam conversas sobre a minha *estadia*, os espaços turísticos que já tinha visitado e os pratos típicos experimentados. Ninguém, nos serviços de imigração, indagou sobre a minha motivação para entrar naqueles países, e pude permanecer no território durante o espaço de tempo necessário, sem quaisquer controlos ou suspeições.

Todas estas experiências me ajudaram a refletir sobre o meu posicionamento e privilégio face à mobilidade e à cidadania. Em todos estes países, trabalhei com pessoas cujos estatutos não lhes permitiam aceder à mesma liberdade de movimento que me era concedida a mim. Eram “migrantes”, “refugiados”, “requerentes de asilo”, “pessoas internamente deslocadas”, “pessoas indocumentadas”, “transmigrantes”; todo um manancial de categorias políticas, atribuídas por diferentes países, cujo efeito derradeiro era um aferretado condicionamento das suas mobilidades.

Para a construção deste trabalho de doutoramento, contribuíram pessoas de mais de 30 nacionalidades, cujas mobilidades foram catalogadas segundo estas e outras categorias. Alguns são cidadãos europeus, engajados em redes de solidariedade, que beneficiam dos mesmos privilégios e liberdade de movimento-no-mundo que eu; outros são cidadãos de países *terceiros*, em situação de mobilidade forçada, na Europa. O diálogo estabelecido entre nós, contribuiu para uma rica (mas inacabada) reflexão sobre mobilidades e modalidades de solidariedade; guiada pelas nossas intersubjetividades pessoais, políticas, éticas e morais.

Além das minhas experiências prévias de mobilidade no mundo, sou também uma *migrante académica* (regresso à academia e à investigação depois de 10 anos intensivos de terreno), e uma *migrante disciplinar* (“oriunda” da psicologia sistémica, encontro-me agora a “residir” em antropologia). Interessei-me, há já alguns anos, pela antropologia, por considerar que esta disciplina é a única ciência social que permite, ainda, alguma subversão académica. Como alúdiu Alex de Waal (2002, p.253) “anthropology is perhaps the only discipline inherently subversive”. Pretendendo realizar uma investigação que se insere num contexto profundamente marcado por ideologias políticas, perante as quais tenho um posicionamento claro e; tendo testemunhado violências estruturais e violências “lentas” (Nixon 2011) contra pessoas em situação de mobilidade durante uma década de trabalho comunitário, acreditei que, em antropologia, poderia *utilizar* esta posicionalidade. Scheper-Hughes (1995) sugere, aliás, que o antropólogo não deve apenas posicionar-se, como também transformar-se, ele próprio, quando se depara com contextos marcados por violências, abrindo a possibilidade para um *ativismo académico*. Em vez de um mero observador, o antropólogo deve ser uma “testemunha ativa” (Scheper-Hughes 1995, p.419).

Marcus (1998) também considera que a condição e a identidade do antropólogo exigem uma constante renegociação, “the anthropologist, by virtue of the changing circumstances of research, is *always on the verge of activism*, of negotiating some kind of involvement beyond the distanced role of ethnographer” (Marcus 1998, p.122). Este aspeto da posicionalidade, que me inspirou a fazer um doutoramento em antropologia, permanece, no entanto, bastante polémico, na academia; tendo gerado alguma confusão, sobretudo na minha relação com as instituições implicadas nas vidas dos meus interlocutores. Espera-se, dos académicos, alguma *neutralidade*, cujo significado por vezes se imiscui com alguma conivência com estruturas de poder institucional. As interpelações políticas repetiram-se, ao longo do trabalho de terreno, e foi importante clarificar a minha posição, face às violências institucionais que condicionavam as vidas dos meus interlocutores. Por diversas vezes incorporei, assumidamente, um papel de *investigadora ativista*, ou de *investigadora solidária*, utilizando a solidariedade pragmática como método, e interpelando atores sociais e instituições face às injustiças estruturais que testemunhava diretamente.

Boaventura Sousa Santos (1999; 2000; 2001; 2003a; 2003b) inspira-nos a refletir e a pensar criticamente nas implicações e trajetórias da própria comunidade científica, na construção da hegemonia académica. Apesar das possibilidades de subversão conferidas à investigação antropológica, o poder soberano da academia, descobri eu neste processo, é ainda preponderante. Senti-o na pele, quer durante o processo de construção da tese, quer na relação com as estruturas académicas formais, que me remeteram a um lugar de “não-pertença”, pelo regresso “tardio” e “inconvencional” à universidade. Esta hegemonia académica é reforçada pela presença predominante de investigadores brancos, ocidentais, com percursos “convencionais” (licenciatura-mestrado-doutoramento, imediatamente seguidos no tempo), presença essa entrosada com relações de poder neocolonial (Harrison 2012). É certo que existe um diálogo crítico, no seio da disciplina, que tem trazido a debate a necessidade de decolonização da antropologia (Harrison 2010) mas, parece-me evidente, há ainda muito trabalho a fazer para legitimar as práticas da antropologia pública, que está engajada com as lutas sociais contemporâneas, sejam elas pós-fronteiras, antirracistas, pela igualdade de género ou pela redução das desigualdades socioeconómicas.

Neste movimento migratório, primeiro entre o terreno e a academia e, em segundo lugar, entre disciplinas, procuro o meu lugar nesta atual luta académica, por uma antropologia mais engajada, colaborativa, decolonial, que inclua e diversifique formas alternativas de gerar conhecimento. Privilegiando a etnografia, o diálogo e a participação, enquanto métodos de imersão no terreno e de exploração da sua complexidade, decidi incluir a reflexão colaborativa, que fui fazendo com os meus interlocutores; como forma de reprodução do nosso conhecimento coletivo. A produção deste conhecimento coletivo está em constante transformação; portanto, tudo o que consigo retratar numa narrativa formal como esta tese de

doutoramento é, ainda, parcial e limitado. Durante a conferência virtual da *European Association of Social Anthropologists* (EASA 2020), João Pina Cabral recordou, numa das sessões plenárias, que não há redução material final na etnografia; “a evidência etnográfica é baseada em experiências e em relações fundamentadas na indeterminação que, por envolverem emergência, permanecem, em última análise, subdeterminadas” (Pina-Cabral 2020). Desta forma, a dúvida e a imprecisão coexistem com a necessidade de fornecer produções científicas ordenadas. Este trabalho representa, pois, um ligeiro desvelar daquela que foi uma experiência rica, vivida e participada; cuja complexidade continua a emergir, mesmo enquanto escrevo.

O maior catalisador do tema que escolhi investigar (a solidariedade informal com pessoas em situação de mobilidade forçada), foi a minha própria aporia moral, face ao trabalho humanitário, território em que me “profissionalizei”. Por detrás de nós, humanitários, há uma imensa sombra de constrangimentos, condicionalismos políticos e contradições, ditados pela própria ação dita *humanitária*. Inseridos num contexto de violência estrutural e, muitas vezes, de convivência política, os humanitários são confrontados, constantemente, com processos intersubjetivos de dissonância cognitiva e moral, na sua relação com “os *Outros*”. Os estandartes de “neutralidade” das grandes agências humanitárias, forçam os “*Outros*” a uma existência paralela e desigual, desprovida de agência política e de individualidade.

Trazendo as minhas experiências, inquietações morais e reflexões epistémicas para a investigação académica, sei de antemão que estou refém de uma série de variáveis intrínsecas e da minha própria posicionalidade política, e que isso irá influir na minha análise e interpretação. Sei, ainda, da influência inevitável de muitas intersubjetividades, no terreno, das muitas tensões, negociações afetivas e morais, e dos poderes e privilégios interseccionais (género, classe, raça, idade e outras) que foram emergindo. Um envolvimento engajado com o terreno e com os interlocutores, faz com que a individualidade, a autobiografia e as características intrínsecas ao próprio investigador, condicionem profundamente o processo etnográfico (Okely & Callaway 1992; Davies 1999). No entanto, este é um risco inevitável, quer para antropólogos quer para psicólogos, e o único “remédio”, é mantermos essa posicionalidade consciente, através de uma reflexão crítica. Mantendo o foco no dilema ético que me interpelou durante a experiência humanitária, o trabalho de campo que apresento nesta tese toma configurações novas, porque me coloca noutra papel. Apresento-me no terreno como cidadã solidária, aliada das lutas coletivas de pessoas em situação de mobilidade na Europa, e como investigadora em Antropologia.

Bourdieu ressaltou a pertinência de questionarmos e interpretarmos a experiência vivida para a poder transformar em conhecimento, apenas na medida em que essa experiência seja também submetida à crítica científica (Bourdieu & Wacquant 1992). Trabalhar com populações subalternizadas implica uma reflexão acrescida sobre os poderes e privilégios do investigador, e sobre as relações que mantemos com as

instituições que exercem domínio ou poder sobre os seus corpos. Enquanto mulher branca, sul-europeia, solteira e sem filhos; não passei despercebida em comunidades patriarcais, em que a mulher desempenha papéis e expectativas distintos, àqueles que o meu corpo e presença manifestam. Foi importante ir regulando a minha proximidade com os interlocutores que confundiam as minhas intenções, ou que manifestavam expectativas diferentes àquelas a que eu poderia corresponder. Por outro lado, fazendo parte da classe média, com um “pé” numa elite social, que é a academia, a minha participação no terreno foi condicionada por um distanciamento de partida, entre a minha realidade social e a das pessoas em situação de mobilidade. Ao participar nas rotinas quotidianas de pessoas que experimentam obstáculos estruturais graves, no seu acesso ao reconhecimento jurídico, ao alojamento, ao emprego, à educação, à saúde, à língua dominante; fui várias vezes confrontada com os meus privilégios e vantagens políticas.

Conscientemente, decidi utilizar esses privilégios em favor dos meus interlocutores, posicionando-me como solidária, aliada e mediadora, na sua relação com instituições e serviços. A minha proximidade com os interlocutores foi construída a partir de ações engajadas de solidariedade, que se tornaram parte da minha linguagem de campo. Usei a solidariedade como “ferramenta”, na construção de conhecimento, para tornar possível o estabelecimento de pontos convergentes com as comunidades e a desconstrução de estereótipos mútuos, desarmando algum do efeito de estranheza e desconfiança iniciais. A grande vantagem de uma investigação centrada nos territórios liminares da solidariedade informal, é a sua oportunidade de acesso à fluidez quotidiana das fronteiras. Ciente de que o conceito de informalidade tem sido criticado pela sua conotação e imprecisão (Cunha 2006), acredito na sua força enquanto categoria analítica capaz de justapor os contrastes entre as políticas e as vivências (o formal e o informal).

### **A CONSTRUÇÃO DO TEMA EM QUATRO EPISÓDIOS**

lémen, 2012. Um grupo de jovens etíopes atravessa uma estrada poeirenta, desafiando as velocidades alucinantes dos condutores iemenitas, estimulados por chá preto e khat<sup>2</sup>. Levando nada mais que um pequeno saco de plástico e uma garrafa de água presa à roupa, caminham centenas de quilómetros, na esperança de cruzar a fronteira com a Arábia Saudita. As agências humanitárias procuram demovê-los desta viagem, argumentando que os perigos que correm na travessia do deserto podem custar-lhes a vida. Na

---

<sup>2</sup> Khat ou qat é uma planta nativa da Etiópia, muito popular no lémen. Khat contém cathinone alcaloide, um estimulante que causa excitação, perda de apetite e euforia. O consumo de khat no lémen é tão comum e generalizado que se constituiu num grave problema de saúde pública.

Etiópia, a Organização Internacional para as Migrações (OIM) procura disseminar vídeos e testemunhos de pessoas que se arrependeram de cruzar a fronteira. *Jovens migrantes veteranos* foram gravados a falar de assaltos, de violência física, raptos, trabalhos forçados e, em essência, “ordenam” à sua audiência imaginária, de jovens mais novos e inexperientes: “não façam esta viagem, não vale a pena”. Curiosamente, a maioria dos jovens etíopes que conheci no Iémen não se arrependeu de todo daquela viagem, o que desejavam era encontrar outra via para chegar ao seu destino final. Muitas vezes, essas alternativas de mobilidade iam surgindo, a partir de conversas informais nos mercados, nas lojas, nos barbeiros e restaurantes de *Haradh*, uma cidade iemenita fronteiriça. Esta rota migratória mantém-se ainda hoje, mesmo com o Iémen em situação de guerra e de *catástrofe humanitária*, desde 2015.

Etiópia, 2013. Numa aldeia remota, nas montanhas da região de *Tigray*, peço ao dono do café que coloque o volume do rádio mais alto. Comunicam uma tragédia no Mediterrâneo, ao largo da ilha de Lampedusa. Na sua maioria, as vítimas de afogamento são da Eritreia, dizem. Apresso-me a cancelar a formação dessa tarde e vou direta para o campo de refugiados de *May Ayni*, para falar com os membros da minha equipa. Dois deles tinham familiares próximos, que foram afetados pela tragédia. O ambiente era pesadíssimo no campo. Sentia-se no ar um esmorecimento coletivo, como se milhares de pessoas expirassem ao mesmo tempo. Ajudei no que podia, a preparar as cerimónias funerárias e os memoriais às pessoas que perderam a vida. Os imãs e os padres ortodoxos partilhavam o mesmo espaço, nas cerimónias, uma tenda gigante onde a comunidade vinha rezar e chorar pelas vítimas. Todos se vestiam de branco e traziam flores, chá, café, pipocas e incenso, para partilhar com os vizinhos, que vieram assistir, em solidariedade. A angústia destes funerais sem corpos era lancinante. De volta à aldeia, dou uma olhada nos jornais online, e chamou-me a atenção uma fotografia das cerimónias institucionais, em Itália. Eram três filas de caixões vazios, em diferentes tons de castanho e, à frente, 4 caixões brancos, mais pequenos, cada um com um ursinho de peluche colado à tampa.

Leeds, 2015. Francis (nome fictício), um homem camaronês de 26 anos, foi encontrado a dormir num parque público, por um vizinho. O homem que o encontrou levou Francis a um templo *Sikh*, onde foi alimentado e pôde trocar de roupa. Compreendendo que Francis não falava inglês e parecia desorientado, o vizinho trouxe-o até à organização onde eu trabalhava. Chamei um número de emergência especializado em saúde mental. Disse à enfermeira de serviço que estava com uma pessoa profundamente desorientada, que não falava inglês e que não podia transmitir muito mais informação, naquele momento. Dois profissionais de saúde chegaram, quatro horas depois, sem trazer um intérprete. Sentaram-se diante de Francis, com um bloco de notas e um questionário, e dirigiram-se a ele em inglês. Expliquei-lhes, novamente, que Francis não falava inglês, e que estava desorientado. Francis estava a ficar muito agitado, com tantas pessoas a questioná-

lo. Falava (em francês) da polícia, dos Camarões e da prisão. Parecia entender que estes enfermeiros eram polícias, e estava com medo deles. Os dois profissionais disseram-me que era impossível fazer qualquer coisa por Francis, porque ele não podia “dar o seu consentimento” para uma intervenção. Quando partiram, pedi a um voluntário para me acompanhar, a mim e a Francis, de táxi, à A&E (o equivalente às urgências hospitalares, no Reino Unido). Francis esperou, tranquilamente, conosco, durante mais quatro horas, até ser visto por um médico. O médico de serviço nas urgências falava francês, e concordou em admiti-lo, até Francis ficar mais estável. Francis ficou no hospital 4 dias e foi depois internado numa clínica, onde uma técnica de serviço social da Cruz Vermelha Britânica o ajudou a obter apoio jurídico. Francis revelou-nos que era um sobrevivente de tortura, que escapou da prisão nos Camarões, onde sofreu violência física continuada, pelo seu ativismo LGBTI.

Grécia, 2016. Tahere (nome fictício), uma mulher afegã de 25 anos, que esperava obter asilo na Grécia, vivia com o marido e dois filhos no campo de refugiados de *Hellinikon*, em Atenas. Bom, “campo de refugiados” era a designação dada pelas autoridades gregas e pelas agências humanitárias. *Hellinikon* era, na verdade, um território humanitário improvisado, entre um aeroporto desmantelado, um estádio de hóquei e um estádio de beisebol. Tinham já passado 11 meses desde que Tahere e a sua família chegaram à Grécia, e a vida naquele campo de hóquei era absolutamente insuportável. Ali, o marido, começou a beber e a jogar cartas com outros homens que viviam no campo. Tahere exigia-lhe que encontrasse trabalho, para poder sustentar os filhos, e sentia-se impotente para o ajudar. Durante o dia, Tahere desesperava, sem nada para fazer. A comida era fornecida pelas agências humanitárias e distribuída pelos militares que dirigiam o campo, que tinham proibido Tahere de cozinhar na tenda. Ali começou a chegar bêbado quase diariamente e, depois de vários incidentes de violência doméstica, Tahere sofreu um ataque de pânico, dando entrada no hospital. As normas da ONG que a transportou ao hospital eram de que Tahere deveria aguardar uma consulta de psiquiatria sozinha, após uma intervenção médica de emergência. No entanto, o intérprete da equipa resolveu quebrar as regras, ao notar o estado emocional agitado em que Tahere se encontrava. Regressou, após o trabalho, como cidadão, sem o “colete humanitário”, e trouxe-lhe jantar. Tahere ainda teve que esperar 4 horas para ser vista pelo médico especialista. Hasan, o intérprete, esteve com ela até à hora da consulta, em que o médico lhe disponibilizou 10 minutos, para receitar um ansiolítico. Depois da longa conversa com Hasan, Tahere pediu ajuda para denunciar a situação de violência doméstica às autoridades.

Estes quatro eventos, separados no tempo e no espaço, foram determinantes na minha decisão de fazer um doutoramento em Antropologia, centrado em ações de solidariedade informal. Traduzem experiências de terreno que me mostraram, a diferentes ritmos e fôlegos, a complexidade das mobilidades, a subversão da solidariedade informal, nos interstícios das instituições, e a configuração fluida das relações solidárias. São

pequenos instantâneos, de histórias incompletas e inacabadas, integradas num mosaico de vivências que, aos poucos, *se foi tornando* (Biehl e Locke 2017) neste tema de investigação. Do mundo humanitário, ao mundo da investigação em antropologia, fui tecendo o tema a partir deste entrosamento de experiências, ancorado em novas reflexões políticas, críticas e afetivas, que me ajudaram a revisitar o terreno com outros olhos, e com outra intenção.

As iniciativas de solidariedade informal com pessoas em situação de mobilidade na Europa, são o centro deste trabalho, mas não o seu único foco. Centrando-me nas relações estabelecidas entre solidários e pessoas em situação de mobilidade, e nas transformações que daí resultaram; procuro apresentar uma fotografia atualizada da complexa contemporaneidade Europeia, no que diz respeito à construção da nossa cidadania coletiva, e às novas propostas de hospitalidade cosmopolita. Comecei por deter-me sobre a questão particular dos refugiados, mas rapidamente desviei o olhar do *fenómeno* do asilo (as razões, a fuga, a integração de refugiados), já bastante abordado em ciências sociais; para me concentrar na fluidez das mobilidades e nas socialidades entre as pessoas, *após* a sua chegada à Europa. Utilizando uma etnografia multi-situada (Marcus 2011; Hannerz 2003; Coleman 2011), apresento interconexões entre diferentes territórios, seguindo o movimento e as ligações entre os meus interlocutores, as suas/nossas pertenças, e os seus/nossos movimentos entre espaços locais (Beyer 2007), isto é, locais com relação global. Os meus interlocutores não se incorporam em nenhuma categoria estática uniforme; podendo ser categorizados, para efeitos de escrita, como solidários, ativistas, requerentes de asilo e refugiados; juntos cocriando uma assemblagem de relações fluida, em permanente mutação, que designei de *sistemas moventes solidários*.

Inspirada por uma antropologia-mundo (Neto 2016), o meu desafio é compreender um fenómeno complexo, à luz das suas múltiplas influências, pertenças e condicionamentos contemporâneos. Porque a mobilidade só se compreende na fluidez do movimento, fui construindo um terreno de estudo que se foi ampliando, dispersando e reconfigurando, através de fluxos, interrupções e vidas em trânsito. Embora a investigação tenha começado “oficialmente” em Lisboa, em 2017, em espaços delimitados e circunscritos, com pessoas refugiadas, o desenrolar da investigação demonstrou que o terreno não possui (nem deve possuir) delimitações exatas, porque circula entre fronteiras, respondendo às restrições, acasos e improvisos que compõem as *vidas em liminaridade* (Malkki 1995a; Turner 2012[1974]). Neste campo de estudo *flutuante*, as categorias políticas associadas à mobilidade são desconstruídas, contestadas e desafiadas, pelas próprias vidas e percursos pessoais dos meus interlocutores. Ao procurar incluir um maior número de vozes, percursos e posicionamentos, distanciei-me gradualmente da *localização*, para uma análise multi-situada de solidariedade informal, com pessoas em situação de mobilidade; procurando elementos comuns entre as resistências coletivas e as transformações individuais observadas.



Uma questão de reflexão interessante, durante o primeiro ano de doutoramento, ainda nas aulas de antropologia, foi o conceito de  *fusão de horizontes*  (Gadamer 2003). Do ponto de vista da hermenêutica filosófica, esta é uma experiência simultaneamente ontológica e prática, que convoca o investigador-intérprete à abertura aos seus interlocutores, e à possibilidade de transformação mútua. Olhando agora, à distância, já na etapa de escrita da tese, para o meu horizonte de partida, consigo perceber algumas das barreiras concetuais e pessoais de partida, que procurei ir reinterpretando, ao longo do trabalho de campo, através das experiências de terreno e das relações estabelecidas. Comecei por imaginar, em 2017, que existia uma excecionalidade associada à solidariedade informal com refugiados e requerentes de asilo. No entanto, a viagem real e simbólica do trabalho de terreno (Clifford 1992) rompeu estas fronteiras artificiais, a partir dos espaços liminares e inesperados das mobilidades, ampliando a minha perspetiva para além dessas categorias estáticas. O trajeto desta investigação, que é apenas um caminho possível e redutor, numa realidade em contínuo e imparável movimento, traduz a própria natureza humana; o nosso ímpeto à mudança e à transformação-no-mundo.

A lente da mobilidade, a partir dos espaços marginais e invisibilizados onde o trabalho de campo está situado, permitiu-me observar o lado inverso da fronteira (Balibar 2010), onde se forma a contestação e a resistência aos mecanismos de controlo e imobilização operados pelos Estados-Nação. As vidas e as práticas solidárias dos meus interlocutores, permitiram-me perceber como a fluidez, a clandestinidade, a subversão e a mobilidade, resignificam as categorias artificiais que lhes são impostas (migrante, refugiado, requerente de asilo, transmigrante, apátrida), conferindo-lhes novas possibilidades de pertença (Salazar 2011; Glick-Schiller e Salazar 2013; Fontanari 2019). Na escrita, irei contrastando sempre as mobilidades com as fronteiras que as intersejam, numa tentativa de salientar, por um lado, o papel da agencialidade e da solidariedade informal e, por outro, os efeitos devastadores do  *regime europeu de fronteiras*  (Balibar 2010). Interpõe-se, ainda, neste território complexo, a intersubjetividade, os poderes desiguais, as pertenças múltiplas e as negociações morais, éticas e afetivas entre as pessoas. Os meus interlocutores desvelam as suas reflexões pessoais e emoções contraditórias, traduzidas em posicionamentos distintos, ações e alianças políticas complexas, tornando-se evidente a tensão moral e ética entre os próprios e com as estruturas de poder que governam as mobilidades.

A minha hipótese central de pesquisa é que estas redes de relações configuram  *sistemas moventes solidários* , que resultam da associação entre corpos em movimento e aliados solidários; e que se constituem como  *nós de resistência*  (com diferentes configurações e densidades), nos interstícios invisíveis dos Estados-Nação. Tal como os rizomas de Deleuze e Guattari (1987), os sistemas moventes solidários que irei descrever, contêm identidades plurais e rizomáticas, que se combinam entre si, emergindo de forma distinta, em

diferentes contextos. Fluindo, transbordam os limites impostos pelos Estados-Nação, nunca assumindo uma vinculação precisa a um território específico (Kearney 1995; Basch, Schiller e Blanc 2000 [1993]) e recirculam, atuando em resistência e em tensão permanente, com os mecanismos de controlo das fronteiras (Glick-Schiller 2005).

## PROPOSTA METODOLÓGICA

Como dar conta destes processos de resistência e recirculação operados pelos sistemas moventes solidários? O trabalho de campo em antropologia foi-me explicado como uma espécie de imersão, algo que convoca o investigador a dar um “mergulho” no tema de estudo. O trabalho de terreno que inspirou esta tese resulta de uma linha de continuidades, fluxos de experiências, mudanças e adaptações à complexidade das mobilidades. Como referi anteriormente, comecei por me interessar pelo tema da solidariedade informal a partir da minha própria aporia moral, ao encontrar, sistematicamente, padrões de conexão entre as experiências de trânsito e mobilidade. Fui fazendo dialogar, com estas observações e reflexões, uma perspetiva mais ampla, sociopolítica e antropológica, sobre o sistema global que governa as mobilidades.

O meu trajeto de incorporação antropológica teve o seu início formal em 2017, na cidade de Lisboa, procurando os microlugares (Spink 2008) de encontro, de comunidade e de entreaajuda. A importância dos microlugares na investigação é, na asserção de Spink (2008), o acesso aos acasos diários do quotidiano, aos pequenos encontros e desencontros de sala de espera, em corredores, escadas, estacionamento, bancos de jardim e outros locais de passagem (Spink 2008). Em psicologia social, estes são lugares de conversa e de debate que permitem uma inserção horizontal do investigador (Spink 2008), através de métodos como a “small-talk” (Driessen e Jansen 2013). A criação de relações com pessoas em situações de trânsito e mobilidade em Lisboa, foi-me transportando, progressivamente, para outros locais, não apenas em Portugal, mas noutros países da Europa. Como me ensinaram os sistemas moventes solidários, as relações fluidas entre fronteiras tomam especial importância para quem se encontra em condição de liminaridade, entre estatutos e fronteiras, interpelando-nos a formar parte do seu movimento. Como diziam Wimmer e Shiller (2002), a lente da mobilidade permite-nos ir para além do *nacionalismo metodológico*. Nesta minha bizarra situação académica, recém-chegada a uma nova disciplina, e ao meu país, depois de uma década entre fronteiras, a construção de um campo móvel, a partir dos acasos, quase em *patchwork*, pareceu-me um processo natural.

Os meus anos de envolvimento em trabalho humanitário, inclinaram-me para as propostas da *Antropologia Pública*, como forma de, ainda assim, “ser útil às pessoas” (Borofsky e De Lauri 2019). O *Antropólogo Público* é o que mais engajado está, com a contemporaneidade, abordando as contradições

morais e os dilemas sociais que enfrentamos, coletivamente, e não fugindo da sua posicionalidade ética e política. Esta pareceu-me a abordagem certa para mim, *investigadora-solidária*, e para o meu tema principal, *sistemas moventes solidários*. Proponho uma questão política relevante na Europa de hoje, pretendo refletir a mobilização cidadã contemporânea, como um “movimento para a ação” (Tedlock 2005, p.159, cf. Borofsky e De Lauri 2019) e, portanto, falo a partir de uma abordagem *pública* da antropologia. Com o tempo que fui passando no terreno, aumentei eu própria o grau de participação engajada e colaborativa, através de ações de solidariedade informal, parecendo-me que a Antropologia Pública não estava, afinal, tão ativa e disruptiva como eu esperava. Encontrei em David Graeber (2004; 2009) algumas respostas subversivas para as minhas inquietações de terreno, mas estas permaneceram, em essência, irresolutas. As iniciativas solidárias com pessoas em situação de mobilidade são uma forma de ação direta e política que nos convoca, inevitavelmente, à imaginação de alternativas existenciais, pelo que a elas regressarei, na conclusão desta tese.

Seguindo as propostas de Hannerz (2003) e George Marcus (1995) procuro encontrar interconexões translocais, “seguindo as pessoas” entre os diferentes espaços por onde se movem, e traçando padrões de conexão. Dialogando com os trabalhos pós-coloniais de Frantz Fanon (2005 [1961]), Edward Said (2007 [1978]), Gayatri Spivak (1988), Linda Alcoff (1991); Cathy Cohen (2004); Linda Smith (2008;2013), Djamila Ribeiro (2017) e Faye Harrison (2010), posiciono-me face ao meu “objeto” de estudo como um *sujeito académico*, herdeira de um legado colonial e de uma cidadania que me colocam numa situação de poder e privilégio face às pessoas em situação de mobilidade forçada. Não posso falar *por* ninguém, e considero que pode ser problemático falar *sobre* os outros. Na negociação encetada com os meus interlocutores, decidi-me por uma utilização consciente dos meus privilégios, através de ações solidárias diretas, como aliada e colaboradora, aberta à possibilidade de transformação pessoal. Dialogo, com maior incidência nesta tese, com pessoas que, tal como eu, se posicionaram como aliadas e solidárias de pessoas em situação de mobilidade forçada, e se abriram à transformação pessoal, através da solidariedade informal e do ativismo.

Dois anos antes de iniciar formalmente o doutoramento, estive a trabalhar com pessoas em situação de mobilidade na Europa, primeiro no Reino Unido (de março de 2015 a maio de 2016), e depois na Grécia (de maio de 2016 a abril de 2017). Considero que estas duas experiências, em particular, têm relevância para a tese, porque as reconstituí a partir das minhas reflexões teóricas em antropologia, e por isso me serviram como um preâmbulo do trabalho etnográfico, já na nova condição de investigadora em antropologia. Durante o período “oficial” do doutoramento (2017-2020), estive sempre sedeadada em Lisboa, embora fosse comunicando, regularmente, com os meus interlocutores em situação de mobilidade, noutros locais do país e da Europa. Entre agosto e outubro de 2019, passei cerca de dois meses em Bruxelas e em Paris, territórios

de trânsito e de formação de redes de solidariedade informal e atos de cidadania, *com e por* pessoas em mobilidade. Para além deste trabalho de terreno presencial, fui conhecendo e mantendo um contacto regular “virtual” (via plataformas online) com mais de 30 coletivos de ação solidária<sup>3</sup>, em vários países europeus, com 28 interlocutores independentes, de 11 nacionalidades europeias; e com 25 pessoas em situação de mobilidade (requerentes de asilo, refugiados e transmigrantes), de 12 nacionalidades.

As redes sociais ajudaram-me a manter estas relações virtuais com coletivos e indivíduos e a participar em ações conjuntas de solidariedade informal, gerando discussões, reflexões e conversas, através das suas páginas de *Facebook*, de grupos de *Whatsapp* e de contas no *Twitter*. Utilizo algumas publicações do *Facebook* e as mensagens trocadas como ferramenta de análise. Entre estes contactos virtuais, comuniquéi regularmente com pessoas que nunca consegui conhecer pessoalmente, mas que contribuíram, de alguma forma, para a exploração e imersão no terreno. A recolha de conteúdos digitais, como ferramentas de reflexão e de análise, foi uma metodologia importante, na reconstrução do campo na escrita, ilustrando melhor as perspetivas dos meus interlocutores, as suas emoções, e as vivências assíncronas da nossa temporalidade partilhada. As mensagens trocadas através do *Messenger* e do *Whatsapp*, em particular, desvelam as suas/nossas tentativas de “ampliar o mundo”, a partir de lugares de imobilização e de “contração”.

Para contextualizar interlocutores tão diversos e tão dispersos, entre espaços reais e virtuais, devo explicar melhor os meus critérios de escolha. Em primeiro lugar, escolhi os espaços a partir dos quais se produziram ações concretas, de solidariedade informal, e/ou discussões/reflexões sobre elas, nas quais participei diretamente. Em segundo lugar, para que o terreno não fosse retratado como uma “soma desconexa de unidades” (Sacramento 2016, p.191), escolhi alguns percursos e trajetos de pessoas cuja mobilidade atravessou mais do que um dos espaços descritos, ilustrando dessa forma a fluidez das ligações solidárias translocais. Por fim, nesta exploração de espaços, ligações e relações, tentei dar conta das motivações e expectativas presentes nos discursos e nas práticas dos meus interlocutores, para perceber o elemento comum entre todos: as transformações que foram (ou não) produzidas, a partir das ações de solidariedade informal. O meu “objeto etnográfico” emerge, assim, das falas e das não-falas, nas relações entre pessoas, em *espaços locais fluidos*.

A utilização das ações solidárias como método de trabalho engajado, obrigou-me não apenas a retratar-me, em termos de posicionamento político, perante os meus interlocutores, como também a manter uma reflexão constante sobre a minha identificação com as pessoas e grupos estudados (para a minha própria análise crítica). A separação entre “o académico” e “o pessoal” pareceu-me uma distinção artificial e ilusória

---

<sup>3</sup> Ver ANEXO A

(Amit 2000, p.5) na minha experiência de terreno, sendo que os vários espaços de trabalho que apresento são parte da minha própria autobiografia, dos meus modos de pensar e atuar quotidianos (Amit 2000, p. 9). Seria infrutífero esconder, também, a minha própria emoção e convicção ética sobre a necessidade absoluta e urgente do ativismo e da solidariedade cidadã com pessoas em situação de mobilidade forçada. O campo que apresento resulta do meu engajamento pessoal, da minha curiosidade e da presença física ou virtual nos diferentes espaços, com as minhas idiossincrasias e limitações, enquanto *sujeito que pensa o mundo e escreve, a partir dele*.

Nas entrevistas e nas descrições que faço dos espaços, instituições e pessoas, estão espelhadas as minhas afinidades (e os meus desalinhos) com os interlocutores (Hansen 2019), assim como algumas transformações, que eu própria fui experimentando, neste processo. A proximidade e a intimidade com as pessoas, bem como as experiências partilhadas, só foram possíveis a partir deste envolvimento, pessoal e político, que se foi aprofundando com o tempo, gerando cumplicidades e colaborações, que têm perdurado para além do trabalho de campo. Como se tornará evidente para os leitores, o processo de construção da tese foi moldado pelas minhas próprias oportunidades, recursos conceptuais, profissionais, financeiros e relacionais acessíveis (Haraway 1988; cf. Hansen 2019). Com uma bolsa de estudo, talvez tivesse demorado mais tempo, a aprofundar cada uma das relações e dos espaços que compõem o trabalho de campo. Não tendo tido acesso a essa oportunidade, mantive-me a trabalhar, embora de forma pontual, em regime de consultoria, em projetos de saúde mental, situação que me roubou algum tempo de investigação e de leitura e análise. Por outro lado, como apresento *histórias fronteiriças* (Tiapa-Blanco 2001), que se configuram como oposição à narrativa dominante, imposta pelas instituições, na gestão das mobilidades, a minha intenção de relativização do atual *status-quo* foi satisfeita. As histórias que apresento contrastam, a partir das suas vivências, *desde dentro*, os discursos sobre elas, *do lado de fora*. Neste sentido, como sugere Mignolo (2000a) pode contemplar-se a realidade a partir destes olhares pluritópicos, que nos dão a conhecer histórias de resistência, nos interstícios das fronteiras.

As temporalidades associadas aos espaços liminares, dos meus interlocutores, exigiram-me uma adaptação a diferentes ritmos e tempos de mobilidade: esperar, acelerar, permanecer em fila, parar, repetir, etc. (Fontanari 2019), para dar conta das mudanças e das transformações nas suas vidas. Para espelhar esta temporalidade desfasada, utilizo alguns métodos complementares de recolha de dados, incluindo a *small talk* (Driessen e Jansen 2013), a reflexão conjunta sobre as ações solidárias em curso, a participação em ações solidárias concretas e, sempre que possível, entrevistas em profundidade. Também recorro a pesquisas anteriores e a dados secundários, como páginas de internet, artigos de imprensa, documentos oficiais, estatísticas e publicações em redes sociais. Incluo, ainda, a participação em eventos e ações coletivas

(conferências, assembleias, eventos culturais, manifestações, encontros sociais, cafés, jantares, entre outros), e as notas de campo, onde fui registrando as descrições dos encontros com os meus interlocutores, os locais onde nos reunimos e as trocas verbais e não verbais relevantes.

As entrevistas em profundidade foram quase todas gravadas, ao longo de várias horas de conversa, por vezes ao longo de vários encontros, espaçados entre meses. Não fiz exatamente um guião de entrevista, mas elaborei um guia temático, com os aspetos que queria relembrar, durante as conversas com os meus interlocutores. Muitos diálogos foram tão ricos que dispensaram “perguntas”, já que as reflexões sobre as temáticas importantes se foram desenrolando, com naturalidade. As entrevistas foram realizadas em vários espaços, incluindo as casas e outros locais de encontro íntimos, com os meus interlocutores; e também espaços públicos, como cafés, restaurantes e esplanadas. Usei um telemóvel para tirar algumas das fotografias que apresento no texto, e para gravar alguns diálogos com os meus interlocutores, mas, grande parte das reflexões partilhadas não foram gravadas (este método tornou-se demasiado intimidante e foi descartado).

Para além destes métodos de trabalho, o meu envolvimento no quotidiano de pessoas em situação de mobilidade, ao longo do período de tempo que me foi possível, para cada caso, permitiu-me registar o impacto das ações solidárias nas suas/nossas vidas. Como referi anteriormente, o elemento comum que procuro entre os diversos interlocutores incluídos nesta tese, é justamente o impacto e transformação que o engajamento em ações de solidariedade informal lhes/nos provocaram. Não apenas enquanto indivíduos solidários ou pessoas em situação de mobilidade; mas, sobretudo, no seu/nosso exercício individual e coletivo de cidadania. O foco geosocial (Hollanders 2019) foi usado para perceber as relações dinâmicas através das quais as pessoas se conformam ou transformam, dentro das suas realidades quotidianas; sendo que, neste caso, as ações solidárias transformaram (em alguns casos profundamente) as vidas e as visões do mundo dos meus interlocutores.

As transformações que encontrei, no terreno e em mim própria, desvelaram-se a diversos níveis, começando pelas suas/nossas vidas pessoais, familiares ou profissionais. Para alguns solidários com quem partilhei esta experiência de campo, o maior impacto deu-se ao nível externo, por exemplo, no seu posicionamento moral ou ético, e consequente participação política e social. As ações cívicas dos cidadãos mais engajados em solidariedade informal, aumentaram a sua consciência política, a sua perceção das injustiças sociais, a sua incidência social e a sua insatisfação, face às instituições ou decisores políticos. Se é certo que alguns já tinham uma posição política crítica, que se constituiu como principal fator de engajamento em ações de solidariedade; o certo é que essa mobilização política se acentuou. Por exemplo, vários interlocutores que conheci na Bélgica e as redes transnacionais sediadas na Suécia e em França, iniciaram a

sua ação solidária centrada no apoio pragmático a alguns refugiados, para mais tarde assumirem uma posição radical mais ampla, lutando pela regularização de todos os migrantes indocumentados.

Outros interlocutores (e eu própria) passaram a incluir-se em ações públicas de intervenção política, fazendo críticas abertas a instituições ou ao Estado, denunciando práticas de acolhimento desadequadas e programas nacionais disfuncionais. Por outro lado, conheci pessoas que alteraram profundamente o seu estilo de vida, para poderem dedicar-se a ações de solidariedade a tempo inteiro. Estas transformações parecem ter partido de um *locus* interno, isto é, de uma alteração na forma de *ver o mundo*, que provocou mudanças na forma de *estar-no-mundo*. Uma das minhas interlocutoras, anteriormente residente em Zurique e empregada numa grande corporação multinacional; primeiro entrou em falência financeira, por apoiar informalmente várias famílias refugiadas em situação de mobilidade. Num segundo momento, despediu-se do seu emprego, mudou de cidade e mantém-se, até à data (o nosso último diálogo foi em outubro de 2020) totalmente dedicada ao trabalho solidário, apoiando artistas em situação de mobilidade a obterem visibilidade, através de plataformas de expressão criativa.

Outras pessoas com quem convivi, no terreno, alteraram aspetos mais quotidianos das suas vidas, incluindo a vida íntima e familiar, as rotinas e práticas domésticas, os locais de férias, ou a economia pessoal, para incorporar a solidariedade com pessoas em situação de mobilidade. Duas das minhas interlocutoras tornaram-se mães adotivas (uma delas legalmente) de pessoas que conheceram em situação de mobilidade, através de ações de solidariedade informal. Outras famílias ampliaram-se, para incluir pessoas em situação de mobilidade, como membros da sua rede de relações alargadas ou como *parentes*, por afinidade. Destes encontros e transformações afetivas e de parentesco, parece expressar-se um desejo subliminar de mudança, uma nova ideia de Europa, mais justa e cosmopolita, imaginada e atuada nos interstícios e espaços invisíveis dos Estados-Nação.

Porque falamos de vidas humanas e de intersubjetividades, nenhuma destas descrições é uma “conclusão”; isto é, as atitudes das pessoas foram, elas próprias, sendo modificadas, ao longo do tempo, reagindo a influências pessoais, contextuais, políticas e relacionais. Uma das minhas interlocutoras passava longos períodos de tempo completamente imersa em ações de solidariedade e ativismo, seguidos de períodos de ausência e descanso, em que não conseguia manter nenhum contacto direto com pessoas em situação de mobilidade. Os coletivos, tal como as pessoas, vão reagindo a estes múltiplos estados-de-espírito e influências emocionais, alternando períodos de atividade mais engajados e disruptivos, com períodos de silêncio, ou com estratégias de ação mais distanciadas. Esta é a natureza dos sistemas moventes solidários: uma realidade fluida, transmutável, extremamente sensível a elementos externos e internos, que altera constantemente a sua configuração e o seu padrão de circulação, ou o seu *fluir-no-mundo*.

## COMPOSIÇÃO DA TESE

A tese está dividida em duas partes e sete capítulos. A primeira parte constitui-se como uma introdução ao tema da tese, incluindo a minha motivação pessoal e a contextualização do tema. Segue-se a proposta metodológica, utilizada ao longo do trabalho de campo, e a descrição deste documento escrito.

No primeiro capítulo, apresento o estado da arte, que se subdivide em seis temas-chave, onde discorro sobre os principais conceitos teóricos nesta tese; mobilidades e fronteiras, soberanias nacionais, categorias moventes e a “crise de refugiados”, o evento que marca o início temporal deste trabalho. O propósito do estado da arte é fazer uma revisão de literatura, acompanhada por uma análise detalhada dos aspetos teóricos que me foram ajudando a orientar a reflexão sobre o trabalho de campo. Uma das questões que procuro desconstruir, é a própria noção de “*crise de refugiados*”, que foi associada à mobilidade de pessoas para a Europa, em 2015. Começando por refletir sobre a mobilidade humana no mundo, procuro demonstrar a subjetividade das construções políticas que a interpelam e categorizam, os seus significados simbólicos e as suas consequências pragmáticas, nas vidas das pessoas. Faço, ainda, contrastar as estatísticas oficiais da mobilidade para a Europa depois de 2015 com a sua instrumentalização política, propondo algumas elações éticas e morais, que daí se depreendem.

Apresento, no segundo capítulo uma revisão de conceitos teóricos associados à solidariedade, nomeadamente o humanitarismo, a hospitalidade, a reciprocidade, e a solidariedade informal. Incorporo algumas variáveis interpessoais e intersubjetivas que com eles se entrosam, como a emoção e a motivação, procurando demonstrar a natureza subjetiva e contextual das diferentes formas de solidariedade encontradas no terreno. Por fim, faço uma exploração da literatura existente sobre atos de cidadania e ativismo, e o seu papel nos atuais movimentos solidários com pessoas em situação de mobilidade.

Na segunda parte, “cinco espaços, cinco histórias”, apresento o trabalho de campo multi-situado, começando por um preâmbulo; duas experiências prévias ao doutoramento que considere relevantes visitar, à luz das novas aprendizagens, em antropologia. No capítulo quatro, descrevo a realidade portuguesa contemporânea, no que diz respeito ao acolhimento e à solidariedade com pessoas em situação de mobilidade forçada. Faço uma descrição do trabalho de campo em Lisboa, incluindo as reflexões e observações recolhidas junto dos meus interlocutores, ao longo de três anos, que nos levaram a desmitificar algumas das narrativas institucionais sobre o acolhimento a refugiados. No capítulo cinco, incluo as ações colaborativas engajadas, de solidariedade informal, que realizei em parceria com a União dos Refugiados em Portugal e com o Fórum Refúgio, e a sua articulação com o contexto de solidariedade “formal”, ou



institucional. Concluo a descrição do trabalho de campo em Lisboa com algumas experiências de solidariedade informal que se constituíram como resposta, durante a pandemia por Covid-19.

No capítulo seis, são apresentados três territórios de solidariedade informal transnacionais. Primeiro, a Suécia, onde descrevo a formação e o desenvolvimento de redes de solidariedade informal com jovens afegãos em mobilidade na Europa. Em segundo lugar, Bruxelas, território onde realizei trabalho de campo acompanhando diretamente diversas iniciativas de solidariedade cidadã. Em terceiro lugar, Paris, local onde também realizei trabalho de terreno direto, seguindo as redes informais de solidariedade construídas no terreno. Em cada um destes espaços, são apresentadas reflexões contextualizadas, observações participantes e excertos de entrevistas a diversos interlocutores, engajados em ações solidárias. Procuo diferenciar, na descrição, as múltiplas influências, agências e poderes explicitados por estes distintos interlocutores, a partir de uma análise dos seus discursos, práticas e inter-relações.

O último capítulo é dedicado às reflexões finais e aos contributos desta tese para a antropologia pública, na sua forma interdisciplinar, engajada e comprometida, na qual se reflitam as transformações sociais, as lutas e as contestações às quais nos interpelam as pessoas em situação de mobilidade forçada, na Europa contemporânea. Sublinho, ainda, algumas das limitações e idiosincrasias que poderão ter condicionado a minha leitura do terreno, assumindo, uma vez mais, a minha posicionalidade e lugar-de-fala.

## CAPÍTULO 1

### ESTADO DA ARTE

#### 1.1. MOBILIDADES

Vivemos numa era de mobilidades, a uma escala sem precedentes na história da humanidade. O mundo é híbrido, fluído e dinâmico, e as formas de expressão do *homem-no-mundo* estruturam-se a partir do seu movimento, do trânsito e da mudança (Clifford 1992, 1997; Gupta e Ferguson 1997; Malkki 1992; Augé 1992; Appadurai 1996; Bauman 2000; Ingold 2009; Urry 2000; Mbembe 2017 [2013]); Cresswell 2006; Kirby 2009; Agier 2013). “Movement is, after all, life” (Kirby 2009, p.15); “mobility is central to what it is to be human” (Cresswell 2006, p.2). A mobilidade tanto acarreta significados positivos, por exemplo a liberdade, a criatividade e a modernidade; como negativos, por exemplo a marginalidade, a subversão, a transgressão, o desvio, o crime e a destituição (Bauman 2000; Cresswell 2006). Porquê esta dupla face de simbolismo para uma mesma expressão humana, tão essencial nas nossas vidas? Na sua expressão disfuncional e disruptiva, a mobilidade parece apresentar-se como uma oposição à ordem, uma ameaça, algo que deve ser controlado, uma revolução metafísica, algo que provoca o caos (Foucault 2003 [1975]; Malkki 1992). Nesta perspetiva, a mobilidade deve ser entendida na sua forma política (Lemos 2009), porque ela não é neutra, e revela formas de poder, controlo e vigilância que a interpelam, podendo ser lida também como agência e performance.

Relembro o momento da minha primeira viagem de carro entre *Al-Hudaydah* e *Haradh*, de uma cidade portuária iemenita, com aeroporto e comodidades modernas, para uma cidade fronteiriça, no deserto, quase na fronteira com a Arábia Saudita. Além da óbvia mudança de paisagem, que endurecia a cada quilómetro, fustigada pela areia levantada pelo vento; o que me chamou de imediato a atenção foi o movimento contínuo dos jovens etíopes que mencionei na introdução, todos a caminhar na mesma direção. Magros, poeirentos, visivelmente cansados pela agressão dos elementos, formavam parte de uma *corrente coletiva que fluía* ao longo de 300 quilómetros. Durante oito meses de convivência, viria a compreender melhor este movimento imparável e improvável de pessoas, contrário a todas as lógicas humanitárias, que persistia e resistia, continuando-se no tempo e no espaço. Esta experiência impactante demonstrou-me que nada pode conter a mobilidade humana, pois ela *precisa* de continuar-se. Porque *precisamos* de encontrar novas soluções, novas formas de existência e de convivência no planeta, a migração faz e fará sempre parte da vida humana, como um ímpeto à transformação, gravado na própria natureza de *sermos*. Ghassan Hage (2009) falou desta mobilidade existencial da humanidade, da necessidade absoluta do ser-humano se projetar no movimento, e na sensação de “ir para algum lado”. O movimento e a mobilidade constituem, portanto, conceitos-chave na compreensão e na análise do mundo contemporâneo, daí a importância paradigmática da investigação com

migrantes e refugiados (Malkki 1992, 1995a; Agier 2011, 2013, 2014). Sheller e Urry (2007), bem como Cresswell (2006) falam da necessidade das ciências sociais fazerem um *mobility-turn*, isto é, de colocarem as mobilidades, e não as categorias estáticas e políticas, no centro da investigação.

Talvez por isso, Thomas Nail (2015) alcunhou o século XXI de “século do migrante”, referindo-se ao ritmo acelerado do mundo contemporâneo, e à forma como este incita, ainda mais do que antes, à circulação de pessoas. Urry (2000) concorda com esta visão da contemporaneidade, convocando as ciências sociais a uma análise das mobilidades como fator decisivo no futuro deste século. Thomas Nail (2015), enquanto filósofo, detém-se sobre os significados epistémicos da mobilidade, chamando-nos a atenção para os impulsionadores do movimento contemporâneo, que vão muito além da ação humana. Nail (2015) inclui as mudanças climáticas, geológicas e tecnológicas, como agentes primordiais na expansão das sociedades, forçando-nos, ameaçando-nos e provocando-nos mudanças estruturais. Numa era caracterizada pela mobilidade é, por isso, necessário encontrar novos paradigmas, que desconstruam o antropocentrismo das análises científicas anteriores, e nos ajudem a situar as pessoas na sua relação com este imparável movimento global, que nos está a transformar, apesar da ilusão do *governo sobre as mobilidades*, e apesar das fronteiras que nos são impostas (Nail 2015).

Peter Wynn Kirby (2009) sugeriu que os antropólogos *adotem o movimento*, em detrimento do *espaço*, porque é o movimento que determina a mudança e que desafia as estruturas políticas. As fronteiras, que visam a pacificação e o controlo dos corpos (Kirby, 2009, p.4), são contestadas pelas *vidas-em-mobilidade*. Os estudos centrados no espaço e na imobilidade acabam, assim, por contribuir para a *objetificação, subjugação e apropriação*; criando distorções na compreensão do *ser-humano-no-mundo* e na sua consequente análise sociocultural (Kirby 2009, p.10).

Um conceito-chave utilizado por Deleuze e Guattari (1987) a este respeito é o *agencement* (em francês) ou *assemblage* (em inglês) (Patton 1981; cf. Nail 2015). É um conceito ontológico difícil de traduzir, que Thomas Nail (2015) simplifica como “uma construção, um arranjo”, cujo âmago é uma multiplicidade, e não “um todo”. Contrariamente às primeiras teorias sistémicas, que se centravam na análise do todo resultante de uma teia de relações (uma família, um ecossistema); a utilidade deste conceito é o estudo da *complexidade-em-transformação*, nela incluída a relação entre seres humanos e outros fenómenos irresolutos (como a mudança climática ou a evolução tecnológica). A questão central, na complexidade, ao contrário das abordagens antropocêntricas, deixa de ser “porquê?” para tornar-se “*como? onde? quando? e desde que perspectiva?*” (Nail 2015). Noutras palavras, se queremos saber o que alguma coisa é, na sua essência, não podemos presumir que aquilo que observamos é um “produto final”, ou que é independente da rede de relações sociais, ecológicas e históricas com que se interliga, *naquele momento*.

Os sistemas são, por natureza, complexos e relacionais e, portanto, nunca são estáticos (Nail 2015, Bateson 2018). O conceito de *habitus*, proposto por Pierre Bourdieu (1980), ajuda a explorar esta noção de *inter-relacionalidade*, associando o conceito de *estar-no-mundo* a um conjunto de disposições, ações e percepções, que são mobilizadas pela participação em experiências sociais coletivas. O *habitus* (Bourdieu 1980) nasce das predisposições sociais e históricas a que estamos sujeitos, mas também se constitui, ele mesmo, como um potencial produtor de transformações, através da exposição contínua a novas experiências (Bourdieu 1980). O *habitus* de Bourdieu parece carecer, no entanto, de um detalhe importante; o da *intersubjetividade*. Guattari (1977, cf. Kinman 2019) demonstrou mais interesse em dar conta da transversalidade dos processos humanos *em relação*, e *em mudança*. As suas preocupações iam para além de questões únicas e estáticas (direitos humanos, ecologia, saúde ou outros), para se centrar nos fluxos temporais, históricos e sociais da *inter-relacionalidade* (Kinman 2019).

Para ser justa para com os impulsionadores da teoria sistémica, já Gregory Bateson tinha encontrado formas de desconstrução da lógica antropocêntrica, quando propôs a relação indissociável entre a mente e o contexto ecossocial envolvente, quer em *Naven* (Bateson 1936), quer em *Mind and Nature* (Bateson 1979). Mas foram epistemólogos como Heidegger (cf. Tim Ingold 2009) que refletiram sobre os aspetos ontológicos mais profundos desta complexidade, como o conceito de *ser-no-mundo*, ou de *habitar-o-mundo* (Merleau-Ponty 1985). A experiência de *embodiment*, ou seja, a inter-relação inseparável entre *ser-se* humano e *estar-no-mundo*, ou “habitar-um-corpo-que-pensa-e-sente-no-mundo”, é importantíssima para a antropologia, na análise da complexidade humana, mas, como descrevê-la? Uma proposta científica interessante é-nos dada por Nora Bateson, filha de Gregory Bateson e investigadora de sistemas complexos. Nora Bateson (2018) propôs uma metodologia de análise que designou por *warm data*, e que descreve do seguinte modo:

Warm Data describes relational interdependencies and the necessary contradictions, binds (double-binds and more), and inconsistencies that occur in interrelational processes over time. Warm Data is the delivery of these multiple descriptions in active comparison, usually in a form that permits and even encourages the subjectivity of the observer within which it is possible to make meta connections. (Bateson 2017<sup>4</sup>).

A proposta de investigação da complexidade proposta por Bateson (2017; 2019) convoca-nos a *cruzar perspectivas*, entre diferentes observadores e participantes da investigação. Assumindo que a compreensão da complexidade só nos pode ser dada em *fragmentos*, a partir de múltiplas percepções intersubjetivas, que resultam de vivências, em constante ajustamento e transformação, ao longo do tempo, precisamos de usar

---

<sup>4</sup> Bateson, Nora, Warm Data: Contextual Research and New Forms of Information, “Transform” blogue, 8 janeiro 2019 [consult. 12 nov. 2020], disponível [em linha]: <https://thetransformseries.net/2019/01/08/warm-data-contextual-research-and-new-forms-of-information/>

dados *quentes*. Estes são os dados recolhidos na ação, *ainda a quente*, que nos podem ser dados pelas reflexões coletivas, de distintos interlocutores, face ao mesmo *contexto vivido*. John Shotter (2011), terapeuta familiar, propôs a ideia de *witness (estar-com)* para descrever os sistemas humanos na sua complexidade. Definiu este *estar-com* como uma forma de honrar as relações no contexto em que estas ocorrem, em vez de falar *acerca de* indivíduos ou *acerca de* relações sociais, de forma distanciada. Kinman (2019) sugere que este conceito de *estar-com* se pode aplicar à investigação mais alargada *com* sistemas complexos, sendo o produto final aquilo que emerge, a partir das *nossas* relações coletivas. Esta é uma forma de retratar o campo, na sua natureza mutável, dentro da complexa teia de *relações-que-ocorrem*, no espaço-tempo em que as estudamos (Kinman 2019).

O meu interesse nesta tese de doutoramento, é justamente procurar apresentar a complexidade fluida que observo e na qual participo, onde também *estou-com* as pessoas. Não quero apresentá-las como um objeto de análise, mas sim como um fluir de ações e relações humanas que se expande e transforma, num contexto pessoal, social e político, englobando também os espaços físicos, virtuais e existenciais onde nos inter-relacionamos. No meu trabalho, este *objeto fluido* emerge das redes de solidariedade informal, estabelecidas entre a sociedade civil e as pessoas em situação de mobilidade forçada, nas quais participei, e a partir das quais os meus interlocutores *descrevem uma experiência partilhada*. Estando a agência humana (Emirbayer, M. e Mische, A. 1998; Denaro 2016) ligada a esta essência complexa que emerge de *ser-se humano e habitar-o-mundo*, com toda a intersubjetividade que as nossas vivências acarretam, a *ação-no-mundo-em-que-se-habita*, pode dar-nos pistas sobre as influências humanas e não-humanas que nos instigam ao diálogo com a mobilidade, com o nosso *fluir-no-mundo* comum.

Thomas Nail (2015) propôs, a este respeito, o conceito de *kynetic systems* (sistemas moventes, em tradução livre), inspirado pelo conceito deleuziano de *nomadismo* e pelo conceito de *rizomas* (Deleuze e Guattari 1987). Os *sistemas moventes* são compostos por padrões de movimento, situados no momento e no espaço em que os podemos observar e compreender. Tal como proposto por Nail (2015), os sistemas moventes advêm do passado, mas são compreendidos no presente (à luz do presente). Para os compreender, teremos que olhar para o seu fluxo, circulação e mobilidade (Nail 2015), pois o próprio sistema está em permanente mudança e reconstrução, através das suas agências coletivas. No entanto, ao contrário dos *rizomas* de Deleuze e Guattari, os sistemas moventes de Nail são compostos por continuidades (fluxos, padrões, regimes de circulação), que podem ajudar-nos a explicar como é que os *seres-humanos-em-movimento* existem, se transformam e são transformados. Para ajudar a interpretar estas continuidades, Nail (2015) propõe o conceito de *kinopolitics*, isto é, uma teoria política do movimento (tradução livre). Ao invés de adotar as típicas categorias antropocêntricas de análise (cidadãos, direitos, estados, etc.), Nail propõe uma análise centrada no fluxo das

mobilidades. Considerando a sociedade não como uma coisa estática, localizada espacial e temporalmente (como o fazem as teorias antropocêntricas), Nail propõe uma análise dos padrões de mobilidade que nela se inscrevem. As nações dirigem as pessoas e os objetos em determinadas direções, produzindo condições sociais e promovendo uma expansão territorial, jurídica e económica, através de mecanismos de expulsão do que “não pertence”. Os sistemas moventes solidários com os “não-pertinentes” reagem a estes constrangimentos, buscando padrões de circulação subversivos, e é *esta* a sua linguagem. Perceber o seu movimento é entender este permanentemente atualizado *fluir-no-mundo*, pontuados pelos silêncios obstritos da sua imobilização.

Diversos investigadores que se dedicam ao estudo das mobilidades (por exemplo, Sheller 2014), articulam o movimento das pessoas no mundo com os mecanismos que o contrariam, restringem, limitam ou detêm. Por exemplo, com as políticas de *fazer fronteiras*, em nome da *segurança*, e as suas consequentes práticas de controlo da mobilidade. Ao conectar-se a segurança com a mobilidade, são inevitavelmente invocadas as reflexões de Foucault sobre o exercício de poder disciplinar que procura dominar os corpos (Aradau 2016). Os movimentos de migrantes e refugiados que se deslocam entre fronteiras são controlados, interrompidos e desviados, por diversos mecanismos de expulsão, contenção e imobilização forçada, gerando efeitos de dispersão e divisão, de acordo com categorias políticas que lhes são atribuídas. Claudia Aradau (2016) introduziu a expressão *gramáticas políticas da mobilidade*, para refletir sobre estas relações entre o poder soberano e os corpos subalternizados, sublinhando a sua subjetividade, os fluxos, padrões e distinções resultantes. Como numa linguagem, podemos compreender a partir das práticas de imobilização e dos padrões de circulação, os fluxos e as distinções, e como é que estes dialogam com o poder soberano dos Estados-Nação.

## **1.2. LIMITES E FRONTEIRAS**

Fronteira e limite são dois conceitos amplamente utilizados e analisados na literatura antropológica. Ao longo da última década, o trabalho académico tem mudado a forma de abordar as fronteiras, incluindo cada vez mais a participação de redes de migrantes, de ativistas e de académicos, engajados num debate sobre a mobilidade humana (De Genova et al. 2014). No cerne das novas abordagens antropológicas sobre a mobilidade estão os *estudos críticos sobre a fronteira*, que argumentam que a função da fronteira está muito além da sua imposição de limites físicos ou “muros”. Agier (2016) concetualizou a *localidade* da fronteira como uma definição inerente ao princípio de *estar-no-mundo*; propondo que, na fronteira, se dá um reconhecimento recíproco entre as pessoas que utilizam o mesmo espaço, nele definindo as suas pertenças. As barreiras sociais e as fronteiras são, portanto, subjetivas, definidas pelos *indivíduos-no-mundo*, numa inter-

relação permanente com os códigos sociais e políticos dominantes. A fronteira está, por isso, marcada por rituais e hábitos que a formalizam e que a constituem como limite reconhecível espacial, simbólica e temporalmente, pelos indivíduos que a habitam.

O conceito de fronteira proposto por Thomas Nail (2015; 2016; 2019) desconstrói os habituais mecanismos de edificação de “muros” e outros aspetos da agência humana, para dar visibilidade a uma função indireta da fronteira, que é a de *gestão da circulação de pessoas* (Nail 2015; 2016). Sob este ponto de vista entende-se que, sendo a mobilidade imparável, a fronteira nunca é estática, ela acompanha o movimento, movendo-se, e sendo movida. Podemos começar por observar o óbvio: uma fronteira física decompõe-se e altera-se, pelo natural desgaste do tempo (Nail 2015). Este desgaste faz com que as pessoas em movimento vão encontrando *pontos fracos* ou *zonas cegas*, através dos quais o seu fluxo pode continuar-se, *apesar* das fronteiras. Não descurando a ação humana na criação de fronteiras, através de negociações políticas, económicas, étnicas e outras (Balibar 2002; De Genova 2016; De Genova 2017a; De Genova 2017b; De Genova 2017c), não podemos ignorar a influência dos elementos naturais. O mar Mediterrâneo, o estreito de Dover, e as montanhas dos Alpes, participam no projeto global de afunilamento e controlo da circulação de pessoas no mundo (Nail 2015). O movimento da fronteira pode ser também observado nos seus diversos *prolongamentos externos*, mediados pela agência humana. Por exemplo, *os tentáculos* das fronteiras Europeias, negociados através de acordos de cooperação com países do norte de África como a Líbia, Marrocos, o Níger, o Egito, a Argélia, a Tunísia ou a Mauritânia (Cernadas 2009). Internamente, dentro de cada território constituído como soberano, podemos observar também um movimento de *contração interna* da fronteira. Por exemplo, o uso de poderes institucionais e administrativos para controlar as mobilidades dentro dos territórios, ou o recurso ao policiamento incisivo sobre migrantes. Neste sentido, a fronteira distende e contrai-se, constitui-se e transforma-se, numa multiplicidade complexa de relações, poderes e agências, que procuram dominar o movimento contínuo de pessoas no mundo, impondo-lhe regras de circulação entre espaços.

Esta ambição de domínio sobre o fluxo natural de pessoas e objetos no mundo, tem antecedentes históricos, nomeadamente, o nosso passado colonial e as tentativas de *dividir o mundo*. Não só se ergueram muros consecutivos, entre países e pessoas, ao longo da história, como se expandiram e reinventaram as fronteiras, tornando-as “lugares” de imobilização (campos de refugiados, centros de detenção, albergues). A evolução tecnológica tem permitido “enfrentear” o mundo, utilizando métodos cada vez mais complexos e especializados (bases de dados, impressões digitais, passaportes biométricos). Ao mesmo tempo, alguns de nós, privilegiados, que herdámos o direito à livre circulação, podemos ir onde queremos, quando queremos, *apesar* dessas restrições. A circulação de bens e de capital financeiro adquiriu a liberdade e o privilégio da

*supernacionalidade*, uma pertença global, que tornou as fronteiras obsoletas ao cosmopolitismo e à *fluidez-no-mundo*. Ao mesmo tempo que as grandes empresas se foram tornando *multinacionais*, os lucros das corporações foram sendo colocados, em parte, na sofisticação das fronteiras, condicionando a liberdade de circulação dos trabalhadores, sobretudo aqueles que *produzem mais por menos*, convenientemente imobilizados no designado *Sul Global*. Assim, chegámos a esta bizarra realidade contemporânea, de globalização “parcial”, que suprimiu algumas fronteiras, mas ampliou e transformou outras, reforçando-as, deslocando-as, dissociando umas das outras. Atesta-se, portanto, a tese de Nail (2015), de que as fronteiras são objetos materiais e imateriais *móveis, líquidos, instrumentalizáveis e transformáveis*.

A ser assim, poder-se-ia dizer que as fronteiras contêm em si o seu próprio limite. Quero dizer, a regulação da circulação de bens e de pessoas tornou-se, em si mesma, um processo desgastante, poroso e contornável. Não podendo ser estática, porque nada o é, da mesma forma como a fronteira controla e subjuga os corpos em movimento, estes transformam-na, desafiam-na e nela recirculam, através de novas interações, agenciamentos e resistências. É esta a *natureza polissémica* das fronteiras de que nos fala Balibar (2002, p.79), e também o cerne do meu tema de investigação. As fronteiras são, simultaneamente, “regiões de espaços geográficos, históricos, sociais e emocionais” (Balibar 2010, p.316), *móveis e transformáveis* (Nail 2015), com “significados distintos” (Ortner 2007, p.383), “inter-relacionais” (Godinho 2007, p.67), reprodutoras de pertenças e de exclusões. No entanto, a sua *polissemia* e subjetividade, não tornam a fronteira menos real (Balibar 2002). A fronteira efetiva funções de demarcação e de territorialização concretas, entre indivíduos e grupos sociais, entre intercâmbios e fluxos, entre a existência com e sem direitos (Balibar 2002, p.79). Seja ancorada no presente, lembrada desde o passado, ou imaginada no futuro (Neto 2016); ou, na sua forma mais literal, enquanto “artefacto político de divisão político-geográfica” (Hannerz 1997, p.545), a fronteira interpela-nos à reflexão sobre como estamos, afinal, a dialogar com ela, através do nosso coletivo *fluir-no-mundo*.

A partição do globo em unidades espaciais designadas como países, regiões e estados, sugere que a forma como os seres humanos imaginam a sua identidade e pertença, se encontra vinculada à imobilização, isto é, à vida sedentária, confinada em territórios (salvo raras exceções, de vidas nómadas). Ora, a mobilidade opõe-se a esta ideia de pertença confinada, propondo que as “raízes” são transplantáveis. James Clifford (1992, 1997) sugeriu a ideia de *dwelling while travelling* (habitar enquanto se viaja) para enfatizar a relação indissociável entre o movimento e a estase (1997, p.2). Desta relação, nascem os interstícios da fronteira ou “espaços de trânsito”; que podem ser lugares habitados ou “não-lugares”, como definiu Marc Augé (1992). São, em todo o caso, espaços de circulação voláteis, de relação entre viajantes e “nativos” ou comunidades de acolhimento. O conceito de *liminaridade*, desenvolvido por Turner (1987 [1964]; 2012 [1974]), mas



cunhado por van Gennep (1960 [1908]), refere-se a este estado existencial intermédio, interessante na exploração dos interstícios das fronteiras. Os antropólogos clássicos entendiam a liminaridade como uma transição, nos rituais de passagem e localizavam-na entre três etapas: 1) a separação; 2) a vida na margem ou limbo e 3) a reincorporação social, com um novo estatuto. O estado de limbo constitui-se, nesta asserção, como uma espécie de parêntesis temporal, um *espaço de exceção*, e a ele se podem associar as existências dos refugiados e dos migrantes, em mobilidade entre fronteiras (Neto 2016).

Liisa Malkki (1995a) explorou este conceito de liminaridade para ressaltar a forma como este é *produzido*, pela soberania dos Estados-Nação (Malkki 1995a). Os refugiados são *forçados* a manter-se em transição, em *limbo*, numa vida *à margem*, até conseguirem chegar ao seu estatuto, concedido por um Estado-Nação soberano. Malkki (1995a; 1995b) recorre à ideia de poluição, desenvolvida por Mary Douglas (1966), para argumentar que os refugiados se constituem, nestas circunstâncias, como *matter out of place*, uma subversão da *ordem nacional das coisas*. A alteridade dos refugiados confere-lhes uma *propensão natural* para a contestação da soberania e das fronteiras, ameaçando a *estabilidade do nativo* (Malkki 1995a; 1995b). Esta subversão que os refugiados contêm, pela sua própria existência liminar, incita os Estados-Nação a responder-lhes com desconfiança, procurando exercer, sobre eles, um domínio soberano. Além das evidentes barreiras físicas e imateriais, constituídas como fronteiras internas e externas, há aspetos simbólicos nesta relação de dominação. O viajante que chega e nos interpela sobre as nossas próprias vivências e práticas, como *nativos*, despoleta emoções ancestrais de medo e de suspeita (Herzfeld 1987). Por este motivo simbólico e visceral, a fronteira pode ser facilmente instrumentalizada, como um mediador social, na regulação de identidades e de interações entre grupos sociais (Cohen 1986, cf. Neto 2016). Pedro Neto (2016) sugere que algumas imagens simbólicas de impureza, de intolerância e de violência, arraigadas na cultura, têm sido utilizadas como fundamentos, na construção de “uma miríade de limites, margens, divisões e fronteiras” (p.81). Quer isto dizer que as fronteiras são, simbolicamente, alimentadas pelas narrativas coletivas que reproduzimos, inconsciente e socialmente, sobre *os Outros*, através de histórias, imagens, mitos e eventos que vão dialogando entre si, fazendo convergir opiniões, estereótipos e assunções.

Michel Agier (2013) e Balibar (2001; 2002) observaram que as fronteiras se compõem de “frente e verso”, servindo essa dualidade intrínseca para regular as partilhas e as relações entre os indivíduos que estão “dentro” ou ficam de “fora”. Fica de fora da fronteira quem demonstra “inconveniências” ou “incapacidades” (Nail 2020). Todos aqueles que se movem experimentam, em algum momento, um certo grau de expulsão, operado pelas fronteiras, seja através da negação de estatuto jurídico, apoio económico, político ou enquadramento territorial (Nail 2020). Se quisermos perceber a pessoa que se move, a partir da sua fluidez, e não da sua estase, teremos que compreender melhor estes mecanismos de expulsão, na sociedade que o

“recebe”. As ações de hospitalidade na sociedade de acolhimento, revelam-nos como se posicionam os cidadãos face às fronteiras e às pessoas que nela se movem.

Vários estudos elaborados na última década (Mezzadra 2001; De Genova 2010a, 2010b; 2012; Tsianos e Karakayali 2010; Glick Schiller e Salazar 2013; Mezzadra e Neilson 2013; Casas-Cortés et al. 2015 ; Kalir 2019; Formenti et al 2019; Vacchiano 2019) têm demonstrado que o controle sobre as mobilidades na Europa contemporânea se constitui como uma forma de reprodução de classe, trabalho e segregação racial, arraigada no *não-tão-longínquo* e ainda *não-resolvido* passado colonial do continente. Os estudos críticos sobre o *regime Europeu de fronteiras* (De Genova 2010a; 2010b) apelam à análise da complexidade e multiplicidade dos mecanismos de controlo contemporâneos, incluindo as ferramentas biopolíticas de recirculação e de obstrução do movimento (Papadopoulos et al. 2008); e as classificações territoriais e de mobilidade, que condicionam o acesso de algumas pessoas ao seu direito de *habitar-no-mundo* (Mezzadra 2007; Balibar 2009; Vacchiano 2019).

No entanto, esta função de *expulsão* do migrante ou refugiado (De Genova et al. 2014; 2018; Nail 2015), ignora o potencial de fluidez e de impermanência das mobilidades (Nail 2015; Agier 2016). Para separar os estrangeiros dos “nativos”, a fronteira teria que existir num território nacional estático e imutável, imune de influências relacionais cosmopolitas. E os “estranhos” teriam que permanecer imutáveis e estáticos, para servir de contraponto à identidade nacional “fixa” dos nativos. Como nenhum ser-humano pode autoproclamar-se “nativo” e nenhuma fronteira é, ou foi alguma vez, estável (Agier 2016), estes mecanismos de expulsão reagem à intersubjetividade, produzindo formas diferenciadas de relação, alteridade, acesso e influência (De Genova et al. 2014; 2018). Desta forma, as fronteiras e as mobilidades vão “dialogando”, a partir de constantes tensões entre acesso e negação, mobilidade e imobilização, disciplina e punição, liberdade e controlo. A fronteira coloca, assim, os indivíduos em relação, uns com os outros, numa constante abertura a novas interpretações sociopolíticas do mundo. Nesta lógica, a fronteira representa separação e relação (Agier 2016), no espaço-tempo social, materializando-se quer através de objetos (muros, limites físicos), de símbolos, de ações e de comportamentos humanos.

Voltando à conceção clássica de Arnold van Gennep (1960 [1908]) sobre o ritual de passagem, é na fase liminar que se nota como é que a fronteira se “move”, aquando da negociação entre identidades e interpretações sobre “os outros”. Quando falamos de migrantes e refugiados, há que acrescentar, ainda, a influência das interpretações *políticas* (Agier 2016). A fronteira, enquanto mecanismo de controlo sobre os indivíduos que nela circulam, baseia-se em interpretações políticas sobre excecionalidade, decretadas e mantidas através do exercício de poder soberano, que mantém o “*sans-papiers*”, o “refugiado”, “o requerente de asilo”, à margem da lei “comum”. Sendo a exceção criada e transformada, ao critério de quem detém o

poder e soberania políticos, o controlo da fronteira sobrepõe-se às circunstâncias individuais concretas, e à agência dos indivíduos.

Cabe então, à sociedade civil, no âmbito da hospitalidade, criar espaços de acolhimento do lado “inverso” das fronteiras (Agier 2013; Balibar 2001; 2002), e é aqui que encontramos a contra-narrativa que me interessa explorar nesta tese. As pessoas em mobilidade coexistem com estes mecanismos de expulsão e de invisibilização, mas também contestam, protestam, resistem e formam redes de solidariedade informal. *The subaltern cannot speak*, como dizia Spivak (1988), mas nós podemos ouvi-los, nos locais certos. Teremos, no entanto, que escapar às armadilhas que Spivak designou de “violência epistémica”. O discurso académico não pode pretender representar as pessoas subalternizadas, mas pode iluminar os espaços de invisibilidade a que estas estão remetidas, e a partir dos quais elas atuam, resistem e dialogam. Se considerarmos a mobilidade como um movimento contínuo, fluido, que alterna entre formas de movimento permanentes (migratórias), e formas mais curtas e temporárias (viagem, estadia, passagem); podemos encontrar uma linguagem e um espaço, onde diferentes inter-relações e influências transformadoras se situam. A resistência às categorias políticas de exclusão e separação, aplicadas pelos Estados (*migrante, refugiado, requerente de proteção internacional, migrante indocumentado, nómada, trabalhador sazonal, migrante clandestino*), estão concentradas nestes espaços liminares, como *embodied matter out of place* (Malkki 1995b).

### 1.3. ESTADOS-NAÇÃO E SOBERANIAS NACIONAIS

Um aspeto fundamental, colocado em evidência por Gellner (1983) é que, ter uma *nação*, nunca foi um atributo inerente ao ser-humano, mas sim constituiu-se como tal, ao longo da história. O conceito moderno de *Estado-Nação* é uma herança histórica, construída a partir de uma série de conflitos e acordos, sobretudo dos tratados políticos de Vestfália, no século XVII (cf. Santinho 2011). Partindo da ideia (ou da ambição) de adquirir *soberanias nacionais*, formaram-se alianças e fronteiras, que alimentaram profundas desigualdades estruturais, conflitos, violências e migrações forçadas, por grupos étnicos minoritários. Para Achille Mbembe (2017 [2013]), a soberania nacional é definida a partir de um processo de *autoinstituição* e *autolimitação*. Este filósofo e teórico político camaronês, defende que os Estados-Nação exercem a sua autoinstituída soberania recorrendo a narrativas e imagens que foram inspiradas por ideologias nacionalistas. Estas ideologias nacionalistas, por sua vez, autorizam o projeto soberano do Estado a uma *“instrumentalização generalizada da existência humana, e à destruição material de corpos humanos e populações”* (Mbembe 2017 [2013], p.11, sublinhado meu).

Articulando esta conceção de soberania nacional de Mbembe com o conceito de *biopolítica*, de Foucault e o *estado de exceção* de Agamben (1995), a soberania é operacionalizada à custa de contínuos *estados de*

*exceção* e controlo sobre os corpos das pessoas a quem é atribuída alteridade. Essa alteridade é ficcionada, a partir de imaginários nacionalistas, para ajudar a *separar e dividir* a população mundial em categorias políticas e económicas, estabelecendo-se uma *censura* entre aqueles que podem aceder a plenos direitos de cidadania e aqueles cujos direitos se devem restringir.

Para além das categorias de classe, utilizadas para este efeito, ao longo da história, a ideia de raça constituiu, segundo Mbembe (2017 [2013]), uma convicção proeminente no exercício do *biopoder*. A desumanização do *outro racializado*, e a subalternização do seu corpo, articula-se de modo profundo com a história do racismo e do poder colonial (Mbembe 2017 [2013]). Frantz Fanon (2005 [1961]) descreveu de forma clara os mecanismos de controlo espacial durante a era do colonialismo. A ocupação colonial envolvia um processo de partição global do espaço, e de divisão interna dos territórios, através da formação de fronteiras internas, legitimadas por um imaginário de direitos diferenciados, entre colonizadores e nativos. Essas linhas divisórias internas, ajudavam a segregar os colonizados, remetendo-nos a um espaço restrito, onde os seus movimentos se mantinham sob o controlo do Império. Mbembe (2017 [2016]) argumenta que este exercício de violência estrutural colonial se conecta com o *imaginário sagrado* da nação, uma ficção que atribuiu um *direito divino* à identidade nacional, justificando que esta *deve ser defendida dos Outros*, a todo o custo. Os *Outros*, associados visceralmente a emoções ancestrais de ameaça e de perigo, tornam-se, assim, *inimigos da nação* (Mbembe 2017 [2016]).

Como se relacionam os sistemas moventes solidários de que quero falar, com estas estruturas de poder soberano, influenciadas pelo passado colonial, e mantendo determinados Estados com poder sobre outros, pela via institucional, financeira, militar e política (Schiller 2004, cf. Sacramento 2014)? Para uma análise mais profunda sobre a reprodução de poderes e violências estruturais, apoio-me nas reflexões de Hannah Arendt, sobre as origens do totalitarismo (Arendt 2017; [1951]); na conceção de *estados de exceção* (Agamben 1995), na hipótese de *departheid* proposta por Barak Kalir (2019), e na criação das *políticas de inimizade*, descritas por Achille Mbembe (2017 [2016]).

Em “*Origens do Totalitarismo*”, Hanna Arendt (2017; [1951]) analisa como se operacionalizou a xenofobia e a divisão entre pessoas durante o regime nazi. Tal como sugerido por Fanon (2005 [1961]) e Mbembe (2017[2013]), em relação ao período colonial, Arendt (2017; [1951]) acredita que as fronteiras e divisões do mundo se estabelecem a partir de uma série de ficções sobre *os estranhos*; que foram legitimando métodos de imobilização como forma de “autodefesa” dos territórios nacionais:

Da mesma forma como a estabilidade do regime totalitário depende do isolamento do mundo fictício criado pelo movimento em relação ao mundo exterior, também a experiência do domínio total nos campos de concentração depende do seu encerramento ao mundo de todos os homens, ao mundo dos vivos em geral e até mesmo ao mundo do próprio país que vive sob o domínio totalitário. Este

isolamento explica a peculiar irrealidade e a incredibilidade que caracterizam todos os relatos provenientes dos campos de concentração e constitui uma das principais dificuldades para a verdadeira compreensão do domínio totalitário, pois, por mais incrível que pareça, os campos são a verdadeira instituição central do poder organizacional totalitário (Arendt 2017, [1951], p.581).

Arendt (2017, [1951]) chama-nos a atenção para a forma como a imobilização e o genocídio do povo judeu, se constituiu como a expressão central do antes improvável e inimaginável regime nazi. A imobilização foi usada como antagonista do movimento, cessando o direito inequívoco do povo judeu a *habitar-o-mundo*. A tolerância à imobilização deste *outro*, subalternizado, foi permitindo uma construção fictícia, mas efetiva e pragmática, da ideologia nazi, através da normalização da violência e da sua simbologia moral:

A tentativa totalitária de tornar supérfluos alguns homens reflete a sensação de superfluidade das massas modernas numa terra superpovoada. O mundo dos agonizantes, no qual os homens aprendem que são supérfluos através de um modo de vida em que o castigo nada tem a ver com o crime, em que a exploração é praticada sem lucro e em que o trabalho é realizado sem proveito, é um lugar onde a insensatez é diariamente renovada. No entanto, na estrutura da ideologia totalitária, nada poderia ser mais sensato e lógico. Se os presos são insetos daninhos, é lógico que sejam exterminados por meio de gás venenoso; se são degenerados, não se deve permitir que contaminem a população; se têm almas escravas (Himmler), ninguém deve perder tempo tentando reeducá-los. Vistos através do prisma da ideologia, os campos parecem até ser lógicos demais (Arendt 2017; [1951], p. 606).

Baseando-se nesta ideia de *banalidade do mal* (Arendt 1963), Barak Kalir (2019) transpôs, para a contemporaneidade das migrações, o conceito de *departheid*, para explicar a construção atual de uma ideologia de Estados-Nação, que diferencia os países do Norte Global dos migrantes e refugiados do Sul Global. Kalir (2019) defende que o conjunto de práticas e mecanismos de gestão de fronteiras, se constitui como violência sistêmica, perpetrada apenas contra determinadas pessoas, em situação de mobilidade. Segundo Kalir (2019), estas práticas violentas só se conseguem explicar com o recurso a uma ideologia hegemônica que considere menores, ou menos importantes, as vidas dos migrantes e refugiados do Sul Global. Só assim se encontra uma lógica racional, que explique a utilização dos mais recentes procedimentos violentos, aplicados pelos serviços de imigração, que têm incluído operações policiais incisivas, repressão de operações de salvamento marítimo, longos períodos de detenção e de imobilização de refugiados em campos e centros de detenção, separação de famílias migrantes durante anos, deportações para países em grave risco de segurança e recusas de desembarque a migrantes resgatados por barcos humanitários (para enumerar apenas algumas). Só a crença num certo *excepcionalismo ocidental*, pode tolerar que milhares de pessoas do Sul Global morram, a cada ano, no mar Mediterrâneo; ou que milhares de refugiados permaneçam nas ilhas gregas há cinco anos, com as suas vidas completamente estagnadas, remetidas à clandestinidade, ao limbo e à *morte social* (Cacho 2012). Esta desumanização e redução de pessoas do Sul Global a uma *vida nua* (*bare*

*life*) é uma suspensão do seu movimento vital, que cessa a sua existência plena, e o seu direito inequívoco à liberdade humana de *fluir-no-mundo*.

Ghassan Hage (2009) utilizou a metáfora análoga de *stuckness*, para se referir a esta imobilização forçada, e à instrumentalização das “crises migratórias” como oportunidades para aumentar o controlo sobre os corpos, que não têm outra opção senão *waiting it out*. Mbembe (2017 [2016]; 2019) descreve estas existências em imobilidade e precariedade como *vidas descartáveis (disposable lives)*, afirmando que a expressão derradeira de soberania nacional reside, em larga medida, no poder e na capacidade dos Estados-Nação para ditar quem tem o direito a viver e quem pode morrer. Judith Butler (2004) propõe um conceito similar, de *ungrievable lives*, para representar a ideia desumanizante de uma vida que não é *lamentável*, porque nunca contou realmente como vida humana (como *ser-no-mundo*). Lisa Marie Cacho (2012) ampliou este conceito de Butler na sua investigação sobre migrantes indocumentados nos EUA, propondo que as suas vidas suspensas, em limbo, se equiparam a uma *morte social* (Vigh 2006; Cacho 2012; Elsrud 2020). A metáfora da *morte social* permite-nos olhar para este fenómeno de dentro para fora, a partir das vivências e do *embodiment* de um espaço-tempo segregado, em imobilidade, onde as pessoas se sentem *ungrievable* (Butler 2009; Cacho 2012; Elsrud 2020). Bauman (2004) escreveu sobre este mesmo tema, escolhendo a metáfora de *vidas desperdiçadas* para particularizar a expulsão para as margens de populações consideradas *supérfluas*, como os migrantes, refugiados e outros *não-cidadãos*, em nações modernas e economicamente estáveis.

To be “redundant” means to be supernumerary, unneeded, of no use, whatever the needs and uses are that set the standard of usefulness and indispensability. The others do not need you; they can do as well, and better, without you. There is no self-evident reason for your being around and no obvious justification for your claim to the right to stay around (Bauman 2004, p. 11).

Paralelamente às violências estruturais perpetradas pelos Estados-Nação, a partir de imaginários nacionalistas ficcionados, são consubstanciados múltiplos ganhos económicos, sociais e políticos, extraídos do trabalho dos migrantes e refugiados precarizados, em condição de *morte social*. A manutenção de grupos de pessoas nas *margens*, em condições indignas, sem estatuto de cidadania, com acesso condicionado a bens e serviços e facilmente exploráveis, torna as suas vidas secundárias, mas também rentáveis (Anderson 2000; Castles 2003; Koshravi 2014; De Giorgi, 2006; 2010; Golash-Boza 2015; Kalir 2019). “Curiosamente”, os discursos institucionais destacam, sobretudo, os *custos* associados ao acolhimento a migrantes e refugiados, nos territórios nacionais. As pessoas “redundantes” (Bauman 2004) precisam de ser alimentadas e alojadas pelo *sagrado* estado-providência, constituindo, portanto, “um problema financeiro” para os *verdadeiros cidadãos*, aqueles que realmente contam, nos Estados-Nação (Bauman 2004). Estas narrativas são

instrumentalizadas como argumentos para políticas e práticas de controlo e dominação sobre os corpos de migrantes e refugiados, contribuindo, paralelamente, para a preservação do ficcionado *imaginário nacional*.

O objetivo formal do *Departheid*, na argumentação de Kalir (2019), é o de manter um território nacional livre de migrantes *ilegais*, que se entendem como indignos do acesso à *sagrada* cidadania. Esta missão implícita é operada pelas fronteiras, através de políticas e práticas de restrição do movimento em três momentos temporais: antes da sua chegada, através das fronteiras externas, durante a sua estadia, através das políticas e práticas de acolhimento nefastas, e na sua saída, através de mecanismos de expulsão violentos (Kalir 2019). A produção de uma classe trabalhadora, precária e disponível, depende desta contínua repressão da mobilidade dos corpos que “não-pertencem” (Anderson 2000; Castles 2003; Koshravi 2014; 2016; De Giorgi, 2006; 2010; Golash-Boza 2015; Sheller e Urry 2016; Sheller 2018). Estas práticas possibilitam, em última análise, a recirculação e a triagem de pessoas entre territórios, assegurando uma permanência conveniente de determinadas pessoas, em determinados locais, durante determinado período de tempo. Esta é a função de recirculação operada pelas fronteiras, de que nos falava Thomas Nail (2015), e que se torna mais visível em locais de trânsito, como centros de detenção, campos de refugiados ou pontos de interseção geográfica (van der Ploeg 2003; Amoore 2006; Bigo et. al 2012; Bigo 2014; Vaughan-Williams 2015).

#### **1.4. IMAGINANDO UM MUNDO SEM FRONTEIRAS**

Num mundo em que repetidamente assistimos à apropriação de bens e rendimentos por uma minoria (os Estados-Nação do Norte Global, que dominam a geopolítica mundial), o risco de *nihilismo ativo*, só pode aumentar (Mishra 2017, p. 353). Com um número crescente de cidadãos no mundo encurralados num sistema sociopolítico que alguns autores designaram de *darwinismo social* (Mishra, 2017, p. 356), as democracias “mais avançadas” parecem ter rompido os contratos sociais com os cidadãos, reféns de políticas económicas neoliberais. Agregando os diversos elementos da mobilidade que mencionei até agora (pessoas, objetos, inter-relações, simbolismos, políticas, ações, poderes, soberanias e mecanismos de imobilização e de expulsão), importa perceber se a emergência de novas *ethnoscapes* (Appadurai 1996) na Europa, poderá gerar sistemas identitários alternativos ao da soberania nacional, que desafiem e resistam à *modernidade líquida* (Bauman 2000) e à precarização sistemática das vidas contemporâneas.

Os sistemas moventes solidários que me propus observar, fluem entre fronteiras, e organizam-se enquanto redes de relação e de hospitalidade cosmopolita, estando mais próximos da ideia de *sociedade cosmopolita* de Beck (2002) que da ficção que sustenta os Estados-Nação modernos. As mobilidades, através das suas conexões translocais, desafiam as tradicionais noções de pertença, de sociedade, de comunidade e de cultura, e são talvez a metáfora de uma mudança imaginada, de um projeto Europeu de fronteiras

(realmente) abertas. A circulação livre de ideias e pessoas na Europa tem um significado político que, na perspectiva de Guillaume e Huysmans (2013), advém da própria etimologia da palavra *mobilidade*, que significa *ser-muitos-em-movimento*, um conceito não redutível a *povo* ou *sociedade*, porque busca uma *multiplicidade*, e não *um todo*. A mobilidade introduz uma relação de forças no terreno político, através da *mobilização em números*, que acrescenta uma subjetividade política coletiva (Aradau e Huysmans 2009).

A mobilidade pode fazer emergir um sistema político perturbador, *porque se move*. Os sistemas moventes solidários constituem *números-em-protesto* (Shoemaker 1987), para além da “perturbadora” *mobilização em números*. Há indivíduos que são solidários sem manifestarem qualquer compromisso político, mas cujas ações atingem um significado político, por *protestarem em movimento*, neste caso, por facilitarem a mobilidade de pessoas impedidas de mover-se, pelas políticas de controlo migratório. Os sistemas moventes solidários desafiam, assim, quer as categorizações populacionais típicas (a unidade do povo), quer a rigidez das fronteiras (confrontando os mecanismos de expulsão e imobilização).

As redes de solidariedade cidadã estabelecidas *apesar* das fronteiras desvelam as incoerências dos sistemas de atribuição de categorias de mobilidade diferenciadas, por exemplo, *migrante económico* e *requerente de asilo*. As práticas e tratamentos diferenciados, por parte dos Estados-Nação, para com pessoas migrantes e requerentes de asilo carecem de uniformidade (De Genova et al. 2014; 2018), daí a contestação de movimentos ativistas como os *sans-papiers* (De Genova et al. 2014; 2018), da campanha *kein mensch ist illegal* (ninguém é ilegal) (De Genova et al. 2014; 2018), ou do movimento *No Borders* (pela abolição das fronteiras) em várias regiões do globo. Estas contestações públicas das políticas dos Estados-Nação, têm aberto novos espaços de resistência e novos imaginários de convivialidade, gerando alternativas existenciais, filosóficas e ideológicas.

Entre as estratégias mais radicais de democracia inclusiva, inclui-se a defesa das fronteiras abertas e o movimento de abolição das fronteiras, que rejeita os conceitos de Estado, cidadania e propriedade privada, em favor dos direitos universais e dos recursos partilhados (Anderson et al. 2011; Agier & Gemenne 2015). Nestas visões epistémicas, não só não cabem categorias como “migrantes” e “refugiados”, como a própria visão convencional de “ser cidadão” deixa de fazer sentido, por ser excludente. Independentemente da sua (im)possibilidade de implementação no mundo contemporâneo, esta dissidência oferece-nos uma alternativa de imaginação de convivência cosmopolita, baseada numa ideia de participação social mais democrática, e numa partilha mais equilibrada dos recursos comuns do planeta.

Existe uma distinção epistémica crucial, entre a reivindicação da liberdade incondicional de movimento e circulação entre fronteiras; e a luta mais radical por um “mundo sem fronteiras” (Heller et al 2019; Mbembe 2017 [2016]; Pezzani e Stierl 2019). Se olharmos para a liberdade de movimento a partir da perspectiva do



direito universal, em vez da sua *exceção à norma* (Kotef 2015), podemos desconstruir as formas de poder e controlo que atuam sobre ela, que foram sendo legitimadas ao longo da história. A diferença entre a minha liberdade de circulação, enquanto cidadã portuguesa, e a de um refugiado afegão que chegue hoje à ilha de Lesbos, é problemática, na perspetiva do nosso direito universal. Se o Estado-Nação onde nasci, por acaso, me oferece uma garantia *condicionada* à minha liberdade fundamental como ser-humano, de *fluir-no-mundo*, isto torna-me refém de um projeto de controlo da *mobilidade-no-mundo*. Uma política de movimento “sem fronteiras” é aquela que desafia, radicalmente, esta construção ficcionada do Estado-Nação, por este ser reprodutor de desigualdades (Anderson et al, 2009, p.11). O movimento “No Borders” procura, assim, uma política insurgente de mudança existencial (Ellison 2019). Sendo a superfície da Terra limitada, poderia existir um direito *único* (*ius gentium*) ou um direito *cosmopolita* (*ius cosmopolitanum*), que englobasse todos os Estados-Nação (cf. Benhabib 2004, p.33).

Thomas Nail (2019), explora três caminhos fundamentais para a criação desta alternativa existencial (ressalvando que esta proposta é filosófica, e não está preocupada com uma implementação política): *sanctuary*, *solidarity* e *status* (acolhimento incondicional, solidariedade e estatuto). A primeira proposta, *sanctuary*, inspira-se nas lutas sociais de desobediência civil, que instauraram comunidades de acolhimento incondicional seguras, em vários locais do mundo, para requerentes de asilo e migrantes indocumentados (por exemplo a cidade de San Francisco, nos EUA, é uma “sanctuary city”, bem como a cidade de Toronto, no Canadá ou a cidade de Manchester, no Reino Unido); impedindo os Estados-Nação de exercerem controlo total sobre as mobilidades, dentro daqueles territórios.

No seguimento da designada “crise” de refugiados de 2015, várias iniciativas cidadãs, na Europa, procuraram abrir este tipo de alternativas de acolhimento seguro, para os recém-chegados. O dia 12 de setembro de 2015 ficou, aliás, marcado por um protesto transnacional, em cerca de 85 cidades europeias (Agustín e Jorgensen 2016), em que milhares de cidadãos saíram à rua para exigir que os seus Estados acolhessem os refugiados que chegavam às ilhas gregas e italianas. A mensagem mais sonante, nas manifestações, era “*Refugees are Welcome Here*”<sup>5</sup>, que originou uma série de movimentos solidários e ativistas que procuraram influenciar as políticas de acolhimento, em vários países da UE. Este movimento solidário da sociedade civil europeia, com pessoas em situação de mobilidade, parece configurar um misto de atos de cidadania (Isin 2008), desobediência civil (Thoreau 2015 [1860]), e movimento social (Shoemaker 1987), tendo provocado uma pressão política momentânea. Por exemplo, no Reino Unido, David Cameron

---

<sup>5</sup> *The Guardian*, 12 de Setembro de 2015, disponível [em linha]: <https://www.theguardian.com/world/2015/sep/12/refugees-welcome-uk-marchers-un-warns-war-syria-million-displaced> [consult. 12 set. 2020]

aceitou reconsiderar as restrições em vigor, para acolher até 100.000 refugiados sírios. Em Barcelona, a então Presidente da Câmara, Ada Colau, desafiou o governo de Espanha, propondo unilateralmente a criação de uma rede espanhola de cidades de acolhimento, e estabelecendo o plano municipal “*Barcelona Ciutat Refugi*”, financiado com 10,5 milhões de euros<sup>6</sup>. À revelia do Estado, Barcelona transformou-se numa “*sanctuary city*”, com regras e normas de acolhimento próprias, decididas pelo governo local, com o apoio dos cidadãos residentes. “*Fue una respuesta política a um clamor popular*”, explicou-me Pablo Peralta, coordenador desta iniciativa no *Ayuntamiento* de Barcelona, em entrevista (2020). A iniciativa não teria tido lugar, sem um posicionamento claro, por parte da sociedade civil, residente naquela cidade catalã, contra as políticas seguidas pelo Estado central.

Uma característica das *sanctuary cities* é a invocação de um valor moral (como o direito internacional, no caso do asilo) superior à política do Estado, reivindicando uma garantia de proteção local, e rejeitando a submissão à política nacional por parte dos migrantes/refugiados (Hung 2019). A aceitação das políticas e práticas dos Estados, em sociedades democráticas, parte da aceitação das regras que defende a maioria das pessoas, através do voto, formando-se um determinado *ambiente ético* (Blackburn 2001) nacional. No entanto, se os cidadãos reagem com indignação ou protesto, posicionando-se contra os princípios ou práticas com os quais não concordam, esse *ambiente ético* pode ser *forçado* a transformar-se, pela pressão social. No emblemático ano de 2015, as cidades de Barcelona, Madrid e Valência declararam a sua “desobediência civil” ao Estado espanhol e, contra as suas declarações anteriores, Mariano Rajoy, então primeiro-ministro, viu-se obrigado a aumentar a quota de refugiados acolhidos em Espanha<sup>7</sup>. Angela Merkel anunciou, também em setembro de 2015, reagindo às manifestações e aos protestos generalizados, não apenas na Alemanha, mas por toda a Europa, que iria suspender, temporariamente, a Convenção de Dublin<sup>8</sup>, para poder acolher os milhares de refugiados em rota para o seu país. São declarações que, tendo sido tomadas como decisões políticas estratégicas, traduziram um reajuste moral, alinhado com as manifestações públicas de protesto, dos cidadãos.

---

<sup>6</sup> De acordo com um dos responsáveis entrevistados durante o trabalho de campo

<sup>7</sup> *El País*, 2 de setembro de 2015, disponível [em linha]:

[https://english.elpais.com/elpais/2015/09/02/inenglish/1441189162\\_571655.html](https://english.elpais.com/elpais/2015/09/02/inenglish/1441189162_571655.html) [consult. 12 set. 2020]

<sup>8</sup> A Convenção de Dublin, assinada na Irlanda em 1990, e em vigor na UE desde 1997 (também referida como Sistema de Dublin) é uma lei da União Europeia (UE) para pessoas que procuram asilo político ao abrigo da Convenção de Genebra. A intenção é esclarecer qual o Estado-Membro responsável por um determinado requerente de asilo, assegurando que apenas um país processe a aplicação, e impedindo que se apresentem candidaturas noutros Estados-Membro, geralmente, o primeiro país em que a pessoa entra.

A *solidariedade* é o segundo “caminho” proposto por Nail (2019) para a criação de um “mundo sem fronteiras”. Na sua perspectiva, a solidariedade constitui-se como um sistema de apoio coletivo e colaborativo, em que (idealmente) são os próprios migrantes a definirem formas alternativas de coexistência comunitária. A sociedade civil assume, neste modelo solidário, o papel de aliada e colaboradora, ajudando a cocriar espaços seguros e inclusivos, à revelia do ambiente ético vigente, que pode ser hostil a migrantes/refugiados. Alguns dos meus interlocutores nesta investigação, procuraram estabelecer diferentes versões deste modelo solidário colaborativo, nas suas comunidades locais. Na sua grande maioria, eles começaram por prestar apoio pragmático, consensual (sem fazer um desafio político), a pessoas em situação de mobilidade, percebendo-as como “vítimas de uma injustiça”. Progressivamente, à medida que ia aumentando o seu engajamento cívico, alguns dos meus interlocutores foram afrontando ativamente as limitações impostas pelas fronteiras e pelas políticas migratórias dos seus países. A multiplicidade e as intersubjetividades destes movimentos cidadãos solidários (que incluem pessoas com diferentes idades, estatutos, género, raça, classe, etc.), obrigaram ao estabelecimento de diálogos complexos, sobre posicionalidades políticas, morais e éticas. Em muitos casos verifiquei que este diálogo resultou em discórdia, frustração e desmotivação, enquanto noutros, se foi reafirmando uma ação política coletiva continuada. Os movimentos de solidariedade complexificam-se, procurando encontrar equilíbrios, gerir a diversidade, experimentar novas alianças, e garantir a sustentabilidade das suas ações. Em muitos casos, é na solidariedade fluida, *informal*, que se encontram estas formas de resistência continuáveis no tempo, em permanente tensão com as estruturas institucionais dos Estados-Nação.

Notei, ao longo do trabalho de campo, que os espaços de resistência coletiva parecem ser melhor preservados quando as alianças criadas estão “bem colocadas” (Agustín e Jorgensen 2016), isto é, quando se procura evitar o desequilíbrio entre poderes e saberes. Nas palavras de Pablo Peralta (*Ayuntamiento de Barcelona*), “aquilo que fica, com o tempo, são as soluções encontradas na comunidade, nas redes de vizinhança e na solidariedade informal, construída em cada bairro da cidade” (Pablo Peralta, entrevista, outubro de 2020). As iniciativas europeias de solidariedade cidadã, despoletadas a partir de 2015 foram, em grande medida, uma resposta transitória, uma reação imediata à pressão social e mediática desencadeada pela “crise”. Diversas ações e medidas políticas subsequentes, têm procurado estabelecer limites irrevocáveis à circulação de requerentes de asilo no território europeu, inclusivamente criminalizando algumas das iniciativas de solidariedade cidadã que procuram resistir-lhes. A divisão das pessoas por categorias de mobilidade cada vez mais restritas tem-se, também, acentuado, com recurso a estratégias de imobilização cada vez mais intransigentes. Os movimentos solidários cidadãos têm resistido a esta pressão continuada, nos últimos cinco anos, continuando a sua ação *apesar do tamponamento* ao movimento de pessoas, fluindo e

recirculando, encontrando espaços marginais e intersticiais nas fronteiras, coexistindo com uma hostilidade política crescente.

O terceiro e último *caminho* proposto por Nail (2019), na concretização de um “mundo sem fronteiras”, é o do *estatuto para todos*, o que implica uma política universal de concessão incondicional de cidadania, a todas as pessoas. Não é uma ação inédita na Europa, a concessão *excepcional* de amnistias e estatutos legais a migrantes indocumentados, mas sempre nesses moldes, como uma exceção, ou como uma proposta humanitária; nunca como uma forma de repensar ou atualizar as estratégias globais de liberdade de circulação. Os 450 requerentes de asilo afegãos que chegaram à Bélgica em 2013 (de quem falo mais detalhadamente no capítulo 6), tendo visto o seu pedido de proteção internacional rejeitado pelo Estado, organizaram um coletivo ativista comunitário, designado *Mouvement des 450 Afghans*, mobilizando diversos aliados da sociedade civil, em marchas e manifestações, para exigir o reconhecimento do Afeganistão como um país não-seguro e sua admissão *incondicional* na Bélgica, como refugiados. Na entrevista realizada a um dos coordenadores deste movimento, Abdul Azad, ele contou-me como foram alojados, temporariamente, numa igreja protestante (*Église de Béguinage*), que não apenas lhes serviu como *sanctuary* e os protegeu, durante alguns meses, da retaliação do Estado; como os incentivou a travar uma luta ativista, pelos seus direitos. Depois de meses de militância e de solidariedade coletiva, incluindo manifestações com milhares de aliados, confrontos policiais, e várias pessoas feridas e detidas; o grupo conseguiu uma reunião com o primeiro ministro Elio di Rupo, e com a Secretária de Estado para o Asilo e Migrações, que era, então, Maggie de Block. Tendo as reivindicações do grupo sido quase todas ignoradas, alguns membros do coletivo foram autorizados a recolocar os seus pedidos de proteção internacional, para uma nova análise das suas situações *individuais*. Esta ação de contestação generalizada, com os aliados da sociedade civil, ajudou a criar dois dos três caminhos propostos por Nail: *sanctuary*, uma proteção local, comunitária e *solidarity* (não apenas solidariedade pragmática, mas ativismo, encetado pelos próprios indocumentados afegãos). A luta foi travada e parcialmente desmobilizada, a partir dos limites impostos ao terceiro caminho: o do estatuto. Numa clara estratégia de *divide et impera* (dividir para reinar), o Estado belga conferiu apenas aos afegãos oriundos de determinadas regiões do país (consideradas “mais inseguras”) a possibilidade de aceder à proteção internacional que era reivindicada para todos.

Porquê este subcapítulo, situado tão cedo na tese? Porque o terreno que a seguir descrevo me interpela a explorar alternativas existenciais ao cenário atual; porque o terreno me comunica *urgência* em afirmar que ela *já está a ser imaginada e atuada*, nestes espaços de exceção. As lutas e resistências que decorrem nos espaços invisíveis, marginais e informais que a seguir descrevo, expressam *moralidade crítica* (Araújo 2015), face ao *ambiente ético* vigente (Blackburn 2001) na Europa pós-2015. Até 2015, grande parte dos cidadãos

européus que conheci durante o trabalho de campo, considerava o acolhimento a requerentes de asilo uma “não-questão”. Aparentemente cumpridora da Convenção de Genebra, a Europa vivia uma *moralidade positiva* (Araújo 2015) que refletia a “boa reputação” do velho continente, quanto ao respeito aparente pelos direitos humanos. Em várias entrevistas a cidadãos engajados em ações solidárias com requerentes de asilo, foi mencionado o seu *choque moral* (Jasper e Poulsen 1995; Jasper 1997; 2011), como motor da indignação que os move à ação. A Europa caiu de um anterior “estado de graça”, para este conjunto de pessoas da sociedade civil que sentiu na pele, ou que testemunhou, a transformação violenta das políticas europeias de acolhimento, nos últimos cinco anos. Em particular, os interlocutores que estiveram em campos de refugiados na Grécia traduziram, nas suas narrativas, sentimentos de profundo mal-estar ético e moral. A dissonância cognitiva entre aquilo que esperavam da Europa e aquilo a que têm assistido, nos últimos anos, foi de tal ordem, que muitos desenvolveram questionamentos existenciais profundos.

A designada “crise” de 2015, desafiou as crenças, atitudes e ações coletivas de cidadãos que agora dispunham de um acesso sem precedentes às vidas quotidianas das pessoas em situação de mobilidade na Europa. Nem todos os indivíduos que desafiaram o *status quo* Europeu em 2015 mantiveram a sua ação solidária ou ativista, nos anos seguintes mas, o movimento de milhares de indivíduos e coletivos que se posicionaram contra os princípios éticos e morais vigentes, contribuiu para a criação de mais espaços de resistência.

A questão ética e moral que as políticas migratórias nos colocaram, depois de 2015, foi a questão mais profunda da injustiça das fronteiras; talvez porque, quando olhamos para a sua relação mais ampla com o nosso *fluir-no-mundo* comum, esta é uma questão epistemológica que nos interpela. É a partir das nossas experiências quotidianas de partilha social e de *ação-no-mundo*, que somos impelidos a uma constante classificação, avaliação e comparação, indo ajustando o nosso sentido de responsabilidade e elaborando uma opinião ou posicionamento moral. Alguns dos meus interlocutores geraram uma sensibilidade ética *incompatível* com a hostilidade vigente na Europa, sem conseguirem resolver essa dissonância. Foram *transformados* no seu sentir e *habitar-no-mundo*, procurando soluções e práticas que ajudassem a restaurar a sua moralidade positiva, e a da sua família ou comunidade mais lata. Por isso, parece-me ajustada a ideia de Thomas Nail (2015), de que o migrante é a figura central constitutiva da mobilidade humana, e que a sua existência sustém a sociedade tal como ela é. A mobilidade e as restrições que lhe são impostas afetam-nos a todos, na nossa humanidade e no nosso sentido existencial mais profundo.

A constatação das disparidades entre *mobilidades livres* e *mobilidades restritas*, faz-nos visitar os fantasmas do passado colonial e a herança histórica do fascismo. A problematização do *Outro* como um ser-humano *indesejável*, como uma figura que levanta *suspeitas*, originária de um contexto que se imagina *caótico*

ou *violento*, revela os valores ficcionados da Europa-soberana. Pretendendo assumir-se como iluminada e progressista, quando a olhamos à luz das mobilidades, vemos outra realidade: um continente que se procura manter soberano e com forte poder económico, sustentado por políticas neoliberais e soberanias nacionais. Este posicionamento parece estar a fazer regredir a Europa ao seu passado obscuro, abrindo espaços para novos extremismos e subalternidades, legitimando políticas migratórias cada vez mais violentas, em nome da segurança e da proteção das fronteiras.

Senão, voltemos atrás no tempo, aquando da assinatura da declaração universal dos direitos humanos, em 1948, após a 2ª Guerra Mundial. Horrorizada com a perspetiva de voltar a cometer os mesmos erros e injustiças, a Europa defendeu, de forma assertiva, um conjunto de princípios fundamentais, para a coexistência pacífica entre nações (Habermas 1998). Para garantir esses direitos, foram criados sistemas jurídicos globais, com a intenção de consensualizar e universalizar os *direitos humanos*. Inscritos como figuras jurídicas, estes princípios *universais* foram deixados ao cuidado das Nações, sob a forma de obrigações, práticas e instituições-guardiãs. Os direitos humanos tornaram-se, neste exercício, uma subcategoria legal, com um estatuto de proteção especial, dada a importância das ações que protegem e promovem: a dignidade, a liberdade e a igualdade entre todos (Douzinas 2007). Aqui surgiu um primeiro problema, colocado pelas mobilidades forçadas. Se os direitos humanos são universais, eles podem gerar reivindicações individuais, isto é, eu posso reclamar por não ter tido os meus direitos reconhecidos no meu país, perante o sistema jurídico nacional, que me deve proteger. Ora, se é uma instituição estrangeira, que me vai garantir a aplicação dos direitos humanos universais que eu reivindico, ela terá que decidir não apenas sobre a lei internacional que me protege, mas também sobre a moralidade da minha nação (Douzinas 2007).

Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade de direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir umas em relação às outras com espírito de fraternidade (Art.º 1). Toda pessoa tem capacidade de gozar os direitos e as liberdades (...) sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição (ONU, 1948, Declaração Universal dos Direitos Humanos, Art. II).

Percebe-se por aqui este paradoxo de partida. O mundo é desigual e, portanto, as afirmações constantes na Declaração Universal assentam num discurso retórico, numa utopia, numa aspiração a um estado de perfeição desejado, a um “mundo sem fronteiras” que se imagina, mas nunca se verificou, na história da humanidade (Douzinas 2007).

“Man”, the bearer of human rights, is generated by a set of political practices which materialize citizenship; “human rights” are, as such, a false ideological universality, which masks and legitimizes a concrete politics of Western imperialism, military interventions and neo-colonialism (Žižek, 2005, p. 129).

Um segundo paradoxo é o acesso a estes direitos, que estando inscritos na legislação internacional como universais; são garantidos, na prática, pelos Estados-Nação e, portanto, privilegiam os cidadãos. Estrangeiros, migrantes, refugiados e apátridas, apesar de precisarem, em teoria, de maior proteção, ao abrigo destes direitos universais, são aqueles que maior dificuldade têm em fazê-los cumprir. Um terceiro paradoxo é o da neutralidade destes direitos. Um discurso que se pretende apolítico, racional e até “natural”, na sua legitimidade moral, tem sido constantemente instrumentalizado, por ideologias e por políticas (liberalismo, capitalismo, socialismo), salvaguardando aspirações humanas que nada têm de “neutras” e “universais”.

Miguel Vale de Almeida (2012), inspirando-se no conceito de *bundle of rights*, de Edward Leach (1961, cf. Vale de Almeida 2012), designou os direitos humanos como *bundle of words*, incluindo neste *bundle* a cidadania, o multiculturalismo, a cultura, a lei, poder, as identidades e as discriminações. As ambiguidades e conflitos epistémicos que derivam das relações de poder desigual, complexificadas pela globalização, tornam o acesso aos direitos humanos utópico e irrealista. A sua proposta, para sair destes impasses, é o reconhecimento do carácter imperialista da própria conceção ocidental de direitos humanos, e a adoção de um ponto de vista mais cosmopolita, em que “pessoas e grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza” (Vale de Almeida 2012, p. 968). Esta posição cosmopolita, privilegia as iniciativas políticas e sociais, que conferem *agência* às pessoas cujos direitos estão em jogo. Vale de Almeida (2012) sugere, ainda, que a atenção dos antropólogos se deve concentrar:

(...) nos processos de debate, conflito e concertação sociais que mesclam agendas de diferença/semelhança e agendas de igualdade/desigualdade, dentro e entre qualquer grupo social, rede ou *polity* que, inescapavelmente, produzem temporários universos de semânticas e disposições discursivas (universos esses a que convencionámos chamar culturas) nos termos das quais se debatem “direitos humanos”, isto é, posições de poder entre (diferentes noções de) pessoas e (diferentes) categorias sociais (Miguel Vale de Almeida 2012, p. 968).

O ponto de partida da declaração universal de direitos humanos é radical, assumindo um princípio universal da igualdade e não-discriminação, que subentende um projeto de inclusão político, social, económico e cultural. No Artigo XIII, a Declaração sugere que os Estados devem acolher indiscriminadamente: “*Toda pessoa tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado. Toda pessoa tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar*” (ONU, 1948, Art. XIII). O controlo sobre *algumas* mobilidades; enquanto outras (centradas no Norte Global) se tornam *ilimitadas*, é, nesta ótica, uma falsidade epistémica e existencial. O acolhimento a refugiados seria incondicional, se a Convenção de Genebra, tal como foi escrita e imaginada, pelos responsáveis políticos da época, fosse implementada.

Em 2015, vários representantes de Estados-Membro da Europa (por exemplo David Cameron, Theresa May, Viktor Orbán e Donald Tusk) replicaram os discursos mais radicais de personalidades políticas assumidamente extremistas (por exemplo Marine Le Pen, Nigel Farage, Frauke Petry, Norbert Hofer ou Geert Wilders), referenciando a *crise de refugiados* como uma *invasão* que deveria ser contida<sup>9</sup>. A desconfiança e o medo, face a imaginados “refugiados terroristas” foram instrumentalizados para fundamentar formas de controlo autoritário que estão em completa dissonância com as narrativas de “solidariedade, direitos humanos e fraternidade entre povos”. A configuração deste evento como *crise* foi um mecanismo eficaz de contenção das mobilidades, legitimando um sistema de gestão de fronteiras centrado em impedir a mobilidade do Sul Global (De Genova 2009; 2010a; 2010b; 2017a; 2017b; 2017c; De Genova et al. 2014).

Desde os ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001, que se verificam instrumentalizações sucessivas das *crises*, para reforçar a autoridade dos Estados na implementação de práticas repressivas de controlo da migração, aludindo à necessidade de manter a segurança nacional (De Genova et al. 2014; 2018; Nail 2015). Na versão europeia, o acordo entre a UE e a Turquia, e a reformulação da lista de “países seguros”, são exemplos destas *hostilidades*. Países vizinhos da UE, apontados como *violadores de direitos humanos* (por exemplo a Turquia e a Líbia), foram mobilizados (e pagos) para ajudar a reforçar as fronteiras externas da Europa (Rimmer 2019). Fundamentando estas polémicas ações autoritárias, com argumentos morais racionais, como *a luta contra traficantes de pessoas* (um dos negócios mais lucrativos do mundo), a UE tem investido milhões de euros, em mecanismos de controlo migratório (tecnologia, veículos, equipamento militar, navios, etc.) e em acordos bilaterais com outros países (Rimmer 2019).

O estrangulamento europeu da mobilidade oriunda de África (Kihato 2018; Kihato e Landau 2016) utiliza três métodos fundamentais: a fortificação das fronteiras, a promoção de projetos de desenvolvimento (para a eliminação do *incentivo migratório*), e a seleção de candidatos “adequados” para entrar na Europa. A Cimeira das Migrações de 2015, entre líderes europeus e africanos, em Valeta, Malta (Rimmer 2019), serviu de rampa de lançamento para o *European Trust Fund for Africa* (EUTF). Este fundo, de mais de 4 bilhões de euros, na sua maioria advindos do *Fundo Europeu de Desenvolvimento*, foi um dos maiores financiadores da externalização das fronteiras externas da Europa (Rimmer 2019). O EUTF foi atribuído a três regiões geográficas: África Oriental (*Horn of Africa*), Norte de África, Sahel e Chade (Hauck et al. 2015). A externalização de fronteiras desenvolveu-se, paralelamente, ao aumento de acordos bilaterais de *cooperação*, entre a UE e países africanos como Marrocos, a Mauritânia, o Senegal, o Níger ou a Líbia (Rimmer

---

<sup>9</sup> *The Sydney Morning Herald*, 30 de junho de 2016, disponível [em linha]: <https://www.smh.com.au/world/how-a-surge-of-migrants-has-pushed-european-politics-into-the-arms-of-the-right-20160613-gphqb9.html> [consult. 12 set. 2020]



2019). Kihato (2018) argumenta que a “crise migratória” europeia ofuscou o facto de que, em 2015, 80% dos africanos migravam *dentro do próprio continente*.

A externalização das fronteiras Europeias em África parece ter por base uma “geografia imaginada” (Said 1991) dos fluxos migratórios. Estes “espetáculos da fronteira” (De Genova 2002; 2013) constituíram-se como uma performance dos Estados-Nação Europeus, construída a partir de imagens mediatizadas da travessia do Mar Mediterrâneo (Van Reekum 2016). As repetidas cenas de salvamento no mar, nos meios de comunicação social, ajudaram a criar as cenas deste “espetáculo”, e normalizaram a designação de “crise” e as políticas migratórias repressivas por ela legitimadas (Van Reekum 2016). A externalização das fronteiras nos territórios norte-africanos, é uma performance da suposta “boa intenção Europeia”, ocultada pela *ajuda ao desenvolvimento* e pela *ajuda humanitária*, que procura *resolver os problemas na sua origem* (Rimmer 2019), mas cuja agenda parece ser a contenção dos fluxos migratórios, a qualquer custo.

Estes mecanismos de *performatividade diplomática* exigem, ainda, um trabalho árduo de controlo da narrativa, de forma a que esta vá justificando e racionalizando, os métodos agressivos e mesmo mortíferos de controlo das fronteiras (Frowd 2018). Por outras palavras, este performativo *borderwork* (Rumford 2008) exige duas ações paralelas: por um lado, um controlo material obsessivo sobre as mobilidades; por outro, um controlo meticuloso sobre o discurso que acompanha as práticas e políticas públicas. A discrepância entre o discurso e as propostas legislativas mantém-se, até à data, estando bem plasmada no “Novo Pacto das Migrações”, publicado pela Comissão Europeia em Setembro de 2020. Os ativistas da plataforma *Refugee Rights Europe* (2020) reagiram do seguinte modo:

In short, any remaining glimmers of hope for a more humane European approach to asylum and migration have faded with the publication of the Pact. In its current form, it is likely to replicate and exacerbate displaced people’s suffering on our doorstep and across Europe. Tragically, the Commission’s approach is deeply misguided; as the past years have undoubtedly proven, it is wrong to believe that the women, men and children fleeing their homelands to reach Europe will be deterred by the prospect of drowning at sea, being detained upon arrival, or being deported swiftly. People in displacement embark on treacherous migration journeys because anything appears safer than staying where they are, not out of choice (Refugee Rights Europe, 28 de setembro de 2020<sup>10</sup>).

Termino este subcapítulo introdutório com uma provocação de David Graeber. *E se, na verdade, não estivermos a evoluir, enquanto sociedade?* E se nos encontramos presos, num perpétuo ciclo de repetição exaustiva da história, cometendo exatamente os mesmos erros do passado, uma e outra vez?

(...) a thought experiment, or, blowing up walls (...) What I am proposing, essentially, is that we engage in a kind of thought experiment. What if, as a recent title put it, “we have never been modern”? What

---

<sup>10</sup> *Refugee Rights* [em linha], 28 de setembro de 2020, [consult. 28 set. 2020], disponível [https://refugee-rights.eu/2020/09/28/new-pact-on-migration-an-exacerbation-of-past-failures-in-shiny-new-packaging/?fbclid=IwAR1vqXNDRGmj2GpRu-L4Q3mPDUAp\\_\\_kxdKyVPcxGvqiq7EQWD6WSzOiQzq8](https://refugee-rights.eu/2020/09/28/new-pact-on-migration-an-exacerbation-of-past-failures-in-shiny-new-packaging/?fbclid=IwAR1vqXNDRGmj2GpRu-L4Q3mPDUAp__kxdKyVPcxGvqiq7EQWD6WSzOiQzq8)

if there never was any fundamental break, and therefore, we are not living in a fundamentally different moral, social, or political universe than the Piaroa or Tiv or rural Malagasy? (Graeber 2004, p.47).

Quando li Graeber utilizando esta metáfora de “rebentar com os muros”, pensei na sua aplicação à dissonância moral Europeia, e às presunções de superioridade moral, que temos face aos nossos antepassados. Afinal, “o que nos torna tão especiais?”, pergunta Graeber. Só quando olharmos para a história “olhos nos olhos”, com maior detalhe, podemos perceber o que não mudou, e corrigir os erros do passado de forma radical e permanente. “*I do not think we’re losing much if we admit that humans never really lived in the garden of Eden. Knocking the walls down can allow us to see this history as a resource to us in much more interesting ways*” (Graeber 2004, p.55).

### 1.5. CATEGORIAS MOVENTES

There was a time, of course, when the five of us did not know each other...we still don’t know one another, but what is possible and can be tolerated by the five of us is not possible and cannot be tolerated with the sixth one. In any case, we are five and don’t want to be six... Long explanations would almost amount to accepting him in our circle, so we prefer not to explain and not to accept him... (Franz Kafka, *Fellowship*, cf. Bauman 2004, *Wasted Lives*, p. 178-179)

O refugiado (*fugere*, em Latim) é, primeiramente, aquele que *recusa* (Nail 2015) as suas condições, e delas escapa, procurando um refúgio, ou ἄσυλον (asilo, na etimologia Grega). O asilo é um “abrigo político”, onde se tem o direito a *não ser perseguido ou capturado* (Nail 2015). Nos antigos impérios da Mesopotâmia, Egito, Grécia e Roma, coexistiam a escravatura e o direito ao asilo (Nail 2015), tendo as primeiras leis de asilo conhecidas sido edificadas na Grécia Antiga e no império Romano, com o objetivo de proteger os escravos, os devedores e os criminosos. Inclusivamente, existiam templos dedicados ao asilo, que funcionavam como um verdadeiro *sanctuary*, para quem se considerasse meritório dessa “graça” divina (Nail 2015). Heródoto descreveu (cf. Nail 2015) um antigo templo egípcio, construído para o deus *Amon*, no interior do qual, se um escravo aí se refugiasse, entregando-se a esse deus, *não seria lícito castigá-lo* (p.136).

A 1ª Guerra Mundial é outro momento decisivo, na história das deslocações forçadas, na Europa. A combinação da queda de vários impérios: o Austro-Húngaro, o Russo e o Otomano, obrigou ao êxodo de milhares de russos, húngaros, búlgaros, gregos, romenos e outros (Agamben 2000). Ao mesmo tempo, geravam-se conflitos territoriais complexos, de índole política, na tentativa de se chegar a acordos de paz entre as nações (a criação da ex-Jugoslávia e da ex-Cecoslováquia foram produto deste período histórico). O crescimento dos nacionalismos de extrema direita gerariam uma nova vaga de refugiados, que fugiam de regimes ditatoriais opressivos, como aquele que reinava em Espanha (Agamben 2000). Os Estados Europeus do início do século XX, foram confrontados com dilemas éticos e morais complexos ao ter que posicionar-se,

politicamente, face a estas mobilidades forçadas. As políticas de acolhimento foram variando, entre países, incluindo polémicas diferenciações entre refugiados de “pleno direito” e refugiados considerados “indesejados” (Agamben 2000). Na tentativa de “resolver o problema” dos refugiados políticos, diversas organizações internacionais foram sendo criadas e remodeladas, mas só depois do “choque” da 2ª Guerra Mundial, se constituiu a Agência das Nações Unidas para os Refugiados (1951), o atual ACNUR (Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados).

Embora o asilo seja uma categoria consensualmente necessária, no sistema de justiça internacional, o modo como a distinção entre pessoas é aplicada, tem tido, muitas vezes, uma conotação moral, e não legal, separando pessoas que “merecem estatuto” de outras cujo direito é colocado em questão (Ticktin 2015). De todas as vezes em que os refugiados passaram de um fenómeno “individual” a um fenómeno de “massas”, as organizações internacionais, bem como cada um dos Estados-Nação, tiveram falhas na aplicação de uma política de acolhimento centrada no Direito (Agamben 2000). Os refugiados “autênticos”, vistos como vítimas que fugiam de perseguições bem “fundamentadas” (guerras, conflitos, discriminações, ou perseguição política) foram considerados mais “vulneráveis”. As narrativas humanitárias contribuíram para esta percepção dos refugiados como vítimas (Ticktin 2015), enquanto os migrantes “económicos” foram sendo retratados como agentes, astutos e perigosos, tentando abrir caminho por todos os meios, para conseguirem *benefícios económicos e sociais*, constituindo-se como uma *ameaça* à segurança nacional e aos *valores ocidentais* (Ticktin 2015).

Voltemos à Convenção de Genebra, assinada por 146 dos 193 membros da ONU (75% de todos os países do mundo) em 1951, considerada, até hoje, a autoridade *moral* e de *direito internacional*, que codifica e regula a *proteção* aos refugiados. Segundo a definição estabelecida, um refugiado é qualquer pessoa que:

(...) receando com razão ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, afiliação a certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem a nacionalidade e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a proteção daquele país; ou que, não tendo nacionalidade e estando fora do país no qual tem a sua residência habitual como resultado de tais eventos, não possa ou, em virtude do dito receio, não queira voltar (Ministério Público 1951, p. 2).

O elemento-chave na definição legal e estatutária de um refugiado, de acordo com a Convenção de Genebra e Protocolos subsequentes<sup>11</sup>, é a noção de *perseguição*; enfatizando-se a *perseguição política*. Esta ênfase da

---

<sup>11</sup> Foram assinados 3 protocolos, depois da Convenção de Genebra: Protocolo I e II, adotados em 8 de junho de (1977), concedem proteção de conflitos armados internacionais, dominação colonial, ocupação estrangeira ou regimes racistas. Protocolo III, adotado em 8 de dezembro de 2005, pela Conferência Diplomática de 2005, autoriza o uso de um novo emblema distintivo das Convenções de Genebra - o cristal vermelho, também conhecido como "emblema do terceiro protocolo" - adicional à cruz vermelha e ao crescente vermelho (cf. Convenção de Genebra 2012).

Convenção parece carecer de uma atualização histórica, que melhor caracterize os acontecimentos das últimas décadas, bem como os riscos e ameaças contemporâneos; por exemplo, as violações dos direitos socioeconómicos (Foster 2007; Hathaway 2019). Mesmo a fuga de uma zona de guerra, consensualmente reconhecida, como no caso dos refugiados Sírios, não é automaticamente considerada um critério de acesso ao estatuto de refugiado; tendo sido criadas figuras legislativas alternativas como a “proteção subsidiária” ou a “proteção por razões humanitárias” (ambas com menor duração legal), para os “proteger” nos países Europeus. O estatuto de refugiado (cuja extensão legal é mais longa) está reservado a pessoas que, *pela sua militância ou circunstância social* (por exemplo pela sua orientação sexual ou pertença a uma minoria religiosa ou étnica perseguida), *correm perigo*, nos seus países. Como sempre, a complexidade humana não cabe nestas categorizações e simplificações legais.

A dicotomia entre “migrantes económicos” e “migrantes forçados” nunca foi, nem pode ser, nada clara (Douzinas 2007). As diferenciações político-jurídicas, que se têm produzido deste a Convenção de Genebra, por exemplo, *requerentes de asilo espontâneos, refugiados por razões humanitárias, refugiados políticos, refugiados recolocados, deslocados internos, refugiados reinstalados, refugiados retomados*, refletem a dificuldade em *categorizar* pessoas, a partir de formatos artificiais de controlo da mobilidade, exercidos a partir da soberania de cada Estado-Nação (Santinho 2011; Kalir 2019). Cada modelo nacional de governação decide sobre a entrada e permanência de migrantes e requerentes de proteção internacional no seu território, com base num “paradoxo liberal” (Fontanari 2019), centrado nas necessidades económicas nacionais e na suposta “boa-vontade política”, no caso do asilo. Não podemos deixar de constatar que, na Europa contemporânea, à medida que a geografia de origem dos refugiados se alterou para o “Sul Global” (de países Europeus para países do Médio Oriente, África, Ásia e América do Sul), aumentaram os mecanismos de controlo e securitização das fronteiras externas, questionando-se a legitimidade dos pedidos de asilo (Fontanari 2019). A história do direito de asilo aponta para outros paradoxos, inerentes aos refugiados como *categoria de mobilidade transgressiva* (Castañeda et al. 2016). Se o conceito de asilo assumiu um propósito ideológico histórico, enraizado em ideais de liberdade universal, a sua evolução coloca em evidência as suas ambiguidades, a desumanização das pessoas, e até a sua transformação simbólica, nas últimas décadas, de vítimas a potenciais *inimigos* dos Estado-Nação (Castañeda et al. 2016).

Na maioria dos países em que trabalhei com refugiados, a distinção entre as razões políticas e económicas que motivaram o seu êxodo, não era nada evidente. As catástrofes ambientais, por exemplo, têm forçado milhares de pessoas a deslocar-se dos seus territórios por razões “naturais”, mas também “económicas” e “políticas”, simultaneamente. A fome, uma das possíveis consequências de desastres naturais graves, entrecruza-se com diversos fatores políticos e socioeconómicos, por exemplo, com a capacidade dos Estados

para a afrontar, podendo resultar em migrações forçada (Turton 2003). A seca e as inundações podem ter como consequência a destruição de meios de sobrevivência mínima, conduzindo milhares de pessoas ao deslocamento interno ou à migração forçada. A gestão interna destas mobilidades e catástrofes naturais, num dado país, pode ser influenciada por processos políticos discriminatórios, que tornam insustentável a vida da população (ou parte dela), dentro do território nacional. No Sudão do Sul, o último país em que trabalhei, em 2020, existe um emaranhado de fatores políticos, económicos e naturais, que têm contribuído para tornar a vida de mais de sete milhões de pessoas (OIM 2020) completamente insustentável, no território. Alguns refugiados do Sudão do Sul, poderão dizer que fugiram do seu país pela violência dos conflitos interétnicos; outros, pelas últimas cheias, que destruíram a sua aldeia ou os campos agrícolas; outros, ainda, pela instabilidade política e económica, que gerou uma situação de fome generalizada. Trata-se do mesmo país, no entanto, cada refugiado será “julgado” de acordo com uma narrativa totalmente diferente. As razões para se sair de um país são sempre multifatoriais (Anderson 2012; 2014; Crawley e Skleparis 2018; Baldwin-Edwards, Blitz e Crawley 2019) e não “cabem”, portanto, nas categorias pré-concebidas que têm sido criadas e aplicadas.

Na legislação interna dos Estados-Nação, as identidades dos estrangeiros têm sido categorizadas de acordo com os *motivos de entrada* no território: por exemplo, económicos, familiares, humanitários, desenvolvimento pessoal, profissional ou educativo, etc. A categoria anglo-saxónica *illegal alien* está particularmente marcada por uma simbologia de subalternização e não-pertença, que convoca, à partida, uma desconfiança e preconceito transversais, aos migrantes/requerentes de asilo que “aparecem espontaneamente” no território. Estas escolhas lexicais são, primeiramente, políticas, no sentido em que, optar entre um termo e outro condiciona o acesso a determinados direitos, e afeta a sua dimensão moral e interpretativa (Carens 2013; Rea et al. 2019). Seguindo a definição da OIM, o migrante não é um conceito definido pelo direito internacional, é apenas uma descrição: “*uma pessoa que se afasta do seu lugar de residência habitual, seja dentro de um país ou através de uma fronteira internacional, temporária ou permanentemente, e por diversas razões*” (OIM 2009). Mas, os Estados detêm o poder e a soberania para decidir quais migrantes, com que motivos de entrada são *desejáveis*, e quais não têm o direito de entrar, ou permanecer, no território (Rea et al. 2019). Para ser justa, a classificação de pessoas em situação de mobilidade teria que ser analisada na sua complexidade, sem descurar a dimensão humana, subjetiva e multifacetada da mobilidade (Martiniello e Rea 2014).

*“To put it simply, there are (almost) no legal ways to apply for refugee status without first having to reach the country of destination. Many asylum seekers aiming for European countries need to pay for smugglers and forged identity papers”* (Khosravi 2010, cf. Joormann 2020, p.33).

Assim sendo, as categorias de “requerente de asilo”, “refugiado” ou “migrante”, na Europa de hoje, são, como sempre foram, ambíguas, subjetivas e “moventes”. A investigação deve começar, por isso, por desconstruir as complexidades sociopolíticas que estão na base destas categorizações, e a sua relação implícita com as forças de dominação exercidas pelos Estados. Estes mecanismos performativos demonstram, aliás, como os Estados transformam a sua responsabilidade para com todas as pessoas, na *inclusão subordinada* (De Genova, 2013) de *algumas* pessoas.

Let's say there are ten million people in this city. Some are living in mansions; some are living in slums. But there's nowhere for us to live, my dear, there's nowhere for us to live.

We used to belong to a nation, and we thought it was beautiful. If you look in the atlas, you'll see it. But we can't go there anymore, my dear, we can't go there anymore.

An old yew tree grows outside the village church. Every spring, it blossoms again. But our old passports don't blossom in the spring, my dear, they don't blossom in the spring.

The immigration official slammed his fist down on the table and shouted, "If you don't have a passport, then you're legally dead." But we're still living, my dear, we're still living.

I went to a committee for help and they told me to take a seat—then told me to wait until next year. But where will we go right now, my dear, where will we go right now?

I went to a political rally where the speaker said: "If we let the refugees enter our country, they'll take our food." He was talking about you and me, my dear, he was talking about you and me.

I thought I heard thunder in the sky. It was Hitler above Europe, saying, "They must die." He was talking about you and me, my dear, he was talking about you and me (...)

(W. H. Auden, *Refugee Blues*, 1939).

### **The long summer of migration**

A expressão *the long summer of migration*, cunhada por Hess et al. (2016), e usada depois por diversos investigadores (por exemplo, Fontanari 2018; 2019; Rea et al. 2020), refere-se ao período entre junho e outubro de 2015, altura em que os fluxos migratórios abriram novas rotas na Europa; por exemplo a *balkan route* (Rea et al. 2020). O fluxo de pessoas que originou, em 2015, a expressão “crise de refugiados”, iniciava o seu percurso a partir das ilhas gregas, continuando-se na travessia para o continente, seguida de uma longa viagem a pé, até ao norte da Grécia, em direção ao campo temporário de *Idomeni*, de onde se cruzava a fronteira para a Macedónia do Norte, e daí para a Sérvia, Hungria, Áustria e Alemanha (Rea et al. 2020).

A cobertura mediática da “crise de refugiados” decretada em 2015, inundou os meios de comunicação social com imagens de coletes vermelhos nas ilhas gregas. A 3 de setembro de 2015, as primeiras páginas de jornais apresentaram diferentes versões da imagem de Aylan Kurdi, o menino sírio de três anos que deu à costa numa praia turca, já sem vida, após uma tentativa não-sucedida de chegar à Grécia. “*Someone's Child*”

era o título da notícia no jornal *The Independent*<sup>12</sup>, “*Tiny victim of a human catastrophe*”<sup>13</sup> no *Daily Mail* e no *El País*<sup>14</sup> “*Una imagen que estremece la conciencia de Europa*”. As reportagens no terreno mencionavam este evento como um “ponto de viragem” para uma política europeia de asilo mais generosa, e um “despertar” da consciência pública, para os problemas dos refugiados.

Durante os meses de Verão de 2015, foi celebrado um “consentimento tácito” (Heller e Pezzani 2017) entre os países da rota dos Balcãs, permitindo a travessia livre dos refugiados, entre fronteiras. Entendendo que o destino final das pessoas em movimento seria a Alemanha e outros países do Norte da Europa, os países da rota balcânica assentiam em servir como *locais de trânsito*. No caso da Macedónia do Norte, foi mesmo introduzida uma legislação que permitia que as pessoas circulassem livremente por 72 horas, no território, através de um “visto de trânsito” (Kasperek 2016). Já na Hungria, o governo optou por uma política de detenção indiscriminada, a fim de criar um efeito dissuasor às pessoas em trânsito (Kasperek 2016) acabando, pouco tempo depois, por decretar unilateralmente o encerramento das fronteiras com a Sérvia e Croácia.

Uma cobertura mediática sem precedentes foi acompanhando todo o movimento migratório, dando origem a uma série de movimentos solidários de cidadãos e coletivos da sociedade civil (Crawley et al. 2017; Fontanari 2017), que se introduziram como facilitadores nos trajetos das pessoas em movimento. O *longo verão da migração* foi marcado por este acolhimento e hospitalidade espontâneos, de uma parte da sociedade civil Europeia, pressionando os seus países a adotar políticas pró-acolhimento. Angela Merkel, confrontada com as reivindicações dos seus cidadãos solidários, afirmou “*Wir haben so vieles geschafft – wir schaffen das*”<sup>15</sup> (*Nós já conseguimos fazer tantas coisas-também vamos conseguir gerir esta situação*, em tradução livre), num momento histórico, de abertura política ao acolhimento de refugiados.

Quando o “longo Verão” acabou, os esforços políticos para encontrar uma posição conciliatória, pró-acolhimento, na UE, parecem ter abrandado. Os países de *Visegrád*<sup>16</sup> apelaram ao encerramento imediato das fronteiras da UE; e a Bulgária, a Áustria e a Eslovénia decidiram erigir muros, colocar arame farpado e

---

<sup>12</sup> Pinney Rob, *Responding to Aylan Kurdi: Can a Single Photograph Really Change History?* Rob Pinney Blogue, 1 novembro 2015, [em linha], disponível em: <https://www.robpinney.com/blog/aylan-kurdi-response> [consult. 3 dez. 2020]

<sup>13</sup> *Daily Mail*, *Tiny Victim of a Human Catastrophe*, 3 de setembro de 2015, disponível [em linha]: <https://www.pressreader.com/uk/daily-mail/20150903/281479275180262/> [consult. 19 set. 2020]

<sup>14</sup> *El País*, *Una imagen que estremece la conciencia de Europa*, 3 de setembro de 2015, disponível [em linha]: [https://www.14ymedio.com/internacional/Portada-periodico-espanol-Pais-septiembre\\_CYMIMA20150903\\_0007\\_16.png](https://www.14ymedio.com/internacional/Portada-periodico-espanol-Pais-septiembre_CYMIMA20150903_0007_16.png) [consult. 19 set. 2020]

<sup>15</sup> *Político*, *The phrase that haunts Angela Merkel*, 19 de Agosto de 2016, disponível [em linha]: <https://www.politico.eu/article/the-phrase-that-haunts-angela-merkel/> [consult. 30 set. 2020]

<sup>16</sup> A designação tem origem numa reunião, em 1991, na cidade húngara de Visegrád, entre a Checoslováquia, a Hungria e a Polónia. Com a dissolução da Checoslováquia, em 1993, o grupo é agora constituído por quatro países (Eslováquia, República Checa, Polónia e Hungria).

vigilância militarizada nas suas fronteiras (Rea et al. 2020). A Macedónia do Norte encerrou a fronteira com a Grécia, em Agosto de 2015, forçando a imobilização de milhares de pessoas em campos de refugiados que tinham sido adaptados para uma estadia curta (Rea et al. 2020). Pouco tempo depois, estes campos transitórios (como o de *Idomeni*) foram também encerrados, fazendo-se substituir por infraestruturas organizadas pelo governo grego e pelo habitual aparato humanitário, através do financiamento da UE.

A falta de uma ação solidária concertada, por parte dos Estados-Membros, tornou este estrangulamento de pessoas na Grécia insustentável (Kalir e Rozakou 2016), pouco tempo depois. A assinatura do acordo entre a UE e a Turquia, no ano seguinte (março de 2016), formalizou o “encerramento oficial” das fronteiras europeias aos refugiados, como uma política comum da EU, para “resolver o problema” (Sabic 2017). A Hungria e a Eslováquia (apoiadas pela Polónia) recusaram, ainda, a recolocação de quaisquer refugiados nos seus territórios submetendo, para o efeito, ações legais contra a própria UE, no Tribunal Europeu de Justiça, alegando que a resposta europeia à “crise de refugiados” era “perigosa” (Sabic 2017). Por sua vez, a Comissão Europeia instaurou processos de infração contra estes governos, pelo não cumprimento das obrigações de recolocação estipuladas (Sabic 2017). Outros países da UE, foram alterando as suas conjunturas legislativas internas, aplicando princípios humanitários como o critério da *vulnerabilidade*, para justificar a triagem de apenas alguns requerentes de asilo, tornando os outros “suspeitos”. Para diminuir o número de refugiados acolhidos nos territórios nacionais, alguns países remeteram requerentes de asilo a categorias mais “expulsáveis”, como “migrantes voluntários” ou “migrantes económicos” (Joormann 2020).

Uma das medidas legislativas com maior simbolismo, a este respeito, foi a designada “lei das jóias” (Joormann 2020), instituída na Dinamarca em fevereiro de 2016. Esta lei controversa, introduziu a regra de que o Estado dinamarquês, teria o direito de retirar, aos requerentes de asilo, todos os seus pertences com valor acima de 10.000 DKK (o equivalente a 1.300 euros), à entrada do território nacional (Joormann 2020). Numa lógica populista de “merecimento”, estes requerentes de asilo estariam em condições de “compensar” o Estado dinamarquês pela sua *generosidade* em acolhê-los (Joormann 2020). Após uma chuva de críticas, por parte da opinião pública e de alguns setores políticos mais liberais, o Governo da Dinamarca foi “suavizando” esta regra, incluindo uma cláusula que conferia “isenção” para objetos com valor sentimental, como alianças de casamento. Na prática, e de acordo com os relatórios disponíveis (Joormann 2020), esta lei nunca foi implementada, mas funcionou como *medida dissuasora*, diminuindo o número de requerentes de asilo a procurar proteção na Dinamarca.

Este endurecimento legislativo das normas do acolhimento, foi sendo legitimado pela *razão humanitária* (Fassin 2011), aproveitando-se, por exemplo, imagens mediáticas do ACNUR, que evocavam sofrimento humano e fuga de zonas de guerra, para diminuir a credibilidade de pessoas que “não pareciam verdadeiros



refugiados”. Ser-se refugiado implica entrar numa categoria política inexoravelmente associada à moralidade, à empatia e à compaixão pública (Fassin 2011). Pelo contrário, a categoria de *migrante económico* permanece dúbia e menos favorável, invocando suspeição, medo e impureza (Douglas 1966; Malkki 1995a; 1995b), ou mesmo criminalidade, clandestinidade e ameaça social (Rea et al 2019). Os representantes do ACNUR na Suécia, em 2018, produziram uma série de considerações oficiais, sobre a diferenciação entre “pessoas que fogem da perseguição e da guerra” e “pessoas que saem *voluntariamente* dos seus países”; normalizando-se a noção de que, *alguns requerentes de asilo* poderiam, na verdade, *regressar* aos seus países de origem, sem correr riscos (Joormann 2020). A *Europa Fortaleza* (Balibar 2004) beneficiou enormemente desta simplificação e instrumentalização da linguagem humanitária, que serviu os interesses de restrição da mobilidade e legitimou as políticas de encerramento das fronteiras externas (Joormann 2020).

Em novembro de 2015, com os ataques terroristas em Paris<sup>17</sup>; e em dezembro do mesmo ano, com os mediatizados eventos de assédio sexual a mulheres alemãs, durante a passagem de ano em Colónia<sup>18</sup>; a opinião pública face aos refugiados parecia ter mudado (Rea et al. 2020). Os *media* ressaltaram a *religião* dos terroristas de Paris e dos perpetradores de Colónia, como um fator decisivo, nos dois eventos, tendo esta associação sido instrumentalizada por grupos populistas de extrema direita, para acentuar a desconfiança dos refugiados muçulmanos. Em Colónia, grupos populistas de extrema direita saíram à rua *em conjunto com ativistas pelos direitos das mulheres*, em protesto, utilizando cartazes de repúdio aos recém-chegados; por exemplo um em que se lia “*Rapefugees Not Welcome*”<sup>19</sup> ou outro, em que se representava uma mesquita com um traço vermelho por cima<sup>20</sup>.

Nas narrativas oficiais, os requerentes de asilo foram progressivamente diminuindo o seu *grau de desejabilidade*, passando de refugiados a “migrantes ilegais”, e a “maior crise de refugiados desde a 2ª Guerra Mundial” tornou-se uma “crise migratória”. Esta mudança de discurso poderá ter sido parte de uma instrumentalização consciente da controvérsia mediática e populista, servindo para normalizar posições políticas mais autoritárias. Na prática, ela resultou no aumento dos naufrágios no Mediterrâneo, e numa maior tolerância a estes incidentes. Em 2016, os principais meios de comunicação social escolhiam o título

---

<sup>17</sup> BBC, *Paris attacks: what happened on the night*, 9 de Dezembro de 2015, disponível [em linha]: <https://www.bbc.com/news/world-europe-34818994> [consult. 3 dez. 2020]

<sup>18</sup> *Times of Israel*, *Neo-nazis, leftists, feminists protest over sexual assaults in cologne*, 10 de Janeiro de 2016, disponível [em linha]: <https://www.timesofisrael.com/neo-nazis-leftists-feminists-protests-over-sexual-assaults-in-cologne/> [consult. 3 dez. 2020]

<sup>19</sup> *ibidem*

<sup>20</sup> *ibidem*

“crise migratória” para se referirem à chegada de pessoas à Europa (por exemplo BBC<sup>21</sup>, France 24<sup>22</sup>, New York Times<sup>23</sup>). Em 2018, três anos depois, de acordo com o Eurobarómetro, 52% dos cidadãos europeus mostravam-se *contra* a chegada de migrantes à União Europeia (Eurobarómetro 2018<sup>24</sup>).

### A instrumentalização da compaixão pública

Enquanto decorria “o longo verão da migração” eu estava a trabalhar no Reino Unido, tendo aí assistido à criação da iniciativa de solidariedade informal “*Homes for Syrians*”. Pretendendo funcionar como uma espécie de *airbnb* para refugiados, ela replicava a iniciativa “*Refugees Welcome*<sup>25</sup>”, mas estava exclusivamente destinada a *refugiados Sírios*. Os fundadores da iniciativa diziam-se “emocionados” com a situação vivida pelos refugiados da Síria. Bem-intencionada, a iniciativa não se debruçou sobre as reais condições de vida dos requerentes de asilo no Reino Unido, ou rapidamente teria antecedido o seu fracasso. Nessa altura, os refugiados Sírios chegavam através de um programa de reinstalação concertado entre o ACNUR e o *Home Office*<sup>26</sup>, que previa a imediata provisão de alojamento, pago pelo Estado. Como a Convenção de Genebra proíbe o “*non-refoulement*” (artigo 33), os países signatários devem alojar temporariamente os requerentes de asilo, até que seja tomada uma decisão final sobre as suas reivindicações do direito à proteção internacional. De fora destas garantias de acesso aos direitos básicos, estavam milhares de requerentes de asilo, de outras nacionalidades. No entanto, a associação de beneméritos, que tinha já reunido duas centenas de anfitriões, dispostos a acolher refugiados da Síria, não conseguiu reajustar os seus objetivos ao contexto nacional e foi extinta, por “falta” de refugiados.

A condição de “refugiado” era a mais adequada categorização para a maioria das situações encontradas na Europa, em 2015 (pessoas oriundas da Síria, Iraque, Afeganistão, Somália, Sudão, Sudão do Sul<sup>27</sup>). No entanto, se pensarmos no primeiro ano da designada “crise”, a opinião pública europeia *concedeu* maior

---

<sup>21</sup> BBC, *Migrant Crisis: Migration to Europe explained in seven charts*, 4 de março de 2016, disponível [em linha]: <https://www.bbc.com/news/world-europe-34131911> [consult. 3 dez. 2020]

<sup>22</sup> Gouliamaki, Louisa, *2016: A look at Europe’s ongoing migrant crisis*, France 24 [em linha], 22 de dezembro de 2016, disponível em: <https://www.france24.com/en/20161222-2016-year-europe-ongoing-migrant-crisis> [consult. 3 dez. 2020]

<sup>23</sup> Goldman, Russel, *Migrant crisis by the numbers*, New York Times [em linha], 3 fevereiro de 2016, disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2016/02/04/world/europe/migrant-crisis-by-the-numbers.html> [consult. 3 dez. 2020]

<sup>24</sup> Dados disponíveis na página do Eurobarómetro, [em linha]: <https://www.europarl.europa.eu/at-your-service/pt/heard/eurobarometer> [consult. 3 dez. 2020]

<sup>25</sup> Iniciativa originária da Alemanha, cujo objetivo era facilitar o acolhimento a requerentes de asilo, através do alojamento dos mesmos em casas particulares, de voluntários.

<sup>26</sup> O *Home Office* é um departamento do Governo do Reino Unido, responsável, simultaneamente, pela migração e pela segurança nacional

<sup>27</sup> Segundo dados do ESI (2015); disponíveis [em linha]: <https://www.esiweb.org/pdf/ESI%20-%20Refugee%20Statistics%20Compilation%20-%202017%20Oct%202015.pdf> [consult. 14 nov. 2020]

legitimidade, ou uma maior *empatia*, aos refugiados oriundos da Síria (Rea et al. 2019). Em 2015, as pessoas que fugiam de outros conflitos prolongados, como o regime ditatorial da Eritreia ou a longa guerra civil do Sudão do Sul, do Afeganistão ou da Somália, foram invisibilizadas, pelo enorme foco mediático na guerra da síria. Esta abertura e empatia públicas foram rapidamente capitalizadas por países como o Reino Unido e a Alemanha, legitimando políticas de acolhimento diferenciadoras, e contornando as suas obrigações legais de não-discriminação entre nacionalidades, instituídas pela Convenção de Genebra. Esta postura foi progressivamente normalizada, e assumida como “uma atitude política generosa”.

Um exemplo mais recente de instrumentalização da compaixão pública surgiu em 2020, em plena crise pandémica, quando vários apelos ressurgiram, a partir da ilha de Lesbos, depois de um fogo ter destruído totalmente o campo de refugiados de Moria (uma infraestrutura que encerrava quase 20.000 pessoas num espaço organizado para acolher menos de metade). A resposta da sociedade civil europeia fez-se sentir, novamente, sob a forma de inúmeras manifestações, petições públicas e cartas abertas, organizadas por movimentos ativistas, como o *Europe Must Act*<sup>28</sup> ou o *From the Sea to the Cities*<sup>29</sup>. A pressão política e mediática levou a que alguns países (com destaque para a Alemanha, França e Portugal) acordassem em receber *algumas centenas* de pessoas, sob a condição de que fossem “*as mais vulneráveis*”, dando prioridade aos *menores não acompanhados*. Esta resposta, ao invés de se centrar no evidente fracasso das políticas de acolhimento dos últimos cinco anos, reconfigurou o evento de Moria como uma “emergência humanitária”. Respondendo à indignação da sociedade civil com um gesto de aparente “generosidade humanitária”, a UE conseguiu o duplo efeito de, apaziguando a pressão mediática, manter as mesmas políticas restritivas.

Até então, a UE tinha manifestado aos grupos ativistas que pediam uma intervenção mais robusta nas ilhas gregas, que não dispunha de financiamento suficiente para garantir as condições mínimas de segurança e habitabilidade, no campo sobrelotado de Moria. No entanto, reformulando este evento como uma emergência humanitária, a UE conseguiu reunir financiamento suficiente, em poucos dias, para construir um novo campo de refugiados - situação indesejada quer pelos refugiados, quer pelos moradores de Lesbos - num local que já tinha sido denunciado como desadequado<sup>30</sup> (um campo militar grego, numa zona inhóspita da ilha de Lesbos).

---

<sup>28</sup> Plataforma ativista que reúne mais de 100.000 pessoas, organizadas em várias cidades europeias, que exigem o descongestionamento das ilhas gregas e a recolocação dos refugiados nas suas cidades. Página de internet disponível [em linha]: <https://www.europemustact.org> [consult. 30 set. 2020]

<sup>29</sup> Grupo de ativistas de várias cidades europeias, originado na Alemanha, que visa um acolhimento distribuído dos refugiados instalados nas ilhas gregas, com o apoio da sociedade civil. Página de internet [em linha]: <https://fromseacity.eu> [consult. 3 dez. 2020]

<sup>30</sup> Por exemplo, neste relatório de McGregor, Marlon, *Infomigrants* [em linha], estão descritas as condições oferecidas no campo que, simbolicamente, veio a ser designado de “Moria 2.0”, disponível [em linha]: <https://www.infomigrants.net/en/post/27851/moria-2-0-the-new-lesbos-refugee-camp> [consult. 30 set. 2020]

As agências das Nações Unidas, nomeadamente o ACNUR, apressaram-se a fazer campanhas de angariação de fundos, para transferirem, rapidamente, todos os desalojados para este local, sem condições mínimas de segurança e habitabilidade (que assim permanece, à data, já três meses passados sobre o fogo). Um refugiado ativista, que vive em Lesbos desde 2016, partilhou comigo as condições em que se encontravam os refugiados neste local, desde outubro de 2020, sublinhando a forma como eram tratados os refugiados considerados “*menos vulneráveis*”.

Single men in Moria 2.0  
We live at 150 in the same tent, nothing separates us for privacy.  
We receive 70€ per month for all our expenses, when we are lucky that this money arrives.  
We do not receive aid from humanitarians organisations because the priority goes to families and vulnerable people. Since our first step in Europe, we are considered strong, mentally and physically invincible on the pretext that we are single men but we are lonely humans.  
We came here like everyone else, we left our parents, our brothers, our sisters, sometimes our wives. Some of us lost their families during the war, some had to flee because threatened by their family, some of our families didn't have enough money to pay for more than one to cross the borders and the sea.  
We have no support here, only other single men to whom we manage over time to give a little of our confidence, for our survival. But every day, among these single men, have seen some losing their minds, falling into depression, a trauma that marks them forever, that marks us forever, because the next day it may be our turn.  
Like everyone else we would like to sleep within four walls, not to queue for hours for a bland meal, to take a shower somewhere other than in the icy sea and to go to the bathroom in a dignity other than a blocked overflowing toilet.  
All of us had dreams and a lot of energy to make them come true. Some of us were doctors, artists, teachers, mechanics, engineers and many other promising futures. The Greek government never gave us a chance to show who we are, what we can do when we unite together to create a better future. Instead, they drain us of our know-how and our hopes and hope that we will become obedient robots.  
We are young but we live like old men who watch the time go by.  
We have lost all our rights while in a country that created human rights.  
Maybe the answer is that we are not considered human ?

Figura 1. Publicação no Facebook de um refugiado ativista em Lesbos, 6 de outubro de 2020

A situação dos requerentes de asilo nas ilhas gregas agravou-se muito, durante a pandemia por Covid-19, cuja resposta legislativa incluiu novas medidas restritivas do movimento, e alegados *push-backs*<sup>31</sup> de migrantes e requerentes de asilo. De acordo com vários ativistas, esta foi uma época particularmente ativa, do ponto de vista legislativo, no reforço da *Europa Fortaleza*, em que os requerentes de asilo se tornaram ainda mais “indesejáveis”.

---

<sup>31</sup> A Human Rights Watch e outras agências internacionais confirmam relatórios de requerentes de asilo que foram forçados, pelas autoridades gregas, a regressar à Turquia, durante a pandemia. Mais informação disponível na página da HRW [em linha]: <https://www.hrw.org/news/2020/07/16/greece-investigate-pushbacks-collective-expulsions> [consult. 3 dez. 2020]

(...) the European Union’s refugee and asylum policies have become grotesquely dysfunctional over the past five years, despite (or perhaps, more accurately, because of) an incessant round of summit meetings, declarations, initiatives, agreements and deals, all of them ostensibly designed to attain the holy grail of “effective migration management” (Jeff Crisp 2020, Refugee Law initiative Blog<sup>32</sup> ).

Jeff Crisp (2020), investigador e ativista, antigo profissional no ACNUR argumenta, ainda, que a resposta encetada pela Comissão Europeia, através da mais recente proposta de reformulação do Pacto das Migrações<sup>33</sup>, questiona a lei internacional de asilo, colocando-a em sério risco. Por exemplo, a UE menciona que reforçará a cooperação com os países de origem e de trânsito, para evitar travessias irregulares. Ora, esta afirmação denota a intenção da UE em manter os processos de interceção, retorno forçado e detenção abusiva de migrantes na Líbia (Crisp 2020). Um requerente de asilo que chegue às fronteiras da Europa, caso este novo Pacto entre em vigor, pode ser rejeitado pelos Estados se "estiver de boa saúde" ou se “tiver baixas possibilidades de aceitação" (baseadas na sua nacionalidade); declarações que denotam uma clara intenção de *reduzir o reconhecimento* de refugiados (Crisp 2020). A abordagem proposta pela UE tornou-se, em 2020, muito mais incisiva, alargando o financiamento das agências responsáveis pelo controlo das fronteiras externas (Crisp 2020). O novo Pacto sugere, ainda, que países como a Hungria (que se tem recusado a aceitar quaisquer refugiados), poderão agora ser *solidários*, através do financiamento de deportações de requerentes de asilo recusados pela UE, dando uma nova e perigosa reviravolta à noção de *solidariedade* e compaixão pública (Crisp 2020).

## 1.6. A CONSTRUÇÃO EPISTÉMICA DA “CRISE”

A União Europeia constituiu-se como uma plataforma de solidariedade e valores democráticos partilhados, com vista ao estabelecimento de uma união entre países, com fronteiras abertas e livre movimento de bens e de pessoas. Todos os Estados-Membros se comprometeram em respeitar idênticos valores fundamentais, em que se incluem a proteção dos direitos humanos, a liberdade, a igualdade e a democracia (Ciancio 2020). No tratado de Lisboa, que entrou em vigor em 2009, a UE moldou uma união política, definida por aspetos legais e institucionais, em que foram definidas instituições comuns e atribuídos os poderes legislativo, executivo e judicial, de acordo com um esquema de colaboração e complementaridade (Ciancio 2020). A *Carta dos Direitos Fundamentais* e a jurisprudência europeia garantem uma uniformidade, na interpretação

---

<sup>32</sup> CRISP, Jeff, *Disingenuous, dishonest and dangerous: the EU Pact on Migration and Asylum*, 1 outubro 2020, Blogue [em linha] *Refugee Law Initiative*, disponível em: <https://rli.blogs.sas.ac.uk/2020/10/01/disingenuous-dishonest-and-dangerous-the-eu-pact-on-migration-and-asylum/> [consult. 3 dez. 2020]

<sup>33</sup> A proposta de novo Pacto das migrações foi apresentada pela Comissão Europeia em Setembro de 2020, está disponível [em linha]: [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/qanda\\_20\\_1707](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/qanda_20_1707) [consult. 3 dez. 2020]

da lei comum, autorizando as instituições europeias a mediar quaisquer infrações, cometidas por Estados-Membros, e *pelas próprias instituições europeias*.

Não obstante, é possível perceber entre os estados europeus, uma persistente falta de consentimento para este ambicionado projeto unificador (Ciancio 2020). Na sequência da crise financeira de 2008, a hostilidade dos cidadãos da UE em relação ao projeto de integração europeia, tem-se exacerbado (Ciancio 2000). As crises sucessivas, em países periféricos mais pobres, como a Grécia e Portugal, não afetaram apenas estes pequenos espaços geopolíticos; mas prejudicaram a integridade moral da UE, como um todo, sobretudo no seu sentido autorrepresentativo de liberdade, segurança e justiça para todos (Ciancio 2000). As narrativas da crise económica, procuraram conferir legitimidade moral à marginalização política, jurídica e financeira dos países resgatados pela *Troika*<sup>34</sup>. Portugal, em 2011, foi um dos alvos desta narrativa Europeia de marginalização política e financeira, que contribuiu para anos de desconfiança, austeridade, aumento de pobreza e emigração. Para reverter uma imagem *descredibilizada*, os políticos portugueses empreenderam uma série de acordos de *reparação da confiança*, com as instituições Europeias. No entanto, tal como no caso grego, as deficiências económicas e financeiras portuguesas, foram instrumentalizadas por uma série de mecanismos de governança, de cariz neoliberal, legislativo e político, que estão na base da *gestão Europeia das desigualdades* entre países. Esta forma de governança posiciona ao centro (com maior poder de decisão e moralidade) os países mais ricos da UE; remetendo o “sul da Europa” (Portugal e Grécia, de forma mais evidente) para as *margens*.

Este mecanismo de gestão económica assemelha-se, em várias dimensões, àquele que governa as mobilidades. Neste caso, é a figura do “migrante” que é remetida para as *margens das margens*, como uma *ameaça* à sustentabilidade do projeto europeu comum, que pretende manter as fronteiras e os mercados internos abertos (Fontanari 2019). A criminalização da migração parece ter-se incrementado na UE, sobretudo, a partir dos anos 90, após o estabelecimento de um acordo intergovernamental pelo grupo de Trevi<sup>35</sup>, onde a migração foi incluída entre as “preocupações de segurança interna”, a par do terrorismo e do extremismo político (Duvell et al 2014). Este momento político, marca a substituição da distinção binária entre *migração forçada* e *voluntária* para uma nova nomenclatura, entre migração *legal* e *ilegal* (Scheel e Squire 2014). Nesta ótica, os países vizinhos da UE, como a Turquia e a Líbia, tornaram-se territórios “problemáticos”,

---

<sup>34</sup> A designação de “*Tróika*” representa o conjunto das três instituições responsáveis por acompanhar os planos de resgate financeiro dos Estados-Membros que recorreram a programas de ajustamento, em 2011. A *tróika* é composta pela Comissão Europeia, pelo Banco Central Europeu e pelo Fundo Monetário Internacional.

<sup>35</sup> Trevi foi uma rede intergovernamental composta por representantes europeus de ministérios da Justiça criado durante o Conselho Europeu de Roma em 1975. Foi integrado no chamado pilar da Justiça e dos Assuntos Internos (JHA) da União Europeia aquando da entrada em vigor do Tratado de Maastricht em 1993.

associados à *ameaça da migração*, tornando-se necessário e *legítimo*, estabelecer acordos bilaterais com estes países, de modo a conter os fluxos de mobilidade para a Europa (Fontanari 2019).

A Convenção de Dublin, assinada em 1990, e implementada no espaço interno Europeu, em 1997, foi o mecanismo utilizado para otimizar o controlo da mobilidade interna, repercutindo maior *suspeição* sobre os requerentes de asilo e remetendo-os a um escrutínio mais acentuado. A Convenção de Dublin criou uma regra de *exclusividade*, que determina que cada pessoa deve pedir proteção internacional no primeiro país da UE onde chega. A Regulação de Dublin II (CE 343/2003) transfere a Convenção de Dublin para a jurisdição da UE (Fontanari 2019); e a Regulação de Dublin III, estabelece o país da UE com responsabilidade de examinar o pedido de asilo, remetendo para os países nas fronteiras externas da Europa (Itália, Malta, Espanha e Grécia), grande parte dessa responsabilidade (ECRE 2016). O primeiro Estado-Membro de chegada, tem a responsabilidade de examinar o pedido de proteção internacional; e a sua decisão é assumida por todos os outros Estados-Membros da UE. Esta regra foi criada sob a assunção de que os requerentes de asilo fariam *asylum-shopping*, ou seja, que tentariam requerer asilo em múltiplos países da União Europeia, até conseguirem.

As consequências da Convenção de Dublin têm sido dramáticas nas vidas de pessoas em mobilidade na Europa, incluindo alguns dos meus interlocutores, rejeitados no primeiro país de chegada. Vários investigadores têm feito trabalho de terreno com requerentes de asilo em *trânsito* na Europa (por exemplo, Kallius 2019; Fontanari 2019), desconstruindo algumas das asserções que estão na base da Convenção de Dublin. Por exemplo, a ideia de que os requerentes de asilo, tendencialmente, querem deslocar-se *da periferia para o centro*. Vários exemplos etnográficos, incluindo alguns dos casos apresentados nesta tese sugerem que, em muitas situações, os requerentes de asilo se veem forçados a escapar *do centro para periferia*, por exemplo, para escapar de deportações consideradas injustas. Nos capítulos 5 e 6, apresento exemplos de requerentes de asilo que decidiram sair da Suécia ou da Bélgica, para Portugal, por este motivo. Por outro lado, a etnografia sugere que variáveis intersubjetivas, relacionais e afetivas, podem condicionar o movimento de pessoas entre países. Em trânsito, muitos requerentes de asilo estabelecem vínculos e socialidades que tornam o seu movimento *atípico*, configurando trajetórias espaciais espontâneas e imprevisíveis (Fontanari 2019). No capítulo 6, apresento alguns exemplos de requerentes de asilo que escolheram o seu país de destino com base em redes de relação solidárias e comunitárias já estabelecidas.

Como demonstram as narrativas de alguns dos meus interlocutores, há regras pouco transparentes na análise dos pedidos de asilo. Por exemplo, existe uma disparidade incompreensível na proporção de requerentes de asilo aceites em diferentes Estados-Membros. Uma das questões polémicas associada a estas disparidades, é a liberdade que cada Estado-Membro detém, para determinar se os países de origem são ou

não “seguros”, de acordo com a sua interpretação. Veja-se o caso do Afeganistão, cujos nacionais têm sido deportados com maior frequência desde 2016, ao abrigo de acordos bilaterais estabelecidos entre países nórdicos como a Suécia, a Alemanha, a Finlândia, a Noruega, com o Governo do Afeganistão.

The Commission recommendation to make returns more effective from March 2017 encourages Member States to take the necessary measures to ensure swift return, increase cooperation and up the rate of return. While many of the recommendations were still in development last year, Member States and other European countries entered into their spirit in implementing returns to Afghanistan. European states, including Germany, Finland, Norway and Sweden, have openly promoted increasing returns to Afghanistan. Deportations started in December 2016 with Member States using joint, chartered and ordinary flights. Ongoing security issues, however, have meant delays and suspensions (...) Amnesty International has detailed serious cases including that of a man who was killed upon return (ECRE 2017, p. 3).

Estes Estados-Membros têm sido admoestados pela ECRE, ao longo dos últimos cinco anos, bem como por várias associações solidárias que trabalham no terreno, no Afeganistão, alertando para as consequências destas decisões. No entanto, as deportações e as rejeições de pedidos de proteção internacional de nacionais afegãos, mantêm-se constantes.

Asylum seekers and refugees are likely to become disillusioned with European governments too as conditions have become more difficult in Europe and as complex asylum systems are felt to discriminate against them and force them to return to danger. These factors could lead to people taking more dangerous routes to Europe, not applying for asylum, going underground when they have protection needs, or not taking up opportunities for reintegration in Afghanistan. This puts their lives at risk, puts the sustainability of returns in doubt and is the real threat to credible asylum and return policies (ECRE 2017, p.4).

Ao abrigo da Convenção de Dublin, os Estados-Membros da UE têm tido a possibilidade de recusar pedidos de proteção internacional a pessoas que passaram por um *país de trânsito* considerado “seguro” (por exemplo, a Turquia). Esta aplicação automática de uma regra polémica da Convenção de Dublin, por parte dos Estados-Membros, tem provocado tensões entre países, longos processos jurídicos em tribunais e, sobretudo, a condenação de milhares de pessoas a uma vida liminar e clandestina, nas *margens das margens* da Europa. Tornou-se popular, entre os requerentes de asilo em mobilidade, a interiorização da Convenção de Dublin como um adjetivo: “sou *Dublinado*”, que significa, na gíria, que se foi identificado pela EURODAC<sup>36</sup>. O resultado alcançado pelas políticas de securitização europeia das fronteiras, externas e internas, foi uma progressiva construção do migrante como uma figura subversiva, potencialmente perturbadora da ordem interna no espaço Europeu; agora estendida ao *requerente de asilo*, submetido a mecanismos de escrutínio que “comprovem” a sua *autenticidade e mérito* (Scheel e Squire 2014).

---

<sup>36</sup> EURODAC faz parte do Sistema de Informação de Schengen. Trata-se de uma base de dados comum que identifica os migrantes através das suas impressões digitais, para permitir detetar o cruzamento irregular das fronteiras.



### **Os números da crise**

Apesar do movimento de pessoas do “Sul Global” para a Europa nunca ter sido nulo, verifica-se que o *número* de refugiados da Síria, do Iraque e do Afeganistão aumentou, em 2015, situação que levou a UE a decretar, nesse ano, a designada “crise de refugiados”. Segundo os números da Eurostat<sup>37</sup> (2015), a Europa registou cerca de 1,3 milhões de pedidos de asilo, nesse ano. Note-se, no entanto, que este número não representa mais que 31% dos requerentes de asilo no mundo (ACNUR 2015). Durante o ano de 2015, o ACNUR estimou que havia um total de 63,9 milhões de pessoas (ACNUR 2015) em situação de deslocamento forçado (*refugiados, requerentes de asilo, pessoas internamente deslocadas, retornados sem enquadramento e apátridas*).

Embora a atenção internacional se tenha concentrado nos refugiados que chegavam à Europa, durante esse mesmo ano, milhares de mulheres, homens e crianças de El Salvador, Guatemala e Honduras, procuravam atravessar a fronteira do México com os Estados Unidos. O número de refugiados da América Central aumentou de 20.900 pessoas em 2012, para 109.800 pessoas em 2015 (ACNUR 2015). Também a situação no Iémen continuou a deteriorar-se em 2015, provocando um deslocamento interno de larga escala. No final de 2015, 169.900 iemenitas tinham fugido para países vizinhos, e cerca de 2,5 milhões permaneciam internamente deslocados (ACNUR 2015). Por outro lado, a maioria dos países de acolhimento mantiveram-se situados em países do “Sul Global”, na Turquia, Paquistão, Líbano, Irão, Etiópia e Jordânia. Quatro anos depois, no final de 2019, as pessoas em situação de deslocamento forçado no mundo, tinham aumentado para 79,5 milhões (ACNUR 2019), o que representa um aumento de 15 milhões, em relação a 2015. Isto significa que 1% da população mundial se encontrava em situação de mobilidade forçada, em 2019 (ACNUR 2019), e que 44% dos refugiados do mundo se mantinham em países de acolhimento limítrofes como a Turquia, a Colômbia, o Irão, Líbano e a Jordânia (ACNUR 2019). Enquanto isso, na Europa, pouco mais de 600.000 pessoas pediram asilo em 2019 (Eurostat 2019<sup>38</sup>), menos de metade, desde a declarada “crise” de 2015. Operou-se, aliás, uma queda acentuada de pedidos de asilo a partir do final de 2016, mantendo-se os números de pedidos de asilo na UE relativamente estáveis desde então (diminuindo até, ligeiramente).

---

<sup>37</sup> A EURODAC registou um aumento de requerentes de asilo em 2015, tendo publicado um documento em dezembro desse ano, a informar desse fato, [em linha]: <https://ec.europa.eu/eurostat/documents/2995521/7105334/3-10122015-AP-EN.pdf/04886524-58f2-40e9-995d-d97520e62a0e> [consult. 2 dez. 2020]

<sup>38</sup> Estatísticas disponibilizadas na página de internet do EUROSTAT, disponível [em linha]: <https://ec.europa.eu/eurostat/documents/2995521/10554400/3-20032020-AP-EN.pdf/6ee052a9-ffb8-d170-e994-9d5107def1a8> [consult. 2 dez. 2020]

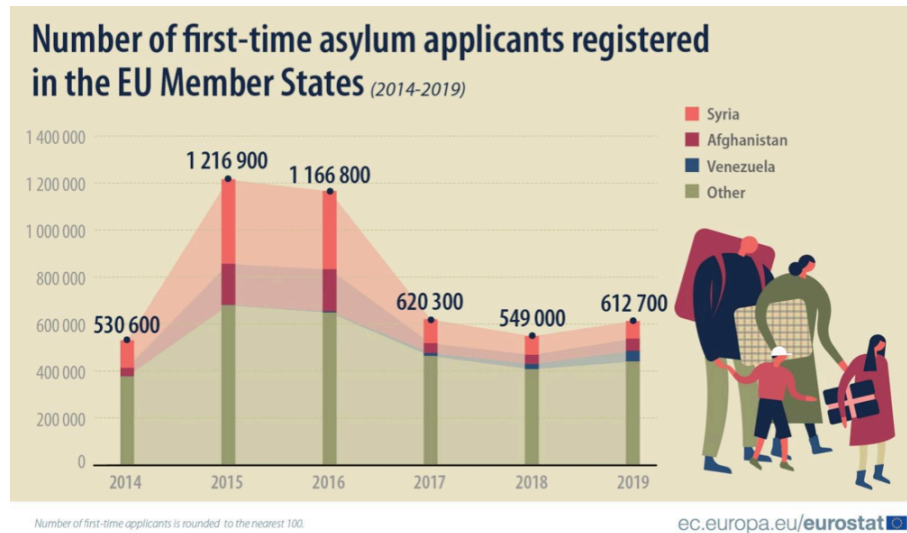


Figura 2. Gráfico de Pedidos de Proteção Internacional 2014-2019. Fonte: EUROSTAT<sup>39</sup>

Sem surpresas, os países da UE que receberam o maior número de novos requerentes de asilo foram os países mais populosos (EUROSTAT 2019), destacando-se Alemanha e a França, seguidos dos países nas fronteiras externas (Espanha, Itália e Grécia).

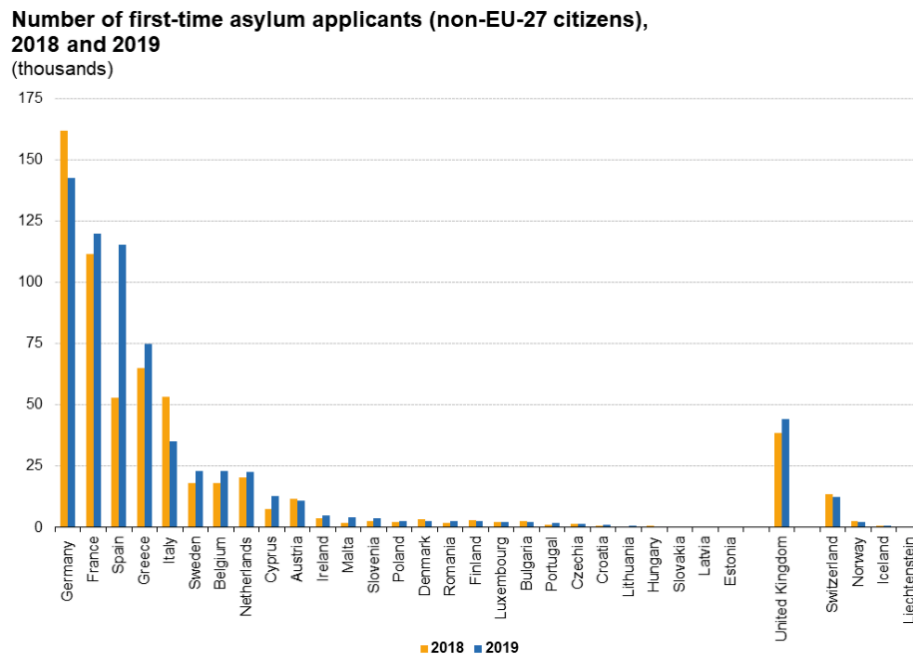


Figura 3. Número de Requerentes de Proteção Internacional por país da UE. Fonte: EUROSTAT

<sup>39</sup> ibidem

## **A resposta à “crise”**

*Quem decide afinal, e sob que critérios, quando se trata de uma “crise migratória” ou de uma “crise humanitária”?* As designadas “crises migratórias” são frequentemente associadas a “crises humanitárias”, definidas por Susan Martin e colaboradores (2014) como “qualquer situação em que existe uma ameaça generalizada à vida, à segurança física, à saúde ou à subsistência básica, para além da capacidade de resposta dos indivíduos e das comunidades em que residem” (Martin et al. 2014, p.5). A resposta da Europa ao aumento de pedidos de proteção internacional, durante os anos de 2015 e 2016, foi uma imediata aceleração das condicionantes de acesso e permanência no território. Milhares de pessoas foram imobilizadas, nos primeiros países de chegada, em situações extremamente precárias e desumanas, produzindo-se sobre elas danos inestimáveis e duradouros, provocados pela exacerbação do protecionismo e da segurança nacionais, cujas medidas revelam, no mínimo, uma profunda violência estrutural (Ricciardi 2017). Produziu-se, assim, uma “crise humanitária” sobre a decretada “crise migratória”. Como Chimni (2009) observou, há mais de uma década, a governação das migrações na Europa, incide na substituição de políticas assentes na responsabilidade ética e no direito, por uma “agenda humanitária”, anexada aos interesses económicos dos Estados.

Quando trabalhei no Bangladesh, junto da comunidade *Rohingya*, a expressão “crise migratória”, tal como utilizada pelas agências humanitárias presentes no terreno, colocava a ênfase no *aumento súbito de pessoas em movimento*, na fronteira entre o Myanmar e o Bangladesh, cujo destino eram os sobrelotados campos de refugiados de *Cox’s Bazar*. Os esforços centraram-se no *controlo* deste fluxo, agregando ao aparato humanitário um maior número de recursos humanos e financeiros; ao invés de se pensar nouro tipo de investimento.

Quando trabalhei na Etiópia, o êxodo massivo de Eritreus para a zona de *Tigray*, pela perseguição e opressão política perpetradas pelo seu Governo ditatorial, diluiu-se na construção de campos de refugiados, que se prolongaram no espaço e no tempo (o mais antigo, *Shimelba*, foi erguido há já 20 anos, em 2000). O aparato humanitário cresceu, exponencialmente, movimentando enormes recursos financeiros e humanos, sem que se tomasse uma posição política robusta, face aos crimes perpetrados pelo Governo da Eritreia. Quando me instalei naquele local “temporário-permanente”, com o objetivo de ajudar a criar um programa de tratamento de vítimas de tortura na Eritreia, constatei que um dos princípios básicos da reabilitação (a confiança) jamais poderia ser restabelecido, naquelas circunstâncias. Os humanitários (incluindo os psicólogos) são adestrados, pelas instituições, a manter-se neutros face a circunstâncias como estas, em que a prioridade das pessoas é o acesso à justiça.

A chegada de pessoas em fuga dos regimes da Síria, do Iraque e do Afeganistão à Europa, ao ser decretada como uma “crise de refugiados”, inicialmente, e depois como “crise migratória” e “humanitária”, induziu uma “suspeita” sobre as suas “verdadeiras intenções”. De que modo pode este fluxo de pessoas ser classificado como uma crise? Declarar uma crise, implica fazer uma escolha ética e moral consciente, que condiciona quer a abordagem pragmática, dos Estados e instituições que a declaram, quer a legitimidade e agencialidade das próprias pessoas, que reclamam justiça e direitos. A decisão de investir recursos financeiros na fortificação de fronteiras externas e na edificação de muros, ao invés de investir no acesso seguro de pessoas em situações de grave injustiça social, transformou um fluxo de pessoas perfeitamente gerível, entre 500 milhões de Europeus, num bloqueio humanitário (Sager 2019).

A referência a uma “crise humanitária”, por oposição a uma “crise de direitos”, quando existem números significativos de pessoas que fogem de situações de perseguição e opressão política, teve como consequência uma desumanização das suas mobilidades. Foi uma estratégia de massificação, que associou pessoas em mobilidade a “emergências e catástrofes”, equiparando-as a *desastres* ou *acidentes*, e portanto, um *problema a ser resolvido, uma exceção a ser gerida* (Agamben 2003). Representar a mobilidade de pessoas em situação de perigo como uma *crise* sugere que o seu movimento traz consequências *negativas* para as comunidades de acolhimento. A declaração de uma *crise* promove, ainda, a credibilidade das instituições do Estado, que apenas salvaguardam a *segurança nacional* dos cidadãos (esses sim, “em risco”), normalizando-se narrativas simplistas, que associam pessoas em mobilidade a transgressores (Nowrasteh 2016).

Com o decreto da *crise*, a UE conferiu liberdade aos seus Estados-Membros, para estabelecer práticas internas de “segurança” na gestão das mobilidades. Esta liberdade foi-se mantendo, à medida que aumentavam os partidos de cariz nacionalista e anti-imigração, nos países da Europa. Paralelamente, a UE foi reciprocada com tolerância, por parte dos seus parceiros internacionais, quando estabeleceu polémicos acordos bilaterais, com a Turquia e com a Líbia; em clara violação do princípio de “*non-refoulement*”, consagrado na Convenção de Genebra. Estas decisões, moral e eticamente contestáveis, revelam outra origem da *crise*: um continente cuja democracia coexiste com um regime autoritário de fronteiras (Balibar 2016), e que não parece conseguir pensar-se ou “defender-se” de outro modo.

As estatísticas sobre a mobilidade na Europa não oferecem informação sobre quantas vezes a mesma pessoa cruza a mesma fronteira, ou por quanto tempo fica presa, nos mecanismos repressores da UE, durante o seu trajeto. Para dizê-lo de outra forma, as estatísticas não dão conta das experiências subjetivas da mobilidade, no confronto das pessoas com o regime autoritário de fronteiras (Rigo 2011). Outra questão de suma importância, no contexto específico das políticas de asilo, é a temporalidade. Concebido para ser transitório, o estatuto legal concedido aos refugiados tem sido progressivamente redefinido, estreitado no

tempo e redutor dos direitos de permanência e residência nos territórios, submetendo as pessoas em mobilidade a ciclos intermináveis de espera, que colocam as suas vidas à *disposição* dos Estados. Desprovidos de qualquer estatuto legal durante anos, muitos requerentes de asilo tornam-se, no neologismo usado por Hammar (1990), *denizens* (residentes não-cidadãos, em tradução livre) ou *destitute*. Nas palavras de Agamben (2003), isto tornou-se possível pela extensão do *estado de exceção* a um *estado ambíguo permanente*: um interstício *borderline* e incerto, entre o político e o legal. Perante uma “exceção”, as regras legais aplicadas podem ser reinventadas, afastando-se dos padrões de justiça e moralidade anteriormente convencionados.

A União Europeia estabelece que, “em caso de um repentino fluxo de migrantes, o Conselho poderá adotar medidas provisórias em benefício do (s) Estado (s) - Membro (s) em questão” (TFUE, art.º 78, cf. Veshi 2020b). Foi com esta base jurídica que, em Julho de 2015, se constituiu o programa de recolocação estipulado na “Agenda Europeia para a Migração” (Comissão Europeia 2015). Outras ações, definidas nesta mesma base jurídica, foram as operações marítimas da FRONTEX, cujas obrigações legais incluíam o controlo das fronteiras externas, a vigilância de redes de tráfico de pessoas, e o salvamento de vidas no mar (Comissão Europeia 2015). Mais tarde, para “facilitar o processo de recolocação, retorno e gestão dos processos de asilo e proteção internacional” (Comissão Europeia, 2015), foram criados os designados *hot spots*<sup>40</sup>, primeiro na ilha de Lampedusa, em Itália, e depois em Lesbos, na Grécia (Comissão Europeia 2015).

Leo Lucassen (2017, cf. Sager 2019) registou o tom apocalíptico da resposta europeia aos requerentes de asilo, entre 2014-2016, comparando-o com a resposta à *crise de refugiados* da década de 1990. As reações negativas aos mais recentes requerentes de asilo, diz, não podem ser explicadas pelo número de pessoas, já que na maioria dos países europeus, os números são semelhantes aos dos anos noventa. Lucassen (2017, cf. Sager 2019) explica esta diferença com uma combinação entre 1) insegurança económica, 2) preconceitos relativos à religião muçulmana, 3) crescente popularidade de partidos de extrema-direita e 4) políticas migratórias europeias cada vez mais restritivas, com ênfase na externalização de fronteiras. A análise de Lucassen (2017, cf. Sager 2019) sugere que a migração é, na verdade, um *bode expiatório conveniente*, na contemporaneidade; porque *distrai* os cidadãos das crescentes desigualdades estruturais económicas, instrumentalizando problemas sociais como o racismo, a discriminação e outras “insatisfações” viscerais com

---

<sup>40</sup> *Hotspot* foram decretados pela Comissão Europeia para “facilitar os processos de recolocação, retorno e pedido de proteção internacional” (*Hotspot Approach, Migration and Home Affairs*, Comissão Europeia, 2015). São locais de receção de migrantes (localizados nos pontos de chegada na Grécia e em Itália), nos quais têm lugar os procedimentos de cooperação entre agências da UE para controlo da migração (registo biométrico, triagem de pessoas que pedem proteção internacional e asilo).

o projeto Europeu. Esta *distração* tem permitido à UE endurecer as suas políticas autoritárias, como o encerramento de cada vez mais pessoas em centros de detenção e em campos de refugiados como *Moria*, e escapar às responsabilidades no que respeita às mortes de migrantes na travessia do Mar Mediterrâneo.

Para decretar uma *crise de refugiados*, esta teria que ser reconhecida do ponto de vista das pessoas que a experimentam, no lado inverso das fronteiras. No caso da *crise* decretada pela UE, esta parece ser um reflexo do *padecimento percebido pela própria UE*, não do dos migrantes e refugiados. A imposição desta classificação vem *de cima para baixo*, sendo decretada por atores e organizações políticos que detêm o poder, e que participam diretamente na regulação das mobilidades (Sager 2019). A UE convoca deste modo, sobre si mesma, uma *autoridade epistémica*, que tem por base uma recusa em considerar outras formas de gestão das mobilidades, no território. Decretar uma catástrofe humanitária, faz com que esta recusa pareça “lógica e racional”, justificando as políticas a que temos assistido nos últimos cinco anos, e criminalizando pessoas cuja “transgressão” é mover-se.

Ao assumirem um papel solidário com migrantes e refugiados, académicos e membros da sociedade civil estão numa posição privilegiada para apresentar contra-propostas epistémicas, baseadas em experiências concretas, no terreno, mostrando outros ângulos da realidade migratória, incluindo as vivências e consequências deste decreto de crise, nas vidas das pessoas em mobilidade. Desconstruir a classificação epistémica da crise é, por isso, um exercício importante para visibilizar as resistências e agencialidades das pessoas afetadas pelas atuais regulações políticas que governam as mobilidades.

## CAPÍTULO 2.

### SOLIDARIEDADE COM PESSOAS EM SITUAÇÃO DE MOBILIDADE

#### 2.1. O PAPEL DO HUMANITARISMO

A resposta Europeia à designada “crise de refugiados” de 2015 teve por base pressupostos morais e posicionamentos políticos que justificaram práticas e ações contraditórias. As questões morais, associadas ao acolhimento de refugiados têm que ver com a ética humanista, com a questão da justiça das fronteiras, com a igualdade, com os direitos humanos e com a responsabilidade da proteção internacional (Fassin 2012). A produção, circulação e apropriação de normas, valores, sensibilidades e emoções, face às pessoas em situação de mobilidade, ajuda-nos a compreender a interseção entre estas questões morais e os posicionamentos políticos adotados. O humanitarismo, enquanto expressão de sentimentos morais no contexto político, é uma manifestação desta interseção (Fassin 2012).

Como argumenta Barnett (2014), a ação humanitária deriva a sua legitimidade moral da aparente *separação* entre política institucional e posicionamento político. Mitificada sob os estandartes da imparcialidade, neutralidade e independência, a ação humanitária tem-se legitimado como uma ação atenuadora do sofrimento humano. No entanto, como vários investigadores demonstraram (Barnett 2014; Redfield 2008; Redfield e Bornstein 2011; Fassin 2010; 2012), as ações humanitárias reproduzem, frequentemente, as *causas* do sofrimento que procuram mitigar. A *razão humanitária* (Fassin 2010) é muitas vezes instrumentalizada, para legitimar medidas políticas que induzem a uma exclusão social (Fassin 2010). Os Estados-Nação utilizam, frequentemente, parcerias humanitárias para governar as mobilidades, por exemplo, imobilizando migrantes e refugiados em campos e em centros de detenção vigiados pelo aparato humanitário, impedindo-os, assim, de continuar as suas rotas (Agier 2008; Fassin 2010).

Nos últimos cinco anos tem sido comum ouvir declarações públicas, por parte de agências humanitárias internacionais, sobre a “pior crise migratória desde a Segunda Guerra Mundial”, justificando tal catástrofe a necessidade de solicitar um aumento dos contributos financeiros, pelos habituais doadores e beneméritos (na sua maioria, países do Norte Global). O apelo à memória simbólica dos refugiados da 2ª Grande Guerra, desempenha aqui um papel de legitimação do poder humanitário, na gestão e no controlo das mobilidades no mundo. Do ponto de vista antropológico, a “dádiva” humanitária está alicerçada em dois problemas fundamentais (Fassin 2014). Por um lado, na impossibilidade de retorno dessa dávida, por parte dos seus recipientes (Mauss 2008; [1924]), por outro lado, na “ilusão do dador” cuja generosidade assenta em assimetrias significativas de poder e de privilégio (Fassin 2014).

Agamben (1998) chamou a atenção para a distinção entre *zoe* (*vida plena*) e *vida nua* (*bare life*, ou mera existência biológica), para explicar o apoio parcial que é concedido aos refugiados e requerentes de proteção internacional pelo aparato humanitário. Uma *vida nua* é desprovida do direito à existência política, e à agencialidade, mas é “uma vida possível”, oferecida pelo exercício do poder humanitário. O aparato humanitário que governa as pessoas em situação de mobilidade, categorizadas como migrantes, refugiados, transmigrantes ou requerentes de asilo, em locais como campos de refugiados ou campos de migrantes, tem como função excluí-los da *polis* (Agamben 1998; 2007; Rozakou 2012). O controlo exercido sobre as pessoas que dependem do governo humanitário é um exercício de biopolítica (Foucault 2010 [1978-1979]), que se implementa de acordo com critérios de “imparcialidade” e “vulnerabilidade”. Como argumenta a antropóloga Liisa Malkki (1996), os refugiados são vistos como “um espetáculo de humanidade crua” (Malkki 1996, p.387), que precisam de ser “salvos” pelos humanitários. Esta ajuda humanitária, no âmbito das mobilidades, é operada através da criação de categorias diferenciadas de vulnerabilidade, que reforçam a distinção política entre “mobilidades forçadas” e “voluntárias”.

Existem duas agências internacionais distintas, dentro da ONU, especializadas em cada uma destas categorias (o ACNUR, dedicado aos refugiados, e a OIM, dedicada aos migrantes). No meu trabalho humanitário no terreno, muitas vezes as vi colidir entre si, procurando gerir as áreas cinzentas da mobilidade humana. Relembro um projeto em que convergiam, no mesmo território, pessoas oriundas da Etiópia e da Somália. Convencidos de que a divisão entre migrantes e refugiados seria simples, o ACNUR e a OIM determinaram que a triagem se deveria fazer por nacionalidade (os cidadãos etíopes ficariam a cargo da OIM, enquanto os cidadãos somalis ficariam sob a responsabilidade do ACNUR). Cedo se percebeu que a complexidade dos percursos individuais iria exigir uma abordagem diferente. O grupo de cidadãos etíopes congregava, entre si, pessoas da região de *Oromia* que queriam obter proteção internacional; cidadãos etíopes que eram, na verdade, cidadãos somalis, e queriam obter asilo político; e cidadãos eritreus que se registaram como Etíopes (porque residiam há anos em campos de refugiados do norte da Etiópia) mas na verdade queriam reclamar asilo político. Por outro lado, grande parte dos cidadãos somalis não estava interessada em pedir asilo ou proteção internacional, mas sim em continuar o seu trajeto migratório, para a Arábia Saudita, onde esperavam obter visto de trabalho e residência, unindo-se à sua diáspora naquele país.

A literatura em antropologia humanitária (Barnett e Weiss 2008; Fassin e Pandolfi 2010; Fassin 2012; Feldman e Ticktin 2010; Redfield e Bornstein 2011; Rozakou 2012) formula diversas críticas à faceta política dos projetos humanitários. Na perspetiva destes investigadores, o humanitarismo “longe de ser brando, pode muitas vezes acabar por magoar aqueles que pretende ajudar” (Ticktin 2010, p.256). Impulsionado por emoções consideradas moralmente positivas (a compaixão, a empatia), a ação humanitária dá pouco espaço



para o *sentir do outro*, e pouco impulso para qualquer reivindicação ou mudança política. Fassin (2006; 2010; 2012) que trabalhou, ele próprio, na ONG Médicos Sem Fronteiras observou, na sua experiência pessoal, como as histórias de resistência e de reivindicação política eram transformadas em “histórias de trauma e de sofrimento”. Depois de quase uma década de trabalho em saúde mental em contextos humanitários, posso asseverar que esta instrumentalização do sofrimento humano faz parte do processo de “certificação” da vulnerabilidade, a partir do qual se concede ou se retira o direito ao reconhecimento e à proteção internacional. Muitas pessoas em situação de mobilidade são objeto de triagens arbitrárias, que dependem da sensibilidade e da avaliação subjetiva de técnicos humanitários, ao serviço das instituições que determinam os seus estatutos.

O sofrimento humano é uma experiência interpessoal e intersubjetiva, que o torna necessariamente social, e muitas vezes político (Kleinman et al 1997; Wilkinson e Kleinman 2016). No entanto, as políticas de saúde mental humanitárias, individualizam o sofrimento, compartimentalizando-o, e separando-o do contexto sociopolítico mais amplo, onde residem as injustiças e as conjunturas políticas que o desencadearam. Apesar desta visão ocidentalizada se ter desafiado e contestado, desde os anos 50, por figuras notáveis como Frantz Fanon (2005 [1961]; 1989 [1952]; 2005) ou Ignacio Martín-Baró (1983; 1984; 2006), a associação de categorias morais e psicológicas ao direito de asilo, levou ao despontar do designado “império do trauma” (Fassin e Rechtman 2007) e à instrumentalização do sofrimento como principal valor moral, na gestão humanitária. Fassin (2006) designou este fenómeno de “movimento de compaixão”; verificando que este se alastrou e foi rapidamente institucionalizado em países como a França, onde o Estado operacionalizou políticas públicas de asilo com base nestes critérios de vulnerabilidade psíquica.

De uma visão centrada na justiça e no direito à proteção, as políticas públicas passaram a centrar-se na empatia, na compaixão, e em intervenções de cariz psicossocial, centradas nesta ideia de vulnerabilidade psíquica. O trauma e o sofrimento humano, na sua complexidade sistémica, exigem modos holísticos de afrontamento, incluindo a agência do indivíduo face à sua situação social e política. A cristalização de sintomas, em indivíduos envolvidos em relações sociais desumanizantes, são “uma consequência normal de um sistema social baseado em relações sociais de exploração desumanizante e opressão” (Martín-Baró 1983), constituindo o trauma, em muitos casos, uma “anormalidade social normal” (Martín-Baró 1983). Fassin e Rechtman (2007) afirmam que a gestão das crises humanitárias, ao tornar-se morais, resultam na exclusão e na negligência de muitas pessoas “inconvenientes” e, em última análise, na criação de corpos dóceis e subalternizados, desprovidos do direito à contestação e ao ativismo político. Barbara Harrell-Bond, uma antropóloga que trabalhou no ACNUR e que fundou o “*Refugee Studies Center*” na Universidade de Oxford descreve, nas suas etnografias (Harrell-Bond et al. 1992; Harrell-Bond 2002) em campos de refugiados, a forma

como os “desamparados” são associados a uma imagem de “bons” refugiados. Os “bons refugiados” são aqueles que motivam as pessoas a tornar-se humanitárias, para os poderem ajudar e confortar; enquanto os “maus” refugiados (que contestam ou protestam) se associam a pessoas “agressivas, ingratas, exigentes, manipuladoras” ou até “perigosas”, que querem “subverter” o sistema de ajuda.

Na literatura humanitária, foram absorvidas as teorias clínicas do sofrimento humano, centradas na corporeidade das *vítimas* (corpos em sofrimento que precisam de medicação e de cuidado), bem como outros simbolismos de *miséria humana*, que convocam mais a caridade que a justiça. Esta universalização da figura do refugiado como uma vítima desamparada, tem levado, inclusivamente, alguns investigadores a criar campos de estudo específicos, sobre a experiência particular de *ser-se refugiado* (Stein 1981). Há autores que consideram que existe, até, uma “psicologia do refugiado” (Norwood 1969; Bernard 1986, cf. Malkki 1995a). Stein (1981) defende que os refugiados devem ser vistos como uma categoria psicossocial *per se*, enquanto autores como Zetter (1991) e Malkki (1995a) advertem fortemente *contra* este tipo de generalizações, argumentando que a associação entre métodos científicos e predeterminações políticas, reforça os mecanismos de controlo e de vitimização das pessoas em situação de mobilidade. Também Arendt (1973) se preocupou com esta questão, quando observou o tratamento dos refugiados nas sociedades de acolhimento, após a 2ª Guerra Mundial. Em 1973, escreveu: “the abstract nakedness of being nothing but human was their greatest danger” (Arendt 1973, p.300; cf. Malkki 1995a).

A universalização do refugiado como uma “vítima abstrata” atribui-lhe uma corporeidade doente e passiva, obnubilando a sua história, a sua agência e a sua *zoe*. Balibar e Wallerstein (1991) identificam, nesta tendência humanitária, uma reprodução das práticas coloniais. O enfoque no “salvamento” e na ajuda humanitária (de apenas *alguns* refugiados), confere aos Estados-Nação ocidentais uma imagem humana e progressista, enquanto financiadores e patronos das agências humanitárias internacionais. O humanitarismo serve, assim, como um instrumento institucional que *humaniza os Estados*, enquanto promotores dos direitos de muitos, “desculpando” a sua falta de efetivação para todos (Ticktin 2015). Nesse sentido, o humanitarismo humaniza “não humanizando”, isto é, reforçando hierarquias e desigualdades entre as pessoas (Fassin 2010).

A compaixão e a empatia não podem, por si só, promover uma política de igualdade (Ticktin 2015). A apropriação da linguagem humanitária pelos Estados-Nação é particularmente dúplice no caso das instituições associadas ao controlo e segurança, como a FRONTEX ou as polícias de fronteira (Pallister-Wilkins 2015). Exemplos flagrantes da instrumentalização política do humanitarismo, vão mostrando contradições entre a utilização da repressão e da violência, e o “salvamento humanitário” (Pallister-Wilkins 2015). Legitimadas pela “crise”, e centrando-se nos “eventos humanitários” e nos “espetáculos de humanidade crua” (Malkki 1995a), como o salvamento de pessoas no mar e a provisão de necessidades básicas em campos de

refugiados (Roitman 2013), as instituições dos Estados vão aplicando uma solidariedade *condicional*, centrada nos *indivíduos-vítimas*, e não nas realidades estruturais e nas injustiças que estes afrontam. Argumentar contra estas instrumentalizações humanitárias torna-se, assim, uma componente importante em projetos de solidariedade mais democráticos, que advoguem por uma convivialidade mais justa e cosmopolita.

## **2.2. DÉLITS DE SOLIDARITÉ**

Paralelamente aos eventos assumidos como uma “crise de refugiados”, um número crescente de cidadãos solidários, por toda a Europa, foi sendo indiciado e processado, por crimes de *tráfico de seres humanos*, *assistência ilegal* a migrantes indocumentados e outros “crimes de solidariedade”. Estas *transgressões*, atribuídas a intervenientes solidários da sociedade civil, alguns dos quais empenhados em salvar vidas no mar, ou na prestação da sua versão de “ajuda humanitária”, têm interpelado os cidadãos europeus à defesa dos seus princípios éticos e morais.

A designada “diretiva de facilitação<sup>41</sup>”, de 2002, institui para todos os Estados-Membros da UE os conceitos penais que regulam a entrada, o trânsito, a residência e a estadia de pessoas em situação de mobilidade considerada *irregular*. A diretiva define três infrações: 1) ajudar intencionalmente um nacional de país terceiro a entrar ou a manter-se em trânsito no território da UE; 2) prestar apoio financeiro a um nacional de país terceiro no território da UE, e 3) incentivar, ajudar ou tentar cometer os atos 1 ou 2 (Comissão Europeia 2002). Quando o objetivo dos cidadãos é prestar assistência humanitária, não devem ser impostas quaisquer sanções, de acordo com a recomendação do Parlamento Europeu. No entanto, a maioria dos países da UE, não inclui nenhuma cláusula de “isenção humanitária”, na sua legislação nacional. Assim, abriu-se um precedente legislativo, que tem permitido instaurar processos legais contra cidadãos solidários, indiciando-os com o crime de “*facilitação* da imigração ilegal”, ou “*auxílio*<sup>42</sup> à imigração ilegal”.

O debate sobre a polémica dos “*délits de solidarité*” tornou-se mais conhecido em França, em 2011 (Allsopp 2012; 2016), na sequência da detenção de cidadãos que distribuam comida e alojavam pessoas indocumentadas. O enquadramento moral, utilizado pelos advogados de defesa destes cidadãos, centrou-se na dissonância entre estas ações de repressão e os valores fundamentais defendidos pela República Francesa, entre os quais a *fraternidade* ocupa um lugar de destaque (Allsopp 2016). Cerca de 30.000 pessoas assinaram uma petição pública para modificar esta legislação, reivindicando que se incluísse uma cláusula de isenção humanitária (Allsopp 2016) mas, o então ministro da imigração argumentou que a *obrigação* do Estado (e,

---

<sup>41</sup> Diretiva do Conselho 2002/90/CE, de 28 de novembro de 2002

<sup>42</sup> Ver, a este respeito, o artigo de Roxane de Rebetz, no blogue [em linha] *leidenlawblog*, 14 de dezembro de 2017 [consult. 4 set. 2019]: <https://leidenlawblog.nl/articles/the-crime-of-solidarity>

portanto, da sociedade civil) era *não ajudar os migrantes irregulares*, sublinhando a primazia da *soberania nacional*.

Também no Reino Unido, sobretudo a partir de 2013, se verificaram uma série de medidas de *dissuasão* da solidariedade informal, criadas pelo *Home Office*, para desencorajar a permanência de migrantes indocumentados no território. O slogan utilizado na campanha nacional “*Go home or face arrest*”, incluía uma disseminação massiva desta mensagem, através de carrinhas como as da figura abaixo, nas quais se podiam ver umas algemas, em grande plano, e um número de telefone para denúncia de migrantes indocumentados, e o seu consequente *repatriamento voluntário*.



Figura 4. Carrinha da campanha “*Go Home or Face Arrest*”. Fonte: Promogroup<sup>43</sup>

Esta operação nacional autorizava verificações arbitrárias da documentação de qualquer pessoa, ao critério dos representantes do *Home Office*, e a revista (sem mandato) de locais de residência “suspeitos” (com punição dos proprietários que permitissem a permanência de migrantes indocumentados). Os cartazes da campanha foram distribuídos e afixados em todos os serviços públicos, como centros de atendimento social, centros de emprego, centros de saúde e hospitais, com o intuito de provocar um medo generalizado, nas comunidades (Allsopp 2016).

Mas, foi durante a designada “crise de refugiados”, que este fenómeno de “criminalização da solidariedade” tomou proporções nunca antes vistas. Lisbeth Zornig, uma conhecida ativista dos direitos humanos, foi uma das primeiras pessoas processadas pelo Estado dinamarquês, por transportar uma família síria no seu veículo pessoal, no verão de 2015. Em fevereiro de 2016, um artigo no *The Guardian*<sup>44</sup> expunha

<sup>43</sup> Imagem disponibilizada por Promogroup, publicada no blogue 20th and 21st century migrations [em linha] <https://www.ourmigrationstory.org.uk/oms/go-home-responses-to-migration-in-britain-today> [consult. 3 dez. 2020]

<sup>44</sup> Crouch, David, *Danish children’s rights activist fined for people trafficking*, *The Guardian* [em linha], 11 março 2016, disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2016/mar/11/danish-childrens-rights-activist-lisbeth-zornig-people-trafficking> [consult. 3 dez. 2020]

que havia já 279 pessoas, acusadas de tráfico de pessoas, desde setembro de 2015, apenas na Dinamarca. “*This was a political trial, using me and my husband to send a strong message: don’t try to help refugees. I am very angry because the only thing we did was the decent thing, the same that hundreds of others did. They are criminalising decency*” (Lisbeth Zornig, 2016<sup>45</sup>).

Até 2020, ainda existiam processos ativos, em França, contra cidadãos que apoiaram pessoas em situação de mobilidade, tendo Cédric Herrou<sup>46</sup>, Pierre-Alain Mannoni<sup>47</sup> e Martine Landry sido transformados em casos emblemáticos, em França. Tive a oportunidade de trocar alguns *emails* com Martine Landry, uma ativista da Anafé e da Amnistia Internacional, em 2018, durante o primeiro ano do doutoramento. Na altura com 73 anos de idade, Martine foi processada por facilitar a entrada de dois menores indocumentados em França. No seu testemunho oficial, contou-me, “apenas acompanhei, a pé, duas crianças, durante alguns metros, desde a fronteira de *Ventimiglia* até à vila francesa mais próxima, a uma esquadra de polícia” (Martine Landry, entrevista, maio de 2018). Martine já tinha tomado todas as diligências formais necessárias, para que os menores fossem imediatamente colocados a cargo de uma instituição, que se tinha comprometido a acolhê-las e protegê-las, tal como obriga a lei francesa. Por ter sido acusada de *facilitação da imigração ilegal*, Martine incorreu numa pena de prisão de até 5 anos, até ter obtido absolvição, pelo tribunal, em julho de 2018<sup>48</sup> (dois anos depois do evento). Cédric Herrou e Pierre-Alain Mannoni foram processados por *transportar*, além de *auxiliar*, migrantes indocumentados. Para os condenar, o Tribunal da Relação rejeitou a justificação dos advogados de defesa, que argumentaram que o auxílio aos migrantes não foi criminoso, porque não foi prestado em troca de *qualquer ganho financeiro*. O Tribunal argumentou que as ações eram repreensíveis por “*fazerem parte de uma intenção militante de desautorizar a política de migração prosseguida pelo Estado*”<sup>49</sup>. Os dois solidários foram ilibados de todas as acusações em 2020, depois de um longo processo legal (de 4 anos), em defesa dos seus direitos como *solidários*. No livro autobiográfico de 2020 “*Change ton Monde*”, Cédric Herrou apresenta assim a sua *saga judicial*:

---

<sup>45</sup> Ibidem

<sup>46</sup> Cédric Herrou foi processado em 2015, e apenas ilibado de todas as acusações em 2020, cf. informação disponível [em linha] na *Euronews*, 13 de maio de 2020 [consult. 4 dez. 2020]: <https://fr.euronews.com/2020/05/13/la-solidarite-n-est-pas-un-delit-clame-cedric-herrou-le-defenseur-des-migrants-est-relaxe>

<sup>47</sup> Pierre Alain Mannoni foi processado por ajudar 3 migrantes feridas, que atravessavam a fronteira da Itália com a França, cf. *Infomigrants* [em linha], 28 de outubro de 2020 [consult. 4 dez. 2020]: <https://www.infomigrants.net/en/post/28181/aide-aux-migrants-le-nicois-pierre-alain-mannoni-relaxe>

<sup>48</sup> Martine Landry foi ilibada de todas as acusações depois de dois anos de procedimentos jurídicos. Mais informação disponível na Amnistia Internacional [em linha], 6 de julho de 2020: <https://www.amnesty.fr/refugies-et-migrants/actualites/martine-landry-est-definitivement-relaxee> [consult. 3 dez. 2020]

<sup>49</sup> de Rebetz, Roxane. *The Crime of Solidarity*, 14 de dezembro de 2017, blogue [em linha] *leidenlawblog*, [consult. 4 set. 2019], disponível em: <https://leidenlawblog.nl/articles/the-crime-of-solidarity>

“J’étais perché sur ma montagne, avec mes poules et mes oliviers, quand le monde est subitement venu à moi. Des ombres remontaient à pied ma vallée de la Roya, entre l’Italie et la France, risquant leur vie. Au début, je détournais le regard. Puis, un jour, j’ai recueilli une famille, et ces ombres sont peu à peu devenues ma lumière. Elles fuyaient la guerre, la misère, la dictature, avaient croisé la mort dans le désert en Libye, échappé à la noyade en Méditerranée. De leur pas si déterminé, elles me questionnaient: faut-il rejeter l’autre parce qu’il est différent ? À partir de 2016, j’ai accueilli des milliers d’exilés. J’ai aidé ces voyageurs de l’ombre à poursuivre leur chemin et à obtenir des droits, mais je n’avais pas anticipé la violence d’État qui me frapperait en représailles. Notre action ne faisait pourtant que pallier ses renoncements. J’ai subi des gardes à vue, des procès, des perquisitions, des saisies. Le plus souvent, l’État était en tort et fut condamné. Des centaines de fois. Jusqu’à ce que le Conseil constitutionnel consacre le principe de fraternité, un progrès capital. Ces années ont changé ma vie. Citoyen lambda éloigné du militantisme, je ne suis pas un héros, juste un Herrou têtu et décidé, sans leçons à donner, à part celle-ci : avant de changer le monde, chaque citoyen a le pouvoir de changer le sien” (Cédric Herrou, *Change ton monde*, 2020, p. 85).

Mesmo conseguindo reunir o apoio de muita gente, e a simpatia da comunidade internacional, os sucessivos processos legais tornaram-se penosos e extenuantes para Cédric, transformando a sua vida tranquila e pacífica, numa aldeia remota francesa, num constante alvoroço mediático, com confrontos regulares com o Estado.

“Nous sommes le 4 janvier 2017. Je n’ai jamais mis les pieds dans un tribunal. Je me rends vite compte qu’il s’agit d’un théâtre, une vaste comédie. Ce matin, j’ai eu du mal à m’extirper de mon lit. Peur d’être jugé, d’affronter le procureur? Sans doute. La justice niçoise ne m’inspire rien de bon. L’empres d’une droite dure imprègne la ville: j’usqu’où s’immisce-t-elle? (...) Le magistrat prétend contre toute évidence que “j’ai décidé de ce procès dans une stratégie de communication”. Hélas, je n’ai pas ce pouvoir. C’est lui qui me poursuit, pas l’inverse. Sans doute regrette-t-il l’immunité humanitaire octroyée en août. Notre idée se confirme: je suis jugé parce que j’ai parlé publiquement de notre action” (Cedric Hérou, “Change ton monde”, p. 1306-1311).

A escalada nestes processos de criminalização da solidariedade tinha apenas começado. Seguiram-se uma série de processos criminais, instaurados contra navios humanitários, e tripulações de resgate e salvamento, no Mar Mediterrâneo. A ONG *Jugend Rettet* viu o seu navio *Iuventa* ser apreendido pelas autoridades italianas, em agosto de 2017; e toda a tripulação foi criminalmente indiciada com o crime de tráfico de pessoas. Um dos membros da tripulação, Miguel Duarte, estudante de doutoramento no Instituto Superior Técnico, contou-me, numa entrevista, a sua experiência:

“Ao longo da licenciatura e do mestrado, sempre quis fazer alguma coisa para ajudar os refugiados. Estando na minha posição, jovem, com alguns meios financeiros, europeu, sem grandes responsabilidades familiares e por aí adiante, achei que estava num papel privilegiado de fazer alguma coisa em relação a isso. Se as pessoas como eu não fossem fazer nada, então ninguém fazia, era o que eu pensava na altura...quando acabei o mestrado tive a oportunidade para me dedicar a este trabalho, sem impor nenhum limite temporal. O limite ao meu voluntariado foi imposto pela ação legal que me foi colocada pelo Governo italiano, um ano depois de eu ter começado a fazer este tipo de trabalho” (Miguel Duarte, entrevista, março de 2018).

Miguel contou-me alguns dos processos burocráticos pouco transparentes que lhe foram interpostos, a si e aos seus colegas que, ainda hoje (dezembro 2020), não estão resolvidos. Destaco aqui a sua “expetativa” de que tais processos, embora totalmente desprovidos de lógica e de ética; tendo em conta o contexto atual da Europa, “não eram totalmente descabidos” ou inesperados”, pelas pessoas que se voluntariavam.

“Embora o nosso trabalho fosse sempre completamente legal, em todos os aspetos, era muito incómodo. E por essa razão, a nossa relação com as autoridades, principalmente as italianas, nem sempre foi a melhor, porque...sempre tivemos a sensação de que o nosso trabalho era pouco desejado por grande parte das autoridades, e portanto sabíamos que havia algum risco de que fossem tomadas medidas, mas esta medida em concreto não era esperada, e surpreendeu-me muito...mas, em geral, não era totalmente descabido, no contexto” (Miguel Duarte, entrevista, março de 2018).

Na sua ótica, a instauração de um processo criminal deste tipo pode ser compreendida, se for colocada num contexto mais vasto, de *intencionalidade política*. Miguel considera que a apreensão de navios e a criminalização de iniciativas de resgate solidário, que cumprem com todas as normas comunitárias e com as leis marítimas internacionais, só pode ser uma tentativa de *desencorajamento* destas mesmas ações, aliada a outros esforços de controlo das fronteiras externas.

O processo legal de Miguel Duarte está ainda ativo, no momento em que escrevo esta tese, não se conhecendo ainda a decisão final do Estado italiano sobre a sua prossecução ou não, em Tribunal. Enquanto a sua vida permanecia refém deste limbo jurídico, Miguel Duarte foi-se politizando, tendo sido um dos fundadores do coletivo ativista *Hubb- Humans Before Borders*, no final de 2018. Através deste grupo, tem-se dedicado a sensibilizar e a conscientizar a sociedade civil para o contexto das políticas de migração Europeias. A sua situação gerou indignação, em Portugal, onde foi apoiado publicamente pelas principais instâncias do Estado, bem como por partidos políticos e movimentos ativistas que se comprometeram a encetar ações diplomáticas, e acompanhar de perto o seu processo. Na prática, é a partir do seu trabalho quotidiano, como ativista, que Miguel vai desafiando esta realidade dissonante, entre as práticas solidárias e a sua interpretação legal.

Sara Mardini, uma refugiada síria que atravessou a fronteira marítima para a Grécia, em 2015, viu a sua história pessoal tornar-se notícia, na Europa, pelo fato de ter contribuído, com a sua irmã, Yusra Mardini, ambas nadadoras exímias, para a estabilização do barco que as transportava, durante uma tempestade. Sara resolveu voltar à Grécia, em agosto de 2016, já com o estatuto de refugiada assegurado na Alemanha, para ajudar outros refugiados que, como ela, tinham vindo para Lesbos, mas que se encontravam imobilizados em campos. Colaborou, inicialmente, com as missões de desembarque da ERCI (*Emergency Response Center International*), uma ONG grega; e trabalhou como voluntária no campo de refugiados de *Moria*. Durante este período, Sara denunciou publicamente alguns dos abusos de direitos humanos que testemunhou

diretamente, descrevendo a situação degradante em que viviam as pessoas em *Moria*. Em 2017, Sara e dois dos seus colegas voluntários na ERCI (Sean Binder e Nassos Karakitsos) foram indiciados com o crime de “auxílio à imigração ilegal” e “assistência a traficantes de pessoas”. Sara contou o episódio, em várias entrevistas e conferências em que participou. No dia 21 de Agosto de 2017, enquanto fazia o check-in para Berlin, Sara foi rodeada pelas autoridades policiais, no aeroporto de Atenas: “They kind of circled around me, and they said that I should come with them” (*The New Humanitarian*<sup>50</sup>, 2 de maio de 2019). Em entrevista com Eric Reidy, Sara descreveu os 108 dias de detenção na Grécia:

“On the ferry ride to the mainland, her hands were shackled. That’s when it sank in: “Ok, it’s official,” she thought. “They’re transferring me to jail.” In prison, Mardini was locked in a cell with eight other women from 8pm to 8am. During the day, she would go to Greek classes and art classes, drink coffee with other prisoners, and watch the news. She was able to make phone calls, and her mother, who was also granted asylum in Germany, came to visit a number of times. “The first time we saw each other we just broke down in tears,” Mardini recalled. It had been months since they’d seen each other, and now they could only speak for 20 minutes, separated by a plastic barrier. Most of the time, Mardini just read, finishing more than 40 books, including Nelson Mandela’s autobiography, which helped her come to terms with her situation. “I decided this is my life right now, and I need to get something out of it,” she explained. “I just accepted what’s going on.” (Eric Reidy, *The New Humanitarian*, 2 de maio de 2019).

Sara foi libertada sob fiança, em dezembro de 2017, com o apoio de advogados *pro bono*, mas as custas legais superavam já o apoio financeiro reunido pelos coletivos ativistas que com ela se solidarizaram, agravada que foi a complexidade jurídica da incriminação.

Diversas campanhas têm sido organizadas, pela sociedade civil, para angariar fundos que cubram as custas legais de pessoas que, como Sara, foram indiciadas com “crimes de solidariedade”. No entanto, com a lentidão e complexificação dos processos, as burocracias acabam por fazer “braço de ferro” com estas iniciativas de apoio. À acusação de *facilitação da imigração ilegal*, foram agregadas novas acusações a Sara, engendradas pelo Estado grego, incluindo *espionagem*, *associação criminosa* e *fraude*. Se for condenada, Sara pode incorrer em 25 anos de prisão.

“People are scared, of course. They didn’t just arrest me, they arrested Sean Binder and another three other people, Nassos was one of them, and, with time...we just don’t have money anymore. We spent a lot of money in the defense. If someone asks me what are the charges, they sound bad, but it’s funny...I’m charged with money laundering, espionage, being part of a criminal organization, trafficking, smuggling, and recently they’ve just added fraud...”(Sara Mardini, observação participante, conferência pública, HUBB, junho de 2020).

---

<sup>50</sup> Entrevista completa no *The New Humanitarian*, por Eric Reidy, disponível [em linha]: <https://www.thenewhumanitarian.org/feature/2019/05/02/refugee-volunteer-prisoner-sarah-mardini-and-europe-s-hardening-line-migration> [consult. 3 dez. 2020]



Detenções “emblemáticas” como a de Sara Mardini ou a de Salam Aldeen (um refugiado ativista dinamarquês, fundador da ONG *Team Humanity*<sup>51</sup>), têm servido como manobras de *desencorajamento*, para outros atores da sociedade civil. Contrariando esta tendência, alguns ativistas mantêm uma oposição firme à impunidade dos Estados, e à normalização das ações de repressão da solidariedade na UE. Por exemplo, Salam Aldeen processou, também ele, as autoridades gregas, no Tribunal Europeu de Direitos Humanos, em março de 2019. O seu processo denunciava a negligência do Estado grego, e a *perseguição* às agências e aos indivíduos da sociedade civil, que atuam em operações de cariz humanitário.

A campanha *We are a Welcoming Europe*<sup>52</sup> lançada pela *European Citizen’s Initiative*, em fevereiro de 2018, foi lançada pela sociedade civil, com o objetivo de reunir um milhão de assinaturas num ano, para forçar a Comissão Europeia a alterar a “diretiva de facilitação”; de modo a acabar com a criminalização de ações solidárias, em todos os Estados-Membros. Não tendo obtido o impacto desejado, a campanha conseguiu que o Parlamento Europeu adotasse algumas guias de prevenção da criminalização de ações humanitárias, e o estabelecimento de um observatório europeu<sup>53</sup> para estes casos. O maior impacto destas ações de criminalização de iniciativas solidárias, para além da devastação provocada nas vidas pessoais dos visados, tem-se verificado ao nível pragmático, nos obstáculos colocados aos indivíduos e coletivos que pretendem atuar em resistência. Como intuía Miguel Duarte, a propósito do seu processo judicial: “*O que está em causa é uma manobra política, e não uma questão legal*”.

A par desta repressão da solidariedade, tem-se verificado uma mobilização política, por parte das comunidades migrantes, quer na Europa, quer nos países de origem. Exemplos expressivos dessa resistência política são as mobilizações dos movimentos migrantes *sans-papiers* (McNevin 2006) e as populares marchas “Um Dia Sem Nós” em Itália, Grécia, Espanha e França (McNevin 2011). O ativismo das comunidades em situação de refúgio teve uma maior visibilidade a partir de 2015, como consequência da resposta Europeia à designada “crise” (Hansen 2019). Coletivos de refugiados e requerentes de asilo, têm aumentado o seu engajamento político e resistência, para protestar contra as condições de destituição, confinamento e imobilização, em campos de refugiados e centros de detenção, bem como à sua dispersão territorial forçada e ao crescente número de deportações para países não-seguros (Tyler e Marcyniak 2013).

---

<sup>51</sup> Informação disponível [em linha]: <https://teamhumanity.info/about/history/> [consult. 3 dez. 2020]

<sup>52</sup> Referência na página [em linha] do *Migration Policy Group*, já que a página oficial da campanha deixou de existir em 2019, quando terminou a campanha “*We are a Welcoming Europe*” [consult. 3 dez. 2020]: <https://www.migpolgroup.com/index.php/portfolio-item/welcoming-europe/>

<sup>53</sup> De acordo com informação recolhida junto de ativistas da “*European Citizens Initiative*”, em agosto de 2018, a Comissão Europeia terá dado “luz verde” a um observatório europeu de crimes de solidariedade.

Estas ações e vozes críticas, procuram dar a conhecer a precariedade e a deterioração continuada das vidas dos refugiados "no terreno", expondo a violência estrutural e institucional que têm sofrido, e desafiando as políticas de categorização e controlo da sua mobilidade, que percebem como cada vez mais injustas e violentas. A facilidade de acesso às redes sociais, a partir do telefone, e a criação de comunidades virtuais que comunicam ao segundo, ajudaram a ampliar o efeito destas microresistências. Os protestos, os incêndios em campos de refugiados, as greves de fome por pessoas detidas, as campanhas individuais anti-deportação, etc., são agora facilmente transmitidas além-fronteiras, e têm o potencial de ressoar internacionalmente (Cottle 2011, p. 4).

A rede ativista *No Borders*<sup>54</sup>, a *Aegean Boat Report*<sup>55</sup>, o grupo fechado de *Facebook Confinement et abus policiers Belgique*<sup>56</sup> e a *Plateforme d'aide aux exilés en France*<sup>57</sup>, para citar alguns exemplos, surgiram como redes de conexão virtual entre ativistas da sociedade civil, refugiados, requerentes asilo e outras *categorias moventes*, em coordenação, mobilizando ações de apoio pragmático, de denúncia e protesto; que ecoam para além dos espaços de imobilização e confinamento, rompendo muros e fronteiras físicas. As ações coletivas, a partir destes espaços colaborativos transnacionais, tornaram públicos e um pouco mais visíveis, estes espaços de difícil acesso (Papadopoulos 2008).

### 2.3. OPERAÇÕES DE “DESGASTE” E SALVAMENTO

Quando as mobilidades no mar Mediterrâneo são vistas como uma transgressão ou crime, atribuído aos traficantes de seres humanos, simplifica-se uma realidade complexa, de agências múltiplas, que inclui a vontade dos próprios migrantes e refugiados, que *querem* atravessar o mar, para chegar à Europa (Ticktin 2015). O presidente italiano Giorgio Napolitano nomeou o naufrágio ao largo da costa de Lampedusa, em outubro de 2013, de um “massacre de inocentes”<sup>58</sup>. Este foco na inocência e na vulnerabilidade das vítimas do naufrágio, colocou a ênfase na necessidade de encontrar e *castigar* os responsáveis, legitimando as operações de controlo e de segurança das fronteiras (Ticktin 2015). A compaixão pública por estas *vítimas*, justificou medidas mais restritivas, em relação a outros migrantes, ainda a caminho da Europa (Fassin 2005).

---

<sup>54</sup> Página internet disponível [em linha]: <http://www.noborder.org> [consult. 3 dez. 2020]

<sup>55</sup> A ONG Aegean Boat Report está sediada na Noruega, mas opera na Grécia, dando informações sobre os últimos eventos nos campos das ilhas gregas. Página da internet disponível [em linha]: <https://aegeanboatreport.com> [consult. 3 dez. 2020]

<sup>56</sup> Página disponível [em linha]: <https://www.facebook.com/groups/3000190246669483/> [consult. 3 dezembro 2020]

<sup>57</sup> Página de Facebook disponível [em linha]: <https://www.facebook.com/Plateformeaideauxexiles/> [consult. 3 dez. 2020]

<sup>58</sup> Segundo artigo de Lizzy Davies, publicado no jornal *The Guardian* de 3 de outubro de 2013, disponível [em linha]: <https://www.theguardian.com/world/2013/oct/03/lampedusa-boat-tragedy-italy-migrants> [consult. 30 de ag. 2020]

Em 2012, durante o meu trabalho humanitário no norte do Líbano, assisti a um dia de grande tumulto, num campo para migrantes em trânsito, da OIM. Um homem ensanguentado acabava de ser retirado do meio da multidão, que o tinha atacado violentamente. “He’s a smuggler!”, contou-me um dos colegas da equipa. Depois de receber assistência médica de emergência, o homem tentou suicidar-se, e foi internado numa clínica, para receber apoio psicológico. Ao longo das semanas seguintes, ficámos a conhecer melhor a sua história. Jonas (nome fictício) era pai de cinco filhos, numa aldeia pobre do Líbano, que tinha sido tomada de assalto por um grupo de homens armados. Contou-nos que estes homens haviam raptado o seu irmão mais velho e que, se ele não colaborasse no rapto de migrantes etíopes para trabalhos forçados, o iriam matar a ele. Jonas não queria ser responsável pela morte do seu irmão e, depois da ocupação da aldeia, não lhe restavam nenhuma opção de subsistência, para sustentar a família. “Não me orgulho daquilo que fiz, estas pessoas são seres humanos, como eu, mas não vi outra opção.” Como Jonas, milhares de pessoas implicadas em redes de tráfico de pessoas são apenas “peões”, num negócio multimilionário, que tem conseguido tirar partido de desigualdades económicas e violências estruturais preexistentes, nos países de trânsito.

Como lembra Hathaway (2008), a entrada no designado “Norte Global” tornou-se quase impossível, sem recorrer a mediadores, pelo que, os traficantes, desde este ponto de vista, são elementos do sistema mais amplo da mobilidade humana no mundo. É a lente do humanitarismo que desvia a atenção da agencialidade e da motivação das próprias pessoas (Boltanski 1999). As grandes agências humanitárias formam parte, neste sentido, dos mecanismos de governança das mobilidades (Agamben 1998; Redfield 2008). Os direitos dos migrantes e dos refugiados, reivindicados pelas ONG que resgatam pessoas no Mar Mediterrâneo têm sido reduzidos, em grande parte, à sua *vida nua*, ou seja, ao acesso aos portos e à garantia das suas necessidades básicas (água, comida, alojamento, cuidados médicos). Poucas ONG assumem posicionamentos políticos, face às injustiças sociais que as pessoas resgatadas lhes dão a conhecer, embora tenham surgido cada vez mais exceções, sobretudo depois de 2015, como resposta à negligência Europeia face ao aumento dos naufrágios.

Esse é um desenvolvimento interessante, para esta tese, porque revela uma potencial consequência do crescente movimento de politização da sociedade civil. Nos últimos cinco anos, um misto de coletivos solidários informais e ONG têm procurado colaborar, para suprir as lacunas das políticas de migração europeias no Mar Mediterrâneo (por exemplo através de operações de resgate, pelos navios *Iuventa*, *Sea Watch*, *Aquarius*, *Ocean Viking* ou o *Proactiva Open Arms*). Na prática, estas ações têm-se configurado como um “braço de ferro” simbólico, entre a força imparável das mobilidades, por um lado, e as políticas repressivas de controlo de fronteiras, por outro. Se as trajetórias dos migrantes têm evoluído para encontrar “pontos cegos” nas fronteiras marítimas, novas travessias e novos aliados, os mecanismos de controlo das mobilidades têm respondido com maior violência, tecnologia, manobras legais e políticas de bloqueio.

O navio de resgate *Aquarius* (operado pela ONG *Médecins Sans Frontières* [MSF]), foi apreendido pelo Governo italiano em 2018, vendo interrompidas as suas missões de resgate e salvamento marítimo, e cessando o testemunho direto das manobras repressivas operadas nos espaços de controlo marítimo. No mesmo ano, três ONG: a *SOS Méditerranée*, a *Lifeline* e a MSF, anunciaram a impossibilidade de continuar com as suas operações de salvamento e resgate, após a instauração, por parte dos Estados italiano e maltês, de bloqueios administrativos (MSF 2018). A ONG *Lifeline* foi forçada a interromper as suas atividades depois de auxiliar 230 imigrantes a desembarcar em Malta. Seis dias depois do desembarque, a *Lifeline* foi submetida a uma investigação administrativa, que os coordenadores da organização disseram *não conseguir compreender* (*Lifeline* 2018). "*The only order the ship denied was to hand over people to the so-called Libyan coastguard, as this would have been not in line with the Geneva Refugee Convention and therefore criminal*", disse o capitão do navio<sup>59</sup>.

Este crescendo de repressão às atividades de resgate marítimo no Mar Mediterrâneo, em 2018, atingiu o seu cúmulo no final do ano, com a designada "crise do desembarque"; causada por um impasse diplomático entre Itália e Malta (ECRE 2019<sup>60</sup>), em que ambos países recusaram o apeio de 49 migrantes, resgatados pela tripulação do navio da *Sea Watch*, (um dos poucos barcos de resgate que ainda mantinham ações no Mar Mediterrâneo em 2018). Malta e Itália argumentavam que o barco, com bandeira holandesa, deveria ter antes pedido autorização de desembarque na Tunísia ou na Líbia, *que estavam mais perto* do local de resgate. O então representante do Governo italiano, Matteo Salvini, justificou, ainda, a sua posição, argumentando a incapacidade da UE em colaborar com Itália, no acolhimento aos migrantes. O impasse solucionou-se duas semanas depois, quando alguns países (França, Alemanha, Portugal, Roménia e Luxemburgo) se oferecerem para receber as pessoas resgatadas nos seus territórios, a 19 de janeiro de 2019.

Ainda em janeiro de 2019, a ONG espanhola *Proactiva Open Arms*, criticou abertamente as autoridades espanholas, por impedirem que o seu navio *Open Arms* deixasse o porto de Barcelona, para mais missões de resgate. Numa entrevista por *Skype*, Laura Lanuza, responsável pela comunicação, descreveu-me os vários mecanismos administrativos utilizados pelo Estado Espanhol, para manter o bloqueio, concluindo:

"Coincidentemente, estes bloqueios administrativos usados para forçar não apenas o nosso, mas muitos outros navios humanitários, a parar com as suas missões de resgate e salvamento; contribuem para retirar todas as testemunhas da sociedade civil do Mar Mediterrâneo" (Laura Lanuza, entrevista, março de 2019).

---

<sup>59</sup> Informação disponibilizada pela Infomigrants [em linha], 27/06/2018 [consult. 16 nov. 2019]. Disponível em: <https://www.infomigrants.net/en/post/10230/update-lifeline-rescue-ship-will-dock-in-malta-amid-controversy>

<sup>60</sup> Artigo disponível [em linha] na página da ECRE, 11 de janeiro de 2019 [consult. 3 set. 2019]: <https://www.ecre.org/editorial-a-contingency-plan-for-disembarkation-and-relocation/>

Heller e colaboradores (2019) sugerem que estas estratégias de controlo e repressão no Mediterrâneo, remontam ao período colonial. No século XIX eram sobretudo os Europeus, que se deslocavam livremente para os territórios colonizados através do mar, tendo-se invertido este movimento no século XX; dos antigos territórios colonizados para as grandes metrópoles Europeias. Foi quando este movimento se inverteu, que se engendraram as *fronteiras marítimas*. As políticas de encerramento e perseguição às mobilidades do “Sul Global” têm deixado um rasto mortal de afogamentos e naufrágios, nas últimas décadas (Heller et al. 2019). Esta travessia, tornada perigosa, tem sido um fenómeno politizado desde os anos 80, a par da consolidação do Espaço Schengen, e da consequente limitação dos vistos aos cidadãos do “Sul Global” (Heller et al. 2019; Mbembe 2017 [2016]). Este mecanismo não acabou (nem acabará), obviamente, com a circulação de pessoas do Norte de África para a Europa, mas proporcionou uma oportunidade para o crescimento do lucrativo negócio de tráfico de pessoas (Heller et al. 2019).

Desde os anos noventa, mas com particular incidência na última década, a UE concedeu a regimes ditatoriais do Norte de África financiamento (Akkerman 2018) e poder partilhado, no controlo das mobilidades, estendendo e prolongando, nestes territórios, as suas fronteiras externas. Usando medidas restritivas e repressivas que seriam condenáveis no território “humanista” da Europa (Cernadas 2009), os regimes do Norte de África corresponderam, criando centros de detenção, perseguindo migrantes e exercendo repressão policial e militar (Cernadas 2009; Akkerman 2018).

All the case studies reveal a policy of EU interaction with its neighbouring region that has become almost single-mindedly obsessed with migration control regardless of its costs for the country or for forcibly displaced persons. It is a narrow and ultimately self-defeating concept of security because it does not tackle the root causes that cause people to migrate - conflict, violence, economic underdevelopment and the failures of states to justly manage these. Instead, by reinforcing the military and security forces in the region, it is likely to exacerbate repression and limit democratic accountability and stoke the conflicts that will lead to more people being forced from their homes. It's time to change course. Rather than externalising borders and walls, we should be externalising real solidarity and respect for human rights (Akkerman 2018, p. 5).

A Primavera Árabe, em 2011, rompeu, temporariamente, com alguns destes acordos bilaterais, despoletando um novo pico de mobilidades na rota do Mediterrâneo. As pessoas que escapavam dos regimes autoritários da Líbia e da Tunísia, assim como os refugiados que fugiam da ditadura na Eritreia, conseguiram “reabrir” a travessia marítima para Itália. Estima-se que mais de 16 milhões de pessoas (OIM 2017) se viram obrigadas a sair dos seus países, entre 2011 e 2013 e, destas, pelo menos 45.000 arriscaram uma travessia do Mar Mediterrâneo (OIM 2017). A mobilidade entre o Norte de África e a Europa tornou-se numa das rotas mais mortais do mundo, com mais de 3000 mortes registadas em 2014, pela OIM (OIM 2017).

A operação *Mare Nostrum*<sup>61</sup>, lançada pela UE na sequência da tragédia de Lampedusa, foi introduzida como uma medida humanitária, de prevenção de mortes no Mediterrâneo. A comissária de política externa da União Europeia, Federica Mogherini, declarou, na época: “A UE foi criada com a ideia de proteção dos direitos humanos, dignidade e vida humanas. Temos que ser consistentes com essa ideia”<sup>62</sup>. Entre Novembro de 2013 e Janeiro de 2014, mais de 100 organizações da sociedade civil, da Europa e de países vizinhos do Norte de África, organizaram-se para escrever a “Carta de Lampedusa”, descrita por Sciarba e Furri (2017) como um instrumento *radical e alternativo*, desenvolvido através de um processo *democrático*, incluindo *ativistas e migrantes*, que redefiniam o acesso aos direitos humanos dos migrantes, no Mediterrâneo. Foi uma tentativa de reconstrução partilhada, do direito cidadão à mobilidade, no espaço comum do Mediterrâneo, inicialmente apoiada por entidades públicas e pelo poder local italiano (Sciarba e Furri 2017). A operação *Mare Nostrum* durou apenas doze meses, salvando milhares de vidas<sup>63</sup> mas, alegadamente, devido aos altos custos de manutenção, foi terminada em outubro de 2014.

No mesmo mês, a Operação *Triton*, administrada pela Agência Europeia de Fronteiras e Autoridade Marítima - FRONTEX, foi lançada. O objetivo era, declaradamente, muito diferente: “*Frontex supports the Member States to achieve an efficient, high and uniform level of border control.*”<sup>64</sup>. Esta mudança de “tom” e de intencionalidade, marca uma viragem paradigmática, no tipo de procedimentos e mecanismos de controlo das fronteiras da UE, e na narrativa associada à solidariedade com pessoas em situação de mobilidade. Outro dos argumentos utilizados pela UE, para encerrar a operação *Mare Nostrum* em 2014, substituindo-a pela *Triton*, foi o de que as operações de busca e salvamento funcionavam como *pull-factor* (fator de atração) para migrantes, assim como para a *proliferação dos traficantes de pessoas* (Heller e Pezzani 2016).

A guerra na Síria e o conseqüente êxodo de pessoas refugiadas para a Grécia, sobretudo a partir de 2015, aumentaram a rota entre a Turquia e a Grécia, mantendo-se, no entanto, sempre ativa, a mobilidade entre o Norte de África e a Itália e o Norte de África e a Espanha. De 2014 a 2017, um número record de 15.200 mortes foram registadas no Mediterrâneo central, consolidando-se como a rota migratória mais mortífera do

---

<sup>61</sup> Operação naval e aérea do governo italiano iniciada em 18 de outubro de 2013, após o naufrágio de Lampedusa. A Comissão Europeia concedeu apoio financeiro para a operação com 1,8 milhões de euros do Fundo para as Fronteiras Externas. A *Mare Nostrum* foi liderada pela Marinha italiana e teve como objetivo o patrulhamento da zona marítima ao largo da costa da Líbia.

<sup>62</sup> Artigo de Eric Lyman (20 abr. 2015), publicado no *Washington Times*, [em linha]: <http://www.washingtontimes.com/news/2015/apr/20/migrants-drown-in-mediterranean-as-europe-refugee-/?page=all> [consult. 30 ag. 2020]

<sup>63</sup> Durante a operação, pelo menos 150.000 migrantes, principalmente da África e do Oriente Médio, conseguiram chegar com segurança à Europa (segundo a Amnistia Internacional, 2015)

<sup>64</sup> Conforme Frontex 2013, [em linha]: <https://frontex.europa.eu/intelligence/information-management/> [consult. 30 ag. 2020]

mundo (Heller et al. 2019). Em 2016, o acordo estabelecido entre a Turquia e a União Europeia, fortaleceu o braço-de-ferro entre o regime europeu de fronteiras e as pessoas em mobilidade, tornando esta travessia cada vez mais difícil e perigosa, a par das novas fronteiras internas, erguidas ao longo da rota balcânica (Heller et al. 2019). A Europa foi ainda mais longe, na instauração de medidas agressivas de controlo da mobilidade quando, em 2017, estabeleceu um acordo tácito com a Líbia, governada por milícias cujos abusos contra migrantes eram sobejamente conhecidos. O financiamento da UE à Líbia, ao abrigo deste acordo, foi utilizado para o fortalecimento do poder militar e do armamento das milícias Líbias, assim como para a construção de mais centros de detenção (Akkerman 2018). A UE financia, ainda, a guarda costeira Líbia, prestando-lhe meios técnicos de controlo dos barcos utilizados pelos migrantes, sabendo de antemão que as autoridades Líbias utilizam mecanismos repressivos polémicos (Akkerman 2018). Num vídeo disponibilizado pela *Proactiva Open Arms*<sup>65</sup> à agência de notícias *Euronews*, é possível verificar como a intimidação de barcos de resgate humanitários, pela guarda costeira Líbia, chega a utilizar ameaças físicas, com armas de fogo.

Uma chegada bem-sucedida ao território Europeu, através do Mar Mediterrâneo, não garante aos migrantes o acesso ao território, bem pelo contrário, as fronteiras internas da UE têm agravado as condições de receção, nos últimos anos, incluindo o maior recurso a centros de detenção (Formenti et al. 2019). A precariedade das vidas em trânsito, dentro da Europa, é sustentada pela repressão das mobilidades, que tem empurrado as pessoas para a margem, tornando-as “vidas descartáveis” (Mbembe 2019). As consequências desta repressão do movimento passam pela imobilização e retenção de pessoas em locais sem condições dignas, a exploração laboral, e a proliferação de redes de tráfico humano (Formenti et al. 2019).

A Europa tem multiplicado outras medidas de controlo interno, em cada um dos Estados-Membros. Cada país concebeu a sua própria forma de governação e repressão das mobilidades, numa escalada sem precedentes, desde 2015 (Formenti et al. 2019; Fontanari 2019). Algumas destas medidas nacionais têm incluído, por exemplo, formas mais intrusivas de policiamento, despejo sistemático de alojamentos, centros sociais e casas ocupadas, criminalização de indivíduos e coletivos solidários, e deportação de pessoas para países não-seguros, através de acordos bilaterais. Por exemplo, foram estabelecidos acordos entre a Dinamarca e a Eritreia (Human Rights Watch 2014<sup>66</sup>); entre a Noruega e a Etiópia, entre a Noruega e o Iraque (Janmyr 2015); e entre a Noruega, a Alemanha, a Finlândia e a Suécia com o Afeganistão (ECRE 2017), para citar alguns exemplos.

---

<sup>65</sup> Vídeo publicado no canal *Youtube* pela agência de notícias *Euronews* [em linha], disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ORnBTGXU2Y> [consult. 14 jul. 2018]

<sup>66</sup> HRW, relatório [em linha], 17 dezembro 2014, disponível em: <https://www.ecoi.net/en/document/1166611.html> [consult. 2 de dezembro 2020]

A intimidação de um número crescente de humanitários, de cidadãos voluntários e de ativistas no Mar Mediterrâneo foi-se normalizando, tornando-se em mais um dos mecanismos de reprodução de fronteiras externas da UE. Antes da designada “crise” de 2015, esta criminalização de atos de resgate e salvamento, dificilmente teria sido aceite pela opinião pública; já que o dever de socorro a náufragos, consagrado na Lei Marítima, era consensual. No entanto, o *estado de exceção* decretado em 2015, proporcionou uma polarização crescente nos discursos políticos sobre a migração, e uma oportunidade para endurecer os mecanismos de controlo das fronteiras marítimas.

O confronto político entre a sociedade civil e o regime europeu de fronteiras, expôs uma discrepância entre o tipo de solidariedade oferecido pelas ONG “tradicionais”, de cariz humanitário, e aquelas que assumiam uma posicionalidade política. Enquanto a Estação de Ajuda Externa de Migrantes (MOAS) pedia para que se evitassem quaisquer envolvimentos políticos (Cuttitta 2018), os Médicos Sem Fronteiras (MSF), nas suas diversas operações marítimas (*Dignity I, Prudence, Argos, SOS Mediterranée, Aquarius, Ocean Viking*) afirmaram, repetidamente, que o trabalho humanitário era uma resposta direta à *falta de ação política* da UE<sup>67</sup>. Também os membros da *Sea Watch* admitiram que o seu trabalho é *humanitário e político*; procurando, assumidamente, pressionar a UE a modificar as suas políticas de migração (Cuttitta 2018). Não obstante, note-se que todos os atores humanitários envolvidos nestas operações (*Proactiva Open Arms, Iuventa, Sea-Watch, MSF, MOAS, etc.*), cooperavam com as autoridades italianas e também com a FRONTEX, salientando o responsável da *Sea-Watch* que “a política não pode ser uma prioridade, em matéria de vida e morte” (Cuttitta 2018).

Paolo Cuttitta (2018) argumenta que os governos estão a ser *dispensados* das suas responsabilidades, por estas ONG que, inadvertidamente, acabam por legitimar o regime europeu de fronteiras. No entanto, os relatórios oficiais da OIM sobre o registo de mortes no Mar Mediterrâneo, demonstram que a ausência de testemunhas da sociedade civil tem aumentado a quantidade de barcos “desaparecidos”, cujos naufrágios não são atribuídos à responsabilidade de nenhum Estado, por falta de provas<sup>68</sup>. Esta perseguição insistente às operações de resgate no mar Mediterrâneo, foi um dos gestos mais *ousados* da Europa *pós-2015*. As inconsistências entre a autoimagem humanista e protetora dos direitos humanos, e o regime autoritários de fronteiras; são agora mais evidentes, perante a sociedade civil, que tem testemunhado a violência destas ações repressivas. Estas dissonâncias criaram, assim, um *contramovimento* na sociedade civil, novas formas

---

<sup>67</sup> Ver publicação [em linha], na página oficial dos MSF [consult. 3 set. 2019]: <https://www.msf.org/mediterranean-migration-depth>

<sup>68</sup> Atualização de número de mortes no Mediterrâneo é publicada [em linha], no projeto da OIM “Missing Migrants” [consult. 3 dez. 2020]: <https://missingmigrants.iom.int/region/mediterranean>



de desobediência civil, e o ressurgimento de espaços de ativismo e politização de pessoas que, antes da “crise”, se reviam no ambiente ético e moral vigente na Europa.

Os migrantes e refugiados procuram romper, quotidianamente, com as políticas repressivas impostas pelo regime europeu de fronteiras, no Mediterrâneo. Enquanto os ativistas e os aliados das pessoas em situação de mobilidade, vão fazendo o que conseguem para visibilizar as pessoas em rota, de modo a serem resgatadas; inversamente, os agentes implicados no controlo das fronteiras marítimas têm feito o possível para *não ver* os migrantes (Heller et al 2017). O recurso mediático ao "espetáculo da fronteira" (De Genova 2002; 2013), usando as imagens de barcos sobrelotados, simultaneamente *espetaculariza* a transgressão e a "ameaça" da migração, legitimando as políticas repressivas de expulsão, como também revela as violações de direitos marítimos (Heller et al 2017). A morte de migrantes no mar Mediterrâneo tem sido, conseqüentemente, normalizada e despolitizada, por um lado; e contestada e resistida, por outro. Uma das razões invocadas pelas narrativas institucionais, para o aumento das mortes, é que o destino final dos migrantes depende da sua “sorte” (Heller et al. 2017), isto é, dos ventos, das correntes, e da presença ou não de atores de resgate no momento de perigo. Na prática, a sobrevivência dos migrantes depende das ações encetadas para a sua segurança. Oficialmente, o número de mortes de migrantes registadas no Mediterrâneo, diminuiu, em 2019 (OIM 2020<sup>69</sup>), por comparação estatística com anos anteriores, mas, em novembro de 2020, vários relatórios davam conta de uma nova subida alarmante<sup>70</sup>. Esta continua a ser a rota mais mortal do mundo, com 19.000 mortes estimadas, desde 2014<sup>71</sup> e, desde que a presença de atores não governamentais caiu, em meados de 2017, aumentaram os designados *Fantasm di Portopalo*<sup>72</sup>, isto é, as embarcações dadas como desaparecidas, a caminho da Europa. O Projeto “Migrantes Desaparecidos<sup>73</sup>”, da OIM, ativo desde 2014, registou 34.532 pessoas mortas nesta travessia, 3.368 das quais apenas em 2019<sup>74</sup>.

---

<sup>69</sup> Atualização de número de mortes no Mediterrâneo é publicada [em linha], no projeto da OIM “Missing Migrants” [consult. 3 dez. 2020]: <https://missingmigrants.iom.int/region/mediterranean>

<sup>70</sup> As estatísticas indicam um pico de mortes registadas em novembro de 2020, dados disponíveis [em linha]: <https://www.statista.com/statistics/690328/migrant-fatalities-in-the-mediterranean-by-month/> [consult. 3 dez. 2020]

<sup>71</sup> Maurice Stierl, investigador na Universidade de Warwick, disponibilizou esta atualização a 9 julho 2020, numa entrevista disponível na Brave New Europe [em linha]: <https://braveneweuropa.com/maurice-stierl-black-lives-are-being-lost-in-the-mediterranean-but-the-world-remains-silent> [consult. 3 dez. 2020]

<sup>72</sup> Referência a um navio de migrantes que naufragou na costa da Sicília em 1996, cujas provas só vieram a público 5 anos depois, graças à denúncia de um pescador (Salvatore Lupo) e ao trabalho de um jornalista (Giacomo Bellu), autor da notícia e autor de um livro que conta a história do caso, mais tarde adaptada para uma série televisa de dois episódios.

<sup>73</sup> *Missing Migrants* é um projeto da OIM que regista e fornece dados sobre migrantes desaparecidos em várias rotas, incluindo no mar Mediterrâneo. Mais informação disponível [em linha]: <https://missingmigrants.iom.int/region/mediterranean> [consult. 3 dez. 2020]

<sup>74</sup> *ibidem*

## Desobediência Civil e Solidariedade no Mediterrâneo

Em 2020, o navio humanitário *Louise Michel*, financiado por Banksy, e gerido pela capitã Pia Klemp, que havia sido processada pelas autoridades italianas aquando do seu trabalho a bordo do navio *Iuventa* e do *Sea-Watch 3*, começou a sua atividade no Mar Mediterrâneo, constituindo-se como uma “alternativa informal” de salvamento “das almas dos próprios Europeus”:

“To uphold maritime law and rescue anyone in peril without prejudice. We onboard the Louise Michel believe we are all individuals, nationality should not make a difference to what rights one has and how we treat each other. We answer the SOS call of all those in distress, not just to save their souls — but our own.” (Pia Klemp, Agosto de 2020<sup>75</sup>).

Investigadores ativistas (por exemplo Charles Heller e Lorenzo Pezzani, 2017; Heller et al. 2019) têm desenvolvido práticas de reivindicação das responsabilidades europeias pelas mortes no Mar Mediterrâneo, tornando visível o que acontece nos espaços aparentemente inacessíveis desta rota.

In conjunction with a coalition of NGOs, and in collaboration with several parallel investigations, Charles Heller and Lorenzo Pezzani reconstructed a composite image of the events by corroborating the survivors’ testimonies with information provided by the vast apparatus of remote sensing technologies that have transformed the contemporary ocean into a digital archive of sorts: optical and thermal cameras, radars, vessel tracking technologies, distress signals which contained geo-referenced coordinates, wind and current data, satellite imagery, and so forth. By interrogating this sensorium, we were able to model and reconstruct the drifting boat’s trajectory as well as to account for the presence of a large number of vessels in the vicinity of the drifting migrant boat that did not heed their calls for help. While these technologies are often used for the purpose of policing illegalised migration as well as the detection of other ‘threats’, they were repurposed to find evidence for the failure to render assistance. The reconstruction of events formed the basis of several ongoing legal cases against states whose assets were in operation at the time of the events. Through our work on the ‘left-to-die’ case, we sought to put into practice a *disobedient gaze* that used some of the same sensing technologies of border controllers, but sought to redirect their ‘spotlight’ from unauthorised acts of border-crossing, to state and non-state practices violating migrants’ rights (Heller e Pezzani 2017, p.3).

A *WatchTheMed* constituiu-se como uma plataforma de mapeamento online, que vigia e documenta as violações dos direitos dos migrantes, nas fronteiras marítimas da UE. O projeto *WatchTheMed* foi iniciado em 2013, por ativistas e ONG da sociedade civil, no âmbito da campanha *Boats4People*<sup>76</sup>. Hoje o projeto envolve uma vasta rede de organizações, ativistas e investigadores, e utiliza novas tecnologias no mapeamento e monitorização do mar, documentando todos os incidentes observados. Através dos relatos dos sobreviventes, de testemunhas dos naufrágios, de dados de telemóveis e de imagens de satélite, o projeto responsabiliza as autoridades que deveriam, naquela zona de jurisdição, ter acudido aos migrantes em perigo. Além de

---

<sup>75</sup> Pia Klemp, blogue oficial [em linha], disponível em: <https://kottke.org/tag/Pia%20Klemp> [consult. 20 set. 2020]

<sup>76</sup> Campanha ativista de reivindicação dos direitos dos migrantes no Mar Mediterrâneo, [em linha]: <https://www.facebook.com/boats4people> [consult. 3 de dezembro de 2020]

reconstruir eventos passados, a plataforma permite que se indiquem as situações de perigo marítimo atuais, ativando um pedido de resgate imediato. Desenvolvendo este mecanismo concreto de vigilância, documentação e responsabilização das autoridades de fronteira, estes investigadores, ONG e ativistas, conseguiram retirar o foco da “transgressão” das mobilidades, fazendo incidir a atenção sobre as responsabilidades políticas das autoridades migratórias. Com este exercício de desobediência civil, os investigadores associados à plataforma, comprovaram que as tragédias dos naufrágios, na verdade não ocorrem por “casualidade”, ou pela “sorte” dos migrantes, na travessia, mas por incumprimento factual das leis marítimas. O Mar Mediterrâneo mantém-se, portanto, um território de tensão e de luta política, em que os métodos de policiamento dos migrantes contribuem, ativamente, para a ocorrência de tragédias marítimas.

Um processo de crimes contra a humanidade, denunciando as ações da União Europeia contra os migrantes no mar, foi acionado no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem por Juan Branco, um advogado e ativista de direitos humanos residente em França, e o seu colega Omer Satz; em 2019.

“Me and my good friend and colleague Omer Shatz, whom I met at Yale University some five years ago, have worked on this dossier thoroughly for more than two years. It all started with one particular video from the investigative organisation Forensic Architecture, in which we could follow the events of a migrant shipwreck in the Mediterranean, and what we consider to be a crime scene. Several stakeholders from the EU, the military and the Libyan Coastguard appear in the images, supposedly there to save people in distress but ultimately – and deliberately – not saving those individuals from drowning. We did a legal analysis of the material, based on my own experience of working at the Office of the Prosecutor at the ICC – with these particular types of complications – and discovered criminal liability. This led us to investigate the EU migratory politics between 2014 and 2019 during the so-called refugee crises” (Emma Dedorson, *EU Observer*, 2019<sup>77</sup>).

As pessoas em situação de mobilidade continuam, através destas resistências, alianças e iniciativas, a exercer a sua própria ação política, reivindicando o direito de acesso à liberdade de movimento e à migração segura (Heller et al. 2019)<sup>78</sup>.

#### **2.4. DA HOSPITALIDADE CLÁSSICA À HOSPITALIDADE COSMOPOLITA**

A etimologia da palavra “estrangeiro” transforma, literalmente, uma pessoa que vem *de fora* da comunidade, num “estranho”, acentuando-se a sua diferença e distância, face ao “anfitrião”. As pessoas que se encontram em situação de mobilidade são, neste sentido, “estranhas”, sendo a sua alteridade produzida pela existência

---

<sup>77</sup> Entrevista disponível no *EU Observer* [em linha], 14 junho 2019, disponível em: <https://euobserver.com/news/145162> [consult. 3 dez. 2020]

<sup>78</sup> Para além deste movimento ativista, existe um consórcio de associações da sociedade civil, que vem documentando eventos de abuso de poder, nas fronteiras, nomeadamente “push-backs” ilegais, repressão policial, etc. Os relatórios estão disponíveis [em linha] na página: <https://www.borderviolence.eu> [consult. 6 de dezembro de 2020].

de soberanias nacionais (Hyndman e Giles 2017). A recepção e o tratamento que é dedicado aos “estranhos”, numa comunidade, é um tema clássico em antropologia (Lévi-Strauss 1949; Pitt-Rivers 1973; Herzfeld 1987a; 1987b) que, mais recentemente, tem despertado também o interesse de outras ciências sociais. A hospitalidade clássica é entendida como um gesto de confiança mútua, que ocorre através de uma recepção *generosa* ao estranho. Como descreveu Mauss (2008 [1924]), a hospitalidade é uma “promessa de paz”, temporária, por parte de um anfitrião. Na lógica referencial do *Ensaio sobre a Dívida* (Mauss 2008 [1924]), o gesto da hospitalidade coloca o hóspede, momentaneamente, numa posição hierárquica inferior, como um *recetor*, que deverá reciprocamente a dívida para honrar o voto de confiança que lhe foi estendido (cf. Boudou 2013). A dívida da hospitalidade é “paga” com contra-dádivas (*countergifts*), que visam restaurar a *igualdade* entre as partes (Mauss 2008 [1924]). Ora, esta análise antropológica coloca-nos um problema político de partida, que é a *assimetria* entre hóspede e anfitrião, nesta relação. A hospitalidade estabelece uma *dívida moral* e é o “estranho” que deve encontrar uma forma de restaurar o seu posicionamento, face ao anfitrião; ou seja, que deve *adaptar-se* e comportar-se segundo as normas, tornando-se, “menos estranho”.

O “estranho” pode assumir várias formas de alteridade (Boudou 2012), como a diferença (a ser compreendida), a anomalia (a ser corrigida), o perigo (a ser eliminado), o recém-chegado (a ser iniciado), o inimigo (a ser combatido), o viajante (a ser protegido), o convidado (a ser bem-vindo), o tabu (a ser controlado), o mistério (a ser desmistificado ou respeitado), o estranho (a ser familiarizado), e assim por diante. A diversidade percebida nos “estranhos” implica (à partida) uma variedade correspondente, de códigos e normas da hospitalidade, que os antropólogos têm procurado decifrar, ao longo de décadas. Antropólogos clássicos como Claude Lévi-Strauss, salientaram o processo lento e transformativo, pelo qual um “estranho” teria que passar, numa sociedade, até ser aceite, como concidadão (Lévi-Strauss 1949, cf. Boudou 2012), um pouco à semelhança do ritual de incorporação de van Gennep (1960 [1908]).

Ladislav Bolchazy (1995; cf. Rozakou 2011; 2012) estudou o papel constitutivo da hospitalidade na sociedade, ao longo da história, afirmando que esta teve sempre um papel atenuante da xenofobia (*ksenofobia*, literalmente *fobia*, ou medo, do *kseno*, ou estranho), ajudando a criar códigos éticos e morais de acolhimento e tolerância, e tornando determinadas civilizações mais ou menos “éticas”, de acordo com a profundidade da sua hospitalidade a pessoas externas (Bolchazy 1995; cf. Rozakou 2012). Pitt-Rivers (1973) procurou esquematizar uma lei universal da hospitalidade, que pudesse dar conta destes rituais de aceitação dos “estranhos”, numa lógica de *reciprocidade*. O’Neill (1991) apontou para a *armadilha teórica* (p. 86) deste exercício etnocêntrico, que torna hospitalidade clássica um processo excessivamente rígido, objetivo e estruturalista, em que não há espaço para possíveis transgressões, diversidades, e agencialidades, dos atores envolvidos.

A antropóloga Katerina Rozakou (2011; 2012; 2016a; 2016b) analisou o conceito ancestral de “*filoksenia*”, literalmente *filia* (amor) ao *kseno* (estranho), para compreender a sua simbologia e representação coletiva, na contemporaneidade. Apresentada como uma virtude nacional, a *filoksenia* está simbolicamente associada à construção do Estado-Nação (Rozakou 2012). Se entendermos a hospitalidade como o conjunto de comportamentos e códigos implícitos, que podem identificar-se na relação entre cidadãos e recém-chegados, no reconhecimento mútuo e no tipo de acolhimento concedido, então teremos que adicionar também as suas intersubjetividades. Uma hospitalidade centrada na experiência de *transformação do acolhimento*, quer para os anfitriões quer para os hóspedes, pode-nos orientar um pouco melhor, numa análise antropológica deste fenómeno. A associação entre sentimentos *morais* e *éticos* e o acolhimento de “estranhos”, desempenhou um papel crucial na própria construção social do “estereótipo da hospitalidade” (Rozakou 2012), e este fato vem mencionado nas etnografias realizadas na Grécia (Herzfeld 1980, 1987a; 1987b) e em Portugal (Pina-Cabral 1989).

Jacques Derrida (1998; 2001; 2003) produziu algumas explorações teóricas, sobre o aspeto central da ética, como simbolismo intrínseco da hospitalidade:

Hospitality is culture itself and not simply one ethic amongst others. In so far as it has to do with the *ethos*, that is, the residence, one’s home, the familiar place of dwelling, inasmuch as it is a manner of being there, the manner in which we relate to ourselves and to others, to others as our own or as foreigners, ethics is hospitality; ethics is so thoroughly coextensive with the experience of hospitality (Derrida 2001, p.16–17).

Ora, se contemplarmos o acolhimento a pessoas que buscam proteção internacional sob este paradigma, ele deixa de ser *incondicional*, passando a revestir-se de uma série de condicionamentos culturais e contradições morais, consoante a comunidade que o acolhe. De acordo com Kant (1923 [1795], cf. Benhabib 2004), o *direito à hospitalidade* não pode ser recusado, aos refugiados. Recusar o acolhimento a vítimas de guerras, acidentes ou desastres naturais, sabendo que tal recusa pode levar à sua morte, é *moralmente insustentável* (Kant (1923 [1795], cf. Benhabib 2004).

Hospitality [*Wirtbarkeit*] means the right of a stranger not to be treated as an enemy when he arrives in the land of another. One may refuse to receive him when this can be done without causing his destruction; but, so long as he peacefully occupies his place, one may not treat him with hostility. It is not the right to be a permanent visitor [*Gastrecht*] that one may demand. A special contract of beneficence (...) It is only a right of temporary sojourn [*ein Besuchsrecht*], a right to associate, which all men have. They have it by virtue of their common possession [*das Recht des gemeinschaftlichen Besitzes*] of the surface of the earth, where, as a globe, they cannot infinitely disperse and hence must finally tolerate the presence of each other” (Kant 1923 [1795]; cf. Benhabib 2004, p.27).

A hospitalidade com as pessoas que chegaram à Europa como refugiadas, depois de 2015, começou por vincular-se ao ideal ancestral da hospitalidade, como um acolhimento *tolerante e solidário*, tendo a narrativa

da *filoksenia* feito parte dos discursos públicos e das narrativas institucionais (Rozakou 2012). No entanto, a hospitalidade com pessoas que requerem proteção é *paradoxal*, porque rompe com a ideia da justiça, como um direito incondicional (Derrida 2003, p. 24).

(...) a hospitalidade não pode pagar uma dívida, nem ser exigida por um dever (...). Essa lei incondicional da hospitalidade, se se pode pensar nisso, seria uma lei sem imperativo, sem ordem e sem dever. Uma lei sem lei, em suma. Um apelo que manda sem comandar. (Derrida, 2003, p. 72).

O acolhimento a refugiados num qualquer Estado-Nação, exige uma apropriação da sua identidade pelo anfitrião, bem como um escrutínio da sua narrativa pessoal e íntima, da sua origem, das suas razões de fuga, etc. Esta constitui-se, afinal, como uma estratégia de governação sobre os corpos dos recém-chegados, que hierarquiza o Estado-anfitrião como uma “autoridade”, face ao “convidado-refugiado”. Remetido para o plano da “generosidade nacional”, o acolhimento aos refugiados outorga-se o direito de definir, escolher e decidir quem pode ficar, em que circunstâncias e durante quanto tempo, na “casa” do “Estado-Nação”.

Esta *política da hospitalidade* está historicamente ligada à forma como o Estado-Nação se reproduz e aos processos de homogeneização cultural associados à soberania nacional (Papataxiarchis 2006; cf. Rozakou 2012). O exercício da política de hospitalidade estabelece fronteiras internas entre *refugiados e nacionais*, legitimando práticas e políticas de acolhimento a partir da soberania nacional, com vista ao controlo sobre os “outros”, os que vêm *de fora* (Rozakou 2012). Aplicada aos modelos de acolhimento aos refugiados, a hospitalidade constitui-se como um ato de reprodução de poderes desiguais, colocando os *hóspedes* em situação de *dívida moral* aos Estados-anfitrião e, portanto, numa posição subalternizada (Herzfeld 1987b; 1997). Os hóspedes são colocados no mesmo universo moral dos anfitriões (Derrida e Dufourmantelle 1997), e são *obrigados* a cumprir com as regras e códigos nacionais, partindo de uma situação de desvantagem. Assim, *a hospitalidade* está associada à *hostilidade*, como salienta Jacques Derrida (Derrida e Dufourmantelle 1997, p.57), e a *filoksenia* está vinculada à *ksenofobia* (xenofobia), como sublinha Herzfeld (1992; cf. Rozakou 2012).

A hospitalidade com refugiados não pode, nesta perspetiva, ser reduzida a um imperativo ético e inter-relacional, porque ela é construída pela política e pela estrutura institucional do Estado-Nação. Paul Ricœur (2000, cf. Boudou 2012) designou como "auto-constituição" e "auto-limitação" as formas a partir das quais as comunidades políticas se legitimam a si mesmas. Uma *antropologia política da hospitalidade*, pode ajudar-nos a compreender esta legitimação interna das fronteiras nacionais, enquanto cocriação das próprias comunidades e dos cidadãos. A determinação quotidiana daquilo que é “aceite” e que é "comum" numa comunidade (se ela é hierárquica ou igualitária, acolhedora ou hostil face aos “estranhos”), contribui para a

manutenção ou contestação das fronteiras nacionais e das barreiras impostas pelas instituições, podendo limitar ou facilitar o maior ou menor acesso, a menor ou maior inclusão social dos refugiados.

Maurice Hamington (2008; 2010) contestou esta visão demasiado *hierárquica* da hospitalidade, propondo antes que se analisasse o fenómeno sob outra perspetiva, usando uma lente de género. A construção da hospitalidade a partir da teoria feminista, pressupõe um olhar mais atento às questões da identidade, da inclusão social e da reciprocidade (Hamington 2010). A lente feminista procura compreender os *benefícios mútuos* do acolhimento, quer para o anfitrião (os cidadãos) quer para o(s) hóspede(s). Ela ajuda-nos, portanto, a incorporar variáveis intersubjetivas, nesta equação, associando a hospitalidade à reciprocidade e à partilha simbólica, humana, que está imbuída no ato de acolher.

Hamington (2010) contrasta esta visão de *hospitalidade feminista* com a ideia de *hospitalidade condicional* de Derrida (2001), inscrevendo-a numa ontologia humana mais positiva. O hóspede e o anfitrião, na perspetiva feminista, afetam-se mutuamente, encontrando nesse intercâmbio intersubjetivo, formas de reciprocidade e de construção de novos significados, novos vínculos afetivos e compreensão mútua (Hamington 2008; 2010). Esta abordagem não se limita aos intercâmbios pessoais transformativos, inter-relacionais, podendo extrapolar-se para implicações sociais mais latas, como a solidariedade estendida a pessoas em situação de mobilidade forçada. Transportando o ato local e relacional do acolhimento, na comunidade, para o ato político do acolhimento, pelo Estado-Nação, poderia argumentar-se que os *atos de hospitalidade* micro concretizam uma perceção intersubjetiva macro, do Estado, traduzida na forma como “o estrangeiro” se vai *sentir “recebido”,* ou acolhido, num dado país, a partir dos microlugares onde decorrem os atos do acolhimento e a co-construção da hospitalidade. Como Levinas (1969, cf. Hamington 2010) descreve, a intersubjetividade é criada no próprio ato do acolhimento, que vai definir o espaço relacional entre a comunidade e os “estrangeiros”, moldando as perceções de ambos.

A teoria feminista propõe que é neste espaço inter-relacional do acolhimento, que se processa, de facto, a negociação da inclusão e/ou da exclusão (Hamington 2008; 2010). Hamington aponta para dois aspetos importantes da inclusão social, à luz da teoria feminista: o *valor* e a *participação*. Os dois estão inter-relacionados, na medida em que podemos encorajar, ou desencorajar, o envolvimento e a participação dos “estrangeiros” na comunidade de acolhimento. A partir da valorização e da *adição* das suas experiências e das suas ideias, encorajamos uma verdadeira inclusão social. Pelo contrário, a exclusão social configura-se a partir de uma *espiral descendente de supressão* (Hamington 2010), isto é, negando-se, repetidamente, o valor das experiências dos “outros” e a relevância da sua participação social, subalternizando-os.

Seyla Benhabib (2004) concorda com a visão mais política de Derrida (1998; 2001; 2003), salientando que existe um confronto permanente, moldado pelas regras de relação rígidas, entre refugiados e “anfitriões”

(influenciados pela política seguida pelo Estado-Nação). No entanto, à semelhança de Hamington (2010), Benhabib (2004) considera útil expandir a noção de hospitalidade a este conceito de inclusão social, para *desbloquear* o seu poder epistémico. A hospitalidade feminista torna esta expansão de conceitos possível, permitindo que as populações subalternizadas sejam consideradas como agentes, na construção do próprio ato de hospitalidade. A *reciprocidade*, enquanto elo de ligação relacional entre o anfitrião e o(s) hóspede(s), ajuda-nos a compreender melhor o *ato* (no sentido de agência) *da hospitalidade*, à escala intersubjetiva, de grande importância nesta tese, para uma análise dos *atos de solidariedade informal* que irei descrever nos próximos capítulos.

Uma hospitalidade feminista resiste, assim, à unidireccionalidade imposta pela hospitalidade tradicional (um anfitrião que “oferece” e um hóspede que “recebe”), defendendo que ambas as partes *ganham algo* com este encontro (Hamington 2007; 2010), proposta também defendida por O’Neill (1991). A reciprocidade, num sentido mais lato que o tradicional (incorporando a circulação de valores [Graeber 2001] e a sua transformação) atenua, na verdade, as *desigualdades* de poder, entre hóspedes e estranhos, enfatizando variáveis relacionais como o respeito mútuo, a humildade, a co-aprendizagem, e a partilha emocional (Hamington 2007; 2010); e contribuindo para uma versão mais *cosmopolita* da hospitalidade. A literatura contemporânea sobre hospitalidade com pessoas em mobilidade (por exemplo Fleischman e Steinhilper 2017; Chouliaraki e Georgiou 2017; Artero 2019) sublinha esta qualidade cosmopolita das novas hospitalidades na Europa, defendendo que os encontros e a intersubjetividade entre hóspedes e anfitriões, são *transformadores*, para ambos.

A *proximidade* ajuda a desenvolver conhecimento e respeito mútuo, fomentando espaços de negociação e de “justaposição geográfica, com sobreposição de comunidades e práticas culturais contrastantes” (Amin 2004, p.39, cf. Artero 2019). Estes “espaços de encontro” (de Jong e Ataç 2017; Deleixhe 2018) ou “espaços de cuidado” (Artero 2019) entre pessoas não-relacionadas por parentesco, abrangem o acolhimento privado, em espaços íntimos, em centros comunitários, em associações, ou outros espaços urbanos, em que refugiados, requerentes de asilo e outras *categorias moventes*, e as comunidades de acolhimento, podem *conhecer-se*. A reciprocidade e a proximidade, alteram a forma como respondemos aos “estranhos”, proporcionando-nos uma reflexão sobre nós mesmos, um maior conhecimento sobre o “outro”, e uma perspetiva mais ampla sobre a sua situação (Darling 2008; 2010; 2011). Segundo Williams (2016) as relações que envolvem “*cuidar do outro*” contribuem para o desenvolvimento de uma *sensibilidade cosmopolita* relacional, um conceito similar ao *ethos* da hospitalidade feminista, apontado por Hamington (2010).

Um outro aspeto mencionado na literatura antropológica contemporânea é a ação micropolítica desta hospitalidade, de cariz feminista. Darling (2008; 2010), e Amin (2004) designaram como ações micropolíticas,



aquelas práticas solidárias que procuram transformar a forma como a comunidade, e não apenas os indivíduos, respondem à presença das pessoas em situação de mobilidade. Darling (2010) debruçou-se, em particular, sobre a configuração das *sanctuary cities*, como subcultura micropolítica de hospitalidade cosmopolita, onde circulam valores democráticos de responsabilidade partilhada, emoções como a empatia pelo “outro” e uma moralidade cosmopolita, que contesta a própria ideia de Estado-Nação.

Estas ações micropolíticas são, em si mesmas, transformadoras, não apenas para os indivíduos, envolvidos nestas redes de relação e de proximidade, mas para a comunidade mais lata, através da mobilização de redes de hospitalidade locais, e de poderes institucionais locais (por exemplo Juntas de Freguesia ou Câmaras Municipais). Procurarei demonstrar nos capítulos 5 e 6, como se manifesta este “contágio” micropolítico da hospitalidade, alastrando-se das relações interpessoais às redes comunitárias, e até para além das fronteiras, às redes de solidariedade transnacionais, imbuídas numa simbologia *cosmopolita e política*, de contestação da estase e da rigidez dos Estados-Nação.

Maurizio Artero (2019) defende que as iniciativas pró-migrantes, na sequência da designada “crise de refugiados” de 2015, foram um claro instrumento de participação política cosmopolita. Quando a sociedade civil, mesmo aqueles cidadãos que, até então, se consideravam “apolíticos”, experimentaram o “evento do encontro” (de Jong e Ataç 2017; Deleixhe 2018), através da hospitalidade cosmopolita, formaram-se *laços de solidariedade* (de Jong e Ataç 2017) que se transformaram em *aspirações cosmopolitas de justiça* (Glick Schiller e Çaglar 2016; Beck 2006). Também Stavo-Debaugue (2017) concetualiza estes atos cidadãos de acolhimento a requerentes de asilo e refugiados, como hospitalidade numa “democracia cosmopolita”.

Muitos dos meus interlocutores, apenas se envolveram em iniciativas de solidariedade informal a partir do “longo verão da migração”, em 2015. A noção de “emergência humanitária” parece ter sido a sua primeira fonte de mobilização solidária, que envolveu não apenas ativistas pró-migrantes, mas também muitos cidadãos comuns, anteriormente pouco ativos no espaço sociopolítico (Hamann e Karakayali 2016). Assim, as motivações que estão na base da sua ação e compromisso, são distintos das habituais mobilizações ativistas (Ambrosini 2015; 2016; Hamann e Karakayali 2016). Durante o ano de 2015, conheci inúmeros cidadãos que mobilizaram recursos pessoais, para viajar para a rota balcânica, ou para a Grécia, com o objetivo de “fazer alguma coisa” para apoiar refugiados. Mais tarde, durante 2016, quando trabalhei na Grécia, conheci dezenas de cidadãos Europeus que se instalaram, por sua conta, naquele país, para apoiar de forma independente os refugiados que aí ficaram imobilizados, depois do encerramento das fronteiras. Durante estes dois anos (2015-2017), explodiram as ações de solidariedade entre estes cidadãos e as pessoas em situação de mobilidade e em trânsito, na Europa.

Dos atos iniciais, de solidariedade pragmática, surgiram ações mais ou menos subversivas, incluindo aplicações para *smartphone*, com instruções sobre a rota de travessia entre países, os serviços gratuitos disponíveis em cada localidade, as instruções de viagem com horários de comboios e autocarros, e até moradas de cidadãos Europeus, dispostos a acolher refugiados em suas casas (Crawley e Skleparis 2018). Para além da satisfação de necessidades humanitárias imediatas (comida, roupa, alojamento, informação, acesso a serviços básicos), estas iniciativas cidadãs operaram transformações cosmopolitas e políticas, a partir dos *eventos de encontro*, tornando muitos dos “solidários temporários” em “solidários permanentes”, ou em “ativistas”. A longo prazo, como pretendo demonstrar, a intersubjetividade gerada nestes encontros informais, não apenas gera transformações nos indivíduos e nas comunidades, como pode influenciar políticas locais e nacionais, que regulam os direitos das pessoas em situação de mobilidade.

Numa escala mais vasta, estas ações micropolíticas fazem parte de um projeto de *participação cidadã*, que repreende e oferece resistência à governação dos Estados sobre as mobilidades (Darling 2010; cf. Artero 2019). Benhabib (2006; cf. Hamington 2010) descreve o cosmopolitismo como uma forma de alargamento das normas, para além dos limites do Estado-Nação. Quando olhamos para estes espaços relacionais de reciprocidade, entre cidadãos solidários e pessoas em situação de mobilidade; compreendemos o Estado-Nação não como uma entidade estática mas, tal como nos propõe Thomas Nail (2015), uma sociedade em fluxo, em permanente reconstrução, através de múltiplas influências e agências.

O reconhecimento do “*outro*” como um potencial cocidadão, ainda que praticado em microespaços invisíveis e intersticiais das fronteiras, contribui para a construção coletiva deste cosmopolitismo transformador, influenciando alternativas ao acolhimento hegemónico, rígido, aplicado pelo Estado. A hospitalidade inclui este conjunto de práticas, observadas nas microexperiências diretas de acolhimento e de solidariedade informal, que levantam questões morais e democráticas de fundo, interpelando o Estado-Nação a rever os seus parâmetros de convivência pluralista e de justiça social. Interpelando-nos, também a nós, investigadores, a imaginar alternativas existenciais mais cosmopolitas.

Dahinden (2016) propôs que as investigações sobre as mobilidades operassem uma *desmigrantização*, para melhor compreendermos as relações estabelecidas entre cidadãos e “não-cidadãos”. Metodologicamente, um caminho possível, neste projeto, é centrarmos a análise nos processos transformativos, e não na “exceção”. Heath Cabot (2013), apoiando-se nestas observações, bem como em Malkki (1995a), e em Nina Glick-Schiller (Glick Schiller e Salazar 2013); considera que as relações de partilha solidária na Grécia, estão assentes em anteriores vivências de precariedade económica, e que isso pode explicar a solidariedade cidadã com os refugiados, em 2015, mais do que o seu *excepcionalismo*. Na verdade, o desmantelamento do Estado-Providência e dos direitos económicos dos cidadãos, bem como as discussões

em torna das dívidas públicas e da austeridade, têm produzido uma precarização das vidas (Cabot 2013), e uma desilusão política. A *dessacralização* da cidadania enquanto garantia de estabilidade, tem conduzido muitos cidadãos Europeus, a reimaginar projetos políticos mais solidários, que melhorem as suas vidas comunitárias (Cabot 2013). Este fator poderá explicar a criação espontânea de projetos coletivos de hospitalidade cosmopolita e de solidariedade informal, que beneficiem a todos (não apenas as pessoas em situação de mobilidade) e que ajudam a recriar o espaço coletivo comum.

Como descreveram Malkki (2015) e Tsing (2005), os pequenos gestos voluntários de solidariedade estão fundados num *romance situado* com o mundo, através do qual se pode, com simples ações quotidianas, reivindicar formas pessoais de adesão. Os encontros humanos tornam-se, neste contexto, como propôs Rozakou (2016), locais que desafiam as definições, as fronteiras e as linhas de poder do Estado-Nação. Estes encontros transformam-se em interações sociais entre indivíduos que buscam uma "vida normal" (Dzenovska 2014), expandindo os limites da socialidade e convivialidade (Rozakou 2016). Em paralelo, estas interações coexistem num contexto de desigualdade económica e estrutural, cuja consequente sensação de insegurança conduziu, também, a uma polarização social, levando outros cidadãos a aumentar, não a hospitalidade, mas sim a hostilidade face à "ameaça" dos "novos estranhos".

### **Entre hospitalidade e hostilidade: uma sociedade civil polarizada**

Pensando na designada "crise de refugiados" de 2015 e na sua desconstrução, apresentada no capítulo anterior; podemos argumentar que, a haver uma crise, ela será uma "crise de hospitalidade" (Rea et al. 2019). A mediatização da "crise de refugiados" poderá ter contribuído para a criação de uma espécie de "pânico moral", que afetou e *desgastou* parte da sociedade civil (Rea et al. 2019). Na definição de Cohen (1972; cf. Rea et al. 2019) o *pânico moral* surge quando se percebe uma *ameaça à integridade social*, neste caso, veiculada pela já existente *ksenofobia*. Na Europa de 2015, esse pânico moral poderá ter sido despoletado pela repetição exaustiva de mensagens simplificadas e imagens contínuas de *chegadas massivas* de refugiados, ao território Europeu. Estas mensagens foram utilizadas por partidos políticos e representantes de países Europeus, para legitimar respostas populistas e legislativas "excecionais", que pudessem "controlar a crise" ou o "estado de exceção" (Agamben 2007).

Friese (2010) considera que a Europa atingiu "os limites da hospitalidade" em 2014, em Lampedusa, quando as comunidades locais se perceberam *afetadas* ou *prejudicadas* pelo acolhimento a migrantes e refugiados. As imagens, repetidas até à exaustão, de travessias do Mar Mediterrâneo, ajudaram a reconfigurar as chegadas de migrantes e refugiados ao território como uma "invasão", levando à aceitação de medidas repressivas da mobilidade. Também nas ilhas gregas se deu este fenómeno, de *inversão* da

hospitalidade, quando os moradores se viram afetados nas suas vidas quotidianas e na sua economia local. Neste excerto de um artigo publicado na *Al Jazeera*, podem ler-se algumas declarações sobre a hostilidade que se tem alastrado, na ilha de Lesbos, a *uma parte* da comunidade local:

“Pockets [of the local community] are tired and frustrated and getting manipulated by the general rhetoric,” (...). “It’s a dangerous moment, and we are feeling it in Lesbos. (...) A crowd of people started to harass them and strike the car. He is unequivocal in his assertion that the aggressors are only a small group, who by no means represent the Lesbos community as a whole (*Al Jazeera*, 15 de fevereiro de 2020<sup>79</sup>).

O continente europeu já tinha recebido vários fluxos migratórios anteriores (Rea et al. 2019), que não justificaram medidas legislativas semelhantes àquelas que foram assumidas na conjuntura *pós-crise*. Por exemplo, entre 1991 e 2000, com o desmantelamento da ex-Jugoslávia e a guerra do Kosovo, a UE recebeu muito mais requerentes de asilo do que em 2015 e, no início dos anos 90, a Alemanha recebeu 3,2 milhões de compatriotas, do Bloco de Leste (Rea et al. 2019). Como explicar, então, a rejeição *destes* refugiados, em particular? Os investigadores apontam alguns fatores explicativos interessantes, entre os quais destaco: 1) o aumento da hostilidade face aos migrantes, aliada à popularidade de partidos de extrema-direita; 2) a falta de consenso/crise do projeto comum Europeu; e 3) a construção, já iniciada em anos anteriores, de uma “Europa-Fortaleza” (Rea et al. 2019).

Relativamente ao primeiro ponto, o aumento da hostilidade face aos migrantes na Europa, este foi evidenciado quando, a par das diversas iniciativas de solidariedade cidadã, surgiram movimentos de *criminalização da solidariedade*, e uma crescente oposição *xenófoba* ao acolhimento de mais refugiados (veja-se a posição assumida pelos países da *Visegrad* ou a ascensão do *Pegida* - “*Europeus Patrióticos Contra a Islamização do Ocidente*”). Ainda em 2014, o *Pegida* já congregava um número de simpatizantes assinalável, com manifestações públicas regulares, contra o acolhimento de migrantes na Alemanha (Rosenberger et al 2016). No entanto, foi só em 2015, que uma manifestação do *Pegida* reuniu mais de 15.000 pessoas (Rosenberger et al 2016) em *Dresden*. Aproveitando a “crise de refugiados” para gerar um efeito multiplicador da hostilidade, vários grupos de extrema direita tentaram replicar a “proeza” do *Pegida*, noutras cidades alemãs, e noutros países Europeus, incluindo a Áustria, a Bélgica, a Dinamarca, os Países Baixos, a Noruega, a Suécia, a Suíça e o Reino Unido (Rosenberger et al 2016).

Paralelamente, o movimento *Refugees Welcome*<sup>80</sup>, também iniciado na Alemanha em 2014, aumentava a sua popularidade, do lado oposto do espectro político. Os fundadores, Mareike Geiling, de 28 anos, Jonas

---

<sup>79</sup> *Al Jazeera*, 15 de fevereiro de 2020, disponível [em linha]: <https://www.aljazeera.com/news/2020/2/15/aid-workers-face-growing-hostility-on-lesbos> [consult. 3 dez. 2020]

<sup>80</sup> Informação disponível na página do movimento, [em linha]: <https://www.refugees-welcome.net> [consult. 3 dez. 2020]

Kakoschke, de 32 anos, e Golde Ebding, de 26 anos, tinham como objetivo *facilitar* uma hospitalidade cosmopolita, associando pessoas solidárias, com um quarto disponível em sua casa, a refugiados e pessoas em trânsito, que precisassem de alojamento. Através da disseminação mediática deste movimento, em redes sociais como o *Facebook*, foram-se multiplicando as pessoas solidárias disponíveis na plataforma, não apenas na Alemanha, mas em países como a Áustria, o Reino Unido, a Grécia, Portugal, a Espanha, a Suécia, os Países Baixos, a Polónia, a Bélgica e a Itália (Rea et al. 2019). Um estudo realizado pela Universidade *Humboldt* de Berlim e pela Universidade de *Oxford* (Karakayali e Kleist 2016) concluiu que houve um aumento de 70 por cento de voluntários disponíveis, durante o ano de 2015. A maioria dos voluntários eram mulheres jovens, entre os 20 e os 30 anos, com um elevado nível de educação e oriundas de contextos urbanos cosmopolitas (Karakayali e Kleist 2016). A falta de ação dos Estados foi citada no estudo acima mencionado, como a maior motivação para o envolvimento nestas iniciativas solidárias (Karakayali e Kleist 2016). Esta conclusão está, aliás, em conformidade com as minhas entrevistas durante o trabalho de campo, onde encontrei maioritariamente mulheres solidárias, cuja principal motivação para agir foi o *desacordo político*, com os atos de *hostilidade* observados nos seus países.

## 2.5. SOLIDARIEDADE INFORMAL E RECIPROCIDADE

“Vivendo perto de uma fronteira porosa, compreendemos mais claramente como os grupos humanos se relacionam com as suas estruturas de poder. Especialmente em países em crise. Enquanto o coletivo dos países influentes se concentra em narrativas de "estabilização", "implementação da democracia" e "capacitação", a verdadeira ação está a decorrer nas ruas, à frente dos nossos olhos. No mercado, no restaurante, na loja de chá, no posto de gasolina...mesmo no barbeiro...especialmente no barbeiro” (reflexões escritas, Lémen, fevereiro de 2013).

Como já confessei em nota prévia, o meu ponto partida para este estudo foi um desconforto ético e moral (a designada *aporia* humanitária), provocado pela dissonância entre as minhas experiências intersubjetivas, no terreno, e as exigências profissionais, dentro do aparato humanitário. As minhas reflexões vão sendo guiadas, também, pelo meu crescente engajamento cívico, em dinâmicas de solidariedade informal, que quis averiguar enquanto alternativas existenciais, na resolução das contradições morais do humanitarismo. A solidariedade informal é, por esse motivo, o centro desta investigação, e a ferramenta que utilizo, na relação com os meus interlocutores. Escrevo este capítulo com grande assombro, pensando nas formas de subversão alcançadas por algumas das ações solidárias em que participei; mas também com alguma angústia, por perceber a dimensão estrutural das violências experimentadas pelas pessoas em situação de mobilidade, e a impotência sentida por mim própria, e por grande parte dos meus interlocutores, face à sua imutabilidade.

Os autores clássicos da antropologia encontraram em Mauss uma espécie de *mentoria* sobre os processos de reciprocidade, estabelecidos na solidariedade entre as pessoas. Outros autores incorporaram o conceito de solidariedade numa abordagem mais *Durkheimiana*, dando conta dos seus aspetos sociológicos, nas sociedades modernas (Ivancheva e Krastev 2019). Na psicologia e na sociologia, autores como Matsuba, Hart e Atkins (2007), Omoto, Snyder e Hackett (2010), Handy et al. (2010) e Shachar et al (2019) debruçaram-se sobre os distintos níveis de influência, individuais e sociais, que produzem e mantêm ações de solidariedade informal. No caso particular do *voluntariado*, os investigadores concluíram que as características intrapsíquicas dos indivíduos, se intersejam com os *valores morais* produzidos pelas instituições onde estes se inserem, sejam elas escolas, igrejas, associações políticas ou o próprio Estado (Handy et al. 2010). Os antropólogos contemporâneos (por exemplo, Cabot 2016; Rakopoulos 2016 e Rozakou 2016), que têm analisado os movimentos solidários na Europa *pós-2015*, interessaram-se mais pela expressão interpessoal, local e micropolítica, da solidariedade informal, como um exercício de cosmopolitismo, guiado pelas insatisfações generalizadas dos Europeus, com o neoliberalismo.

No contexto do meu trabalho de campo, as práticas solidárias com pessoas em mobilidade, situam-se nesta escala micro, centrada em processos de empatia e reciprocidade, com influência intrapsíquica, *nos e entre-os* indivíduos, mas sem perder de vista o contexto global, que flui através das redes transnacionais de solidariedade. Rippe (1998) estabeleceu uma distinção que, no terreno, pode ser bastante fluida; entre solidariedade comunitária (baseada nos vínculos familiares e de vizinhança), e solidariedade impessoal (que seria uma versão mais política, de justiça social ou centrada na caridade). Na sua perspetiva, a solidariedade impessoal seria aquela que é implementada como *caridade*, quando existe uma distância entre os solidários e os recetores de apoio; ou poderia evoluir para uma *responsabilidade social partilhada*, se se estabelecesse algum *common ground*, entre quem presta solidariedade e quem recebe (Rippe 1998).

It is a characteristic trait of modern citizenship that the rights of citizens are carried by individual subjects but conquered through social movements that are able to invent, in each circumstance, the appropriate forms and languages of solidarity. Reciprocally, it is essentially through collective action aiming to conquer or extend rights that the “subjectivization” that autonomizes the individual and grants her a true power to act comes. The dominant ideology refuses to acknowledge this, or presents it in inverted form, suggesting that collective political activity is alienating, perhaps even by its very nature, demeaning or totalitarian (Balibar 2015, p.43).

Um exemplo da hibridiz entre estas duas categorias de solidariedade, é a rede LAMSF (*Les amis des migrants suedophones em France*), que conheci em França, a partir da minha relação com uma rede de solidariedade transnacional (ver capítulo 6). Criada a partir de vínculos de amizade e de vizinhança, entre um grupo de cidadãos suecos, residentes em França, esta rede solidária constituiu-se como uma associação ativista, em 2019. Inicialmente, o grupo de amigos e vizinhos fundadores, acolheu alguns jovens afegãos, que

haviam fugido da Suécia, por lhes ter sido recusada a sua admissão como refugiados, naquele país. A resposta solidária inicial foi de índole comunitária, respondendo às solicitações de amigos suecos, que tinham “referenciado” estes jovens como “amigos” ou “parentes por afinidade”. Com o tempo, a proximidade relacional estabelecida, a experiência de conhecimento mútuo e de reciprocidade, e a colaboração em rede, tornaram este grupo de amigos e vizinhos num coletivo organizado, que assume uma *posição política*, face às injustiças percebidas, contra os seus companheiros de luta, *afegãos-suecos*:

“Lors de la vague migratoire de 2015, la Suède a accueilli plus de 160 000 personnes, le plus grand nombre par habitant en Europe. Parmi ces migrants, environ 24 000 étaient des mineurs non accompagnés afghans, qui pensaient pouvoir trouver refuge en Suède. Or, après des années d’attente, nombreux sont ceux qui se voient déboutés de leur demande d’asile. Sur le plan européen, la Suède se démarque aujourd’hui à nouveau, en exécutant ses décisions d’expulsion vers l’Afghanistan, pays en guerre. Face au choix entre l’expulsion vers l’Afghanistan ou une vie sans papiers en Suède, certains de ces jeunes reprennent la fuite vers d’autres pays européens, notamment la France. Ils parlent couramment le suédois après plusieurs années en Suède. En effet, durant la procédure d’asile suédoise, les mineurs sont logés, soit dans des familles suédoises, soit dans des foyers avec un encadrement professionnel, et ils sont scolarisés dans les mêmes écoles que les enfants suédois. Aujourd’hui, nombreux sont les jeunes Afghans qui quittent un contexte social riche: une scolarité bien avancée, la pratique d’un sport en association, des relations d’amitié... Arrachés d’une vie en sécurité, ils doivent tout recommencer de zéro. L’association LAMSF, *Les amis des migrants suédophones en France*, a été créée à Paris fin 2019 par quelques suédophones en région parisienne, chacun ayant fait la connaissance d’un ou plusieurs de ces jeunes” (LAMSF, publicação no *Facebook*, outubro de 2019<sup>81</sup>).

Esta descrição desvela a passagem de um engajamento cívico comunitário, para um posicionamento micropolítico, que faz emergir novos valores coletivos, expandindo as lealdades e os compromissos sociais. A solidariedade comunitária, que emerge a partir destas redes naturais de amizade, proximidade e pertença pode, portanto, *transformar-se*, como resposta à hostilidade institucional percebida. Paralelamente, estas iniciativas de participação política, inscrevem-se em sociedades capitalistas e neoliberais, em que os modelos de solidariedade sobrevivem dentro de um sistema mais vasto, de dependência económica (Fischer 2014). A rede LAMSF, iniciada a partir dos recursos familiares de cada um dos membros da comunidade de amigos e vizinhos, rapidamente experimentou a necessidade de se *formalizar*, para captar fundos económicos, e assim poder expandir a sua capacidade solidária *informal*.

Iniciativas de *solidariedade informal* como esta, operadas através de práticas quotidianas de reivindicação de justiça social, para além da “caridade” e do “humanitarismo”, incorporam algumas estratégias *ativistas*, que podem ser poderosas no desmantelamento de desequilíbrios de poderes (English et al 2019). As redes de solidariedade informal transnacionais, em particular, ao reunirem pessoas de diferentes origens, idades, raças, classes sociais e géneros, criam espaços de diálogo interseccional, entre poderes

---

<sup>81</sup> Página de *Facebook* disponível [em linha]: <https://www.facebook.com/lamsfinfo> [consult. 3 de dez. 2020]

desiguais, a partir dos quais se conseguem produzir ações coletivas mais democráticas. Entendendo-se a pós-colonialidade como a reprodução e difusão de um espaço social heterógeno e pluralista, caracterizado pela coexistência, no mesmo território, de diferentes formas de produção, diferentes regimes de trabalho e diferentes temporalidades históricas (Mezzadra 2008), podemos considerar estas práticas solidárias informais, micropolíticas, assentes em atos de hospitalidade cosmopolita, como *pós-coloniais*.

Estes projetos de solidariedade cosmopolita, compreendem um conjunto de experiências interpessoais, que convergem numa resposta direta ou indireta, aos regimes de subalternização e de controlo das mobilidades (Papadopoulos e Tsianos 2013; English et al. 2019). A criação de espaços solidários coletivos, como os acampamentos informais de Calais ou de Ventimiglia; e o alojamento personalizado, em casas particulares, de cidadãos solidários, como o caso da associação LAMSF, são um reflexo do impacto provocado pelas pessoas em situação de mobilidade, na Europa contemporânea. Estas novas subjetividades solidárias, com diferentes graus de intensidade e participação política, podem ajudar-nos a compreender o diálogo que está em curso, entre os cidadãos e as soberanias nacionais (English et al. 2019). A mobilidade entre fronteiras, aliada aos espaços solidários informais deste teor, poderá, assim, provocar transformações a vários níveis, e tem um forte potencial para afetar a posicionalidade política de indivíduos e comunidades.

Nas iniciativas cidadãs de solidariedade informal com pessoas em situação de mobilidade, nem sempre são evidentes as intenções políticas (Fleischmann e Steinhilper 2017; Hamman e Karakayli 2016; Vandevort e Verschraegen 2019). Focadas na empatia e no alívio do sofrimento humano (Barnett e Weiss 2008; Wilson & Brown 2009), a maioria dos cidadãos está, principalmente, preocupada em responder às necessidades imediatas dos recém-chegados, sem participar em debates políticos paralelos. Mesmo nas iniciativas despoletadas por ativistas (como foi o caso da *Plateforme Citoyenne de Soutien aux Réfugiés*<sup>82</sup>, em Bruxelas; ver capítulo 6) a grande parte dos cidadãos solidários que se associaram, fizeram-no com a intenção de “ajudar” refugiados, não necessariamente para transformar a conjuntura política do seu entorno (Vandevort e Verschraegen 2019). Uma parte destas pessoas, no entanto, acabou por se “politizar”, através da experiência partilhada, por exemplo, organizando manifestações e debates de sensibilização coletiva, sobre as políticas migratórias, criando associações de índole política, ou procurando alianças estratégicas, com o poder local/municipal (Vandevort e Verschraegen 2019). Já vimos, no subcapítulo sobre os “*délits de solidarité*”, como tantos indivíduos se tornaram ativistas, após uma exposição direta ao controlo das mobilidades e à repressão dos Estados.

---

<sup>82</sup> Plataforma Cidadã criada em 2015, cuja página de internet está disponível [em linha]: <http://www.bxlrefugees.be/en/> [consult. 3 de dez. 2020]



Estas novas *assemblagens* intersubjetivas (Deleuze e Guattari 1987; Haraway 1988; English et al. 2019), exumam as noções estáticas de Estado-Nação, enquanto comunidade homogênea, para revelar a sua natureza porosa e transmutável. Os efeitos transformadores operados pelas mobilidades, são visíveis nesta recirculação de valores, e de reivindicações políticas pela liberdade, pela justiça e pela agência dos cidadãos. Os Estados-Nação respondem a estas iniciativas, procurando controlar, também eles, a solidariedade, exaltando as práticas solidárias consensuais (que não causam distúrbios), e remetendo as ações solidárias mais “radicais” ou reivindicativas para as margens, invisibilizando-as ou, até, criminalizando-as, enquanto estas se vão reinventando, reproduzindo novas intersubjetividades, aperfeiçoando o seu exercício de cidadania, reiterando a sua informalidade, reformulando as suas pertenças, e questionando, ativa ou sub-repticiamente, o poder político soberano.

Balibar (2013) usou o conceito de desobediência civil (de la Boétie 1975 [1552]; Thoreau 2005 [1848]) para argumentar que a reivindicação por uma ampliação da liberdade, é um pilar fundamental da cidadania. Nem a liberdade nem a igualdade podem ser institucionalizadas (Balibar 2013), pelo que, o direito à dissidência e à desobediência civil tem que ser mantido, em democracia. Refletindo sobre as lições dadas por Hannah Arendt sobre a origem do totalitarismo, e sobre o discurso da servidão humana de la Boétie; Balibar conclui que a escolha que temos perante o atual regime de fronteiras nos posiciona perante um espectro, entre tornar-nos “um pequeno *Eichmann*”, indiferente aos abusos do poder soberano, ou cidadãos mais presentes, críticos, que resistem à autoridade e ao controlo exagerado (Balibar 2015, p.186). “*A igualdade e a liberdade têm, portanto, de ser impostas pela revolta dos excluídos, mas também reconstruídas pelos próprios cidadãos num processo que não tem fim*” (Balibar 2015, p.207). Balibar considera que os direitos dos cidadãos são, nesse sentido, *ferramentas* e não *garantias*, podendo exercer funções específicas, na luta política pela liberdade dos “excluídos”. Formas radicais de solidariedade com refugiados (English et al. 2019) são pós-coloniais, já que nelas ocorre uma dissidência e uma resistência contra um regime europeu de fronteiras que tem uma base colonial. Nesse sentido elas são, na verdade, projetos coletivos de *aprofundamento democrático*.

Ao criar condições para uma *solidariedade informal*, com pessoas em situação de mobilidade, *apesar* da oposição do Estado, os cidadãos procuram uma *ordem social diferente*, na qual as linhas de inclusão e exclusão sejam redesenhadas. É um tipo de solidariedade que se inscreve numa zona cinzenta, entre a moralidade e a política (Fassin 2010; Ticktin 2006, 2011; Vandevoort e Verschraegen 2019). Zakarias e Feischmidt (2019) exploraram, ao pormenor, as motivações e as experiências individuais dos voluntários húngaros, na solidariedade informal com refugiados, depois de 2015. Na sua etnografia local, descrevem tanto uma *politização da caridade* (no sentido em que a solidariedade informal contribuiu para a politização dos

indivíduos) como uma *caritização da política* (no sentido em que foram acionadas intervenções políticas, a partir de ações de caridade). No meu trabalho de terreno, várias experiências individuais e coletivas de solidariedade informal inscrevem-se num tipo de *humanismo subversivo* (Vandevoort e Verschraegen 2019); ou seja, são ações *moralmente motivadas*, que adquiriram um carácter ativista ou micropolítico, pela sua oposição ao enquadramento sociopolítico dominante.

As abordagens mais subversivas de *solidariedade informal*, incorporam a agência dos próprios migrantes, refugiados ou requerentes de asilo, abrangendo uma maior pluralidade, e fluidez, nas suas subjetividades coletivas. A construção coletiva de responsabilidade e cooperação social, incluindo pessoas subalternizadas, ajuda a construir um cosmopolitismo pós-colonial, transformando as relações de poder desigual (Gibson-Graham 2006; Heyman et al. 2014; Nail 2018; English et al. 2019). Katerina Rozakou (2016) propôs uma mudança émica, a este respeito, utilizando a palavra “solidário” como um substantivo, ao invés de falar de *cidadão solidário* (como um mero adjetivo). Para Rozakou, esta mudança gramatical simboliza, justamente, a procura desta *subversão* da solidariedade, reivindicando o seu significado político de forma consciente, e situando-a na luta ativista por uma sociedade mais justa. Na perspectiva de Das e Poole (2004), é a partir destes lugares de exceção, situados nas margens do Estado e em informalidade, que melhor se podem compreender as vicissitudes da solidariedade. A imaginação de uma sociedade mais democrática e plural, para lá das instituições e das estruturas políticas, permite-nos abrir um espaço epistemológico para repensarmos a ideia de liberdade incondicional de movimento, num “mundo sem fronteiras”. Para os antropólogos, este tipo de solidariedade informal, constitui-se como um possível ponto de entrada para estudarmos, mais a fundo, o impacto *existencial* das mobilidades nas comunidades (Castañeda et al. 2016).

A agência humana, num contexto de regras políticas e institucionais rígidas, agendas políticas e recursos limitados, pode restringir-nos ou impelir-nos, a procurar novas estratégias para lidar com os constrangimentos (Gato 2010). Giddens (1990) associou a ideia de agência humana a um fluxo contínuo de conduta, inseparável das características pessoais dos indivíduos, dos seus contextos espaciais e temporais mais amplos, num processo dinâmico e reflexivo, guiado por intenções (Gato 2010) e intuições. Assim sendo, a agência humana, engajada conscientemente em ações solidariedade subversivas, *informais*, com pessoas em situação de mobilidade, tem todas as condições para gerar novos paradigmas.

## **2.6. WHAT'S LOVE GOT TO DO WITH IT? O PAPEL DAS EMOÇÕES NOS MOVIMENTOS SOLIDÁRIOS**

Para além das intenções políticas e das influências sociais, Karakayali e Kleist (2016) estudaram o papel central das emoções, nas ações individuais e coletivas de solidariedade informal. Como psicóloga de formação, não posso deixar de contemplar estas variáveis na expressão de agência humana e de

intersubjetividades, manifestas em relações solidárias cidadãs. Rosaldo (1984) afirma que uma parte da análise antropológica se deve centrar nas dimensões públicas e simbólicas que se cruzam com as emoções e com as experiências psicológicas dos indivíduos. Para melhor refletir a relação entre pensamento e emoções, Rosaldo propôs o conceito de “embodiment”. Na sua ótica os pensamentos são *encarnados* a partir do nosso envolvimento e ação no mundo, tornando-se a emoção parte das práticas sociais estruturadas intersubjetivamente, a partir das vivências de cada indivíduo. Esta perspectiva, de construção cultural e subjetiva das emoções, também é refletida por Lutz (1988), que defende que o indivíduo se reconhece a si mesmo a partir deste território de entrosamento entre emoções e pensamentos. Estas formas de pensar sobre as emoções divergem de visões mais universalistas e essencialistas, propondo antes uma perspectiva que contextualiza os atores, e permite observar a dimensão micropolítica dos sentimentos.

No que diz respeito às motivações intrapsíquicas, para a ação solidária informal, os indivíduos atuam com base numa monitorização reflexiva do seu próprio comportamento (Gato 2010), isto é, a partir de uma racionalização moral de elementos intersubjetivos, mais ou menos conscientes. Os conceitos e julgamentos morais são, nas palavras de Westermarck (2014), “essentially generalisations of tendencies in certain phenomena to call forth moral emotions” (p. 70). As emoções morais são, no fundo, aquelas que nos movem a fazer julgamentos sobre o mundo, convocando-nos a determinadas ações, em detrimento de outras.

Chiara Pussetti (2016) considera que a recolha de dados sobre as normas morais e sociais que regulam o nosso comportamento emocional, e organizam a nossa apreciação sensorial do mundo, permite mostrar como os espaços íntimos e relacionais refletem dinâmicas de poder, desvelando a sua natureza política e a sua posicionalidade. Michael Lambek (2014) considera que o julgamento moral ou ético, é indissociável da ação, ocorrendo em três momentos cruciais: antes da ação (quando o sujeito avalia como viver, como fazer); no fogo da ação (quando avalia a necessidade de intervir, de participar); e retrospectivamente (quando avalia o que foi feito, e que significado tem/teve). Nestes julgamentos éticos, a priori e a posteriori, estão incluídas as emoções morais da responsabilidade, do cuidado, da liberdade e da culpa, a partir das quais conferimos aceitação ou rejeição a determinadas ações-no-mundo. Se as ações conduzidas estiverem em conformidade com o entorno/contexto, dá-se uma sensação de coerência ou de continuidade, que se sente como “correta”. Se, pelo contrário, se percebe uma dissonância entre a ação e o entorno/contexto, cria-se um espaço performativo para uma nova “decisão” ética, eventualmente disruptiva, de acordo com os julgamentos morais do sujeito que sente e percebe o mundo.

Todo o processo de ação solidária, corresponde à produção de algo novo, em continuidade com o passado (Giddens 1990), mas guiado pelas influências presentes. Por outro lado, a agência humana incorpora um exercício de poder (Giddens 1990), que se traduz na forma como os indivíduos se envolvem nos processos

de interação social, como mobilizam os seus recursos, e de que forma interatuam, uns em relação aos outros. Para além dos indivíduos em si mesmos, os espaços a partir dos quais se desenham as ações solidárias, convocam-nos a uma perceção mais ampla do entorno social e do contexto político (Lefebvre, 1974; cf. Gato 2010). Para Lefebvre (1974, cf. Gato 2010) o espaço participa na organização das ações individuais e coletivas, podendo produzir determinados fluxos de pessoas, e determinadas redes de relação.

A criação de redes de relação informais entre atores da sociedade civil e pessoas em situação de mobilidade é, para além do resultado de múltiplas agências individuais e de espaços concretos de partilha e hospitalidade, uma expressão de poderes *políticos e morais*, fruto de interpretações e reflexões pessoais, interpessoais e coletivas. Assim, é inevitável que se introduzam emoções e intersubjetividades, nestes atos políticos e morais, até pela convivência regular com processos de *sofrimento humano*. As pessoas em situação de mobilidade interpelam os *solidários* a questionar os seus sentimentos morais, a sua noção de identidade, a sua cidadania, a sua posição face a desigualdades sociais, discriminações raciais, de género, económicas e políticas. Por sua vez, os *solidários informais* interpelam as pessoas em situação de mobilidade a ampliarem a sua perceção subjetiva sobre os Estados-Nação, para além das regras rígidas e imobilizadoras que lhes são impostas pelas *instituições formais*.

Se até à década de 60 as emoções eram consideradas como centrais, para explicar as ações políticas informais, o certo é que as ciências sociais se centraram quase exclusivamente no binário emoções/racionalidade, para distinguir o pensamento “de grupo” do posicionamento político mais lato (Goodwin et al. 2000; Goodwin e Jasper 2006). Nesta visão clássica da sociologia, os indivíduos eram mais “razoáveis” que as “massas”, que eram percebidas como emocionais, perigosas e irracionais. Gustave LeBon (1960 [1895], cf. Goodwin et al. 2000) descreveu as multidões como *impulsivas, irritáveis, sugestivas e crédulas*. “Suscetível ao exagero emocional”, escreveu LeBon,

“...uma multidão só fica impressionada com sentimentos excessivos. Um orador que deseje mover uma multidão deve fazer um uso abusivo de afirmações violentas. Exagerar, afirmar, recorrer a repetições, e nunca tentar provar nada por raciocínio são métodos de argumento bem conhecidos dos oradores nas reuniões públicas” (Le Bon 1960 [1895], p. 51, cf. Goodwin et al 2000).

A psicologia de grupo (Freud 1959 [1921]; cf. Goodwin et al 2000) postula algumas ideias similares, sobre a formação de laços afetivos em movimentos sociais, usando uma perspetiva particularmente *patologizante*. Freud falava de uma “inibição coletiva do funcionamento intelectual”, nos grupos, a par do “aumento da afetividade” (Freud 1959 [1921], cf. Goodwin et al. 2000). Vários investigadores da década de 60 usaram estas ideias psicanalíticas de forma simplificada, negligenciando o papel *empoderador e refletido* da solidariedade, entre e com populações subalternizadas. Por exemplo, o papel libertador dos movimentos ativistas e da luta

pelos direitos das minorias, foi ignorado, na investigação *mainstream*. Apenas alguns autores *marginais*, se declaravam discordantes desta perspectiva paternalista e generalista, assinalando a importância do protesto e da *indignação moral*, e a importância social das posições ativistas (por exemplo, Searles e Williams 1962; Gusfield 1963, cf. Goodwin et al. 2000). Os esforços para conjugar a ciência psicológica com a investigação sociológica reduziram, nesta década, os grupos ativistas à sua dinâmica interna, ignorando a sua relevância micropolítica e o seu potencial transformativo e transformador. As redes sociais, as organizações políticas, os significados culturais partilhados e os processos de negociação e interação, quer dos indivíduos, quer das comunidades, foram negligenciados nas análises sociológicas e psicológicas. Era como se os cidadãos ativistas fossem desprovidos de intencionalidade e de propósito político, ou fossem todos *influenciados* ou *manipulados* por líderes ou oradores carismáticos.

Na década de 70, Charles Tilly (1977, cf. Goodwin et al. 2000) formulou um "modelo de mobilização", retratando a ação coletiva das pessoas, em função dos seus interesses, e da mobilização de recursos e de oportunidades. Os movimentos sociais eram, nesta perspectiva, refletidos como ações hiper-rationais, propositadas e organizadas, que incluíam um *cálculo* meticuloso, sobre custos e benefícios. Também não se podendo explicar o movimento social através destes elementos tão frios e racionais, é interessante contemplar a sua influência, como parte da complexidade do ativismo. Se a capacidade de mobilização social, é influenciada pela emoção, e pelos vínculos humanos, na verdade ela é apenas sustentável, coletivamente, através da mobilização de recursos materiais (trabalho, dinheiro, benefícios, serviços) e imateriais (tempo, convicção moral, amizade); e estes dependem da capacidade de organização coletiva, da generosidade, da partilha, e da criação de redes de trabalho funcionais e minimamente satisfatórias.

Os estudos feministas das décadas de 70 e 80, ajudaram a explorar melhor o *lugar das emoções*, particularmente o da raiva, no ativismo, como uma expressão de intencionalidade política, e como instrumento de reivindicação de igualdade (Frye 1983; Hercus 1999; Hochschild 2012 [1975]). De particular interesse, nestas investigações feministas, é a forma como as emoções das minorias (extrapolando a teoria feminista para a análise da ação das minorias) são caracterizadas, à luz dos desafios sociais e estruturais que enfrentam. As mulheres são particularmente suscetíveis, argumenta Campbell (1994), de ver as suas opiniões políticas *dismissed*, ou *enjeitadas*, situação que pode gerar mágoa ou ressentimento, tornando-as *sentimentais*, perante a sociedade patriarcal. Dizer que alguém é "sentimental" é, no fundo, dizer que a sua raiva *não tem lugar*, o que culpabiliza a pessoa pelo seu "fracasso". Da mesma forma, quando minorias étnico-raciais exprimem a sua mágoa e ressentimento contra a exclusão social, as estruturas institucionais dominantes, tendem a negar que o problema é sistémico, atribuindo-lhes uma *culpa*, individual ou comunitária, por "não se inserirem na comunidade majoritária". Sheryl Kleinman (1996) inferiu que, tal como

homens e mulheres são recompensados de forma diferente, ao expressarem exatamente as mesmas emoções (por exemplo, as mulheres são reprimidas, quando exibem confiança e liderança); as emoções, podem ser instrumentalizadas, para atribuir *falhas* a pessoas subalternizadas (a indignação e a raiva podem ser vistos como “agressividade”, ou “falta de educação”), ocultando, deste modo, as desigualdades estruturais de base.

Os movimentos LGBTI, sobretudo desde *Stonewall*, contribuíram para a criação de um novo lugar para emoções como o "orgulho", em movimentos identitários ativistas, o que muito ajudou à emancipação de outras minorias (Munt 1997). O orgulho ajuda a reconectar pertencas e identidades, fortalecendo a autoestima dos indivíduos, e consolidando a sua força coletiva, quando lutam juntos, pelos seus direitos comuns. Thomas Scheff (1990) colocou o orgulho e a vergonha, duas emoções de apego (o orgulho como reflexo de vínculos positivos, e a vergonha como reflexo de rejeição ou desconexão), no centro da ação ativista.

James Jasper (1995, 1997), abordou outras dimensões emocionais relevantes, a este respeito, cunhando o conceito de “*moral shock*”. Jasper (1995, 1997) defendia que, quando é percebida uma injustiça pública, que provoca um mal-estar visceral, algumas pessoas entram em choque moral, situação que pode uni-las, num movimento social coletivo. Também Snow e Soule (2010), autores de “*A Primer on Social Movements*”, defenderam que a *comoção emocional*, produzida frente a eventos percebidos como moralmente repreensíveis, é uma fonte importante de mobilização social.

Emotions are present in every phase and every aspect of protest (social movements and protest overlap sufficiently for me to use the terms interchangeably here). They motivate individuals, are generated in crowds, are expressed rhetorically, and shape stated and unstated goals of social movements. Emotions can be means, they can be ends, and sometimes they can fuse the two. They can help or hinder mobilization efforts, ongoing strategies, and the success of social movements. Cooperation and collective action have always offered an opportunity to think about social action more generally, and the return of emotions is the latest inspiration for doing this (James Jasper 2011, p. 286).

Gamson (1992, cf. Flam 2005) também considera que a ação coletiva solidária não é possível sem uma percepção *visceral* de injustiça:

Different emotions can be stimulated by perceived inequities – cynicism, bemused irony, resignation. But injustice focuses on the righteous anger that puts fire in the belly and iron in the soul. Injustice is a hot cognition, not merely an abstract intellectual judgment about what is equitable. The heat of moral judgement is intimately related to beliefs about what [concrete] acts or conditions have caused people to suffer undeserved hardship or loss (Gamson 1992, p.31, cf. Flam 2005).

Nos movimentos de solidariedade *pós-2015*, as “emoções morais” (Karakayali 2017; Milan 2018) foram particularmente significativas, durante a primeira etapa de mobilização cidadã. Com base na interpretação moral da violência e da imobilização perpetradas sobre as pessoas que buscavam proteção internacional, os

meus interlocutores *atuaram* o seu *choque moral*, sentindo-se *obrigados* a colocar em prática, ações de solidariedade informal disruptivas. Jasper (2011) sugere que as emoções coletivas, geradas dentro de um movimento social, são recíprocas, resultando em sentimentos, entre os seus participantes. Quer isto dizer que a ação coletiva produz, e é produzida, por vínculos afetivos, seja de amizade, de solidariedade, de lealdade, ou outros; criando uma *economia libidinal* (Goodwin 1997) que lhes confere prazer e excitação.

Emoções recíprocas, partilhadas ao longo do tempo, vão-se reforçando mutuamente, construindo uma cultura de pertença e de *comunidade*. A partilha de sentimentos de indignação contra injustiças, reforça os vínculos e as afetividades, porque as pessoas “se compreendem”, umas às outras. Neste ambiente de dedicação mútua, é fácil que surjam emoções cada vez mais complexas e profundas, sejam elas positivas ou negativas. Porque nos identificamos com os outros, queremos adotar e reciprocitar sentimentos. As emoções são, afinal, *the stuff that binds us* (Tsing 2015); os elementos através das quais nos *ligamos uns aos outros* e ao mundo que nos rodeia, moldando os nossos pensamentos, ações e julgamentos morais e éticos. Em quase todos os coletivos solidários que conheci, as pessoas que se mantinham afiliadas iam, ao longo do tempo, consolidando relações de amizade ou, inversamente, gerando maiores atritos e/ou conflitos interpessoais, com outros membros do grupo, que conheciam cada vez melhor, através da sua ação conjunta.

Helena Flam (2002; 2005) propôs um mapeamento emocional dos movimentos sociais, para dar conta destes complexos processos intersubjetivos, que contribuem para as dinâmicas internas, nomeadamente para a criação de hierarquias, de relações de dominação, e até de *mecanismos de expulsão* internos. A autora considera que a lealdade, a vergonha, a raiva e o medo são quatro emoções-chave, na base destas estruturas sociais (Flam 2005). A razão da sua importância, é o fato de ajudarem a prolongar as emoções iniciais, como a simpatia mútua, em sistemas complexos de cooperação social. A lealdade, em particular, é apontada por Flam (2005) como uma emoção facilmente instrumentalizada, na reprodução de relações de dominação e hierarquias. Weber (cf. Flam 2005) argumentou que a lealdade e o medo, juntas, formam uma espécie de *campo magnético*, que induz a obediência, e que está na base da legitimação das hierarquias, dentro de grupos e coletivos sociais.

É importante olhar também para a intersecção entre emoções, género e poder. Nas relações entre homens e mulheres, argumentam Flam (2005) e Hochschild (1983), a emoção da raiva, é um privilégio patriarcal e, portanto, um instrumento de poder. É provável que pessoas subalternizadas, que exibam emoções de raiva e de indignação, se tornem alvos de sanções negativas, por parte de pessoas que sobre elas exerçam poder (Kleinman 1996; Flam 2005). Mary Holmes (2004) concluiu que a *raiva disruptiva* é uma emoção emancipatória. A mobilização pela raiva, ajudou as ativistas feministas a lutar contra a culpa, contra o ressentimento e contra a vergonha, emoções que mantinham as mulheres subordinadas a uma sociedade

patriarcal (Holmes 2004). No entanto, na dinâmica de grupo interna, dos movimentos feministas, mulheres de diferentes contextos identitários, unidas na sua luta coletiva, viram-se forçadas a tomar decisões consensuais (Holmes 2004; Flam 2005). Desta forma, as feministas que pertenciam a minorias (por exemplo, mulheres lésbicas e indígenas) sentiram pressão interna, para *reprimir* as suas emoções, e assim se poderem “encaixar” no movimento feminista *mainstream* (Holmes 2004; Flam 2005). A dominação das feministas brancas, heterossexuais, só se tornou evidente quando foi contestada, através da expressão de raiva disruptiva, e indignação, pelas feministas minoritárias, situação que forçou a autocrítica e a autorreflexão (Holmes 2004). Em projetos solidários dominados por uma cultura maioritária, podemos observar este mesmo fenómeno. Quando as minorias são negligenciadas, nos processos de decisão e de consenso, e no desenho das ações solidárias, em favor da sua própria comunidade; ou se geram processos de dominação/hierarquia ou se gera uma rutura/expulsão. Voltarei a este tópico mais à frente, no capítulo 5, quando falar sobre as associações de refugiados em Portugal, e a sua relação com os parceiros.

These examples suffice to demonstrate that emotions and feeling rules developed by the movements have serious consequences for the social movements which range from the unconditional commitment through conflict and secession, to the termination of experiments in participatory democracy (Flam 2005, p.37).

Outra energia emocional assinalada no mapa de Flam (2005) é a vergonha, que está muitas vezes associada à perceção individual de falha ou de lacuna, e que pode afetar os solidários, quando estes sentem que “não cumprem” com as obrigações coletivas (Simmel 1992; cf. Flam 2002, p.21). Uma das minhas interlocutoras solidárias, confessou sentir *desadequação e vergonha*, quando as suas ações eram julgadas pelos seus pares, no âmbito das reuniões do coletivo solidário em que participava. A vergonha pode ser utilizada, quer pelos pares, quer pelas hierarquias, para denegrir os membros de um grupo, para efeitos de dominação ou de obediência. A instrumentalização da vergonha, é frequentemente utilizada, em coletivos, para reforçar a manutenção de poderes desiguais no grupo (cf. Flam 2005); “tu falhaste-nos, falhaste o grupo, devias ter feito mais por nós”.

Os membros minoritários de um coletivo podem ver-se forçados, por esta instrumentalização da vergonha, a pensar em si mesmos como inferiores, em termos de moralidade, de competência, ou dos seus direitos no grupo (“eu não tenho tanta capacidade como os outros, para fazer este trabalho”, cheguei a ouvir, de um refugiado ativista). Uma vez que estas dinâmicas sejam internalizadas, como emoções próprias, embora geradas por interações sociais, as consequências podem afetar a saúde mental e o bem-estar psicossocial dos indivíduos no coletivo (“sinto que não posso dar mais, não consigo dar mais, e não aguento mais”, dizia-me uma ativista). O uso da ridicularização (para produzir vergonha), é muitas vezes utilizada para manter a conformidade das pessoas consideradas “diferentes” ou “desviantes”, num coletivo (“eu tive uma



conversa com elas sobre a forma como se relacionavam com os requerentes de asilo, mas tudo o que consegui foi ser humilhada, e intimidada, como se fosse eu que fosse demasiado picuinhas”, disse-me uma ativista, enquanto explicava porque desistiu de trabalhar num coletivo solidário).

A *subjetivação política* (Vacchiano 2019), vai-se construindo a partir de processos de participação e transformação social e, também, através da diferenciação individual, deixando que as nossas emoções e motivações, nos ajudem a processar e a integrar as experiências vividas. James Laidlaw (cf. Fassin e Lezé 2014) acredita que o processo interno de elaboração das experiências vividas se faz pela reflexão sobre os nossos próprios pensamentos e comportamentos, num projeto ético mais vasto, em que nos vamos *tornando*. Cada indivíduo, engajado numa luta política, pode, através dela, tornar-se num *tipo específico de pessoa* (Laidlaw 2002, p. 322). Heidegger (2006; cf. Vacchiano 2019), designou de "desagregação moral", aquelas circunstâncias de rutura, a partir das quais os "dilemas éticos" nos exigem tomar uma posição confrontativa. Há que fazer aqui a distinção entre aquela que seria uma atuação "moral", que pode ser não-reflexiva e não-intencional, de uma atuação "ética", que depende de intenção, formada através de uma reflexão sobre nós mesmos, e sobre as nossas circunstâncias atuais. Zigon (2007) considera que estes "momentos éticos", nos impelem à mobilização e à relacionalidade, para respondermos às exigências percebidas no nosso entorno. Os "momentos éticos" são, portanto, decisivos, no exercício da cidadania, e dão-nos a oportunidade de aprofundarmos a nossa forma de estar-no-mundo (Zigon 2007).

### ***Aquilo que nos move. Motivações e energia solidária***

Jasper (2011) propôs quatro motivações principais, para a mobilização solidária, que são relevantes para esta tese: o reconhecimento social (ou capital social), a conectividade entre as pessoas (ou capital humano), a sensualidade (ou prazer) e o impacto no mundo (ou mudança social). A primeira diz respeito à reputação e à necessidade de aceitação social e de reconhecimento pelos pares e pela comunidade (cf. Jasper 2011). Alguns dos meus interlocutores solidários, expressam a sua satisfação com o trabalho coletivo nestes termos: "sinto-me útil na sociedade, este trabalho faz-me sentir muito orgulho em mim própria e na minha família".

A segunda, a conectividade entre as pessoas, remete para os vínculos pessoais, para a necessidade de pertença e de afetividade. A sensação de pertença a um grupo gera emoções e lealdades, que podem prolongar-se no tempo, estabelecendo uma relação e compromisso tão relevantes para o indivíduo, como o seu círculo mais íntimo (Jasper 1998; Polletta e Jasper 2001; Fominaya 2010). Em entrevistas com interlocutores solidários, foi comum ouvir expressões como "a associação é a minha família, passo mais tempo aqui do que em casa", ou "tive que alterar toda a rotina da minha família, e arrastei o meu marido e os meus filhos neste processo".

As motivações ligadas à sensualidade, referem-se à satisfação de impulsos sensuais ou de paixões, que geram prazer e excitação, normalmente a curto prazo. A mobilização social que tem por base motivações sensuais, pode ou não se continuar no tempo, dependendo da associação posterior a outras emoções/motivações. Uma das minhas interlocutoras, na Suécia, identificou a excitação como um dos motores do seu trabalho ativista: “consigo arranjar rotas de viagem alternativas, ajudar a contornar as autoridades nas fronteiras, e isso é muito excitante para mim”.

Por fim, a antecipação do impacto no mundo, é identificada por Jasper (2011) como a ideologia ou utopia que move a ação individual. Muitas pessoas são mobilizadas, para um determinado movimento social, por uma ideia conceitual ou por um desejo abstrato de mudança, podendo sentir-se frustradas, quando percebem os obstáculos e as resistências estruturais, à concretização desse desejo. Se a frustração for causada pela imutabilidade das práticas ou políticas do próprio governo, ela pode ser agravada por sentimentos de traição (Jasper 2011). “Eu pensei que isto não podia acontecer, no meu país. Sinto que eles violaram um contrato moral conosco, cidadãos, e com os refugiados”, contava-me uma interlocutora. A repressão e a criminalização da solidariedade (por exemplo, o “*délit de solidarité*”<sup>83</sup>) surgiu, no meu trabalho de campo, como uma fonte de grande choque moral, equiparável às ações dos Estados contra os protestos pacíficos, denominadas na literatura como um “recuo” (Hess & Martin 2006; cf. Jasper 2011).

Praticamente todos os prazeres que os seres humanos derivam da vida social são encontrados nos movimentos sociais: um sentido de comunidade e identidade; companheirismo, vínculos com os outros; a variedade e o desafio da conversa, a cooperação e a competição. Alguns destes prazeres não estão disponíveis nas rotinas normais da vida (Jasper 1997, p.220).

Para a manutenção de um sistema de solidariedade informal coletivo, torna-se necessária a criação de uma “energia emocional positiva”, que vá gerando continuidade, no compromisso e no engajamento dos membros do grupo. Os conflitos e as disputas interpessoais, entre membros, fruto da natural convivência humana e da formação de dinâmicas intersubjetivas, são determinantes na permanência ou abandono, tal como expressam os meus interlocutores.

“O problema são os egos. Nós colaborámos com muitas associações e a razão pela qual fomos “mudando” e afastando-nos de uns e de outros, foram sempre questões de ego e de ética, pelas coisas que não concordávamos. Ver que há pessoas que só ajudam para ficar bem na fotografia, faz nervos. Há pessoas que vêm com “expectativas” completamente irracionais, por exemplo, querem alojar menores, mas imaginam, sei lá, uma “menina fofa com totós”, não “um marmanjo com problemas”, e então não estão realmente a prestar solidariedade, estão é a fazer caridade, à sua medida, não à medida das pessoas reais” (Maria, observação participante, Bruxelas, setembro de 2019).

---

<sup>83</sup> O “*délit de solidarité*” refere-se às ações judiciais iniciadas pelos Estados contra os cidadãos engajados em apoio solidário a pessoas em mobilidade, por exemplo pessoas que ofereceram boleia a refugiados entre fronteiras, durante a “crise” de 2015.

Maurizio Artero (2019) acrescenta a importância da curiosidade, a estes motores motivacionais, dos movimentos solidários *pós-2015*. Através do seu trabalho de campo, com voluntários da sociedade civil em Milão, concluiu que “o desejo de conhecer o mundo” é uma das razões e motivações mais citadas pelos seus interlocutores. A solidariedade informal e a hospitalidade cosmopolita, acabam por ser formas de expressar a própria individualidade (por exemplo, em termos de escolhas morais), que se traduzem em benefícios quer para os recipientes de solidariedade, quer para os próprios solidários (Ambrosini, 2016).

For many of the informants, this meant a curiosity toward a new societal dynamic like the arrival of migrants from afar. (...) volunteering allowed for the establishment of new kinds of social connections—with migrants and other volunteers—that ‘enriched’ participants. When volunteers manage to create interpersonal connections, helping others becomes more stimulating and provides a reason to continue volunteering. Furthermore, it casts a different light on volunteering, which becomes less a matter of selflessness and more of self-serving (Artero 2019, p.154).

Liisa Malkki (2015) fala da "diminuição experiencial da personalidade" e da "invisibilidade social" (p.158) experimentada na sociedade ocidental, como motivação para “a ajuda aos mais necessitados”. Os refugiados, parte integrante dos apelos humanitários internacionais, invocam uma imaginação específica, que plasma uma sensação de *utilidade* no mundo. Karakayali (2017) investigou as motivações de um grupo diversificado de voluntários, que prestaram solidariedade informal na Grécia, em 2016. Na sua investigação, ficou patente que muitos dos interlocutores eram movidos por sentimentos de genuína compaixão. Karakayali explica que estes solidários que encontrou, durante o seu trabalho de terreno, mantinham uma espécie de fronteira, entre si próprios e os seus *recipientes de ajuda*. Rozakou (2017) também não encontrou uma separação evidente entre “voluntários humanitários” e “solidários”, no que diz respeito às suas práticas concretas. Na convivência quotidiana, no terreno, os atores informais de solidariedade, na Grécia, parecem ter adotado o mesmo tipo de condutas pragmáticas que estão inscritas nas lógicas humanitárias.

A investigação mostra-nos, portanto, algumas zonas cinzentas e nuances da solidariedade, que se reveste também de emoções negativas, de conflitos, de relações de dominação e de subalternidade. Os movimentos solidários *informais* produzem uma variedade de *regras morais*, que podem ter consequências contraintuitivas, apesar das suas intenções nobres. A reflexão sobre o papel das emoções, sentimentos morais e motivações, nos indivíduos e coletivos de solidariedade informal, ajuda-nos a perceber melhor estas complexidades e intersubjetividades inerentes. Entendendo os movimentos solidários informais como *culturas emergentes* (Eyerman e Crossley 2005), potencialmente criadoras de alternativas de convivência social; é importante articular as emoções e as motivações, com os agentes e as suas ações. As respostas emocionais e as motivações para a solidariedade, podem mover os indivíduos a um espectro de ações mais ou menos intencionais, desde o ativismo disruptivo, num polo, à caridade subalternizante, reprodutora de

violências institucionais, no polo oposto. As emoções e as motivações podem ajudar a criar, organizar, dirigir e canalizar a intenção e a ação, em múltiplas direções, em diferentes momentos. Elas configuram, portanto, o *combustível*, a dinâmica interna dos movimentos solidários, podendo alimentar iniciativas, gerar ruturas; estimular pertenças e afetividades, ou provocar atritos, frustração, desistência, abandono e/ou expulsão.

A dinâmica interna de um coletivo solidário, pode gerar uma identidade coletiva, construída pela fusão de identidades e narrativas, gerando sentimentos de pertença, de solidariedade, de propósito comum e de memória partilhada (Eyerman e Crossley 2005). Esta transferência emocional e identitária, produz uma energia coletiva, uma sensação de pertença a algo “maior” que o indivíduo. Os movimentos formam memórias coletivas, unindo pessoas, lugares e eventos, explicados através do tempo, numa descrição fluida do seu movimento conjunto. “Estamos aqui agora, estávamos ali, antes, e estaremos juntos, no futuro. Somos um movimento” (Eyerman e Crossley 2005, p. 46). Mas, este processo é fluido, estando sujeito a transformações, algumas transitórias outras mais duradouras. A aquisição deste *propósito social* coletivo, *da luta*, pode surgir no contexto de ações coletivas, incorporando-se, pouco a pouco, na biografia individual de cada membro, como uma experiência individual (Eyerman e Crossley 2005). Neste caso, o movimento social passa de uma experiência interpessoal, para uma narrativa que se liga, quer à memória individual, quer à memória coletiva; isto é, passa do evento à metáfora (Eyerman e Crossley 2005).

(...) organizational and individual actors involved in collective action no longer merely pursue specific goals, but come to regard themselves as elements of much larger and encompassing processes of change – or resistance to change (Della Porta e Diani 2006, p. 22).

No entanto, muitos indivíduos encontram nas formas mais independentes de solidariedade informal, uma maior satisfação pessoal. Em vários exemplos concretos, no meu trabalho de campo, encontrei *solidários solitários*, que não se reviam em coletivos, ou que haviam desistido de associar-se a um coletivo, exercendo agora as suas atividades solidárias sozinhos, ou com uma rede mais reduzida, de relações sociais próximas. Estes casos sugerem que existe uma negociação pessoal da *informalidade* e da *independência*, associada aos atos de solidariedade cidadã.

## **2.7. ATOS DE CIDADANIA E ATIVISMO SOLIDÁRIO**

Agustín e Jorgensen (2016) argumentaram que a solidariedade deve ser analisada para além das suas fronteiras reais (geográficas, pessoais, físicas, sociais) para contemplar, também, a simbologia das suas transgressões. Protagonizadas por cidadãos comuns e coletivos da sociedade civil, algumas ações solidárias com pessoas em situação de mobilidade constituem, como vimos, uma forma de protesto contra o “ambiente ético” vigente. Para que se consigam compreender estes símbolos e atos de contestação e resistência na

Europa, será importante olhar para os mecanismos de subversão operados a partir da solidariedade cidadã. As alianças estabelecidas entre cidadãos ou coletivos e pessoas em mobilidade, são construídos com base em poderes desiguais, em múltiplas geografias, espaços e escalas, procurando escapar à instrumentalização institucional. As solidariedades informais, subversivas, são inventivas, porque produzem novas configurações e possibilidades, relações políticas alternativas, intersubjetividades e espaços de resistência.

Na sua maioria, os solidários que conheci, durante o meu trabalho de campo, não começaram por protestar abertamente, contra as políticas de migração, ou a reivindicar a abolição das fronteiras. No entanto, como já foi referido, os eventos sucessivos de “encontro” (de Jong e Ataç 2017; Deleixhe 2018) *politizaram* muitos cidadãos solidários, tornando-os, em alguns casos, *ativistas*. Noutros casos, foi o envolvimento associativo num coletivo ativista, que contribuiu para a transformação pessoal destes indivíduos, proporcionando-lhes um maior conhecimento sobre a realidade sociopolítica, a partir das vivências coletivas. Mesmo as ações solidárias individuais, pragmáticas e isoladas, podem gerar ações micropolíticas mais vastas, por ação de contágio, e um certo “humanismo subversivo” (Vandevoort e Verschraegen 2019), fruto dessas transformações.

Engin Isin (Isin e Nielsen 2008) cunhou o conceito de “atos de cidadania” (*acts of citizenship*), referindo-se às formas mais politizadas de mobilização cidadã. Pressupondo que existe agência e intenção política, por trás dos atos de solidariedade com pessoas subalternizadas, a proposta de Isin (2008) situa-se nos estudos críticos sobre a cidadania, que procuram descrever como é que os cidadãos *atuam a sua cidadania*, para além dos direitos e dos deveres estipulados pelos Estados-Nação. *Atos* são diferenciados de *ações*, tendo os primeiros um efeito reflexivo e transformador sobre as pessoas. “Ser um agente é ser *algo que atua*”, segundo Stout (2005, p.3).

We propose to shift focus from the institution of citizenship and the citizen as individual agent to acts of citizenship – that is, collective or individual deeds that rupture social-historical patterns. Acts are not passively given, nor do they emerge from a natural order; as such, they can be opposed to the naïvely formulated definition in which to be a citizen simply means to exercise rights or fulfil obligations, as if these neutral forms of individual choice could be sanctioned outside multiple networks of authority (Isin e Nielsen, *Acts of Citizenship*, 2008, p. 2).

Segundo Isin (2008) o aumento das mobilidades no mundo, a par do incremento de profundas desigualdades estruturais; intensificou o fluxo das lutas e dos movimentos sociais. O território do ativismo político e da reivindicação de direitos, pelos cidadãos, produziu novas afinidades e formas renovadas de cooperação interseccional, bem como novas hostilidades e animosidades. Uma das consequências desta mobilização social, foi a emergência de novas formas de “tornar-se” cidadão, em vários espaços e escalas (Isin 2008; Della Porta 2018).

For an act of citizenship to be creative it must arise from a breakdown of our capacity to recognize how we should act while simultaneously responding to its crisis with an invention. Creativity, therefore, depends upon encounters or situations that mark the failure of our habits and recognition to act as usual. A genuine encounter forces one to pose the question of how to act, exposing the need to develop new, creative responses to those occasions where we no longer recognize the context of action (Isin e Nielsen, *Acts of Citizenship*, 2008, p. 4).

Estes momentos de rutura política e de desagregação moral, de que falam Isin e Nielsen (2008), têm possibilitado que os cidadãos se reinventem, que exijam novas formas de ética e justiça, e que aprofundem a sua participação democrática (Isin 2008). Os atos de cidadania são entendidos como atos que contêm em si vários componentes sobrepostos e interdependentes, só possíveis de compreender na sua intersubjetividade, na complexidade de “estar-no-mundo”, “a quente”, como sugere Bateson (2019). É necessário interpretá-los, a partir das suas consequências, na sua forma já apropriada e transformada, pelos cidadãos que os atuam. O princípio de base da cidadania envolve, por justaposição, a alteridade (Isin 2008), visível na forma como nos relacionarmos com os outros; variando de atitudes mais solidárias (generosidade, compreensão mútua, harmonia), a atitudes mais antagonísticas (competição por recursos, combate) ou até alienantes (vingança, marginalização social, ódio, racismo). Os atos de cidadania envolvem sempre *outros* e a sua interiorização, seja por comparação com eles, pela informação que nos é dada pela nossa convivência mútua, pela sua visibilidade, pela sua diferença, ou por conceitos mais abstratos, de justiça social. Diz-nos Levinas (1978, cf. Isin 2008) que a justiça é "uma correção incessante da assimetria da proximidade" (p. 35), que implica uma ação continuada.

Sendo o ato de cidadania, simultaneamente, ético e político, na conceção de Isin, então importa aprofundar quais são os relatos internos dos seus agentes, isto é, como se dão os “momentos éticos” de que nos falava Laidlaw (2002). Interessa-nos, neste âmbito, aquilo que recusam, aquilo a que resistem e aquilo que subvertem, com as suas intenções e ações, no contexto das relações solidárias em que estão implicados. Ou seja, “como é que os sujeitos se tornam atores?” Isin (2008, p. 37). O investigador surge, neste contexto, como um *intérprete* das qualidades associadas aos atos de cidadania, entendendo que os atos se destinam sempre a determinados efeitos (inclusão, diversidade, tolerância), mas que podem muito bem produzir outros (exclusão, homogeneidade, intolerância). Os atos não podem acontecer sem motivos, propósitos ou emoções, que “*produzem atores, tornados responsáveis perante a justiça contra a injustiça*” (Isin 2008, p. 38). Porque perturbam o *habitus*, os atos de cidadania criam novas possibilidades, reivindicam direitos e impõem responsabilidades, convocando a uma mudança nas práticas estabelecidas, ou na *ordem nacional das coisas*. Cidadãos ativistas (Isin 2008) são cidadãos engajados, que criam as suas próprias regras, e que se diferenciam dos “cidadãos ativos”, ou seja, daqueles que apenas participam em ações já criadas por outros. O ativista é

um *agente* engajado com uma situação que lhe provoca desconforto e que, a partir dela, desenvolve uma motivação interna, para romper ativamente com essa injustiça. Essa motivação pode levá-lo a encetar ações que não configuram uma rutura com o ambiente ético vigente (que são aceites e consensuais), ou ações mais disruptivas, incluindo a ilegalidade ou a desobediência civil.

Rea e colaboradores (2019) argumentam que esta perspetiva de Isin (2008) é redutora, para explicar os movimentos solidários cidadãos, *pós-2015*. A mobilização de um número considerável de “solidários” durante o “longo verão da migração” foi um *fenómeno novo*, de ações individuais e coletivas, diferente da mobilização ativista tradicional (por exemplo, os movimentos *sans-papiers*, os sindicatos de migrantes, os movimentos ativistas *no borders*, os coletivos anarquistas, etc.). Para examinar as negociações éticas e morais que legitimaram estas ações mais recentes, de solidariedade cidadã, será necessário sair da dicotomia entre “ação despolitizada” e “atos de cidadania” (Vandevoordt e Verschraegen 2019), para examinar mais a fundo as “zonas cinzentas”, voláteis e fluidas, em que se inserem estes *sistemas moventes solidários*. A análise das “zonas cinzentas” da solidariedade deve, ainda, contemplar o poder e a interseccionalidade, ou “quem representa quem”. Gayatri Spivak (2010) afirma que a representação, nos movimentos sociais, deve ser perspetivada dentro da sua estrutura hegemónica envolvente, numa análise crítica da relação entre grupos, sujeitos, identidades e agências (Hansen 2019).

Quando os representantes dos movimentos sociais, são pessoas que gozam de privilégios estruturais, por exemplo, cidadãos brancos, Europeus, de classe média; as relações de solidariedade com pessoas em desvantagem social, poderão reproduzir subalternidade ou; por outro lado, caso se negoceiam as relações de poder desiguais, poderão ser potenciadoras de pluralidade e democracia. Noutras palavras, a participação solidária e micropolítica dos cidadãos europeus, pode constituir-se como uma “ponte”, entre não-cidadãos e Estados-Nação, tornando-os *aliados*; ou pode reproduzir os mesmos efeitos de dominação das fronteiras, tornando-os *coniventes*.

O antropólogo James C. Scott (1990) chamou a atenção para as formas de resistência das populações subalternizadas, que definiu como *infrapolítica*. A atividade política é assumida como um conjunto de práticas e atuações abertamente declaradas quando, na realidade, ela é determinada pela aceitação ou contestação das mesmas (Scott 1990). As pessoas em situação de desvantagem social, exercem muitas vezes protesto e resistência, através de dissidências mais ou menos visíveis, que ajudam a reavaliar a sua posição na esfera pública. Formas subalternas de resistência, podem incluir ocultações do discurso e da presença pública, como forma de negação da apropriação e da dominação. Alguns exemplos destas práticas subversivas, aplicadas a pessoas em situação de mobilidade, podem ser a ocultação de informação, fingir “não perceber”, “desaparecer” ou “sabotar” intervenções institucionais das quais se discorda. Segundo Scott (1990), estes

tipos de atos infrapolíticos costumam situar-se abaixo do limiar da detetabilidade, escondendo a sua função, de aumento do controlo, por parte de pessoas subalternizadas.

Ao definirem-se como refugiados, as pessoas em situação de mobilidade, na Europa *pós-2015*, demonstraram uma reivindicação política ao seu direito incondicional à liberdade de movimento, e à defesa dos seus direitos de proteção internacional. O direito *Arendtiano* de “ter direitos” (Arendt 1951; Balibar 2002; Rancière 2004), precede o reconhecimento institucional, para existir, sendo diretamente promulgado, *apesar* das fronteiras e das suas instituições-guardiãs. O direito a ter direitos, reivindica, no essencial, a eficácia de princípios consensualizados antes de qualquer soberania nacional, entre os cidadãos-do-mundo. Trata-se de uma consideração ética sobre a justiça, a igualdade e a afirmação radical do valor primordial dos seres-humanos, que prevalece sobre todos os outros. “Ninguém é ilegal”, um slogan estampado em cartazes e muros por toda a Europa, e gritado em marchas e em comícios políticos, não é uma reivindicação ingénua, é a constatação desta primazia da vida humana, sobre quaisquer outras regras morais e políticas.



## PARTE 2

### CINCO ESPAÇOS, CINCO HISTÓRIAS. UMA ETNOGRAFIA MULTI-SITUADA.

#### CAPÍTULO 3

##### SOLIDARIEDADE GEOSOCIAL NA EUROPA. UM PREÂMBULO

Solidariedade geosocial (Mitchell e Sparke 2018; Hollanders 2019) consiste na criação de espaços seguros de solidariedade, através de iniciativas cidadãs, da sociedade civil, com pessoas em situação de mobilidade. São redes de solidariedade informal que se vão transformando, reinventando e adaptando às condições e limitações impostas pelo regime de fronteiras.

Antes de mergulhar no trabalho de campo em Antropologia, já tinha estado envolvida, como profissional de saúde mental, em projetos de solidariedade com requerentes de asilo, em dois países, o Reino Unido e a Grécia. De 2015 a 2016 acompanhei iniciativas de solidariedade comunitária na cidade de Leeds, no norte de Inglaterra; e de 2016 a 2017 coordenei um projeto de saúde mental em campos de refugiados, na Grécia continental. Paralelamente, fui observando a formação de redes de relação e de colaboração informal transfronteiras, que iam fluindo entre espaços, facilitando a mobilidade das pessoas e o seu acolhimento privado, em casas particulares, em casas ocupadas, em campos improvisados e em centros comunitários. A solidariedade geosocial que testemunhei, nestes espaços, nasceu de tensões sociais, lutas políticas, locais e espaciais (Mitchell e Sparke 2018), que interpelaram diferentes atores a posicionar-se, face ao regime europeu de fronteiras.

Os espaços que a seguir apresento, incorporam diferentes formatos de solidariedade informal, a partir dos quais observei como se dão as negociações morais e políticas internas, como nascem e influem as afetividades e intersubjetividades, e como resistem, aos limites e restrições impostos à mobilidade. São iniciativas de solidariedade cidadã que contam histórias pluritópicas (Mignolo 2000a) que contrastam com as narrativas das instituições que regulam a mobilidade na Europa.

##### 3.1. ESTATUTOS NEGATIVOS, AÇÕES POSITIVAS

De 2015 a meados de 2016 trabalhei na associação comunitária *PAFRAS - Positive Action for Refugees and Asylum Seekers*, em Leeds, no Reino Unido; onde tive a oportunidade de participar em iniciativas de solidariedade cujo objetivo era melhorar o bem-estar psicossocial de requerentes de asilo. A associação foi fundada por Christine Majid, uma mulher reformada, viúva e mãe de dois filhos adultos; com o intuito de suprir as necessidades percebidas nos requerentes de asilo que viviam na cidade, e cujo estatuto de refugiado

lhes havia sido negado, pelo *Home Office*<sup>84</sup>. Seguindo o modelo do ciclo emocional de Jaspers (1998), Christine foi motivada por uma profunda indignação moral (ou “choque moral”), que resultou na sua mobilização social, e na mobilização do seu círculo social mais íntimo, da sua família alargada, e de um grupo de amigos e vizinhos.

“Comecei isto sozinha, na verdade, numa casa velha, em *Harehills*. Nem havia aquecimento nem água quente, e o telhado tinha buracos...comecei a apoiar requerentes de asilo, principalmente curdos iraquianos, que na altura fugiam do Iraque, e também muitos iranianos e somalis. O financiamento era muito pouco, e a legislação sobre o asilo estava a mudar rapidamente, restringindo cada vez mais os direitos dos requerentes de asilo. Centenas tornaram-se sem-abrigo não só aqui em Leeds, mas noutras cidades...e nós também, perdemos essa casa onde estávamos...tudo o que podia fazer para ajudar era trabalhar nas ruas, com um antigo *Citroen 2 cavalos*, e ia levar-lhes comida, cobertores e bebidas quentes; o carro era o meu escritório também!” (Christine Majid, conversa informal registada, março de 2015).

Alguns dos requerentes de asilo apoiados pela Associação PAFRAS, viviam numa situação de sem-abrigo ou *destitution*<sup>85</sup>, em condições de *morte social* (Cacho 2012). O recurso a uma associação comunitária operada, na sua maioria, por voluntários e membros da sociedade civil, em parceria com instituições locais, ajudou a criar novos espaços de hospitalidade e socialidade.

“Desenvolvi o projeto num formato multivalência onde, no mesmo espaço, as pessoas podiam aceder a uma variedade de serviços, simultaneamente. Para além de todos os voluntários e serviços informais de apoio, também temos parcerias sólidas, como a Cruz Vermelha ou a *Skyline*, que ajuda nas questões de saúde sexual. A *York Street Health Practice* é outra aliada importante, que regista as pessoas indocumentadas para terem um médico e, se necessário, um dentista; além de ajudarem com as receitas, com a medicação, e muito mais. *Hamara* são outros amigos nossos, que nos fornecem refeições gratuitas, com o apoio dos irmãos e irmãs muçulmanos, que cozinham para bem mais de 110 pessoas, todas as semanas” (Christine Majid, conversa informal registada, janeiro de 2016).

A consolidação da associação PAFRAS, ao longo dos anos, parece ter resultado de uma comoção emocional generalizada, que contagiou os membros da comunidade, e se constituiu como um espaço de cuidado (Conradson 2010) e de ação cidadã, posicionado *contra* as circunstâncias sociopolíticas dos requerentes de asilo no Reino Unido. A ação solidária pragmática, na comunidade, gerou um progressivo reconhecimento social da associação, quer junto do poder local, quer junto das comunidades em situação de mobilidade. A grande parte dos voluntários que conheci, em 2015, trabalhava há pelo menos dois anos na associação PAFRAS, sem qualquer contrapartida financeira ou material. A motivação para a solidariedade era,

---

<sup>84</sup> O Ministério do Interior é um departamento ministerial do Reino Unido, responsável pela imigração e segurança interna. Inclui diversas valências, como uma força policial específica, o serviço de migração e asilo, o MI5 (segurança interna), e outros. Durante o meu período de permanência no Reino Unido, a Ministra responsável pelo *Home Office* era Theresa May (Governo liderado por David Cameron).

<sup>85</sup> O Governo do Reino Unido define um requerente de asilo como “*destitute*” quando este “chegou ao fim da linha” em termos administrativos e processuais, não podendo apresentar mais recursos legais para solicitar proteção internacional.

nas suas palavras, “a empatia” pelos requerentes de asilo que conheciam, e a “indignação”, face às políticas públicas.

As quintas-feiras eram dias de *drop-in*, na igreja de *St. Aidan*, em *Harehills*, e começavam muito cedo, para os solidários, organizados em várias equipas de trabalho (distribuição de comida, distribuição de roupa, cozinha, registo de novas pessoas, apoio social, entre outras). Entre os cerca de 20 voluntários habituais, havia total liberdade, para decidirem quando queriam ajudar, e durante quanto tempo; à exceção dos coordenadores de tarefas específicas (cozinha, logística, armazém e roupa), que tinham um compromisso mais sério. Destes, apesar de serem também voluntários, esperava-se uma *ética de trabalho* e uma *responsabilidade*, similares a qualquer profissional remunerado, ao que estes correspondiam, *com lealdade*. Pelas 9 da manhã, o hall da igreja estava preparado para receber uma média de 200 pessoas, que por lá iam passando, durante toda a manhã. O pequeno almoço era servido a partir das nove horas, e o almoço, sempre *halal*, era servido a partir das doze horas. Durante este período, eram realizados os atendimentos sociais, por *caseworkers* remunerados com financiamento público, e feita a distribuição de roupa, comida, produtos de higiene e outros bens de primeira necessidade, doados pela comunidade local. Os novos requerentes de asilo, em situação de sem-abrigo, tinham prioridade sobre os restantes, para que se pudessem mobilizar de imediato os alojamentos de emergência.

Como “estranha” neste território, comecei por estabelecer um “mapa de navegação” na cidade de Leeds, incluindo serviços de apoio formal e informal, dentro dos limites da cidade e nas cidades satélite, como escolas, cursos formais e informais de língua inglesa, centros de apoio ao emprego, centros de apoio social, atividades desportivas, atividades lúdicas e culturais, grupos de ajuda mútua, grupos ativistas, grupos feministas, grupos LGBTIQA+, centros de saúde, grupos de informação e apoio em saúde, serviços de saúde mental, e outros. Desenvolvi um método de diagnóstico de necessidades holístico, incluindo todas estas dimensões da integração, e preparei-me para uma “imersão” no terreno. Propus-me entrevistar todos os requerentes de asilo que buscavam apoio na associação, sem nenhuma exceção. Desta forma, poderia conhecer melhor a realidade de cada um, e as estratégias de resiliência e auto-organização já utilizadas. No meu primeiro *drop-in*, em março de 2015, saí do autocarro com um grupo de pessoas da Eritreia, que me ajudou a encontrar a igreja anglicana de *St. Aidan*, um edifício enorme, com telhado pontiagudo, belíssimos vitrais e as típicas paredes vermelhas, de *brickstone*.



Figura 5. Igreja St Aidan, Harehills, Leeds, Reino Unido. Fonte: Ship of Fools<sup>86</sup>

No portão lateral, começava a formar-se uma fila de pessoas, composta sobretudo por mulheres com crianças pequenas e homens bastante jovens; aglomerando-se pacientemente, em jeito de protocolo já bem conhecido. Foi-me indicada a porta “dos fundos”, onde encontrei os meus novos colegas, que se preparavam para iniciar a sessão de trabalho semanal. A filosofia destas sessões de *drop-in* era prestar, num espaço de tempo limitado (de 6 horas) o maior número de serviços possível, ao maior número de pessoas, dando prioridade aos requerentes de asilo recém-chegados.

Os voluntários da comunidade de acolhimento (incluindo muitos refugiados e migrantes) começavam a chegar, espaçadamente, e a dividir-se, ordenadamente, pelas suas tarefas, já familiares, no hall da igreja. Andres (nome fictício), um reformado de origem russa, assumia o papel de coordenador geral, indicando-nos toda a logística da sessão, e assignando os voluntários do dia às suas tarefas. Perguntava que línguas falavam os voluntários presentes, para poder ir assignando intérpretes aos *caseworkers*. *Farsi*, árabe, *pashto*, russo, *urdu*, curdo *sorani*, *tigrinya* e *amharic* eram as línguas mais prevalentes. Joseph (nome fictício), um voluntário de origem jamaicana, era o responsável pela cozinha. Assegurava-se de que todos os seus ajudantes seguiam normas restritas de saúde e higiene, mas dava-lhes alguma liberdade, na confeção do menu do dia. Nesta ocasião, o almoço seria tipicamente eritreu, e a sua preparação era coordenada por uma refugiada daquele país. “Ele hoje está bem disposto”, dizia-me uma colega ao ouvido, dando-me a entender que Joseph tinha “mau-feitio”. Ao fundo do hall, debaixo de um enorme retrato da Rainha de Inglaterra, a maior mesa de trabalho destinava-se aos representantes da Cruz Vermelha Britânica. Uma técnica de serviço social, um advogado e diversos intérpretes voluntários dessa organização, vinham regularmente prestar apoio aos requerentes de asilo em situação de indigência.

---

<sup>86</sup> Imagem disponibilizada no blogue “Ship of Fools” [em linha]: <https://shipoffools.com/mystery-worshipper/st-aidans-harehills-leeds-england/> [consult. 12 set. de 2020]

À esquerda, numa mesa em “L”, sentavam-se os dois técnicos de serviço social da associação PAFRAS, Larry e Julie (nomes fictícios). A média de requerentes de asilo em cada sessão de *drop-in* rondava os 100, entre os quais pelo menos 15 a 20% eram recém-chegados. Antes da abertura de portas, Christine, a fundadora da associação, fazia um pequeno discurso de encorajamento e de agradecimento, a todos os voluntários presentes. Christine pedia aos voluntários que “colocassem toda a sua presença” na relação com as pessoas, lembrando que a “bondade e o sorriso” podiam fazer a diferença, no dia de cada uma das pessoas que iriam chegar. O hall enchia-se de sorrisos e de bom-humor, gerando-se uma grande cumplicidade afetiva, entre a equipa de trabalho.

O processo de acolhimento iniciava-se na mesa de registo, onde se sentavam sempre Ahmed e Said (nomes fictícios), dois voluntários que, entre eles, falavam *pashto*, *urdu* e árabe. Said era um respeitado patriarca na comunidade paquistanesa, com longas barbas brancas e um ar simpático e bonacheirão. Era um excelente conhecedor da história e da diversidade étnica do Paquistão e do Afeganistão, apoiando os *caseworkers* na construção da defesa legal de requerentes de asilo daqueles países. Ahmed era um verdadeiro *gentleman* iraquiano, residente em Leeds há várias décadas, viúvo, cujo maior desejo era regressar um dia à sua cidade natal, Baghdad, para restaurar a sua propriedade. Descrevia com nostalgia a sua antiga casa, destruída pelas milícias xiitas, um paraíso idílico com um jardim perfumado, decorado de azulejos azul-turquesa. Para além de Ahmed e Said, dois voluntários que falavam apenas inglês, Steven e Marjorie (nomes fictícios), ocupavam esta primeira bancada de receção. A sua missão era dar as boas vindas aos requerentes de asilo e aos membros da comunidade que chegavam com doações. A interação nesta mesa era leve e cálida, com alguma mecânica já interiorizada pela maioria dos participantes.

Do registo, os requerentes de asilo dirigiam-se à mesa de “triagem”, onde solicitavam os apoios que necessitavam naquele dia ou, se era a primeira vez que vinham, passavam por uma avaliação inicial. Os voluntários desta mesa distinguiam-se pela sua grande seriedade, e uma maior *distância emocional*, face aos requerentes de asilo. Eram duas mulheres inglesas, ambas técnicas de serviço social, já reformadas. A seu cargo tinham a decisão de priorizar as situações descritas, e de encaminhar os requerentes de asilo para os serviços técnicos disponíveis na sala: apoio social, jurídico, médico e de saúde mental (eu). Creio que tardei cerca de dois meses, a ganhar a confiança das duas mulheres desta mesa, e só então comecei a receber encaminhamentos, de forma fluida. Até lá, desenvolvi um processo informal de “entrosamento”, conversando com as pessoas que esperavam pelos seus atendimentos, na sala. Estes tempos de espera e de *small-talk* (Driessen e Jansen 2013), foram momentos de socialização muito importantes que, pouco a pouco, me ajudaram a aceder a este microlugar (Tiapa-Blanco 2001). Por outro lado, conseguia perceber nestes espaços informais, ações de infrapolítica e de resistência, em que os requerentes de asilo trocavam

impressões sobre “o sistema”, e davam conselhos uns aos outros, enquanto partilhavam uma refeição quente. A gestão do espaço desvelava diversos domínios de poderes, associados às ações solidárias; por um lado, as hierarquias eram estabelecidas pelo próprio sistema de asilo inglês, que forçava muitos requerentes de asilo à ilegalidade e à indigência; por outro, esses critérios de diferenciação não eram propriamente questionados, reproduzindo-se alguma subalternização e relações de dominação. Enquanto os requerentes de asilo com hipótese de aceder a um recurso jurídico, podiam usufruir de todo o leque de ajudas disponíveis (roupa, comida, apoio jurídico, apoio psicológico, etc.) e assim expandir as suas redes de socialização local; os requerentes de asilo “recusados” pelo sistema tinham poucas hipóteses de saída efetiva da sua condição de “morte social” (Cacho 2012), mantendo-se em situação permanente de “*bare life*”.

Tentei diversas abordagens de acoplamento ao sistema de apoio estabelecido, até encontrar uma que funcionou razoavelmente bem. Nos primeiros dois meses, através das conversas informais e da observação participante, fui recolhendo informação sobre o contexto, e analisando os recursos e as barreiras de acesso aos serviços. No projeto de saúde mental que me foi confiado pela associação, um dos objetivos era encontrar serviços e redes informais de apoio, para gerar alternativas de suporte social; sendo estes oferecidos, sobretudo, por voluntários e associações ativistas locais. A entrada para o mercado de trabalho estava-lhes interdita, pela falta de documentação legal; no entanto, as redes de trabalho informal proliferavam, em condições de grande risco de exploração e abuso. Os empregos ocasionais ou sazonais disponíveis, chegavam a oferecer salários de apenas £1/hora. Alguns dos requerentes de asilo que conheci viviam com familiares ou em casa de amigos, que esperavam determinadas contrapartidas. Seble (nome fictício), uma mulher eritreia de 32 anos, vivia em Leeds há 18 meses, quando a conheci. Estava a aguardar o resultado do recurso que interpôs em tribunal, após ter obtido uma rejeição do seu primeiro pedido de asilo. Separada dos seus quatro filhos há quatro anos, desde que empreendeu a viagem da Eritreia para o Sudão, Seble tinha que lhes enviar dinheiro todos os meses, para garantir que uma das suas irmãs cuidava deles. Para sobreviver, vivia com uma amiga que não lhe cobrava renda, nem lhe pedia dinheiro, mas retinha-lhe o passaporte, e pedia-lhe que fizesse todas as tarefas domésticas.

Fiz questão de visitar todos os serviços, formais e informais, pessoalmente, antes de encaminhar quem quer que fosse e, pelo menos de início (até deixar de ter essa disponibilidade), acompanhei os requerentes de asilo pessoalmente, no seu primeiro contacto com a instituição/serviço de apoio. Este método foi crucial para compreender os obstáculos de acesso aos serviços, desde as barreiras linguísticas, aos atendimentos discriminatórios ou desadequados, por parte de alguns técnicos e voluntários. Percebi, neste exercício, a enorme importância das “pontes” informais entre comunidades subalternizadas e instituições, conclusão que viria a aprofundar mais tarde, no meu trabalho de campo, em Portugal. O sucesso de adesão a um serviço de

saúde mental ou de apoio psicossocial, em particular, dependia da relação humana e da confiança criada, com os requerentes de asilo. Independentemente da qualidade do serviço prestado, ou das habilidades técnicas dos profissionais, se o acolhimento inicial fosse demasiado frio ou burocrático, havia maiores hipóteses de *drop out*.

Por outro lado, nos serviços comunitários mais informais (onde havia muitas mudanças de horários e menos profissionais disponíveis), a adesão aos serviços era notoriamente maior. A rede de relações informais era crucial, nas fases iniciais do encaminhamento. Um refugiado que chegasse até mim a conselho de alguém da sua rede, confiava à partida no meu trabalho; enquanto os recém-chegados, sem qualquer vínculo na comunidade, demoravam até estabelecer uma relação de confiança comigo. Tendo em conta a importância destas redes de relação comunitárias, propus a criação de um grupo regular de autoajuda, entre os refugiados já instalados, e os requerentes de asilo recém-chegados. Em colaboração com alguns refugiados voluntários, elaborámos um projeto-piloto, com dois grupos de apoio experimentais (um do Irão e outro da Eritreia). Elaborámos uma candidatura conjunta, e obtivemos financiamento para um ano, através do programa *Side by Side*<sup>87</sup>, contando ainda com o empréstimo de uma sala, na associação comunitária *Touchstone Support*<sup>88</sup>. Os dois grupos reuniam-se uma vez por semana, com o objetivo de partilhar experiências e apoio mútuo, no processo coletivo de inclusão social, na comunidade. Inicialmente, os dois grupos depositavam em mim e nos meus colegas intérpretes, o papel de *facilitação* das sessões. O efeito de estranheza inicial foi-se dissolvendo, com a proximidade e a regularidade das sessões conjuntas, onde se foram partilhando situações pessoais e vivências quotidianas. Com a consolidação de uma rotina de encontro e de partilha, que incluía um lanche conjunto e tempo disponível para *small-talk*; os grupos iam ganhando maior controlo sobre o espaço, e maior autonomia na organização das sessões. A confiança e entreaajuda gerada entre os membros do grupo que falava *farsi*, facilitou a criação de uma associação de Iranianos em Leeds. Já o grupo de Eritreus, bastante mais pequeno, constituído maioritariamente por jovens adultos, decidiu ir estudar para a Universidade Aberta, ocupando juntos um espaço antes percebido como intimidante. Preencheram, em conjunto, cada uma das candidaturas, durante as sessões de grupo, e quatro dos sete candidatos foram aceites, num curso pós-laboral.

Os solidários informais e os ativistas da sociedade civil em Leeds, em conjunto com as redes locais e municipais, formaram, entre si, uma espécie de *sanctuary city*, tornando-se cruciais, na humanização das

---

<sup>87</sup> Programa financiado pelo *Big Lottery Fund*, destinado a iniciativas comunitárias de apoio entre pares, conforme descrito na página da associação *Mind*, disponível [em linha]: <https://www.mind.org.uk/about-us/our-policy-work/side-by-side/> [consult. 3 mar. 2019]

<sup>88</sup> Associação comunitária parceira da PAFRAS, informação disponível na página de internet disponível [em linha]: <https://touchstonesupport.org.uk> [consult. 3 mar. 2019]

peças em situação de mobilidade, e substituindo-se às instituições formais, quando estas restringiram as políticas públicas de proteção e de acolhimento. Enquanto o *Home Office* parecia empenhado em dissuadir e limitar, cada vez mais, o acesso dos requerentes de asilo aos serviços do Estado; esta rede informal multicultural, organizada a partir de ações pragmáticas de solidariedade local, tornou a cidade de Leeds mais acolhedora e suportável. Este contexto acolhedor sofreu, no entanto, o impacto do *Brexit*, a partir de 2016, altura em que coletivos como a Associação PAFRAS, que dependiam de financiamento público, sofreram cortes orçamentais importantes.

“Os recentes cortes de financiamento afetaram não só a PAFRAS mas todo o sector de apoio social. Muitos tiveram as subvenções cortadas para metade, o que apenas nos serve para manter rendas, contas, linhas telefónicas, impressão de documentos e pouco mais. A sustentabilidade do pessoal a tempo inteiro é difícil, uma vez que o financiamento é tão apertado. As coisas nunca tinham estado tão obscuras para este sector, em Leeds, no entanto, com novas propostas, determinação e resiliência, conseguiremos fazê-lo, já estamos habituados a estes constrangimentos” (Christine Majid, entrevista, março de 2016).



Figura 6. Foto campanha de angariação de fundos PAFRAS, Leeds, maio de 2015

Esta experiência de trabalho, de um pouco mais de um ano, em Leeds, foi uma importante imersão no mundo da solidariedade que se reivindica *informal* (por oposição à rigidez formal das instituições do Estado) com pessoas em situação de mobilidade; ajudando-me a perceber a sua importância, num ambiente de grande hostilidade política. Nos anos que se seguiram, esta vivência voltou constantemente à minha memória, como um *déjà-vu*, enquanto observava a Europa reagir, cada vez mais violentamente, à designada “crise” de refugiados. Uma das experiências mais significativas em Leeds, foi a minha própria participação engajada, num coletivo comunitário, em que as convicções morais e os posicionamentos políticos eram declaradamente *contrários* aos das instituições dominantes. As redes de socialidade e de afeto, que acompanhavam a mobilidade de requerentes de asilo “destituídos”, subvertiam a dominação intentada pelas políticas de asilo, oferecendo contestação e resistência. Os requerentes de asilo estabeleciam os seus próprios espaços de convivialidade e de apoio mútuo, e constituíam os seus próprios espaços seguros, ao lado da comunidade de acolhimento, numa ótica de hospitalidade cosmopolita. Estas alianças, geradas entre a



sociedade civil, as associações ativistas e as instituições locais, já me pareciam, naquela época, transformadoras, na comunidade de acolhimento.

A reinvenção da capacidade de socialização e de acolhimento, utilizando recursos comunitários, ajudou a criar uma espécie de “rede de segurança” que foi útil para todos. Embora centrada na prestação de ajuda pragmática (alimentação, saúde, educação, apoio jurídico, alojamento temporário), a Associação PAFRAS tornou-se um espaço micropolítico de pluralidade democrática, em que circulavam afetos e valores, e se potenciavam redes de relação cosmopolitas. A associação constituiu-se, assim, como um projeto hospitalidade cosmopolita, alimentado por desobediência civil e resistência, e pela criação continuada de ideias e projetos solidários, que iam permitindo *atuar* a cidadania dos intervenientes.



Figura 7. Foto manifestação no centro de Leeds, 12 setembro 2015

### 3.2. SOLIDARIEDADE COM PESSOAS EM (I)MOBILIDADE, NO EPICENTRO DA “CRISE”

“Um campo de refugiados é um lugar para não-cidadãos, confinado num espaço de cidadania. Um aglomerado de rejeições, multiplicado por temporalidades: tendas temporárias, latrinas temporárias, contentores temporários, pontos de água temporários, abastecimento temporário de alimentos, atenção médica temporária, projetos de apoio temporários, soluções temporárias... atos temporários de semi-bondade, concebidos para aliviar a vergonha e a culpa de quem tem o privilégio de tomar a permanência como garantida” (reflexões anotadas, Grécia, março de 2016).

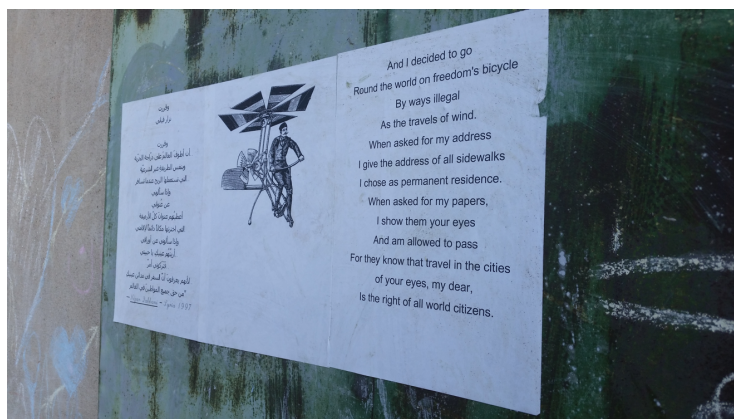


Figura 8. Foto campo de refugiados de Redestos, Grécia, agosto de 2016

Cerca de 60.000 refugiados encontravam-se, em março de 2016, imobilizados na região continental da Grécia, divididos entre espaços confinados, marginais, de norte a sul (velhas fábricas, campos agrícolas, armazéns industriais, campos de futebol, aeroportos desativados, albergues, hotéis abandonados e casas ocupadas). O sistema de asilo grego revelou, desde o encerramento das fronteiras com a Macedónia do Norte, uma insuficiência sistémica, para cumprir com as regras mínimas do acolhimento. A Comissão Europeia, na sua Quarta Recomendação sobre as transferências de Dublin para a Grécia, emitida em dezembro de 2016, resumiu assim os principais problemas que testemunhei no terreno:

(...) much of the remaining reception capacity consists of encampments and emergency facilities with widely varying and often inadequate standards, both in terms of material conditions and security. Winterization of some of these facilities has commenced but progress is slow. Even with improvements, it will be difficult to turn some camps into suitable permanent reception facilities, and there may be a need to close them down, while consolidating others. Moreover, overall coordination of the organization of reception in Greece appears to be deficient, due to the lack of a clear legal framework and monitoring system (Comissão Europeia, 2016<sup>89</sup>).

Os treze campos de refugiados em que trabalhei, situavam-se em locais propositadamente remotos e pouco acessíveis, refletindo a alteridade destes “corpos estranhos”, cuja presença se procurava invisibilizar, a todo o custo:

Refugees are human waste, with no useful function to play in the land of their arrival and temporary stay and no intention or realistic prospect of being assimilated and incorporated into the new social body, from their present place, the dumping site, there is no return and no road forward... (Bauman 2004, p.77).

<sup>89</sup> Informação constante na página da Comissão Europeia, disponível [em linha]: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A52012SC0225> [consult. Mar. 2019]

Vários acidentes fatais ocorreram, nestes locais remotos e pouco seguros, durante o ano em que estive a trabalhar na Grécia. Em novembro de 2016, uma mulher de sessenta e seis anos e o seu neto, de seis anos, morreram ambos, numa explosão despoletada por uma garrafa de gás, dentro da tenda. Em janeiro de 2017, três homens morreram intoxicados pelo monóxido de carbono produzido por dispositivos de aquecimento. No mesmo mês, uma criança de seis anos caiu do topo das escadas de um estádio de beisebol, onde estava instalada a tenda da sua família, tendo o pai da menina sido preso e processado por “negligência parental”. O crescente número de pedidos de asilo rejeitados, aliado ao encerramento das fronteiras da Grécia, contribuiu para a imobilização forçada de milhares de pessoas em condições cada vez mais degradantes.

Out of that place, refugees are an obstacle and a trouble; inside that place, they are forgotten (...) Nothing is left but the walls, the barbed wire, the controlled gates, the armed guards. Between them and the refugees’ identity – or rather put paid to their right to self-definition. All waste, including wasted humans, tends to be piled up indiscriminately on the same refuse tip. The act of assigning to waste puts an end to differences, individualities, idiosyncrasies (Bauman 2004, p. 78).

O cruzamento das fronteiras gregas tornou-se quase impraticável, à medida que os países vizinhos reforçavam e militarizavam os postos de controlo fronteiriços. Durante os meses de novembro e dezembro de 2016 (os meses mais frios do inverno), aumentou o desespero, entre as pessoas retidas no país, situação que afetou profundamente a sua resistência e resiliência. Aumentaram as tentativas de suicídio, entre as pessoas imobilizadas e “encampadas”, que não viam forma de escapar daquela situação. Cidadãos afegãos e paquistaneses, em particular, por não estarem incluídos sequer no programa de recolocação<sup>90</sup>, não vislumbravam quaisquer opções de permanência na Europa.

“O rapaz Rohingya continua a olhar alarmado para o que o rodeia, a olhar perplexo para os homens estranhos, estes homens que falam alto e vociferam. Parece tão deslocado que ninguém sente pena dele. Ninguém lhe oferece sequer uma passa do cigarro à volta do qual toda a gente se reuniu. Eu também não me posso dar ao trabalho de trocar algumas palavras com ele, tentar ajudá-lo a sair daquele humor ou a aliviar a sua solidão, afastando a natureza penosa da sua condição diaspórica. A minha condição não é melhor” (Behrouz Boochani, 2019, p.121).

Centenas de voluntários, ativistas e coletivos solidários cidadãos, oriundos de toda a Europa, vieram para a Grécia durante este período, para apoiar os refugiados que ali permaneciam. A confusão entre os projetos de cariz humanitário e as iniciativas cidadãs de solidariedade, começou a gerar tensões, no terreno. Não se percebia muito bem onde começavam uns e acabavam outros, a não ser pelos característicos coletes humanitários, envergados pelos trabalhadores das principais agências; e, mesmo estes, eram frequentemente *imitados*, por coletivos solidários espontâneos. O verão de 2016 foi particularmente

---

<sup>90</sup> Os critérios de admissibilidade estipulados pela EU, no programa de recolocação, discriminavam algumas nacionalidades (de acordo com estatísticas de “maior ou menor probabilidade de aceitação”, previamente esquematizadas), deixando de fora o Afeganistão e o Paquistão.

desorientador, pela quantidade e diversidade de solidários que vinham para a Grécia, incluindo “*voluntourists*”<sup>91</sup>, anarquistas, voluntários de teor religioso, grupos caritativos, coletivos solidários ativistas e cidadãos comuns, “independentes”. Por um lado, as organizações humanitárias, os grupos locais e os cidadãos independentes, procuravam trabalhar em conjunto, formando coligações e colaborando em iniciativas locais, nos campos de refugiados. Por outro lado, surgiam conflitos e críticas constantes, competição pelos recursos e confusão metodológica, fruto das distintas intenções, agendas, interpretações morais e motivações solidárias presentes.

De um modo geral, os solidários “independentes” desafiavam as práticas humanitárias, introduzindo a socialidade e a *informalidade* com os refugiados como um processo humanizante (Rozakou 2016). Enquanto os humanitários eram regidos por *normas* como a neutralidade e o distanciamento emocional dos “beneficiários”, os rituais e as iniciativas de solidariedade *informal* baseavam-se no estabelecimento de relações interpessoais mais horizontais. Enquanto as agências humanitárias buscavam *informação* junto dos refugiados, para poder diferenciá-los por categorias, estatutos e critérios de vulnerabilidade, a partilha de informação com os cidadãos solidários baseava-se em formas *indiferenciadas* de aceitação e acolhimento incondicional. Embora limitadas no tempo, estas práticas de “socialidade em movimento” (Rozakou 2016) acabavam por conferir dignidade e alguma normalidade na rotina das pessoas enclausuradas e imobilizadas nestes espaços estranhos e periféricos. Muitas relações criadas nos campos, entre solidários e refugiados, continuavam-se no tempo, através de trocas de *socialidade virtual* (Rozakou 2016), partilhando fotografias e notícias mútuas, através do *Facebook*, e estabelecendo redes informais de solidariedade, para além das fronteiras daqueles espaços confinados. Guardo, nas memórias desse verão, algumas imagens que mostram algumas discrepâncias entre a imaginação dos voluntários e a realidade daqueles espaços e relações, no terreno.

Uma associação criada por ativistas britânicos, chegou à Grécia em agosto, com uma carrinha repleta de donativos. No exterior da carrinha, lia-se “*Soup and Socks*” (Sopa e Meias), e entre os artigos doados, guardados num pequeno armazém improvisado, estavam botas de inverno, casacos de pele, sapatos de salto alto, máscaras de carnaval, *leggings* de inverno, cachecóis e perucas multicolores. Noutra dia quente de verão, no nordeste da Grécia, conheci um grupo de estudantes de psicologia catalães, que queriam, enquanto estavam no campo, “prestar apoio emocional” aos refugiados residentes. Perguntei-lhes sobre as disponibilidades do grupo, e disseram-me “estamos aqui até amanhã”. Noutra campo, próximo de Salónica, fui chamada de urgência para ajudar uma psicóloga, a gerir uma tentativa de suicídio. Amir (nome fictício),

---

<sup>91</sup> *Voluntourists* é um termo associado aos indivíduos que dedicam um período de tempo limitado (normalmente as férias) a praticar voluntariado.

um refugiado sírio de 28 anos, tinha tido acesso a uma caixa de benzodiazepinas. A caixa de medicação tinha sido comprada por um solidário independente, que distribuía medicação livremente, pela comunidade, paga com dinheiro do seu próprio bolso. Munido de boas intenções, não refletiu sobre o potencial risco desta medicação específica, que normalmente requer uma receita médica e um acompanhamento especializado.

Paralelamente a estas histórias de desadequação, entre a imaginação solidária e a sua concretização, diversos coletivos solidários organizaram projetos considerados úteis, pelos refugiados, procurando preencher as enormes lacunas deixadas pelo aparato humanitário e institucional. Alguns coletivos solidários, por exemplo, geriam escolas que funcionavam diariamente, com professores voluntários de múltiplas disciplinas, garantindo um leque de alternativas de aprendizagem para milhares de crianças. Algumas delas, conseguiam comunicar em quatro ou cinco línguas, fruto deste convívio permanente com os solidários. Outros coletivos dedicaram-se a montar espaços seguros, que procuravam imitar a normalidade da vida fora do campo; por exemplo salões de cabeleireiro, centros de dia só para mulheres, jardins infantis, salões de chá, oficinas de construção de móveis, cozinhas comunitárias e armazéns de donativos e distribuição de bens essenciais. Muitos deles eram geridos de forma partilhada, com os próprios refugiados, ajudando a criar rotinas e entreajuda comunitária.



Figura 9. Fotos campo de refugiados de Katsikas, Grécia, agosto de 2016

Após o verão de 2016, as autoridades gregas e as ONG discutiram alguns dos problemas que se consideravam ter sido “provocados” pelos cidadãos solidários, nos campos de refugiados, tendo decidido limitar a sua presença, para “minimizar riscos de segurança”. A partir de setembro, todos os coletivos solidários foram obrigados a requerer uma licença oficial, com uma autorização assinada pelas autoridades gregas, que seria concedida de acordo com alguns critérios. Apenas coletivos solidários “reconhecidos” seriam elegíveis à entrada, enquanto os indivíduos independentes ou ativistas, sem afiliação oficial, eram desencorajados. A *informalidade* foi associada, portanto, a “risco e insegurança”. Esta decisão foi contestada por muitos dos refugiados residentes nos campos, que chegaram a fazer manifestações públicas de protesto. As autoridades e as ONG responsáveis mantiveram, apesar disso, a sua decisão, insistindo que “era a

segurança dos próprios refugiados que estava “em risco”. Para ilustrar este argumento, foram denunciados alguns episódios em que, alegadamente, a segurança foi posta em causa por pessoas da sociedade civil (por exemplo, citaram episódios de entrada de drogas ilícitas nos campos). Os refugiados argumentavam, por sua vez, que “embora compreendessem” o risco da entrada de voluntários com “más intenções”; “os cidadãos solidários eram os únicos atores que estabeleciam com eles relações humanas normais” (conversa informal anotada, Grécia, setembro de 2016).

Os campos de refugiados instalados no território grego foram sempre considerados “temporários”, nas narrativas oficiais, veiculadas quer pelas autoridades europeias (financiadores), quer pelo governo grego (gestores), quer pelas grandes agências humanitárias (implementadores). A incapacidade da Europa para receber os requerentes de asilo que já estavam no território, foi aglomerando cada vez mais pessoas em espaços “temporários” manifestamente reportados como desadequados e potenciadores de problemas de saúde e de saúde mental. Estes locais tornaram-se verdadeiras prisões sobrelotadas, cada vez mais deteriorados e alienados do resto da comunidade. Enquanto escrevo esta tese, já em 2020, assistimos à proliferação, e não à extinção, destes espaços concebidos para serem transitórios em 2015 e 2016. A sua insistente renovação, ampliação e substituição, com fundos Europeus e humanitários, expressa uma intenção institucional de continuidade e de dissuasão da mobilidade.

Setembro de 2020, como já vimos, ficou marcado pelo incêndio que destruiu o campo de refugiados de Moria, obrigando à evacuação de cerca de 13.000 pessoas desalojadas. Moria foi um local contestado, desde a sua génese, em 2015, pelo fato de se ter estabelecido como um centro de detenção. Moria foi desenhada para ter um efeito dissuasor<sup>92</sup> e, até à sua destruição (com o poderoso simbolismo do fogo), foi um local de transgressão moral e ética. Quando Moria ardeu, a Europa foi, uma vez mais, persuadida pelos cidadãos a assumir uma posição mais humana, face às imagens mediáticas das pessoas desalojadas em Lesbos, e aos protestos generalizados, em dezenas de países Europeus<sup>93</sup>. A resposta foi mínima (limitou-se ao acolhimento de algumas centenas de menores não acompanhados, em países que se voluntariaram para o efeito<sup>94</sup>), mas serviu para *apaziguar* a maioria dos protestos. Apenas ativistas e cidadãos solidários mais engajados, mantiveram os protestos ativos, exigindo a recolocação incondicional de todos os refugiados alojados nas

---

<sup>92</sup> Ver entrevista com Nikos Xypolytas, professor universitário e investigador em sociologia na Universidade Aegean, na revista digital [em linha] “Jacobin”, 11 de maio de 2020, disponível em: <https://www.jacobinmag.com/2020/11/overcrowded-refugee-camps-eu-migration-policy-lesbos-moria> [consult. 3 dez. 2020]

<sup>93</sup> Ver notícia disponível na *Infomigrants* [em linha], 10 de setembro de 2020 [consult. 3 dez. 2020]: <https://www.infomigrants.net/en/post/27190/thousands-of-protesters-call-on-germany-to-take-in-moria-refugees>

<sup>94</sup> Ver, por exemplo notícia publicada no *DW* [em linha], 10 de setembro de 2020 [consult. 3 dez. 2020]: <https://www.dw.com/en/moria-migrants-germany-france-will-take-in-400-children-from-greeces-refugee-camp/a-54882965>

ilhas gregas, em cidades europeias. A narrativa oficial sobre a necessidade absoluta dos *hotspots*<sup>95</sup>, os espaços de trânsito tornados permanentes, onde as pessoas em situação de mobilidade são submetidas a um escrutínio cada vez mais obscuro, mantém-se constante. Em outubro de 2020, a proposta da Comissão Europeia para um novo “Pacto das Migrações<sup>96</sup>” concebia medidas ainda mais restritivas, potenciadoras de abusos de direitos humanos, nos processos de acolhimento e triagem de pessoas.

Yaser (nome fictício) vive em Lesbos desde 2017, altura em que escapou do regime militar no Iraque, para pedir proteção internacional na Europa. Vive agora em *Mytilene*, num apartamento alugado, onde aguarda a emissão do seu passaporte, e vai apoiando outros refugiados e requerentes de asilo, residentes na ilha. É fotógrafo, de profissão, e colabora com a imprensa internacional e com grupos ativistas europeus, divulgando a situação atual em Lesbos. Conheci o Yaser virtualmente, a partir de uma rede de solidariedade transnacional. Buscavam alguém que pudesse localizar a irmã de um refugiado afegão, que tinha sido desalojada pelo fogo de Moria. Perguntei aos meus contactos, na Grécia, se me podiam ajudar, e o nome do Yaser chegou-me, a partir de várias fontes, no terreno, como sendo a pessoa mais ativa no apoio aos desalojados. Yaser rapidamente se prontificou a encontrar Tahmina (nome fictício), que se encontrava na rua, com os seus quatro filhos pequenos, e fomos conversando regularmente, a partir daí.

“Vivi em Moria, passei por toda a situação, por isso um dia decidi comecei a fotografar, para o mundo saber o que o meu povo está a passar, mostrando as pessoas como elas são, com dignidade. Quando isto aconteceu (o fogo) dirigi-me a muitas organizações, para pedir-lhes ajuda, falei sobre a situação, comecei primeiro no meu Instagram, depois a BBC e a CNN e outros meios de comunicação internacionais, e jornais na Grécia, canais de TV e internacionais, fizeram vídeos, e foram vistos em toda a Europa, no Parlamento Europeu da Alemanha, da França, Portugal e outros países”.

*Isso é incrível, e qual foi a resposta?*

“Falaram comigo, nunca imaginei que as pessoas quisessem falar comigo, mas começaram a contactar-me, a pedir para ver o meu trabalho, muita gente queria ouvir-me falar sobre a situação, as pessoas não sabiam o que se passa aqui”.

*Houve alguma promessa ou um partido político que te apoiasse, oficialmente?*

“Não, apoio formal não, mas há muitas manifestações, a Alemanha decidiu acolher 1000 pessoas, mas eles vão levar, por exemplo, o teu filho, e a ti não...só idosos ou pessoas vulneráveis, disseram eles. Mas há pessoas incríveis aqui, há médicos, há artistas, há engenheiros, todos estão à espera de oportunidades, para mostrar o que podem fazer...Imagina, passares 9 horas por dia numa linha de comida, para conseguir comida, e depois gastar uma hora para conseguir outras coisas... as pessoas ficam desencorajadas... e só levam as pessoas vulneráveis para o continente...então e as mulheres? E as crianças? Há muitas mulheres e homens solteiros, que também precisam de ajuda. Estas pessoas têm sonhos, têm esperanças, querem mudar as coisas”.

---

<sup>95</sup> Ver, por exemplo, as reivindicações das organizações transnacionais de cidadãos europeus “From the sea to the City”, ou da “Europe Must Act”, publicadas [em linha]: <https://www.europemustact.org> [consult. 3 dez. 2020] e <https://fromseacity.eu> consult. 3 dez. 2020]

<sup>96</sup> A proposta completa está disponível [em linha] na página da Comissão Europeia [consult. 3 dez. 2020]: [https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/promoting-our-european-way-life/new-pact-migration-and-asylum\\_pt](https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/promoting-our-european-way-life/new-pact-migration-and-asylum_pt)

*Como é que têm estado as coisas, depois do fogo?*

“Vieram com gás lacrimogéneo e usaram-no nas pessoas, para as obrigar a ir para outro campo, sem condições nenhuma. Houve violência contra mulheres, crianças, pessoas mais velhas, foi horrível, tenho os vídeos no meu Instagram, podes vê-los. Lá controlam tudo. As pessoas solteiras nem sequer podem andar no acampamento, apenas das 12h às 20h. Não é a quarentena, as pessoas de quarentena estão todas juntas numa tenda, sem distância social, em camas de 4, daquelas do tipo militares. E não estão autorizados a mover-se em todas as secções...não há água corrente, só têm uma refeição por dia, as pessoas estão esfoameadas, se quiserem cozinhar, não há opções. E água, olha, usam o mar para tudo. Os solteiros, se quiserem sair do campo, perguntam-lhes logo (as autoridades): "para onde vais?", "quanto tempo demoras a voltar?". Eles apontam o número do teu caso, e se te atrasares, eles vão encerrar o teu caso. Ninguém sabe porquê, não explicam, não se importam. É como os campos de concentração, mas está a acontecer na Europa em 2020”.

*Como tens estado a ajudar estas pessoas, no meio de tudo isto?*

“Tento fazer o meu melhor para ajudar o máximo de pessoas que posso, não tenho muito dinheiro, por isso tento dar o meu melhor. Tenho uma família agora no meu apartamento, havia uma organização humanitária que quase os empurrou de volta para a Turquia (ver *push-backs*, durante a pandemia por COVID-19<sup>97</sup>), a mãe teve um recém-nascido que ficou doente na rua por 9 dias, por causa do fumo do incêndio. Fomos à MSF, mas a criança estava muito doente, por isso trouxe-os todos para o meu apartamento e fomos ao hospital. A situação não era boa, para o bebé, tem que ficar no hospital nos próximos 10 dias. Vou arranjar algum dinheiro e ajudo-os com isso. Não é nada, um dia prometi a mim mesmo que ajudaria qualquer um que passasse pelo mesmo que passei. O que faço não é nada. Tudo aqui está a acontecer aqui é por causa das organizações. O incêndio começou por causa de uma organização. A situação é uma merda por causa de uma organização. As pessoas aqui aproveitam-se da nossa situação para angariar fundos. Há uma organização a falar de Jesus e da conversão. Isso também me aconteceu, quando cheguei ao centro de receção, começaram a falar de Jesus. A mim! Eu que enfrentei uma guerra no meu país, e só queria paz e sossego! Deem-me os meus papéis e deixem-me em paz! Mas eles nem sequer me deram um cobertor, pela maneira como eu lhes falava. Estas pessoas estão a enganar o meu povo, não posso ficar calado. Organizações aqui são máfias. Muitas vieram fotografar os incêndios e começaram imediatamente a angariar fundos, mas não usaram os seus carros para levar as pessoas ao hospital.” (Yaser, entrevista, outubro de 2020).

A entrevista com Yaser reflete como se foi complexificando o território humanitário na Grécia, fruto da insustentável imobilização de pessoas, em locais cada vez mais sobrelotados. Yaser reflete, ainda, sobre as difíceis relações entre solidários, agências humanitárias, autoridades governamentais e Europeias, descrevendo o contexto complexo e contraditório da Grécia, influenciado por constantes tensões e ambiguidades sociopolíticas.

---

<sup>97</sup> Várias agências humanitárias e grupos ativistas denunciaram, durante o verão de 2020, situações de *push-back* de migrantes e requerentes de asilo, da Grécia para a Turquia. Ver, por exemplo, o relatório do *The New Humanitarian*, de [em linha] 7 de outubro de 2020, [consult. 2 out. 2020]: <https://www.thenewhumanitarian.org/news-feature/2020/10/07/Greece-migrant-pushbacks-expulsion-Evros-Turkey>



### ***Caridade anarquista***

Em 2018, já durante o trabalho de terreno do doutoramento, conheci e entrevistei três jovens portugueses que tinham prestado solidariedade na Grécia, durante o verão de 2017. Os três estudantes universitários de 21, 23 e 25 anos, trabalharam em duas *okupas* geridas por coletivos anarquistas, no bairro de *Exarcheia*, em Atenas (conhecido pela forte presença e história dos movimentos anarquistas). Desde 2015, muitas *okupas* anarquistas dedicaram-se a acolher e a apoiar refugiados, oferecendo acolhimento, serviços sociais, escolas, apoio médico e jurídico, etc.

Jorge (nome fictício) contactou uma instituição do Porto que reunia donativos para ajudar refugiados na Grécia. Pediu para ser incluído nos seus projetos de solidariedade, no terreno e, já em Atenas, percebeu que esta instituição portuguesa afinal não estava diretamente envolvida, mas apenas fazia angariação de fundos, articulando a sua distribuição com um refugiado sírio, *gatekeeper* da comunidade local de refugiados. Jorge e os dois colegas voluntários que a ele se juntaram na Grécia, aperceberam-se que este *gatekeeper* geria uma *okupa* anarquista, onde residia com outros refugiados, e era aí que funcionava quer a distribuição dos donativos quer muitas outras iniciativas de apoio direto à comunidade. *“Quando ele descobriu que eu e os meus amigos vínhamos só para trabalhar, e não tínhamos dinheiro, ele parece ter ficado desiludido connosco”*, contou Jorge. Barak (nome fictício) foi percebido como “difícil” pelos três jovens portugueses, “por querer fazer tudo à sua maneira”, explicam. As expectativas dos jovens foram confrontadas com um cenário em que eles não eram vistos como tão “necessários” quanto imaginavam. Jorge confessa, em reflexão *“Eu também contribuí para que a nossa relação não fosse muito boa”*. Os jovens portugueses decidem, de qualquer forma, juntar-se ao grupo anarquista de Barak, passando a residir na sua *okupa*, e a integrar-se nas atividades quotidianas. Pela descrição, esta parece ter sido quase uma exigência dos próprios jovens, uma vez que tinham viajado para a Grécia com esse objetivo específico, e não queriam desistir do seu projeto de partida.

Na *2nd school* (a *okupa*) tinha havido um confronto recente, segundo Jorge, *“causado pelas interações entre os refugiados residentes e algumas raparigas gregas, no bairro de Exharcheia”*. Isto levou a que a *okupa* estivesse em “perigo de retaliação” e Barak tivesse que mudar-se imediatamente para a *5th school* (outra *okupa*), onde Jorge e os seus dois colegas permaneceram durante o resto do Verão, a trabalhar. Contam-me, durante as duas horas de entrevista, passadas num café de Lisboa, que o seu dia-a-dia na *okupa* se dividia entre algum tempo livre que ocupavam, de manhã, para passear em *Monasteraki*, no *Partenon* e outras zonas turísticas, e o trabalho. *“Brincávamos com as crianças”* (expressão que, acrescentam, era utilizada sarcasticamente por Barak) durante a tarde, e aos poucos *“fomos encontrando tarefas que eram importantes na casa...por exemplo, consertámos um lavatório e organizámos todo o armazém da roupa”*. A organização do armazém foi descrita pelos jovens como um enorme empreendimento, apenas possível com a ajuda de

outros voluntários, membros do coletivo anarquista. A Jorge *“fez-me confusão ver que os refugiados não ajudavam. Olhavam para nós a trabalhar, mas não se sentiam na obrigação de fazer o mesmo.”* Esta afirmação clarifica algumas das suas expectativas prévias, bem como as relações que foram reproduzidas com os refugiados, na okupa.

Jorge falou com orgulho do “reconhecimento” que sentiu ao terminar a arrumação do armazém. *“Uma das anarquistas, a mais bonita...ela até chorou”*. Jorge recorda que se sentiu “apreciado e feliz”, por ver que esta rapariga “tão distante” lhe demonstrou agradecimento e proximidade, após ver a “obra feita”. Por outro lado, Barak, contam os jovens, *“aproveitou para ir revolvendo o armazém, à sua maneira, e foi retirando as coisas que lhe interessavam”*. Esta independência, desconfiança e distância de Barak, parece ter tocado a suscetibilidade dos jovens, que esperavam *“maior gratidão e respeito”*.

Os jovens descrevem a organização e a rotina de trabalho na okupa como *“muito informal, não-estruturada, com grande liberdade para decidirmos por nós mesmos o que podemos fazer para ajudar”*.

*“Alguns voluntários passavam a maior parte do tempo fora da okupa, aproveitando o verão grego. Outros voluntários, como nós, comprometeram-se a trabalhar diariamente com as crianças refugiadas, garantindo-lhes uma rotina diária de atividades extracurriculares e jogos recreativos (...) deu para criar laços muito fortes com os refugiados, embora depois eles fossem quebrados, quando regressámos a Portugal. Mas ainda mantenho contacto com alguns deles, pelo Facebook”*. (Jorge, entrevista, abril de 2018).

Das pessoas que conheceu durante esta experiência, recorda sobretudo as crianças que gostavam dele, *“um miúdo de 8 anos ainda hoje me vai contando coisas sobre a sua vida, agora já está na Alemanha, mas vamos sempre falando”*. A relação com os jovens adolescentes *“era também mais fácil”*, conta Jorge, *“porque nos sentíamos mais próximos, e eles perguntavam-me coisas sobre mim”*. Nos momentos de socialidade da okupa, Jorge recorda que refugiados e voluntários *“iam juntos para a praça, e quando viam uma miúda de quem gostavam pediam-me conselhos sobre como aproximar-se delas”*. Jorge sentia-se bem neste papel e ia construindo relações afetivas a partir destes momentos de convívio. Pouco a pouco, Jorge foi-se dando conta de dificuldades mais profundas nas vidas dos refugiados. *“Os mais velhos já fumavam muito e bebiam litros de “monster” (uma bebida gaseificada muito açucarada, que ajuda a matar a fome), fumavam charros...era muito duro.”* Jorge considera que aprendeu muito com esta experiência, que o ajudou a perceber melhor a realidade e as dificuldades inerentes às pessoas em mobilidade na Europa. Hoje sente-se mais “consciente”, e mais inclinado a prestar ajuda de uma forma *“que não seja só aquela coisa da caridade”*.

Os movimentos anarquistas são uma parte importante da história da Grécia, e têm-se mantido ativos em todas as lutas de classe e de defesa dos direitos dos cidadãos e das minorias. A revolta estudantil de 1973 foi um dos eventos mais marcantes na história recente de Atenas, que transformou o espaço da Universidade

Politécnica num centro de protesto político nacional, que acabou por pôr fim à ditadura militar do Regime *dos Coronéis* (Barsan 2018). Os ativistas inspiraram-se na literatura anarquista clássica como Peter Kropotkin, Mikhail Bakunin e Murray Bookchin, durante a década de 80, para manter e estimular o movimento. No entanto, o anarquismo nunca chegou a fazer parte de um projeto ou programa político mais amplo, mantendo-se como uma cultura marginal, anticapitalista, associada sobretudo a jovens estudantes (Barsan 2018). Ainda assim, o movimento anarquista grego manteve-se sempre presente, na cidade de Atenas, e continua a ser parte ativa na vida política, em momentos-chave de contestação social. Por exemplo, em 2008, um jovem estudante foi morto num confronto com a polícia, no bairro de *Exarcheia*, e o evento provocou protestos tão avassaladores, que acabaram por mobilizar milhares de pessoas, numa revolta coletiva contra o governo.

Os anarquistas gregos estão também envolvidos em movimentos ecológicos, assumindo-se contra a privatização de praias e a destruição de parques naturais, reivindicando o direito de usufruto dos recursos naturais (Barsan 2018). A ocupação de edifícios abandonados de Atenas, para transformá-los em centros comunitários e alojamentos coletivos, tem sido uma prática recorrente, durante toda a crise económica grega e, desde 2015; tem sido utilizada para criar alojamentos alternativos para refugiados e migrantes. A segregação social, o aumento da pobreza e da gentrificação da cidade de Atenas foram alguns dos fatores que levaram ao aumento das *okupas* anarquistas nos últimos anos Barsan (2018). Os espaços ocupados constituem-se como lugares alternativos de pertença, gerando movimentos de solidariedade e de intercâmbio cultural (Barsan 2018). A ocupação é uma espécie de “*sanctuary-making*”, independente e espontâneo ou, como diz Vasudevan (2017), um “lugar de criação coletiva do mundo”.

Os jovens portugueses que eu entrevistei em Lisboa concluíram, meses após o regresso do seu trabalho solidário na Grécia, que estes modelos informais anarquistas têm vantagens, quando comparados com o trabalho humanitário convencional. Uma das vantagens reconhecidas foi o tipo de relação estabelecida com as pessoas em situação de mobilidade. Os jovens viam no ativismo anarquista uma relação não-hierárquica, horizontal, através da qual podiam “*tornar-se aliados e até amigos*” das pessoas refugiadas “*sem censuras*”. No entanto, também registaram algumas desvantagens, nomeadamente, “*a falta de estrutura e de organização*”, geradora de muitas incertezas e ambivalências. Uma vez que os grupos anarquistas contam com muito poucos voluntários engajados a longo prazo; a gestão das atividades diárias nas *okupas* estava dependente de voluntários *temporários*, situação que gerava muita instabilidade. “*O desajuste entre as nossas capacidades e as necessidades reais dos refugiados, tornava-nos pouco eficazes, e isso era frustrante*”.

Os voluntários portugueses tentaram adaptar-se a este contexto imprevisível, onde se sentiam forçados a tomar decisões importantes, sem muita experiência anterior. Para somar a estas dificuldades humanas de

convivialidade e coordenação complexa, muitas *okupas* em Atenas são constantemente perseguidas, e mesmo atacadas por grupos fascistas. Por exemplo, algumas *okupas* foram atacadas com *cocktails molotov*, que destruíram grande parte dos armazéns onde guardavam os donativos de roupa, comida e outros itens essenciais à sobrevivência dos refugiados ali alojados<sup>98</sup>. Constantemente em risco e sob vigilância, as *okupas* tornavam-se espaços fluidos, transitórios, com necessidade constante de se reinventarem e reerguerem, noutros locais. Ora, estas condições eram difíceis de conciliar com as expectativas de estabilidade e de “decent life” que traziam os voluntários temporários, e muitas das pessoas em situação de mobilidade.



Figura 10. Foto de entrada de okupa, Atenas, Grécia, setembro de 2018. Créditos: Martha Arnaoutoglou<sup>99</sup>

### 3.3. E DEPOIS DA GRÉCIA? DUAS VIDAS TRANSFORMADAS

#### **Sienna**

Nunca cheguei a conhecer Sienna (nome fictício) em pessoa, embora tenhamos quase coincidido, em outubro de 2020, em Lisboa; mas mantemos uma relação informal virtual há dois anos, conversando regularmente sobre os processos de solidariedade informal com pessoas em mobilidade na Europa. Sienna tem 52 anos, é italiana, e nasceu numa zona rural pobre, de onde saiu como imigrante, aos 18 anos.

“A minha ideia de felicidade era sair daquela aldeia e encontrar a minha independência económica, fora da Itália, numa dessas corporações multinacionais, que me permitissem viajar e conhecer o mundo. E tornou-se realidade! Consegui fazer isso mesmo. O problema de conseguir aquilo que se deseja, é que depois não é assim tão fantástico como imaginávamos. Quanto mais independente me tornava, mais compreendia o valor essencial da liberdade de movimento. Mas a minha relação com o dinheiro mudou muito, quando percebi o tamanho das desigualdades estruturais, no mundo. Senti que tinha que fazer alguma coisa, mas não sabia bem o quê” (Sienna, entrevista, julho de 2018).

<sup>98</sup> Vídeo realizado pela *Unicorn Riot*, na *okupa Notara 26*, mostra bem algumas destas circunstâncias [em linha], disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OLgLIetE4xQ> [consult.12 ag. 2018]

<sup>99</sup> Direitos da imagem cedidos para publicação nesta tese

Sienna contextualiza, assim, a sua motivação inicial para uma “mudança radical de vida”, que teve início em 2015. Ela estava a trabalhar em Zurique, aquando da designada “crise de refugiados”, que lhe despoletou uma “vontade de intervir”, que “não sabe bem explicar”. Considera que um dos grandes motores da sua motivação, que a fez decidir implicar-se, nas vidas dos refugiados, adveio de um “choque moral” anterior, que tinha sentido depois de ler a história publicada pelo jornalista italiano Giovanni Maria Bellu, “Os Fantasmas de Portopalo.”<sup>100</sup>

“Viajei sempre muito, por causa do meu trabalho, estive a viver no Reino Unido, na África do Sul, no Japão, na Alemanha, na Holanda, em Itália e, de há 15 anos para cá, estou na Suíça. Sou uma imigrante económica também, isso é claro! Este evento de Portopalo fez-me sentir muito hipócrita. Senti que o sistema neoliberal tem padrões duplos, que me deram um privilégio injusto. Eu também nasci pobre, numa pequena aldeia, e a minha família dizia-me que precisava de ganhar dinheiro, para ter uma boa vida. Sei que tive muita sorte, e perguntei-me se a merecia. Considero-me, não uma boa pessoa, mas uma pessoa extremamente racional, por exemplo, acredito profundamente, de maneira não emotiva, mas lógica, na declaração dos direitos humanos. Portanto, ou alinho com isso a 100%, ou sou uma hipócrita! Não posso ficar a metade do caminho. Não me parece certo! Foi este o raciocínio, que me levou a mudar de vida” (Sienna, entrevista, setembro de 2018).

A motivação para a solidariedade, nas palavras de Sienna, prendeu-se com esta *desagregação moral*, fruto de uma profunda reflexão existencial, que a fez transformar a forma de *estar-no-mundo*, para reduzir a dissonância percebida, entre os seus valores e as suas práticas. Sienna ficou tão fascinada com a história do pescador e do jornalista de *Portopalo*, que decidiu visitar, fisicamente, aquele local. Esteve, durante umas férias, em Lampedusa, onde conheceu as associações locais, de apoio a migrantes e refugiados, e escreveu um artigo sobre essa experiência. Ficou com a sensação de que, metade dos habitantes da ilha, “*não tinham o mínimo interesse em apoiar migrantes*”, “pelo contrário, estavam irritados com a situação, ao ver a sua ilha transformar-se, de um paraíso pitoresco e turístico, num centro de migrantes”.

“Voltei ao trabalho, e comecei a ter pesadelos, só a pensar nisto tudo. Conheci algumas pessoas que trabalhavam na *Sea Watch* (organização que faz missões de busca e salvamento no mar Mediterrâneo), que me contaram que o maior mercado de escravos do mundo estava a decorrer, na Líbia. Estas coisas eram conhecidas, mas eram mantidas em silêncio. Depois de me informar, e de saber tudo isto, como

---

<sup>100</sup> Na véspera de Natal de 1996, um pescador da pequena vila piscatória de Portopalo resgata um naufrago do mar, um rapaz Tamil. Nos dias seguintes, o mar começou a devolver partes de cadáveres e outros vestígios do naufrágio, mas os pescadores fizeram um pacto de silêncio, entre eles, sobre a situação, para evitar consequências económicas e políticas, que afetassem a sua atividade piscatória. Um único pescador, Salvatore Lupo, decidiu quebrar o silêncio, contando toda a história a Giovanni Maria Bellu, um jornalista, que investigou a situação, e arranjou financiamento próprio para realizar as buscas do “barco fantasma”, acabando por encontrá-lo, anos depois, comprovando a sua existência e resgatando a dignidade de Salvatore, ostracizado pela sua comunidade como “delator”.

poderia trabalhar, como se não soubesse estas coisas? Mas também sabia que voltar a Lampedusa não seria muito útil...não vi grande hipótese de criar impacto, por lá. Comecei a informar-me também sobre Melilla: eu não sabia nada sobre isso, antes de 2015, era tão ignorante...Descobri toda a situação de Melilla, num festival sobre migração, através de um documentário que um jornalista fez com os migrantes que viviam do outro lado” (Sienna, entrevista, setembro de 2018).

Sienna relata a sua imersão no território da solidariedade como uma série de “choques morais”, que se foram adensando e quase “forçando” uma transformação pessoal. Mais do que “ajudar” refugiados e migrantes, Sienna começou a procurar formas de “criar impacto político”, dando-se conta da enormidade do problema. Se até aqui a sua reflexão era racional, abstrata e distanciada, depois de ter a experiência concreta “dos encontros”, no terreno, Sienna começa a sentir-se implicada, de uma forma pessoal e afetiva.

“Em dezembro de 2015, resolvi tirar um mês de férias, e fui para a Grécia, para apoiar os refugiados que lá estavam, no que podia. Inicialmente fiz o que toda a gente estava a fazer, na rota balcânica, entrei em contacto com algumas associações de solidariedade e ajudei-as...quando cheguei ao terreno, havia serviços específicos para as pessoas que estavam ainda em movimento. Demorei algum tempo a descobrir como ajudar, foi um pouco confuso...primeiro pensei que, se entrasse num autocarro, estaria a roubar lugar a um requerente de asilo...ainda não sabia bem aquilo que ajudava e aquilo que poderia prejudicar ou causar mais dano que benefício. Viajei para a Macedónia do Norte e depois cheguei a *Idomeni*, deparando-me com diferentes realidades, entre as pessoas que conheci, mas todos os encontros me chocaram muito. Vi coisas terríveis a acontecer quando estive lá...os abusos, a desumanidade, as dificuldades para se moverem de um local a outro...quando voltei ao trabalho, os meus sonhos eram muito perturbados, estava sempre “na Grécia” (Sienna, entrevista, setembro 2018).

Este primeiro momento de imersão no terreno, foi experimentado como “caótico” e confuso, fazendo com que Sienna se sentisse completamente perdida, sem saber ainda o que fazer, nem como posicionar-se. Só quando se distanciou, de novo, começou a processar todas as emoções vividas, voltando a criar um “plano” para regressar ao terreno. Desta vez, decidiu ir para Lesbos, onde contactou com algumas associações humanitárias, para poder ajudar de forma pragmática. No entanto, o contacto com a realidade humanitária, colocou Sienna perante o clássico dilema moral mencionado por Fassin (2010; 2012); isto é, a intersubjetividade contraditória do encontro humanitário. Sienna iniciou, a partir desse momento, um percurso de “diferenciação” da sua forma de fazer solidariedade, animado pelas suas reflexões morais e éticas, bem como pela sua relação interpessoal com os refugiados que conheceu na ilha. Aqui começou, efetivamente, o seu verdadeiro *ato de cidadania*, uma ação disruptiva, pensada a partir de uma reflexão moral e ética, e de um posicionamento político, face aos “outros”.

“Colaborei com algumas associações e vi o trabalho das instituições humanitárias, vi os erros claros do ACNUR no terreno. Aquilo era um poder horrível, que nos fazia dizer que sim a algumas pessoas e dizer que não a outras. Sim, a estes podemos dar cobertores e sapatos, mas àqueles não, que não vêm do país certo. Isto foi chocante. Não era a pessoa certa para fazer esse trabalho. Uma vez disseram-me que não podia distribuir papel higiénico, porque não era a altura certa do dia. Eu não conseguia lidar com

aquilo, não conseguia encarar esta gente. Conheci um advogado de direitos humanos, um cidadão privado, um senhor grego, que queria reunir provas para processar o Governo no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. Ele era uma pessoa conhecida no meio, tinham-me falado sobre os seus processos anteriores. Esse advogado precisava de alguém que estivesse no terreno, para fotografar as instalações e as violações graves, dos padrões humanitários. Na altura, decidi que esta era uma tarefa que eu me sentia bem a fazer, e para a qual tinha competência. Posso falar, posso escrever bem. Mas, sempre que entrevistava uma pessoa, concluía que ela não podia ficar lá, naquelas condições. E foi assim que conheci a minha família síria. Tornei-me sua amiga, e eles eram meus amigos, mesmo. Só que eles estavam naquele campo, e eu tinha de fazer alguma coisa, para os tirar dali. A minha perspetiva mudou quando estabeleci estas relações de amizade, de igual para igual, deixou de ser só um dever moral, agora estávamos a falar dos meus amigos, que dormiam no chão enquanto eu tinha uma vida confortável, isto era completamente intolerável! Viajei mais vezes para a Grécia, mas agora era por eles, não queria participar nas instituições, que eram coniventes com as autoridades”. (Sienna, entrevista, 2019).

Não querendo estabelecer limites, entre si própria e as pessoas que conheceu, Sienna envolveu-se pessoalmente, nas vidas dos refugiados que foi conhecendo, formando vínculos e tornando-os na “sua família alargada”. O investimento emocional, colocado nestas relações de solidariedade horizontal, contrastava com os privilégios de Sienna perante estas pessoas, numa posição de profunda desvantagem política e económica. Sienna tornou-se a sua “provedora” passando a sentir “o peso da responsabilidade” para com as suas vidas, situação que a levou à rotura emocional e a graves dificuldades financeiras.

“Comecei por alugar casas, na Grécia, primeiro alguns apartamentos, apenas, aquilo que podia, com o meu dinheiro. Mas, a certa altura, alojei uma família inteira, de 25 pessoas, nestas casas. Eu sentia-me responsável por todas elas, porque elas dependiam completamente de mim, para tudo, para todas as contas. A minha personalidade como mulher solteira, livre e independente, foi, de repente, confrontada com estes laços familiares de dependência, com esta nova obrigação de provedora, que tinha que alimentar 25 bocas. E, claro, ao mesmo tempo, comecei a ter problemas no trabalho. Faltava muito e não fazia as minhas tarefas com a mesma diligência e compromisso. Mas nem pensar em despedir-me, ou mudar de trabalho agora, porque eu era responsável por estas 25 pessoas, e tornei-me a provedora desta família. Agora, mais do que nunca, precisava de dinheiro”. (Sienna, entrevista, janeiro 2019).

Esta escalada, no compromisso assumido com a sua “família adotada”, começou a fazer-se sentir como um “peso”, por Sienna, que não tinha medido bem as consequências das suas ações. No fogo da ação solidária, movida pelo impulso emocional e moral das suas convicções éticas e políticas, Sienna sentiu-se “desmoronar”.

“Tive um esgotamento nervoso, nesse ano, e a minha situação no trabalho piorou mesmo muito. Esperei que a minha família fosse transferida da Grécia, e aí libertar-me-ia da minha responsabilidade. Tratei-os mesmo como iguais, como a minha família, até esse ponto. E acho que isto foi um paradigma completamente diferente, de que era possível outro tipo de ajuda solidária, mais justa. A assimetria de poderes desaparece quando tratamos as pessoas como iguais, mas claro, a assimetria das nossas vidas permanecia. Recebi muitas críticas de amigos meus, e conhecidos, por fazer isto. Muitas pessoas disseram-me que estava louca. Mas hoje posso olhar-me ao espelho e sentir-me um pouco mais *moralmente adequada*. Não podia fazer todas mudanças que queria fazer, mas fiz tudo o que podia, para ajudar aquela família de 25 pessoas. Quando toda a minha família seguiu em frente, no final de

2017, recuperei o controlo das minhas finanças; na altura os gastos já tinham sido muito complicados para mim, e tive que pedir ajuda económica aos meus amigos, o que foi um pouco humilhante.” (Sienna, entrevista, janeiro de 2019).

Sienna foi forçada a colocar limites, quando se sentiu pessoalmente afetada, quer na sua própria saúde mental, quer na sua vida profissional e social. Colocada perante a frustração dos seus limites, e com as disparidades socioeconómicas e estruturais dos refugiados, renegociou internamente a sua perspetiva moral: *“agora já posso olhar para o espelho e sentir-me mais moralmente adequada...não mudei o mundo mas consegui fazer tudo o que podia, por estas 25 pessoas”*.

A diferença de estatutos e privilégios, entre solidários brancos, europeus e pessoas racializadas, desprovidas de estatuto, e colocadas perante a violência das fronteiras; coloca inevitáveis dilemas éticos e morais nestas relações de solidariedade aparentemente “horizontais”. Perante a violência estrutural do regime europeu de fronteiras, Sienna viu-se obrigada a “ceder” à força das circunstâncias, conformando-se com a solidariedade que lhe era possível, no momento em que lhe foi possível. A sua interpretação da ação política encetada, ajudou-a a transformar a anterior sensação de impotência e hipocrisia, que a trouxeram à Grécia.

Poderia ter sido uma ação isolada de *“voluntourism”*, como tantas outras a que assisti, durante a minha estadia na Grécia mas, efetivamente, a continuidade da relação com Sienna, fez-me ver que a sua transformação pessoal se continuou, nos anos seguintes. Em 2019, Sienna tinha abandonado o seu emprego, e mudou-se para uma cidade mais pequena, no cantão italiano da Suíça. A sua vida quotidiana era, agora, dedicada ao mundo artístico. Sienna escrevia e patrocinava artistas migrantes e refugiados, do Iraque e da Síria, em vários projetos de *storytelling* e em exposições fotográficas e de pintura. Entre o extremo da sua existência prévia, como beneficiária direta de uma sociedade capitalista neoliberal, e o extremo da sua bancarrota e esgotamento nervoso, em 2017; Sienna parecia agora ter encontrado um equilíbrio, neste exercício de *downshifting* e participação comunitária.

### **Ilda**

“Hallo Dora! I think I write you a letter, trying to answer better to some of your questions! I was born in the Italian part of Switzerland, I am now 77 years old. I had a good childhood. I learned several languages and worked at the Swiss Italian Television, as secretary. When I was 34, travelling through South America, I met a Swiss German medical student, and two years later I moved to Zürich to marry him. We had a very happy marriage and had three daughters. My wish was always to do something so that the world would be a bit better, I did not know what and how as I had no social qualification (was not a nurse, not a teacher) and my self-confidence was very little! So, in 1977 in Zurich, at least, I joined a group of Amnesty International, my job was to write model letters in several languages to be sent to



places where women are in danger or in prison. In these over 40 years, this became a sort of “my identity” (Ilda, *email*, março de 2019).

Estas linhas de Ilda, uma voluntária suíça, que conheci através da Sienna, são um relato pessoal da sua história “antes da Grécia”, num sumário de correio eletrónico. Tentámos, antes, fazer uma entrevista por *Skype* mas, dadas as suas limitações na língua inglesa, e as minhas em alemão, fomos intermediando vários emails, com traduções feitas por um amigo bilingue. Ilda e Sienna conheceram-se na mesma ilha, na Grécia, quando ambas estiveram a trabalhar com refugiados, durante o ano de 2016. Ilda explica que foi para Lesbos porque “queria fazer alguma coisa importante, numa etapa da sua vida em que se sentia sozinha e sem propósito”.

“So I packed a suitcase and flew to Lesbos. It was a huge “gift” that life gave me! It saved me! I did not do anything heroic, I sorted clothes and shoes and distributed them on the shore when the rubber boats came at night from Turkey, I cleaned beaches, picked up rubbish and collected jackets. We saw and heard sad and tragic things, but I was there, I could give them dry socks, I could take them into my arms, I could cry with them, relieved because they had survived; sometimes I really peeled potatoes (!) ... it was ..“marvellous“. They were so *thankful!* And it was so good to work with other people (volunteers) that *shared my ideals!* It *brought me recognition, self-confidence, new friendships*” (Ilda, *email*, março de 2019).

Ilda iniciou a sua atividade solidária neste gesto de *voluntourism*, através das suas redes informais, juntando-se a outros voluntários que reuniram donativos, na Suíça, para fazer distribuição de roupa em Lesbos. A sua perceção sobre o sentido da solidariedade é de caridade e de reciprocidade (ressalta a “dádiva”; e a “gratidão dos refugiados”), mas também ressalta a oportunidade de *reconstrução de um sentimento de pertença* (“*working with people that shared my ideals brought me recognition, self-confidence, new friendships*”).

O que eu achei interessante, na história de Ilda, foi a forma como esta experiência “clássica”, de caridade e voluntariado, levou esta senhora de 77 anos, a refletir sobre aspetos políticos e morais que lhe eram totalmente alheios, até então. Pouco tempo depois da sua chegada à Grécia, Ilda juntou-se a uma pequena associação informal que, com donativos privados, alugou três casas, para alojar refugiados que ficaram imobilizados, depois do encerramento das fronteiras gregas. “*We opened two centers for people that were stuck in Greece, first in Thessaloniki, then in Lesbos, a women’s house for refugee women, and this Spring in Samos, another, for refugee families*”.

Este trabalho de Ilda, transformou completamente a sua vida. A sua implicação num projeto mais amplo, de solidariedade e ativismo com refugiados, sobretudo com mulheres, reforçou a sua autoestima, e a coragem para libertar-se de uma relação conjugal em que se sentia oprimida, como mulher.

“I asked him for divorce and moved to the Italian part of Switzerland (Lugano)...I felt liberated! This was exactly what I needed to do, in my life! Here I am much more happier, I do voluntary work for migrants that are living here, and I continue to help the Syrian refugees in Greece, and some of them are now living in Switzerland. I now organize and take part in demonstrations to support migrants to have their papers, and I continue my work as an activist, for human rights, at Amnesty International. I am often asked to give conferences, or to write in newspapers, so I use that opportunity, too” (Ilda, entrevista, março de 2019).

Ilda e Sienna são dois exemplos emblemáticos de como atos pragmáticos de voluntariado, podem transformar profundamente as pessoas, as suas convicções éticas e políticas, e as suas vidas pessoais e íntimas. No caso de Sienna, houve uma reflexão prévia, de natureza existencial, política e moral, que tornou a sua vida desconfortável, e a fez buscar, no voluntariado, uma maior satisfação pessoal e bem-estar psicológico. A experiência intersubjetiva dos encontros solidários foi, no entanto, emocionalmente desgastante, tendo destronando as suas expectativas idealistas, de *impactar o mundo*. No entanto, foi esta mesma experiência que a ajudou a encontrar uma resposta mais “moderada”, às suas inquietações, e a fazer a transformação pessoal de que necessitava.

No caso de Ilda, a necessidade começou por ser pessoal, de transcender a sua vida quotidiana, isolada e aborrecida, presa a uma relação em que já não era feliz. Poder “ampliar o mundo”, participando numa causa “maior”, fê-la revisitar aquilo que era, realmente, importante, sentindo o reconhecimento e a força da participação ativa, na sociedade. A sua motivação inicial, de caridade, foi satisfeita através dos atos de solidariedade pragmática, mas, a partir daí, a experiência intersubjetiva dos encontros com as mulheres refugiadas, tocaram profundamente a Ilda. Não transformou, apenas, a sua vida pessoal e íntima, através do divórcio e da mudança de cidade, como transformou a sua forma de *atuar a cidadania*, participando em manifestações, escrevendo e falando em público, sobre a situação política dos migrantes.

## CAPÍTULO 4

### “PORTUGAL ACOLHEDOR”. A CONSTRUÇÃO DO EXCECIONALISMO PORTUGUÊS

#### 4.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO ASILO EM PORTUGAL



#### CASOS DE SUCESSO NA INCLUSÃO DE REFUGIADOS EM PORTUGAL

Figura 11. Notícias Revista Visão, Jornal Diário de Notícias e TVI<sup>101</sup>

Portugal assinou a Convenção de Genebra em 1960, ainda durante o período da ditadura, e aderiu ao Protocolo das Nações Unidas<sup>102</sup> em 1976, já depois de reinstaurada a democracia, e iniciado o processo de descolonização. Passaram-se seis anos, até que Portugal formalizasse a sua primeira lei nacional de asilo, em 1982 (Gomes de Sousa 1999). Uma década depois, já dentro da Comunidade Económica Europeia e do espaço

<sup>101</sup> Disponível na página [em linha] da Revista Visão [consult. 4 nov. 2020]: <https://visao.sapo.pt/atualidade/mundo/2015-06-12-portugal-e-o-segundo-melhor-pais-a-acolher-imigrantesf822443/>; na página do Diário de Notícias, em: <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/05-set-2019/portugal-acolheu-mais-de-2100-refugiados-desde-2015-11254304.html>; e na página da TVI, [consult. 4 nov. 2020]: <https://tvi.iol.pt/vocenatv/videos/casos-de-sucesso-na-inclusao-de-refugiados-em-portugal/5c6409e70cf2b67a55a596cf?featuredImageSize=1024&getPomLastBuildSeconds=1.72&listImageSize=480&min=&contextPath=%2Fvocenatv%2F>

<sup>102</sup> O Protocolo de 1967 foi elaborado pelas Nações Unidas com vista ao alargamento da concessão de estatuto de refugiado (com os critérios previstos na Convenção de Genebra de 1951) a qualquer pessoa no mundo, sem limites geográficos. Atualmente há 147 signatários (ACNUR 2019).

Schengen, em 1993, Portugal foi forçado a harmonizar a legislação sobre o asilo com os regulamentos Europeus, que impunham restrições de acesso ao estatuto de refugiado e de proteção subsidiária (Gomes de Sousa 1999).

Em 1998, foi feita nova atualização da lei de asilo (Lei nº 15/98, de 26 de março), regulando a proteção temporária por razões humanitárias, aplicável a vítimas de guerra e conflitos armados (Gomes de Sousa 1999). Também nesta atualização de 1998, se determinou que o Conselho Português para os Refugiados (CPR) passaria a desempenhar um papel consultivo (em parceria com o SEF), junto do Governo, simultaneamente prestando apoio aos requerentes de asilo. Em 2008, foi revista e atualizada a Lei de Asilo (Lei nº 27/2008, de 30 de junho), expandindo-se agora a proteção internacional a novas “figuras jurídicas”; os requerentes de asilo menores e *menores não-acompanhados*, e os *refugiados reinstalados* (Santinho 2011), todas elas definidas pelo ACNUR.

Em 2014, a Lei n.º 26/2014, de 5 de maio (SEF 2019) adicionou à legislação nacional as diretivas Europeias associadas à Convenção de Dublin, incluindo a criação do sistema EURODAC, que permitia a comparação das impressões digitais dos requerentes de asilo e os critérios e mecanismos de determinação do Estado-Membro responsável pela análise de cada pedido de proteção internacional. Durante muitos anos, o número de requerentes de asilo em Portugal manteve-se, quase sempre, residual (CPR 2017; Santinho 2011). Na verdade, entre 1975 e 2015 (um período de 40 anos), Portugal recebeu um total de 17.769 pedidos de asilo, concedendo estatuto de refugiado a apenas 1.605 destas pessoas (Costa e Gomes de Sousa 2017).

O interesse das ciências sociais pela questão dos refugiados em Portugal foi também quase nulo, até à designada “crise de refugiados” de 2015. Nos repositórios das universidades, consegue localizar-se uma monografia de 1996 (Costa 1996) e uma tese de mestrado de 1999 (Gomes de Sousa 1999), ambas realizadas na Universidade Aberta de Lisboa, explorando a evolução do asilo em Portugal e os percursos de integração de refugiados em território nacional. Cristina Santinho (2011), apresentou a primeira tese de doutoramento em antropologia a debruçar-se a fundo sobre as questões do asilo, realizando o seu trabalho de campo junto da comunidade de refugiados, requerentes de asilo e profissionais das instituições de acolhimento e da área da saúde. Seguiram-se algumas teses de mestrado pontuais, relacionadas com o tema da integração (por exemplo Santos 2012) e, a partir de 2016, multiplicaram-se as investigações sobre o tema, quer de mestrado, quer de doutoramento, bem como a diversidade das questões abordadas. Este interesse renovado, terá certamente relação com o aumento da chegada de refugiados ao território nacional, e com a visibilidade que tem sido dada à designada “crise de refugiados” na Europa. Antes de 2015, a maioria dos portugueses desconhecia sequer a existência de refugiados no país (Santinho 2011; 2013; Costa e Sousa 2017; Vacchiano 2015a; 2015b; 2018; 2019), pelo que a mediação e o contato direto com os recém-chegados, terão

proporcionado um aumento da sua sensibilização sobre a situação, e uma consequente mobilização, quer da sociedade civil, quer dos investigadores.

Dos 25,9 milhões de refugiados no mundo em 2018, apenas 2,5 milhões (12,2%) estavam em países da União Europeia e, desses, Portugal acolheu cerca de 2 mil, ou seja, 0,1% do total dos refugiados da UE (OM 2020). Entre 2015 e 2019 foram recebidos, no total, 7.369 pedidos de proteção internacional, de acordo com os dados do OM (2020). Estatisticamente, Portugal aumentou consideravelmente o número de refugiados recebidos nos últimos anos, tendo chegado ao número máximo (até à data) de 2.136 pessoas, em 2018 (OM 2016; 2017; 2018; 2019; 2020). Os números desceram ligeiramente em 2019, passando para 1820 pessoas (OM 2020) e, em 2020, não havendo ainda dados definitivos, poderá prever-se um novo decréscimo, devido à pandemia por Covid-19.

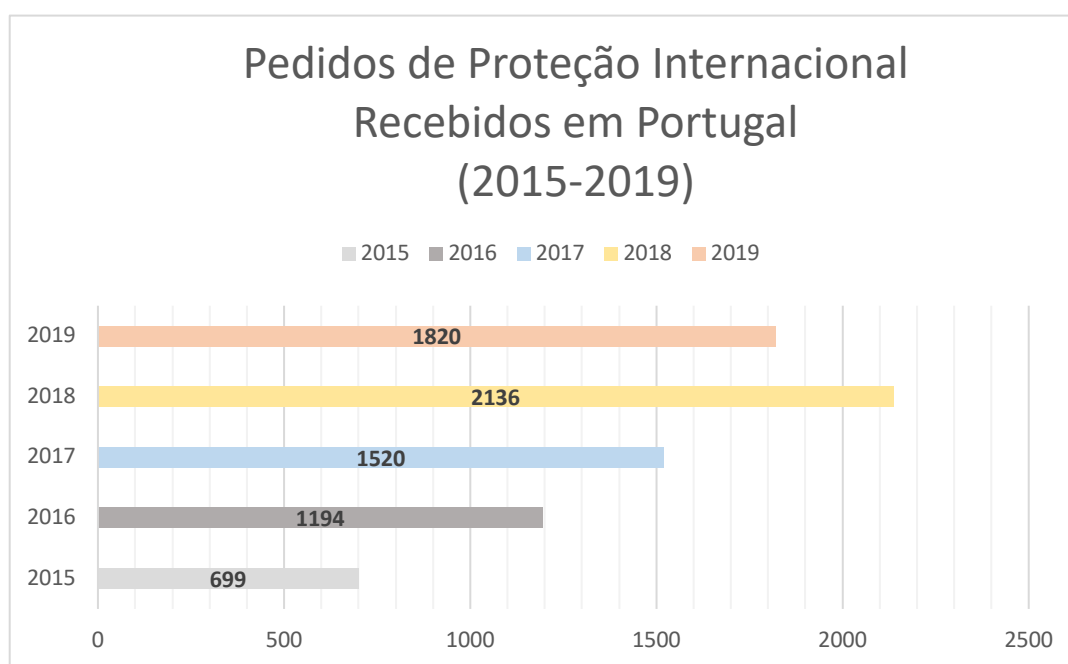


Figura 12. Gráfico nº refugiados recebidos em Portugal 2015-2019. Fonte: OM (2020)

Durante este período de quatro anos, os pedidos de proteção internacional em Portugal foram divididos entre as seguintes categorias: (1) *pedidos espontâneos*; (2) requerentes de asilo *recolocados*; (3) refugiados *reinstalados* (ao abrigo de acordos bilaterais com a Turquia e com o Egito); e (4) *recolocação ad hoc* de refugiados resgatados por barcos humanitários, a partir de Itália e Malta (OM 2020). No caso da reinstalação, o estatuto de refugiado é reconhecido pelo ACNUR, antes da chegada das pessoas ao território nacional. Em contrapartida, os requerentes de asilo *recolocados* chegam ao território nacional com o estatuto de *requerentes de proteção internacional*, sendo o seu processo instruído em território português, pelo SEF (OM

2016; 2017; 2018; 2018; 2019; 2020). Em maio de 2015, a Comissão Europeia apresentou a *Agenda Europeia para as Migrações*, definindo as primeiras propostas de *recolocação* de requerentes de asilo, a partir da Grécia e da Itália; bem como as regras de *reinstalação* de refugiados, inicialmente a partir da Turquia (OM 2016; 2017; 2018; 2019).

A “Agenda Europeia para as Migrações”, apesar da sua natureza amplamente dissuasiva (Vacchiano 2015), estabeleceu uma medida específica de solidariedade, entre países da UE, destinada à recolocação de 40.000 requerentes de asilo no território (Vacchiano 2015b). A resposta portuguesa à solicitação de “solidariedade europeia” (“*to share the burden*”, foi o apelo literal, de acordo com a CE, 2015) foi política e socialmente positiva (Vacchiano 2018). Quer a posição do Estado, quer a opinião pública em Portugal, contrastaram claramente com a de outros Estados-Membros, como a Hungria, a Polónia, a República Checa ou a Bulgária, que demonstraram, desde o início, grande hostilidade face à admissão de refugiados nos seus territórios. Segundo o Inquérito Social Europeu (ESS), relativo ao grau de abertura da população aos refugiados, Portugal distinguiu-se como um dos países cuja população mais concordava com a admissão de refugiados em território nacional, em 2015 (41%); caindo apenas ligeiramente (35%) nos anos seguintes (ESS 2016; OM 2018).

Se olharmos para a avaliação global do programa de recolocação, este foi, assumidamente, um fracasso<sup>103</sup>. Catherine Woollard, Secretária Geral do Conselho Europeu para Refugiados e Exilados (ECRE), atribuiu este fracasso Europeu à falta de solidariedade entre alguns países da EU, argumentando que “*uma situação desafiadora, mas perfeitamente administrável, se tornou uma crise*” (ECRE, 2017).

Após o período de recolocação estipulado pela Comissão Europeia (de 2015 a 2018), a “meta” de transferência de 160.000 refugiados foi cumprida em menos de um terço (Veshi 2020a). Portugal comprometeu-se a receber 2.951 requerentes de asilo (OM 2018; 2019; 2020) tendo, efetivamente, aceite 1.550 pessoas; isto é, 52% das recolocações previstas (OM 2016; 2017; 2018; 2019; 2020). Relativamente à reinstalação, Portugal cumpriu 71% do compromisso assumido com o ACNUR e com a Turquia, recebendo 142 das 200 pessoas previstas (OM 2020).

Esta participação de Portugal, um país pequeno e marginal na UE, nestes acordos de *recolocação* e de *reinstalação* de pessoas refugiadas, foi narrada como uma resposta política positiva, simbólica do *excepcionalismo português*. Embora o reconhecimento europeu e o interesse económico (todos estes programas eram financiados) pudessem ter tido algum peso na motivação implícita de Portugal para este

---

<sup>103</sup> Ver, por exemplo, esta publicação na página de notícias do Parlamento Europeu, de 16 de maio de 2017 disponível [em linha]: <https://www.europarl.europa.eu/news/en/headlines/society/20170515STO74806/eu-refugee-crisis-relocation-is-our-shared-moral-duty> [consult. 2 de dez. 2020]

acolhimento (Vacchiano 2018), verificou-se uma genuína onda de solidariedade e participação cívica, que facilitaram a adoção destas medidas políticas. Portugal foi capaz de manter uma disposição política positiva (ainda que sempre modesta), nos últimos cinco anos, face às solicitações de redistribuição de refugiados da UE, e de recolocação *ad-hoc* de migrantes resgatados por barcos humanitários (OM 2020). Durante a pandemia por Covid-19, Portugal disponibilizou-se a receber até 500 menores não acompanhados, oriundos de campos de refugiados na Grécia e, em Setembro de 2020, após o fogo que destruiu Mória, disponibilizou-se para receber até 100 menores.<sup>104</sup>

### **Desgovernança partilhada: O acolhimento português aos refugiados.**

Em 2015, organizou-se uma das respostas mais expressiva ao acolhimento de refugiados em território nacional, partindo da solidariedade demonstrada pela sociedade civil: a criação da PAR – Plataforma de Apoio aos Refugiados. A PAR congrega diversas associações, instituições e voluntários da sociedade civil, em parceria com as principais instituições responsáveis pelo acolhimento (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras- SEF; Conselho Português para os Refugiados – CPR; Alto Comissariado para as Migrações - ACM e Serviço Jesuíta aos Refugiados – JRS, entidade coordenadora da plataforma).

O objetivo inicial da PAR era a coordenação e articulação interinstitucional de uma resposta solidária espontânea, a nível nacional, organizando-a sob a forma de um programa concertado de receção e acolhimento aos refugiados. Face à urgência estabelecida pelas instituições europeias, *“mais de 350 organizações portuguesas decidiram cooperar, para dar resposta às necessidades dos refugiados, dentro de portas, na Europa e nos países mais afetados por esta crise humanitária mundial<sup>105</sup>”*. A narrativa que legitimou este modelo nacional de receção e acolhimento aos refugiados, centrou-se na ideia de *governança partilhada* (Van Heffen et al. 2000), isto é, na redistribuição das pessoas recém-chegadas por zonas de menor densidade populacional, evitando que se concentrem nos centros urbanos (Vacchiano 2015b; 2016; 2018).

---

<sup>104</sup> Segundo nota publicada pelo Governo de Portugal a 11 de setembro de 2020, disponível [em linha], [https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/comunicado?i=governo-disponivel-para-acolher-pessoas-do-campo-de-refugiados-de-moria&fbclid=IwAR1a6XSxjz58\\_APxTgptJsmUaQIMRy2j8EAHzCT47tCBZUOtabYKbE0fck](https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/comunicado?i=governo-disponivel-para-acolher-pessoas-do-campo-de-refugiados-de-moria&fbclid=IwAR1a6XSxjz58_APxTgptJsmUaQIMRy2j8EAHzCT47tCBZUOtabYKbE0fck) [consult. 3 out. 2020].

<sup>105</sup> Segundo nota partilhada na página da PAR, [em linha]: <https://www.refugiados.pt/refugiados/refugiadosemportugal/> [consult. 3 set. 2019]

#### Como ajudar

Quem quer ajudar ou saber mais sobre o projecto pode consultar o [www.refugiados.pt](http://www.refugiados.pt) (que acaba de ser criado e poderá ainda sofrer alterações). Qualquer instituição pode oferecer-se para organizar o acolhimento de uma família, assegurando a rede de apoios locais para garantir alojamento, alimentação e tudo o mais. E as pessoas individualmente podem envolver-se “na organização do acolhimento de uma família, através de uma instituição” a que estejam ligadas. Mais: serão necessários professores de português.

Em breve será ainda criada um linha de recolha de fundos para outro projecto, o PAR Linha da Frente, que irá apoiar os refugiados e deslocados da Síria, Líbano, Jordânia ou Turquia, através de organizações que estão no terreno (seja nos países de origem ou nos países vizinhos).

Figura 13. Apelo publicado pela PAR no Jornal Público, 4 setembro 2015. Fonte: Jornal Público<sup>106</sup>

Os refugiados recolocados e reinstalados, que chegaram a Portugal depois de 2015, ficaram sob a tutela do Alto Comissariado para as Migrações (ACM), e do Instituto de Segurança Social (ISS), sendo o seu acolhimento protocolado com instituições parceiras, prestando-lhes financiamento público e acompanhamento<sup>107</sup> (OM 206; 2017; 2018; 2019; 2020). Foi estipulado, pelo Governo Português, um limite temporal de 18 meses, para este acompanhamento institucional, definindo-se com cada pessoa um “plano de integração”, durante este período. O modelo de acolhimento nacional designou-se de *Plano Nacional para o Acolhimento e Integração de Pessoas Refugiadas* (OM 2016) e enquadra várias dimensões da integração social, nomeadamente: (1) acesso à alimentação; (2) acesso à habitação; (3) acesso a cuidados de saúde; (4) acesso à educação; (5) aprendizagem de português; (6) acesso a formação, reconhecimento, validação e certificação de competências; (7) acesso ao mercado de trabalho; (8) acesso aos serviços da comunidade; (9) acesso à informação e ao apoio jurídico; e (10) interpretação e tradução de documentos (OM 2016; 2017; 2018; 2019; 2020).

O processo de acolhimento e integração de refugiados teve presente as características individuais de cada pessoa/agregado familiar, e as especificidades das localidades com disponibilidade de acolhimento. Este foi um processo de extrema importância, que teve, como objetivo, potenciar a integração e autonomização dos requerentes de proteção internacional (ACM 2017, p.13).

<sup>106</sup> Jornal Público [em linha]: <https://www.publico.pt/2015/09/04/sociedade/noticia/nasceu-a-plataforma-de-apoio-aos-refugiados-e-sabina-deu-a-cara-por-ela-1706862> [consult. 3 dez. 2020].

<sup>107</sup> O Programa de Recolocação financiado a partir dos apoios financeiros previstos nos artigos 10º da Decisão (UE) 2015/1523, 14 Setembro e Decisão (UE) 2015/1601, 22 Setembro, bem como no artigo 18.o do Regulamento (UE) n.o 516/2014, que visam cobrir os 18 meses de acolhimento e integração inicial dos cidadãos refugiados recolocados, num montante de 6.000€/pessoa, é objeto de protocolo celebrado entre o SEF e as entidades de acolhimento deste montante, conforme definido pelo GTAEM, parte é entregue, mensalmente, pela entidade de acolhimento, sobre forma de *pocket money* a cada pessoa (ACM 2017, p.30)



Constituindo-se como um mecanismo de controlo interno das mobilidades (as instituições governamentais decidem a localização, de acordo com um mecanismo que designaram de *matching*<sup>108</sup>), este plano nacional não só determinava onde é que os refugiados iriam residir, como, muitas vezes os forçava a permanecer em zonas rurais, sem acesso a quaisquer dos serviços previstos, acima mencionados. Na sua narrativa oficial, o ACM (2017) apresentava este modelo como detentor de uma série de vantagens:

Institucional: ao privilegiar o acolhimento por instituições, em detrimento do acolhimento por particulares; Descentralizado: ao valorizar o potencial do acolhimento também em territórios de média e baixa densidade; Em consórcio: ao mobilizar consórcios locais de instituições que, em conjunto, assegurariam os vários requisitos necessários para a plena integração dos refugiados; Integrado: ao considerar todos os itens contemplados para uma plena integração (alojamento, alimentação, emprego, educação, saúde e língua portuguesa); Autónomo: ao apresentar soluções que permitiriam a gradual autonomia das pessoas refugiadas, designadamente as soluções de alojamento que assentassem em soluções de pequena escala” (ACM 2017, p.13).

Nas narrativas dos refugiados, que fui recolhendo ao longo do meu trabalho de campo, esta dispersão geográfica colocava-os, muitas vezes, numa situação de isolamento e de invisibilidade. Não existindo mecanismos institucionais consistentes, entre os vários locais de acolhimento, os refugiados ficavam dependentes da “boa sorte”, nas palavras de um dos meus interlocutores. Se houvesse “boa vontade” e flexibilidade, por parte dos técnicos e das associações responsáveis pelo acolhimento, a experiência podia correr bem. Dependendo da natureza da relação estabelecida, da formação dos técnicos e dos recursos existentes nas localidades, encontravam-se formas de solidariedade mais ou menos eficientes. Caso contrário, surgiam situações muito complicadas.

“Há uma aldeia onde estão colocados 9 jovens Somalis e Eritreus, que fica a 70 km da cidade mais próxima. Um dos jovens telefonou-me porque teve de novo um problema de saúde, e já era de noite. Primeiro liguei ao técnico da associação, eram umas 8 da noite. O técnico levou o rapaz ao hospital, e deixou-o lá, sozinho. Ele foi atendido às 2 da manhã. Quando terminou, ligou de novo ao técnico, mas ele disse-lhe, por telefone, que deveria esperar até às 9h, para voltar à aldeia no autocarro” (observação participante, UREP, outubro de 2018).

Esta observação de terreno, dá conta de uma das consequências mais comuns, da dispersão geográfica em zonas rurais remotas. Neste caso, um refugiado que se encontrava doente, numa zona rural, foi obrigado a aguardar a sua vez, sozinho, num hospital, e depois a aguardar por um autocarro, para regressar à sua aldeia de residência, apenas na manhã seguinte.

---

<sup>108</sup> De acordo com o ACM (2017, p. 13) o *matching* é “fazer corresponder ao perfil do refugiado recolocado a entidade de acolhimento mais adequada, dando todo o apoio necessário às instituições de acolhimento, durante o processo de integração (...) coube ao SEF e ao ACM, I.P. gerir o *matching*”.

Na cidade de Lisboa, foi definido um *Plano Municipal de Integração de Migrantes*, e foi inaugurado um *Centro de Acolhimento Temporário para Refugiados (CATR)*, gerido pelo JRS. Tendo iniciado o meu trabalho de campo “oficial” em Lisboa, em 2017, tive a oportunidade de observar as transformações e interconexões criadas entre refugiados e os vários atores implicados no seu acolhimento, ao longo de 3 anos. Através da participação em eventos e conferências, para além da observação participante em espaços de solidariedade (ver ANEXO B), fui observando as trocas solidárias entre os atores informais envolvidos e as “grandes instituições” do Estado; ou seja, o SEF, o Instituto de Segurança Social/Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e o ACM.

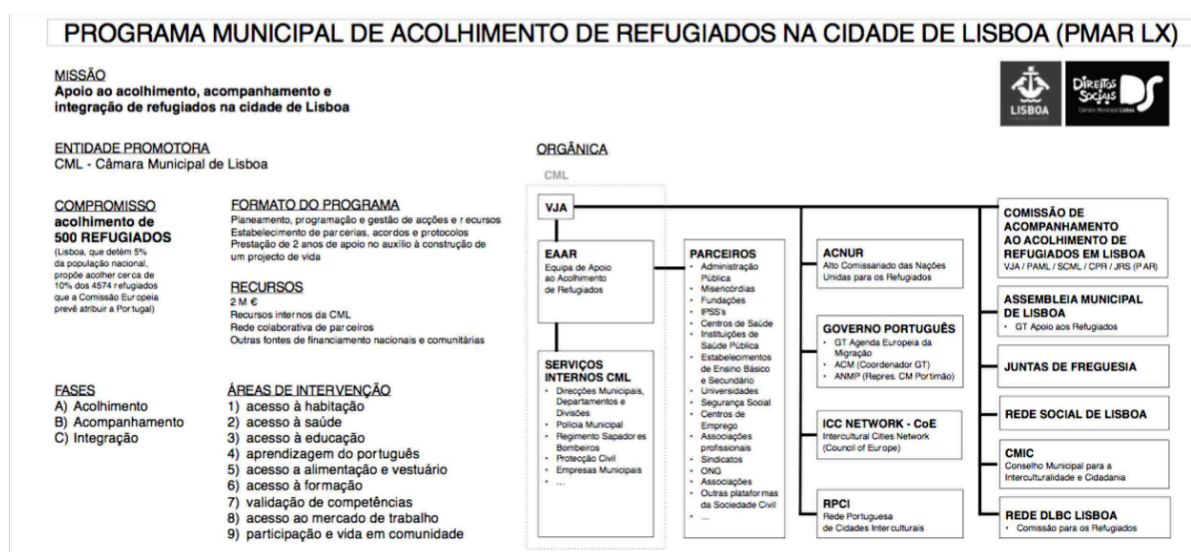


Figura 14. Primeiro Plano Municipal de Acolhimento em Lisboa. Fonte: ACM 2017

Não recordo nenhum refugiado, em Portugal, que não tivesse, em algum momento, experimentado dificuldades na sua relação com as instituições de acolhimento inicial. A partir das iniciativas de solidariedade informal, torna-se claro o efeito do fenómeno apontado por Pries (2018) como “desresponsabilização organizada”. Parece haver uma espécie de ineficiência estratégica, nos programas de acolhimento aos refugiados e requerentes de asilo, com um profundo efeito dissuasor e excludente. A aliança concertada entre distintos poderes (Estado, ONG, associações da sociedade civil), ao invés de gerar processos de diálogo e de harmonização estratégica, tal como descrevem os relatórios de avaliação (ACM 2017), parece funcionar como uma instrumentalização da agenda política do Estado, isto é, o controlo e a dominação sobre as mobilidades.

Senão, atentemos no número de refugiados que permanece em Portugal, após a sua admissão inicial, que já em si é reveladora das dificuldades *não-mencionadas* nos relatórios de avaliação oficiais (OM 2016, 2017; 2018; 2019; 2020). Em 2017, de acordo com o CPR, a União das Misericórdias Portuguesas e a PAR (Dias

Cordeiro 2017<sup>109</sup>), saíram 728 pessoas do país, de um total de 1511 (48%<sup>110</sup>); sendo as razões invocadas por estas instituições, a *procura de melhores condições de vida*, a *procura de trabalho mais bem-remunerado*, a *reunificação familiar* ou o *apoio de amigos e parentes* (Dias Cordeiro 2017; OM 2018). Os relatórios de avaliação publicados pelo ACM (OM 2018; 2019; 2020) atribuem aos próprios refugiados, algumas das falhas relativas à sua não-integração, nomeadamente, a sua falta de “motivação”:

Três áreas se destacam como críticas nas apreciações mais finas para determinar a capacidade de autonomia dos beneficiários do programa de acolhimento: empregabilidade (um pouco mais de metade dos refugiados conclui o programa de acolhimento sem emprego e sem mostrar motivação para efetuar procura ativa de emprego), domínio da língua portuguesa (41,3% conclui o programa sem falar ou entender a língua portuguesa e 34,3% conclui com fraco domínio da língua) e habitação (56% conclui o programa de acolhimento sem habitação assegurada). Em consequência, entre 2017 e 2019, cerca de dois terços das pessoas (65,6%) que concluíram o programa de acolhimento, saíram do *phasing out* com encaminhamento para apoios sociais do ISS ou da SCML, tendo apenas 34,4% sido consideradas autónomas para prosseguir a sua vida em Portugal (OM 2020, p.221).

Quer nas narrativas recolhidas ao longo do meu trabalho de terreno, quer em investigações prévias (Santinho 2011; Santinho 2015; 2017; Ribeiro 2017; Vacchiano 2016; 2018; 2019), esta perspetiva institucional não se coaduna com a dos refugiados. Os meus interlocutores identificaram as *condições precárias* e a *falta de apoio institucional*, sentidos em Portugal, como fatores-chave, na sua decisão de saída do território nacional. Durante os 18 meses estipulados pelo Estado para “a integração”, existem várias barreiras e dificuldades de acesso aos direitos básicos, garantidos “no papel”. Segundo um representante da União de Refugiados em Portugal (UREP):

“As famílias recolocadas, primeiro, e agora as reinstaladas, ficam confusas com este sistema. Há famílias que ficam 12 meses num centro de acolhimento, com mais dez ou doze famílias. Durante esse tempo, não acontece nada, não aprendem a língua, não conhecem a comunidade, não arranjam trabalho. Passados 18 meses, acaba-se o dinheiro dado à instituição, e dizem-lhes que têm que sair, assim, sem mais nem menos, de um dia para o outro, sem nenhuma condições (observação participante, UREP, 13 novembro de 2018).

---

<sup>109</sup> Artigo publicado no Jornal Público, a 16 de outubro de 2017, disponível [em linha]: <https://www.publico.pt/2017/10/16/sociedade/noticia/mais-de-metade-dos-1500-refugiados-que-chegaram-ja-deixou-portugal-1788767> [consult. 1 julho 2019]

<sup>110</sup> Nos relatórios oficiais são mencionados 45% (ACM 2017)

## 350 refugiados têm de regressar a Portugal

10.09.2017 às 8h00



FOTO TIAGO MIRANDA

Fugiram de Portugal 798 dos 1419 migrantes recolocados. Cerca de 40% foram detetados mas desapareceram



RAQUEL MOLEIRO

**R**etomados. O nome lembra os portugueses que regressaram forçados das ex-colónias no pós-25 de Abril. Mais de 40 anos depois há um novo grupo, menor, bem menor, com designação idêntica. O sentido é o mesmo e a contrariedade também. São refugiados, acolhidos em Portugal no âmbito do mecanismo de recolocação da UE, mas que não ficaram por cá. Fugiram para a Alemanha, França, Bélgica, Holanda e Reino Unido. Ao encontrados em situação irregular, são agora obrigados a voltar para Portugal, onde têm a proteção internacional. “Até ao momento foram detetados noutros Estados-membros cerca de 350 requerentes e estes países solicitaram a Portugal a retoma a cargo dos mesmos. Portugal aceitou”, revela ao Expresso o Ministério da Administração Interna (MAI).

Figura 15. Notícia publicada no Jornal Expresso, 10 setembro 2017<sup>111</sup>

Os refugiados que decidem sair de Portugal, poderão ser forçados a regressar, sob a condição jurídica de *retomados* (retoma a cargo, de acordo com Lei 27/2009<sup>112</sup> e o regulamento de Dublin). Uma família de refugiados, da Síria recebeu uma notificação de despejo, após a conclusão dos 18 meses contratualizados com a instituição de acolhimento. Fugindo à humilhação da desocupação forçada da sua casa, e não desejando manter-se sob dependência do apoio social do ISS, a família resolveu tentar encontrar trabalho em França, onde tinha uma rede de conhecidos que a podia alojar, temporariamente. Os serviços de imigração franceses identificaram-nos, através do sistema EURODAC, e tomaram conhecimento do seu estatuto de proteção subsidiária, em Portugal, notificando-os de que teriam que regressar, imediatamente. Nada de surpreendente, ao nível dos processos legislativos europeus, cujos mecanismos de reprodução de fronteiras internas, como já vimos, procuram impedir os designados “movimentos secundários”, entre países. Mas, o significado intersubjetivo desta decisão, do ponto de vista humano, foi avassalador. O pai, Hassan, telefonou a um representante da UREP, em Lisboa, a pedir ajuda, e perguntou-lhe, em desespero: “*O que vamos fazer*

<sup>111</sup> Jornal Expresso, 10 setembro 2017 [em linha]: <https://expresso.pt/sociedade/2017-09-10-350-refugiados-tem-de-regressar-a-Portugal> [consult. 12 set. 2019]

<sup>112</sup> Ver Lei 27/2009, publicada pelo SEF [em linha]: <https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/74901078/201804260554/73313315/diplomaPaginacao/diploma/1> [consult. 30 nov. de 2020]

*para aí? Se foram eles que não nos deram condições para viver, porque temos que voltar?”* Quem se move no território da solidariedade informal contacta regularmente com este tipo de experiências e vivências intersubjetivas, percebendo muitas inconsistências nos relatórios oficiais sobre o acolhimento a refugiados em Portugal.

Proponho, então, um exercício. Ao longo do trabalho de campo, fui reunindo narrativas, eventos e reflexões, partilhadas com os interlocutores que colaboraram comigo. Para melhor contrastar as narrativas oficiais do acolhimento a refugiados em Portugal, com as perspetivas dos próprios, vamos desconstruir alguns dos mitos que parecem perdurar, no próximo subcapítulo.

#### **4.2. OS 6 MITOS DO ACOLHIMENTO A REFUGIADOS EM PORTUGAL**

*Mito 1: O modelo nacional de acolhimento a refugiados em Portugal tem sido um êxito.*

Não obstante as limitações e a complexidade inerentes a um processo desta natureza, acrescida da relativa inexistência de experiência similar no nosso país, após o processo de consulta às entidades de acolhimento e aos técnicos locais, os resultados (...) são francamente positivos (...) Num balanço global (...) Portugal pode orgulhar-se de ter estado, mais uma vez, do lado certo da História (ACM 2017, p.43).

No que se refere ao posicionamento político, seja a nível institucional, seja da sociedade civil; a abertura aos refugiados reúne consenso, mesmo com o assomar da extrema-direita, nos últimos anos. Denota-se um aumento de comentários negativos, nas redes sociais, alguns ataques xenófobos pontuais (por exemplo, a vandalização das paredes do CAR, em Junho e em Novembro de 2020<sup>113</sup>) mas, quando contrastados com outros países Europeus (por exemplo, a Alemanha a Suécia, ou a Polónia, segundo Heidenreich et al. 2019), estes eventos são pouco significativos.

No entanto, nas vidas quotidianas dos requerentes de asilo e dos refugiados em Portugal, os mesmos problemas, conhecidos e reportados ao longo dos últimos cinco anos (Santinho 2011; 2013; Ribeiro 2017; Vacchiano 2018), mantêm-se imutáveis. Em primeiro lugar, assinala-se uma *“resposta globalmente lenta, excessivamente burocrática e pouco articulada entre serviços”* (Relatório do Fórum Refúgio 2019<sup>114</sup>). A demora nas decisões do SEF, sobre a admissibilidade dos pedidos de proteção internacional, os atrasos na renovação das autorizações de residência e na atribuição do NISS, são alguns exemplos. Por outro lado, a impossibilidade de pedir o reagrupamento familiar sem a concessão do estatuto de refugiado (que pode tardar até dois anos), limita a adaptação e o bem-estar psicossocial dos indivíduos e das famílias residentes.

---

<sup>113</sup> Ver nota de repúdio emitida pelo CPR, disponível [em linha]: <https://cpr.pt/nota-de-repudio-do-cpr-aos-atos-de-vandalismo-no-centro-de-acolhimento-para-refugiados/> [consult. 1 de dez. 2020]

<sup>114</sup> Documento não-publicado, apresentado no ANEXO C

Somados a estes aspetos burocráticos, são mencionadas diversas barreiras e “esperas” diárias (Kobelinsky 2010), no acesso a serviços fundamentais.

Os meus interlocutores no terreno consideram que os danos provocados pelas constantes ineficiências e barreiras de acesso aos serviços essenciais, não têm sido analisados, em termos dos seus custos. Viver numa situação ambivalente e indefinida de “limbo social”, durante um período de tempo incerto, experimentado subjetivamente como “lento e doloroso”, acarreta consequências inevitáveis, aos níveis intrapsíquico e social. Não nos esqueçamos que a estes processos de espera se associam múltiplas condições anteriores, de controlo e imobilização (fuga, permanência em campos de refugiados, imobilização em centros de detenção, travessia de fronteiras, etc.). Uma das expressões que mais ouvi, nos espaços informais das associações de refugiados, era “*Estou cansado de esperar. Em Portugal é tudo espera, espera, espera.*” Para Badiou (2008), este efeito de “espera”, provocado por longos e burocráticos processos institucionais, encoraja o autogoverno, a informalidade e a mobilidade, como formas de recuperação do controlo sobre os recursos.

Por contraste, nas narrativas oficiais de avaliação do programa de acolhimento (ACM 2017), são atribuídas as lacunas do modelo nacional de acolhimento a fatores intrapessoais, sociais e circunstanciais, culpabilizando-se os refugiados pelas suas expetativas, pelos seus incumprimentos, e pela baixa literacia/habilitações académicas:

(...)Elevadas expetativas das pessoas refugiadas (na comparação do modelo português com outros); Inexistência de penalizações para requerentes que não cumprem regras do programa ou que não querem permanecer com entidades de acolhimento; Dificuldade de contacto, ausência de resposta e morosidade no processo de regularização documental por parte do SEF; Turmas de PPT com limite mínimo de participantes muito elevado, com baixo número de ações por ano e não adaptadas à realidade dos refugiados; Baixa literacia e fracas habilitações de alguns requerentes, associado a dificuldade na confirmação das habilitações académicas dos requerentes (ACM 2017, p. 35).

O modelo de acolhimento nacional determina que papéis se espera que os refugiados e requerentes de asilo assumam na sociedade, e de que maneira são “integráveis” (Vacchiano 2018), constituindo-se, neste sentido, como um projeto de “imobilização”. Um mecanismo frequente, citado nas narrativas apresentadas pelos refugiados, é a utilização de uma espécie de “pedagogia dos pobres”, que Francesco Vacchiano (2018, p. 109) define como uma forma subjetiva de paternalismo, muitas vezes implementada através de “punições didáticas”. Nos planos de integração de 18 meses, são definidos um conjunto de *obrigações* e *deveres*, como a “obrigação” de aprender português, ou o “dever” de fazer os possíveis para encontrar trabalho e alojamento. A efetividade deste programa é medida, segundo o ACM (2020) pela “capacidade de autonomia dos beneficiários do programa de acolhimento: empregabilidade, domínio da língua portuguesa e habitação” (OM 2020, p.16). Ao referir, no relatório de avaliação, que “grande parte dos refugiados concluíram o *phasing out* sem ter emprego e *sem mostrar motivação para efetuar procura ativa de emprego*” (OM 2020, p. 16,

sublinhado meu), o Estado desresponsabiliza-se da sua parte do contrato, e constitui a figura do refugiado como um indivíduo “desmotivado” ou “preguiçoso”. Esta responsabilização dos próprios refugiados, pela sua “autoexclusão” social, por *falta de motivação* ou *pouca autonomia*, reflete uma tentativa de “adestramento” institucional, tal como proposto por Foucault (1977).

São os “refugiados-categoria” que “falham”, por se recusarem a “cabem” no plano único e rígido do Estado, cumprindo as medidas impostas pelas instituições, e esta “falha” legitima a negligência ou castigo dos “maus” refugiados e a elevação e mediatização dos “bons”. Durante o meu trabalho de terreno, encontrei diversas evidências deste mecanismo de diferenciação. Os refugiados que se deslocam diariamente às associações informais, para pedir ajuda, apresentam uma falta objetiva de recursos, no seu dia-a-dia. Problemas típicos, que testemunhei, durante o trabalho de campo, foram a escassez de bens de necessidade imediata (comida, roupa, fraldas, mobiliário e equipamento), e de apoio económico e técnico. Testemunhei situações de punição, como o corte nas comunicações (técnicos que se recusam a atender o telefone a determinados refugiados), chantagens em torno do apoio social (ameaças de corte ou de interrupção do apoio, por parte dos técnicos, ou ameaças de despejo); situações que empurraram alguns refugiados para condições de grande indignidade. Também foram mencionadas dificuldades na comunicação com técnicos e com os serviços de apoio à integração, situações já mencionadas por outros investigadores (Santinho 2017; Ribeiro 2017). A (des)coordenação entre as instituições responsáveis pelo acolhimento e integração, parece estar na base de muitas destas lacunas; a par da falta de articulação e de acompanhamento eficaz, holístico, por parte das instituições (Santinho 2011, 2017; Ribeiro 2017). Muitos dos refugiados que recorreram às associações, durante o meu trabalho de campo, mencionaram sentir uma grande “humilhação”, ao ver afetada a sua autonomia, a sua autossuficiência e o controlo sobre as suas próprias vidas.

A discrepância entre as narrativas institucionais (uma sociedade acolhedora e aberta, com boas práticas e excelentes políticas públicas, cujos problemas sistémicos são interpretados como “dificuldades dos próprios refugiados”), e as narrativas dos refugiados (vidas precárias, sensação de rejeição, humilhação e barreiras constantes, que levam à expulsão), pode explicar-se pela imaginação equivocada do refugiado como um sujeito “carenciado” (Vacchiano 2018, p. 109). O discurso institucional sobre o acolhimento a refugiados transforma-o num “ato de generosidade e benevolência filantrópica” (Vacchiano 2018), tornando esta narrativa “a ordem nacional das coisas” (Malkki 1995; cf. Vacchiano 2018, p. 108). Face a esta crença nacional coletiva, reproduzida pelas narrativas e práticas de inclusão subordinada, aquilo que se espera do refugiado é a gratidão e o reconhecimento da ajuda prestada pelo Estado (Vacchiano 2018). Esta dinâmica tem gerado um fenómeno nacional de “porta giratória” das mobilidades, no qual o abandono do país é comum; uma excessiva dependência das instituições, e uma retórica persistente de “boas práticas”, baseada numa

narrativa nacional de “boa vontade” (Vacchiano 2018). Na prática, o modelo nacional configura um projeto consciente de imobilização, que força as pessoas em situação de mobilidade a submeter-se a uma existência precária e subalternizada (Santinho 2011; Ribeiro 2017; Vacchiano 2018;). Os limites do modelo de integração e acolhimento, traçam uma hierarquia clara entre aquela que é a cidadania possível, para um refugiado em Portugal, e as diferenças simbólicas que esta contém, da cidadania dos cidadãos nativos.

Emran (nome fictício), um refugiado da Turquia que entrevistei em 2018, disse-me “*agora já me sinto bem em Portugal, e aprecio a tranquilidade e a simpatia das pessoas*”; mas “*tive muitas, muitas, muitas dificuldades, quando cheguei*”. Falámos por *Skype*, porque Emran foi deslocado pelo ISS para Braga, onde teve que retomar todo o seu processo de readaptação ao país. Na nossa primeira conversa, Emran falou dentro de um carro, para que ninguém pudesse escutá-lo, “*prefiro assim, é mais seguro*”.

“Quando apresentei o meu pedido de asilo ao SEF, ninguém me explicou nada. Só me disseram que tinha que aguardar. Aguardar como? Eu não sabia nada, nem os meus direitos. Primeiro tentei trabalhar, usei o meu dinheiro, todas as minhas poupanças, mas com tanta coisa para gerir ao mesmo tempo, não aguentei a pressão, essa experiência correu muito mal...muito, muito mal...eu fiquei muito mal de saúde, e também psicologicamente. Senti-me tão arrasado.” (Emran, entrevista, julho de 2018).

Emran considera que os serviços institucionais em Portugal, pela sua falta de coordenação, e pela lentidão das burocracias, contribuíram para agravar o seu estado de saúde mental. Ainda assim, assinala uma distinção clara entre a sua situação (e a da sua família) da de outros refugiados, seus vizinhos, “*sobretudo aqueles para quem a cultura é completamente nova*”. Emran preocupa-se muito com as pessoas oriundas do médio oriente, que são muçulmanas. Pergunto-lhe porquê, e o que é que o preocupa mais.

“É que aqui não há grande conhecimento sobre comida *halal*, sobre religião, sobre hábitos culturais... e as pessoas dizem-me...sentem-se com medo de interagir, ficam muito entre elas, sem conseguir conviver. Passam muitas necessidades, muitas. A minha mulher, por exemplo, ela usa o *hijab*. Na primeira vez que ela foi levar o nosso filho à escola, as pessoas não disseram nada diretamente, mas, sabes...é aquela forma como te olham...é curiosidade, eu sei, depois tudo aquilo foi ultrapassado, e as pessoas agora são muito simpáticas, mas...não foi nada fácil...e depois a língua, é outro fator de exclusão e isolamento. O problema é a aceitação da nossa cultura, dos nossos valores, dos nossos códigos e dos nossos hábitos. Ficamos sozinhos, a passar dificuldades, e ninguém sabe o que passamos” (Emran, entrevista, julho de 2018).

Durante toda a entrevista, Emran hesitou em “falar mal” das instituições portuguesas. Frisou, por várias vezes, que “se sentia muito agradecido a Portugal”, “que não o levasse a mal” pelas suas palavras. As suas experiências com os técnicos do SEF, em particular, causaram-lhe um enorme desconforto, mas também o medo de ser identificado e de ser punido, de alguma forma. No seu país de origem, era um “funcionário público revoltado contra o Governo”, e isso custou-lhe a liberdade. Até encontrar membros da sociedade civil, que o fizeram sentir em segurança, “*bem acolhido e respeitado*”; Emran vivia sobressaltado com a hipótese das autoridades portuguesas o classificarem como “ameaçador”, e o deportarem de volta para a Turquia.



“Durante um jantar na Associação Comparte, voltei a ver a família de Raíd, que estava a viver no CATR de Lisboa. Raíd queixa-se de que vivem todos (uma família de 4) no mesmo quarto, desde que chegaram do Egito, através do programa de reinstalação do ACNUR. “Não há privacidade, nem dignidade. Somos um casal com filhos adolescentes, como vamos ter uma vida normal, todos juntos no mesmo quarto?”, pergunta Raíd. Havia um ambiente tenso entre os refugiados com quem conversei durante o jantar; diziam-me que as suas expectativas iniciais no país, foram completamente frustradas. Ali disse-me que está à espera da sua reunificação familiar há quase dois anos, “não sei o que mais posso fazer, a minha vida está destruída, e a minha família não está segura, eu preciso deles comigo para estar bem, não sei o que vou fazer se tiver que esperar ainda mais. Isto destrói-me por dentro”. Hamza contou-me que está muito zangado e repetiu muitas vezes “odeio Portugal”. Hamza aguarda, desde 2017, uma decisão sobre o seu pedido de asilo. “Era melhor que me matassem de uma vez, mas não, estão a matar-me aos poucos...this is Portugal...” (observação participante, Associação Comparte, janeiro de 2019, nomes fictícios).

Estes excertos de diálogos, obtidos durante uma observação participante, no meu trabalho de campo, ilustram diferentes formas de *violência lenta* (Nixon 2014). Este conceito articula-se com a violência estrutural descrita por Paul Farmer (2005), mas é um processo de sofrimento mais subtil (Nixon 2014). A violência lenta traduz-se no processo a partir do qual, pessoas em situação de subalternização veem o seu sofrimento passar despercebido e indetetável, por representantes institucionais. As dificuldades de acesso às necessidades quotidianas, como a comida, a roupa, os cuidados de saúde, os meios de subsistência ou a educação, devido a barreiras subtis como a língua, a burocracia e a discriminação, são exemplos desta violência. Emran, Raíd, Ali e Hamza relataram-me diferentes formas *do sentir* dessa violência na pele. Emran racionalizou as suas dificuldades iniciais com o SEF como *problemas burocráticos*, separando-os do acolhimento percebido, junto do conjunto da sociedade portuguesa, que considera tranquila e agradável. Já para Hamza, os problemas burocráticos e a relação com as instituições impregnaram toda a sua experiência intersubjetiva, expressando diretamente “odeio Portugal”.

Em evidente contraste, nas narrativas e relatórios oficiais sobre a integração de refugiados em Portugal, são evidenciados e sublinhados os “casos de sucesso”. São apresentadas pessoas que encontraram trabalho, que se declaram publicamente satisfeitas, com a comunidade de acolhimento, e que manifestam a sua *gratidão* ao país e às instituições de acolhimento (ACM 2017, p. 41-42). As pessoas que ouvi, em espaços informais, fora do controlo institucional, ao longo de 3 anos de trabalho de campo, contaram-me histórias alternativas, de subalternização, dificuldades graves na procura de trabalho, abusos laborais, pouca valorização das suas qualificações e experiências profissionais prévias, precariedade, isolamento social e barreiras de acesso a serviços consagrados na lei. Todas estas observações e reflexões, a partir do terreno, confirmadas pelos meus interlocutores nas associações de refugiados, me levam a concluir que o modelo de acolhimento aos refugiados em Portugal é, de um modo geral, desadequado e, em alguns casos, profundamente indigno e negligente.

*MITO 2: Os refugiados não querem estar em Portugal, preferem outros países da Europa.*

No que se refere aos movimentos secundários, Portugal não foi, para alguns requerentes, a primeira escolha aquando da transferência a partir dos países de trânsito (Grécia e Itália). A este fator acresce a circunstância das três principais nacionalidades transferidas para Portugal (Síria, Iraque e Eritreia) não terem comunidades prévias, instaladas no nosso país, o que levantou dificuldades ao nível da aprendizagem da língua e da adaptação cultural, fatores que ajudam a perceber que 45% das pessoas recolocadas em Portugal estejam ausentes do país (ACM 2017, p.43).

Numa reportagem feita pelo Jornal Diário de Notícias (DN), a 11 de dezembro de 2016<sup>115</sup>, a jornalista Paula Luz, escreveu a história de um jovem sírio, recolocado, que foi alojado na localidade “Senhor da Serra”, uma aldeia próxima de Miranda do Corvo, através da PAR. “Tive muitos problemas na integração”, contava o jovem, que acabou por se juntar a alguns amigos, residentes na Holanda. “Puseram-nos no Senhor da Serra para nos controlar”, disse à jornalista, queixando-se de “falta de respeito”. “Gozam connosco e com a nossa situação na Síria”. Um dos alojados na aldeia de Senhor da Serra, a dez quilómetros do centro da vila de Miranda do Corvo, cuja mulher estava grávida, chegou a dormir à porta da GNR da vila, em protesto. “A população é simpática e respeita-nos, o nosso problema é com a instituição”, dizia ao DN outro dos refugiados, que também acabou por sair de Portugal. Do grupo de 20 pessoas alojadas nesta localidade, restavam apenas 12 refugiados, em Agosto de 2016, poucos meses após a sua recolocação. Em 2018, a mesma Fundação anunciava na sua página de internet que “acolhia dez novos refugiados, desta vez exclusivamente cristãos-ortodoxos<sup>116</sup>”.

A 12 de novembro de 2018, através do Jornal Público, foi divulgado que três famílias Sírias, apoiadas pela mesma instituição, ficaram sem água e sem luz, por falta de pagamento. Confrontado pelos jornalistas, o presidente da Fundação explicou que, “de acordo com as regras, cada família deve autonomizar-se e passar a pagar renda de casa, água, eletricidade e todas as suas despesas”. Disse ainda que “terminou o prazo e as três famílias *recusaram-se a sair*” (Jornal Público, 11 de dezembro de 2018<sup>117</sup>, sublinhado meu). Estas famílias de refugiados, residentes em Senhor da Serra, haviam antes contactado a associação de refugiados UREP, pedindo ajuda, e explicando que a instituição de acolhimento lhes cobrava uma renda de 340 euros, por cada apartamento T3, incomportável com o rendimento auferido através do ISS. As famílias tinham crianças pequenas, e a situação foi agravada pelo fato de estarem, nessa altura, em pleno Inverno. As famílias não

---

<sup>115</sup> Luz, Paula, Diário de Notícias, 11 de dezembro de 2016, disponível [em linha]: <https://www.dn.pt/portugal/porque-fogem-os-refugiados-de-portugal-5545524.html> [consult. 12 set 2019]

<sup>116</sup> Associação ADFP, [em linha]: <https://www.adfp.pt/noticias/fundacao-adfpacolherefugiados-cristaos> [consult. 12 set. 2019]

<sup>117</sup> Jornal Público (Fonte: Agência Lusa), 12 de novembro de 2018, disponível [em linha]: <https://www.publico.pt/2018/11/12/sociedade/noticia/refugiados-sirios-agua-eletricidade-miranda-corvo-nao-pagarem-renda-casa-1850862> [consult. 12 set. 2019]

diziam que *não queriam sair da casa*, simplesmente não conseguiam arrendar um apartamento de forma autónoma, porque não encontravam trabalho, para cobrir as despesas. Para além disso, as famílias viram os seus cursos de português interrompidos, pelo que nunca conseguiram desenvolver as competências linguísticas (cujo acesso estava contratualizado com o Estado, através do seu plano de integração).

Outra questão curiosa, referenciada pelos meus interlocutores e descrita na reportagem mencionada, do Jornal Público, é que o corte de água e de eletricidade foi *acompanhado por uma patrulha da GNR*, no seguimento da decisão judicial do corte da provisão de serviços (Jornal Público, 11 de dezembro de 2018). Em que circunstâncias é que, numa família portuguesa, se fariam acompanhar os técnicos das empresas de fornecimento de água, luz ou gás de uma patrulha policial? Esta é apenas uma situação, mas ela exemplifica a prática generalizada de desadequação entre cuidado e controlo sobre os corpos dos refugiados “protegidos” pelo Estado. Sentindo-se “indesejados”, “maltratados” e “incompreendidos” pelas instituições portuguesas, muitos refugiados começam a fazer novos planos de mobilidade.

Numa audiência pública, na Assembleia da República, em março de 2018<sup>118</sup>, a propósito do acolhimento de refugiados em Portugal, participaram num debate Teresa Tito de Moraes, antiga Presidente do Conselho Português para os Refugiados, Mubarak Hussein, coordenador da União dos Refugiados em Portugal, Francesco Vacchiano, investigador do Instituto de Ciências Sociais e José Manuel Pureza, deputado do Bloco de Esquerda. Na audiência, alguns dos refugiados presentes alertaram os representantes institucionais e políticos: *“Não é que nós queiramos fugir de Portugal”*, explicava um refugiado que vivia numa aldeia alentejana. *“As condições em que vivemos é que não nos deixam outra alternativa”*. Colocado numa zona rural remota, este participante da audiência pública dizia que esperava há dois anos, para rever a sua família, ainda em situação de perigo, na Síria. Outro participante explicava que, onde vivia, não havia ninguém que falasse árabe, nem havia aulas de português. *“Como posso viver sozinho?”*, perguntava, aos representantes institucionais presentes na sala. Os refugiados atribuem a estas barreiras estruturais, que causam danos repetidos, nas suas vidas, a decisão de abandonar o país. Esta reflexão é partilhada por todos os representantes de associações de refugiados com quem conversei, baseados numa década de trabalho direto com as comunidades.

*MITO 3: Todos os refugiados têm acesso à habitação digna.*

No contexto do Programa de Recolocação, o acolhimento dos requerentes de proteção internacional recolocados foi, sempre efetuado com base no suporte institucional local, em alojamento com acomodação doméstica individual, devidamente equipada e mobilada, de modo a permitir um acolhimento humano e condigno (ACM 2017, p.14).

---

<sup>118</sup> Publicada na página do bloco de esquerda disponível [em linha]: <https://www.esquerda.net/evento/audicao-publica-acolhimento-de-refugiados-em-portugal-luzes-e-sombras/53913> [consult. 12 set. 2020]

Relativamente à habitação, é reportado pelo ACM (OM 2020) que apenas 44% das pessoas saem do “programa de integração” com habitação assegurada (OM 2020). Como consequência, entre 2017 e 2019, cerca de dois terços das pessoas (65,6%) que concluíram o programa, *“saíram do phasing out com encaminhamento para apoios sociais do ISS ou da SCML, tendo apenas 34,4% sido consideradas autónomas para prosseguir a sua vida em Portugal”* (OM 2020, p.16-17, sublinhado meu). O acesso a uma habitação digna, no contexto económico português, constitui um problema transversal ao conjunto da sociedade portuguesa; mas tem implicações específicas nas vidas dos refugiados.

A oferta de habitação social mantém-se claramente insuficiente para dar resposta à procura, e a gestão e especulação associadas ao setor imobiliário têm limitado o acesso a condições de renda comportável e a uma habitação digna. Na cidade de Lisboa, em particular, a situação está fora de controlo, pelas características locais do mercado imobiliário e o crescimento exponencial dos negócios de alojamento local. Sem acesso a uma habitação condigna, e com um subsídio mensal que não permite suportar o contínuo aumento de rendas, de energia e de impostos, muitos refugiados são mantidos numa situação de pobreza extrema. Além do valor exorbitante das rendas praticadas pelos proprietários; as dificuldades em conseguir um fiador e fazer um contrato de arrendamento em Portugal, são exacerbadas para as pessoas que não estão familiarizadas com o contexto administrativo e legal; já para não falar da questão fundamental do domínio da língua. Por outro lado, a política de dispersão geográfica do modelo nacional de acolhimento, tem afastado os refugiados das suas escassas redes comunitárias disponíveis, situação que diminui a qualidade de vida e as hipóteses de contornar as barreiras institucionais com entajuda informal.

“Desde que iniciou o seu projeto de integração, o Sr Mahmood e os seus filhos vivem numa casa indicada pela entidade de acolhimento, e tem-lhe sido dado um apoio mensal de cerca de 450 euros, com o qual gere a sua sobrevivência e a dos seus quatro filhos. Desde o início, a entidade de acolhimento pagou as contas da eletricidade e do gás relativas aos consumos da família na casa. No final do ano de 2018, dada a elevada soma que constava nas faturas da eletricidade e de gás, o técnico de referência do Sr. Mahmood comunicou-lhe que teria que pagar, em prestações o valor das faturas, à entidade de acolhimento. O Sr. Mahmood recusou-se a assinar este “contrato” proposto pelo técnico e, este mês, o mesmo técnico comunicou-lhe que não iria pagar-lhe o apoio social (que ficaria retido como forma de ressarcir a entidade de acolhimento). Consideramos que esta decisão teve por base um julgamento moral e não o regulamento legal, assumido entre o ACM, a PAR e as entidades parceiras. Consideramos, ainda, que é uma decisão que causa dano efetivo a uma família de 5 pessoas, 4 delas crianças menores, ainda em período de adaptação no nosso país. O corte total de apoio social, como “represália” pela recusa do Sr. Mahmood de assinar um contrato que não parece ter nenhuma legitimidade legal, parece-nos totalmente inaceitável e merecedor de uma tomada de posição superior, pelas entidades responsáveis pelo acolhimento (observação participante, carta enviada pela UREP ao ACM, março de 2018, nomes fictícios).

As instituições que estabelecem parcerias com o Estado comprometem-se, em troca de financiamento público, a fazer os possíveis para apoiar os refugiados a autonomizar-se, ao longo do processo de integração.

Carecendo dos recursos estruturais necessários para que este processo decorra tal como está descrito nos “contratos”, as instituições são completamente desresponsabilizadas, após os 18 meses (quando cessa o financiamento). Assim, findo o financiamento público, e não havendo mais responsabilidades institucionais a atribuir, nem ao Estado nem às instituições parceiras, todas as dificuldades e problemas sociais enfrentados pelos refugiados passam a ser projetados nos próprios. Neste enquadramento nacional, os despejos forçados de famílias com crianças menores, e outras situações de punição, como aquela que é ilustrada nesta carta da UREP, são normalizadas. Se algumas destas falhas têm de fato a ver com problemas estruturais do país (a precariedade das próprias instituições e as dificuldades sistémicas no acesso à habitação), fica patente nas narrativas dos meus interlocutores, que existe uma violência acrescida no chamado “*phasing out*” do programa nacional de acolhimento. Por não se acautelarem as particularidades já mencionadas (barreiras linguísticas, lacunas graves de acesso a serviços consagrados na lei, etc.) repete-se, constantemente, o risco de despejo forçado.

*MITO 4: Todos os refugiados têm acesso ao ensino regular e à aprendizagem da língua portuguesa*

A integração dos menores em contexto escolar é uma prioridade nacional. Nesse sentido, foi desenvolvido um processo de facilitação das matrículas de crianças e jovens, até aos 18 anos, na rede pública de estabelecimentos de ensino. Para este efeito, foi estabelecida uma articulação direta entre as instituições acolhedoras de refugiados e os serviços da DGE, facultando informação sobre a escola de matrícula das crianças e jovens, bem como outros elementos considerados relevantes. No que concerne ao reconhecimento de habilitações de nível superior e validação de competências dos cidadãos maiores de idade, a articulação é feita com as universidades, tendo estas autonomia nesta matéria. (...)Tendo presente que o domínio da língua portuguesa não só permite a comunicação com o outro, mas também uma melhor interação e integração com a sociedade de acolhimento, são asseguradas respostas que permitem a aprendizagem da língua portuguesa (ACM 2017, p. 13).

O acesso universal ao ensino, está consagrado na lei portuguesa e no programa de acolhimento aos refugiados; contudo, na prática quotidiana, multiplicam-se os obstáculos para a prossecução dos estudos. A primeira barreira de acesso é, obviamente, a língua, cujo ensino se mantém condicionado e pouco efetivo. Por outro lado, a validação de certificados e obtenção de comprovativos académicos dos países de origem, comprometem o acesso à escola. Em setembro de 2020<sup>119</sup>, uma família de refugiados com filhos menores, residente em Setúbal, foi desalojada da sua casa, pela sua instituição de acolhimento. Atribuída a responsabilidade do alojamento social ao ISS, este notificou a família de que teria que iria ser realojada noutra cidade, a mais de 500 km. Esta situação rompeu com todas as redes de socialidade construídas até então.

---

<sup>119</sup> A notícia sobre esta família foi relatada pelos próprios a uma jornalista do Jornal Público, 14 de setembro de 2020, disponível [em linha]: <https://www.publico.pt/2020/09/14/sociedade/noticia/refugiados-casa-estao-deixar-portugal-1931445> [consult. 30 nov. 2020]

(...) uma família síria que vivia em Setúbal, num apartamento do Conselho Português para os Refugiados (CPR), do qual teve que sair sem ter para onde ir. A alternativa que lhes foi sugerida pela organização foi uma habitação em Bragança. Já estavam integrados em Setúbal, os filhos frequentavam a escola, descreve. “Do agrupamento escolar onde as crianças foram integradas foi-lhes dito que não poderiam voltar a ser matriculadas para o novo ano letivo sem o CPR se pronunciar. Quando se dirigiram ao CPR, disseram-lhes para falarem com a escola (Jornal Público, 14 de setembro de 2020).

Os representantes das associações de refugiados, mencionam como grande lacuna, no programa de acolhimento nacional, a ausência de um plano de apoio estruturado a refugiados em idade escolar. *“Os pais de crianças pequenas sofrem por não conseguir ajudar os seus filhos nos trabalhos escolares, pela barreira linguística, e na maioria das escolas não existem projetos comunitários que supram esta necessidade”* (observação participante, UREP, setembro de 2019). *“O acesso a bolsas e a subsídios escolares tem sido complicado para muitas famílias refugiadas, exigem o acesso a documentação, do tipo certificados com a apostilha de Haia...impossível de conseguir”* (ibidem, setembro de 2019).

Em Agosto de 2020, o Governo Português anunciou uma medida de exceção, destinada a facilitar o acesso à escola dos 500 menores refugiados não acompanhados que seriam recebidos das ilhas gregas. A medida garantia aos menores refugiados isenção de apresentação de certificados de habilitações, assim como o acesso automático ao escalão máximo de subsídio social (A), para o apoio aos estudos. O fato desta medida se ter, inicialmente, introduzido como uma exceção, uma medida benévola, justificada pela “extrema vulnerabilidade” destes jovens<sup>120</sup>, apresenta-os como objetos de *generosidade*, e não como sujeitos de direito, que já teriam o direito incondicional ao ensino.

O ACM assume que uma parte importante dos refugiados que concluíram os programas de acolhimento, não compreendem nem falam a língua portuguesa (41,3%, de acordo com OM 2020). Os esforços documentados pelo IEPF, pelo ACM (OM 2016, 2017, 2018, 2019, 2020), pelas instituições de acolhimento e pela sociedade civil, para melhorar o acesso à aprendizagem da língua Portuguesa, não têm tido um impacto significativo, no desenvolvimento das competências linguísticas dos refugiados. Uma das questões que observei, a partir das narrativas dos refugiados, é que a aprendizagem da língua não é entendida como uma prioridade. Os refugiados são encorajados, antes de mais, a procurar trabalho, a procurar casa e a “autonomizar-se”, mas não existe um esforço consistente, de acordo com os próprios, para que aprendam a Língua. *“o meu assistente pergunta-me “então, mas ainda não falas português, há tanto tempo? tens que te*

---

<sup>120</sup> Circular publicada pela Direção Geral de Educação em Agosto de 2020, disponível [em linha]: [https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos/Crianças\\_jovens\\_refugiados/oficio-circularmena\\_agosto2020.pdf](https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos/Crianças_jovens_refugiados/oficio-circularmena_agosto2020.pdf) [consult. 30 nov. 2020]

*esforçar”, e eu fico a olhar, sem perceber muito bem de que esforço é que ele está a falar...se não tenho aulas...”* (observação participante, Fórum Refúgio, dezembro de 2018).

Lisa, uma refugiada residente em Portugal há dois anos, já fez três cursos de “iniciação” ao Português. O primeiro, lecionado no CAR, deu-lhe algumas bases sobre como cumprimentar, como conjugar o verbo ser e estar no presente, e algumas palavras soltas. O segundo, no âmbito do projeto do ISCTE-IUL “*Living in a Different Culture*<sup>121</sup>”, voltou a repetir as bases do Português, ajudando-a a construir algumas frases básicas e a trabalhar diálogos simples. Alguns meses depois, Lisa conseguiu trabalho e inscreveu-se num curso de Português lecionado pelo Centro de Emprego da sua área de residência. Na segunda aula, percebendo que a professora voltava a ensinar o verbo ser e estar, apenas na conjugação presente, Lisa perguntou “*Não me pode ajudar a conjugar estes verbos no passado e no futuro? É que eu já sei conjugar no presente*”. Segundo Lisa, a resposta da professora foi: “*Mas para que é que tu queres o futuro? Se souberes conjugar o presente, já é muito bom para ti!*”. Parece-me bastante simbólico da relação de inclusão subordinada estabelecida entre as instituições e os refugiados, num sistema pouco equipado para responder às necessidades. Curiosamente, conta Lisa, de cada vez que se dirige à sua técnica de serviço social, ela repete-lhe: “*tens que praticar melhor a língua, já devias saber falar português, nesta altura*”.

No acesso à universidade, multiplicam-se os obstáculos para os refugiados que desejam prosseguir os seus estudos. Para começar, raramente se avalia a vontade dos refugiados e requerentes de asilo adultos para continuar a estudar, assumindo-se que o seu percurso passará, obrigatoriamente, pelo emprego. Por outro lado, as dificuldades estruturais ao nível da aprendizagem da língua, tornam a frequência de um curso superior quase impossível, sem uma fluência mínima de português. O acesso a licenciaturas e mestrados integrados faz-se de acordo com um concurso especial, enquanto o ingresso aos cursos técnicos, mestrados e doutoramentos tem as regras definidas, autonomamente, por cada instituição de ensino.

Num diploma publicado em Diário da República a 6 de agosto de 2018<sup>122</sup>, o Governo destaca que o acesso integral à ação social de alunos refugiados coloca o país “*numa posição de liderança*” no apoio a estudantes provenientes de países ou regiões que atravessam “*uma situação reconhecida de conflito armado, de desastre natural, de violência generalizada ou de violação de direitos humanos de que resulte a necessidade de uma resposta humanitária*”. Neste decreto, o Ministro aconselha as universidades a adotar iniciativas para

---

<sup>121</sup> Curso ministrado no ISCTE-IUL, no ano letivo 2017-2018 e 2018-2019, coordenado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Santinho, página de *Facebook* do curso disponível [em linha]: <https://www.facebook.com/livingindifferentculture/> [consult. 1 dez 2020]

<sup>122</sup> Decreto de lei no. 62/2008 publicado no Diário da República Eletrónico [em linha]: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/115924012/details/normal?q=refugiados+ensino+superior+2018> [consult. 30 nov. 2020]

promover a integração académica e social destes alunos, "*nomeadamente nos domínios da língua, da cultura, da ciência, da tecnologia e do desporto*". Na prática, as universidades não têm correspondido a este desafio, colocando entraves burocráticos incompreensíveis, e gerando uma enorme confusão nos processos de candidatura e de admissão aos estudos. Para além disso, as bolsas sociais e o alojamento não estão garantidos à partida, situação que se constitui como um obstáculo acrescido, para aqueles que conseguem, ainda assim, entrar na universidade. "*Às vezes parece que não querem que eu entre na universidade...por mais que eu tente, há sempre mais uma coisa que não está bem, que ainda me falta. Se isto é assim agora, nem quero imaginar se conseguir entrar no curso*" (Malik, observação participante, ISCTE-IUL, maio de 2019).

*MITO 5: Todos os refugiados têm garantido o acesso ao serviço nacional de saúde e a apoio psicológico.*

De acordo com a Constituição da República Portuguesa, todos os cidadãos, incluindo os de nacionalidade estrangeira, têm direito à proteção da saúde, sendo o acesso aos seus cuidados um fator determinante na integração dos mesmos. De acordo com o Despacho no 25360/2001, qualquer migrante que se encontre em Portugal, e que necessite de cuidados de saúde, tem o direito a ser assistido num Centro de Saúde ou num Hospital, independentemente da sua nacionalidade, da falta de meios económicos, legalização ou outra situação irregular. Por sua vez, a alínea n) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 113/2011, de 29 de novembro, garante aos refugiados a isenção das taxas moderadoras e o artigo 52.º da Lei n.º 27/2008, de 30 de junho, a assistência médica no âmbito do Serviço Nacional de Saúde (ACM 2017, p.14).

A meio de uma manhã de longa espera, no Centro de Saúde da Alameda, acompanhei Ahmed (nome fictício), a uma loja, para recarregar o seu telemóvel. Ahmed foi-me falando da sua ideia de abandonar o país: "*This is pen fight. Worse than gun fight. In gun fight we die or we win. Boom! Pen fight is worse, we just suffer and suffer*" (Ahmed, observação participante, julho de 2019). Ahmed referia-se aos constantes e ambivalentes processos administrativos que estava a experimentar em Portugal, desde que chegou. Depois de um longo percurso entre o Afeganistão e a Europa, tinha chegado a Lisboa em maio de 2019, na esperança de que, desta vez, iriam aceitar o seu pedido de proteção internacional. Disse-me que havia muita coisa que não gostava em Portugal, nomeadamente, "de tudo demorar eternidades", e de "nada ser claro". "*É sempre espera, espera, espera*", e fazia um gesto com a mão, imitando os funcionários do centro de saúde.

Já era a terceira vez que Ahmed tentava ver um médico em Portugal, para pedir tratamento para um problema de estômago crónico. Quando chegou a Portugal, os funcionários do CPR encaminharam-no a um centro de saúde na Bobadela, com o objetivo de fazer algumas vacinas obrigatórias. "*Pedi ao médico que me ajudasse com o meu problema de estômago, mas ele disse que só podia fazer as vacinas, que tinha que voltar outro dia*". Alojado num *hostal* em Lisboa, Ahmed levantou-se um dia às 7 da manhã, para poder estar na Bobadela às 9:00 e ver finalmente um médico. Os funcionários do centro de saúde recusaram a sua inscrição naquele Centro de Saúde, alegando que agora o centro de saúde era uma Unidade de Saúde Familiar (USF) e,



portanto, não poderiam aceitar novos utentes. A morada oficial de Ahmed, no documento do SEF, era a morada do CAR, o centro de acolhimento do CPR, na Bobadela. Face a este constrangimento, Ahmed procurou fazer uma alteração de morada, instruído pela técnica do CPR mas, quando se deslocou ao SEF, disseram-lhe que teria que ser o próprio CPR a fazer essa alteração.

Na semana seguinte, aproveitando que uma equipa do CPR fazia uma visita ao *hostal*, Ahmed telefonou-me, para o ajudar a solicitar à técnica que tratasse desta situação urgente, atendendo à sua doença crónica. Dirigi-me ao *hostal* e formulei o pedido à técnica, na presença de Ahmed. A técnica olhou para Ahmed, olhou para mim, e pediu-me (a mim) para aguardar, enquanto tratava de outros assuntos pendentes. Esperámos na rua, durante 20 minutos, Ahmed e eu, na esperança de que, desta vez, a questão ficaria solucionada. O centro de atendimento do SEF ficava mesmo em frente ao *hostal*, pelo que não seria difícil tratar do assunto. Quando a técnica saiu, pediu-me (novamente a mim) para aguardar, porque estava muito cansada, e teria que regressar ao *hostal* ainda naquela manhã. Disse-nos que iria apenas tomar um café e já regressava. Esperámos mais 30 minutos, eu e Ahmed, agora preocupados com a hora de encerramento do SEF, que se aproximava. Finalmente, quando a técnica regressou, com a sua equipa, conseguimos expor-lhe toda a situação. Alegando que tinha muito trabalho e muitos casos para resolver, a técnica remeteu a responsabilidade para mim, na qualidade de voluntária. *“Porque não vai a senhora? Diga que falou connosco, que estamos mesmo aqui, mas não podemos ir agora ao SEF”*. Uma vez mais sem dirigir uma palavra a Ahmed, entrou apressada no *hostal*, com a sua equipa.

A funcionária do SEF que nos recebeu, parecia incrédula com a história que lhe contámos, e decidiu alterar a morada, no papel de identificação de Ahmed *“excepcionalmente, só porque quero ajudar, porque normalmente estas coisas não deviam ser assim, tem que ser a instituição a assumir esta responsabilidade”*. Falava dirigindo-se a mim, num tom compassivo, como se eu fosse a vítima, naquela situação. Lembrei-me do conceito de *“neoliberal moral”*, de Andrea Muehlebach (2012), associado à tendência social de magnificar o trabalho essencial, não-remunerado, dos voluntários, a partir de uma perceção de virtude e moralidade que, na verdade, reproduz exatamente as mesmas formas de autoritarismo e privilégio social das instituições. Com a morada nova, Ahmed tinha finalmente conseguido inscrever-se no Centro de Saúde da Alameda, mas agora eram os processos internos do próprio centro que lhe erguiam barreiras de acesso aos serviços clínicos de que necessitava.

Na primeira vez em que se dirigiu ao Centro, foi inscrito como *“migrante”*, e teve que sair quando lhe pediram dinheiro para a consulta. Foi apenas numa segunda tentativa, acompanhado por mim e pelo decreto-de-lei que prevê a gratuitidade dos serviços de saúde a requerentes de proteção internacional, que finalmente conseguiu ver um médico. A meio deste processo, através de redes informais de apoio, conseguiu-se que uma

médica lhe passasse uma receita com os medicamentos que já lhe tinham sido prescritos, noutra país. Através de um serviço disponibilizado pela Mesquita de Lisboa, Ahmed obteve a medicação de forma gratuita. Através da sua metáfora da *pen fight*, Ahmed descreve o processo de violência lenta que sofreu na pele, e que tornou Portugal um país inteiramente indesejável, a seus olhos: “*for me Portugal was totally unknown, but now I do know it, and I don’t like it. I don’t see a future here*”, disse-me, enquanto esperávamos pela sua primeira consulta oficial, no sistema nacional de saúde.

Este é um excerto do relatório do Fórum Refúgio, em dezembro de 2019, distribuído entre todas as instituições com responsabilidade no acolhimento de refugiados:

“No quadro do Fórum Refúgio Portugal procurámos e/ou mediámos o acesso à saúde, através do acompanhamento dos refugiados a consultas médicas diversas, ao abrigo do Serviço Nacional de Saúde (...) destacamos que os refugiados em Portugal nem sempre se encontram inscritos no referido Serviço Nacional de Saúde pelo que não têm acesso à saúde, a não ser quando a inscrição é intermediada por técnicos ou voluntários. Um dos problemas assinalados foi a recusa de inscrição em centros de saúde que passaram a ser USF (e atingiram o limite de beneficiários previstos). Outro problema frequente é o desconhecimento, por parte dos técnicos de atendimento nos centros de saúde, dos direitos garantidos em território nacional” (diário de campo, relatório anual do Fórum Refúgio, dezembro de 2019, ver ANEXO C).

Um refugiado que não fale português ou, pelo menos, inglês, tem dificuldades importantes no acesso pragmático a um centro de saúde ou hospital, e vê comprometida a adesão aos procedimentos clínicos e administrativos. Existe um serviço de tradução, disponibilizado pelo ACM, via telefone; no entanto, na vida quotidiana das pessoas refugiadas, verifiquei, por diversas vezes, que o acesso a este serviço não funciona. Por um lado, nem sempre se consegue um intérprete em linha, por outro, os serviços recusam-se, muitas vezes, a utilizar a linha telefónica, alegando “falta de tempo” ou “desconhecimento” deste recurso. Para além das dificuldades linguísticas, há diferenças culturais que condicionam a interpretação das práticas dos profissionais de saúde, por parte de alguns refugiados, e que podem fazer rejeitar ou abandonar os tratamentos necessários.

No relatório de avaliação sobre racismo, xenofobia e discriminação étnico-racial em Portugal (Assembleia da República 2019); André Costa Jorge, do Serviço de Jesuítas para os Refugiados relatou:

“No âmbito da saúde, por exemplo, detetamos uma dificuldade burocrática, sistemática, na inscrição dos migrantes nos centros de saúde. Isto deve-se, muitas vezes, a obstáculos por ação dos funcionários dos centros de saúde. Aquilo que propomos é que não nos cansemos de fazer ações de formação e sensibilização aos, às vezes, *tiranos do balcão*, porque legislam, muitas vezes, por modo próprio. Também vemos migrantes sem a situação regularizada, ou, indocumentados, que não têm direito a taxas moderadoras” (Assembleia da República, 2019, p.137).

A ausência de mediadores culturais, condiciona enormemente o acesso a serviços de saúde adequados (Santinho 2010; 2011). Cristina Santinho (2010; 2011) descreveu vários exemplos concretos em que o

atendimento de refugiados, nos centros de saúde, não foi possível, devido a barreiras linguísticas ou mal interpretação dos sintomas, por parte dos profissionais de saúde. A partir das minhas experiências de terreno, eu acrescentaria que estas competências são cruciais a todos os funcionários dos serviços, desde o segurança, passando pelo rececionista e culminando nas chefias, responsáveis pela qualidade do atendimento. As microagressões diárias que testemunhei, eram provocadas pela falta de reconhecimento e de informação sobre as circunstâncias do “*outro*”, afetando o funcionamento das próprias instituições. Sentada em salas de espera de centros de Saúde, do ISS, do SEF, da loja do cidadão, e dos serviços públicos da autoridade tributária, constatei que este é um problema crónico e transversal.

Na área da saúde mental, as lacunas são ainda maiores. De acordo com Cristina Santinho (2011; 2016) as narrativas de grande sofrimento, relatadas pelos refugiados e requerentes de asilo, não são alvo de encaminhamento ou de intervenção sistemática, porque não existem serviços de apoio apropriados. Das vezes em que procurei encaminhar pessoas, para serviços especializados de saúde mental, deparei-me com problemas de acesso (burocracias associadas à documentação dos requerentes de asilo), problemas linguísticos (o único serviço em que existem intérpretes com formação adequada, o Centro de Etnopsiquiatria Clínica, do ISPA, tem uma lista de espera) e problemas de desadequação (profissionais de saúde mental sem formação específica para trabalhar com pessoas migrantes e refugiadas). Desta forma, acabei por intervir como técnica de saúde mental, em algumas situações (excluindo essas pessoas da investigação, por motivos éticos), e utilizei redes informais de apoio para conseguir consultas de psiquiatria gratuitas e medicação (nomeadamente profissionais de saúde que para isso se voluntariaram, e o serviço de apoio social da Mesquita de Lisboa).

Parece ter-se tornado consensual, entretanto, afirmar que os refugiados constituem um grupo de “alto risco”, pela sua exposição a situações traumáticas (Kirmayer et al 2010). Em conferências públicas em que participei, durante o trabalho de campo, este era um tema recorrente. Dado o evento da migração forçada, muitas vezes associado a experiências de violência e de conflito, é *expectável* que a saúde e o bem-estar psicossocial possam estar comprometidos. No entanto, este não é um aforismo inevitável. O estatuto de refugiado não é generalizável a condições psicológicas ou experiências comuns, como o diagnóstico de transtorno de stress pós-traumático. O que me parece mais comum, tendo em conta as experiências no terreno, é que os refugiados e requerentes de asilo sofram os efeitos *adoecedores* das ineficiências estruturais do acolhimento. A escassa oferta de serviços e a falta de formação dos profissionais conferem, isso sim, riscos acrescidos de revitimização, discriminação e comunicação deficiente sobre a saúde mental e a saúde, em geral. Portanto, os serviços especializados em saúde mental, com modelos de intervenção específicos para

refugiados e migrantes, deverão ser complementares aos serviços de saúde pública, e não substitutivos (Antunes, 2017).

Os fatores que mais influenciam a saúde mental, segundo Kirmayer et al. (2010), na etapa do acolhimento, são a incerteza quanto à obtenção do estatuto, o desemprego ou emprego precário, a perda do estatuto social, a perda da rede de apoio social, a preocupação quanto à família deixada para trás, o reagrupamento familiar, as dificuldades na aprendizagem da língua, a adaptação a novos papéis sociais e à nova comunidade. Já Cristina Santinho (2010, 2011) tinha enfatizado que o acompanhamento em saúde mental, não estava entre as prioridades dos refugiados e requerentes de asilo, na fase de acolhimento. Ao enfatizar os danos “espetacularizados” da tortura e do trauma, acabamos por ser coniventes com os danos que estão a ser provocados, no aqui e agora, perpetrados pelas mesmas instituições e serviços que têm por objetivo contribuir para a saúde e inclusão psicossocial.

Mais recentemente, os investigadores têm-se interessado por estes fatores, relacionando o acolhimento com a saúde mental (Antunes 2017), percebendo a forte influência das políticas, práticas e outras variáveis da hospitalidade. Eu, pessoalmente, encontrei mais problemas de saúde mental entre refugiados e requerentes de asilo detidos em campos de refugiados ou centros de detenção, associados às circunstâncias da espera e/ou medo da deportação. Mas não deixa de me espantar como a psicologia tem ignorado, de modo geral, as implicações políticas e sociais associadas aos reconhecidos traumas dos migrantes e refugiados. Já Ignacio Martín-Baró, na década de 80, tinha abordado a experiência traumática como estando enraizada na violência coletiva (*man-made*), constituindo-se, portanto, como uma lesão coletiva (Martín-Baró 1983; 1984). Décadas depois do violento assassinato do próprio Martín-Baró, a psicologia ainda escolhe focar-se no indivíduo, mantendo-se negligente das suas condições sociopolíticas (sobretudo das suas circunstâncias políticas).

Uma viragem decolonial, na psicologia, significaria uma incorporação séria das relações de dominação e subjugação, provocadas pelas desigualdades estruturais, e pelas experiências de violência e discriminação, que afetam as vidas das pessoas subalternizadas. Não o fazendo, não estaremos simplesmente a ajudar as pessoas a adaptar-se a condições de vida opressivas? "Acontece que a impreparação das classes educadas, a falta de vínculos entre eles e as massas, a sua preguiça e, que seja dito, a sua cobardia, nos momentos decisivos da luta, darão origem a trágicos percalços." (Frantz Fanon 2005 [1961], p. 147).

Formas mais politizadas da psicologia têm tentado emergir, através da teoria feminista, da teoria pós-colonial e da psicologia da libertação. Estas abordagens revelaram as relações de poder, entre grupos na sociedade, e a fluidez e diversidade identitária e interseccional das pessoas. Falta, talvez, a ousadia de questionar o “*establishment*” psicológico, e as relações tradicionais entre psicólogo-paciente, introduzindo

o psicólogo no papel de aliado, de ativista ou colaborador. Dada a posição confortável da psicologia no *mercado global*, os apelos repetidos à decolonização, por parte de vários psicólogos que já iniciaram este exercício, ainda não foram suficientes para romper com o próprio discurso hegemônico da psicologia. As pessoas em situação de mobilidade oferecem uma oportunidade inestimável, e um imperativo ético para repensar esta disciplina.

*MITO 6: Em Portugal, o racismo e a discriminação não constituem obstáculos significativos à integração*

Numa entrevista de emprego em que acompanhei Amina (nome fictício), uma senhora síria que queria trabalhar num salão de cabeleireiro; ainda antes de cumprimentá-la ou de apresentar-se, a potencial empregadora perguntou-me (a mim diretamente) *“Então mas ela nunca tira o véu? Isso é complicado!”* A cabeleireira em questão aceitava, com frequência, mulheres estagiárias, encaminhadas pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, e havia patrocinado o primeiro emprego de diversas pessoas estrangeiras, com formação na área da estética. Para que a entrevista corresse o melhor possível, a empregadora foi informada, com antecedência, das circunstâncias da candidata, da sua vasta experiência anterior, e das suas limitações, ao nível do domínio da língua.

A potencial empregadora demonstrou um grande interesse em “ajudar refugiados” e disponibilizou-se prontamente a realizar uma entrevista com a candidata. No sentido de facilitar a entrevista, foi conseguido um intérprete, através da UREP, que traduzia as perguntas e as respostas. Encontrámo-nos na estação de metro mais próxima, para entrarmos todos juntos (eu, Amina e Said, o intérprete). Através da UREP, foi ainda criado um dicionário, com as palavras mais frequentes utilizadas num salão de cabeleireiro, em português e em árabe, para facilitar a aprendizagem rápida da língua. Amina, a senhora síria que acompanhei à entrevista, sentia-se muito animada. Naquele dia foi levar os filhos mais novos à escola, maquilhou-se a rigor, para poder demonstrar o seu talento e disse-me, antes de entrar: *“Mesmo que não seja contratada, ao menos vai-me servir como primeira experiência de entrevista, em Portugal”*. No momento em que entramos, várias pessoas que passavam na rua se aproximaram do salão, entrando para cumprimentar a cabeleireira, e escrutinando Amina com o olhar. A cabeleireira permitiu que entrassem, cumprimentou cada uma das suas clientes, e explicou-lhes, orgulhosamente, que estava a “ajudar refugiados”. Foi então que me colocou a pergunta acima mencionada, que Amina compreendeu perfeitamente, com o português que já dominava.

O impacto que esta primeira abordagem ao mundo profissional português teve, na vida de Amina, que apenas havia chegado a Portugal, foi avassalador, desanimando-a de voltar a tentar candidatar-se a emprego, durante algum tempo. Certamente, um exemplo não serve para fazer generalizações, num país de dez milhões de habitantes. No entanto, é um caso elucidativo, do tipo de estereótipos que têm prejudicado a integração de refugiados em Portugal. A expressão de compaixão paternalista e o *ethos* da “ajuda aos

refugiados”, numa lógica universalista, que assume o refugiado como uma vítima abstrata e transversal, assentes numa certa *miopia cultural*, dificultam a expressão individual de diferenças. Este exercício de compaixão paternalista, reproduz as práticas das instituições, sendo o resultado visível a manutenção de vidas precárias e subalternizadas. Em mais uma citação do relatório sobre racismo, xenofobia e discriminação étnico-racial, de 2019, é afirmado:

O racismo e a discriminação em Portugal são estruturais, têm razões históricas associadas, que é preciso, como disse a Ministra da Presidência, Mariana Vieira da Silva, na sessão de abertura do seminário final deste relatório desocultar. Para tal é essencial assumir que o problema existe, como disse a Ministra da Justiça, Francisca Van Dunem na sessão de encerramento “a maior expressão de preconceito racial consiste na negação deste preconceito” (Assembleia da República, 2019; p.140).

Testemunhei vários exemplos desta “ocultação”, durante o meu trabalho de campo, na maioria dos casos associados ao mito português de que “não existe racismo”, no território nacional. As microagressões sofridas em serviços públicos, empresas privadas, ou mesmo dentro das próprias instituições, constituíram momentos de rutura e sofrimento silencioso, no percurso de integração dos refugiados, tornando-se parte de um contexto mais amplo, de dominação e de subalternização do “outro”. Noutros casos, a sensação intersubjetiva dos meus interlocutores era de que, simplesmente, “ninguém ajuda”:

“No início da tarde, desloquei-me à Almirante Reis, para conhecer Abdul, um refugiado iraquiano associado à UREP, que está em Portugal desde 2016. Abdul está a trabalhar, mas não tem contrato efetivo, e a sua mulher tem também um trabalho, mas temporário. Querem ambos criar o seu próprio negócio, mas têm tido dificuldade em conseguir crédito. “Eu estou farto disto, quero ser independente, sempre fui independente, passei por outros países da Europa, e sempre consegui montar o meu próprio negócio, aqui não me ajudam, nunca foi tão difícil para mim.” (observação participante, UREP, setembro de 2018).

A universalização do refugiado, assumido como tendo características mais ou menos comuns, está na base destas políticas públicas de acolhimento, rígidas e pouco personalizadas. O foco do apoio social deslocou-se das questões *de direito*, consagradas na legislação, para questões genéricas de sofrimento humano, como simbolismo central. A agencialidade e a participação social e política, aspetos fundamentais da individualidade e da resistência de populações subalternizadas, estão praticamente ausentes do plano de acolhimento nacional, levando a que muitas pessoas sintam dificuldades sistémicas e estruturais, para concretizar os seus projetos, em condições de igualdade com os restantes cidadãos.

### 4.3. ESPREITANDO PARA DEBAIXO DO TAPETE: NARRATIVAS DE SOLIDARIEDADE INFORMAL EM LISBOA

#### 4.3.1. Espontâneos e invisíveis: histórias de (i)mobilidade em Lisboa

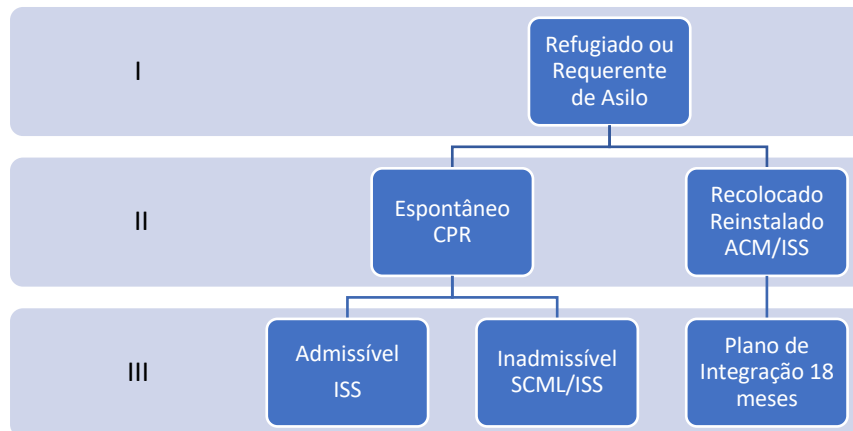


Figura 16. Esquema tutelas requerentes proteção internacional em Portugal, 2015-2020

Portugal optou por separar o programa nacional de acolhimento a refugiados, de que falei até agora, do modelo anterior, aplicável aos requerentes de proteção internacional “espontâneos” (pessoas que, autonomamente, pedem asilo nas fronteiras ou já em território nacional). Compete ao Ministério da Administração Interna (MAI), através do SEF, garantir as condições materiais do acolhimento até à decisão, quanto à admissibilidade do pedido de proteção internacional em Portugal. O alojamento das pessoas que requerem proteção internacional fica a cargo do Estado, através de uma parceria com o CPR, bem como o subsídio de sobrevivência de 150 euros mensais, durante o período de admissibilidade. Para além disso, o CPR tem como responsabilidade garantir o acompanhamento social em todas as áreas da inclusão social: saúde, aconselhamento jurídico, educação, aprendizagem da língua portuguesa, entre outros. Admitido o pedido de proteção internacional, e tendo o mesmo obtido uma autorização de residência provisória, para a instrução do processo, compete ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, através do ISS, garantir as condições materiais de acolhimento, até à decisão final. Se o pedido for considerado “inadmissível”, os requerentes de proteção internacional têm o direito a pedir recurso desse parecer, através de um advogado e, até à determinação final do processo, beneficiam de apoio de emergência conferido pelo ISS ou Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

A 31 de dezembro de 2019, estariam no país 2.427 pessoas com estatuto de proteção internacional, das quais, 837 tinham estatuto de refugiado, e 1.590 estatuto de proteção subsidiária<sup>123</sup>, de acordo com o ACM (OM 2020<sup>124</sup>).

A minha imersão no terreno, em Lisboa, começou por uma exploração dos locais onde se prestava apoio *formal*, a pessoas em situação de mobilidade forçada. Intuí que, a partir daí, poderia encontrar as ações solidárias e cidadãs, mais *informais*, criadas a partir dos interstícios e lacunas das instituições. Comecei por explorar o que acontecia aos requerentes de asilo designados *espontâneos*, quando chegavam a Portugal. Durante o período de 2015 a 2020, o número de pedidos de asilo aumentou para mais de metade, em Portugal, passando de 872, em 2015, para 1849 em 2019 (CPR 2020). O CAR, centro de acolhimento do CPR destinado ao acolhimento de requerentes de asilo, esgotou a sua capacidade máxima neste período, optando por alugar quartos partilhados em pensões e *hostals* (CPR 2020). Depois do período inicial de admissibilidade (6 meses), é suposto que os requerentes de asilo sejam transferidos para a competência do Instituto da Segurança Social (caso se confirme a admissibilidade do seu pedido de asilo) ou para a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (divisão de Emergência Social), se o pedido não for considerado admissível. Estas instituições ficam assim responsáveis pelo apoio ao alojamento, alimentação, serviços sociais, encaminhamento para saúde, entre outros. No entanto, a lentidão burocrática do SEF e do ISS foi aumentando os atrasos nas transferências interinstitucionais, agravados pela enorme dificuldade de encontrar respostas habitacionais. A lentidão no processamento das decisões do SEF, tornou o CPR responsável por um número de requerentes de asilo que não conseguiu, assumidamente, acompanhar de forma regular<sup>125</sup>.

Os designados requerentes de asilo “espontâneos” confrontam-se com dificuldades graves, no acesso aos seus direitos. Em 2019, Portugal apresentou 77% de decisões negativas (1016 pessoas), ficando *aquém da média da UE* nesse ano (OM 2020, sublinhado meu). Esta tendência representa um aumento exponencial, comparativamente a 2018 (66% de decisões positivas, de acordo com o OM<sup>126</sup>); embora, em 2017, Portugal

---

<sup>123</sup> Ibidem

<sup>124</sup> Ver ANEXO D

<sup>125</sup> Os representantes do CPR concederam várias entrevistas ao longo de 2020, justificando as lacunas na assistência básica aos requerentes de asilo espontâneos, durante a quarentena por COVID-19. Por exemplo, nesta notícia da Lusa, está patente a “admissão” da instituição, face a este problema, disponível [em linha]: <https://www.lusa.pt/article/8RgvLQlqBuGY20rCk3BPYjMSZM5iuSI1/covid-19-aumento-de-pedidos-de-asilo-obriga-a-alojamento-fora-de-centros-de-acolhimento-cpr> [consult. 2 dez. 2020]

<sup>126</sup> Para mais informação sobre dados estatísticos consultar o relatório disponibilizado pelo ACM, [em linha]: <https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/440932/Relatorio-Asilo-2020-OM.pdf/9f22513a-46ff-4f4b-a292-93347463d71c> [consult. 2 dez. 2020]



tivesse sido apontado como um dos países que mais recusava pedidos de asilo<sup>127</sup>. Em 2019, segundo dados sistematizados pelo EUROSTAT (OM 2020), Portugal proferiu 170 decisões sobre nacionais angolanos, deliberando zero decisões positivas (o que contrasta com a taxa de reconhecimento do estatuto de refugiado e proteção subsidiária da UE durante esse ano (17,2% para angolanos); deliberou sobre 85 decisões de nacionais da Síria, com reconhecimento positivo de 100%; e deliberou sobre 60 decisões de nacionais da República Democrática do Congo (RDC) recusando 55, quando a média de aceitação da UE era de 32% (OM 2020). Esta disparidade de critério coloca-me alguns questionamentos, sobre a forma como estas decisões são tomadas pelo SEF. A taxa de decisões negativas sobre nacionais da RDC, em particular, não deixa de ser inquietante, quando são bem conhecidos os conflitos interétnicos, as perseguições políticas, os casos de tortura e abuso sexual, e outras bem reportadas violações de direitos humanos. É uma questão que seria interessante explorar, noutra investigação académica, mais aprofundada.

Este número elevado de recusas de pedidos de proteção internacional “espontâneos”, parece contrastar com a participação progressista, do Governo Português, nos programas Europeus de recolocação, reinstalação e recolocação *ad hoc* de refugiados. Nos relatórios sobre migração e asilo, quer do SEF, quer do ACM, são evidentes as preocupações do Estado em “ficar bem na fotografia Europeia”, lançando estatísticas comparativas sobre a “posição” ocupada por Portugal, em relação aos 28 Estados-Membros. Os relatórios exaltam as boas práticas e a política humanitária seguida pelo Governo Português, omitindo, aparentemente, estes mecanismos rígidos de controlo das mobilidades, operados nas fronteiras, que afetam particularmente os “requerentes espontâneos”.

Coloco, como hipótese, que estas recusas de proteção internacional aos “requerentes espontâneos” funcionam como um “travão” político, para compensar o “acelerador” na aceitação das chegadas “oficiais” ao território nacional. Cheguei a colocar esta questão publicamente, numa conferência aberta da Amnistia Internacional<sup>128</sup>, a uma representante do SEF. A resposta foi “*o SEF analisa todo e cada pedido de proteção internacional, de forma justa e imparcial*”. No entanto, uma ativista que trabalha com pessoas congolesas, em Lisboa, garante: “*há muitas injustiças nestes processos, e pouco apoio jurídico para apelar das decisões do SEF, muitas mulheres nem sequer têm acesso a tradutores, porque não falam nenhum idioma comum.*” Por outro lado, a detenção de requerentes de asilo “espontâneos” nos centros de detenção localizados nos

---

<sup>127</sup> Esta informação foi divulgada pelo Jornal Público, 20 de Junho de 2018, disponível [em linha]: <https://www.publico.pt/2018/06/20/sociedade/noticia/portugal-recusou-mais-de-64-dos-pedidos-de-asilo-1835193> [consult. 3 dez. 2020]

<sup>128</sup> “Fórum da Coragem”, organizado pela Amnistia Internacional Portuguesa, de 7 a 9 de dezembro de 2018, programa [em linha]: <https://www.amnistia.pt/forumcoragem-2018/> [consult. 3 dez. 2020]

aeroportos (em Lisboa e no Porto) tem sido alvo de diversos relatórios e artigos de denúncia<sup>129</sup>, que assinalam práticas abusivas, culminado com o evento trágico, do homicídio de Ihor Homeniuk<sup>130</sup>, às mãos de inspetores do SEF, no CIT de Lisboa.

CPR has received rare but recurrent allegations over the years from asylum seekers regarding physical abuse by SEF inspectors mainly at the border support unit (as opposed to the detention facility, CIT). In 2017, the CPR has demanded a formal investigation into these allegations and SEF has conducted internal inquiries. According to the information provided by SEF to CPR, the procedures did not lead to any proof of wrongdoing and were therefore classified (CPR, AIDA 2020<sup>131</sup>).

A maioria dos requerentes de asilo “espontâneos” que entrevistei durante o trabalho de campo, não estavam informados (ou tinham dúvidas) sobre os procedimentos legais a que estavam submetidos. Também não estavam a par de todos os seus direitos (do acesso à saúde, à educação, ao aconselhamento jurídico, etc.). Alguns deles não tiveram sequer acesso a um representante legal, dentro do prazo estabelecido pelo SEF. Receberam uma carta, em português, escrita pelo advogado que tinha sido assignado para os representar, informando-os de que “pedia escusas” do seu caso, por não considerar que tivesse “viabilidade legal”. Estas lacunas no apoio jurídico, têm feito com que os pareceres do SEF, sobre os pedidos de proteção internacional aos requerentes de asilo dublinados<sup>132</sup> assentem num conjunto de falhas sistémicas. Doze dos meus interlocutores, foram identificados através do sistema EURODAC, tendo sido automaticamente “recusados” pelo SEF, através de uma notificação por escrito.

Estes pareceres negativos continham, ainda, a informação da sua transferência, para outro país Europeu, sem que se examinassem, sequer, as circunstâncias particulares de cada caso, como está previsto na Convenção de Dublin. Em 2019, “entre os 1.016 indeferimentos, 444 (43,7%) eram de pedidos considerados inadmissíveis, associados a *movimentos secundários*<sup>133</sup> no espaço europeu, sujeitos à transferência para outro Estado-membro” (OM 2020, p.13). Ora, a Convenção de Dublin obriga os Estados a examinar as situações específicas dos requerentes de proteção internacional, levando em conta as potenciais falhas no seu processo jurídico.

---

<sup>129</sup> Ver artigo do CPR, publicado pela AIDA em 2019, e atualizado em 2020, disponível [em linha]: <https://www.asylumineurope.org/reports/country/portugal/conditions-detention-facilities> [consult. 3 dez. 2020]

<sup>130</sup> Ihor Homeniuk foi torturado e morto, às mãos de três inspetores do SEF, a 12 de março de 2020. Mais detalhes são explorados no capítulo 5.

<sup>131</sup> Ibidem, AIDA disponível [em linha]: <https://www.asylumineurope.org/reports/country/portugal/conditions-detention-facilities> [consult. 3 dez. 2020]

<sup>132</sup> Gíria para requerentes de proteção internacional identificados através do sistema EURODAC como tendo solicitado proteção internacional noutro país Europeu e, portanto, considerados inelegíveis, ao abrigo de uma aplicação automática do regulamento de Dublin

<sup>133</sup> Referência jurídica a situações de mobilidade que contestam as decisões de asilo dos Estados-Nação

A 21 de novembro de 2019, em colaboração com outros membros da sociedade civil, sete requerentes de asilo “espontâneos” apresentaram uma queixa ao Provedor de Justiça (PJ), sobre o tratamento que receberam por parte do SEF, que consideraram injusto. O texto foi escrito em colaboração com cidadãos portugueses e suecos, entre os quais me incluo, e foi enviado individualmente ao PJ, por cada uma das pessoas que apoiava a petição:

“(…) Todos os jovens acima designados pediram asilo na Suécia em 2015, enquanto menores não acompanhados. Foi-lhes permitido permanecer na Suécia até aos 18 anos, mas, ao abrigo do acordo que a Suécia estabeleceu com o Governo do Afeganistão, a todos lhes foi negado asilo, mesmo apresentando provas credíveis de risco de vida no seu país de origem (por razões de insegurança sistémica e por razões individuais, de risco de vida e perseguição). Todos os jovens se encontravam integrados na sociedade sueca, aprenderam a língua, frequentavam a escola e preparavam-se para trabalhar, em diferentes profissões (…). Alguns jovens apresentaram, por intermédio dos advogados que lhes foram assignados, provas individuais que impedem o seu regresso ao país de origem (que incluem situações graves de perseguição, risco de vida, discriminação étnica e/ou baseada na orientação sexual). Para além das evidências individuais, todos os jovens apresentaram provas da atual situação no Afeganistão, com relatórios que incluem o aumento de mortes indiscriminadas entre a população civil, bem como a violência generalizada perpetrada por grupos armados em conflito civil, étnico, religioso ou político. Sem efetuar quaisquer diligências para averiguar estes factos apresentados por todos e cada um dos jovens, o SEF proferiu para todos e cada um deles a decisão imediata de inadmissibilidade do pedido de proteção internacional, ao abrigo do regulamento de Dublin. Os jovens foram notificados de que teriam 5 dias para impugnar dessa decisão, ao abrigo da lei 27/2008, nos termos do artigo 37º, com exceção de XXX, a quem não foi atribuído nenhum advogado a tempo de apresentar recurso. Aliás, neste caso concreto, a advogada assignada, enviou uma carta (em português) em que pedia escusas do caso por não considerar que tinha qualquer viabilidade jurídica. Os jovens que apresentaram recurso à decisão do SEF foram recusados uma segunda vez, sem que se tenha tomado em conta a informação apresentada sobre as falhas sistémicas do processo de análise do seu pedido de asilo na Suécia. Dos 7 jovens identificados acima, dois já saíram do país, por considerarem que estavam em risco de ser transferidos para a Suécia, onde seriam imediatamente deportados (a Suécia está a fazer deportações regulares de nacionais afegãos). A iminente transferência para a Suécia dos jovens que ainda permanecem em território nacional implica, necessariamente, uma imediata deportação, em flagrante vulneração do princípio de *non-refoulement*, e colocando a vida, a integridade física e moral dos jovens em grave risco; razão pela qual consideramos indispensável a adoção de uma ação imediata do Provedor de Justiça, face a estas decisões tomadas pelo SEF(…)” (observação participante, texto enviado para o Provedor de Justiça, 21 de novembro de 2019).

A resposta a esta solicitação de intervenção do provedor de justiça foi um “registo automático”, enviado pela página do Provedor de Justiça<sup>134</sup>, a todos os assinantes da carta, sem que nenhuma medida concreta se tivesse comunicado aos cidadãos, como consequência. Destes sete jovens “dublinados”, apenas dois se encontram ainda em território nacional, apoiados por uma rede informal de voluntários e um advogado pro-

---

<sup>134</sup> Página do Provedor de Justiça disponível [em linha]: <http://www.provedor-jus.pt/> [consult. 30 de out. de 2020]

bono. Seguem com os seus recursos em Tribunal, tendo este obrigado o SEF a realizar novas entrevistas e a examinar as alegações de falhas sistémicas na Suécia.

#### **4.3.2. Mobilidade como resistência: o trajeto de um jovem “afegão-sueco”.**

Em julho de 2019 conheci Ahmed (nome fictício), um jovem de 18 anos que tinha chegado a Lisboa em maio desse ano, depois de fugir da Suécia, e ter passado alguns meses em Paris. Ahmed fugiu do Afeganistão com 14 anos, na sequência da morte de ambos os pais, e da ocupação da sua casa em Cabul, pelos talibãs. Esteve primeiro no Irão, onde ele e dois irmãos partilharam uma casa. Viajou para a Turquia com um tio, em 2015, pagou o transporte de barco até à Grécia, e caminhou em direção à Macedónia do Norte, com outros requerentes de asilo. Como menor não acompanhado, foi apoiado pela UNICEF, a candidatar-se a proteção internacional na Suécia, onde foi recebido e viveu tranquilamente, durante três anos. Ahmed recorda a sua vida na Suécia como muito boa, na maior parte do tempo. Nas suas próprias palavras:

“Sweden is good. Life there is very good. I stayed with my Swedish family long time, I helped them in the garden, I cooked for them. They gave me a house, so I helped them every day. I learned Swedish very well. I did not know how to read or write, so in Sweden I learned to read and write in Swedish. I even had my own computer, in school. I learned everything very well and I made many friends. I had a beautiful girlfriend, too, she was Syrian. Life was very good for me” (Ahmed, observação participante, julho de 2019).

Ahmed entendeu o seu acolhimento na sociedade sueca como uma troca recíproca, positiva e justa. Na perspetiva da dádiva (Mauss 2008 [1924]), Ahmed recebeu dons tangíveis (casa, escola, acesso a serviços e bens) e intangíveis (uma língua que lhe permitiu ler e escrever, o afeto de uma nova família, de uma namorada, e de novos amigos e um sentido de comunidade). Também são reconhecíveis os seus *countergifts* (Mauss 2008 [1924]) na forma como ele explica que reciprocou a “dádiva” à comunidade, ajudando a sua família, trabalhando, “*aprendendo tudo muito bem*” e integrando-se proactivamente, na comunidade.

Durante os primeiros meses de acolhimento na Suécia, Ahmed foi apoiado pelos serviços sociais, entrou numa escola técnica para motoristas de autocarro, e partilhou um apartamento com outros requerentes de asilo. Em meados de 2018, recebeu uma notificação dos serviços de imigração, avisando-o de que o seu pedido de asilo tinha sido oficialmente recusado. Ahmed entendeu que esta recusa terá tido por base o resultado de um exame, que lhe foi administrado pelos serviços médico-legais, “provando” que ele teria mais de 17 anos. Cada vez mais, a idade dos jovens que procuram asilo tornou-se disputável, na Suécia (Elsrud 2020). Os serviços de imigração empregam uma bateria de métodos cientificamente polémicos, para questionar a fiabilidade da idade declarada (Elsrud 2020). O argumento apresentado pelas autoridades, foi de que Ahmed não forneceu “provas suficientes” da sua idade, como um passaporte válido. No Afeganistão,

os cidadãos (sobretudo os menores) não costumam ter acesso a um passaporte, mas sim a um certificado que lhes serve como documento de identificação (*tazkira*). Ahmed pediu à sua irmã, que vive no Irão, para solicitar a um tio, ainda residente no Afeganistão, a emissão da sua *tazkira*. No entanto, o documento enviado pela irmã foi considerado "falso" pelas autoridades migratórias suecas. Ahmed perdeu imediatamente o direito à habitação e foi declarado *inelegível* para a proteção internacional do Estado. Quando os menores são categorizados como "adultos", de acordo com os investigadores suecos, o seu mundo vira-se "*upside down*" (Elsrud 2020), de um momento para o outro.

"They gave me a few hours only, to pack my bags. After that I had to run and hide. Hide from police, hide from social services, hide from migration services. Even my Swedish family, they were told that they couldn't help me or contact me" (Ahmed, observação participante, julho de 2019).

Nesta altura, Ahmed entrou em contacto com uma rede de apoio informal, através do *Facebook*, onde alguns cidadãos solidários suecos o ajudaram a encontrar alojamento temporário numa autocaravana, estacionada numa cidade pequena, longe de Estocolmo. "*In the winter I slept in a caravan that they lend me. No heating! Some days it was minus degrees! And my friends (solidários suecos) they gave me clothes and food*" (Ahmed, entrevista, julho de 2019). Ahmed explicou que este momento foi "o fundo do poço" para ele, fazendo-o sentir-se "dependente de caridade", sem ter a possibilidade de retribuir. Foi nessa altura que decidiu fugir da Suécia. O ato de fuga foi, naturalmente, uma forma de evitar a deportação para o Afeganistão (país onde não tinha quaisquer vínculos significativos), mas também uma oportunidade de recuperação da sua dignidade, e da esperança num futuro independente. A mobilidade foi a ferramenta disponível, para restaurar a sua agência e o controlo, numa situação de "morte social" (Cacho 2012; Vigh 2006; Elsrud 2020). Para Ahmed a *morte social* constituiu-se como uma queda num espaço-tempo segregado, num país em que, antes, se tinha sentido em casa (falava a língua, criou redes sociais e planos de vida); mas onde agora se tinha tornado "outro"; desumanizado, com uma vida *descartável* (Mbembe 2019) e *ungrievable* (Buttler 2009; Elsrud, 2020).

Ahmed percebeu, nesta fase, uma mudança no "tom" da solidariedade. Nas circunstâncias precárias a que foi remetido, as "dádivas" não reciprocadas colocaram-no numa posição hierárquica inferior. Começou a sentir "obrigações morais" para com os seus benfeitores, e sentiu que estes lhe "exigiam" algo em troca, embora não o dissessem explicitamente. No início, Ahmed passou alguns meses em Paris, onde estabeleceu contactos com redes informais locais, que incluíam requerentes de asilo *afegãos* que tinha conhecido na Suécia. O seu plano era ficar com eles, em França, e ali recandidatar-se a asilo, procurando encontrar um emprego, enquanto aguardava pela decisão das autoridades francesas. A sua rede de apoio informal, a partir

da Suécia, dava-lhe algum dinheiro de bolso, através de um cartão de débito bancário, e ia mantendo um contacto próximo, através de chamadas por *WhatsApp* e das redes sociais.

“I wanted to stay in Paris, I didn’t care if they refused me. We can find a job easily in Paris, my friends were able to find ways to survive there. But my helpers told me I should come to Portugal, because I would have better chances to be accepted here” (Ahmed, observação participante, julho de 2019).

A decisão de deixar Paris e vir para Portugal, em maio de 2019, foi totalmente organizada pela rede informal de Ahmed na Suécia, à distância, com base numa análise coletiva das políticas de migração em Portugal, e das estatísticas de asilo publicadas pela EUROSTAT. Portugal tinha recebido críticas positivas, nos meios de comunicação social, devido à sua posição política de abertura, face aos refugiados e aos migrantes. Nas estatísticas de pedidos de asilo admitidos em Portugal, a probabilidade de acolhimento a cidadãos do Afeganistão era superior à de outros países Europeus (embora estas estatísticas apenas reflitam a admissão de primeiros pedidos, e não situações abrangidas pela Convenção de Dublin, como era o caso de Ahmed). A rede de solidários instituiu-se, assim, como uma mediadora entre as instituições europeias e Ahmed, influenciando-o nas decisões de mobilidade no continente.

Como já vimos, as condições objetivas do acolhimento em Portugal são precárias e caracterizam-se por uma enorme desarticulação entre serviços, falta de recursos e precariedade. Ahmed viveu em 3 *hostals*, em Lisboa, cada um deles com problemas estruturais muito graves. No primeiro, teve vários problemas respiratórios, pela acumulação de bolor nas paredes, e pela presença de várias pessoas no mesmo espaço fechado (cerca de 10 pessoas no mesmo quarto, de acordo com Ahmed). Após uma disputa acesa com um dos seus companheiros de quarto, acabou por ser transferido para outro local, não sem antes ter sido “categorizado” pela técnica do CPR como “agressivo” (num telefonema que realizei posteriormente para o CPR, a denunciar a situação, Ahmed foi literalmente descrito pela técnica de acompanhamento como “mal-educado”, “agressivo” e “mentiroso”, acreditando a mesma técnica que Ahmed era o principal causador de todos os problemas de convivência de que se queixava).

No segundo *hostal*, local em que vivia quando o conheci, Ahmed foi forçado a partilhar a mesma cama, com outro requerente de asilo, também afegão, sem qualquer relação com ele. Thelma (nome fictício), uma ativista sueca que tinha estado com Ahmed em Lisboa, em junho, contactou-me, através das redes sociais. Thelma estava muito preocupada com ele, achando-o extremamente isolado e deprimido. Recorrendo aos seus contactos em Lisboa, soube que eu estava a fazer investigação e voluntariado com uma associação informal de refugiados. No nosso primeiro contacto, explicou-me que fazia parte de um coletivo informal, que ajudava *rapazes afegãos-suecos* em toda a Europa. Esta designação chamou-me a atenção pela sua dupla pertença simbólica, que dá a entender uma reivindicação política pela nacionalidade destes jovens. O grupo

de solidários e ativistas era formado por antigas famílias de acolhimento, e membros da sociedade civil sueca, que se opunham aos novos regulamentos e práticas, aplicados pelos serviços de imigração. Thelma afirmava que a Suécia “*quebrou o contrato moral estabelecido entre o Governo e estes jovens*”, e isso fez com que ela e os seus companheiros solidários, se “*zangassem*” com o seu próprio Estado.

“We are regular people, that feel responsible for these youngsters. We do not agree with the way the Swedish Government is handling them and we saw how these policies completely destroyed their lives. They were almost integrated in our communities, they learned the language, they were studying and working, helping their Swedish families, some of which were elders. They were active and contributing members of Swedish society, before they were violently tossed out of the system. This is so wrong! They were much more caring and socially active than most of our regular Swedish adolescents” (Thelma, entrevista, junho de 2019).

Ahmed falou-me dos seus planos para o futuro e das suas maiores preocupações, a primeira das quais era a sua “situação insuportável”, no alojamento coletivo. Mostrou-me um vídeo do quarto e contou-me, com muita vergonha, “*sou obrigado a partilhar a cama com outro homem, porque só temos uma cama no quarto*” (observação participante, tradução minha). Para gerir a situação, Ahmed combinou com o seu companheiro de quarto que, cada um, dormiria no chão, alternadamente, dia sim, dia não. Ahmed levou-me até ao *hostal* para ver o quarto: era um cubículo muito pequeno, com uma cama de casal que ocupava praticamente todo o espaço, e um pequeno armário de ferro. O *hostal* tinha na altura cerca de 60 pessoas, distribuídas por 3 pisos (cerca de 20 por piso), e em cada quarto havia, em alguns casos, 7 requerentes de asilo. Cada piso dava acesso a apenas uma casa de banho partilhada, local em que também se lavava e estendia a roupa de todos. Ahmed contava que, de manhã, tinha que sair do quarto muito cedo, e permanecer numa fila, até conseguir usar a casa de banho.

Fomos jantar a um restaurante local (o *hostal* não tinha cozinha disponível, naquele momento) e Ahmed foi-me contando um pouco mais, sobre a sua situação em Portugal. Falava muito da Suécia, onde aprendeu a falar e a escrever fluentemente, onde frequentou um ano de formação especializada, e onde tinha uma vida estruturada e organizada (com amigos, namorada, planos para o futuro, etc.). A chegada a Portugal confrontou-o com diversos problemas, sobretudo pelas barreiras linguísticas (não falava bem inglês e não falava português) mas, mais importante ainda, contou-me, pela falta de “comunidade”: “*há poucas pessoas do Afeganistão e eu só conheço 4 ou 5 rapazes, que estão nas mesmas circunstâncias que eu*” (Ahmed, observação participante, julho de 2019).

Assumindo um papel simultâneo de investigadora e solidária, ativei algumas redes locais de apoio, de modo a facilitar o acesso de Ahmed a serviços básicos (saúde, saúde mental, alimentação, educação, apoio jurídico, ocupação de tempos livres). Assumir esta posição mais engajada, no terreno, foi uma decisão consciente, influenciada pelo meu conhecimento prévio das limitações e lacunas do sistema de acolhimento português. Comecei por tentar ativar o apoio institucional disponibilizado, dando conhecimento ao CPR sobre as circunstâncias de Ahmed, nomeadamente da grave situação de alojamento, da precária situação de saúde

e da ausência de apoio jurídico disponível. No entanto, a instituição justificou as lacunas no acompanhamento a Ahmed com os “poucos recursos humanos disponíveis” e as “dificuldades de adaptação próprias de Ahmed”. Falhando o apoio institucional direto, procurei apoio nas redes locais, através da Junta de Freguesia de Arroios.

“Percebemos que o alojamento era um problema grave, e que não havia entorno social ou meios para aprender a língua, não havia aulas. Era difícil saber mais, por todas as barreiras, sobretudo a linguística. Foi fácil perceber que não havia qualquer integração do ponto de vista de saúde, nenhuma integração ao nível da educação e do trabalho, sem estrutura de apoio institucional. A explicação sobre a história e situação jurídica de Ahmed chega-nos através das redes informais, porque não havia quaisquer informações sociais disponibilizadas pelas instituições com responsabilidade sobre o caso (no caso o CPR). Conhecendo a história, decidimos que tínhamos que fazer alguma coisa, dentro das nossas competências e atribuições. Falámos com os parceiros com responsabilidade, para garantir a dignidade mínima do Ahmed em Portugal. Contactámos várias vezes o CPR e o ACM, sem sucesso. Nenhuma técnica se disponibilizou para articular connosco” (Lucia Gomes, JFA, entrevista, julho de 2020).

Para além dos constrangimentos que Ahmed encontrou ao nível da habitação, saúde e acesso a serviços, a primeira advogada que lhe foi atribuída pelo Instituto de Segurança Social, pediu escusas do caso, considerando que não tinha *viabilidade jurídica*. O SEF utilizou o Regulamento de Dublin para determinar a recusa de proteção internacional e a transferência automática para a Suécia. Esta decisão “mecânica” do SEF requeria uma contestação legal, explicando toda a injustiça legal vivida na Suécia. Ahmed foi notificado de que teria 5 dias para impugnar da decisão, ao abrigo da lei 27/2008, nos termos do artigo 37º (conforme notificação do SEF). A carta que o informava das “escusas” da advogada chegou depois desses 5 dias, em finais de junho de 2020. Através do JRS, Ahmed conseguiu um novo advogado pró-bono, que se comprometeu a contestar desta decisão do SEF, e a pedir recurso em Tribunal. O novo advogado recebeu Ahmed no seu escritório, com um intérprete voluntário que, de acordo com Ahmed, “era iraquiano, e falava muito mal farsi, não entendeu nada do que eu disse”. O advogado pediu-lhe, apenas, que o seu processo legal na Suécia fosse traduzido, para a língua inglesa ou para português, de modo a que pudesse utilizá-lo em seu favor, em Tribunal. Através de redes informais de apoio, conseguiu-se localizar uma tradutora voluntária em Lisboa, que se prontificou a fazer a tradução sem custas, para a Junta de Freguesia de Arroios.

“Relativamente ao acompanhamento jurídico, percebemos que podíamos ajudar na tradução de documentos, através de um apelo a um tradutor gratuito, e certificando a tradução na Junta. Mas esta situação muito concreta alertou-nos para um problema mais grave. Começámos a fazer uma reflexão, tendo em conta que o ACM está instalado na freguesia, e o CPR tem vários requerentes de asilo a viver na freguesia, precisávamos de nos articular. Mas na altura, nada foi possível” (Lúcia Gomes, JFA, entrevista, julho de 2020).

Ao longo do verão de 2019, Ahmed conheceu melhor a cultura e sociedade portuguesas, através das suas experiências e vivências na cidade de Lisboa. Participou em diversas atividades sociais, a partir da rede de



relações informais e do apoio local da Junta, conheceu mais pessoas, alargou as suas competências linguísticas (embora mais em inglês do que em português, o que, em si mesmo, é revelador das suas circunstâncias) e estabeleceu uma rotina. Em outubro de 2019, já com maior conhecimento de causa, Ahmed manifestava-se extremamente descontente com o país. As suas circunstâncias precárias, em constante limbo e luta pela sobrevivência, tornaram claro para Ahmed, que Portugal nunca corresponderia às suas expectativas. A sua rede informal de apoio foi-se também manifestando desiludida, perdendo a esperança de que uma integração em Portugal fosse alguma vez viável. Para Thelma, Ahmed chegou a Portugal condicionado pelas experiências anteriores na Suécia, um país que, segundo ela, "já não existia":

“When they arrived in Sweden, they arrived at a "better time", where all refugees were provided with rooms, school and networks. The Sweden that they left has mistreated them very badly, throwing them out on the streets, giving them hope one day, only to take away hope the next. However, since many had time to make friends with people in Sweden they have been “rescued”, in a sense, by civil society. That was the situation they left, I think, yet I find that they compare Portugal to what Sweden was like when they arrived there and to the networks that took them 4 years to build. This Sweden does not exist anymore, and the networks are soon worn out. Yet, I think that this is what they miss when they arrived in Lisbon. They had hopes to find that again, but now they are losing it” (Thelma, observação participante, outubro de 2019).

A rede informal de solidários suecos esperava que Ahmed alcançasse alguma independência e autonomia em Portugal, com o tempo; tal como tinha acontecido na fase inicial do acolhimento, na Suécia. Após seis meses de estadia, em território nacional, com o pedido de asilo ainda em processo, Ahmed começou a ser pressionado para sair do terceiro *hostal*, pela técnica do CPR. Concluídos os primeiros seis meses, como vimos, os requerentes de proteção internacional, consoante a admissibilidade ou não do seu pedido, são “transferidos”. Neste caso, o seu processo foi transferido para a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), para o departamento de Emergência Social, onde lhe indicaram que teria que encontrar um quarto, por sua conta, com o apoio mensal máximo de 273 euros.

Ahmed pediu ajuda à sua rede informal de apoio, para procurar quarto, rapidamente constatando que, em Lisboa, o preço médio das rendas era superior a 300 euros. Nestas circunstâncias, na Suécia, contavam-me Ahmed e os seus apoiantes, teria sido fácil encontrar um alojamento informal, através de uma família ou de um cidadão solidário que disponibilizasse um quarto em sua casa. No entanto, em Portugal, esta forma de solidariedade informal não é fácil de encontrar e não existem muitas *okupas* ou centros sociais, com alojamento disponível, para pessoas nas circunstâncias de Ahmed. A única rede de alojamento informal disponível (*Refugees Welcome Portugal*) informou que não tinha condições para garantir esse apoio, naquele momento. Recorrendo à técnica de serviço social da Junta de Freguesia de Arroios, conseguiu-se localizar uma senhoria idosa, na freguesia, que aceitou alugar um quarto a dois jovens afegãos (Ahmed e o seu amigo Amir-

nome fictício), por 300 euros. As regras eram um pouco rígidas (implicando uma série de procedimentos sobre a partilha do espaço, a limpeza e a utilização da cozinha e da casa-de-banho) mas, esta foi uma solução viável, para os dois jovens se conseguissem manter em Lisboa, no mesmo bairro.

A situação jurídica de Ahmed mantinha-o num limbo legal, com o seu advogado pró-bono a declarar, em outubro de 2019, que ainda não tinha submetido qualquer recurso em Tribunal. Semanas após obter a tradução certificada pela Junta, o advogado mencionava que não podia utilizar aquele documento, por não estar “em conformidade”, situação que em muito desagradou as pessoas que se esforçaram por consegui-lo, com a pouca informação e comunicação disponíveis, correndo “contra o tempo”, e de forma totalmente voluntária. Face às dificuldades de comunicação evidentes com este advogado, recorreu-se novamente às redes informais, para se conseguir um novo advogado pró-bono (o primeiro que se dedicou, realmente, a investigar a situação de Ahmed em profundidade). O novo advogado, indicado por amigos de amigos, submeteu uma *intimação de direitos e garantias*, em novembro de 2019, uma figura jurídica a partir da qual se solicitava ao Tribunal um pronunciamento quanto às falhas processuais do SEF. O Tribunal deu razão a Ahmed, num primeiro momento, aceitando a justificação de que, até à data, ele ainda não tinha sido ouvido numa entrevista compreensiva, como está previsto na lei. Foi admitida a recolocação de um novo pedido de asilo em Janeiro de 2020, e anulada a decisão de transferência imediata para a Suécia.

Por esta altura, no entanto, a situação precária de Ahmed e o tempo já tomado pelo longo processo jurídico, fez com que a sua sensação de imobilidade e precariedade se tornasse insuportável:

“I want to go to Paris. I have been saying this for months and nobody listens. I know I have no chance here in Portugal, and I don't like my life here. I do nothing, all they say is wait, wait, wait, wait. Well, I am tired, I can't stand it anymore” (Ahmed, observação participante, janeiro de 2020).

A comunicação, nas redes sociais, entre Ahmed e a sua rede informal tornou-se frenética e confusa, parecendo reproduzir, simbolicamente, a frustração de Ahmed, que agora se alastrava a todos os seus apoiantes. Uma solidária sueca expressava, com muita angústia, que se sentia “manipulada” por Ahmed, que ele se estava a portar como “uma criança”. Esta senhora acabou por se afastar de Ahmed, para “proteger-se”, e a aconselhar outros solidários (e a mim também), que fizéssemos o mesmo, porque “*Ahmed era egoísta e manipulador*”. Outros solidários, como Thelma, mantinham-se firmes, neste momento difícil, e estendiam-lhe afeto e empatia, dizendo-lhe que entendiam perfeitamente que Portugal era um país “*muito diferente e muito difícil*”, comparativamente à sua experiência anterior, na Suécia.

“I sometimes get so sick of my own voice. I can hear myself talking about “hanging in there”, “breathe”, “one day at a time”, through their ears and eyes and feeling really dumb. I may be right that the best thing is to wait, but that is all they have been doing, for four years now....” (Thelma, observação participante, dezembro de 2019).

A distância física das redes de apoio suecas, as insuficiências do apoio local em Lisboa, e o fator temporal da espera, associados aos longos e burocráticos procedimentos jurídicos; tornaram a vivência em limbo e em precariedade uma situação insustentável para Ahmed. Sentindo, novamente, a sua vida tornar-se *descartável*, agora noutra país europeu, Ahmed dizia-me que precisava de encontrar outra forma de recuperar o controlo sobre a sua vida. “*Não posso continuar assim, há coisas que eu preciso de fazer, há pessoas que contam comigo, a minha irmã no Irão precisa que eu trabalhe, tenho que me mexer.*” No final de fevereiro de 2020, Ahmed conseguiu convencer Nora (nome fictício), uma das solidárias suecas que o apoiava, a dar-lhe apoio logístico e financeiro, para voltar para Paris. Ahmed estava em contacto com os seus amigos e conhecidos naquela cidade, que lhe contavam que havia maiores hipóteses de conseguir o estatuto de refugiado ali. “*They say they are “negative” (impressões digitais não foram identificadas no sistema), that one out of four becomes “negative”, so it’s much more hopeful for me there than here*”. Sabendo de antemão que estes rumores poderiam não ser confirmados, Ahmed preferia, nesta fase, “arriscar a sorte”, do que continuar na situação de imobilidade a que estava remetido pelo sistema de asilo português.

Até então, a sua lealdade e o seu afeto para com a rede informal solidária, fê-lo adiar esta decisão. Ahmed sentia-se na *obrigação moral* de reciprocidade o apoio recebido pela sua rede, permanecendo num país de que não gostava, e onde não se imaginava a viver. Enquanto a maioria dos solidários continuava a opor-se à sua decisão, procurando convencê-lo a ficar, Nora sentiu que Ahmed estava no seu limite emocional, e decidiu ajudá-lo, unilateralmente. O acordo entre ambos foi mantido em segredo, até ao dia anterior à partida de Lisboa. Ahmed e Nora trataram de todos os detalhes logísticos (a viagem de comboio, a receção e o alojamento informal), com uma rede de solidários suecos em Paris e, um dia antes, Ahmed informou toda a gente, já com tudo organizado.

Ahmed chegou a Paris um pouco antes da pandemia por Covid-19, sendo imediatamente colocado em confinamento, na casa de uma família franco-sueca. A decisão parece ter sido a mais acertada, na perspetiva de Ahmed, porque conseguiu recomeçar a sua vida em Paris, trabalhando numa associação de voluntários, e voltando à escola, para aprender a língua francesa. As suas fotos no *Facebook* mudaram de “tom”; enquanto antes publicava *posts* sobre a situação no Afeganistão e sobre a sua frustração em Portugal, agora publicava, com orgulho, os seus passeios pela capital francesa, as fotografias nas aulas de francês e com a sua nova “família”, e os progressos desportivos no boxe tailandês.

Através do sistema EURODAC, os serviços de migração franceses detetaram as impressões digitais de Ahmed e identificaram o pedido de asilo que tinha pendente, em Portugal. No entanto, Portugal (o SEF) recusou a *tomada a cargo* de Ahmed, descartando a sua responsabilidade (mais uma vez, ao abrigo de

“Dublin”). Desta forma, o Tribunal francês ganhou o poder para decidir, em Setembro de 2020, que Ahmed poderia realizar um novo pedido de proteção internacional em França; conferindo-lhe uma lufada de esperança e renovado otimismo.

A identidade e o sentido de pertença expressos por Ahmed, sempre foram de cariz cosmopolita, baseados nas suas vivências transnacionais *afegãs-suecas*. As redes informais de solidariedade, que foram acompanhando a sua mobilidade entre fronteiras, compostas por múltiplas relações afetivas, expectativas, códigos morais e negociações, ajudaram Ahmed a manter este sentido de pertença cosmopolita ativo, mesmo quando afrontou todas as dificuldades mencionadas. Utilizando a mobilidade como resistência, e como ferramenta na recuperação da sua dignidade e do controlo sobre a sua vida, Ahmed foi mantendo uma existência paralela às determinações legais e estatutárias; apoiando-se em redes informais criadas e reajustadas, ao longo da sua trajetória. Paralelamente, as redes informais solidárias foram operando resistências às políticas europeias de imigração, numa tentativa de reparar os danos causados pelos Estados-Nação. Emocionalmente, existe uma dor partilhada entre Ahmed e a sua rede informal sueca, que é a perda simbólica da Suécia que outrora conheceram. Obviamente, partindo de posicionamentos e privilégios completamente diferentes, esta *perda* tinha aspetos comuns. Durante as conversas com Ahmed, era frequente que ele expressasse sentimentos de vergonha, de desamparo, de impotência, de raiva e frustração; ao mesmo tempo que elogiava e tinha saudades da “sua” Suécia. Paralelamente, os ativistas e solidários suecos falavam com nostalgia do tempo anterior à “crise” de refugiados, quando a Suécia era vista como um dos países europeus mais “generosos”, justos e acolhedores, para refugiados.

A relação estabelecida com as redes informais solidárias funcionou, para Ahmed, como um recurso, que o ajudou na manutenção da sua mobilidade. As ações solidárias e as nuances intersubjetivas da sua rede de apoiantes, ajudaram-no a manter uma sensação de continuidade, movimento e fluxo, entre fronteiras. Falar com as mesmas pessoas por telefone, atualizando notícias, trocando fotografias e mensagens, foram pequenas ações banais, rotineiras, que ajudaram Ahmed a manter a sua identidade cosmopolita, a sua agência, a sua luta pela justiça, a sua aceitação e respeitabilidade. Ser reconhecido como indivíduo e não como “um caso” ou apenas na alteridade da categoria “requerente de asilo”, permitiu-lhe fazer uma atualização constante de si mesmo, ancorada nas memórias positivas da sua “vida anterior”.

No entanto, como em todas as relações humanas, observei alguns condicionalismos e limitações impostos pelas próprias redes informais. À medida que Ahmed procurava alternativas para a sua vida, muitas vezes se sentiu observado, julgado e, constrangido na sua ação, pelos pensamentos e opiniões expressos pelos apoiantes informais. A negociação moral entre Ahmed e a sua rede de apoio, forçou-o a fazer compromissos e cedências, em alguns momentos do seu trajeto. Este fato parece indicar que as redes

informais se transformam em sistemas interdependentes que passam a mover-se em conjunto, criando uma homeostase própria, guiada pela subjetividade e reciprocidade inerente às relações humanas estabelecidas. O percurso de Ahmed denota ainda como a sua mobilidade operou resistência aos desafios estruturais colocados pelo regime europeu de fronteiras (Balibar, 2002; 2009; Vacchiano 2013; 2015a; De Genova, 2017, 2018). É interessante como as redes informais se adaptaram e cresceram, elas próprias, além-fronteiras, para encontrar novas conexões, fluindo, contraindo-se e expandindo-se, encontrando novos espaços de viabilidade, sempre em colaboração com atores da sociedade civil. Esta trajetória é, por isso, uma expressão da resistência coletiva fluida de que falei no estado da arte, guiada pela circulação de afetos e valores; encontrando pontos fracos na rigidez das fronteiras Europeias, e suavizando os embates de Ahmed com a violência estrutural e institucional dos Estados-Nação por onde passou.

#### 4.4. UM MODELO DE CARIDADE OBSOLETO? SOLIDARIEDADE COM REFUGIADOS EM PORTUGAL

“Charity is no gift-exchange. In a gift-exchange we are giving in response to gifts already given, we enter into an emerging game of reciprocity. The gift is always in response to an encounter with abundance. The gift-exchange pays little interest in need or lack – that is the work of charity. We all-too-often talk as if the world needs more charity, more people giving to other people who are lacking and in need. I argue we do not require more charity. We must resist the belief that human lives are empty and lacking. Instead, we must see human lives as rich and full – understanding that this fullness is not always an easy thing, sometimes it can also be a source of pain. We take on the responsibility of bearing witness to our own experience of the fullness in human lives, and in life in general. And we take on the responsibility of creating meaningful, enlivening and specific response to our encounters with such abundance. Such responses are always unique... they never can be truly scripted or anticipated. We respond to a unique and irreplaceable presentation of a particular act of giving within a complex rhizome world. We respond to the abundance of others, not to lack and poverty (...) Christopher Kinman, dezembro de 2009<sup>135</sup>

Vejamos, agora, com maior detalhe, a solidariedade que está disponível para os refugiados *não-espontâneos*, isto é, aqueles que chegam a Portugal através de protocolos ou acordos estabelecidos pelo Governo Português. Em 2017, quando iniciei o trabalho de terreno em Portugal, ainda chegavam os refugiados do primeiro programa de recolocação, ao abrigo do acordo estabelecido com a União Europeia. Em Lisboa, como já referi, era a Câmara Municipal de Lisboa (CML), em parceria com duas organizações principais: o Serviço Jesuíta aos Refugiados (JRS), e a Associação Crescer, que coordenava o acolhimento e a integração aos recém-chegados. Os recém-chegados eram colocados inicialmente no Centro de Acolhimento Temporário a Refugiados (CATR), gerido pelo JRS, apoiados por uma equipa técnica de acompanhamento. Posteriormente, eram encaminhados para a Associação Crescer, que alugava apartamentos na cidade, dando continuidade ao

---

<sup>135</sup> Kinman, Christopher; *Territories of the Alive*, 13 de dezembro de 2009, disponível [em linha]: <http://christopherkinman.blogspot.com/2009/12/thinking-about-charity-and-gift.html> [consult. 2 nov. 2020]

programa de integração de 18 meses. Entre as atividades desenvolvidas no CATR, o JRS tinha a responsabilidade de:

(...) acolher, encaminhar e acompanhar os refugiados desde a sua chegada ao aeroporto, colaborar com a CML na gestão da capacidade do centro, elaborar o plano individual de intervenção, assim como prestar acompanhamento individualizado, orientação, atividades de integração, apoio jurídico, acompanhamento a serviços, apoio psicossocial e diagnóstico, e avaliar e acompanhar individualmente cada refugiado, após a sua saída do CATR, com periodicidade mensal ou trimestral (página do JRS, 2017<sup>136</sup>).

A Associação Crescer, de cariz comunitário, é especializada na inclusão social de população sem-abrigo e de pessoas afetadas pela dependência de substâncias, através da metodologia “redução de risco”; pelo que, iniciou o seu trabalho com refugiados, apenas em 2016:

No seguimento do nosso trabalho no terreno, a Câmara Municipal de Lisboa convidou a Crescer a desenvolver um Programa Municipal de Acolhimento de Refugiados na cidade de Lisboa (PMAR LX) que conduziu ao Projeto “É UMA VIDA”. O seu principal objetivo é trabalhar em estreita colaboração com os beneficiários, promovendo a sua integração na comunidade (página da Associação Crescer, 2017<sup>137</sup>).

Durante um período de 3 meses, em 2017, disponibilizei-me como voluntária, na Associação Crescer, de forma a conhecer mais de perto o sistema de acolhimento a refugiados recolocados, na cidade de Lisboa. Este pequeno voluntariado ajudou-me a perceber melhor o funcionamento do programa, e como se articulam os diferentes serviços e instituições, na integração de refugiados na cidade. O meu voluntariado foi aceite pelos coordenadores do projeto, com base no meu currículo e experiência profissional, e consistia em sessões regulares de reflexão conjunta, com os técnicos que acompanhavam os refugiados, incluindo sessões de partilha, formação e reflexão sobre temas solicitados pela equipa.

A equipa assumiu, desde o início, que não tinha muita experiência de trabalho com a população refugiada, e que a maioria das pessoas tinha sido recrutada sem experiência profissional com refugiados. Ao longo do período de voluntariado, conheci doze membros desta equipa, quase todos mulheres jovens, licenciadas em Psicologia, Serviço Social, e áreas similares. Conheci também quatro intérpretes de árabe e de *tigrinya* que tinham sido, eles próprios, refugiados. Grande parte do trabalho desenvolvido pela equipa da Associação Crescer era intuitivo, procurando acompanhar e dar resposta às necessidades percebidas no terreno, à medida que elas iam surgindo. Incluíam-se, como metodologias de acompanhamento, visitas domiciliárias regulares, o acompanhamento personalizado dos refugiados a serviços básicos, a facilitação do acesso aos direitos inscritos na legislação (saúde, educação, emprego, habitação, aprendizagem da língua

---

<sup>136</sup> Página disponível [em linha]: <http://www.jrsportugal.pt/acolhimento/> [consult. 14 nov. 2020]

<sup>137</sup> Página disponível [em linha]: <https://crescer.org/en/projects/e-uma-vida/> [consult. 14 nov. 2020]

portuguesa), e a provisão de ajuda complementar aos apoios sociais do Estado (alimentação, roupa, mobiliário, etc.).

Dado o número de refugiados acompanhados superar a capacidade humana da associação (número de técnicos e intérpretes disponíveis), a Crescer decidiu reforçar o trabalho de equipa, através de uma rede de voluntários, recrutados na sociedade civil. Durante o trabalho de terreno, conheci duas destas voluntárias, uma delas integrada no “Programa Mentores para Migrantes<sup>138</sup>”, coordenado pelo ACM; e outra independente, com um vínculo direto com a Associação Crescer. As suas tarefas específicas eram decididas de forma mais ou menos livre, em diálogo com os próprios refugiados. Não existiam, de acordo com as voluntárias, quaisquer normas ou códigos de conduta delineados pela Associação Crescer. Cada voluntário decidia o tipo de relação que estabelecia com os refugiados, os limites e o alcance do seu envolvimento, assim como a duração do seu trabalho.

Alguns dos desafios mencionados, quer pela equipa técnica, quer pelas voluntárias, eram as barreiras e dificuldades estruturais acima descritas, por exemplo, a burocracia migratória, lenta e complexa, e as dificuldades de acesso à habitação em Lisboa. Por outro lado, foram também mencionadas carências profissionais, isto é, falta de formação inicial, de informação crítica sobre o asilo, de competências culturais e de autoconfiança para trabalhar com refugiados. A escassa disponibilidade de mediadores interculturais, a ambivalência nos limites e regras de funcionamento, as dinâmicas relacionais complexas e o trabalho direto com situações sociais de grande vulnerabilidade psicossocial eram alguns dos fatores que agravavam estas carências profissionais.

“O Sr. com quem trabalhei estava muito desiludido com o apoio. Eu também achei aquilo tudo muito improvisado, muito atabalhoado...acabaram os 18 meses do programa de integração, e a Associação teve uma reunião comigo, com o refugiado que eu ia apoiar e com a coordenadora do programa de mentores, que já me conhecia, de outros migrantes que eu apoiei. Estabelecemos uma espécie de acordo e a partir daí, eu estava responsável por acompanhar o refugiado. Mas ele ia acabar a dita “integração” sem ter nada. Nem processo administrativo concluído, nem casa e nem emprego. O que eu tentei fazer com ele, inicialmente, foi rever o CV, mas ele me até levou a mal, porque já tinha feito um CV e estava farto de enviar CV’s sem qualquer resposta. É que eles nem sabem fazer currículos, com certeza fizeram um CV qualquer só para dizer que tem um, mas...é preciso saber procurar emprego e as pessoas não sabem (Susana, voluntária na Associação Crescer, entrevista, janeiro de 2018).

Susana (nome fictício), “mentora” e voluntária na Associação Crescer, é uma mulher de 46 anos, natural de Moçambique, recentemente residente em Lisboa. Tem 30 anos de experiência profissional, em empresas e corporações, sobretudo na área dos recursos humanos e *desenvolvimento pessoal*, e fez recentemente um

---

<sup>138</sup> Mais informação disponível no sítio web do Alto Comissário para as Migrações, [em linha]: <https://mentores.acm.gov.pt/home> [consult. 3 nov. 2020]

curso de *life-coach*. Susana contou-me que sempre se interessou muito pela área social, tendo feito outros voluntariados com pessoas em situação de vulnerabilidade social, apoiando-as, sobretudo, na procura de emprego, razão principal pela qual se registou no Programa de Mentores. A outra razão foi estar desempregada, naquele momento, e apetecer-lhe fazer algo “útil” com as suas competências. Confessou que *“ainda não encontrei aquele voluntariado que queria, ainda não é bem isto”*. Dizia-me ter ideias muito claras sobre *“o que quer fazer e como quer ajudar pessoas”*, ideias essas que passavam por “orientar”, sendo que *“os migrantes têm outras prioridades, a vida nem sempre lhes dá tempo para se dedicar a isto como deve ser”*. Quando se inscreveu pensava poder ajudar refugiados, mas a única experiência que teve *“não correu nada bem”*. Segundo Susana, *“o refugiado nunca chegou a perceber nada do que ficou contratualizado entre nós, ou disse que sim só para não dizer que não, mas não via qualquer relevância neste programa”*.

Susana nunca se referiu ao nome do refugiado que apoiou, para proteger a sua identidade. Utilizava a expressão “o refugiado”, “o senhor” ou “o meu mentorado”. Várias vezes utilizou a expressão “eles” para falar sobre refugiados em geral, a partir desta experiência singular, referindo-se também às *expectativas exageradas* dos refugiados, como o seu *“maior entrave”*. Na sua visão, não devia haver qualquer diferença no tratamento entre migrante/refugiado, pois isto faz com que *“os refugiados sejam demasiadamente protegidos”*. Perguntei-lhe como seria um acolhimento ideal aos refugiados, em Portugal: *“imagino os refugiados a irem para casa de outras pessoas, não para os centros, onde eles só ouvem os outros a queixar-se e fica um ambiente “tóxico”. Têm que inserir-se na sociedade, portanto era melhor não estarem só entre eles”* (Susana, entrevista, fevereiro de 2018).

A segunda voluntária que conheci foi Sandra (nome fictício), uma estudante de doutoramento, a fazer investigação sobre a integração de refugiados em Portugal. Antes de se apresentar como voluntária na Associação Crescer, Sandra investigou o sistema de acolhimento nacional, lendo artigos e teses publicadas por investigadores que já conheciam o terreno. Falou também com outros investigadores, aconselhando-se sobre a melhor forma de se integrar, para criar uma boa relação com a comunidade. Escolheu a Associação Crescer por lhe permitir um certo grau de informalidade e de independência, na relação com os refugiados. Sandra iniciou o voluntariado em 2016, e ainda hoje (2020) se mantém, informalmente, em contacto com as pessoas a quem prestou apoio voluntário.

*“Não foi surpresa nenhuma a realidade que encontrei, já tinha lido sobre isto, aliás foi por isso que quis fazer alguma coisa, fora do lado institucional. Pensei fazer um voluntariado com a Associação Crescer, que me parecia um pouco mais neutra, e realmente foi, porque eu estive sempre *outsider*. Na altura eles fizeram-me uma entrevista, em 2016, e precisavam de tudo, pessoas para procurar alojamento, para ajudar em todos os aspetos. Chamaram-me para ajudar um casal que não podia sair de casa para frequentar o curso de português do IEF, porque tinham menores a cargo, e chamaram-me depois para outros casos, que não podiam sair de casa. Eu ia a casa deles e ajudava-os com o português. Eu vim a*



saber mais tarde que eles tinham reuniões com voluntários, mas a mim nunca me chamaram, portanto mantive-me mesmo *outsider*. Tinha-me até oferecido para estar lá, fazer telefonemas ou outras tarefas, mas nunca cheguei a ir, só fui uma vez, depois de um ano, fazer um *update* da situação. Eles nem sabiam quantas vezes é que eu ia a casa das pessoas, era uma coisa que eu geria com os próprios refugiados” (Sandra, entrevista, agosto de 2020).

Sandra estabeleceu, portanto, um relacionamento direto com os refugiados, sem uma articulação regular com a Associação Crescer, para além de uma reunião formal, depois de cumprir um ano de trabalho voluntário. Para Sandra, “isto foi ótimo”, porque lhe permitiu ter a liberdade e a informalidade que desejava, e na qual se revia.

“Quanto à gestão da relação, eu geri por mim, pela minha intuição, desde o início expliquei o que estava a fazer, que estava num doutoramento sobre esta temática. Expliquei o meu interesse e não sei se geri bem ou mal, mas desde o início, foi sempre uma boa relação....também lhes dei logo a conhecer a minha postura, a minha visão do acolhimento e das instituições, portanto eles sempre se sentiram muito à vontade para me contarem as suas opiniões e fazer as suas queixas, no fundo depois eu acabava por ser a pessoa, que vindo através deles, sabia que as coisas corriam mal, e tornei-me a pessoa de referência a quem eles recorrem quando precisam de ajuda, de tudo e mais alguma coisa” (Sandra, entrevista, agosto de 2020).

Estes dois exemplos de solidariedade, inseridos nos interstícios do programa de acolhimento nacional, desvelam algumas questões relevantes. Por um lado, a clara ação de “fronteira interna” reproduzida pelas instituições, visível na falta de articulação interinstitucional, na falta de clareza dos procedimentos, nas demoras e nas burocracias que vão empurrando as pessoas para as margens e para o isolamento. Por outro lado, o papel assumido pelas duas solidárias, através do seu trabalho independente, que nos interpela a refletir sobre o seu lugar, no sistema institucional mais vasto. No caso de Susana, a experiência causou-lhe uma reação tão negativa, que a levou a questionar o próprio valor do trabalho voluntário com refugiados. Preparada para assumir uma posição “top-down”, como “orientadora” ou “mentora”, a necessidade de contestação e resistência expressa pelo “seu” refugiado foi sentida como uma rejeição pessoal, e, portanto, uma experiência negativa. Por outro lado, Sandra, já preparada para se confrontar com a rigidez institucional, utilizou a informalidade como forma de potenciar a resistência e contestação expressas pelos seus interlocutores, constituindo-se como uma “aliada”, e assumindo um posicionamento crítico. Desta forma, construiu relações mais estáveis e duradouras, mantendo-se como referência nas vidas das pessoas que apoiava. A experiência de Sandra também denota alguma falta de interesse e de engajamento das instituições nestes processos de inclusão social e nos seus resultados efetivos. Podendo ter sido uma experiência interessante de partilha e de intercâmbio de experiências, o voluntariado de Sandra foi remetido para “a margem”, provocando-lhe uma sensação de *outsider*, face à associação onde era voluntária.

Duas experiências similares foram expressas por Gabriela e Carla (nomes fictícios), voluntárias do Programa de Mentores do ACM, desde 2016. Gabriela é uma mulher reformada da área das artes, de ascendência alemã, que me despertou uma simpatia imediata, quando nos conhecemos. Apresentei-lhe o meu projeto de doutoramento numa conversa informal, num café ao lado da sua casa e, muito solícitamente, começou por descrever-me a sua experiência, tão rica, que ficámos a conversar quatro horas seguidas, sem notar o tempo a passar. Gabriela começou por se voluntariar no Programa de Mentores do ACM quando se mudou para a zona dos Anjos, na cidade de Lisboa. O primeiro caso que lhe foi confiado pelo programa tinha como objetivo ajudar uma senhora ucraniana de 74 anos, que tinha solicitado proteção internacional. Sem qualquer formação concreta sobre as necessidades específicas dos refugiados em Portugal, Gabriela comprometeu-se em estudar e procurar informação de forma autodidata, aprendendo com detalhe todas as leis e normas do asilo em Portugal. *“É um sistema complexo, em que nada é aquilo que está escrito, tudo parece muito simples, mas depois nada funciona como está escrito”* (Gabriela, entrevista, fevereiro de 2018). Gabriela foi conhecendo, pouco a pouco, as diferentes instituições e técnicos responsáveis pelo acompanhamento aos requerentes de asilo, apercebendo-se que *“nada estava ainda feito”*.

“Além da situação legal, já em si complicada, e que requeria aconselhamento, a senhora vivia em condições de pobreza extrema, estava num quarto pequeno, com outra migrante ucraniana, muito sujo e sem condições. Ela recebia um subsídio de emergência da SCML, que era insuficiente para viver noutras circunstâncias. Percebi que ela tinha direito a mais dinheiro do Estado, pela idade, e ajudei-a a fazer um pedido para requerer um subsídio complementar. Também lhe dei apoio para mudar de casa, mas tive que ficar com as suas roupas duas semanas no meu carro, porque a dada altura ela não teve outra solução senão permanecer num albergue para sem-abrigo. Ninguém a ajudava em nada, tive que fazer tudo por ela, mas percebes, “tudo” era o mínimo. Fui com ela a consultas médicas e acompanhei-a a tratar de uma operação às cataratas. Enfim, parece muito, mas era mesmo o mínimo” (Gabriela, entrevista, fevereiro de 2018).

Gabriela percebeu, neste processo de acompanhamento, que durou cerca de dezoito meses, que os técnicos nas instituições duvidavam muito da história da sua “mentoranda” e que a senhora *“era vista com bastante desconfiança por todos”*. Ela própria, confessa, começou a sentir-se isolada e *“cansada de acompanhar a senhora”*, depois de sofrer muitas interações negativas com os serviços públicos. *“As dificuldades eram avassaladoras durante todo o acompanhamento, e aproveitei quando ela se mudou para um quarto mais limpo, com melhores condições, para descansar um pouco, dando o meu trabalho como terminado”*. A sua frustração com o sistema, contou-me, estava a começar a contagiar a relação entre as duas. *“Também tinha que ver com as dificuldades de comunicação, era quase impossível entre nós duas, porque ela só falava ucraniano”*. A nível jurídico, *“ela conseguiu um estatuto de proteção subsidiária por dois anos, que posteriormente foi revogado pelo SEF”*. Gabriela ainda vê a senhora “por aí”, sabendo que a sua situação se mantém *“muito difícil complicada”*, mas afastou-se, por *“não saber o que mais fazer por ela”*.

Gabriela tem, desde então, ajudado outros migrantes e requerentes de asilo, de várias nacionalidades, dedicando-se, com afinco, a estudar todas as possibilidades legais e de apoio social disponíveis em Portugal. *“Conheci uma faceta de Portugal que desconhecia, com este voluntariado, e não gostei do que vi”*. As experiências de solidariedade informal de Gabriela, obrigaram-na a olhar diretamente para a “marginalidade” a que estão remetidas as pessoas em situação de mobilidade. As suas existências precárias, em situações de liminalidade e ambivalência, transformaram a percepção que Gabriela, também ela migrante em Portugal, tinha do país. *“Não vejo agora o país da mesma maneira, nem sequer a Europa, mesmo na Alemanha, o meu país de origem, temos muitos problemas graves de acolhimento. Este trabalho abriu-me os olhos para uma realidade que antes me era completamente invisível.”* (Gabriela, entrevista, fevereiro de 2018).

Carla, outra voluntária do Programa de Mentores, apresentou-me uma situação um pouco diferente. Quando a conheci, Carla tinha montado toda uma rede de solidariedade informal, a partir do seu trabalho engajado, com refugiados. Carla é uma professora universitária, com 26 anos de carreira académica, que expressa convicções profundas sobre o seu ativismo solidário.

*“Meti-me nisto porque a minha família também foi “refugiada” de certa forma. Trabalhar com refugiados deu-me um sentido de coerência histórica, pela minha própria história familiar, dá-me sentido, trabalhar com eles. Eu nasci em Angola e o meu pai era empregado do Estado, tendo sofrido perseguição pelo antigo regime. Nós voltámos para Portugal como retornados e não tivemos, no imediato qualquer apoio, vivíamos numa casa sem condições, onde chovia lá dentro”* (Carla, entrevista, março de 2018).

Carla fez questão de começar por explicar-me o seu percurso histórico, para eu perceber bem a sua dedicação “à causa”. De resto, diz-me que sempre fez voluntariado, considerando importante “dar aos outros”, quando se vive numa situação social privilegiada. *“Faço tudo de graça”* (Carla dá aulas de português, aulas de dança e de ioga; e dá formação a técnicos, em algumas ONG). Vive numa localidade pequena, com o seu marido, norte-americano, e *“toda a minha família é migrante, o meu irmão já esteve casado com uma mulher cubana, atualmente tem uma esposa tailandesa, e os meus sobrinhos são portugueses-tailandeses”*. Carla conta-me sobre esta diversidade familiar com muito entusiasmo, explicando-me que, para ela, isto lhe traz uma riqueza profunda, que *“o natural é a integração e a partilha de referenciais culturais”*. Conta que a sua mãe nunca aprendeu inglês, mas *“lá se consegue entender com toda a família estrangeira”*, e que *“isto obrigou-me a dar muita importância ao não-verbal”*.

Carla é, claramente, uma pessoa muito sociável, naturalmente criativa, que gosta de propor iniciativas, na sua própria comunidade. *“Agora estamos a fazer um crochet de 13 quilos, com a tabela periódica bordada, possivelmente entraremos para o Guinness”*. Foi neste espírito comunitário que Carla fundou, com outras pessoas, em 2015, uma ONG de apoio a refugiados, mas *“não consegui continuar muito tempo, porque não*

*estávamos de acordo, não quero dizer muito sobre isto, mas saí por conflitos com as pessoas, pela forma como tratavam os refugiados*". Desde antes do início da crise, Carla já se tinha organizado para enviar ajuda pragmática para a rota dos Balcãs, gerindo uma enorme quantidade de donativos, que ia distribuindo por instituições locais. Considera que a chegada de refugiados a Portugal, após 2015, gerou muito medo e muitos estereótipos, fruto do desconhecimento da população. Para ela, enquanto académica e solidária, era importante perceber como podia ajudar, e desde logo achou "muito pouco" o período de 18 meses, estipulado pelo Estado para apoiar os recém-chegados. Através do seu departamento, na universidade, e dos seus alunos, começou por prestar solidariedade informal complementar, apercebendo-se através da proximidade criada que *"viviam todos em circunstâncias muito precárias, fruto de insuficiências institucionais, porque faltava muita formação, e a boa vontade não chega"* (Carla, entrevista, março de 2018).

Carla e a sua rede local de solidários informais, acompanharam 10 famílias, oriundas da República Democrática do Congo, do Bangladesh, da Ucrânia, do Gana, do Sri Lanka, da Turquia e da Síria. Recorda muito vivamente uma família curda-iraquiana que *"foi tão maltratada que acabou por fugir de Portugal"*. Na sua opinião, *"fugiram porque o empregador do pai entrou em conflito direto com ele, e fez-lhe a vida difícil"*.

*"Há imensas más práticas institucionais, algumas delas muito graves, mesmo. De tanto me ter batido por algumas destas questões, por exemplo por ter pago contas de luz/água, quando elas eram cortadas de forma "educativa" pelos técnicos, o meu nome está completamente denegrido nas instituições. Não gostam de mim, sabem que eu faço barulho...eles pensam que os refugiados são dóceis, que os controlam, mas estão muito enganados, pela frente podem parecer, mas por trás fazem o que lhes apetece. Têm "jogo de cintura". Alguns são mais orgulhosos, e ressentem mais estas humilhações, diretamente"* (Carla, entrevista, maio de 2018).

Estas experiências aludem ao pressuposto de infrapolítica (Scott 1990), como forma de resistência e até de sobrevivência, num contexto de hostilidade. Carla conta escrever sobre todas estas experiências e encontros solidários informais, com famílias refugiadas. Com os seus alunos, tenta descobrir mais, sobre os lugares de origem dos refugiados, e conta com o respaldo do Programa de Mentores, do ACM, para um enquadramento institucional que sirva de "proteção" às famílias. Foi a própria Carla que teve a iniciativa de procurar o ACM, para garantir este respaldo institucional, que considerava primordial.

*"Mas os próprios refugiados não se sentem confortáveis a explicar as situações de "perseguição, e mesmo de bullying e humilhação que sentem nas instituições. Algumas situações colocaram-me dilemas morais complexos, porque não posso nem quero prejudicar os refugiados, nem os meus alunos, mas ao mesmo tempo sinto que tenho um dever moral e ético em atuar. Então, muitas vezes coloco limites, dizendo-lhes: "não me contes o que achas que não podes contar-me, mas se precisares eu estou aqui, não vais ficar nunca sem um teto, no que depender de mim"* (Carla, entrevista, maio de 2018).

De um modo geral, as experiências de solidariedade informal de Carla, levam-na a crer que os portugueses conseguem fazer coisas "muito boas" e coisas "muito más", que "nós somos oito ou oitenta".

Entre as “muito boas”, valoriza a abertura, e a “capacidade de mistura das pessoas”, considerando que, em Portugal, a sociedade civil tem uma “excelente capacidade para integrar os estrangeiros no seio das suas famílias”, daí que “os centros exclusivamente para refugiados são péssimos e excludentes”. Também considera que existe muita generosidade pragmática.

“Quando eu peço ajuda pragmática, quando solicito bens materiais ou dinheiro, os portugueses são muito generosos, até dão mais que o que é pedido. No meu grupo de amigos próximos doamos regularmente 50 euros por mês para ir ajudando famílias de refugiados, e ter sempre um fundo de maneio, prevenindo que nunca lhes falte nada” (Carla, entrevista, maio de 2018).

As coisas que Carla considera “muito más”, são veiculadas pelas instituições, sob a forma de violência estrutural (Farmer 2006) ou *violência lenta* (Nixon 2011). “*Algumas instituições assumem-nos quase como escravos, têm a expectativa de que os refugiados devem fazer o que a instituição acha, e há muita manipulação com dinheiro e com subsídios*”. Peça-lhe alguns exemplos, e Carla refere novamente os cortes “didáticos” no pagamento de prestações sociais, de rendas, de contas de luz ou de água, bem como as ameaças constantes de despejo. Carla considera que “estes esquemas estão implícitos”, e que “são perversos e premeditados”, fazendo parte do funcionamento habitual do Estado-Providência, em Portugal. “*Há contratos não verbais entre refugiados e instituições (técnicos), em que se exige dos refugiados uma compensação pela “generosidade” da instituição, “por exemplo, têm que trabalhar, fazer favores, ou aparecer em eventos públicos*”. Esta ideia de Carla está em conformidade com o que nos diz a investigação sobre o funcionamento do programa de acolhimento nacional (Santinho 2011a; 2011; 2017; Vacchiano 2017; 2018).

Por outro lado, Carla identifica “o nepotismo e a corrupção” dentro das instituições, como um problema “tipicamente português”. Dá como exemplos o hábito de dar preferência a “filhos, amigos e conhecidos”, para posições profissionais, “em vez de se contratar pelo mérito e pela competência”, e refere a emblemática história da Associação Raríssimas<sup>139</sup> como “típica”. Considera que “muitas instituições estão nisto para a fotografia” ou “pelo prestígio e protagonismo sociais”, e salienta algumas questões éticas e morais, associadas a este tipo de acompanhamento institucional. “*As pessoas são tratadas de forma diferente, se vão acompanhadas por um voluntário, o discurso muda. Há claramente um clima de medo.*” Dá como exemplo uma família que segue agora, da Turquia, em que “*o G. foi humilhado pelo SEF, como se não tivesse quaisquer direitos, e depois de 6 meses, quando o acompanhei, é que disseram que ele podia meter um recurso...era como se não quisessem que ele cá ficasse*” (Carla, entrevista, março de 2018).

---

<sup>139</sup> Esta associação foi gerida por uma Presidente cujos vários esquemas de corrupção, desvio de dinheiro do Estado e alianças familiares e políticas polémicas; foram descobertas em 2017, dando origem ao seu despedimento e a um processo criminal mediático. Ver, por exemplo, notícia publicada [em linha] pela SIC Notícias: <https://sicnoticias.pt/pais/2019-03-15-Antiga-presidente-da-Rarissimas-deve-350-mil-euros-a-instituicao> [consult. 3 dez. 2020]

Estes dois exemplos, de solidariedade engajada, de Gabriela e Carla, duas mulheres experientes, diferenciadas e maduras, demonstram várias nuances intersubjetivas elencadas na literatura. As redes de solidariedade informal parecem funcionar como uma “válvula de escape”, que ajuda a minimizar o impacto do “embate” com as estruturas violentas das instituições. Posicionando-se “do lado inverso” das fronteiras, os solidários engajados conseguem aperceber-se das barreiras enfrentadas pelas pessoas em situação de mobilidade, e assumir-se como seus mediadores, neste sistema. Os sistemas moventes solidários, gerados a partir destas relações de proximidade e vizinhança, constituem uma alternativa relacional, que vai potenciando a resistência das pessoas em situação de mobilidade, e configurando uma hospitalidade mais cosmopolita.

#### **4.5. “NÃO ME OBRIGUEM A VIR PARA A RUA GRITAR”. ECOS DE ATIVISMO SOLIDÁRIO EM PORTUGAL.**

##### ***Alina***

Alina (nome fictício) faz parte do coletivo Hubb (*Humans Before Borders*), fundado por um grupo de jovens com experiências prévias de voluntariado na Grécia, incluindo Miguel Duarte (entrevistado para esta tese, a propósito do seu trabalho no navio *luwenta*). O coletivo reúne múltiplas nacionalidades, que têm em comum uma visão solidária, indignada com as políticas de migração que regulam a mobilidade na Europa.

Alina é italiana, mas vive em Portugal desde 2018, depois de algumas experiências de voluntariado na Índia e na Etiópia, onde exerceu a profissão para a qual está ainda a concluir a especialidade (medicina familiar). Declara-se uma ativista, por considerar “ter uma consciência crítica forte”, nomeadamente sobre as políticas europeias de migração e asilo. Alina fez voluntariado na Grécia, como muitos dos integrantes dos Hubb, durante a designada “crise” de refugiados e, depois desta experiência, marcante na sua vida, encontrou neste coletivo ativista uma forma “empoderadora”, de fazer pressão sobre os representantes políticos, mantendo uma consciência social ativa, acerca da injustiça das fronteiras.

“Ter os Hubb foi aquilo que me salvou, quando estive na Grécia. Foi uma altura muito dramática, porque começaram a aumentar as chegadas e...não se sabia bem o que é que ia acontecer, e...foi um período muito difícil, muito stress...e eu estava a sentir uma angústia, por não conseguir mudar nada...no voluntariado médico é mais fácil sentir uma certa gratificação, mas aquilo era muito frustrante, porque nada mudava, e tu não tinhas poder nenhum. Ter os Hubb, uma associação que lutava mais no longo prazo, tentando influenciar as decisões políticas, e sobretudo as mentalidades, na sociedade civil, foi um elemento de força que não sei bem explicar...deu-me mesmo força para continuar...porque não acaba naquele apoio imediato, era uma coisa mais globalizante. Foi um *turning point* muito grande” (Alina, entrevista, junho de 2020).

A diferença percebida por Alina, entre o coletivo ativista Hubb e outras formas de solidariedade é a sua *imaginação temporal*, isto é, a sensação de estar a atuar não apenas nas consequências, mas a montante, nas causas e na reflexão sobre as causas dos problemas. Com a convicção de que a “crise de migração” é uma *“crise dos países Europeus, que não souberam lidar com a situação”*, Alina “resolveu” o seu dilema moral, através da participação social e do ativismo político. Alguns exemplos de atividades em que participa, no âmbito dos Hubb, são protestos e manifestações, eventos de sensibilização pública sobre a situação na Grécia, exposições de fotografias, conferências e debates. Recentemente, tem também encetado algumas ações de solidariedade mais pragmáticas, com projetos solidários em Lisboa. Alina considera que a reflexão e a participação política dos Hubb a ajuda a manter um forte sentido crítico, essencial “para poder apoiar melhor” os migrantes com quem trabalha, diariamente, na sua prática clínica.

“Sem os Hubb eu acho que não tinha tanta oportunidade de conhecer a realidade política, verdadeiramente. Por exemplo, até Novembro do ano passado (2019) eu ainda achava que Portugal era o melhor país do mundo, no que se refere a políticas de migração. Fiquei totalmente desiludida. Os Hubb ajudam, permitem encontrar pessoas que nos contam e nos informam da realidade. Temos uma rede que nos ajuda a conhecer melhor o panorama, cria oportunidades de conhecimento, com certeza, mas eu sempre tive uma crítica bastante forte, neste contexto...e sempre tive um ativismo pessoal e individual frente ao que percebia que não estava a funcionar” (Alina, entrevista, junho 2020).

Alina deu-me a conhecer a sua perspetiva como mulher migrante, em Portugal, afirmando que sempre achou “o povo” português muito acolhedor e disponível, sobretudo quando comparado ao norte de Itália, onde cresceu, mas que, ainda assim, sentia “o peso da ditadura”, no seu quotidiano de interações humanas, traduzido numa sensação de discriminação de género, de raça e de classe:

“Os portugueses estão sempre disponíveis para ajudar, mas depois o risco de expor-se, ou o receio, é muito forte. Parece haver um forte classismo, a nível de género, de raça. Por exemplo, as pessoas reagem de forma diferente quando eu digo que sou médica...Parece haver mais egoísmo que solidariedade, a nível coletivo, e noto uma grande diferença entre gerações, os mais novos estão muito interessados e percebem melhor que os adultos de alguns assuntos...tenho muita esperança em Portugal, mas Portugal tem este defeito, entre outras...pessoas que ainda estão naquele pensamento mais da ditadura, que não pensam muito no Outro. Mas há, regra geral, abertura a outras culturas” (Alina, entrevista, 2020).

Alina conta que o seu confronto quotidiano com dilemas morais e éticos, face à injustiça das políticas migratórias, é pior em Portugal do que foi na Grécia. Na Grécia, as falhas percebidas por Alina *“são mais endémicas e sistémicas”*, porque concernem lacunas do próprio Governo grego, e da Europa. Por essa razão, quando está na Grécia, Alina diz sentir-se *“parte da solução”*, integrada numa ONG externa, que tenta cobrir as falhas pragmáticas do sistema de saúde grego.

“Em Portugal foi pior, porque eu vivo aqui, e estou dentro do sistema, não sou apenas voluntária e ativista, sou uma profissional do sistema. Tem sido complicado...e isto afetou-me mais, psiquicamente. Não há

respostas concretas, há uma tremenda falta de transparência, causa-me angústia não ter acesso à informação de que preciso para fazer o meu trabalho. Fazendo parte do sistema, sinceramente é um stress ver pessoas sofrer, com tantas falhas estruturais graves” (Alina, entrevista, junho de 2020).

Alina foi constatando uma série de transformações pessoais e sociais, na sua vida, a partir do trabalho ativista solidário, sobretudo, refere mudanças no seu *posicionamento* e *maturidade política*. A sua perspetiva sobre a Europa, desde logo, mudou: *“eu era muito pró-europeia, pela ideia de não haver barreiras nem fronteiras, mas a ideia que tenho agora é de que tudo são interesses económicos e políticos”*. Do ponto de vista pessoal, Alina sente que foi abdicando de muitos privilégios rotineiros, para poder dedicar-se *“à causa”*; por exemplo, todas as férias de que dispõe, agora, são para fazer voluntariado na Grécia. *“Faço-o porque gosto, agora é como voltar ao mesmo sítio, com as mesmas pessoas, é o meu espaço”*. Ao nível profissional, também sente que os seus interesses e motivações se alteraram profundamente. Inicialmente, pensou em fazer um mestrado complementar à medicina, em antropologia, mas acabou por mudar de ideias, e fazer antes um mestrado sobre migrações e saúde, porque podia aumentar o seu grau de envolvimento com a população. *“Acho que me tornei monótona e tenho dificuldade em ter outros interesses. Estou muito focada nisto e tenho dificuldade em abstrair-me destas coisas”* (Alina, entrevista, junho de 2020).

### **Sandra**

Outro eco de ativismo solidário, na cidade de Lisboa, é o trabalho desenvolvido por Sandra, uma antropóloga e investigadora, cuja experiência pessoal e profissional, sempre a aproximaram de coletivos informais, que lutam contra injustiças sociais. Sandra participou, ao longo da sua vida, em diversas associações e coletivos anarquistas, chegando a envolver-se na ocupação de um edifício vazios, em Lisboa, para utilização comunitária.

*“Sempre quis manter-me afastada de ações mais organizadas, sobretudo de índole humanitária...mas, pronto, assim, ativismo, não sei se me considero...sempre tive a coisa de não entrar em ONG e esquemas assim, não senti que fosse esse o meu enquadramento... Tive uma experiência pontual com a OIKOS e percebi logo que não me encaixo. Também nunca pensei muito sobre isso, se calhar o ativismo não tem que ser só a associação a outras pessoas, até porque em Lisboa, nunca encontrei assim muito espaço para fazer ativismo com refugiados. Conheço algumas pessoas da SOS Racismo e de outros coletivos, mas nunca me envolvi”* (Sandra, entrevista, agosto de 2020).

Em 2015, Sandra sentiu uma enorme vontade de ir para a Grécia, fazer voluntariado com associações de apoio direto aos refugiados recém-chegados. Conta-me que não sabe exatamente de onde lhe veio esta particular vontade, de trabalhar com refugiados, que *“afinal, constituem apenas uma, de tantas injustiças sociais no mundo”*. Atendendo a que sua vida pessoal, na altura, não lhe permitia sair de Portugal, resolveu começar um doutoramento sobre o tema, para poder explorar a questão mais a fundo, e dedicar-se a um trabalho de



terreno engajado. A sua perspectiva e experiência no terreno são bastante interessantes para esta tese, porque sugerem algumas possibilidades concretas de ativismo acadêmico, como formas de gerar conhecimento, na comunidade.

A minha relação com Sandra, no terreno, foi de colaboração e de partilha de ideias e ações solidárias coletivas, sobretudo durante a crise pandémica por Covid-19, em 2020. Sandra fazia, nessa altura, parte de um coletivo de cidadãos organizado a partir do Fórum Refúgio, que contribuía para o encontro de soluções pragmáticas, para ajudar os requerentes de asilo mais isolados e negligenciados durante a pandemia. Sandra integrou, também, a uma série de ações cidadãs de denúncia e de reivindicação pública por melhores condições de alojamento e de acolhimento a requerentes de asilo.

“Nunca vi a investigação como algo em que tens que ser neutra e não pôr as mãos na massa. Não era um conflito para mim o apoio pragmático, nem fazer queixas contra as instituições. Nunca senti que um investigador tivesse que ser neutro, nem sequer me passou pela cabeça. A parte mais...depois tu acabas por criar relações com as pessoas, e quando elas estão mal, isso acaba por te afetar a ti também...em momentos senti aquela impotência...eu estou a fazer aquilo que posso, a tentar que o processo vá para a frente aqui ou ali, mas há momentos em que tu te sentes mesmo frustrada, depois depende da estrutura psicológica de cada um. Houve particularmente uma pessoa que eu não sabia como gerir, e tive que pedir ajuda aos meus orientadores. Foi alguém que me colocou alguns problemas morais e éticos. Eu conheci-o numa situação complicada, estava muito revoltado, dizia-me coisas preocupantes, estava muito perturbado, e fiquei sem saber o que fazer, sem saber bem quais eram as minhas responsabilidades.” (Sandra, entrevista, julho de 2020).

Icaza (2017) sugere que o pensamento decolonial utiliza uma forma de *border thinking* (*pensamento a partir das fronteiras*) como uma oportunidade de fratura epistemológica, que pode contribuir para uma mudança nas formas de pensar e viver-no-mundo. A filósofa feminista Maria Lugonés (cf. Icaza 2017) acrescenta a ideia interessante de *embodiment* da fronteira, no qual a experiência corporal do conhecimento e da *vulnerabilidade*, pode ajudar o investigador a criar uma fratura epistemológica, através de uma sensação visceral da política no seu corpo. Há, no entanto, dificuldade em encontrar “espaços abertos”, na academia, para explorar estas vivências de vulnerabilidade e fratura epistemológica.

While anthropologists are, effectively, sitting on a vast archive of human experience, of social and political experiments no one else really knows about, that very body of comparative ethnography is seen as something shameful. As I mentioned, it is treated not as the common heritage of humankind, but as our dirty little secret (...) In many ways, anthropology seems a discipline terrified of its own potential (Graeber 2004, p. 98-99).

Se, por um lado, o posicionamento político e a intervenção pública, acabam por tornar-se naturais, para antropólogos que trabalham ao lado de populações subalternizadas; por outro lado, o engajamento emocional no terreno gera grandes questionamentos morais e éticos; que, por vezes, embatem com as

exigências acadêmicas. Estando os departamentos de Antropologia enquadrados num sistema mais vasto, cujas orientações científicas se regem por standards internacionais de neutralidade e de “accountability”, este “material sensível”, em investigação, pode tornar-se “*matter out of place*”.

Various anthropologists define themselves and their discipline in broad, encompassing ways that enhance their intellectual freedom. But that doesn't mean that others - especially outside the discipline - accept their definitions. The assertions of this or that individual aren't what makes others accept particular definitions. What brings public consensus is when the definitions are embedded in publicly accepted social structures. The departmental structure has the authority to define who is (and is not) an anthropologist as well as what is (and is not) anthropology. Basically, anthropology is what anthropology departments say it is (Borofsky 2019, p. 18).

Quais são os limites do envolvimento pessoal de um investigador engajado, com os seus interlocutores? A resposta parece depender, como ilustra Sandra, da pessoa envolvida e da rede de apoio social e institucional disponível ao investigador. No caso de Sandra, foi fundamental procurar algum respaldo na sua rede social, entre pares, e também junto dos seus orientadores e professores.

“Por um lado, não podia quebrar a minha confiança com a pessoa, por outro achei que tinha que intervir, por uma questão de segurança. Depois de falar com as minhas orientadoras, explorámos algumas opções...mas da parte delas a questão mais importante era a segurança, da minha era atuar de uma forma mais ponderada, sem estragar a confiança....ele também me manipulava, foi tudo muito confuso...eu achava que tinha as coisas sob controlo, mas depois não era bem assim, estava a envolver-me, era uma coisa emotiva....nem vou usar a entrevista para a tese, porque acho que não seria ético. Não seria correto pelos contornos da relação. Esta foi a situação mais complicada, depois houve outras situações por exemplo quando as famílias estão aflitas, prestes a perder a casa. Também me causa angústia, mas é outra coisa, não tem esta componente emocional, e a questão de género, ele era um homem e eu sou uma mulher, havia aspetos mais complexos, que afetaram mesmo a minha vida pessoal” (Sandra, entrevista, julho de 2020).

A intersubjetividade das relações estabelecidas no terreno oferece uma riqueza e complexidade enormes à investigação, mas acarreta também riscos pessoais e sociais, como os descritos por Sandra. As expectativas dos interlocutores, estando numa posição subalternizada, sofrendo enormes violências estruturais, podem ultrapassar a capacidade e o poder dos aliados, gerando-se uma frustração mútua. Os vínculos emocionais estabelecidos a partir de ações solidárias fluidas e informais, em espaços marginais às instituições, onde a proximidade é maior e mais genuína; potenciam relações mais complexas. Por outro lado, a autenticidade e flexibilidade destas relações humanas, pode gerar soluções alternativas muito mais criativas.

A investigação sobre os intercâmbios solidários informais (Patico 2002; Caldwell 2013) e os sistemas de apoio social (Caldwell 2013) têm levado os antropólogos a questionar-se sobre os limites, regras e contornos das relações que surgem nestes contextos. A intimidade, enquanto expressão de proximidade, é gerada a

partir da confiança, fiabilidade, empatia e prestígio social (Caldwell 2013, p. 106). Estas características interpessoais podem muitas vezes ser interpretadas como expressões de proximidade emocional (Caldwell 2013). À luz das teorias feministas, o papel destas qualidades pessoais do investigador-cuidador (Hochschild 1975; 1997; 2000; Caldwell 2013) é facilitar os aspetos pragmáticos da solidariedade informal criando, ao mesmo tempo, “the stuff that binds us”, experiências únicas de intersubjetividade (Caldwell 2013), “*fellow-feeling*” (Smith 1976), e “emoção social” (Shott 1979).

“Usei várias estratégias alternativas, por exemplo, organizei um workshop de comida palestina em minha casa, para ajudar uma família, organizei uma angariação de fundos, através das minhas redes informais, para um rapaz que precisava de dinheiro...quer dizer, vai-se encontrando estas respostas, na relação com as pessoas, nas nossas conversas e partilhas mútuas. Mas quando tive que recusar ser fiadora, a uma família que precisava, para alugar casa, foi muito chato, pensei que íamos ter algumas dificuldades na relação, a seguir...mas mantemos a mesma relação. Eu vou manter sempre as relações com as pessoas, de certeza, mas na academia não sei se continuo, talvez me fizesse sentido fora, outro tipo de projeto. Se for para continuar na academia, acho que me vou dedicar a algo mais leve, agora, talvez, arte, literatura...mantendo sempre o envolvimento social, claro” (Sandra, entrevista, julho de 2020).

Neste trecho da entrevista, Sandra confessa que a negociação deste tipo de trabalho de terreno, dentro da academia, pode ser extenuante. Se, por um lado, a investigadora tem bastante claro que quer continuar a mobilizar-se para este tipo de trabalho engajado, no terreno, colaborando diretamente com as pessoas; por outro lado, na academia, imagina-se a trabalhar temas de investigação “mais leves”, no futuro.

“O que eu gostava de desenvolver, era preciso encontrar refugiados que estivessem dispostos a fazer ativismo. O problema é que há poucos e têm problemas muito reais, de sobrevivência, que têm que resolver. São engolidos por esta coisa institucional, não têm tanta força, e a raiva que os move é engolida por não haver continuidade e não haver muitas pessoas portuguesas que os apoiem nesse sentido, do ativismo. Há algumas iniciativas, mas não são realmente ativistas. A sociedade portuguesa tem uma imagem positiva de si própria, e engole estes discursos políticos e institucionais, de que acolhemos muito bem, e que somos uma exceção. Isto torna mais difícil denunciar estes problemas, e depois a falta de tradição ativista no país, faz com que seja tudo mais difícil. Podes falar com o teu círculo de pessoas, que já estão acordadas para isto...eu encontrei-me a mobilizar a minha própria rede, mas claro, a minha rede já estava bastante mobilizada, não foi uma mudança estrutural” (Sandra, entrevista, julho de 2020).

As experiências de solidariedade ativista de Alina e de Sandra, cada uma procurando, à sua maneira, um “caminho”, dentro da comunidade local, para intervir como aliadas de migrantes e refugiados; acabam por confluir, numa sociedade que parece ainda não ter encontrado espaço para uma reflexão crítica sobre modelos alternativos de acolhimento e solidariedade com pessoas em situação de mobilidade.

## CAPÍTULO 5

### ASSOCIAÇÕES DE REFUGIADOS EM PORTUGAL. UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA

#### 5.1. A UNIÃO DE REFUGIADOS EM PORTUGAL

Na sua tese de doutoramento, publicada em 2011, Cristina Santinho descreve a formação da primeira associação de refugiados em Portugal (ARP), em 2010:

A pertença a um grupo (...) contribui para a reconfiguração de um sentido identitário, através da participação dos refugiados nos mecanismos de decisão, na colaboração produtiva, na definição de objetivos, na negociação de um consenso e na partilha de problemas e soluções para esses mesmos problemas, não só através de um produto coletivo, mas também na transformação do potencial de cada indivíduo inserido nesse grupo. Neste processo, cada refugiado por si, mas inserido num coletivo, tem agora uma nova oportunidade para redefinir a sua identidade, tanto a nível simbólico como através do sentido de pertença a um coletivo, pela conquista de um papel ativo no interior do grupo com o qual se identifica. A ARP pode vir a constituir-se como um escudo contra o sofrimento mental, bem como uma estratégia política de luta contra uma vitimização, imposta pelo contexto sociopolítico (Santinho 2011, p.279).

A história da ARP continuou-se, no tempo, adquirindo novos formatos e pertenças, e fragmentando-se em várias associações, como a União de Refugiados em Portugal - UREP; e a Associação de Apoio a Imigrantes e Refugiados em Portugal - APIRP. Constituída por requerentes de asilo de várias proveniências geográficas (Santinho 2011), a ARP pretendia ser um lugar de visibilização e *criação de comunidade*, onde os refugiados pudessem “ter voz”. “*I want to have a name, that is not just refugee*”, disse-me uma vez um representante da UREP. No entanto, o difícil acesso ao reconhecimento social e ao financiamento público; assim como a precarização das vidas dos refugiados e requerentes de asilo (conducente à mobilidade e à emigração), tornaram difícil e conturbada a sustentabilidade desta iniciativa.

Ao longo do meu trabalho de campo em Lisboa, participei em diversas ações públicas (encontros, comemorações, conferências, etc.), em que os dirigentes das principais associações de refugiados (ARP, UREP, APIRP), continuavam a ser interpelados pela sua representação da “categoria” de *refugiado*, em detrimento da sua experiência e conhecimento adquirido, ao longo de uma década, como ativistas. A presença de dirigentes associativos em conferências e encontros, entre instituições, técnicos e “peritos” em migrações, limitou-se, por norma, a discursos de apresentação genérica das associações, e dos projetos em curso. Por outro lado, os representantes institucionais do ACM, PAR ou CPR, apresentam regularmente as suas “boas práticas”, projetos e ideias *para os refugiados*; posicionando os dirigentes das associações como seus *parceiros*. Como descreve Clare Land (2015), a propósito das lutas ativistas das populações aborígenes na Austrália, os grupos comunitários que se formam espontaneamente, são forçados a uma conformação com as normas e práticas governamentais, para adquirirem o seu reconhecimento social. Uma das formas de

conformação descritas por Land, e visível nas associações de refugiados em Portugal, é a criação de “quadros consultivos” nas instituições do Estado, com membros da comunidade, mas sem qualquer poder de decisão ou participação política efetiva. A incorporação institucional é uma das formas de controlo encontradas pelo Estado, para controlar as associações comunitárias, por vezes a troco de algum financiamento público (Land 2015).

O meu trabalho de campo na Associação Crescer, deu-me a conhecer os dirigentes associativos da União de Refugiados em Portugal (UREP), uma “*associação de refugiados para refugiados*”, que reúne associados de várias nacionalidades, multilingues, engajados em ações informais de solidariedade e apoio pragmático. Formalmente, a UREP foi criada a 10 de maio de 2013, por antigos integrantes da Associação de Refugiados em Portugal. O Sr. Ahmed Abdullah, natural da Somália e cidadão português, é o Presidente da associação. Pela sua idade e estatuto social na comunidade, ele é uma referência incontornável, para os refugiados em Portugal. O seu conhecimento profundo sobre a legislação portuguesa e o sistema de asilo (que estudou de forma autodidata, atualizando-se junto de vários interlocutores institucionais), têm sido uma mais-valia para pessoas recém-chegadas. O seu trabalho solidário informal teve início muito antes da criação formal da UREP, privilegiando sempre a mediação cultural e o trabalho de vizinhança e proximidade, junto das comunidades. O segundo dirigente da UREP é Mubarak Hussein, diretor de projetos e representante da UREP em plataformas ativistas europeias, como a ECRE e a RISE. Mubarak tem uma experiência de vida cosmopolita, tendo chegado a Portugal depois de completar o curso de Direito Internacional na Ucrânia, e de ter residido em vários outros países, como o Egito e a Líbia. O seu pai, conta Mubarak, incutiu-lhe a motivação para fazer este trabalho solidário, de “ajudar os outros” e, antes de se ter tornado ativista, Mubarak tinha tido experiências de trabalho, em ONG humanitárias internacionais.

### **Parceria procura-se**

A UREP funcionou sempre na base do voluntariado e das contribuições possíveis dos seus associados, mas a atividade da associação expandiu-se e tornou-se mais visível, com a chegada dos primeiros refugiados recolocados, em 2016. A associação estabeleceu, nessa altura, uma parceria formal com a Câmara Municipal de Lisboa, o JRS/PAR e a Associação Crescer (através do PMAR). Na prática, esta parceria formal resultou em colaborações pontuais da UREP, incluindo a mediação intercultural, junto de refugiados que não falavam português, e a disponibilização de intérpretes, quando requeridos. No interior do CATR foi-lhes cedido, nessa altura, um espaço de trabalho, assim como à ARP, mas “*não com a autonomia que nós desejávamos*”. Pelo contrário, quer a UREP, quer a ARP, acabaram por sair deste espaço institucional, por não encontrarem nele qualquer viabilidade para desenvolver os seus projetos próprios.

Em fevereiro de 2018, a UREP buscava uma parceria que lhe garantisse uma maior independência, e a concretização de projetos desenhados pelos próprios membros da associação. O “sonho” da UREP, nas palavras de Ahmed Abdullah, era “*conseguir ter um espaço externo às instituições, e aí poder desenvolver os nossos projetos comunitários*”. Em março de 2018, a UREP estabeleceu uma nova parceria, com um projeto de solidariedade informal designado de *Lisbon Project*. O *Lisbon Project (by Riverside)* foi lançado pela igreja evangélica *Riverside Church*, sediada nos Estados Unidos da América, com uma filial em Cascais. Contando com duas coordenadoras remuneradas, membros da igreja, todos os restantes colaboradores eram (nessa altura) voluntários da sociedade civil, na sua maioria jovens, com a intenção de *ajudar refugiados*. As valências do projeto incluíam um apoio humanitário pragmático, como a distribuição de alimentos, roupas e outros bens de necessidade básica; a aprendizagem do português, o apoio na procura de trabalho, o apoio escolar, o aconselhamento jurídico, consultas médicas, e outras formas concretas de apoio à integração.

O *Lisbon Project* apresentou-se como um projeto laico, tendo por base um princípio cristão, de *ajuda ao próximo*. Sendo um projeto novo, de solidariedade informal, na cidade de Lisboa, quis disponibilizar-me para nele prestar apoio voluntário, enquadrando-o na minha investigação. Em março de 2018, participei no primeiro evento organizado pelo *Lisbon Project*, em parceria com a UREP, designado como “*Uma noite na Eritreia*”. O conceito era anunciado como uma “partilha intercultural”, que pretendia dar a conhecer os sabores e os sons da Eritreia, a partir da colaboração direta com refugiados desta comunidade. No evento, partilhado na página do *Facebook* pelo *Lisbon Project*, 89 pessoas registaram-se para participar, gerando-se um grande interesse pelo projeto, acabado de se estabelecer na cidade, com a ambição de recrutar novos voluntários. No convite para o evento, o *Lisbon Project* e a UREP escreveram:

“Estamos muito entusiasmados em te convidar para o nosso primeiro evento em colaboração com a UREP (União de Refugiados em Portugal). Será uma noite muito divertida celebrando a Eritreia. Todo o dinheiro será usado para cobrir custos e será dado aos nossos *chefs*, xx & xx. Vem, convida os teus amigos e experimenta uma noite na Eritreia cheia de surpresas! Nota: Bilhetes custam €5 (+ por favor traz uma bebida se puderes).” (*Lisbon Project*, página do evento “Uma noite na Eritreia”, 29 de março de 2018).



Figura 17. Cartaz do evento "Uma noite na Eritreia", março 2018. Fonte: UREP

Os participantes no evento eram, sobretudo, jovens universitários lisboetas, alguns dirigentes associativos e uma dezena de refugiados residentes no CATR. A sede do *Lisbon Project* era, nesta fase, convenientemente situada a apenas alguns metros do CATR, o que facilitava o acesso rápido e gratuito dos refugiados (sem necessidade de recorrer a transportes públicos). A sala era pequena, mas permitia que os convidados circulassem e se conhecessem, oferecendo uns 25 lugares sentados, em sofás improvisados com paletes e almofadas. O evento teve início pelas 19:30h, e decorreu até às 22:30h, incluindo uma apresentação do *Lisbon Project* e da UREP, um jantar volante, preparado pelos refugiados, convívio social entre os convidados, e uma atuação musical por músicos da Eritreia. A coordenadora do *Lisbon Project* foi a anfitriã de todo o evento, introduzindo o tema, em inglês (embora grande parte dos refugiados não dominasse a língua) e apresentando os objetivos do *Lisbon Project*. Mubarak Hussein e Ahmed Abdullah, dirigentes da UREP, apresentaram a sua associação e as intenções nesta nova parceria, "cujo objetivo era melhorar a integração de refugiados em Portugal." Durante a noite, encontrei algumas pessoas americanas no evento, que me diziam que eram membros da *Riverside Church*, e que tinham vindo prestar apoio ao "seu" mais recente projeto.



Figura 18. Fotos evento "Uma noite na Eritreia", março 2018

Mantive uma colaboração direta, como voluntária do *Lisbon Project*, durante o período de parceria ativa entre o projeto e a UREP; altura em que decidi focar-me no acompanhamento das atividades desenvolvidas autonomamente pela UREP, a convite dos seus representantes. De março a junho de 2018, acompanhei alguns refugiados que vinham solicitar ajuda ao *Lisbon Project*, sobretudo aqueles que procuravam trabalho, acompanhando-os a entrevistas e ao Centro de Emprego. Participei, ainda, em reuniões e eventos organizados pelo projeto, e ofereci-me para ajudar noutras atividades regulares, sempre que possível. Durante este trabalho de campo, fui observando alguns mecanismos de controlo institucional curiosos, nomeadamente na forma como as instituições assumiam o poder sobre os seus “casos”.

Hamed (nome fictício), um refugiado curdo que conheci no *Lisbon Project*, pediu-me, informalmente, ajuda para se inscrever no Centro de Emprego. Acedendo ao seu pedido, marquei-lhe um atendimento nesta instituição, na sua área de residência, e acompanhei-o no dia marcado, para mediar e facilitar a interpretação do português. O acompanhamento permitiu-me conhecer melhor a situação de Hamed, que estava ainda dentro dos seus “dezoito meses” de integração, a viver numa casa disponibilizada pela Associação Crescer (PMAR). Hamed disse-me que sentia muita pressão para “arranjar trabalho”, agora que se aproximava do final do seu “contrato com a Crescer”, mas queixava-se de não ter apoio suficiente para o conseguir fazer. Pedi-lhe o nome da técnica de acompanhamento, na Associação Crescer e, como iria estar na sede da Associação em trabalho de campo, no final dessa semana, combinámos (eu e Hamed) que eu falaria com ela, para articularmos juntas formas de apoiá-lo na procura de trabalho. No dia estipulado para o meu voluntariado na Associação Crescer (em que normalmente estariam presentes os técnicos da equipa), fui chamada para uma reunião com a direção, e confrontada pela minha “má prática”; isto é, ter acompanhado um refugiado “da Associação Crescer” sem avisar previamente a técnica. O meu acompanhamento informal a Hamed foi considerado pouco ético, e uma ofensa às “boas intenções” da Associação, que me recebeu como voluntária. Clarifiquei a minha posição dupla, de voluntária na Crescer, mas também no *Lisbon Project*, onde o pedido foi formulado pelo próprio Hamed. Esclareci, ainda, que tinha toda a intenção de falar com a técnica, na nossa reunião habitual.

Esta “traição”, ou assim percebida pela instituição antes de ser esclarecida e sanada (inclusivamente aproveitando para que se fizesse uma reunião de coordenação entre o *Lisbon Project* e a *Associação Crescer*); remeteu-me para um lugar de “desconfiança” de onde me foi difícil sair. O meu gesto solidário, que partiu de uma aliança direta com o próprio Hamed, foi percebido como uma “ameaça” à formalidade da instituição. A partir dessa data, as marcações de reuniões na Associação Crescer, com os técnicos, foram-se tornando difíceis e desconfortáveis, levando-me a decidir terminar com o trabalho voluntário naquela associação. A minha súbita transformação num elemento “estranho”, cujas ações e intenções pareciam alheias às da



instituição, geraram um autofechamento, não-declarado, à minha participação. Esta experiência é reveladora da forma como o lugar de pertença e o poder do investigador lhe podem ser atribuídos ou retirados, pelos interlocutores, conforme as expectativas e negociações mútuas, no terreno.

Outras dinâmicas relevantes, que observei durante o trabalho de campo no *Lisbon Project*, têm a ver com o estabelecimento de relações de confiança com a comunidade. Partindo de uma ideia de proximidade e de informalidade, complementar ao trabalho das instituições, o projeto criou grandes expectativas iniciais. No entanto, com o decorrer do tempo, a *transição para a formalidade*, reproduzindo burocracias e relações de hierarquia institucional, acabou por gerar desavenças.

“Quando cheguei havia uma voluntária sozinha, na sala, a preencher formulários de inscrição. Dez famílias estavam à espera da sua “vez”, e iam saindo pouco a pouco. Pediram-me se podia ajudar a preencher estes formulários, dizendo-me “são necessários para os planos individuais de ajuda a cada pessoa”. Recebi duas famílias, tomando algum tempo social com elas, antes de passarmos ao incómodo preenchimento do papel. Tentei falar baixo, para manter um mínimo de privacidade, porque não havia nenhum local que não aquela sala única, onde estavam todas as outras pessoas. Falei primeiro com *Latifah*, uma senhora síria acompanhada de 4 crianças, que me disse sentir-se muito confusa, com todos os processos burocráticos para requerer apoio económico. A sua expectativa do *Lisbon Project* era receber apoio financeiro complementar, ou pelo menos ter acesso a alguns bens materiais e alimentos, que ajudassem a família a chegar até ao fim do mês. Apesar de *Latifah* ter já explicado tudo aquilo, a voluntária do *Lisbon Project* insistia que ela teria que preencher todo o formulário, para obter uma resposta. A segunda família que se sentou comigo, era um casal jovem, do Iraque, com uma criança de 5 anos, e um bebé a caminho. Vieram ao *Lisbon Project* porque o seu subsídio social tinha sido “cortado”, sem que ninguém lhes conseguisse explicar porquê. A situação exigia que se fizessem alguns telefonemas e averiguações, mas, uma vez mais, foi-lhes dito que estes não seriam feitos sem o formulário preenchido. Paralelamente, fui ouvindo as perguntas colocadas, na mesa ao lado: “*Mas porque é que não deixa de fumar? Assim já tinha mais dinheiro*”; “*Mas quanto é que recebe? Em que é que gasta o seu dinheiro todo?*”; “*Mas já trabalhou? Ilegalmente? E porque é que não trabalha agora?*” (observação participante, *Lisbon Project*, nomes fictícios, março de 2018).

A presença de refugiados num novo espaço que se pretendia tornar familiar e comum, era constrangida por este tipo de processos burocráticos, que geravam suspeita e distância. Cada pessoa era convidada a sentar-se e a fornecer dados pessoais, assinando permissões para a sua utilização, bem como para a utilização da sua imagem (para utilizar fotografias nos eventos). Da parte dos refugiados, que acabavam de contactar com o projeto, estes eram processos que geravam algum desconforto.

“Numa tarde, cheguei às instalações do *Lisbon Project* ao mesmo tempo que Mubarak (coordenador da UREP), e presenciei o seu incómodo, quando foi tratado como “intérprete”. “*Ah, finalmente chegou o intérprete, onde estavas? Já vens atrasado!*” Os refugiados que estavam na sala fizeram-lhe algumas perguntas: “*mas aqui o que é que há, afinal? O que é que eles fazem?*” Mubarak explicou-lhes calmamente todos os objetivos do projeto, confirmando que os dados que lhes eram solicitados, serviriam apenas para proceder à ajuda pragmática de que necessitava cada um dos presentes (observação participante, *Lisbon Project*, abril de 2018).

A UREP manteve esta parceria ativa durante cerca de 4 meses (de março a junho de 2018), desenvolvendo neste período algumas iniciativas interculturais, no espaço do *Lisbon Project*. No entanto, foi-se tornando claro que a forma de trabalhar do *Lisbon Project* não se coadunava com as expectativas iniciais dos dirigentes da UREP. A associação mantinha os seus objetivos de autonomização e queria ter a liberdade para convidar os refugiados e a comunidade de acolhimento, a participar em eventos e ações auto-organizadas. Na perspetiva da UREP, que visionava uma parceria que permitisse essa independência, esta parceria reproduziu as mesmas dinâmicas encontradas noutras instituições formais. Da parte do *Lisbon Project*, habituado a gerir o trabalho dos voluntários de forma hierárquica, a UREP também não correspondia aos objetivos iniciais, ficando patente o seu desconforto com os atrasos e com as *faltas* dos representantes da UREP. O fim da colaboração ativa entre as duas entidades não significou o fim da parceria; aliás, enquanto o *Lisbon Project* manteve a sua sede no mesmo local, a UREP foi articulando e para lá encaminhando vários refugiados residentes no CATR.

Em 2019, o *Lisbon Project* instalou-se noutra zona da cidade, num espaço maior, para onde encaminhei alguns requerentes de asilo, residentes no mesmo bairro. O processo de “adesão” era agora ainda mais complicado e burocrático, exigindo uma marcação prévia de entrevista, e restringindo-se o primeiro encontro ao preenchimento de um formulário. Os requerentes de asilo que acompanhei ao *Lisbon Project* em 2020 foram surpreendidos com uma nova regra, que agora exigia um pagamento de 30 euros (uma parte importante do subsídio de apoio mensal), para frequentar as aulas de Português (anteriormente gratuitas). Na argumentação dada pelos responsáveis do projeto, o dinheiro solicitado servia para pagar os livros e compartilhar o pagamento das aulas, agora com um professor de português profissional. Numa conversa informal, com uma voluntária do projeto, ela explicou-me que “*era importante educar os migrantes a participarem, para não se tornarem demasiado dependentes e serem assíduos*”. Esta medida recordou-me as regras aplicadas noutras instituições de acolhimento, e fez com que os requerentes de asilo que acompanhei se desinteressassem pelo projeto, para procurarem alternativas gratuitas e mais informais.

### **Uma investigação colaborativa**

A focus on public engagement, on benefitting others, is not new to the discipline. But it has fluctuated in importance. It might be seen as an anti-structure in Turner’s terms - as periodically arising as an alternative mode of stressing anthropology’s value. In charting a way forward, the public anthropology paradigm must be careful to not get drawn too deeply into the hegemonic-like structures that limit anthropology’s potential benefit to others (Borofsky 2019, p. 131).

Estabelecemos, em junho de 2018, que eu e a UREP seríamos colaboradores na minha investigação de terreno, e que Ahmed Abdullah e Mubarak Hussein me ajudariam a escrever um subcapítulo da tese, centrado

na solidariedade informal da associação UREP em Portugal. Assim, o subcapítulo que se segue é, na verdade, escrito em co-autoria, sendo que as perspetivas apresentadas resultam das conversas regulares e reflexões conjuntas, que mantivemos, os três, desde 2018. Trabalhando a partir de diferentes posicionamentos, começámos por definir cada um dos nossos papéis, nesta investigação colaborativa, com base nos nossos interesses pessoais e objetivos comuns. Da minha parte, manifestei o meu interesse em aprofundar o conhecimento académico sobre a solidariedade informal e as lutas dos refugiados ativistas, no terreno. Ao nível da posicionalidade (Herr e Anderson 2005) assumi-me como aliada, consciente da existência de uma relação de forças desigual, entre os meus interlocutores e as instituições que governam as mobilidades, em coerência com o que venho descrevendo nesta tese.

Assim, esta colaboração tem como intenção experimentar uma abordagem decolonial em etnografia, em que a população subalternizada tenha voz ativa, na descrição do conhecimento sobre si mesma. Entendendo a construção académica clássica como aquela que faz declarações sobre o “outro” descrevendo-o, procurando resolvê-lo ou governá-lo (Said 1993 [1978]; Smith 2013), uma etnografia partilhada seria o seu contrário. Boaventura de Sousa Santos (1999) chamou a atenção para o que acreditava ter-se tornado uma *crise de legitimidade* nas universidades. Salientou que os trabalhos académicos em ciências sociais respondiam a problemas não fundamentais, desligando a academia do “mundo real”. Para contrariar esta tendência (generalizada), o sociólogo propôs como medidas essenciais: 1) a necessidade de romper com o conhecimento científico hegemónico, incluindo mais sabedoria comunitária nas investigações; 2) a necessidade de democratizar a universidade, através de uma transformação das estruturas de poder, incluindo nelas comunidades diversas que interpretem o conhecimento científico, conduzindo a uma abordagem mais confrontativa dos problemas sociais a nível local, nacional e internacional (Santos 1999; 2003b [1987]).

Os objetivos deste sub-capítulo não são tão ambiciosos, mas são inspirados pelo desejo de democratizar o conhecimento e de promover um diálogo entre a academia e a sociedade civil. Ahmed Abdullah e Mubarak Hussein, que participam neste esforço coletivo, como representantes da UREP, manifestam muito interesse em encontrar novas formas de expressão das suas preocupações, acreditando que a academia pode ajudá-los, nesse processo<sup>140</sup>.

---

<sup>140</sup> De facto, a UREP e o *Fórum Refúgio* (plataforma coletiva de que fazem parte desde a sua fundação, em 2018) têm promovido debates com a academia desde o seu início. No lançamento do *Fórum Refúgio*, em dezembro de 2018, foi introduzida uma nova iniciativa denominada *Academias na Mesa*, convidando-se, para o efeito, académicos e membros da sociedade civil com conhecimento e formação na área da inclusão social de refugiados; para refletirem sobre a solidariedade com refugiados. Desta iniciativa, surgiram algumas comunicações em conferências, partilhas de conhecimento e sugestões de práticas.

O nosso método de trabalho foi ajustado, ao longo do trabalho de campo, à medida que nos conhecíamos melhor, e que a nossa dinâmica de colaboração se estabelecia. Baseia-se numa combinação entre etnografia, ações de solidariedade informal coletiva, e uma reflexão regular sobre as práticas solidárias em curso. O meu compromisso foi o de registar os momentos partilhados de reflexão e de trabalho comunitário, descrevendo os posicionamentos e os pontos de vista de cada participante. Mubarak Hussein e Ahmed Abdullah, como representantes da UREP, estão na “linha da frente” de todo o trabalho comunitário, tendo ambos decidido sobre as prioridades e os temas de debate mais relevantes. Somos os três, neste processo, sujeitos e objetos, interligados com o conhecimento partilhado resultante, que foi alcançado através do estabelecimento de uma relação de confiança entre os três. Para evitar apropriações de conhecimento indevidas, e reforçar uma colaboração democrática, este capítulo foi sendo construído aos poucos, até 2020. Mantive um diário de campo de todas as nossas reflexões e partilhas, que inclui uma descrição das nossas ações conjuntas de solidariedade informal, ao longo de dois anos.

O conceito de investigação colaborativa não é consensual, na academia, quer em termos de definição, quer ao nível da implementação e dos métodos, pelo que diferentes propostas são ainda necessárias, para aprofundar quer o processo, quer o seu lugar, dentro da academia. Da nossa parte, consideramos que as reflexões aqui partilhadas, enquanto coautores, com diferentes pontos de vista e posicionalidades, constituem, antes de mais, uma contra narrativa ao discurso institucional (e é essa a nossa motivação principal), mas também ao discurso académico (esse é um efeito secundário que eu, particularmente, achei interessante). Não queremos ser nem ingénuos nem demasiado idealistas, sabendo bem a realidade desigual em que operamos, por isso optamos, simplesmente, por descrever os nossos pontos de vista pessoais e a nossa experiência e prática quotidianas, esperando contribuir para uma reflexão atualizada sobre esta forma de trabalhar em investigação.

A nossa primeira conversa sobre trabalho colaborativo decorreu ainda em 2017, quando partilhámos opiniões pessoais e experiências anteriores de solidariedade com refugiados. Ahmed Abdullah explicou a história da associação UREP, as suas lutas associativas ao longo dos anos, e a sua visão para o futuro. "*Fomos criados como uma rede de refugiados que ajudam outros refugiados, e queremos sempre continuar assim*" (Ahmed Abdullah, 2017). Mubarak Hussein, que tinha acabado de chegar da Sérvia, antes desta discussão, contou que conheceu uma associação local, cujas atividades decorriam num centro dirigido por um grupo de jovens sérvios refugiados. Este modelo inspirou-o a imaginar algo semelhante para Portugal, que envolvesse a sociedade civil, as pessoas que apoiam refugiados, e as comunidades de requerentes de asilo e refugiados residentes. Não é que as parcerias no histórico de vida da UREP, não tenham já permitido muitas colaborações e parcerias, mas todas parecem carecer de sustentabilidade e, algumas, de transparência. "*Não queremos*

que os refugiados sejam utilizados; queremos que tenham autonomia e independência para decidir o que querem fazer com os seus recursos" (Mubarak Hussein). A associação percebe-se a viver entre duas realidades paralelas, como refletem Ahmed Abdullah e Mubarak Hussein:

“Por um lado, somos representantes da nossa comunidade, e conhecemos todas as instituições e organizações que desempenham um papel na gestão da vida dos refugiados. Por outro lado, somos ativistas. Ouvimos em primeira-mão, e diariamente, várias queixas, dificuldades e problemas, alguns dos quais gerados pelas próprias instituições com quem nos associamos. Como ativistas somos desafiados pela representação da nossa associação, a par da mediação entre refugiados e instituições e a necessidade de ativismo, quando as coisas correm mal” (investigação colaborativa, reflexões conjuntas, UREP, junho de 2018).

Na perspetiva dos dirigentes da UREP, o trabalho desenvolvido através das parcerias institucionais (CML, JRS, Associação Crescer, *Lisbon Project*, CPR, ACM), tem sido pouco efetivo, na consolidação de um modelo de solidariedade partilhado. Muitas vezes, a UREP participou num projeto ou num consórcio, cujo único propósito era encontrar um *gatekeeper* para as comunidades de refugiados; ou no qual Ahmed Abdullah e Mubarak Hussein representavam, eles próprios, “os refugiados”, sem que lhes fosse dada a confiança para *decidir* sobre o trabalho. Por outro lado, os projetos iniciados pelos parceiros têm durado pouco tempo, sem que se consiga estabelecer nenhum modelo satisfatório ou sustentável, que permaneça com os refugiados. A UREP vê-se, assim, entre dois flancos: por um lado, o *flanco institucional*, em que procura manter-se ativa, colaborar e participar nos projetos em curso, para adquirir a sustentabilidade e o reconhecimento social necessários à sua autonomia. Por outro lado, o *flanco informal*, em que assume a responsabilidade da representação da comunidade e a procura de soluções pragmáticas para os problemas que vão sendo transmitidos pelos refugiados, muitas vezes utilizando os seus próprios meios.

Algumas das ações de solidariedade informal experimentadas passaram pelo ativismo, por exemplo, apresentando os problemas relatados pelos refugiados em formato de “carta aberta” ou de “petição”, às instituições públicas. Durante o nosso trabalho de terreno conjunto, ajudei a escrever algumas destas cartas, que foram depois enviadas pela UREP, a diferentes instituições e serviços públicos. No imediato, as cartas procuravam resolver dificuldades enfrentadas pelos refugiados, buscando soluções pragmáticas para problemas concretos. Simbolicamente, as cartas pressionavam as instituições, financiadas pelo Estado, a responder pelas suas responsabilidades. Alguns exemplos de situações que justificaram “cartas abertas” foram expulsões abruptas de alojamentos, isolamento de refugiados em zonas rurais desprovidas de serviços mínimos, atrasos nos processos de reunificação familiar, interrupções de apoio económico e situações legais. Na maioria dos casos, tratava-se de situações complexas, para as quais não se tinham encontrado apoios institucionais suficientes ou adequados.

Algumas surgiram como emergências, após um evento grave, ou após um confronto negativo com as autoridades migratórias ou policiais, inclusivamente, fora do horário de trabalho das instituições (por exemplo à noite ou ao fim-de-semana). Alguns exemplos foram despejos forçados, intervenções da CPCJ (retirada de filhos menores), detenções após denúncia de situações de violência doméstica, e cortes abruptos no abastecimento de água, gás ou luz. Outros casos, menos graves, decorriam de mal-entendidos interculturais, por exemplo, refugiados muçulmanos que recebiam carne de porco, sem outra alternativa alimentar; mulheres refugiadas que se recusavam a ver um médico do género oposto; ou refugiados que precisavam de um intérprete, para resolver problemas imediatos, e não encontravam nenhum, na sua localidade.

“Encontrei o senhor Houssemane na rua, à frente do espaço *Co-Work*, e ele contou-me que vinha de Setúbal, para pedir ajuda à UREP. Esperava pelo Mubarak, para o ajudar a explicar melhor o seu problema. Já tinha passado pelo NAIR, no ACM, disse, mas lá não o ajudaram, e mandaram-no embora. O Mubarak apareceu daí a cinco minutos e veio conversar com o senhor Houssemane. “O grande problema é que ele ficou com o subsídio mensal totalmente cortado, pelo ISS”, contou. “Está sem comida em casa, e veio pedir ajuda de emergência”. Mubarak disse-me, mais tarde, que o senhor se desesperou muito, quando esteve no NAIR e que gritou, “mas como é que eu vou comer? Ajudem-me!” A técnica assustou-se com estado agitado do senhor Houssemane e chamou a polícia, “para ajudar a controlar os ânimos.” Antes de chegar, Mubarak estava a falar à polícia, que acabou por ir-se embora, quando ele explicou a situação” (observação participante, Fórum Refúgio, nomes fictícios, setembro de 2019).

O recurso às redes informais de solidariedade em circunstâncias-limite como esta, cumpre várias funções. Por um lado, ajuda a atenuar o impacto da violência estrutural e violência lenta das instituições, através da mediação intercultural; por outro, constitui-se como uma estratégia de resistência e de humanização, que permite afrontar as dificuldades com mais recursos e maior respaldo. Durante o trabalho de campo com a UREP, fui observando vários episódios como este, que me ajudaram a perceber a forma como as redes informais interatuam, nos interstícios das instituições, mediando, confrontando falhas e insuficiências, e apresentando alternativas solidárias.

“O número foi indicado por Ali, um refugiado “retomado”, que regressou a Portugal há uns meses, após um período de tempo na Alemanha. A pedido da UREP, falei em português com o técnico, expondo o problema apresentado por Ali, que já tinha sido reportado por escrito ao ACM, à PAR e à instituição local de acolhimento. As queixas incluíam ter sofrido represálias financeiras por parte do técnico da instituição, que se recusou a pagar-lhe a prestação de apoio mensal, como forma de *compensação*, pelas elevadas contas de eletricidade e de gás. O técnico da instituição refere que desde a “fuga” de Ali para outro país Europeu, “*ele voltou com uma atitude diferente-não cooperante, não seguia os conselhos e pedidos dos técnicos que o acompanham*”. O técnico sentia-se *ofendido* pelas queixas de Ali, porque ele “*não agiu de forma correta, devia comunicar antes com ele, e não com a UREP*”. Quando lhe perguntei sobre a forma como comunica com os refugiados, habitualmente, o técnico referiu não ter qualquer intérprete disponível, na sua equipa, pelo que normalmente “*usa os gestos*” para se entender” (observação participante, Fórum Refúgio, nomes fictícios, julho de 2018).

Este exemplo de interação entre a UREP e uma instituição de acolhimento é confrontativa, mas tem uma intenção mediadora, pretendendo atenuar um conflito, e regular a relação de dominação exercida pelo técnico. A conversa com o técnico, expõe alguns dos instrumentos que Francesco Vacchiano (2018) designou como *pedagogia dos pobres*, traduzida aqui numa estratégia de “punição didática”. O conjunto de obrigações e deveres estipulados pela instituição, concentraram-se em expectativas paternalistas sobre o comportamento e reciprocidade esperados de Ali. O discurso moralista e pedagógico são uma tentativa de reproduzir a relação de dominação hierárquica, produzindo obediência e subalternização. Recusando-se a cumprir as medidas arbitrárias, impostas pela instituição, nos termos estabelecidos pelo seu representante; Ali foi imediatamente punido. As palavras utilizadas pelo técnico refletem a ambivalência das políticas de acolhimento portuguesas, que alternam entre a negligência e o controlo autoritário, como refletido anteriormente.

Ali retornou a Portugal numa situação familiar complicada, separado da sua agora ex-mulher, com 4 filhos menores a seu cargo. A negligência da instituição, face às suas novas necessidades, ao nível da parentalidade, foi acumulando tensões, na readaptação ao contexto nacional. Do ponto de vista da instituição, Ali veio da Alemanha “diferente e mais agressivo”, perspectiva que demonstra uma rigidez de critérios, ao não conseguir integrar a nova situação sociofamiliar de Ali, drasticamente distinta. A hostilidade e humilhação veiculadas pela punição que a instituição decidiu instaurar a Ali, tornaram uma situação sociofamiliar, já de si complexa, numa experiência insuportável, levando Ali a recorrer às redes informais de solidariedade disponíveis, para se poder defender. Ahmed Abdullah, que tem mediado múltiplas situações similares às de Ali, considera que há um problema grave com os planos de integração de 18 meses estipulados pelo Estado. “*A maioria das instituições simplesmente “corta” todos os vínculos com os refugiados, após esse período, alegando que não tem financiamento para prosseguir com o apoio*”.

Uma família com 5 filhos, prestes a terminar o seu período de 18 meses, foi confrontada com *ameaças*, por parte da instituição de acolhimento, que os notificou, por carta, que teriam que abandonar a casa (cuja renda era paga pela instituição). Ao mesmo tempo, o técnico cortou-lhes o subsídio mensal (alegando que não tinha recebido ainda qualquer dinheiro do Estado). Na tentativa de resolver o problema, a família deslocou-se ao gabinete da técnica de acompanhamento, por duas vezes. Das duas vezes, a técnica chamou a polícia:

“Da primeira vez, foi o próprio chefe da polícia que achou que, tendo em conta a situação difícil da família, o problema deveria ser resolvido a bem, entre as partes. Da segunda vez, houve uma queixa formal, que os obrigou a irem todos a tribunal, no dia seguinte. Mas eles também têm queixas. Dizem que a polícia bateu na esposa e no filho de 14 anos, durante a intervenção dos agentes. Há uma queixa de um agente policial contra um dos menores, que diz que ele lhe tentou retirar a arma do cinto. O pai

tem estado desesperado e telefonou para nós, na UREP, para pedir ajuda” (observação participante, UREP, março de 2019).

Este é mais um exemplo do tipo de violências institucionais exercidas em Portugal, onde estão patentes diversos simbolismos simultâneos. Por um lado, uma falta de articulação e coordenação interinstitucionais, que é depois manifesta na tomada de decisão rápida e autoritária, sobre o destino das pessoas. Por outro lado, os mecanismos de controlo utilizados; neste caso o recurso às autoridades policiais, e a formulação de uma queixa formal, que obrigou uma família em vias de despejo, com filhos menores, a ter que apresentar-se em tribunal. Estas são estratégias potencialmente revitimizadoras, que não apenas agridem e humilham as pessoas, como as colocam em situações de insegurança, medo e impotência.

Ahmed e Mubarak tornaram-se interlocutores e mediadores privilegiados, perante as instituições de acolhimento, ao longo dos últimos dez anos. Vi como os dois eram facilmente “chamados” pelos técnicos do CPR, JRS ou ACM, para mediar conflitos, para falar com refugiados “difíceis” ou para esclarecer situações não compreendidas pelos técnicos. Uma das lacunas apontadas pelos dois, relativamente a estas situações em que são “chamados”, é a “*falta de competência cultural e a pouca sensibilização dos técnicos*”, para a realidade das vidas e culturas dos refugiados. Tivemos muitas conversas sobre estas situações no nosso “sítio do costume”, uma esplanada perto da estação de comboios do Oriente, local privilegiado para encontrar refugiados e requerentes de asilo que ali se deslocavam para resolver problemas quotidianos.

Constituindo-se como uma intersecção entre a cidade e a periferia, e com fácil acesso à rede do metropolitano de Lisboa, este era um espaço perfeito para *encontros em mobilidade*. Por vezes ficávamos a conversar neste local durante horas seguidas, acompanhando a discussão com cafés, quase sempre oferecidos pelos meus dois interlocutores. Durante as nossas conversas e reflexões, iam aparecendo refugiados e requerentes de asilo com petições e dificuldades múltiplas, e eram ali combinadas as estratégias, e os próximos passos a seguir, para afrontá-las.

“Depois de muitos meses, combinei com o Sr. Ahmed e com o Mubarak no local “do costume” e falámos da situação atual da associação. Como sempre surgiram vários temas recorrentes e, durante o tempo em que estivemos na esplanada, apareceram dois refugiados sírios que ainda não tinha conhecido, o Ali e o Sr. Hassan. O Sr. Hassan, que estava em Setúbal, vinha pedir ajuda para começar um negócio próprio, de comida ambulante (*fast-food* em *roulotte*). Mubarak atualizou-me sobre alguns recentes mal-entendidos com as instituições. Numa reunião com XXX descobriu que, afinal, o projeto que lhes tinha sido proposto não ia ser tão simples nem tão interessante como o previsto: eram eles (UREP) que tinham que fazer todo o trabalho de “terreno”, responsabilizar-se por contratar uma pessoa responsável pelas tarefas, e “trazer refugiados” para todas as reuniões com os investigadores do projeto. Os investigadores disseram-lhe, à partida, que “não tinham nenhuma experiência com refugiados”, mas não pediram ajuda prévia, para escrever o projeto. Mubarak falou também da sua recente ida à XXX para pedir a chave do local onde se iria realizar a festa de Natal/Ano Novo, já acordada com o Presidente da instituição. Uma funcionária diz-lhe: “mas porque é que vocês vêm aqui buscar a chave? Isto é só para cidadãos”. Ambos



refletiram, com base neste episódio, que há muitos funcionários assim nas instituições, que os tratam como se não tivessem o estatuto de cidadãos. Ahmed e Mubarak contam que, numa conversa com o XXX, este lhes perguntou: há quantos anos vocês andam a fazer este trabalho? Já há 10, não é? E que mudanças veem? “Nenhumas”, concluíram. “O problema, disse-lhes XXX, é que são as instituições que têm que mudar, não vocês”. Mubarak sugere que publiquemos uma carta, assinada por membros da sociedade civil que têm verificado os mesmos problemas ao acompanhar refugiados, explicando as barreiras enfrentadas no acesso aos serviços públicos, e sublinhando a necessidade de fiscalizar estas instituições. “São estas pessoas que causam situações do género expulsões abruptas dos sítios, despejos, cortes de luz e/ou água, parece que nunca sabem o que fazer para apoiar refugiados” (investigação colaborativa, UREP, nomes fictícios, dezembro de 2019).

A questão da “instrumentalização” da associação, para benefício das instituições, foi um dos temas de conversa recorrentes, nos nossos encontros e reflexões partilhadas. Por diversas vezes, parecia haver um círculo vicioso, entre a UREP e as instituições: *“uma entidade escreve um projeto “para refugiados”, convidamos para participar e integra-nos no consórcio, para valorizarmos e legitimarmos o projeto, mas depois, na implementação, a única participação efetiva é na entrega de “produtos”, ou nas conferências”*. Este círculo vicioso exige dos representantes associativos uma enorme resiliência, traduzida na sua determinação quotidiana em manterem-se ativos e colaborativos, mesmo quando sofrem microagressões.

“Encontro no sítio do costume, com Mubarak e o Sr. Ahmed, pelas 11h. Conversamos sobre a frustração com a reação do XXX ao pedido de apoio da UREP, após um ano de trabalho conjunto. Aquilo que a UREP esperava era saber se se “encaixava”, finalmente, no plano nacional de acolhimento, como parceira, mas a resposta dada por XXX excluiu-os diretamente do “plano de ação”. Para o Sr. Ahmed e o Mubarak, isto é uma questão de fundo: as associações não se veem representadas pelo governo, nas medidas que afetam a sua comunidade. “Eles não representam os refugiados, são as associações que os representam. No entanto, nunca nos veem como “parceiros”, de igual para igual... às vezes parece que instituições e associações falam línguas diferentes.” Às tantas, a meio da nossa conversa, aparece uma senhora que se coloca ao meu lado, e me “espeta”, literalmente, um dedo na cara, para me pedir esclarecimentos sobre a conversa que estávamos a ter. Dizia, dirigindo-se a mim, mas falando para o Sr. Ahmed e Mubarak “os refugiados só reclamam quando tudo lhes é dado, casas caras, trabalho, e tudo e tudo”; só a nós portugueses é que ninguém dá nada”. Irritada, digo-lhe que a conversa não é com ela que não tem nada que se intrometer. Mas o Mubarak e o Sr. Ahmed, muito calmos e bem-educados, explicam-lhe, tranquilamente, que os meios de comunicação social exageram, para vender jornais, e sugerem-lhe que tente conhecer refugiados, pessoalmente, para perceber como está enganada...A senhora acabou por se ir embora e desistir da abordagem agressiva” (observação participante, UREP, janeiro de 2020).

Um ano depois de iniciarmos a nossa colaboração, decidimos escrever um artigo colaborativo para a revista *Community Psychology in Global Perspective*<sup>141</sup>. No artigo, expusemos algumas das questões que afetam os refugiados em Portugal, e a forma como a solidariedade e o ativismo da UREP se inserem num

---

<sup>141</sup> O artigo intitula-se “Solidarity with Refugees in Portugal: a collaborative research, e está disponível [em linha]: <http://siba-ese.unisalento.it/index.php/cpgp/article/view/20471> [consult. 2 dez. 2020]

contexto marcado por violências estruturais e rigidez institucional. Antes de escrever, fizemos um *brainstorming* coletivo, com refugiados, sobre o que era mais importante ressaltar.

“A conversa fluiu sobre muitos temas de interesse para a publicação, e voltamos a refletir sobre as circunstâncias das associações de refugiados em Portugal. David acha que a obrigação das associações é mediar a relação dos refugiados com as instituições, mantendo uma confiança estável e produtiva, com estas. Para ele, a prioridade é manter uma boa relação com todos. Mussah não concorda com David. Disse “temos que ser assertivos e saber definir bem os limites. Há coisas que não podemos aceitar.” Perguntei se tinham receio de que os refugiados perdessem a confiança nas associações. Mussah disse que isso já está a acontecer, muitos refugiados questionam que benefícios é que eles têm enquanto representantes associativos. “O ideal era termos um espaço mais apropriado e independente, diz Ali.” Mussah insiste na necessidade de falarmos sobre os danos causados pelo mau funcionamento das instituições, como propósito mais importante da publicação. David mantém a sua posição; diz que é importante ter um diálogo construtivo, para evitar lesar as alianças que conseguiram estabelecer, com muito custo, até à data (investigação colaborativa, reflexão conjunta, UREP, nomes fictícios, setembro de 2018).

#### **“A mão que nos cuida é a mão que nos agride”**

Pedindo emprestadas as palavras de Michel Agier (2016) concluímos, na nossa investigação colaborativa, que toda a existência dos refugiados é baseada em determinações políticas complexas. As experiências contraditórias, experimentadas pelos refugiados em Portugal, alternam entre a negligência/autoritarismo das instituições (a mão que agride) e o cuidado e empatia (a mão que cuida); desvelando um braço de ferro entre política e solidariedade. É sabido, em psicologia, que estes estados de ambivalência, entre o cuidado, o autoritarismo e a negligência, são profundamente *adoecedores*. Bateson (1972) advertiu para a possível relação entre a comunicação de duas ou mais mensagens contraditórias, e o desenvolvimento de perturbações mentais graves, designando este efeito por *double-bind*. Quando um indivíduo (ou grupo) recebe, ao mesmo tempo, mensagens de cuidado e de negligência, em que uma contradiz a outra, o resultado é a angústia emocional (Bateson 1972).

Agier (2016) considera que os refugiados simbolizam a própria mobilidade, comportando, a sua existência, uma interpelação insistente e obstinada à ideia de liberdade de movimento. As vidas em mobilidade são fluidas, e procuram abertura e liquidez, num sistema de acolhimento rígido, que procura estagnar, dominar e imobilizar. Neste sentido, a solidariedade informal manifesta-se como um aliado da fluidez natural das mobilidades, ajudando a encontrar “brechas” e alternativas vitais, nos interstícios institucionais (que reproduzem as fronteiras). Solidariedades informais e atos de cidadania possibilitam uma maior agência e controlo dos recursos disponíveis, transformando a hospitalidade no país anfitrião, em possibilidades de cosmopolitismo e novas pertenças, através de relações de proximidade e redes de entajuda comunitárias.

As instituições procuram uma homeostase que é, na prática, impossível, no contexto das mobilidades (Nail 2012; 2015), enquanto a solidariedade informal acompanha a *desestabilização das estruturas*, ajudando a provocar “caos”, infrapolítica e “desgoverno”. Na perspetiva da solidariedade informal, as instituições (a mão que cuida, mas também agride), tanto protegem, como causam medo e angústia. A solidariedade informal cresce e ocupa espaço, quando os recursos institucionais se esgotam, num modelo de caridade que reproduz violência e humilhação, e que vai causando dano (a mão que agride). Didier Fassin (2005) rotulou esta relação conturbada entre o cuidado e o controlo como "repressão compassiva".

Na perspetiva dos meus colaboradores na UREP, os refugiados em Portugal ainda são vistos como uma categoria única e impessoal, meros objetos de cuidado, desprovidos de agência, cujo direito à atuação política tem sido sistematicamente obstruído. As histórias imaginadas e generalizadas, de passados de sofrimento, conflito e violência, foram assumidas pelas instituições portuguesas (publicamente suscetíveis à compaixão), que, sub-repticiamente, agem com “cautela” com estes “novos estranhos”. Os cuidadores institucionais assumem-se, ora como *salvadores generosos* (dos bons refugiados) ora como *vítimas* (dos *maus-refugiados*).

While images of the “good” refugee who is starving and helpless may motivate people to become helpers, there is an alternative stereotype of “bad” refugees as thankless, ungrateful, cheating, conniving, aggressive, demanding, manipulative, and even dangerous persons who are out to subvert the aid system. Neither image embodies the complexities of human reactions in situations of extreme stress, but as anyone who has worked with refugees will likely agree, it is the latter image or experience of refugees that has the greatest bearing on how helpers treat refugees (Harrell-Bond 2002, p. 58).

Esta perceção dos refugiados está imbuída de condicionamentos emocionais (imaginários humanitários, empatia, compaixão, medo e suspeição), podendo levar a uma crónica falta de proximidade e participação. Esta distância crónica, por sua vez, poderá contribuir para a manutenção de uma certa tolerância, relativamente ao tratamento cruel dos “maus refugiados”, como os cortes de luz e água, os despejos, as ameaças e/ou interrupções no apoio financeiro, e outras “ações didáticas” (Vacchiano 2018) que testemunhamos no terreno.

Na UREP, os representantes associativos querem ser agentes de mudança há uma década, mas mantêm-se a navegar à deriva, num sistema institucional distante, viciado pela miopia cultural das políticas públicas. Se falam enquanto refugiados, com anos de experiência e vivências em Portugal, é-lhes permitido um lugar “na mesa”, como colaboradores, representantes ou *gatekeepers*. É uma situação que lhes tem produzido algum reconhecimento social e aceitação, mas não a liberdade, independência e autonomia cívica a que aspiram. Se falam enquanto cidadãos portugueses, como ativistas pelos direitos dos refugiados, tornam-se, eles próprios, “maus refugiados”, “incompatíveis” com o sistema.

“Dizem-nos que para nos ouvirem, temos que ser parte da solução, e não do problema, e com isto, silenciam-nos as queixas, e as denúncias.” Por esta razão, não parece existir, ainda, um espaço aberto em Portugal para o ativismo dos próprios refugiados. Esse ativismo parece ser visto, pelas instituições, como uma “ameaça” ou como um “perigo”, pelo que os ativistas refugiados ainda são “*matter out of place*” (Malkki 1995b). O Estado vai mantendo, assim, o seu poder soberano sobre os corpos dos refugiados, remetendo-os, repetidamente, à submissão e à docilidade (Foucault 2003; 2010), ao mesmo tempo que se congratula, pela aclamada generosidade e “excepcionalismo português”.

## 5.2. FÓRUM REFÚGIO. RECONHECIMENTO PÚBLICO OU CONTROLO SOCIAL?

O lançamento do Fórum Refúgio, em dezembro de 2018, teve lugar numa conferência aberta ao público, no ACM, intitulada “*O valor da solidariedade*”, e contou com a presença e intervenção oficial de todos os representantes institucionais, com responsabilidades no acolhimento aos refugiados. Nomeadamente, contou com a presença do Alto-Comissário para as Migrações, a Presidente do Conselho Português para os Refugiados (CPR), o Coordenador da Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR), a Assessora do Gabinete do Vereador dos Direitos Sociais da Câmara Municipal de Lisboa (CML), representantes académicos do ISPA, do ISCSP e do ISCTE-IUL, e os representantes das cinco associações de apoio a refugiados que integram o Fórum Refúgio: Associação de Refugiados em Portugal (ARP); União dos Refugiados em Portugal (UREP); Associação de Apoio a Imigrantes e Refugiados em Portugal (APIRP); Associação *Family of Refugees* (FOR) e Associação *Home Without Borders*. Na página oficial do ACM, a notícia foi narrada da seguinte forma:

“As entidades envolvidas em Portugal no acolhimento e integração de pessoas refugiadas, reunidas nesta conferência sobre o valor da Solidariedade, intervieram sobre outros valores centrais nesta área, como o Acolhimento, a Integração e a Colaboração. Acerca do acolhimento, a Presidente do CPR, Teresa Tito Morais, destacou o valor trabalho em equipa entre as instituições, que deverá sempre respeitar a autonomia e as particularidades de cada associação. Sobre a Integração, o Alto-comissário para as Migrações sublinhou importância da divulgação de informação consubstanciada nestas matérias: “A ideia de desconhecido alimenta o preconceito e as narrativas desinformadas” pelo que se revela fulcral a realização de estudos estatísticos com análises fundamentadas (...) O Coordenador da PAR, salientando o valor “da abordagem colaborativa” neste processo de acolhimento e integração, frisou a importância de se “continuar a trabalhar na sociedade civil contra a existência de ideias xenófobas”, reforçando que, nestas questões, “não podemos estar calados e temos que agir!”. André Costa Jorge aproveitou a ocasião para convidar o Fórum Refúgio a estar representado na Comissão Executiva da PAR. A iniciativa abriu ainda espaço para alguns momentos musicais (...)” (ACM 2018<sup>142</sup>).

---

<sup>142</sup> Notícia disponível na página oficial do ACM [em linha]: <https://www.acm.gov.pt/-/inaugurado-novo-espaco-work-para-assocacoes-de-pessoas-refugiadas-no-cnaim-de-lisboa> [consult. 5 dez. 2020]

Em Outubro de 2018, foi estabelecida uma parceria entre o ACM e estas 5 associações, através de um protocolo formal de cooperação, em que o ACM disponibilizou o *Espaço Co-Work*, no CNAIM - Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes (onde está sediado o ACM). Com este protocolo, o ACM comprometeu-se, publicamente, a apoiar e promover a dinamização de iniciativas comunitárias de acolhimento, integração, participação e formação profissional de pessoas refugiadas. A inauguração do *Co-Work* decorreu no CNAIM, a 9 de janeiro de 2019 e, desde essa data, tenho acompanhado, neste espaço, os trabalhos do Fórum Refúgio, colaborando ativamente na prossecução dos seus objetivos e na elaboração de atividades concretas (conferências, assembleias, eventos, atendimentos, ações de apoio pragmático a refugiados, angariações de fundos e mediação institucional através de cartas, *e-mails* e reuniões de trabalho).

No dia da inauguração do espaço, foi dado a cada associação um pequeno momento de intervenção pública, em que os dirigentes associativos reiteraram as suas intenções de colaboração, para encontrar soluções conjuntas, na promoção da inclusão de refugiados em Portugal. Todas as instituições e associações parceiras retribuíram, manifestando o seu apoio solidário às associações de refugiados e ao Fórum Refúgio, e disponibilizando-se para encetar ações colaborativas. O anfitrião do evento era o embaixador do Fórum Refúgio, voluntário no ACM e técnico numa associação local de formação profissional. O ambiente era informal e cálido, permitindo espaços de convívio social, e criação de redes entre os diferentes interlocutores institucionais e comunitários. Alguns dos refugiados presentes na conferência, iam saindo e recorrendo aos dirigentes associativos, no exterior, para que lhes traduzissem e explicassem o que estava a ser dito “lá dentro”.



Figura 19. Inauguração Espaço Co-Work, 9 janeiro 2019. Fonte: ACM<sup>143</sup>

<sup>143</sup> Imagem disponibilizada na página oficial do ACM, [em linha]: <https://www.acm.gov.pt/-/inaugurado-novo-espaco-co-work-para-associacoes-de-pessoas-refugiadas-no-cnaim-de-lisboa> [consult. 5 dez. 2020]

A fotografia que consta na notícia acima, na página pública do ACM, é do dia da inauguração oficial do espaço *Co-Work*, a 9 de Janeiro de 2019. Com a presença da então Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade, do então Alto-Comissário para as Migrações, do presidente da PAR, e dos dirigentes associativos do Fórum Refúgio, ficou oficializada a abertura do espaço. O protocolo incluiu, ainda, uma série de intervenções políticas e institucionais, incluindo um discurso da Secretária de Estado, do Alto Comissário para as Migrações, do adjunto do Conselho Diretivo do ACM, do representante institucional do CPR e do presidente do JRS e da PAR. Foi concedido um pequeno espaço para as intervenções dos dirigentes associativos, que eles utilizaram para fazer um agradecimento institucional, intercalado com a apresentação de performances musicais, por refugiados convidados.

No debate que se seguiu a estas intervenções institucionais, alguns refugiados presentes na assembleia procuraram falar sobre os seus problemas concretos, no país, mas foram remetidos para os técnicos, que os ouviriam em “horário e sede próprios”. Ao meu lado, um refugiado iraquiano dizia sentir-se muito frustrado, porque acabava de chegar do Egito, através do programa de reinstalação, e *“ainda não percebemos bem onde estão todas aquelas coisas que nos foram prometidas, só nos dizem para esperarmos.”* O tom dos discursos institucionais assentou na ideia de “solidariedade e colaboração”, discorrendo, cada interveniente, sobre as “boas práticas” e “excelentes resultados” institucionais; bem como na “excelente generosidade e abertura do povo português”, e o seu compromisso com a “maior participação” dos refugiados. Nas intervenções dos participantes académicos, foram elencadas algumas preocupações, nomeadamente, a falta de acesso dos refugiados aos mecanismos de tomada de decisão que afetam as suas comunidades.

Relembro que, num intervalo da conferência inaugural, conversei brevemente com uma das dirigentes institucionais, e perguntei-lhe o que estava a achar da criação do Fórum Refúgio. *“Na verdade, a ideia foi nossa, nasceu na nossa instituição, através de uma conversa com um dirigente de uma das associações de refugiados”*. Mesmo que tivesse sido verdade, pareceu-me bastante inquietante esta pronúncia de poder, no dia da inauguração de uma iniciativa que pretende reforçar a agencialidade e a participação cívica dos refugiados. Ao longo do dia, fui aferindo, junto dos refugiados presentes, o que achavam da iniciativa, sendo que a grande maioria não estava ainda informada sobre o que era o Fórum Refúgio, ou o que poderia representar, em concreto, nas suas vidas quotidianas. Os refugiados presentes foram convidados a participar, pelas associações que organizaram o evento, mas, na sua grande maioria, nem acompanharam os discursos, pelas barreiras linguísticas (todo o evento decorreu em português, sem tradução).

Como foi apontado por Land (2015), este impulso ocidental para “ajudar” acaba por reforçar ainda mais os processos de subalternização, ao invés de abrir um espaço sério e urgente de “aliança” com pessoas sem

representação política. As diferentes formas de compensação e de reconhecimento social promovidos pelo Estado, realçam o papel dos representantes associativos como “bons cidadãos”, e não como “cidadãos de direito”, aumentando a sua disparidade hierárquica, ao invés de se desmontarem os privilégios e os poderes desiguais de partida. Querer “ajudar” refugiados “de cima para baixo” denota pouca vontade política para refletir sobre as condições sociais em que os refugiados se encontram, realmente, e incrementa o risco de nos perdermos, enquanto sociedade, no nosso próprio narcisismo e “boas intenções” (Kowal 2015; Land 2015).

Ao longo do ano de 2019, fui participando nas iniciativas para as quais os representantes do Fórum Refúgio me convidavam, como colaboradora e como voluntária. Em Fevereiro de 2019, o Fórum Refúgio convocou os interessados institucionais e a sociedade civil a participar numa reunião de apresentação de propostas colaborativas. A reunião foi facilitada pelo coordenador do Fórum, um representante da UREP, e o embaixador do Fórum Refúgio. Apareceram sete pessoas (eu incluída), interessadas em apresentar propostas e projetos de trabalho; duas técnicas da associação Estrela da Lusofonia, sediada no Cacém, dois membros da Associação Comparte, uma investigadora em sociologia (que fazia investigação com mulheres refugiadas), e uma representante da INITIO (uma empresa que oferecia estágios profissionais). O Fórum Refúgio apresentou a situação atual dos refugiados em Portugal, e pediu aos convidados para apresentarem as suas propostas concretas de colaboração. Surgiram algumas ideias genéricas, e foi decidido que haveria uma segunda reunião, para formar grupos de trabalho temáticos, por áreas mais concretas (saúde, trabalho, educação, etc.). Esta reunião nunca ocorreu, ficando, no entanto, cada um dos participantes em contacto com o Fórum Refúgio, acompanhando os eventos organizados, daí em diante (assembleias, encontros, conferências).

Da minha parte, disponibilizei-me para apoiar os refugiados e requerentes de asilo que recorriam ao Fórum, na mediação das diversas barreiras de acesso aos seus direitos. Na grande maioria das situações, isto implicou um apoio pragmático imediato (por exemplo fazer telefonemas, escrever cartas e correios eletrónicos, acompanhar pessoas a instituições, e interligar contactos informais, na sociedade civil, com os refugiados). Neste processo de estabelecimento de pontes informais, fui mantendo uma reflexão regular, sobre estas ações solidárias, com os representantes do Fórum Refúgio mais ativos no novo espaço *Co-Work* (ARP, APIRP e UREP). Fui observando, ao longo do tempo, como as instituições se iam relacionando com o Fórum Refúgio, e como o posicionavam, no sistema de apoio mais vasto. A partir das minhas observações no terreno, e das reflexões conjuntas com os representantes do Fórum, concluí que este era assumido como um *gatekeeper* das comunidades de refugiados; e como um mediador, na gestão de problemas e conflitos, entre

refugiados e instituições. Neste sentido, o Fórum acabou por tornar-se uma extensão útil das associações de refugiados, agora com um enquadramento institucional *mais formal*.

Pude observar que o Fórum Refúgio recebeu diversos convites, no seu primeiro ano de existência, para participar em projetos elaborados por outras associações. Estes convites colocavam o Fórum num papel “consultivo”, ou como parceiro/colaborador num consórcio de instituições. Neste caso, não estando o Fórum Refúgio constituído, formalmente, como uma associação, acabava por ser ou a ARP, a APIRP ou a UREP a integrar formalmente cada um desses projetos.

Os representantes do Fórum Refúgio partilharam algumas ideias de trabalho com o ACM, em reuniões com as chefias, com quem mantinham uma boa relação. No entanto, não receberam propriamente um financiamento público, para ganhar a sustentabilidade institucional de que necessitavam. O apoio financeiro do ACM estava restringido à manutenção da sede (o espaço *Co-Work*, numa sala contígua ao parque de estacionamento do ACM), aos equipamentos mínimos para gestão do espaço, isto é, computadores, cartão de telemóvel e mobiliário; e ao apoio económico na organização de eventos pontuais (desde que devidamente autorizados). Apenas durante a pandemia por Covid-19, quando surgiu a necessidade de criação de um fundo de emergência, para apoiar famílias de refugiados; e já com uma nova chefia, o ACM garantiu um financiamento mais robusto; ainda assim, aquém das expectativas dos representantes do Fórum Refúgio.

O acesso dos refugiados ao espaço *Co-Work*, dependia de um agendamento informal prévio, com um dos dirigentes associativos. O funcionamento do espaço dependia das disponibilidades, em regime de voluntariado, dos representantes associativos, que nem sempre podiam estar presentes e viviam longe, em cidades-satélite de Lisboa. Não sendo possível manter um horário regular, por vezes os refugiados encontravam o espaço encerrado, vendo-se obrigados a combinar por telefone outro dia e hora, para resolver os seus problemas. Por outro lado, embora o espaço fosse disponibilizado a cinco associações, na prática duas delas (*FOR e Home without Borders*) não podiam estar presentes, por falta de recursos humanos e de sustentabilidade financeira. A UREP, a ARP e a APIRP, através dos seus dirigentes, mantinham uma presença tão ativa quanto lhes era possível, procurando dinamizar o espaço com atendimentos, reuniões e outras ações associativas. Durante o primeiro ano, havia uma colaboração direta entre o Fórum Refúgio e o NAIR (Núcleo de Apoio a pessoas Refugiadas no ACM), procurando-se coordenar algumas situações complexas, que iam sendo reportadas pela comunidade.

“Quando cheguei ao *Co-Work* havia 4 pessoas em atendimento. A. sentou-se numa secretária e D. noutra, e começaram o “atendimento”. Achei curioso como estes gestos reproduziam uma mecânica institucional, com a secretária entre eles simbolizando a distância entre os “profissionais”, que tomavam notas, e os “utentes”, que davam os seus dados. Dois rapazes argelinos, de 34 e 32 anos, tinham pedido asilo em Portugal e estavam a procurar trabalho. Pediram ao A. que os ajudasse a fazer uma marcação no SEF. Do outro lado, D. ajudava um refugiado sírio que tinha acabado de ser reunido com a sua esposa,



recém-chegada da Turquia, uma senhora de 47 anos com problemas crónicos de saúde. Fizeram-se as marcações para o SEF: o próximo agendamento disponível era para 27 de fevereiro de 2020. Ajudei a solicitar uma antecipação de marcação para o caso da senhora, tendo em conta a sua situação de saúde. Indicaram-me um email no serviço de atendimento do SEF, e enviei o pedido. Os dois argelinos, que procuravam trabalho, tinham competências prévias, um era mecânico, outro tinha experiência como barbeiro. O D. sugeriu fazer o CV do rapaz mecânico e eu sugeri fazer uma busca ativa de emprego, através de contactos na rede informal. No final do dia, falámos sobre estes e outros atendimentos, comentando as dificuldades em encontrar respostas satisfatórias. O A. falou do caso de uma senhora que veio pedir ajuda ao ACM, depois de uns meses a viver isolada em Cabanas de Viriato (distrito de Coimbra), com dois filhos menores a cargo, um deles com doença crónica. Nenhum dos meninos estava na escola, “foram avisados de que já não era possível neste período letivo”, e a casa que lhes foi assignada tinha condições precárias. “A gota de água foi quando um dos meninos se queimou a tentar acender o esquentador”. A família deslocou-se a Lisboa (a associação de refugiados pagou-lhes o transporte), e foram instruídos a vir para a porta do ACM, reclamar da sua situação, porque não aguentavam mais. Em mediação com o NAIR, o A. conseguiu convencer os técnicos a deixar que a família ficasse temporariamente no CATR, até se achar uma solução melhor” (observação participante, Fórum Refúgio, novembro de 2019).

O espaço *Co-Work*, nestas circunstâncias, tornava-se numa extensão do trabalho informal, das associações de refugiados, através do trabalho voluntário dos seus dirigentes; mas também numa extensão da própria instituição ACM, com processos de agendamento, espera e burocracia migratória. Sem a sustentabilidade financeira necessária para a autonomização das iniciativas associativas comunitárias, o espaço nunca foi realmente “apropriado” pelas comunidades de refugiados, sendo percebido por muitos como “mais um gabinete do ACM”. “*Os refugiados acham que nós estamos a ser pagos para estar aqui*”, queixavam-se, por vezes, os dirigentes associativos que dinamizavam o espaço. “*Mas o que é que eles podem fazer por nós, afinal? Nós queixamo-nos, mas não acontece nada*”, queixavam-se alguns dos refugiados que tentavam utilizar o espaço. Esta dupla frustração, criada pela *incorporação institucional* do trabalho associativo informal, parece desvelar as verdadeiras intenções do Estado, neste acoplamento das associações.

“Combinando previamente com o D., fui ao Fórum Refúgio deixar um aquecedor que consegui para o Dawood (requerente de asilo). Estava apenas o M., no espaço, que eu já não via desde o início do Verão, e pusemos a conversa em dia, até chegar o D. O M. falou da sua desilusão com os resultados do Fórum. Tem estado noutros países da Europa, em representação do Fórum e da sua associação, e tem conhecido muitos ativistas, com quem já refletiu que “o meu papel e o dos meus companheiros no Fórum foi “amolecido” no último ano”. Ele considera que, quando eram mais “ativistas”, conseguiam muito mais resultados, porque nas instituições tinham medo das suas queixas e da intervenção dos jornalistas. D. diz que está de acordo com M. “Um ano depois, o Fórum tem poucas colaborações efetivas, e muitas instituições só usaram o Fórum para avançar os seus próprios projetos”. Muitas vezes fomos chamados a eventos ou conferências, não como representantes ou ativistas, mas sim como refugiados, pela nossa história pessoal.” Esta reflexão tem ressonância com outras conversas que me lembro termos tido há meses atrás, na UREP. Apesar desta frustração, a verdade é que o Fórum está comprometido com uma série de instituições, acabou de assinar um projeto com o CPR, está prestes a lançar um projeto financiado pelo IRC e mantém os seus atendimentos no *Co-Work*. Continuam a usar algumas estratégias

de resistência, e de solidariedade informal, mas sobretudo de ajuda imediata e pragmática, por exemplo, utilizando o seu próprio dinheiro para ajudar famílias sem subsídio, ou pagando transportes a pessoas isoladas. Algumas vezes, mobilizam os refugiados a apresentar uma queixa formal, da sua situação, interpelando as instituições” (observação participante, Fórum Refúgio, nomes fictícios, outubro de 2019).

Forçado à imobilização e ao confinamento espacial, o espaço *Co-Work* acabou por reproduzir alguns vícios do modelo de acolhimento em Portugal, incidindo na resolução pragmática de problemas quotidianos e, portanto, à *bare life*. Os refugiados que buscam o seu direito a uma “*decent life*” (Vacchiano 2018) mantinham dificuldades em encontrar soluções, remetidos constantemente a processos institucionais lentos e burocráticos, embora com este apoio mais personalizado, e com maior respaldo comunitário. A diferença parece residir nos momentos de rutura, isto é, quando os dirigentes associativos confrontam as instituições, ou quando encontram formas subversivas de resolução de problemas; por exemplo, ativando redes de apoio informal e de entreajuda, com a sociedade civil.

“No dia 28 passei pelo Fórum, onde conheci a família Hussein, acabada de chegar do Egipto, através do programa de reinstalação. Era um casal com dois filhos adultos, de 18 e 21 anos, e vieram pedir ajuda para tratar do número de segurança social: o mais novo, Azim, queria entrar na universidade de medicina e o mais velho, Abdul, era alfaiate e queria encontrar trabalho nessa área, embora de momento estivesse a trabalhar num restaurante libanês. Disseram-lhe, no CPR, que “não havia hipótese de trabalhar como costureiro/alfaiate em Portugal”, e que, por isso, seria melhor procurar trabalho num restaurante. Percebendo que Abdul se sentia infeliz com este trabalho, e olhando para o seu incrível *portfolio*, que me mostrou, orgulhoso, através de fotografias guardadas no seu telefone, encaminhei-o para um contacto informal, com conhecimento e experiência no mundo da moda. Sugerir-lhe, também, que se inscrevesse num workshop de empreendedorismo no CNAIM, financiado pela Fundação *Agha Khan*. Mais tarde chegou o Abbas e a sua esposa, que queriam ajuda na procura de escolas de Português. O Abbas atualizou-me da sua situação de trabalho (está impossibilitado de carregar coisas pesadas) e disse que “está farto” de colaborar com a sua instituição de acolhimento. Rama, a esposa de Abbas, continua, para já, satisfeita com o apoio recebido, dizendo “eles são muito bons para mim, até me arranjaram este trabalho”. O Abbas suspira, e contou-me vários episódios que o deixaram muito desconfortável, nomeadamente a utilização das imagens dos seus filhos (fotografias e histórias), pela instituição, para angariação de fundos. “Eu se calhar até assinei alguma autorização, sem querer, mas não me lembro e não gosto nada disto. Acho que eles nos estão a usar e a enriquecer à nossa conta”, queixou-se” (observação participante, Fórum Refúgio, nomes fictícios, novembro de 2019).

Em dezembro de 2019, foi organizada uma assembleia-geral do Fórum Refúgio, para marcar o primeiro aniversário da iniciativa. A assembleia foi realizada no espaço público da Junta de Freguesia de São João da Talha, perto da Bobadela, onde reside um grande número de refugiados (é também o local onde se encontram os dois centros de acolhimento do CPR). A iniciativa foi apresentada pelo Fórum Refúgio ao ACM, para obtenção de apoio financeiro, na execução da atividade, mas, dados os obstáculos administrativos e a habitual lentidão burocrática, as associações acabaram por suportar todos os custos. A preparação e a logística de

toda a assembleia foram organizadas pelos dirigentes associativos, com o apoio da rede informal de colaboradores e voluntários do Fórum Refúgio. O convite oficial para a participação na assembleia era assim formalizado aos intervenientes:

“O Fórum Refúgio tem a honra de contar com a sua presença na Assembleia Geral do Fórum Refúgio Portugal, com o tema geral: *Pensando nos Caminhos Possíveis para a Construção da Plena Cidadania*. A Assembleia Geral do Fórum Refúgio Portugal terá lugar na União das Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela, em Loures, em lugar a designar, nos dias 12 e 13 de Dezembro de 2019. Em breve enviaremos o programa integral. Destacamos que a primeira Assembleia Geral do Fórum Refúgio Portugal é particularmente importante tendo em conta a celebração do seu primeiro ano de atividade. É neste contexto que queremos partilhar os principais desafios e resultados alcançados, tais como expressos no relatório anual que vos será apresentado, sendo que este também reproduz as vozes das Associações que o constituem em representação dos refugiados em Portugal, e da construção do conhecimento coletivo com os nossos colaboradores das mais variadas áreas da sociedade civil. Tendo em conta a continuidade do trabalho realizado no quadro do Fórum Refúgio Portugal neste primeiro ano e perspetivando objetivos futuros para 2020, contamos aproveitar este evento para desenhar recomendações, tendo em conta as temáticas-chave pluralmente debatidas nesta iniciativa, nomeadamente: acolhimento, cidadania, habitação, saúde, educação, empreendedorismo, empoderamento, etc.” (excerto do convite para a Assembleia do Fórum Refúgio, dezembro de 2019).

A assembleia de comemoração de um ano de Fórum Refúgio foi apresentada como um espaço de partilha, dirigida aos parceiros institucionais. Os representantes do Fórum Refúgio apresentaram um relatório (ver ANEXO D), previamente preparado, sobre a situação vivida pelos refugiados em Portugal, assinalando os problemas e dificuldades de integração dos refugiados, a partir do seu trabalho direto com as comunidades. Uma questão interessante e diferenciadora, em relação à primeira assembleia (o lançamento formal do Fórum), foi o tom mais militante, que muitos representantes institucionais e associativos utilizaram, para abordar os problemas no terreno. Por exemplo, a Associação Crescer, apresentou uma série de lacunas institucionais que abrangiam os setores do apoio jurídico, da habitação e do apoio social, assinalando o SEF, o ISS e a CML, como principais responsáveis, pelas barreiras de acesso a serviços indispensáveis. O discurso dos intervenientes salientou a divergência entre as narrativas e as práticas institucionais, com base em experiências concretas. A presença de interlocutores de outras regiões do país, facilitou uma discussão mais rica e generalizada, sobre alternativas comunitárias de acolhimento, incluindo a sociedade civil. Os intervenientes consensualizaram que é necessário estabelecer um apoio holístico, que integre todas as valências e serviços essenciais, em articulação e coordenação. A discussão mantida, ao longo de dois dias, originou um relatório final, em que constavam as principais conclusões da assembleia. O relatório foi enviado no mês seguinte, em janeiro de 2020, ao ACM, marcando-se uma reunião de balanço e de discussão sobre o futuro do Fórum Refúgio e do Espaço *Co-Work*.

“A reunião decorreu dia 20 de janeiro de 2020, e centrou-se na parceria entre o ACM e o Fórum Refúgio. Foram primeiro discutidas as formalidades burocráticas, necessárias ao pedido de financiamento

sustentável, para a prossecução das atividades do Fórum. Foram revistas as dificuldades sentidas na organização da assembleia, cujos gastos foram cobertos pelos representantes do Fórum, e comentou-se a necessidade de apresentar faturas, para o reembolso das despesas, pelo ACM. Os representantes do ACM sugeriram que o Fórum Refúgio apresentasse “um plano de ação”, com uma estimativa de gastos, para poderem preparar melhor projetos futuros. Sobre o protocolo do *Co-Work*, foram sugeridas algumas alterações por parte do Fórum Refúgio. O ACM informou que o protocolo já tinha sido, automaticamente, renovado. As novas propostas do Fórum incluíam os gastos das associações (transportes e recursos humanos das associações) no trabalho diário. “As associações devem cobrir a atividade associativa (por exemplo, através de angariação de fundos ou outras formas de autofinanciamento)” informam os representantes do ACM. Na sua argumentação “o Estado não pode pagar para as Associações trabalharem, são as associações que têm que ser autónomas.” Os dirigentes associativos argumentaram o seu “merecimento” de financiamento público sustentável, pela sua mais-valia naquele espaço. Os representantes do Fórum procuraram demonstrar “o sacrifício pessoal” que têm feito, ao longo de um ano, para “demonstrar o seu valor” e garantir a continuidade das atividades do Fórum. O ACM sugere que elaborem um plano de ação com um pedido concreto de financiamento, e um relatório das atividades de 2019, para poderem prever os gastos de 2020” (observação participante, Fórum Refúgio, janeiro de 2019).

Esta reunião desvela a constante luta pela legitimidade das associações, perante as instituições do Estado. Os mecanismos institucionais exigem uma permanente formalidade e “prestação de contas”, declarando sub-repticiamente uma suspeita, inerente ao trabalho informal das associações. Por um lado, as instituições beneficiam da fluidez e da capacidade de representação que as associações oferecem, gratuitamente. É benéfico para os parceiros institucionais contar com o “nome” do Fórum Refúgio como parceiro. Aliás, esta parceria consta do relatório anual sobre o asilo, entre as estatísticas e as “boas práticas” de integração nacional de refugiados. Por outro lado, é “dever” do ACM, enquanto representante do Estado, manter os obstáculos administrativos necessários para “controlar” a informalidade associativa, mantendo um controlo apertado sobre os seus processos de trabalho colaborativo. A rigidez burocrática e administrativa, aqui manifesta pelos vários pedidos de documentos, relatórios, planos e requerimentos; aliada à desconfiança sistémica de populações subalternizadas; contradiz claramente as narrativas declaradas de “colaboração e valor”, publicamente pronunciadas nos relatórios oficiais do ACM e nos discursos políticos.

Para que uma associação se mantenha ativa e representativa dos seus associados, trabalhando num território marcado por violência estrutural, é imprescindível encontrar formas de sustentabilidade que permitam manter a sua resistência, e não “adormecê-la”. As parcerias formais que estão na base da criação do Fórum Refúgio, permitiram às associações de refugiados expandir o seu reconhecimento social e a sua visibilidade, mas reduziram a sua incidência política no espaço institucional. Simultaneamente, as parcerias estabelecidas com instituições parceiras requereram um conjunto de obrigações e compromissos formais, que foram diluindo as iniciativas espontâneas das associações, exigindo que estas se adaptassem e moldassem aos projetos externos. O acesso a algum financiamento (reduzido a um mínimo, apenas como

consultores/colaboradores) reduziu a capacidade de ativismo natural destas associações, e aumentou a sua autocensura, desencorajando ações políticas como o protesto, a interpelação institucional, as manifestações, as denúncias e outras formas de contestação, em prol do enviesado “valor da colaboração”.

“M. repete várias vezes que, apesar de ter tido várias hipóteses de organizar a sua vida de outra maneira, prefere manter-se livre das obrigações institucionais, mantendo o seu ativismo um pouco externo, independente, mesmo sem receber nenhum dinheiro por isso. Apesar de ser cidadão português, não se sente sempre tratado como tal, mas sente que ele próprio respeita e defende Portugal, como o seu país. Diz que lhe “dói” que, ainda hoje, algumas pessoas não o vejam por quem ele é, pela sua individualidade, mas apenas “como refugiado”. Diz-me, ainda: “preocupa-me muito o crescimento da extrema direita”. Tanto M. como D. querem lutar contra a extrema direita, e manter um governo que seja acolhedor, no poder. Referem que já foram abordados pelo PNR, ainda antes de existir o Chega, há alguns anos atrás, aquando da participação num programa de televisão; e que esse partido tentou fazer-lhes uma *lavagem cerebral* contra “os mentirosos” (o Governo Português), que lhes “prometiam mundos e fundos”, mas “não ofereciam quaisquer condições”. Os ativistas refugiados têm medo de dar força a este tipo de discurso, e que este seja aproveitado pela extrema-direita, contra as políticas de inclusão social. “Sentimo-nos um pouco de pés e mãos atados, por esta razão. É difícil sabermos os limites” (observação participante, Fórum Refúgio, janeiro de 2020).

### 5.3. A DOCILIZAÇÃO DE CORPOS RESISTENTES

Ao longo do trabalho de campo com a UREP e com o Fórum Refúgio constatei que, grande parte do esforço destas associações, se centra no apoio direto e pragmático às comunidades de refugiados, e que isto tem uma significação micropolítica. Diversos estudos centrados em iniciativas de solidariedade informal (por exemplo, Walters 2008; Mezzadra 2010; Muehlebach 2012; Rea e col. 2019), salientam que este tipo de mobilização pragmática, comunica uma mensagem política, de resistência. Paralelamente, a mobilização pragmática voluntária corre o risco de ser apropriada pelo Estado ou instituições como “norma caritativa” (Fassin 2007; Muehlebach 2012; Rea e col., 2019). Atribuir pequenas quantias de financiamento público a iniciativas solidárias centradas em *bare life* ajuda a transformar ações cidadãs espontâneas em “parcerias”, suavizando-as e incorporando-a na “máquina institucional”, controlando assim os corpos resistentes.

Outro mecanismo de “docilização” utilizado pelo Estado é a divisão espacial (“*dividir para reinar*”) e a discriminação de benefícios; por exemplo, privilegiar alguns dirigentes associativos ou algumas associações, em detrimento de outros/as (Land 2015). Ao longo do trabalho de terreno, observei como se iam multiplicando os conflitos e as separações, entre associados e dirigentes, no seio das associações. Quase sempre justificadas como “desentendimentos internos”, a verdade é que a distribuição institucional de recursos, e as posições de poder e privilégio ocupadas por cada representante, tiveram influência nestes processos. Sempre que um dirigente ou uma associação eram “escolhidos”, em detrimento de outro(s), para serem parceiros num projeto, para fazer uma viagem de representação ao estrangeiro, ou para participar numa conferência pública em Portugal, percebia-se uma intenção, não-declarada, de “dividir para reinar”.

A docilização através do alistamento institucional não é uma estratégia nova, no panorama português. As próprias entidades da sociedade civil que, espontaneamente, ofereceram ajuda, no início da “crise” de refugiados, foram imediatamente acopladas a uma “plataforma nacional”, agora gerida pela JRS. A rápida institucionalização da PAR, conferiu-lhe uma estrutura hierarquizada e burocrática, dependente do poder soberano do Estado (através de financiamento público) e adestrada com estratégias de reconhecimento social (atribuição de prémios, participações em eventos públicos). São manobras clássicas de controlo e “domesticação” de ações cidadãs, que transformam a informalidade em respostas formais, normativas, controladas pelo Estado, mas glorificadas como “alternativas comunitárias originais”.

Muitas associações comunitárias integradas na PAR, criaram oportunidades de emprego, intercâmbio e integração de novos trabalhadores, com o financiamento público recebido (dirigido à integração de refugiados). Esse financiamento foi gerido por quadros técnicos que, na grande maioria, não tinha qualquer experiência prévia ou formação específica. Salvo raras exceções, não se integraram nestas estruturas nem refugiados nem migrantes, para exercer funções-chave. Em alguns casos, contrataram-se refugiados como intérpretes ou mediadores culturais (por exemplo no JRS, CPR ou na Associação Crescer), mas sempre subordinados aos quadros técnicos destas instituições, e sem um plano de desenvolvimento de competências ou de autonomização.

Estes esforços de “domesticação” tornaram a PAR numa entidade nacional pesada, com dificuldades de articulação e de coordenação entre os diferentes atores e pouca transparência nos procedimentos locais. Cada membro da PAR implementou uma versão independente do programa de acolhimento a refugiados, de acordo com os seus conhecimentos e recursos disponíveis, utilizando os fundos públicos disponibilizados pela UE e geridos pelo Estado, para esse efeito. No entanto, nos confrontos sucessivos entre as associações de refugiados e estes membros da PAR (por exemplo, aquando dos eventos de despejo, ou dos cortes de luz e de água); estas associações parceiras recorriam à entidade nacional “PAR” para justificar as suas ações individuais. Por exemplo, queixavam-se de financiamento insuficiente, falta de recursos ou atrasos no financiamento, por parte do Estado. O Estado não pode responsabilizar as associações privadas por estas insuficiências, porque estas resultam das suas próprias políticas públicas. A responsabilização foi, portanto, projetada no “elo mais fraco” da cadeia, isto é, os próprios refugiados, pela sua “incapacidade em integrar-se”, nos moldes determinados pelo Estado.

Na perspetiva dos representantes das associações de refugiados, engajados em ações quotidianas de solidariedade informal, apesar de todos os seus esforços e iniciativas de diálogo e contestação, veem-se muito poucas mudanças estruturais, nos últimos 5 anos. As dificuldades crónicas de articulação interinstitucional, os entraves e barreiras de acesso aos serviços indispensáveis, e a morosidade desgastante da burocracia

migratória, tornaram a solidariedade informal num trabalho essencial, mas debilitante, para os solidários, produzindo-lhes cansaço e angústia. Muitos dos meus interlocutores debateram-se com períodos de “esgotamento emocional”, “necessidade de afastamento” e até “problemas familiares” ou “conflitos com companheiros e amigos”.

Algumas das pessoas que resistem a esta violência lenta (Nixon 2011) vão-se tornando mais vocais, por exemplo, assumindo posições políticas mais radicais, denunciando as situações injustas de forma incisiva, ou procurando sensibilizar a comunidade. Foi um processo pelo qual eu própria passei, enquanto aliada destas redes informais de apoio a refugiados e requerentes de asilo. O desgaste emocional, e até físico, das horas passadas em salas de espera, gabinetes de atendimento, linhas telefónicas automáticas; chamadas de *Whatsapp* e chats intermináveis no *Messenger*, ressentiram-se no meu corpo, como se estivesse diante de um muro físico, intransponível, e duro no embate. Houve um certo *efeito de contágio do desespero*, ao confrontar-me com tantas pessoas cujas petições, liberdades e direitos fundamentais são, rotineiramente, frustrados.

Perceber que tenho colegas, simultaneamente investigadores e ativistas, cuja posicionalidade e intersubjetividade são assumidos de forma transparente, ajudou-me a criar espaço para a minha própria reflexão e intervenção crítica. A participação regular em conferências, debates e seminários, com os meus pares, ajudou-me a recentrar e ganhar confiança na minha própria posicionalidade. No caso mais complexo dos meus interlocutores, representantes de associações de refugiados, assumir uma posicionalidade militante e contestatária, partindo de um lugar de subalternização, revela-se bastante mais complexo. Os custos sociais do ativismo são, para eles, muito mais elevados, e os caminhos estão obstruídos por inconveniências múltiplas, explícitas e implícitas, nos interstícios do poder soberano do Estado.

Conforme verificado no terreno, o apoio direto e a experiência de proximidade com a comunidade, podem configurar redes alternativas de solidariedade informal, que oferecem resistência à imutabilidade do sistema de acolhimento. A criação destas redes de relação solidária reforça a resiliência, e abre novas possibilidades e novos caminhos de mobilidade. Na minha experiência pessoal, à medida que fui conhecendo e apoiando pessoas diferentes, fui aumentando uma rede informal de pessoas disponíveis “*off the record*”. Membros da sociedade civil que iam cedendo o seu tempo e as suas competências (por exemplo, médicos, psiquiatras, advogados, técnicos de serviço social, dentistas, professores), colmatavam algumas das lacunas institucionais. Através da construção desta rede de contactos informais, que permitiu o acesso à informação e a soluções imediatas para alguns dos problemas apresentados, o apoio informal foi-se tornando mais robusto e cada vez mais relevante e consistente. Eventos interinstitucionais, como as assembleias do Fórum

Refúgio, ou conferências e debates públicos sobre o acolhimento a refugiados em Portugal, foram também abrindo espaços de convívio e de partilha, entre estas redes informais de solidários da sociedade civil.

Estreitando laços de solidariedade informal e entreajuda, foram-se criando condições para novas ideias, novas colaborações, renovada partilha de conhecimentos e combinação de forças. Assim, e apesar do ativismo com e por pessoas refugiadas estar ainda longe de ser expressivo em Portugal, a minha experiência no terreno atesta a existência de um movimento solidário fluido, que se vai continuando e resistindo, encontrando novas possibilidades e que, futuramente, poderá gerar iniciativas de solidariedade e acolhimento mais plurais e democráticas.

#### **5.4. AS REVELAÇÕES DA PANDEMIA. CHOQUE MORAL E SOLIDARIEDADE INFORMAL**

##### **Um escândalo confinado**

Passei os primeiros meses de 2020 a trabalhar numa consultoria, no Sudão do Sul, lugar a partir do qual fui sabendo da evolução da pandemia no mundo. Os espaços a partir dos quais observamos os eventos globais, proporcionam-nos perspetivas díspares e, neste caso, alguma relativização, sobre os contornos do problema. O Sudão do Sul acabava de declarar-se “livre de Ébola”, e estava a caminho de uma importante negociação política, para garantir a paz nacional. A pandemia por Covid-19 parecia uma realidade longínqua e pouco relevante, que afetava apenas parcialmente, a “ordem nacional das coisas”. Em março de 2020, comecei a perceber, pela comunicação com amigos e familiares em Portugal, que a situação de saúde global estava a tomar proporções complexas, com o aumento do número de infeções por Covid-19; e a embaixada de Portugal na Etiópia (a mais próxima) aconselhava-me a regressar o quanto antes. Enquanto tentava buscar um voo de regresso, através de uma agência de viagens portuguesa, tarefa que se revelou hercúlea, entre burocracias, indecisões e indefinições múltiplas, soube de um evento que me alarmou, no aeroporto de Lisboa.

Um cidadão ucraniano, Ihor Homeniuk, havia sido assassinado, a 12 de março de 2020, numa sala do CIT (centro de instalação temporária do SEF, no aeroporto de Lisboa), torturado por três inspetores do SEF. A notícia era inquietante, a todos os níveis, começando pela evidente gravidade de um homicídio perpetrado por funcionários do Estado, no “cumprimento” das suas funções nas fronteiras. Nas notícias divulgadas pelo Jornal Público e pelo Diário de Notícias, em que os contornos deste evento eram descritos com maior detalhe<sup>144</sup>, ficámos a saber que a morte deste cidadão estrangeiro, se deu na sequência de uma série de

---

<sup>144</sup> Ver, a este respeito, o trabalho das jornalistas Joana Gorjão Henriques e Valentina Marcelino, do Jornal Público, bem como os artigos de Fernanda Câncio, no Diário de Notícias.



cumplicidades e negligências, que refletem aquilo que a jornalista Fernanda Câncio designou de “temor reverencial<sup>145</sup>”. Ihor foi brutalmente espancado, tendo falecido em agonia, por asfixia, após uma perfuração dos pulmões.

(...)durante oito horas e oito minutos um homem esteve, depois de espancado, amarrado em decúbito dorsal, ao que a acusação conclui a sufocar, e o MP não investiga porque é que ninguém lá foi? Ninguém foi alimentá-lo, dar-lhe água, ver se estava bem ou se precisava de fazer necessidades - e não interessa saber porquê e a quem caberia esse cuidado básico que lhe poderia ter salvado a vida? (Câncio, 2020<sup>146</sup>)

No inquérito aberto pelo Ministério Público, numa primeira fase, foram acusados apenas os três inspetores, de homicídio *qualificado, na forma consumada, em co-autoria*<sup>147</sup> e, apenas com a pressão mediática instituída sobre o caso, a partir de duas denúncias anónimas (cf. Jornal Público<sup>148</sup>) e dos resultados da autópsia, foram então instaurados treze processos disciplinares, a funcionários do SEF, que *não atuaram* perante uma situação de violência e de abuso de direitos humanos. Ihor havia estado em agonia durante horas, e o seu óbito foi verificado pelo médico do INEM (cf. Diário de Notícias<sup>149</sup>) como sendo causado por “paragem cardiorrespiratória”. Este processo foi parcialmente “adormecido”, durante todo o ano de 2020, obnubilado pelas crescentes preocupações nacionais com a evolução da pandemia, que mantiveram toda a atenção mediática. Até dezembro de 2020, mantinham-se em funções a diretora do SEF (demitiu-se em 9 de dezembro de 2020, após uma série de novas notícias sobre o caso) e o Ministro do MAI (ainda em funções à data de escrita desta tese), sem que a instituição se tivesse responsabilizado por sequer pagar a transladação do corpo de Ihor para a Ucrânia (cf. testemunho da viúva de Ihor<sup>150</sup>).

Este “escândalo confinado”, que se procurou remeter para “debaixo do tapete da pandemia”, desvela a forma como o Estado e as instituições procuram, constantemente, através de mecanismos de autoproteção e de autofechamento, isolar-se da sociedade civil, e dos olhares “intrusivos” de pessoas externas, mantendo o seu poder e controlo sobre a gestão das autoridades migratórias.

---

<sup>145</sup> Cândia, Fernanda, 10 de outubro de 2020, Diário de Notícias, disponível [em linha]: <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/10-out-2020/a-miseravel-acusacao-do-homicidio-de-ihor-homeniuk-12904681.html> [consult. 2 dez. 2020]

<sup>146</sup> *Ibidem*

<sup>147</sup> Henriques, Joana Gorjão, 30 de setembro de 2020, Jornal Público, disponível [em linha]: <https://www.publico.pt/2020/09/30/sociedade/noticia/tres-inspectores-sef-acusados-homicidio-qualificado-cidadao-ucraniano-1933460> [consult. 2 dez. 2020]

<sup>148</sup> *Ibidem*

<sup>149</sup> Cândia, Fernanda, 10 de outubro de 2020, Diário de Notícias, disponível [em linha]: <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/10-out-2020/a-miseravel-acusacao-do-homicidio-de-ihor-homeniuk-12904681.html> [consult. 2 dez. 2020]

<sup>150</sup> Entrevista publicada [em linha] pela SIC Notícias, [consult. 10 dez. 2020], disponível em: <https://sicnoticias.pt/pais/2020-12-09-Odio-mentira-e-lagrimas.-O-testemunho-da-viuv-do-ucraniano-morto-no-aeroporto-de-Lisboa>

### **O confinamento em *hostals* e a resposta solidária à emergência**

No dia 20 de abril de 2020, em pleno estado de emergência<sup>151</sup>, foi divulgada a notícia alarmante de que 138 requerentes de asilo, alojados num *hostal* da cidade de Lisboa, tinham testado positivo para o novo coronavírus. Neste momento de “exceção”, à escala mundial, foram as minorias e as populações subalternizadas que sofreram os maiores impactos sociais. No blogue “Medical Anthropology in the times of Covid-19”, da Universidade de Princeton, Momataz e Smith (2020), escreveram:

“Millions of disadvantaged groups are unable to pay their bills and are now reliant on unemployment benefits to sustain themselves. However, while the economy is suffering, marginalized communities continue to feel the devastating impact of coronavirus in every facet of their lives. Family dynamics are disrupted as coronavirus has been shown to disproportionately affect minority groups” (Momataz & Smith, *Medical Anthropology in the time of Covid-19*, 2020<sup>152</sup>).

As instituições responsáveis pelo acolhimento a refugiados em Portugal, demoraram demasiado tempo a responder à crise de saúde pública e, quando o fizeram, encetaram uma série de respostas fragmentadas, descoordenadas e insuficientes, face à gravidade da situação. No dia anterior ao da notícia (19 de abril de 2020), tinha recebido, através do *whatsapp*, uma série de fotografias e vídeos alarmantes, enviados por um dos meus interlocutores, Samir (nome fictício), que se encontrava a viver num *hostal* da freguesia de Arroios.

“C’est comme si nous étions dans un marché, Dora. Tu sais, toutes les marchés sont fermés pour éviter le regroupement, le gouvernement veille sur tout le monde mais pas nous les réfugiés. Le SEF et le CPR ils connaissent bien notre situation misérable, mais ils ne font rien pour nous. Il faut qu’ils nous séparent dans autres hotels, c’est l’unique solución! Nous sommes 6 actuellement dans ma chambre, mais ils vont rajouter 2 en plus, aujourd’hui, nous seront 8 dans un espace de 4 m pour 4m. Il y a 7 chambres ou il y a dix personnes. Seulement une cuisine et une toilette pour tout le monde. C’est pas possible comme ça!” (*mensagem Whatsapp*, Samir, 19 de abril de 2020).

---

<sup>151</sup> O estado de emergência pela situação de pandemia por Covid-19, foi decretado em Portugal a 18 de março de 2020, através do Decreto do Presidente da República nº 14-A/2020, de 18 de março.

<sup>152</sup> Momataz e Smith, *Medical Anthropology in the times of Covid-19*, disponível [em linha]: <https://commons.princeton.edu/ant240-s20/creative-projects/the-experience-of-privileged-and-disadvantaged-us-populations-during-covid-19/> [consult. 3 dez. 2020]



*Figura 20. Foto cozinha de um hostel com 60 requerentes de asilo, durante a quarentena*

O Fórum Refúgio, com o apoio dos seus colaboradores, formulou, em abril de 2020, aquilo que designou como "*Plano de Apoio Refúgio no contexto de emergência sanitária por Covid-19*", com vista ao incremento de medidas solidárias urgentes, para as comunidades de refugiados. Deste plano, constava um relatório de necessidades, reportadas por refugiados e requerentes de asilo em Portugal, que incluíam a falta de acesso à informação, escassez de bens alimentares, problemas na comunicação com os serviços de saúde e ausência de produtos de limpeza e de equipamentos de proteção individual. Enquanto aguardavam por uma resposta institucional ao pedido de apoio urgente, as associações de refugiados, bem como os seus aliados na sociedade civil, não sendo diretamente responsáveis, nem estando preparados para afrontar uma emergência sanitária; decidiram posicionar-se na "linha da frente", colmatando algumas das lacunas do sistema de apoio institucional.

Com uma relação de confiança e de proximidade já estabelecidas, com as comunidades; as associações de refugiados prestaram informação médica e organizaram angariações de fundos, para reunir os bens essenciais mais urgentes. Com os donativos angariados, os dirigentes associativos e os seus aliados, fizeram distribuição de alimentos, entregaram panfletos informativos, materiais de limpeza (lixívia, sabão, esfregonas, panos) e equipamentos de proteção (máscaras, álcool-gel, luvas, etc). Através deste contato direto com as comunidades, foram-se multiplicando relatos de situações indignas, com graves riscos para a saúde pública; nomeadamente, as condições insalubres nas quais se encontravam a viver centenas de requerentes de asilo como Samir, na cidade de Lisboa. Os riscos associados a esta situação, levaram a que o Fórum Refúgio escrevesse uma carta aberta, a todas as instituições responsáveis, denunciando, com evidências fotográficas,

a realidade no terreno. Esta carta foi, ainda, partilhada com o Jornal Público, que publicou uma notícia sobre o assunto.

“Vimos por este meio apresentar a nossa preocupação com uma situação grave, de risco imediato para a saúde pública, sobre a qual temos vindo a receber queixas repetidas, no âmbito do apoio informal que prestamos a requerentes de asilo e refugiados. Desde o passado mês de julho de 2019, temos apresentado denúncias ao CPR e ao SEF, sobre a falta de condições de higiene e segurança dos *hostals* contratados para alojar requerentes de asilo e refugiados. Esta situação foi mencionada durante a última Assembleia do Fórum Refúgio, no passado dia 12 de Dezembro de 2019. O certo é que, no contexto atual da pandemia COVID-19, esta situação agravou-se, acarretando riscos graves para a saúde pública, dada a lotação por quarto (que chega a 10 pessoas aglomeradas em beliches, num espaço de 4 m2, muitas vezes sem janela). Os beliches não têm quase espaço entre eles e as poucas casas de banho disponíveis são insuficientes, pequenas e pouco cuidadas. Foi com bastante preocupação que soubemos, pelo Conselho Português para os Refugiados que ontem, dia 18 de Abril, foi detetado um caso COVID-19 num dos *hostals* em que as pessoas se encontram nestas condições. Consideramos que a melhor forma de reagir à pandemia é a prevenção, e que o Estado tem por obrigação a proteção das pessoas mais vulneráveis. Recebemos um vídeo que anexamos, como exemplo desta situação, em que são evidentes as condições de alojamento indignas em que se encontram já centenas de requerentes de asilo e refugiados. Considerando que a lei de asilo prevê a garantia dos direitos fundamentais dos requerentes de proteção internacional, parece-nos urgente que os residentes em *hostals* sejam realocizados para residências que garantam condições de habitabilidade dignas, em condições de higiene e segurança, observando as regras de distanciamento social em vigor para a toda a população portuguesa” (Carta aberta do Fórum Refúgio e colaboradores da sociedade civil, 19 de abril de 2020).

O envio desta carta aberta precedeu a notícia que mencionei, dos 138 requerentes de asilo que testaram positivo para a Covid-19, num dos maiores *hostals* da freguesia de Arroios. De facto, quando a carta foi enviada, apenas se conhecia o resultado positivo de um dos residentes. Mas foi, justamente, a “crise”, e a mediatização do evento (e não a carta aberta), que forçaram as instituições do Estado a dar uma resposta pública.



Figura 21. Publicação Fórum Refúgio, Facebook, 19 abril 2020.

O *hostal* em questão foi evacuado, para desinfecção, e todos os moradores, independentemente do seu resultado aos testes para a Covid-19 (138 positivos de um total de 181), foram levados para a base militar da OTA, para cumprir uma quarentena obrigatória. Ao longo das semanas seguintes, outros *hostals*, que alojavam centenas de requerentes de asilo em Lisboa, foram visitados por técnicos da Direção-Geral de Saúde, em articulação com o CPR e com o SEF, para serem testados<sup>153</sup>. A estratégia encetada pelo Estado, para controlar a situação de emergência sanitária na comunidade de requerentes de asilo, foi a recolocação apressada das pessoas noutros locais, redistribuindo-as por alojamentos coletivos disponíveis na cidade; num esforço de redução do número de pessoas por quarto, aliviando o impacto mediático e o “pânico social”.

No terreno, continuaram a ser levantadas várias queixas sobre o processo de gestão da emergência sanitária, durante os meses de abril e maio de 2020; nomeadamente, a falta de acesso à informação sobre medidas sanitárias, que estavam a ser decididas unilateralmente, pelas instituições. Nos *hostals*, a recolocação de requerentes de asilo era conhecida pelos próprios no mesmo dia, e ninguém sabia para onde ia, nem por quanto tempo. Samir, que permaneceu num *hostal* insalubre durante todo este processo, todos os dias aguardava informação sobre o seu futuro. Via que alguns dos seus companheiros eram retirados e colocados, aparentemente de forma aleatória, noutros locais da cidade, ou até noutros locais do país. Dominique (nome fictício), um requerente de asilo da RDC no mesmo *hostal*, telefonou a Samir quando descobriu onde estava (perto da cidade de Braga). Foi “deixado” num alojamento coletivo onde não conhecia ninguém, nem falava a língua, passando o primeiro dia sem comer nada. Através de uma rede informal de solidariedade, na cidade de Braga, que tinha conhecido durante o meu trabalho de campo, percebi que Dominique estava com medo de ser contaminado (“quando chegou, viu que a comida era servida a todos, na mesma panela, com a mesma colher, e pensou que podia haver risco de contágio, por isso recusou”). Os solidários da sociedade civil, em Braga, ajudaram Dominique a integrar-se, a aprender português e a procurar emprego e alojamento, colmatando a lentidão e as insuficiências do acompanhamento institucional.

“Issa, companheiro de *hostal* de Samir, telefonou-me logo de manhã, no dia em que o CPR apareceu, com uma carrinha de transporte, e combinou comigo que me avisaria, logo que soubesse para onde iria ser transportado. Daí a uma hora enviou-me uma mensagem, aliviado, porque tinha apenas sido deslocado para outro *hostal* na mesma freguesia (o mesmo de onde tinham saído os 181 requerentes de asilo, para a base militar da Ota, que, aparentemente, tinha sido desinfetado e intervencionado, por uma equipa de remodelação). Era inquietante que, tendo passado apenas uma semana, já estavam a recolocar pessoas num *hostal* que tinha sido dado como insalubre, com falta de condições mínimas de higiene e segurança. No entanto, o CPR garantiu aos parceiros que as condições mínimas estavam agora garantidas. Issa, da sua parte, estava radiante, por não ter sido levado para longe de Lisboa, como

---

<sup>153</sup> Exemplo de uma notícia subsequente, anunciando testagens complementares de outros *hostals* da cidade de Lisboa, disponível [em linha] no Diário de Notícias de 26 de abril de 2020: <https://www.dnoticias.pt/2020/4/26/55152-mais-78-requerentes-de-asilo-em-portugal-fizeram-testes-de-despistagem-hoje-de-manha#> [consult. 3 nov. 2020]

aconteceu a outros companheiros seus, e porque era ali que tinha todas as suas referências e contactos” (observação participante, abril de 2020).

Entretanto, na base militar da Ota, algumas das pessoas que tinham testado negativo, e que tiveram que interromper a sua vida em Lisboa, ainda não percebiam porque é que eram obrigadas a fazer quarentena numa base militar. Todos os requerentes de asilo transferidos para aquele local ficaram sob o cuidado direto de militares da força aérea e da GNR, que não tinham qualquer formação específica (para além das instruções técnicas sobre a emergência sanitária). Durante o Ramadão, período que coincidiu com o confinamento obrigatório, vários desacatos e mal-entendidos, a propósito da observação das normas religiosas, foram relatados às pessoas que visitavam os requerentes de asilo. As pessoas que observavam o Ramadão, queixavam-se da falta de acesso a uma alimentação com dieta *halal*, suficiente para quebrarem o jejum, à hora estipulada. Alguns dos requerentes de asilo com quem falei numa visita ao terreno, eram doentes crónicos, e contaram-me que estavam sem a sua medicação, desde que chegaram, apesar de terem já reportado o problema aos diversos técnicos institucionais.

O próprio simbolismo deste isolamento forçado, num espaço militar, guardado 24h por homens fardados, posicionados diante dos locais de isolamento, como guardas prisionais, tornou a situação insuportável, particularmente para as pessoas que já tinham passado por centros de detenção. Alguns dos “isolados” já duvidavam que pudessem vir a sair deste local, dizendo mesmo *“eles mentem, o Governo quer manter-nos em campos fechados”*. O isolamento e a falta de acesso a informação consistente sobre a situação exacerbava estes receios. As instituições responsáveis, que estavam em posição de desfazer todos estes rumores, ao não atuarem em coordenação e articulação entre todos, contribuíam para a propagação de desinformação. *“Cada dia vem um técnico diferente, ninguém sabe onde estão as nossas coisas, e ninguém tem respostas para nós”*, queixavam-se.

Após os 14 dias de quarentena, previstos pelas autoridades de saúde, verifiquei que as pessoas em isolamento ainda aguardavam informações sobre os próximos passos; nomeadamente, como aceder aos seus objetos pessoais, deixados no *hostal* (que incluíam, por exemplo, passaportes). A retirada dos objetos pessoais do antigo alojamento foi uma tarefa incumbida ao CPR, com o apoio voluntário do Fórum Refúgio. Segundo um representante do Fórum Refúgio, *“eles misturaram tudo, no camião, e as coisas acabaram por chegar à Ota todas desordenadas, era impossível saber o que era de quem”*. Os próprios militares de serviço, na base militar, disseram-me *“recusámo-nos a entregar as coisas às pessoas, quando chegou o camião, para evitar desacatos, já temos conflitos que cheguem”*. A entrega só viria a ser possível muito depois da saída da base militar, nos armazéns do ACM, em Lisboa, e com o apoio e coordenação dos representantes do Fórum Refúgio.



Figura 22. Publicação Facebook Fórum Refúgio, visita ao terreno, 4 maio 2020

Os restantes *hostals*, também denunciados às autoridades pela sobrelotação e condições insalubres, continuaram a servir de alojamento a centenas de requerentes de asilo, durante a pandemia, embora com uma redução do número de pessoas por quarto, situação que não compensou outros problemas estruturais. Nesta fase, o Fórum Refúgio e os seus aliados da sociedade civil, continuavam a fazer angariação de fundos, através das redes sociais, reunindo bens e produtos essenciais, que eram depois distribuídos, entre os residentes.

A comunicação regular entre os colaboradores do Fórum Refúgio, nos quais eu me incluía, foi sendo aferretada por algumas tensões e desentendimentos, sobre as estratégias a seguir, para continuar a apoiar as pessoas no terreno. Todos concordávamos com as soluções mais pragmáticas, de recolha e distribuição de produtos essenciais e de informação, e íamos partilhando essas tarefas pacificamente, entre o grupo. No entanto, eu e duas colegas académicas, também investigadoras em antropologia, divergimos no que dizia

respeito à relação com as instituições do Estado. Desde o nosso ponto de vista crítico, era importante continuarmos a apresentar denúncias sobre as dificuldades reportadas pelos requerentes de asilo, pressionando as instituições responsáveis a encontrar melhores soluções. Também considerámos urgente apresentar um plano de ação coordenado, que salientasse a necessidade de resposta urgente às necessidades encontradas no terreno. Chegámos a desenhar uma proposta de intervenção para a base da Ota, que incluía respostas holísticas para as necessidades já reportadas pelos requerentes de asilo ali confinados. No entanto, os restantes representantes e colaboradores do Fórum Refúgio preferiram seguir uma linha de cooperação institucional, evitando criar mais confrontos e tensões, naquele momento.

A partir do posicionamento dos representantes associativos, estavam em jogo outras reivindicações, a longo prazo, incluindo a continuidade do seu trabalho, no âmbito do Fórum Refúgio. Este momento de discórdia afastou-nos, naquele momento crítico, das iniciativas coletivas, para mantermos uma ação mais incisiva, continuando a pressionar as instituições, os representantes políticos e a opinião pública, através de cartas, artigos de opinião e uma participação mais enérgica, em reuniões e conferências. Foi um momento importante, do ponto de vista da minha investigação, por me ajudar a reencontrar o meu “lugar de fala” (Ribeiro 2017) no trabalho coletivo, com pessoas subalternizadas. Numa colaboração em que, até então, me posicionei incondicionalmente como aliada, acabei por sentir a necessidade de me distanciar, temporariamente, dos meus interlocutores, para poder divergir deles, encetando formas de solidariedade cidadã mais confrontativas.

Esta experiência converge com a de outros interlocutores que apresento nesta tese que, em momentos críticos, se afastaram dos seus coletivos para prestar solidariedade de forma independente. São momentos de rutura que têm por base negociações morais e intersubjetividades, acabando por confluir naquela que é a natureza da solidariedade informal: um sistema movente, complexo, e em permanente reajustamento.

Ao ver a situação criada pela pobre gestão institucional da emergência pandémica, e ao ser pressionada pelos seus “fregueses” (incluindo o Fórum Refúgio), a Junta de Freguesia de Arroios decidiu criar um projeto de apoio local, que designou de AURA (Apoio Urgente a Requerentes de Asilo). Numa carta de apresentação pública do projeto às entidades, a JFA justificava esta medida do seguinte modo:

“Identificámos oito alojamentos no território, que não reúnem condições sanitárias e fizemos o levantamento de necessidades em cinco dos oito alojamentos estando a atuar diariamente junto dos mesmos através da entrega de cabazes alimentares semanais para confeção de comida, respeitando a dieta *halal*; refeições diárias (almoço e jantar); máscaras sociais; álcool gel; kits de higiene pessoal; produtos de limpeza; roupa; sapatos; viseiras; pratos, talheres, copos; toalhas de banho; mobiliário de emergência; folhetos informativos em inglês, francês e árabe. Estas visitas (...) foram da exclusiva iniciativa e responsabilidade da Junta de Freguesia de Arroios (...)” (Junta de Freguesia de Arroios, comunicação pública, 2020).



Numa entrevista posterior com Lúcia Gomes, chefe de gabinete na Junta de Freguesia de Arroios e diretora do departamento de direitos sociais, ela explicava-me que *“com a pandemia, procurámos insistir na articulação interinstitucional, quando descobrimos que centenas de pessoas se encontravam em condições péssimas, nos hostals, mas deixaram-nos completamente sozinhos”*. A divisão de intervenção social da JFA, que já se encontrava no terreno, a dar resposta a outras situações de vulnerabilidade social, encetou várias ações colaborativas, para tentar resolver a situação.

*“Não conseguimos informação da CML, nem do SEF, nem do MAI, num primeiro momento. Só através da comunicação social íamos percebendo o que se passava. Pedíamos informações ao CPR, mas ninguém nos dizia nada. Depois, foram “descobertas”, nas notícias, mais duas pensões com pessoas infetadas, e agilizámos os contatos diretamente com ministros e secretários de Estado. Continuámos a não ter qualquer tipo de informação de lado nenhum, a não ser da Proteção Civil, que nos ia informando dos locais onde conduziam os testes, e para onde encaminhavam as pessoas. Mais informação não nos podiam dar. Ao fim de uma semana, tínhamos decidido entre nós, que íamos tomar conta do assunto aqui na freguesia e íamos lançar um ultimato: ou diziam onde é que as pessoas estavam, ou nós tomaríamos uma decisão diferente, iríamos recorrer às autoridades policiais, se fosse necessário, para resolver este assunto de uma outra forma, se não tivéssemos uma resposta até segunda feira...isto foi numa sexta-feira”* (Lúcia Gomes, JFA, entrevista, julho de 2020).

Esta tomada de posição mais robusta e confrontativa, por parte de uma autoridade do poder local, ajudou a mobilizar as instituições mais pesadas, do poder central, que passaram a integrar os representantes da JFA em alguns processos de partilha de informação (embora limitada, e sempre através do Gabinete de Proteção Civil da CML). Até então, eram elementos da sociedade civil e as associações de refugiados, que iam alertando para as situações difíceis no terreno, encontrando nesse processo enormes bloqueios e resistência. Agora, era a própria Junta, neste papel mediador, que experimentava a mesma sensação de “bloqueio” ao tentar encontrar soluções pragmáticas e comunitárias.

*“As condições que encontrámos, ninguém estava à espera: absoluta insalubridade, sobrelotação, percevejos, falta de higienização, não tinham qualquer tipo de informação sobre a pandemia, não havia sequer uma preocupação de enviar alguém da saúde, não tinham qualquer proteção e estavam numa situação de vulnerabilidade absoluta. Foi isto que encontrámos em todos os sítios que fomos. Ora, isto levou-nos aqui a uma reflexão profunda, e tentámos, da nossa parte, como já estávamos a fazer isso com outras pessoas e tínhamos alguma facilidade na aquisição de produtos, organizar um apoio regular. Conseguimos fornecer informação em várias línguas e gerir todos os equipamentos a nível de apoio regular. Mas isto revelou a enorme falta de articulação entre todas as instituições envolvidas, o bloqueio na comunicação, entre as entidades, e esta resistência a articular connosco, que não se compreende. Chegámos a solicitar uma delegação de competências, para sermos nós a fazer o alojamento, a escolher o local, mas ninguém nos respondeu. Porque no ultimato que fizemos, nós dissemos que íamos mesmo lá buscá-los e pô-los noutra sítio e depois apresentamos a conta. Portanto, tudo isto se passou com a total ausência do CPR na resposta, a instituição com o financiamento e as atribuições e competências para gerir a situação. Tivemos algum acompanhamento do MAI e do ACM, que não se tendo posicionado de forma declarada, esteve ao corrente de todos os desenvolvimentos e ia acompanhando. E da parte da CML, tivemos sempre o acompanhamento da Proteção Civil, sempre muito articulada connosco e*

dando informação sobre novos surtos ou locais onde colocavam as pessoas infetadas” (Lúcia Gomes, JFA, entrevista, julho de 2020).

Ainda antes de testarem negativo para a Covid-19, em maio de 2020, cinco requerentes de asilo foram retirados da base militar da Ota, por terem sido considerados "problemáticos". A decisão de recolocação tinha como propósito “resolver o problema”; mas, dada a análise insuficiente da situação em que as pessoas se encontravam, a “solução” acabou por criar ainda mais problemas, noutra local. Os cinco requerentes de asilo foram recolocados num alojamento da SCML, num bairro residencial de Loures. Uma vez que a “solução” não foi acompanhada de uma articulação interinstitucional bem coordenada, entre o poder central e o poder local, surgiram no imediato várias falhas pragmáticas. Por exemplo, os requerentes de asilo não encontraram alimentação em condições, na casa onde foram isolados (*“a comida estava estragada, porque não havia ainda energia elétrica ligada, quando a colocaram no frigorífico”*). Isto fez com que os requerentes de asilo se deslocassem ao supermercado local, para fazer compras, tendo sido imediatamente identificados pelos moradores do bairro e pela polícia, e acusados de "desobediência civil". Um deputado municipal (de um partido de extrema direita), aproveitou a situação para uma instrumentalização política imediata, publicando, nas suas redes sociais, um incitamento grosseiro à xenofobia:

—  
VERGONHA ! É BRINCAR COM A SAÚDE DE TODOS!

Actualização:

Todos nos recordamos de recentemente ter visto na televisão a situação dos Hosteis em Lisboa, da mega operação de transporte destas pessoas para a OTA.

Todos nos recordamos do Deputado [André Ventura](#) do **CHEGA** questionar directamente o governo sobre este assunto, todos nos recordamos das respostas do Ministro da Administração Interno a responder e as respostas que deu.

Caros Lourenses, vamos deixar de brincadeiras, do grupo de pessoas que estavam confinados na OTA, na passada semana sob o Comando do responsável da protecção civil de Alenquer, Comandante Rodolfo dos Bombeiros Voluntários de Alenquer ( [Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alenquer](#) ), a quem agradeço, ter aceite responder às minhas perguntas ao telefone, foi feito o transporte de vários elementos anteriormente retirados dos Hosteis em Lisboa, 40 foram levados para a Ericeira (Covid's Negativos) 13 para a Almirante Reis (Covid's Negativos ) e 5 COVID POSITIVO foram transportados para Loures.

Na 5 feira passada, durante a noite, foi feito o transporte, acompanhados pela GNR que passaram a ocorrência à PSP de Loures e Dr José Reis, que me foi identificado como responsável para as migrações.

Estes 5 infectados COVID deveriam cumprir o confinamento, no entanto a população da Mealhada em Loures, bem como os colaboradores de uma superfície comercial local, identificaram a livre circulação destes indivíduos, colocando em risco a saúde pública, de toda a população ali residente.

A informação divulgada diz que estes indivíduos estão sob vigilância, é mentira, é falso, é uma vergonha! Na OTA pelo menos estavam confinados, controlados, em Loures não!  
VERGONHA!

Apesar dos relatos que desde 5 feira são entregues refeições na casa, apesar de hoje pelas 16 h ter sido entregue um plasma na casa, a circulação destes infectados é relatada pelos moradores.

Digam que estou a alarmar, que estou a criar um problema, digam o que quiserem, a verdade é que isto é uma vergonha e coloca em risco a saúde pública de todos.

Tudo o que daqui advém tem nomes e responsáveis. ISTO É UMA VERGONHA!!!!

Bruno Nunes  
Deputado Municipal

Figura 23. Publicação Facebook deputado municipal, 16 maio 2020

O exercício de controlo autoritário sobre as mobilidades, exacerbado neste momento de “exceção”, funcionou como uma “lupa” sobre a agenda institucional: a imobilização e subordinação dos corpos moventes. Esgotada a capacidade de “controlo” sobre as pessoas que permaneciam “positivas” na Ota, elas foram trasladadas para outra base militar, em Santa Margarida, a 21 de maio de 2020. Uma vez mais, as pessoas não foram adequadamente informadas sobre o local para onde seriam recolocadas, nem durante quanto tempo, situação que despoletou um protesto coletivo dos refugiados, que se recusaram a sair do autocarro que os transportava.

## Refugiados recusam-se a sair do Autocarro dos Bombeiros Voluntários de Alenquer

Em COVID 19, Local 21 Maio, 2020 Redação RVA JNV 20799 Visualizações 0 comentários



Figura 24. Notícia publicada na página internet da rádio de Alenquer<sup>154</sup>

O protesto foi assumido como “um problema”, criado pelos próprios refugiados (foram eles que se tornaram “difíceis”, e não a medida aplicada que se revelou desadequada); e a solução encontrada foi, desta vez, humanitária (“com o recurso a psicólogos e intérpretes”, de acordo com as instituições entrevistadas). A intervenção dos psicólogos e dos intérpretes tinha o intuito de “convencer” os requerentes de asilo a “desistir do seu protesto” e foi descrita como “bem-sucedida”. Esvaziou-se, assim, a agência e a reivindicação, legítima, dos refugiados, pelos seus direitos; ressignificando-se este adestramento institucional como uma ação “compassiva” do Estado, veiculada pelos técnicos de saúde mental.

Com estas atuações flutuantes, entre “a mão que cuida e a mão que agride” (Agier 2011), nunca se criou um espaço de reflexão sobre as reais responsabilidades institucionais; ou sobre a falta de articulação e

<sup>154</sup> Notícia completa disponível na página internet da Rádio de Alenquer [em linha] <http://www.radioalenquer.pt/refugiados-recusam-se-a-sair-do-autocarro-dos-bombeiros-voluntarios-de-alenquer/> [consult. 3 dez. 2020]

desadequação da resposta do Estado. Desta forma, a resistência empreendida pelos refugiados foi infantilizada, subjugada e rapidamente transformada em culpabilização (“estão a dar problemas”; “portam-se mal”). Ficou bem patente neste processo que, “ousar” questionar as autoridades, ou exigir o acesso legítimo aos direitos básicos, a partir de uma posição subalternizada, são comportamentos tomados, pelas instituições, como “insolência” e/ou “ingratidão”.

As instituições foram revelando, ao longo de todo este processo, várias estratégias de autoproteção e tentativas de recuperação do poder e controlo. Em primeiro lugar, procuraram proteger-se das acusações mediatizadas, comunicando com os jornalistas e com a sociedade civil, sobre as *“grandes dificuldades e carências de recursos institucionais”*. *“Não era possível fazer melhor”*, porque faltavam recursos humanos e financeiros, e porque não estavam “preparados” para afrontar uma crise desta dimensão<sup>155</sup>. Em segundo lugar, foi-se recuperando o controlo através de pequenas cedências, a conta-gotas, sob a forma de apoio financeiro (ao Fórum Refúgio e outras associações locais), e de reuniões interinstitucionais, com alguns parceiros locais (como a JFA).

Durante o mês de maio de 2020, algumas dezenas de requerentes de asilo que testaram positivo para a Covid-19, nos *hostals* de Arroios, foram isolados na Mesquita de Lisboa, ficando sob a responsabilidade do departamento da Proteção Civil da CML. Usando o mesmo “método” da base militar da Ota, os bombeiros voluntários foram responsabilizados, simultaneamente, pela “vigilância” e pelo “cuidado” dos residentes isolados. Durante o período da quarentena, diversos ativistas e representantes associativos procuraram visitar a Mesquita, conhecendo de antemão as necessidades e dificuldades dos residentes; para coordenar uma resposta de emergência holística. Alina, ativista nos Hubb, identificou vários problemas graves, através dos contactos diretos que ia mantendo com alguns dos residentes (*“há ali pessoas que estão no seu limite, que já disseram que iam atentar contra a própria vida, outras que estão muito instáveis, e podem tornar-se agressivas, porque não estão a aguentar a pressão”*).

Alina procurou articular uma intervenção sua com a Proteção Civil, com a Direção Geral de Saúde e com o ACM; mas nenhuma destas instituições lhe concedeu acesso à Mesquita, alegando que todas as necessidades estavam garantidas. Da minha parte, procurei aceder ao espaço na qualidade de profissional de saúde mental voluntária, através das redes informais de solidariedade e dos meus contactos na Mesquita Central de Lisboa, mas foi-me também negado o acesso, porque os refugiados *“estavam sob a exclusiva responsabilidade do Departamento de Proteção Civil”* e, alegadamente, *“os residentes têm já todo o apoio em*

---

<sup>155</sup> Declarações públicas dos representantes institucionais num debate sobre o balanço da resposta à pandemia, organizado pelo Fórum Refúgio, a 26 de junho de 2020, disponível [em linha]: <https://www.facebook.com/projetoureparp/> [consult. 3 dez. 2020]

*saúde mental de que necessitam*". Ao longo das semanas seguintes, os requerentes de asilo em isolamento iam reportando, através do *whatsapp*, situações de abuso preocupantes, como *"a falta de acesso a comida digna, e a cuidados mínimos de saúde e de saúde mental, sendo que alguns reportavam sintomas muito graves"* (Alina, entrevista, junho de 2020).

"Há pessoas isoladas, num espaço à parte, porque estavam a incomodar os outros residentes. Estão completamente sozinhos, é como se estivessem numa prisão, e a única pessoa que tem autorização para estar com eles é um voluntário da Mesquita, que sabe que eles não estão nada bem...mesmo assim só os bombeiros podem prestar apoio...os próprios bombeiros, já estão a precisar de ajuda" (observação participante, Mussa, junho de 2020).

Depois de testarem negativo, estes requerentes de asilo isolados na Mesquita de Lisboa, foram imediatamente dispersos, por vários locais do país. Consegui falar com dois deles, recolocados numa zona rural algarvia, em julho de 2020. Diziam *"estamos completamente sozinhos aqui, fechados em casa, não há nada aqui, nem aulas de português, e ainda nem recebemos o subsídio mensal a que tínhamos direito"*.

Concluí, nesta fase, que as insuficiências inerentes ao sistema institucional português, foram assoberbadas durante a resposta à emergência sanitária, trazendo à luz uma infeliz combinação de ineficiência e de improviso. As dificuldades na comunicação, na articulação e, sobretudo, na partilha de poderes, entre as instituições responsáveis, traduzem aqueles que são os mecanismos de dissuasão e de controlo das mobilidades. Ficou ainda patente o papel que os atos de cidadania e solidariedade informal da sociedade civil podem ter, perante a imobilidade e rigidez das instituições. A fluidez da solidariedade informal e o engajamento ativista de pessoas que conhecem bem o terreno, individualmente ou através de coletivos, podem criar pontos de tensão e confronto, em alturas críticas, em que se verificam abusos de poder ou autoritarismo. No entanto, como todos os sistemas tendem à "homeostase", estes braços de ferro entre a sociedade civil e o Estado tendem a ser temporários, e rapidamente "engolidos", pela habitual rigidez e desgaste dos processos institucionais.

### **Ressignificações e reposicionamentos**

Como testemunha direta destes eventos, o meu lugar de investigadora tornou-se menos relevante que o meu engajamento cívico, numa altura crítica para a comunidade. Os impactos que observei, nas vidas dos meus interlocutores, consequência das atabalhoadas intervenções institucionais, entre a negligência e o autoritarismo; levaram-me a um engajamento mais confrontativo, mesmo em relação aos meus aliados no terreno. O duplo papel de investigadora e ativista, trouxe-me inquietações e conflitos éticos e morais, sobretudo na relação com o Fórum Refúgio, como referi. Para ser coerente com a realidade que encontrei no terreno, tive que manter um grau de confronto e ativismo que se tornou desconfortável para os meus

interlocutores, transformando a nossa relação. Decidi desvincular-me, temporariamente, do meu lugar de “colaboradora” do Fórum Refúgio, para centrar-me nas ações de denúncia e de confronto institucional, que me pareceram necessárias. Esta divergência causou algumas dificuldades interpessoais e políticas, que foram posteriormente solucionadas e sanadas, através de novas ações solidárias conjuntas. Mantendo hoje, o meu lugar de “aliada” do Fórum Refúgio, sou agora, carinhosamente, designada como “a colaboradora mais radical.”

Num debate organizado pelo Fórum Refúgio em junho de 2020, foi feito um ponto de situação sobre a resposta à pandemia, que reuniu os principais responsáveis institucionais (CPR, ACM, JRS, Associação Crescer, JFA, etc).

**FÓRUM ABERTO**  
26 DE JUNHO, 2020  
**REFÚGIO EM TEMPO DE EMERGÊNCIA**  
**QUE RESPOSTA?**  
DATA: 26 DE JUNHO DE 2020

Sexta-feira dia 26 de Junho de 2020 das 14h30 as 18h00

**PROGRAMA**

Através da plataforma digital Jitsi Meet

- 14h10 - Bem-vindo
- 14h30 - Enquadramento do Fórum Refúgio Portugal
  - Alexandre Bagarrão Teixeira  
Embaixador do Fórum Refúgio Portugal
- 14h45 - Sessão 1: A Política de asilo em tempo de emergência
  - Moderação: Emellin de Oliveira  
Coordenadora de projeto Nova Refugee Legal Clinic  
Faculdade de Direito da Universidade Nova Lisboa - FDUNL
  - José Reis - Jurista e Vogal do Conselho Diretivo do ACM.  
Em Representação da Secretária de Estado para a Integração e as Migrações
  - Reshad Jalali - Responsável pela Política do European Council on Refugees and Exiles (ECRE)
    - Intervenção
- 15h25 - Vozes dos Refugiados
  - Mubarak Hussein (Coordenador adjunto do Fórum Refúgio Portugal) e Testemunhos das pessoas em situações de refúgio
- 15h45 - Sessão 2: Avaliação e Respostas em tempo de emergência
  - Moderação: Lisa Matos
  - Conselho Português para os Refugiados - CPR
  - Alto Comissariado para as Migrações
    - Intervenção
- 16h30 - Minutos da Sociedade Civil
  - Momento do Largo Residências e a Sociedade Civil
- 16h50 - Perspectivas sobre a intervenção no terreno e a participação social dos refugiados durante a covid-19
  - Conversa com Cientistas sociais.
- 17h20 - Sessão 3: Apoios e bem-estar em tempo de emergência
  - Testemunhos Institucionais de boas práticas.
  - Moderação: Catarina Gouveia Homem
    - Ana Magalhães - Junta da Freguesia de Arroios
    - Rosa De Angelis - ACLI Provinciali Bologna, Itália
    - Francisca Barreiros - Associação CRESCER
- Encerramento: Alexander Kpatue Kweh  
Coordenador do Fórum Refúgio Portugal

Figura 25. Programa Fórum Aberto, Fórum Refúgio, 26 junho 2020

O debate entre os principais parceiros e colaboradores do Fórum Refúgio, pretendia gerar uma partilha e reflexão sobre a forma como a emergência sanitária estava a ser gerida, apelando à solidariedade interinstitucional e à coordenação da resposta às dificuldades da comunidade. O evento<sup>156</sup> era público, e foi realizado *online*, a 26 de junho de 2020, três meses depois da declaração do “Estado de Emergência”, já depois de levantado o primeiro confinamento geral. Convidei alguns requerentes de asilo a participar na sessão, para darem o seu testemunho e ouvirem o que tinham a dizer os representantes institucionais. Tendo a sessão

<sup>156</sup> A sessão foi gravada e publicada na página do *Facebook* do Fórum Refúgio, a 26 de junho de 2020, disponível [em linha]: <https://www.facebook.com/projetoureparp/> [consult. 3 dez. 2020]

sido quase toda organizada em português, o acesso à discussão e ao debate online foi difícil para eles, por não dominarem a língua, pelo que optei por fazer-lhes uma tradução, posteriormente.

Durante a sessão pública, foi significativamente destacado o papel da sociedade civil e dos colaboradores do Fórum Refúgio, afirmando-se "*quando as instituições falham, a sociedade civil chega-se à frente*". Por outro lado, foram sublinhadas as condições precárias do acolhimento aos refugiados e aos requerentes de asilo em Portugal, constatando-se que a pandemia os agravou, substancialmente. O isolamento social, em particular, bem como o encerramento dos serviços e instituições essenciais, foram apontados como obstáculos graves à subsistência de famílias e indivíduos cujas redes de apoio social já eram frágeis, anteriormente. Foram realçadas as medidas de apoio informal utilizadas, como contrapartida, por exemplo, as redes de vizinhança, que fizeram a diferença na subsistência de muitas famílias. No entanto, os oradores constataram que as barreiras de acesso aos serviços essenciais se mantinham, mesmo quando se recorria a intermediários informais. Por exemplo, no acesso aos serviços telefónicos do SNS24, não era possível falar um profissional de saúde através de um intermediário. Os enfermeiros de serviço em linha, não aceitavam comunicar com terceiros, obedecendo a regras de consentimento e proteção de dados, e não tinham alternativas de interpretação em linha.

Outra evidência, neste debate público, foi o claro desfasamento entre as narrativas institucionais e as evidências recolhidas pelos membros da sociedade civil que prestavam solidariedade direta, no terreno. Por exemplo, todos os representantes institucionais apresentaram, entre as suas atividades durante a pandemia, a divulgação de informação sanitária; mas nenhum dos interlocutores da sociedade civil, no terreno, observou que os refugiados e requerentes de asilo tivessem acesso a informação sobre a Covid-19. Responsáveis do poder local (JFA) disseram, aliás, que foi através de voluntários da sociedade civil e coletivos de migrantes, que conseguiram criar panfletos locais de informação sanitária, traduzidos em várias línguas. O coordenador do Fórum Refúgio afirmou que ele próprio, enquanto voluntário, passou informações importantes sobre a Covid-19 aos refugiados e requerentes de asilo em isolamento, porque instituições como o ACM, CPR, ISS e SCML, não o tinham feito.

Confrontadas com os testemunhos diretos do terreno, as instituições remeteram-se às habituais estratégias de autoproteção e deslocamento das responsabilidades. Os representantes institucionais apontaram os problemas estruturais (falta de recursos humanos e financeiros), já presentes antes da pandemia, bem como a difícil gestão das disponibilidades dos próprios técnicos, durante a quarentena. No entanto, esta lacuna deveria reforçar, ao invés de bloquear, as iniciativas informais da sociedade civil, complementares à intervenção institucional. Constatou-se, inversamente, que a opacidade e rigidez das instituições foi violenta com o seu próprio corpo de funcionários ("*fui destacado para a Ota pela minha chefe*").

*de gabinete mas não tenho nenhuma informação concreta sobre a situação, nem sei o que eles pretendem com a minha intervenção”, explicou um técnico da ISS no terreno); exigindo-lhes maiores responsabilidades, durante a pandemia, mas fechando-se à partilha de poderes.*

A falta de participação dos refugiados no desenho e no planeamento das intervenções de resposta à emergência pandémica foi outro problema de fundo, levantado durante o debate, mas sem grandes soluções sugeridas, a não ser uma ideia genérica de “melhoria da colaboração”. Ainda assim, o engajamento dos dirigentes associativos do Fórum Refúgio pode ter sido um ponto de partida para repensar formas de intervenção partilhadas. Ao nível local, o Fórum Refúgio estabeleceu novas parcerias de colaboração local, com o Largo Residências (uma associação comunitária de desenvolvimento e promoção da cultura) e com a Fundação *Aga Khan* (uma ONG com vários projetos de inclusão social na cidade de Lisboa), procurando encontrar soluções comunitárias alternativas, numa freguesia marcadamente multicultural.

Na única reunião interinstitucional da qual tive conhecimento, e para a qual fui convidada, após o final do estado de emergência, por iniciativa da Presidente da JFA, foram chamados à mesa todos os representantes institucionais (MAI, SEF, CPR, ACM, CML, SCML, ISS, JFA), e os representantes da comunidade, para discutir a resposta à pandemia. Oficialmente, o resultado desta articulação interinstitucional foi a criação (unilateralmente decidida pelo Governo) de um novo “Grupo Operativo”, coordenado pelo ACM, que agora reúne todas as instituições responsáveis pelo acolhimento num mesmo programa nacional. Refugiados e requerentes de asilo estão agora inseridos sob um mesmo “chapéu interinstitucional”, que visa redistribuir as pessoas em situação de mobilidade de forma mais “equilibrada”, por diversas zonas do país<sup>157</sup>. Simultaneamente, em novembro de 2020, a JFA comunicou-me a criação do projeto AURA II, que visa a melhoria da integração local dos refugiados, requerentes de asilo e outras pessoas em situação de mobilidade, na freguesia. Neste novo conceito, a JFA pretende criar um espaço único, em que todas as valências essenciais ao acolhimento (apoio jurídico, saúde, educação, emprego, língua) estarão disponíveis, contando com a colaboração de associações da sociedade civil, voluntários e coletivos locais comunitários, para melhorar a proximidade e o acesso da população a estes serviços.

Resumindo e concluindo, a pandemia por COVID-19 trouxe-nos uma oportunidade única, para visitar os problemas do modelo nacional de acolhimento a refugiados, fazendo soar um alerta sobre as suas lacunas e inconsistências estruturais. Os confrontos e as tensões provocadas pelo embate da sociedade civil com a rigidez e a opacidade das instituições, esvaziaram-se em estratégias de autoproteção e de

---

<sup>157</sup> Esta decisão veio a originar a Resolução do Conselho de Ministros 103/2020, de 23 de novembro, disponível [em linha]: <https://dre.tretas.org/dre/4325133/resolucao-do-conselho-de-ministros-103-2020-de-23-de-novembro> [consult. 6 dez. 2020]



desresponsabilização do Estado. Mas surgiram, ainda assim, na fluidez criativa da solidariedade informal, novas alianças entre o poder local e a sociedade civil, e novos projetos e alianças comunitárias.

O Fórum Refúgio recebeu um financiamento substancial da Fundação Calouste Gulbenkian, em junho de 2020, para fazer face à emergência provocada pela pandemia, que ajudou a repensar os seus projetos colaborativos com a sociedade civil. Não sendo possível influenciar as políticas públicas de um modo mais estrutural, estas iniciativas locais constituíram-se como alternativas de hospitalidade cosmopolita, para as quais contribuíram todos os atos de cidadania (Isin 2008) encetados, durante o estranho ano de 2020.

## CAPÍTULO 6

### SISTEMAS MOVENTES SOLIDÁRIOS

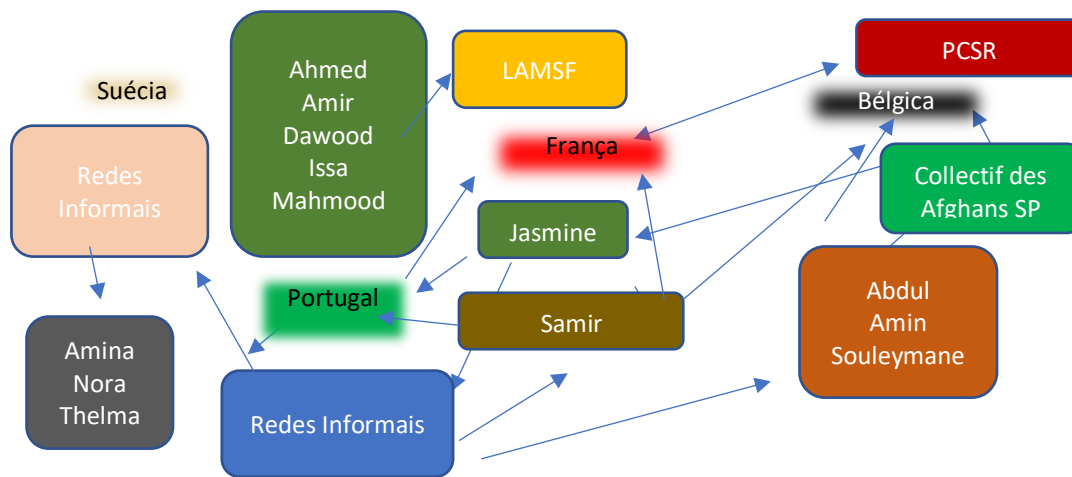


Figura 26. Sistemas moventes solidários. Esquema de interconexões.

#### 6.1. O FIM DO EXCECIONALISMO SUECO

Em 2015, os primeiros requerentes de asilo que chegaram à Suécia, encontraram um dispositivo de acolhimento bem coordenado, que se baseava num sistema de governança partilhada, entre o Estado e a sociedade civil. A Suécia era, até então, considerado um dos países mais “generosos” da União Europeia, no que diz respeito ao número de refugiados acolhidos *per capita*. No entanto, este imaginário idealista, de generosidade nórdica, foi sendo contestado por diversos investigadores no terreno (por exemplo Brekke 2004; Noll 2005; Koshravi 2009, Joorman 2019, Skodo 2020, Abdelhady 2020). A “cisão” entre a sociedade e o Estado viria a verificar-se de forma mais evidente, a partir de 2016. Algumas das experiências negativas relatadas por requerentes de asilo na Suécia, antes de 2015, tinham que ver com os longos e difíceis processos administrativos, enquanto aguardavam pelas decisões sobre a concessão de estatutos (Brekke 2004). Também se identificaram testemunhos sobre condições desumanas e abusos de direitos, em centros de detenção (Khosravi 2009). O próprio processo de avaliação “da credibilidade” dos requerentes de asilo, por parte dos serviços de migração suecos, foi criticado por parecer “pressupor” que os recém-chegados tinham a intenção de “defraudar” o Estado (Noll 2005; Abdelhady 2020).

À semelhança de outros países, o poder das instituições era exercido sobre os requerentes de asilo a partir de uma série de mecanismos de controlo e de dominação dos corpos, violência lenta e desumanização *do Outro* (Abdelhady 2020) veiculados pela burocracia migratória (Barker 2012). Estas narrativas circulavam há pelo menos uma década, nos meios académicos, mas tinham, até 2016, muito pouco impacto na imagem partilhada da Suécia; uma democracia humana e justa, empenhada em garantir o bem-estar de todos os

cidadãos. Referindo-se à política de acolhimento sueca, durante a década de 1990, Elisabeth Abiri (2000, cf. Skodo 2020), alertava-nos de que "*uma política generosa de acolhimento a refugiados só pode sê-lo quando a sua generosidade não for posta à prova*" (Abiri, 2000, cf. Skodo 2020, p.55).

O designado fim do *excepcionalismo sueco* (Emilsson 2018; Bevelander e Hellstrom 2019) dá-se, então, em 2016, quando uma parte da sociedade civil (pró-refugiados), se assume mais engajada e confrontativa, apercebendo-se e denunciando as falhas e injustiças do sistema de asilo. O aumento do número de requerentes de asilo em 2015, de cerca de 30.000 por ano, para mais de 160.000, em apenas três meses (Bevelander e Hellstrom 2019) levou a um aumento desta mobilização cívica pró-refugiados. O acolhimento seguiu, inicialmente, uma lógica de dispersão geográfica, contando com o alojamento informal, disponibilizado pelos cidadãos, nas suas comunidades (Bevelander e Hellstrom 2019).

“Em minha casa é assim...os meus filhos vivem numa casa onde todos os dias há pessoas, sobretudo do Afeganistão, que aparecem. Há um rapaz afegão que fica cá em casa. Temos várias pessoas que vêm 2, 3 vezes por semana. E depois temos pessoas da Palestina, da Líbia, que entram e saem...da Gâmbia. Vão e vêm. Por isso, temos muitas relações novas que são criadas, desta forma. E também voluntários e ativistas, conhecemos pessoas de todo o mundo, por causa deste trabalho. Como podia eu imaginar, há uns anos atrás, que agora estaria aqui em casa a falar com advogados em Roma sobre planos estratégicos para apoiar requerentes de asilo, ou a fazer novos contactos com pessoas que vivem em Lisboa” (Thelma, ativista, entrevista, julho de 2019).

Alarmadas pelos “números”, algumas vozes políticas foram argumentando que talvez fosse mais eficaz ajudar os refugiados no seu país de origem (Bevelander e Hellstrom 2019). A diferença de opiniões, nos meios de comunicação social, foi-se polarizando, até se dar uma mudança dramática nas políticas de asilo, em 2016, legitimando-se a suspeita e as atitudes negativas em relação aos requerentes de asilo (Bevelander e Hellstrom 2019). Um decreto do conselho Europeu, datado de 12 de Maio de 2016, legitimou que o partido no poder (social democrata) introduzisse um conjunto de “regras de controlo das fronteiras” destinadas a restringir o número de requerentes de asilo admitidos no país.

The European Council decision 2016/894 of May 12, 2016 [ ...] decided that Sweden, for a maximum period of six months, can perform border controls [ ...] The decision makes evident that Sweden ought to be allowed to continue performing such controls because ‘it is an appropriate method for managing a serious threat against public order and internal security which is tied to the “secondary movements of irregular migrants” (Skodo 2020, p.55).

Em abril de 2017, Estocolmo sofreu um ataque terrorista, perpetrado por um requerente de proteção internacional do Usbequistão<sup>158</sup>. Alguns meses depois, em setembro de 2017, o governo usou este evento para legitimar uma extensão do “estado de exceção” por mais seis meses, aumentando o controlo das suas

---

<sup>158</sup> BBC [em linha]: <https://www.bbc.com/news/world-europe-39552691> [consult. 6 dez. 2020]

fronteiras externas (Skodo 2020). Esta instrumentalização de um evento traumático para todos os cidadãos, serviu como forma de validação da “suspeita”, extensível agora a todos os requerentes de asilo. Stefan Löfven, Primeiro-Ministro sueco, declarou, nesta altura: “*We need to improve the ability to deport people*” (Skodo 2020, p. 59), insinuando que a deportação de requerentes de asilo seria necessária, para melhorar a segurança nacional. Várias notícias e artigos de opinião inundaram os principais meios de comunicação social, ajudando a justificar esta posição assumida pelo Governo. Dalia Abdelhady (2020) analisou 370 artigos publicados em 2015, concluindo que foi passada ao público uma “*sensação de pânico e de incapacidade do sistema, para acolher o número de refugiados que procuravam proteção na Suécia*” (Abdelhady 2020, p.136). O fracasso institucional, na gestão de refugiados e requerentes de asilo, tinha como principal motivação uma *obsessão* pelo controlo dos refugiados (veiculada por estratégias de dispersão geográfica, habitação controlada, etc.); dando origem a uma percepção de *crise nacional* (Abdelhady 2020).

Por sua vez, a normalização dessa crise, ajudou a legitimar as restrições e limitações impostas aos requerentes de asilo como uma “necessidade absoluta” (Abdelhady 2020), sem que se desafiasse a autoimagem ética, generosa e eficiente do país. Esta estratégia abriu espaço para aquilo que Abdelhady (2010) designou de *discurso pós-vergonha*, que é no fundo a apresentação de argumentos públicos anteriormente impensáveis e indizíveis, mas agora “normalizados”. O Estado sueco ganhou, de certa forma, “livre passe”, para formas mais incisivas de controlo das mobilidades, nomeadamente, restrições no reagrupamento familiar e limitação temporal das autorizações de residência concedidas aos refugiados. Com efeito, de acordo com uma das minhas interlocutoras, em 2019, várias famílias sírias e palestinas, viram os seus pedidos de renovação das autorizações de residência rejeitados, mesmo apresentando provas da sua impossibilidade de regresso aos países de origem.

Estas injustiças e inflexibilidades sistémicas, motivaram um envolvimento cada vez mais engajado, por parte da sociedade civil *pró-refugiados* (Bevelander e Hellstrom 2019). Em Setembro de 2020, uma campanha pública<sup>159</sup> reuniu 10.000 assinaturas de cidadãos suecos, que se opunham ao tratamento indigno dos requerentes de asilo admitidos no país, enquanto menores não acompanhados. Diversos artigos académicos (por exemplo, Elsrud 2020) e peças jornalísticas (por exemplo um artigo no *Khaama Press*, a 12 de outubro de 2020<sup>160</sup>) davam conta da crueldade infligida pelas práticas e políticas migratórias suecas. Dos 162.877 requerentes de asilo, que chegaram em 2015 (EUROSTAT 2016), metade eram crianças, e destas, cerca de

---

<sup>159</sup> Notícia disponível [em linha]: <https://novenanews.com/swedes-demand-permanent-residency-migrant-children/> [consult. 6 dez. 2020]

<sup>160</sup> Artigo disponível [em linha]: <https://www.khaama.com/afghan-migrants-escaped-war-doomed-to-hopeless-future-in-europe-79876/?fbclid=IwAR2TPg7uUOjHcqkvWQNlo1AqZeRGGNS9soSosGsnZVuW5UxQ1ef3EYrcafc> [consult. 6 dez. 2020]

35.369 (EUROSTAT 2016) chegaram desacompanhadas, tendo sofrido abusos sistêmicos, apontados por vários ativistas (Elsrud 2020).

Os menores não acompanhados eram, em 2015, enquadrados em “famílias de acolhimento”, sob a tutela do poder local (municípios). Ser menor conferia-lhes o acesso a um tratamento preferencial, por comparação aos adultos (Elsrud 2020). Os menores tinham garantido o acesso a todos os serviços municipais, aos cuidados de saúde, à escola, à habitação social, a prestações económicas mensais e ao apoio jurídico. Subitamente, em 2016, com as alterações legislativas introduzidas, estes menores tornaram-se *deportáveis*. De acordo com o Conselho Nacional para os Refugiados (cf. Amnistia Internacional [AI] 2017<sup>161</sup>), o Afeganistão foi particularmente afetado pelas súbitas alterações nos procedimentos de asilo, tendo a proporção dos requerentes de asilo menores, aceites como refugiados, diminuído de 92% para 78% (cf. AI 2017). A sociedade civil, que desempenhou um papel ativo no acolhimento destes menores apercebeu-se, pela sua experiência direta, das lacunas e inconsistências do sistema.

De acordo com os meus interlocutores, inicialmente os cidadãos concentraram-se em ações solidárias muito concretas, como a prestação de apoio de emergência, e a provisão de necessidades básicas (comida, roupa, etc.). Com o estabelecimento de relações de convivialidade e proximidade afetiva, entre cidadãos suecos e requerentes de asilo, a sociedade civil foi aumentando o seu grau de engajamento, nos processos da burocracia migratória (preparação de entrevistas, disponibilização de advogados pro-bono, etc.) e nas atividades de inclusão social (com aulas de sueco, serviços de saúde mental e psicossocial, atividades culturais, etc.).

Thelma tornou-se, em 2015, *tutora (legal guardian)* de uma menina afegã. Compreendendo a dimensão estrutural dos problemas inerentes ao sistema de asilo, através desta experiência, resolveu envolver-se mais profundamente em ações solidárias e ativistas:

“Eu pensei que estas coisas que estão a acontecer deviam ser todas documentadas. Isto está a acontecer na Suécia! Isto não pode ser verdade. Mas é verdade! Tenho que documentar isto. Aproveitei o meu trabalho na universidade para pedir uma bolsa que me ajudasse a dedicar-me a estas pessoas, a fazer-lhes entrevistas. E assim comecei a criar relações próximas, e em alguns casos tornei-me ativista, comecei a apoiar com ações concretas, nos seus processos legais” (Thelma, entrevista, maio 2020).

Outros solidários, como Nora, iniciaram o seu percurso associando-se à *Igreja da Suécia* (uma organização cristã sueca, com mais de 5 milhões de membros). Há mais de cinquenta anos que a Igreja da Suécia está profundamente envolvida no acolhimento aos refugiados, prestando-lhes apoio financeiro e pragmático, e desenvolvendo projetos de integração local (Bevelander e Hellstrom 2019). De acordo com um relatório da

---

<sup>161</sup> Relatório disponível [em linha]: <https://www.amnesty.org/download/Documents/ASA1168662017ENGLISH.PDF> [consult. 6 dez. 2020]

Igreja da Suécia (Hellqvist e Sandberg 2017; cf. Bevelander e Hellstrom 2019), estima-se que 37.000 pessoas participaram em atividades solidárias organizadas pela Igreja da Suécia todos os meses, entre 2015 e 2016. Com o aumento das opiniões polarizadas face aos refugiados, e com a percepção mais clara sobre as restrições políticas aplicadas, alguns dos voluntários foram-se politizando e criando as suas próprias iniciativas solidárias.

Nora é holandesa, mas vive há já duas décadas na Suécia, com o seu marido e dois filhos adolescentes. Residem numa zona rural, onde têm um negócio familiar, de alojamento local, em caravanas e cabines de férias. No início da designada “crise de refugiados”, Nora era voluntária na *Igreja da Suécia*, tendo acolhido e estabelecido contratos de trabalho com vários requerentes de asilo. As relações de confiança e de afeto com os seus empregados, em particular com os nacionais do Afeganistão, fizeram com que se “revoltasse” contra o sistema de asilo sueco.

“A woman from Church asked me if I could host a boy, Illyas, in exchange for his work in my park. He was at that moment living in a collective shelter, shared with many people with drug addiction and alcoholism, and he was suffering so much. I welcomed him into my park and he was incredible, we became very good friends. Also, through him, I discovered a whole new world that was completely unknown to me. I was appalled at the viciousness of the Swedish immigration system. The rules were not fair at all. I am a very objective person, not emotional. I like to get to the bottom of things, so I started doing some research to look at facts and figures. The more I found out, the more I was upset at the politics and the money that were involved. You know, in the end it’s all about the money! They pay extra money to Afghanistan, to make it ok for these deportations. That’s how Sweden is getting rid of all this people” (Nora, entrevista, nomes fictícios, maio de 2019).

Progressivamente, e em parceria com outros membros da sociedade civil, Nora foi aumentando o seu grau de envolvimento no apoio informal a pessoas em situação de mobilidade na Europa. A primeira conversa que tive com Nora, através do *Messenger*, deu-se a propósito de uma necessidade concreta, apresentada por Ahmed, o jovem que acompanhei em Lisboa. Tendo partido as lentes dos seus óculos, com uma graduação de 7 dioptrias, era muito urgente substituí-los, mas as consultas disponibilizadas gratuitamente, através de um protocolo do CPR com uma ótica específica, demorariam mais de 3 meses. Nora lançou uma campanha de *crowdfunding* na Suécia, tendo conseguido reunir 400 euros, em dois dias. Em Portugal, eu consegui o restante, para pagar uma nova armação, e acompanhei Ahmed a uma ótica privada, para ajudá-lo a tratar da logística. A partir daí, Nora e eu temos conversado regularmente sobre as suas ações de solidariedade informal, e temos articulado formas de apoio e ativismo, a outras pessoas em mobilidade. Nora fez parte do grupo de cidadãos que escreveu uma carta ao Provedor de Justiça, em janeiro de 2019, apresentando uma reclamação pelas rejeições automáticas do SEF, a sete requerentes de asilo que vinham da Suécia, ajudando a reunir provas sobre as falhas sistémicas nos seus processos de asilo.

Nora está sempre disponível no *Messenger*, para qualquer pessoa que lhe peça ajuda imediata (por exemplo para fazer traduções, localizar informações sobre transportes, procurar alojamentos, encontrar

provas e documentos para processos jurídicos, encontrar informações sobre serviços de saúde, encontrar serviços de ocupação de tempos livres, etc.). Através das redes sociais, ela participa em diversos grupos e plataformas virtuais de solidariedade informal, alguns dos quais restritos, para manter a segurança dos participantes. Nestes grupos virtuais, são esclarecidas questões e resolvidos alguns problemas imediatos, colocados pelas pessoas em situação de mobilidade. Nora tem, ainda, uma ampla rede de contactos que incluem pessoas voluntárias em Itália, Áustria, Dinamarca, Países Baixos, França, Espanha e Portugal. A partir da sua casa, numa aldeia sueca, ela organiza trajetos de mobilidade entre fronteiras, estabelece acordos de alojamento com proprietários, comunica com advogados, de modo a encontrar documentos para processos jurídicos, e organiza *crowdfundings*, quando necessário.

“Some people I’ve never even met personally, only through social media. But they contact me because they know I am knowledgeable on travel routes, I can advise on the best ways to take the bus, the train, and send them the exact google maps of the locations where they will find help. It’s exciting!” (Nora, entrevista, 2019).

Nora tornou-se uma *especialista em mobilidades* na Europa, através das suas ações de apoio informal a requerentes de asilo. Neste processo, criou uma vasta rede de relações transnacionais, que incluem contactos no Afeganistão e no Irão, que contribuem para “a causa”, através da busca de documentos e evidências que ajudem a defender requerentes de asilo da deportação.

“My favorite part is the research, and to really know and study the laws, so that I can help to use them wisely. One time, I was able to fill out a legal form, that had to be presented as soon as my friend landed in Sweden, to avoid his detention. I knew the law very well, so I filled it out during his flight, which lasted a few hours, and then submitted it before he arrived. The form was ready upon his arrival, so he was free, he did not have to go to detention. This was a good day. We controlled the situation” (Nora, entrevista, maio de 2019).

Cada vez que Nora fala das suas iniciativas solidárias, sente-se a sua excitação por estes atos subversivos, que contrastam com o típico “civismo nórdico” (expressão usada pela própria). Na sua perspetiva, “foi a Suécia que traiçoo os seus próprios valores de hospitalidade e de defesa dos direitos humanos”. É quase como se os cidadãos solidários procurassem reconstruir a Suécia de *antes*, ou a imagem idealizada de um país acolhedor e observador dos direitos humanos. A projeção deste idealismo só era agora possível *fora das fronteiras*, através do apoio à fuga e à mobilidade dos requerentes de asilo rejeitados pelo sistema.

Para Thelma, foi a urgência e a gravidade das situações encontradas no terreno que criaram a “*necessidade de atuação mais incisiva*”. Thelma iniciou-se no ativismo num coletivo de cidadãos designado “*We can’t stand it*” (cujo nome expressa bem a emoção dos seus fundadores), criado em 2017. Juntos, ofereciam apoio pragmático a requerentes de asilo “rejeitados” pelo sistema (através de advogados e psicólogos voluntários, alojamento nas suas casas, etc.).

“Com o tempo, os membros do coletivo foram demonstrando perspectivas morais e políticas divergentes, situação que afastou alguns de nós, eu incluída, e o coletivo ficou assim...mais institucionalizado. Ainda existe, e conheço-os, mas pronto, ficou diferente. Foram feitas alianças e concessões ao governo, para receberem financiamento público, e isto tornou o coletivo menos informal, e menos capaz de suprir as necessidades pragmáticas dos requerentes de asilo” (Thelma, entrevista, maio de 2020, tradução livre).

As redes de apoio informal mantiveram-se, na perspectiva dos meus interlocutores, mais eficazes, porque funcionavam a nível local, em proximidade, e chegavam aos requerentes de asilo de uma forma simples, a partir de páginas do *Facebook* (grupos fechados), que eles próprios controlavam, e nas quais confiavam. Dawood confirmava sempre qualquer informação institucional com as suas redes virtuais de solidariedade informal. Desta forma, *“tenho a certeza que eles me dão a informação correta, porque vão perguntar aos sítios certos, antes de me responder, e se não respondem é porque não sabem, mesmo”*.

“É muito difícil mantermo-nos neutros, sem nos envolvermos emocionalmente nestas situações difíceis. Para mim, o ativismo é uma mistura de várias razões. A primeira razão é política. Tenho vergonha do meu governo. Mais que vergonha, acho que é horrível e cruel o que está a acontecer. Acredito que são as pessoas que fazem as estruturas, por isso não consigo ficar sentada e aceitar que o primeiro ministro faça estas coisas. Temos que atuar. Mas essa não é a única razão. Parte da minha motivação é pessoal, eu nasci numa casa em que....se fosse eu ou os meus filhos a ter que escapar da Suécia, eu queria que fosse outra mãe, outra família, a cuidar de mim e deles. Isso é o eu explico aqui aos jovens, para mim essa é uma espécie de religião. Não é que queira algo de volta, mas se criarmos uma sociedade em que aquilo que damos, podemos receber... não é uma teoria de reciprocidade. É mais uma ideia, de criar empatia, compaixão e reciprocidade. Eu não gosto de dar. Não gosto da ideia de poderes desiguais, e de haver umas pessoas que têm e outras que não. Agradecer não é correto, e arruína a amizade. Não é o tipo de relação que quero, mas as coisas são assim porque um tem dinheiro, e outro não. Por isso o que quero fazer é evitar que isto cause dano. Eu não quero nada de volta, e sou eu que estou agradecida, eles dão-me muita coisa, e isto cria tantas relações fantásticas. Não são muitos os que ficam, mas aqueles que ficam e arranjam trabalho, nós criamos relações fantásticas, e muito mais de igual para igual” (Thelma, entrevista, 2020, tradução livre).

Muitos dos menores afegãos admitidos no território sueco, fruto destas relações de proximidade com a sociedade civil, aprenderam sueco, estabeleceram redes de amizade profundas, tornaram-se membros das famílias de acolhimento por afinidade, e tornaram-se, para todos os efeitos, cidadãos suecos, com papéis sociais relevantes: estudantes, trabalhadores, dirigentes associativos, etc. Com a inclusão social na comunidade, e o respaldo, quer do Estado-Providência, quer da sociedade civil; a rejeição súbita, o “tornar-se inegável”, num território antes considerado acolhedor, foi percebido como uma crueldade (Elsrud 2020).

Alina, uma advogada especialista em direitos humanos, e ativista, recolheu diversos testemunhos de casos que acompanhou nos tribunais suecos; cuja determinação final considerou injusta, para os requerentes de asilo.

“Tantas histórias de tortura e de abusos não são investigadas nem levadas a sério. Eu faço questão de lembrar aqueles que foram injustiçados, alguns já foram deportados para o Afeganistão. O H. chegou



à Suécia em Dezembro de 2015, depois de sofrer durante anos muita violência dos talibãs. O pai dele era muito importante na polícia, por isso ele sofria mais. Durante o processo de asilo, H. nunca teve a oportunidade de falar sobre as suas razões, em parte porque ele teve uma entrevista muito curta, e em parte porque não se atreveu e teve vergonha de falar sobre a violência que sofreu durante o cativeiro. Lá, os jovens foram treinados para manusear armas e explosivos, davam-lhes drogas e abusavam deles. Quando o conheci H. ele tinha provas da sua tortura no próprio corpo, tinha danos permanentes no cólon. Mas nenhuma investigação séria sobre a tortura foi feita. Tentámos através de recursos que obtivesse o direito a uma nova apreciação, mas os serviços recusaram-se admitir que a investigação tinha sido incorreta. Deportaram-no em setembro de 2019. E outra situação horrível foi a do A., que tinha sido intérprete humanitário numa organização de direitos das mulheres. Planeou e organizou um evento internacional para o dia da mulher, em março de 2015, em Cabul, e recebeu ameaças de morte pelos talibãs. Em agosto de 2015, os talibãs ameaçaram a sua família, prometeram-lhe que iriam decapitá-lo se prosseguisse o seu trabalho para os *kafers*<sup>162</sup>. A família fugiu toda do Afeganistão e, em 2017, havia um vídeo sobre A., que foi distribuído pelos talibãs, com a fotografia dele e o seu nome. Eu vi o vídeo...eles ofereciam 500.000 USD a quem o matasse ou entregasse aos talibãs. Recebeu ameaças aqui mesmo, na Suécia, não sei como o encontraram. A Amnistia Internacional escreveu um relatório sobre o caso, pedindo ao Governo da Suécia que não o deportasse. O diretor da AMASO<sup>163</sup> em Cabul, escreveu uma declaração onde informava as autoridades suecas que a ameaça dos talibãs a A. era genuína, e que era muito arriscado deportá-lo. Ainda assim, querem deportá-lo. E ele não vai sobreviver a uma deportação” (Alina, entrevista, janeiro de 2020).

A crescente politização de cidadãos solidários como Thelma, Nora e Alina, na Suécia, pode ser explicada, em parte, pela percepção deste tipo de injustiças (nos processos de asilo). Mas também teve muito peso, na politização destas pessoas, o crescimento exponencial da extrema direita e a perseguição aos refugiados, encetada por estes grupos. Desde finais de 2015, a Suécia tem assistido a um aumento dramático de atos violentos perpetrados contra comunidades migrantes (Bevelander e Hellstrom 2019). Os designados “Soldados de Odin” e o “Movimento de Resistência Nórdica” surgiram nesta altura, inseridos em organizações fascistas internacionais (Bevelander e Hellstrom 2019). Em 2016, estes grupos, inicialmente marginais, *“encontraram uma oportunidade perfeita para divulgar as suas opiniões, através das redes sociais mais mainstream, aumentando o número de adeptos e simpatizantes”* (Alina, entrevista, janeiro de 2020). As narrativas populistas sobre refugiados, aliadas às medidas restritivas aplicadas pelo Estado-Nação, alimentaram uma série de mitos e crenças sobre os riscos associados ao acolhimento a requerentes de asilo. Diversas questões económicas foram, também, instrumentalizadas para argumentar que o “excesso” de migrantes e refugiados prejudicará a sustentabilidade do Estado-Providência sueco e a coesão nacional (Bevelander e Hellstrom 2019).

---

<sup>162</sup> *Kafers* é uma palavra de cariz religioso usada em *dari* (língua afegã) como referência a “não-crentes” ou “infiéis”

<sup>163</sup> Afghanistan Migrants Advice and Support Organization (ONG que apoia pessoas deportadas para o Afeganistão e faz advocacia junto de países europeus e da Austrália, informando os governos sobre a situação no terreno). Mais informação disponível em: <https://amasosite.wordpress.com> [consult. 30 novembro 2020]

“Acho que neste momento 1 em cada 3 suecos tornou-se conservador, para não falar naqueles que aderiram ao partido neonazi. Desde 2015, nós mudámos completamente, mesmo na minha família e amigos, que até eram pessoas tolerantes. Perdi muitos amigos. Tenho muitas pessoas que pensam que somos loucos por apoiar estas “pessoas mentirosas e potenciais violadores de mulheres”, como agora dizem. Eu ainda tentei falar, no início, mas depois de algum tempo, simplesmente desisti de argumentar, porque me parece inútil” (Thelma, entrevista, maio de 2020).

### ***Portugal, visto da Suécia. Suécia, vista desde Portugal. Colaborações e aprendizagens transnacionais.***

Enquanto fui articulando o apoio aos jovens afegãos em Portugal, com os meus interlocutores suecos, notei algumas particularidades e intersubjetividades interessantes. O facto dos jovens que conheci terem passado pelo menos 3 anos em território sueco, e de se comunicarem quase todos fluentemente em sueco, tornaram-nos, em certa medida, “compatriotas suecos”, por afinidade. Parecia haver, na comunicação entre os membros da rede solidária, uma partilha de expectativas sobre a Europa, que se coadunava com uma “perspetiva sueca” sobre o mundo. Depois de ter apoiado cerca de 10 jovens que passaram por Lisboa, Nora falava-me muito sobre o enorme peso das burocracias e o “encerramento institucional” português.

“Everything was so weird for me. It was the first time that I could not talk directly to people, like we do here in Sweden. All the bureaucratic procedures, and the difficulty to access the responsible people inside the institutions, even to get their emails and phone numbers, all so formal, and makes it feel like you’re in a maze” (Nora, entrevista, maio de 2020).

Do ponto de vista dos representantes das instituições portuguesas, eu recebia, por outro lado, “queixas” sobre “as intromissões inadvertidas” dos voluntários suecos. “*Mas o que é que eles pensam? Não posso passar o dia a responder a emails e mensagens destas pessoas, eles nem são familiares do rapaz. Isto está a tornar-se insustentável*” (dizia-me um dos advogados pró-bono, em desespero, depois de receber três longos emails de voluntários). Nora e Thelma escreviam mensagens longas, aos advogados, detalhando os aspetos que consideravam relevantes nos processos legais dos jovens, incluindo todas as notícias disponíveis sobre requerentes de asilo na Suécia, estatísticas e, sobretudo, faziam várias perguntas concretas sobre os processos. Os advogados sentiam-se *sobrecarregados de informação* e replicavam de forma curta e ríspida, na tentativa de “cortar” a comunicação.

Por exemplo, um dos advogados portugueses enviou uma mensagem a Nora a dizer, simplesmente, “*estou a fazer o meu trabalho, agradeço que não volte a contactar-me a não ser para situações urgentes*”. Uma representante institucional da Junta de Freguesia de Arroios (JFA), que estava a apoiar Ahmed a traduzir documentos, enviou-me um email a pedir-me que “*por favor falasse com os suecos*” porque, na sua perspetiva, se estavam a dirigir a ela com exigências que não tinham qualquer cabimento. Ela estava a procurar ajuda de modo informal e voluntário, “*indo para além das suas funções*”, e os voluntários sobrecarregavam-na de perguntas, *exigindo-lhe* informação. Em outubro de 2019, quando estava em trabalho

de campo em Bruxelas, recebi várias mensagens longas, através do *Messenger*, que davam conta dos *mal-entendidos* entre Thelma, Nora, uma representante da JFA e o advogado pro-bono de Ahmed.

Thelma: “It’s such a mess. Everyone is either upset, angry or in panic. I’m getting worried messages from Ahmed, angry messages from L. (JFA), no messages from F. (advogado) and panicky messages from Amir’s family, who is angry that his documents were translated but not certified. Nora and other helper try to pressure F. to respond, but all he does is getting angry at everyone, and does not provide any concrete answers. Everyone is so stressed out. It is so bad. I am so worried over the boys. I’m so glad you will be back soon.”

Nora: “F. sent me two emails this whole time, both no longer than two sentences with no answers to my questions on how I can help. And the latter very angry. What the hell is going on? Why are people offended with simple questions?” (observação participante, mensagens via *Messenger*, Nora e Thelma, 8 de outubro de 2019).

Os embates com a rigidez e a violência institucional sentidas em Portugal, “contagiavam” a rede informal que, à distância, reagia com muita confusão, ansiedade e preocupação. Para reduzir a sua ansiedade, os apoiantes informais suecos procuravam estabelecer relações de proximidade com os apoiantes informais portugueses. No entanto, o modelo de solidariedade português tinha características muito diferentes, ampliando-lhes ainda mais a sensação permanente de frustração e os mal-entendidos. Um dos aspetos diferenciadores em Portugal, foi a grande formalidade no acesso às informações institucionais, situação que Thelma assinalava como tendo prós e contras.

“In Sweden they are a lot less strict when it comes to asylum matters. Sometimes it is ridiculous to the other extreme. I can phone the migration agency and ask information about almost any of the youngsters, and they will give it to me without asking for a power of attorney. So their privacy is not as important as the privacy of regular Swedes...one boy that is now in a detention center in Sweden, is being denied his migraine medication by the guards. The guard said to him “in here you have no rights, in here I have all the rights” (observação participante, mensagem via *Messenger*, Thelma, outubro de 2019).

Nora conta que todos os jovens que passaram por Portugal acharam o país particularmente difícil e complicado. Do ponto de vista do acolhimento inicial, salienta a mais-valia de não se deixarem os requerentes de asilo na rua, “*embora as condições estejam longe de ser as mais adequadas*”. A falta de intérpretes e a ausência de um apoio institucional robusto, tornaram a permanência no território muito desafiante, na perspetiva de Nora. Por outro lado, Nora comenta que “*parece haver um tipo de racismo muito subtil, não declarado*” (nas instituições). Tendo estado em Lisboa duas vezes, e tendo falado regularmente com os jovens que passaram por Portugal, Nora considera que o racismo se manifesta nas barreiras colocadas às pessoas estrangeiras.

“I think there is no serious problem with racism there, like in Sweden, where there is open violence and attacks to refugees. But I found this system very violent and discriminatory, in the little things. The language barriers, the negligence, the lack of respect for people as human beings, the difficulty to just

talk to people in a simple, transparent way, and ask questions, everything seems so closed” (Nora, entrevista, março de 2020).

Thelma concorda que a falta de informalidade, no apoio solidário, é o problema mais evidente em Portugal, para as pessoas em situação de mobilidade, e que foi isso que levou muitos dos jovens a desistir de ficar em Lisboa, e a procurar alternativas em França ou em Itália. “*Nestes países, encontram-se mais facilmente iniciativas da sociedade civil que estabelecem relações horizontais, de proximidade, de ativismo, que proporcionam aos requerentes de asilo a sensação de proteção e de liberdade*”, (mesmo quando as políticas são mais hostis ou restritivas).

“Here in Sweden a lot of families have opened their homes completely to these kids. And they became friends for life. That is why you see all these engaged families around Ahmed and Amir. They are old people who won’t forget how the boys helped them around in the garden or whatever, and how they made them company, or how they gave a new meaning to their isolated lives. But it has taken years to develop this kind of relationships, so I don’t think this is even feasible in Portugal. I think there have not been enough refugees there for your society to see their precarious situation and the win-win situation in inviting them home” (observação participante, mensagem via *Messenger*, Nora, 15 de outubro de 2019).

Contrastando estas experiências, narradas pelas minhas interlocutoras suecas, com a literatura (por exemplo Fleischman e Steinhilper 2017; Chouliaraki e Georgiou 2017; Artero 2019), parece-me evidente que a intersubjetividade gerada entre os cidadãos suecos e os jovens afegãos foi particularmente transformadora, para os solidários, que passaram de voluntários/beneméritos a famílias extensas e, nalguns casos, a ativistas. A proximidade e os “espaços de cuidado” (Artero 2019) gerados a partir das redes de solidariedade informal, baseados em ações de reciprocidade, proporcionaram um espaço de reflexão sobre si mesmos, sobre o Estado e sobre a Europa. A *sensibilidade cosmopolita* e relacional (Williams 2016) ajudou a recriar uma Suécia “móvel”, com um *ethos* de hospitalidade que une este grupo de pessoas, através da “cola” (*the stuff that binds us*) da memória afetiva e relacional; construída no passado, mas em atualização constante, na contemporaneidade.

Esta rede de afetos e relações solidárias, gerou também ações micropolíticas evidentes, como as práticas solidárias mais subversivas, com jovens em situação de mobilidade entre fronteiras. Estas ações não foram suficientes para transformar o *status quo* nem na Suécia, nem em Portugal, mas certamente ajudaram a mobilizar mais atores engajados (eu própria sou um exemplo), que se acoplaram a esta rede de solidariedade transnacional, recriando um *sistema solidário movente*. Este tipo de ações micropolíticas, permeadas por *laços de solidariedade* (de Jong e Ataç 2017), e *aspirações cosmopolitas de justiça* (Glick Schiller 2016; Beck 2006) constituem espaços de resistência política em mobilidade, confrontando a hostilidade e a violência das políticas de asilo, e transformando-a ou, ao menos, contagiando-a, com a sua hospitalidade cosmopolita.

## 6.2. MOVIMENTOS DE SOLIDARIEDADE INFORMAL EM BRUXELAS

### 6.2.1. O movimento dos 450 afegãos

“Apesar de estar há 7 anos sem papéis, não sinto que estou a perder tempo na Bélgica. Aprendi duas línguas, percebo melhor a forma de pensar dos belgas, consegui obter aliados em todas as regiões, na Flandres, nas cidades francófonas, a nível internacional, e já te falei do parlamento...sou super-conhecido, lá. A única coisa que me falta são os papéis, de resto já sou cidadão...e como não posso voltar ao meu país de origem...isso tem que ficar claro, o Afeganistão não é um país seguro, é impensável voltar a viver lá. A Europa é o segundo ator estrangeiro que está no terreno no Afeganistão, que vê de perto as provas da falta de segurança de todos os afegãos. De momento, 63% do território do Afeganistão está sob controlo de grupos extremistas, como os talibãs, a Al-Qaida, a Haqqani, a Lashkare-Taiba, o ISIS, e mais 13 destes...O nível de segurança, a violência, o consumo de drogas... é horrível, 45.000 pessoas morreram nos últimos 4 anos...” (Abdul Azad, *Collectif des Afghans Sans Papiers/Zonder Papieren Afghaans Collectief*, [CASP], entrevista, setembro de 2019).

Abdul Azad não tem problemas que eu utilize o seu nome verdadeiro na minha investigação, disse-me isso logo na primeira entrevista. É um dos ativistas indocumentados mais conhecidos na Bélgica, conta-me. É um dos porta-vozes de um coletivo formado em 2013, conhecido como “o movimento dos 450 afegãos”. Entre setembro de 2013 e junho de 2014, 450 requerentes de asilo afegãos, constituíram um grupo organizado, com o objetivo de impedir a expulsão de mais pessoas para o Afeganistão, e obter o reconhecimento como refugiados. Os ativistas foram acolhidos, temporariamente, na igreja Protestante de *Béguinage*, que lhes serviu de “*sanctuary*”, e de espaço de organização solidária. A 13 de dezembro de 2013, o grupo organizou uma ação nacional de protesto e de “visibilização” da sua situação jurídica, com o apoio de outras associações solidárias locais.

“Marchámos até Mons, pernoitando duas noites, primeiro em *Naveis*, onde jantámos numa escola e dormimos num centro cultural; e depois em *Lalourene*. Na 3ª noite chegámos a Mons. As pessoas já sabiam que nós íamos chegar, ofereciam-nos comida, roupa quente e abrigo. Antes da marcha de protesto, enviámos cartas oficiais aos partidos políticos, e ao primeiro ministro, avisando-os da nossa ação ativista. Em 19 de dezembro chegámos a Mons, e fomos surpreendidos com a presença de 700 pessoas, da comunidade local e de outras partes da Bélgica, que se tinham ali deslocado para nos apoiar. No entanto, o Primeiro-Ministro não se apresentou, mesmo sabendo de antemão que as pessoas iriam chegar nesse dia. A *comune* ofereceu-nos um edifício para dormirmos, já que era dezembro e fazia muito frio, mas, num ato de resistência, nós preferimos ficar na rua, esperando que o Presidente se apresentasse, na manhã seguinte. No dia 21 de dezembro faziam muitos graus negativos. Eu aconcheguei-me, junto de 5 amigos, e adormeci. Pelas 6 da manhã, quando acordei, lembro-me que tinha o pé congelado...a circulação tinha parado e não sentia o meu pé (Abdul, *CASP*, entrevista, setembro de 2019).

Em audiência com o primeiro Ministro, obtida na manhã de 21 de dezembro de 2013, foi prometido ao grupo que poderiam voltar a submeter os seus pedidos de asilo, individualmente, concedendo-lhes uma revisão, pelas autoridades belgas. Foram, ainda, pagos os bilhetes de comboio de regresso a Bruxelas, a todos os ativistas. O grupo subdividiu-se, estrategicamente, para assegurar-se que a promessa era cumprida:

algumas pessoas submeteram um novo pedido de asilo, enquanto os outros aguardaram o resultado, para verem como corria. Tendo algumas pessoas sido bem-sucedidas, neste segundo processo, outros mantiveram-se indocumentados e em risco de deportação.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros alegou que havia uma distinção entre as "zonas seguras" e as "zonas não seguras" no Afeganistão (uma distinção incompreensível, do ponto de vista de Abdul), e concedeu estatuto de proteção internacional apenas aos "oriundos de zonas de risco". Para os outros, o Estado manteve-se inflexível. Esta divisão (intencional), proposta pelo Estado, restabeleceu uma fronteira interna, que desta vez colocava os membros da mesma comunidade em lados opostos do "muro". Cerca de trinta afegãos persistiram nas suas reivindicações, mas a divisão de estatutos desmobilizou muitos dos refugiados da luta, e enfraqueceu o movimento ativista.

Ao longo do ano de 2014, conta Abdul, os restantes ativistas continuaram o seu protesto, desta vez marchando até *Ghent*, para obter o apoio solidário da comunidade belga-flamenga. Em Ghent, participaram num debate e no visionamento de um filme, com a comunidade local, procurando sensibilizar a sociedade civil para a injustiça das suas circunstâncias. Abdul Azad conta que 600 pessoas (não afegãos) se tornaram, naquele momento, apoiantes do protesto, e acompanharam as suas ações a nível nacional, prestando ajuda logística, partilhando informação, e estando presentes nos protestos.

"Tínhamos que resolver ainda o problema da habitação, e encontramos uma solução com uma associação que nos tem ajudado, desde então, a *ASBL*. Eles encontram casas vazias nos bairros de Bruxelas, e tentam negociar com o proprietário; em troca de uma remodelação completa do edifício, o proprietário cede à organização um par de anos ou alguns meses, para uma causa social...nós! Com estes acordos, já vivemos em *Eterbeek*, depois em *Foret/Van Halen*, depois em *Shaerbeek*, onde agora vivo, com mais 18 pessoas" (Abdul, *CASP*, entrevista, setembro de 2019).

Um aspeto muito interessante nestes acordos entre a sociedade civil e o coletivo ativista, são as redes comunitárias que daqui resultam. Em *Eterbeek*, segundo Abdul, foram estabelecidos laços de vizinhança e redes de apoio solidário que permitiram aos ativistas encontrar atividades laborais e culturais diversas, fortalecendo os vínculos sociais e a confiança mútua. Abdul conta que, uma das atividades de que mais gostou, foi um *potluck* comunitário. "Tivemos tanto êxito que acabámos por criar uma empresa de catering de comida afegã, que agora entrega alimentos em eventos e empresas ou casas particulares" (Abdul Azad, entrevista, setembro de 2019).

Quando se mudaram para o edifício seguinte, em *Foret/Van Halen*, a mobilização acentuou-se, conta Abdul. *Foret* é um bairro cosmopolita e multicultural, em que o *burghmester* (presidente da câmara) tinha sido, ele próprio, um solidário engajado, na causa dos 450 afegãos. A dinamização de atividades comunitárias tornou-se regular, neste bairro, criando-se rituais coletivos que incluíam o intercâmbio cultural e ações de

entrajuda regulares (através de eventos, dias especiais, etc.). Abdul contou pormenores curiosos, como a troca de receitas, entre vizinhos, para incluir menus vegetarianos e vegans na empresa de *catering*, ou a busca coletiva de alternativas ao plástico, para os *potluck* serem mais ecológicos. O apoio solidário em *Foret*, incluía ainda a assistência médica gratuita, ao domicílio, por intermédio das redes informais (médicos voluntários). Em Schaerbeek, onde agora vive Abdul, o grupo está a “começar de novo”, procurando ganhar a confiança dos novos vizinhos e da comunidade. “É um bairro um pouco menos aberto, com menos tradição de partilha comunitária, menos consciencialização política, por isso temos que trabalhar nisso” (Abdul Azad, entrevista, setembro de 2019). Esta experiência demonstra alguns dos aspetos transformativos, nas redes de apoio solidárias, e nas suas próprias comunidades. A passagem dos ativistas afegãos, em cada bairro de Bruxelas, repercutiu-se de forma original e única, em cada vizinhança, melhorando a convivência entre todos.

Ao nível da incidência e participação políticas, o CASP contactou a organização “*Coordinación Sans Papiers Belgique [CSPB]*” para gerar uma nova aliança política estratégica. O coletivo CSPB representa mais de 150.000 pessoas indocumentadas na Bélgica, e é constituído principalmente por migrantes de origem magrebina e subsariana. Foi criado em 2011, depois de uma campanha ativista que conseguiu a regularização de alguns migrantes indocumentados em 2009. O resultado revelou-se dececionante, para muitos indocumentados em situações precárias. Os critérios utilizados para a regularização eram tão exigentes, que excluíram uma grande parte das pessoas que lutavam pela regularização.

A formação da CSPB tinha como objetivo a criação de um grupo de trabalho mais sustentável, que trabalhasse em continuidade, na mobilização política pela regularização de todos. Aproveitando a experiência anterior, os ativistas pretendiam restabelecer uma comunicação efetiva com as autoridades competentes, estabelecendo “novos direitos”, para todos os indocumentados. A organização é altamente especializada, e conta com o apoio de académicos, advogados e membros de partidos políticos, concertando ações regulares de *advocacy*, na busca da regularização de todos os membros.

Abdul Azad está esperançoso que, em breve, se consiga outra amnistia, mais potente que a anterior. Graças a esta aliança estratégica, e ao *lobbying* político coletivo, quase todos os partidos de esquerda na Bélgica, têm uma menção à regularização de pessoas indocumentadas, nos seus programas. O coletivo tem, também, diversas audiências regulares com deputados, no Parlamento, e faz parte da PICUM (*Platform for International Cooperation on Undocumented Migrants*).

Os dois coletivos (CSPB e CASP) têm estratégias diferentes de ativismo. Enquanto o CASP luta pelo reconhecimento e obtenção coletiva de proteção subsidiária, tentando demonstrar que o Afeganistão não é um país seguro; a CSPB pretende responsabilizar o Estado pela regularização de todos os migrantes indocumentados, independentemente das circunstâncias nos seus países de origem. O Estado usa as

categorias administrativas (refugiado, indocumentado) para renunciar a esta equiparação, e ao reconhecimento de uma condição comum, de "indocumentado", porque lhe é mais conveniente dividir e redistribuir (Deleixhe e Vertongen 2016).

A estratégia discursiva do coletivo CSPB reivindica direitos incondicionais de todos os "indocumentados", rejeitando quaisquer atribuições de "ilegalidade", conferidas pelo Estado. Para o coletivo, são as políticas de migração que criam a ilegalidade, restringindo as vias legais de acesso ao território. Esta categoria é vasta o suficiente para incluir o CASP e todos os migrantes e requerentes de asilo que aguardam o reconhecimento de estatuto, sendo que a linguagem utilizada unifica os migrantes na sua condição de existência negada, silenciada, clandestina, estabelecida pelos mecanismos das políticas anti-migratórias (Deleixhe e Vertongen 2016). A união entre todos os migrantes sob a mesma condição, perante o Estado, é uma tentativa radical de restabelecer o poder, na regulação das fronteiras.

A luta do CASP é diferente. Apesar de aliado ao coletivo CSPB, o CASP permanece centrado no reconhecimento do estatuto dos seus membros, pelo seu direito à proteção internacional, ao abrigo da Convenção de Genebra. A sua reivindicação política diverge, assim, de exigências mais radicais pela regularização, acentuando a obrigação da Bélgica em garantir *pelo menos* proteção temporária aos afegãos (Deleixhe e Vertongen 2016). O movimento CASP não pede uma revisão legislativa, mas sim a aplicação rigorosa *da lei que já existe*, o que é visto pelos restantes migrantes indocumentados como uma forma de diferenciação deslegitimante.

Numa reunião entre os dois coletivos, a CSPB pediu aos porta-vozes do CASP que reconhecessem esta posição como um erro tácito, e que adotassem a estratégia política radical do CSPB, unindo-se ao grupo, de forma plena. Este pedido não foi aceite pelos porta-vozes do CASP, situação que foi percebida como um gesto de violência simbólica, por parte dos representantes do CSPB (Deleixhe e Vertongen 2016). O CASP tinha como intenção estabelecer uma aliança com o CSPB, sem abrir mão da sua condição diferenciada, e da sua luta particular. A exigência do CSPB passava pela expectativa de que o CASP renunciasse à posição moderada e personalizada que detinham, para abraçar uma visão ideológica mais lata. Esta divergência política, acabou por reintroduzir uma fronteira, entre as duas comunidades ativistas (Deleixhe e Vertongen 2016). Esta disputa, demonstra bem as consequências da interiorização das categorias artificiais de mobilidade, e das fronteiras impostas pelos Estados, pelas próprias pessoas em situação de mobilidade; nomeadamente a reprodução de divisões e violências, entre pessoas subalternizadas (Deleixhe e Vertongen 2016).

Nem todos os afegãos indocumentados são "políticos ou ativistas", conta Abdul, mas "aqueles que fazem o trabalho político, representam-nos a todos". O trabalho ativista do CASP concentra-se num esforço coletivo



para gerar mudanças políticas, mas também, ações individuais concretas. Abdul diz que o seu ativismo também se traduz em apoio pragmático, apoiando casos específicos.

“Por exemplo, um senhor afegão com 55 anos, que esteve em risco de ser deportado, permaneceu na Bélgica graças à intervenção do nosso coletivo e aliados. Com estas ações, vamos aprendendo como se fazem as coisas: neste caso do senhor afegão aprendemos tudo sobre a lei que permite aos cidadãos protestarem, quando querem ajudar alguém que vai ser deportado, lá no aeroporto. No avião quem manda é o piloto, por isso se os cidadãos que estão no voo se recusarem a permanecer no avião, com uma pessoa que vai ser deportada, e o piloto concordar que não há condições para fazer a viagem, ele pode decidir não voar, e a pessoa tem que de sair, escoltada pela policia. Este ato não tem quaisquer consequências para os passageiros. É assim que recrutamos ajuda da sociedade civil. (Abdul Azad, entrevista, setembro de 2019).

Seguindo a sugestão de Abdul Azad, visitei a Igreja de *Bèguignage* que, mais do que uma igreja, se transformou num centro de sensibilização sobre a migração, depois da passagem dos 450 afegãos. Acolhe, ainda hoje, diversas exposições relacionadas com o tema das migrações. No dia da minha visita, estavam expostas informações e uma série de fotografias contemporâneas, sobre a escravatura nos tempos modernos. Descreviam como é que os Estados Europeus usavam a mão de obra gratuita de muitos migrantes, em proveito de grandes empresas. Encontrei, ainda, uma escultura ao “migrante desconhecido”, uma homenagem imponente às mortes no Mediterrâneo, construída a partir de uma figura de gesso que se debatia com arame farpado.

No fundo da igreja, a um canto, por detrás de um painel de informações (com cartazes sobre as atividades dos coletivos *sans sapiers*), estavam expostas fotografias que testemunham e materializam na memória coletiva, o acolhimento aos ativistas afegãos. Entre os painéis de esferovite, estavam afixadas fotografias de marchas, de repressão policial, algumas cartas de reivindicação e de protesto, e até um monumento ao “*sanctuary*”, em material reciclado, que lembrava uma “casa de bonecas”. A passagem dos afegãos ativistas neste espaço, parece tê-lo transformado e reinventado num testemunho material, das lutas das pessoas em mobilidade na Europa.

As ações cidadãs de “não-cidadãos” (Darling 2017; d’Auria et al 2018) visibilizam pessoas que o Estado procura invisibilizar, facilitando que sejam ouvidos, e que possam encontrar um lugar de pertença, no espaço político. Stevenson (2003) insiste que estas novas cidadanias, pelo ativismo, precisam de definir novas formas de participação inclusiva, para que as minorias e as suas lutas sociais abram possibilidades de envolvimento dialógico, e desconstruam velhos hábitos. As lutas ativistas, por migrantes indocumentados, enquanto pessoas residentes na Bélgica, sem “autorização” para estarem presentes no espaço político, são um caso exemplar de cidadania de “não-cidadãos” (Daher e d’Auria 2018), particularmente relevantes para perceber que sim, podemos transformar a velha cidadania nacional, em cidadania cosmopolita.



Figura 27. Fotos do exterior e interior da Église de Béguinàge. Bruxelas, setembro 2019

### 6.2.2. Uma Plataforma de Cidadania

Maximilian Park and its surroundings have been significantly re-signified by the multiplicity of practices performed by non-citizens and their many related networks. By claiming these spaces and appropriating them for their use, non-citizens operate outside the normative sphere of what their illegal status allows, acting both as citizens and agents of contestation. In that sense a double enactment manifests itself in this condition, an enactment of the citizen and that of the non-citizen, both of which could not happen

in the same way without the enactment of Maximilian Park itself. The public park has shown its full capacity in this sense: it is not only a neutral, open space concerned with the intermixing of various groups, but it becomes a space entangled with the cosmopolitan posture of PCSR (*Plateforme Citoyenne de Soutien aux Réfugiés*) and the non-citizens it supports, who are “not only concerned with the ethical relations between self and the other, but seek an institutional and political grounding in the context of shared global problems” (d’Auria et al 2018, p.56).

A organização de iniciativas de solidariedade cidadã, em Bruxelas, surgiu como uma resposta coletiva à indignação (ao choque moral) pelas condições em que se encontravam as pessoas em situações de mobilidade. A *Plateforme Citoyenne de Soutien Aux Réfugiés [PCSR]*, fundada em 2015, nasceu como um projeto coletivo de solidariedade, que visava proteger os migrantes e refugiados que dormiam no *Parc Maximilien* da repressão policial e de outras violências do Estado. Numa entrevista à primeira porta-voz da Plataforma, Emma F. (nome fictício), ela ajudou-me a perceber as motivações que lançaram o coletivo cidadão. Emma apresentou-se como ativista e como fundadora de um movimento que pretendia que fosse “democrático, aberto, de afirmação política e de resistência” (Emma F., entrevista, setembro de 2019).

Emma tinha experiência prévia, como ativista, e como aliada do movimento *sans-papiers*. A sua ideia inicial, em 2015, era prestar algum tipo de apoio solidário, pragmático, às pessoas que dormiam no Parque *Maximilien*. Começando por criar uma “tarde de solidariedade ativista”, com os seus colegas do movimento *sans-papiers*, procurou dar visibilidade mediática ao que estava a ocorrer nas ruas de Bruxelas. O coletivo *sans-papiers* organizou uma atividade de distribuição de chá com biscoitos, no Parque e, junto com os refugiados presentes, organizaram uma manifestação de protesto. Este evento teve lugar dois dias depois da morte de *Alan Kurdi*, cuja notícia havia sido amplamente divulgada, pelos *media*. Esta associação do “evento Alan Kurdi” ao evento de “protesto cívico” poderá ter despoletado, segundo explica Emma, a enorme e rápida popularização do movimento na sociedade civil:

“Vieram centenas de pessoas ao parque, para participar no evento (que era público, no *Facebook*). Uma atividade que era suposto durar duas horas arrastou-se até às 23h. Foi então que cheguei a casa e tive a ideia de abrir uma página *Facebook* que designei “*Plateforme Citoyenne de Soutien aux Réfugiés*”, para ajudar a organizar a quantidade de apoiantes que me tinha falado das suas ideias, e dos materiais e atividades disponibilizados para o parque. No dia seguinte de manhã, a página já tinha dois mil *likes*! As autoridades foram apanhadas de surpresa, com este movimento ativista no parque, por isso deixaram que os cidadãos atuassem pacificamente (...) aos 15 dias de atividade, já tínhamos 20.000 seguidores na página do *Facebook*”(Emma F., entrevista, setembro de 2019).

A PCSR formou-se, assim, a partir de um gesto espontâneo de solidariedade cívica, e disponibilização de apoio pragmático, com forte significação política. A necessidade de estabelecer rapidamente uma coordenação organizada de tarefas, entre uma quantidade enorme de pessoas. com perfis distintos, gerou, no entanto, algumas dificuldades. Emma conta que “*nessa altura os anarquistas saíram, porque não queriam*

*participar de um movimento organizado, com hierarquias*". Segundo explica, o processo de organização da PCSR não correu como ela imaginava, por ser "demasiado grande", para se conseguir gerir de uma forma harmoniosa e consensual. Quando fundou o movimento, Emma imaginou-o como uma plataforma democrática, aberta, em que qualquer cidadão seria livre para organizar as atividades que entendesse, mas sempre com "forte responsabilização e independência moral e política".

"O nosso *mindset* inicial era o de desobediência civil, e de resistência política. A primeira assembleia geral conjugou 1500 pessoas participantes, nem todas com as mesmas ideias políticas. Algumas pessoas tinham experiência de mobilização popular, inclusivamente advinham de outras esferas ativistas (ativistas climáticos, movimento dos "indignados", etc), e eles ajudaram a organizar a multidão, em grupos de trabalho (educação, segurança, cozinha, limpeza, e até um "comité estratégico". O grupo de "coordenação", liderado por mim, organizava reuniões diárias sobre logística, para que todas as atividades e recursos fossem utilizados de forma equilibrada e sensata. Nesta altura, de vez em quando entrávamos às 6 da manhã e saíamos às 2 da manhã do dia seguinte. O nosso objetivo era mostrar muito mais que um trabalho "benevole", era resistir à ideia do humanitarismo e explicar como se pode lutar pelos direitos das pessoas. E até pelo direito à diversão! Tínhamos circo, teatro, cinema, escola, etc". (Emma F., entrevista, setembro de 2019).

O objetivo de criação de um "comité estratégico" no grupo, foi pensado como uma espécie de "gabinete de relações públicas", que visava responder de forma regular e rápida à intervenção da imprensa, que nessa fase mediatizava muito o trabalho da PCSR. A imprensa procurava dar conta dos movimentos políticos no parque, e como se posicionavam face às políticas nacionais, e europeias de migração. A exigência e a complexidade da intervenção cidadã foi, com esta pressão mediática, experimentando novos desafios, sobretudo porque era um movimento ainda recente, e sem uma identidade coletiva bem definida.

"Falhou-nos a perspetiva dos requerentes de asilo, nessa fase, agimos mais entre nós, por sermos um grupo de pessoas experientes em gerir comunicação e estratégia política. Uma pessoa fazia o *debriefing* aos media e imprensa política, e tomávamos decisões estratégicas: o que dizer se se fizesse A, B, C. Estávamos a dormir 3h por dia, nesta fase...é natural que houvessem decisões precipitadas" (Emma F., entrevista, setembro 2019).

As decisões tomadas pelo grupo de membros mais ativo na PCSR, designados de "coordenadores", foram sendo contestadas por outros membros do grupo, nomeadamente por grupos ativistas mais radicais. Emma dá como exemplo as divergências entre o grupo de coordenadores, e os ativistas do coletivo *sans-papiers*, "que era uma discordância ideológica e política", sobre a visão que cada um tinha para o Parque. Na perspetiva dos membros da coordenação, o objetivo da PCSR deveria ser "o encerramento do acampamento de refugiados no parque, o mais rápido possível", forçando as autoridades a providenciar uma habitação digna às pessoas que estavam na rua. Na perspetiva do movimento ativista *sans papiers*, esta era uma visão humanitária que não mudaria as injustiças políticas. Para eles, o parque deveria manter-se aberto, para dar visibilidade ao problema mais lato da migração. "As pessoas mais anarquistas estavam interessadas em

*manter o acampamento, porque era uma oportunidade para visibilizar e avançar politicamente, na causa dos sans-papiers, mais de 100.000 pessoas estavam há anos a lutar pela regularização”* (Emma F., entrevista, setembro 2019).

Para Emma, estas eram causas separadas: a *PCSR* estava implicada no apoio *aos refugiados*, mobilizando a quantidade de pessoas que conseguiu mobilizar, na sociedade civil, *por se centrar exclusivamente nos direitos dos refugiados*. Os ativistas *sans-papiers* tinham, na sua perspetiva, uma causa diferente, *“não se podiam deixar pessoas vulneráveis a dormir na rua, para que eles conseguissem chegar onde queriam.”* O discurso dos ativistas *sans-papiers* foi considerado, pelos líderes da *PCSR*, como um discurso “radical”, e de “de extrema esquerda”, nas palavras de Emma, por incluir noções “demasiado radicais”, por exemplo, *“no borders”* ou *“papers for all”*.

Esta divergência ideológica fez com que o auto-designado “comité estratégico”, que definia a política da *PCSR* perante os meios de comunicação social de forma moderada, fosse contestado, pelos membros mais “radicais”. Refletindo sobre este posicionamento político, agora à distância (Emma saiu da *PCSR* em 2017, depois de ter alguns desentendimentos), a fundadora da *PCSR* confessa ter-se sentido *“injustamente culpabilizada”*, pelas críticas dos seus colegas. Hoje, acha que sofreu uma *manipulação emocional*, que foi incompreendida e desumanizada pelos seus companheiros ativistas: *“aquilo foi longe demais”*. Na sua perspetiva, o desentendimento entre os membros do coletivo, que a levou a afastar-se do movimento, foi provocado por *“um misto entre egos, poderes e estilos de liderança”*. Contrastando esta vivência com o mapeamento emocional de Helena Flam (2002; 2005) foram os processos individuais e intersubjetivos do coletivo, nomeadamente a criação de hierarquias e de relações de poder, que acabaram por *resituar* Emma. A lealdade a um ideal político partilhado, foi criando um campo magnético emocional (Flam 2005), que fortaleceu os ativistas mais radicais, fiéis aos seus princípios, e deslegitimou a posição hierárquica de Emma, mesmo tendo sido ela a fundadora do movimento.

Este movimento de expulsão foi lento e gradual, tendo tomado forma a partir das relações de trabalho e de convivência social, no quotidiano do terreno. O funcionamento diário da *PCSR* foi-se organizando e tornando mais especializado, ao longo dos primeiros anos. Uma das iniciativas que tornou o movimento cidadão mais conhecido, foi o (ainda existente) acolhimento a pessoas em situação de mobilidade, em casas de solidários belgas.

*“Formaram-se três equipas: um call center, uma equipa de motoristas, para levar os refugiados às famílias, e as famílias de acolhimento. Estabelecemos um código de regras (por exemplo os homens solteiros não deveriam ficar em casa de mulheres solteiras, porque ouvimos situações chatas, das duas partes, como pessoas que esperavam sexo com os refugiados, ou vice-versa”* (Emma Frankart, entrevista, setembro de 2019).

Esta criação de formalidade, através de regras de convivência, foi gerando algumas tensões e discordâncias, de ordem moral e ética. Se, para alguns membros, as normas e códigos de “conduta” faziam sentido, e poderiam proteger, quer os refugiados, quer os solidários, para outros esta sugestão de normas e restrições morais era vista como uma imposição humanitária. *“Sempre houve certas dificuldades para estabelecer e lidar com estas regras, nunca foi pacífico.”*

O momento em que se deu uma rutura mais significativa, entre Emma e os seus colegas mais ativos na PCSR, foi quando, temporariamente, se conseguiu um edifício da Cruz Vermelha, para o qual foram transferidas as pessoas que estavam a dormir no parque. A mudança de um espaço público para um espaço confinado, transformou as divergências, já existentes, de ordem moral e política; em conflitos interpessoais.

*“Com a passagem para o edifício, fechou-se o acampamento, mas em vez de colocarmos sinais a dizer “fechamos”, dissemos: “Não fechamos, mudámo-nos” e dávamos a morada do edifício ocupado. Mas claro que a passagem a um edifício institucionalizou o tipo de apoio que nós prestávamos, e exacerbou ainda mais os nossos já existentes conflitos internos”* (Emma F., entrevista, setembro de 2019).

Emma recorda este período da sua vida como um “turbilhão emocional”, em que se sentiu muito insegura e “culpada”, pelas suas escolhas e convicções morais, éticas e políticas. *“Houve uma nova assembleia geral, para decidir como proceder daí em diante, e eu propus o meu cargo a votação...se houvesse alguém que quisesse ficar como coordenador, poderia ter decidido fazê-lo, mas ninguém quis”*. A continuidade no cargo de liderança foi, nesta fase, muito difícil, pelas constantes disputas e discordâncias internas, das quais Emma ressalta algumas questões de género e de classe relevantes.

*“Comecei a sentir-me posta em causa, pessoalmente, e creio que a minha própria personalidade e história pessoal se misturaram com estas questões relacionais. Sentia uma vigilância e visibilidade social e política que talvez me tornassem, até, um pouco paranoica, insegura, e com dificuldades para gerir o meu trabalho e as relações com os pares. Cheguei a tentar uma atividade coletiva, do género “team-building” com algumas atividades de autocuidado (massagens, comida saudável), na expectativa de “conciliar e harmonizar” a equipa, mas o resultado foi catastrófico. Perante os meus colegas, todos homens, fui chamada de “bourgoise”, e eles decidiram ir comprar álcool para se divertirem, à maneira deles. O fim-de-semana de autocuidado tornou-se um pesadelo violento. Creio que me senti questionada, na minha legitimidade como mulher líder, e que isto se tornou insuportável na rotina das nossas atividades coletivas, depois deste evento(...) mas a gota de água foi quando se decidiu colocar seguranças à porta do nosso edifício ocupado. Para mim, esta foi uma metáfora de tudo aquilo pelo qual eu não lutei neste processo...o exato oposto”* (entrevista, Emma F., setembro de 2019).

A PCSR reconstruiu-se, com nova liderança, e mantém-se muito ativa na cidade de Bruxelas, embora agora, a maioria das pessoas em situação de mobilidade que são apoiadas estejam em situação de trânsito. Depois da destruição do campo improvisado de Calais, muitas pessoas utilizam o Parque Maximilien como um espaço de transição, entre fronteiras, sobretudo aquelas que procuram chegar ao Reino Unido. Emma vê pouco futuro na situação atual: *“o problema que estão a tentar impactar não tem solução, trata-se de*

migrantes que estão em trânsito, não querem ficar na Bélgica”. Se, na dimensão macropolítica, Emma tem muito pouca esperança de mudança, já na dimensão micropolítica, consegue perceber intensas transformações positivas, trazidas pela “energia da solidariedade coletiva”, e pelo “poder de 40.000 pessoas”. Emma destaca, a este respeito, as mudanças pessoais e familiares, provocadas pelos “eventos de encontro”, na intimidade das casas dos cidadãos solidários, cujas ações cidadãs já conseguiram operar uma transformação, na comunidade local.

No meu trabalho de terreno em Bruxelas, entre setembro e meados de outubro de 2019, encontrei a nova PCSR, na sua versão reformulada, que agora incluía diversos projetos paralelos, nomeadamente, duas unidades de alojamento diário (a *Porte d’Ulysses*, para homens; e a *Sister’s House*, para mulheres). A organização e coordenação das atividades solidárias quotidianas continuava a ser feita a partir da página do *Facebook*, mas já existia uma sede oficial (um espaço com escritórios e uma escola), cedido pelas autoridades locais, e uma equipa remunerada, fixa, incluindo dois coordenadores a tempo inteiro.

Moreover, volunteers and citizens begin to denounce the inhumane treatment of migrants by means of legal action, and PCSR intensified its lobbying through demonstrations and expanded its protection of migrants by hosting them in private homes. From september to november 2017, 50,000 overnight stays were facilitated by PCSR, while tensions continued between various government levels either in favor of or against the opening of the night shelter in Haren. As contentions persisted, in the space of a few days PCSR mobilized Maximilian Park again as a space of visible migrant support (Daher e d’Auria 2018, p. 64).

A nova PCSR reunia uma série de ações estruturadas, e até institucionalizadas, com horários e equipas de trabalho; mas também mantinha uma série de ações ativistas, como a vigilância e as denúncias de repressão policial sobre migrantes, protegendo-os ativamente de rusgas, no Parque.

“*Since Maximilian Park has become a borderland, it has also become the platform’s main meeting point for the dispatch of action. Every night at 7 pm, a Facebook-organized group meets at the park to deploy its activity between those that host, drive and distribute*” (Daher e d’Auria 2018, p. 66). Efetivamente, observei este mecanismo de organização solidária, durante o trabalho de terreno. Pelas 19h, havia sempre uma equipa de voluntários, cujas tarefas se distribuíam entre: 1) localização de pessoas que precisavam de alojamento, para distribuir pelos espaços disponibilizados pelos *hébergeurs* voluntários, através do *Facebook*; 2) transporte de pessoas aos respetivos alojamentos, por *taxitoyens* (motoristas voluntários); 3) distribuição de informação a recém-chegados. Para além disso, vários pequenos coletivos independentes, associados à PCSR, geriam de forma coordenada outras tarefas de apoio pragmático aos migrantes no Parque (alimentação, distribuição de roupa, etc).



Figura 28. Exemplos de publicações diárias, Facebook, PCSR

Durante o trabalho de campo, acompanhei o trabalho diário de um desses pequenos coletivos independentes, designado de *Cuistots Solidaires*. Tendo sido alojada em casa de um dos membros da equipa, pude observar o seu funcionamento rotineiro. Os *Cuistots Solidaires* tinham uma equipa de recolha de produtos alimentares, cozinha e distribuição de alimentação, e iam ao Parque *Maximilien* alternadamente, duas vezes por semana. De manhã, recolhiam pão quente, carne, vegetais e outros produtos alimentares, cedidos por uma rede informal de restaurantes, padarias, pastelarias e supermercados solidários. A equipa reveza-se, entre si, para auxiliar nestas diferentes tarefas, e o dia terminava com a distribuição dos produtos alimentares no Parque *Maximilien*, pelas 19:30h. Amelia (nome fictício), uma das voluntárias nos *Cuistots Solidaires*, contava que, uma das coisas que mais a *comoveu*, no Parque, foi ver um dos migrantes, que chegou atrasado à distribuição de comida, “dar a única banana que restava a uma das raparigas migrantes”:

“Eu estava a ajudar na distribuição das sopas, e vi logo que não tínhamos comida suficiente para todos. Comecei a ver a comida a desaparecer da panela, e a fila de pessoas que não terminava. O A. chegou mesmo no fim, estava cheio de frio, e disse-me que não tinha comido nada o dia todo. Dei-lhe a única banana que restava, sentindo-me muito mal por não ter mesmo mais nada para oferecer. O A. recebeu a banana e agradeceu-me, disse-me para não me preocupar! A mim! Disse-me que amanhã vinha mais cedo. E de repente vejo uma rapariga magrinha a chegar, atrás dele, a perguntar se ainda havia alguma coisa para comer. E o A. deu-lhe a banana a ela. Não dividiu, nem comeu nada, nada, mas eu sabia que ela estava cheio de fome, e aquilo comoveu-me muito” (Amelia, *Cuistots Solidaires*, entrevista, setembro de 2019).



Este relato de Amelia é um exemplo de um dos momentos de “encontro” que proporcionam, a partir da emoção e da intersubjetividade, um espaço de transformação pessoal no compromisso solidário.

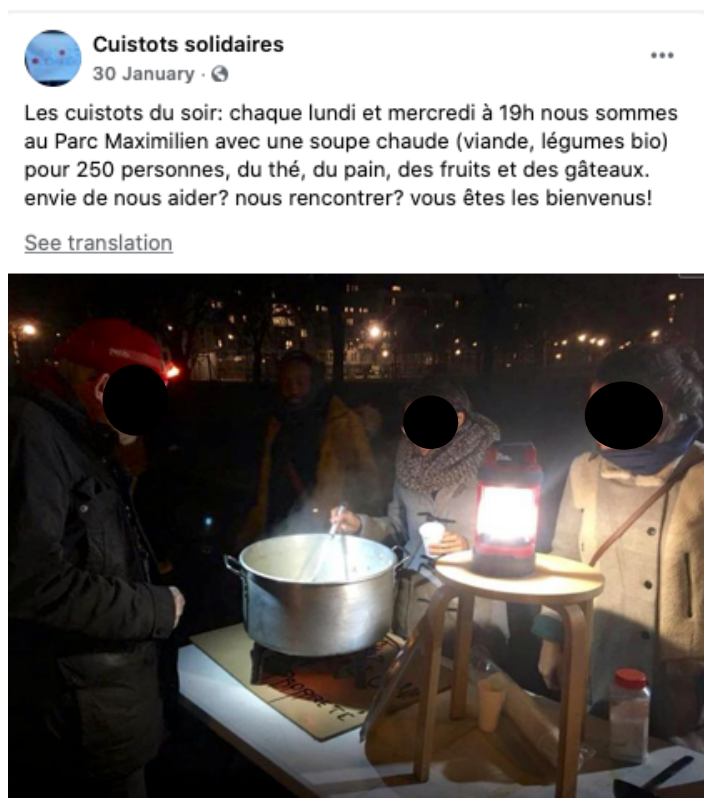


Figura 29. Exemplo publicação Facebook Cuistots Solidaires

Em setembro, à noite, já se fazia sentir o frio, e vários *transmigrantes* (classificação atribuída aos migrantes em trânsito, de acordo com Shiller et al. 1995), sem-abrigo, vinham pedir alojamento, sobretudo casacos, botas quentes e roupa impermeável, para suportar a chuva. Os *transmigrantes* são sujeitos móveis, que criam socialidades à medida que vão passando por distintas comunidades de acolhimento (Shiller et al. 1995; Levitt e Shiller 2004). Nos encaminhamentos diários de pessoas, para os alojamentos disponíveis, na rede solidária da PCSR, nunca é possível ajudar todas as pessoas que estão no Parque, por isso faz-se uma “triagem”, baseada no *grau de vulnerabilidade*. “Tenta-se que nenhuma mulher nem nenhum menor fiquem na rua”, segundo explicaram os membros da PCSR no Parque. Souleymane (nome fictício), um dos “transmigrantes” que conheci no Parque, explicou-me os procedimentos:

“Nós fazemos o possível para que nenhuma *irmã* fique na rua. Mesmo que eu tenha frio e me sinta doente, vou sempre dar prioridade a uma *irmã*, porque elas estão em desvantagem, e nós temos que as defender dos riscos que elas correm, aqui na rua (observação participante, Souleymane, setembro de 2019).



## HÉBERGEMENT PLATEFORME CITOYENNE

### 🔍 CHERCHE HÉBERGEMENT POUR JEUNE FILLE

Bonjour les solidaires,

Une demande un peu particulière... Pour une **jeune fille** qui a traversé des chemins empreints de violences, nous sommes à la recherche d'un hébergement calme et sécurisant où elle pourra se retrouver **uniquement avec des femmes** (sans autres invité.e.s de sa communauté/sans hommes dans la maison).

Idéalement sur Bruxelles et pendant quelques semaines, le temps de mettre en place un suivi médical et de préparer le suivi social avec le SISA.

Vous êtes le miracle qu'on cherche?

Figura 30. Exemplo publicação PCSR buscando alojamento prioritário

Os *transmigrantes* são, desta forma, influenciados pelos processos de controlo impostos pelos Estados-Nação e pelos cidadãos, mas criam novas possibilidades de existência, desafiando ativamente as fronteiras (Shiller et al. 1995). São um exemplo de “cidadania por não-cidadãos” (d’Auria et al 2018) neste caso, aliando-se à sociedade civil, para a formação de um espaço de hospitalidade cosmopolita subversivo, onde a sua *transgressão*, foi transformada em mobilidade e resistência. Neste espaço de socialidades, as regras de convivência estipuladas, advêm de negociações morais e intersubjetivas, sobre as necessidades e prioridades das pessoas em mobilidade.

“Issa ri-se. Tem um sorriso aberto, franco, e fala com um tom de voz calmo e reflexivo. Durante a hora em que estivemos a conversar no Parque, conta que esteve 3 anos na Suíça, onde aprendeu francês, e já se estava a adaptar, à comunidade, mas foi-lhe negado asilo 3 vezes “é o máximo de vezes”, explica, “tive que me vir embora, não me deixaram ficar mais tempo”. Tentou ficar no Luxemburgo, mas diz “ai ainda foi pior, não consegui aguentar muito tempo.” A sua ideia agora, depois de alguns meses em França e na Bélgica, a dormir na rua, em parques, como sem-abrigo; é ir para Inglaterra. “Ouvi dizer que lá seria melhor o acolhimento e tenho alguns amigos meus por lá, que me podem ajudar, se conseguir lá chegar, claro. *Inshallah*” (Issa [nome fictício], observação participante, Parque *Maximilien*, setembro de 2019).

A *Porte d’Ulysses* é o albergue noturno gerido pela PCSR, no bairro de *Schaerbeek*, com capacidade para 350 homens. Durante a minha estadia em Bruxelas, trabalhei uma noite, como voluntária (no dia do ano novo etíope) nesta infraestrutura, para melhor perceber o seu funcionamento e dinâmica.

“Entro e sou recebida por uma das pessoas responsáveis pela gestão, naquela noite. Explico-lhe que venho disponibilizar-me para o trabalho voluntário, a convite da coordenadora. “Hoje há muitas pessoas responsáveis, mas certamente encontraremos algo para fazer”. Acompanhou-me ao escritório, onde vários outros *benevoles*, alguns com um colete típico de ONG, com o logo da PCSR, se encontravam reunidos. Sou instruída a deixar ali os meus objetos pessoais, e outro voluntário faz-me uma espécie de *tour* das instalações. A organização é meticulosa: na entrada, cada pessoa deve estar pré-registada: ou já veio mais vezes e o seu nome consta de uma aplicação com nomes e fotografias, ou vem pela primeira vez e faz-se novo registo. Cada migrante tem um cartão e uma senha, que lhe dá direito a lençóis e atalhados lavados, uma cama individual e o acesso a um chuveiro coletivo e máquina de lavar roupa.

Há um armazém com cacifos, em que se podem deixar as malas, e explicam “são revistos todos os meses, e são retirados os objetos pessoais das pessoas que “desaparecem”, para dar lugar aos novos”. A cozinha do albergue conta com vários voluntários que diariamente cozinham e limpam para todos, e hoje preparavam a celebração do ano novo etíope. Numa sala de convívio estavam dispostas mesas, sofás e jogos de matraquilhos e, na sua continuação, havia um refeitório enorme, onde se acumulavam já as *injeras* e os tabuleiros de comida, pronta a ser servida. As mesas baixas, do género cantina escolar, estavam postas com pratos e talheres de plástico, dispostos para umas 100 pessoas sentadas. A sala estava decorada com balões e motivos festivos, e a música ambiente era da Etiópia. Um dos organizadores atribui-me um posto de trabalho até as 22h. Como ia pela primeira vez, colocaram-me na mesa de distribuição de kits de lençóis e atoalhados, com duas voluntárias. Ana, membro da plataforma desde o seu início, e Irene, que vem pela primeira vez. A voluntária mais antiga explica-me que sempre acolheu migrantes em sua casa, desde o início: “Mas começou a ser complicado”, conta, “dava-me muita pena quando os miúdos desapareciam, e se metiam nos camiões para tentar a sorte em Inglaterra. Agora, acolho só aqueles que querem ficar na Bélgica, e somos como uma família”. Irene, a outra voluntária, acabava de chegar de Lisboa. Disse-me: “Fiquei muito surpreendida por ver que havia tantos africanos em Lisboa. Não sabia. Talvez os portugueses se sensibilizem com a PCSR, porque vêm de um país em que há tantos africanos, não é?”. Ana intervém, incomodada com o discurso de Irene, dizendo, “como qualquer outra pessoa, perante esta situação que é tão difícil”. Começam os trabalhos. Os migrantes chegam ordenadamente e estendem de imediato as suas senhas, para receber os *kits* de lençóis e atoalhados. Claramente, já sabem como “funciona”. Alguns, com maior vontade de socializar, trocam umas palavras em francês ou inglês, outros estão tão cansados que nem dizem nada. Irene articula, para os que não dizem nada: *Bonsoir*, como que educando-os a ser mais “bem-educados”. Ana parece perder a paciência, quando tem que repetir muitas vezes “não, hoje não há escovas de dentes. Nem sempre se arranjam doações”. A linha continua por mais de uma hora, e enquanto vou continuando a distribuição, Ana e Irene desaparecem. Um dos organizadores vê-me sozinha pelas 21h, e arranja-me uma substituta. O refeitório está completamente cheio, nesta altura, e dança-se e cantam-se músicas *habesha*, da Etiópia e da Eritreia. A convivialidade dura, pela noite fora, até os voluntários irem saindo, pouco a pouco. Eu saio pelas 23h e, antes de sair, vejo um grupo de 8 migrantes à porta, a apanhar chuva. Contaram-me que “não tinham vagas para entrar, por isso os seguranças não os deixaram passar”. (Observação participante, Porte d’Ulysses, setembro de 2019).

Por detrás da organização, ao detalhe, deste equipamento, estava uma rede informal de solidários que incluía não apenas pessoas, individuais, mas também empresas e pequenos negócios locais (os lençóis e toalhas eram lavados diariamente por uma lavandaria parceira, a comida era doada por restaurantes, cafés, supermercados e empresas locais, e vários materiais de apoio eram, também, donativos). Os voluntários que conheci, durante a minha visita, tinham perfis muito diversos, mas eram, na grande maioria, mulheres, de várias idades. A disponibilidade dos voluntários era organizada pelos trabalhadores regulares, pagos pela PCSR, situação que potenciava o contacto entre múltiplas pessoas, ao longo da semana.

Para além deste albergue noturno e da *Sister’s House*, uma casa mais pequena, destinada ao acolhimento de mulheres, havia um *Hub* Humanitário de apoio ao Parque *Maximilien*, onde se concentravam as ONG. Entre elas, estavam os Médicos Sem Fronteiras, os Médicos do Mundo, e a Cruz Vermelha. Na minha primeira

visita a este *Hub*, acompanhei um dia de distribuição de roupa, em que dezenas de pessoas se aglomeravam, para conseguir aceder aos serviços.

Às segundas, terças, quintas e sextas, o *Hub Humanitaire* está disponível para os residentes do *Parc Maximilien*. Aí encontrei equipas humanitárias dos MdM, MSF e Cruz Vermelha, e também a *Plateforme Citoyenne* e o Movimento Jovem, que partilhavam o espaço. Caminhei quase 4 km, desde a paragem de comboio e, depois de passar por zonas residenciais com lojas, cafés, museus e palácios, em *Molenbeek*, cheguei à *Avenue du Port 100*, ao lado do canal, e do ponto de referência *Tours and Taxis*. A avenida era infundável, numa zona industrial de armazéns, fábricas, escritórios e sedes de empresas. A rua é extremamente poeirenta, e não há mais de um ou dois autocarros a circular (a maior dos transeuntes caminha ou viaja em bicicleta). A entrada do *Hub* é um portão de ferro, que parece ter sido em tempos um armazém e, a primeira imagem, logo à entrada, é um conjunto enorme de caixotes do lixo, cheios, a abarrotar, de cartões e de papelão. Mais adiante, vejo dezenas de homens jovens, alguns sentados à sombra do muro, outros debaixo de uma tenda improvisada, já gasta e com vários buracos. À direita, havia um edifício com janelas gradeadas e, na entrada, duas pessoas com coletes das ONG, munidos de porta-notas, com as marcações do dia. Ninguém me perguntou nada, deixam-me entrar, como se pertencesse a alguma das ONG. No corredor estreito, de acesso ao edifício, vejo um segurança fardado. Também não me perguntou nada, e deixa-me entrar, sem estranhar a minha presença. À direita, numa sala de atendimento com a porta aberta, uma jovem conversava com alguém, numa mesa de reuniões. À esquerda, havia uma fila de mesas grandes, de madeira, com bancos corridos, onde as pessoas aguardavam a sua vez. Vem imediatamente ter comigo uma rapariga, vestida de segurança, com um daqueles microfones que se prendem à cabeça. Pergunta-me o que quero e digo-lhe que venho conversar com um voluntário da *Plateforme*. Diz-me que é impossível falar com alguém hoje, porque têm muito trabalho. À saída, uma rapariga com o colete dos MdM faz-me um gesto para me encostar à parede e passa, apressada, dizendo em voz alta: “acabou, só há senhas para as 15:30h!” Muitas pessoas, já “despachadas”, vão regressando ao parque, com almofadas, sacos-cama e sacos de compras. Estariam umas 100 pessoas, no mínimo, entre quem esperava dentro e fora do edifício. “Só as mulheres têm prioridade”, diz-me um dos migrantes em espera, desiludido. “Elas não necessitam de senhas, porque são imediatamente encaminhadas aos serviços”. Apesar da tremenda organização e do trabalho diário, oferecido aos migrantes, senti uma desumanidade imensa neste espaço periférico, a meio dos armazéns e fábricas desta avenida remota e poeirenta da cidade. Talvez fosse o seu simbolismo implícito de “não-pertença” no resto da cidade. (observação participante, *Hub Humanitaire*, setembro de 2019).

A *PCSR* constitui-se, na atualidade, como uma organização em regime *híbrido*, entre a solidariedade informal, o apoio humanitário e algum financiamento público. Conta com 1) os *hébergeurs* (“existe uma rede de mais de 10.000 famílias que, em algum momento, acolheram requerentes de asilo nas suas casas, muitos fazem-no regularmente”, de acordo com os coordenadores atuais); com 2) os *taxytoyens* (“temos os motoristas, que dão apoio aos *hébergeurs* e aos cozinheiros”); com 3) os trabalhadores e voluntários do *Hub* Humanitário; com 4) os voluntários que dão aulas, na Escola da *PCSR*; com 5) as equipas de apoio às estruturas de alojamento partilhado; e com 6) a equipa de coordenação. No total, a *PCSR* engloba cerca de 43.000 pessoas, entre os perfis mais ativos, e os simpatizantes (pessoas que colaboram de forma pontual).

Durante o meu trabalho de terreno identifiquei, entre os diferentes membros, algumas tensões e visões ideológicas díspares. Uma das questões de discórdia mencionadas, por alguns interlocutores, foi a passagem

da “associação de voluntariado informal”, para uma “organização humanitária financiada pelo município”. Internamente, esta mudança gerou algumas diferenças no *status quo* e nas responsabilidades assumidas pelos membros. Por exemplo, passaram a existir voluntários que faziam o mesmo trabalho que outras pessoas que eram, agora, remuneradas, o que gerou tensões interpessoais e hierarquias. Tendo-se iniciado como uma associação espontânea, democrática, com ambições ativistas; esta criação de regras e de hierarquias institucionais, parecia gerar novas complexidades.

A institucionalização do apoio, evidenciada pela minha observação participante no albergue masculino, parecia comportar algumas contradições com o ativismo político. As regras e a formalidade, fundamentais na organização de um alojamento coletivo para 350 pessoas, mas são fáceis de consensualizar entre milhares de voluntários com diferentes perfis e expectativas políticas. Por outro lado, tendo a PCSR a ambição de integrar, na equipa, migrantes e refugiados com uma longa relação com o coletivo; arrisca, com um modelo institucional, reproduzir mecanismos de desigualdade entre poderes e privilégios. Na página de internet da PCSR, a autodescrição do coletivo demonstra algumas ambivalências latentes, entre o discurso humanitário, e o discurso de cariz político e ativista.

“Despite all of the work the Platform has done, it does not wish to replace the Belgian State, which has a series of obligations towards asylum seekers in accordance with European and international law. Nevertheless, the spirit of solidarity that has been shown towards the forcibly displaced, as well as the flaws of Belgian immigration policy, remains (...) The Platform aims to be a place where people can meet and be together, where they can nurture ideas and initiatives that promote solidarity between citizens and migrants. The Platform will work to consolidate the efforts that have been done thus far by the different groups that compose it, including offering support to people during and after their asylum procedure through the provision of legal aid, translation and other services. The Platform will engage in awareness-raising activities and mobilize people around migration issues. To do this, it will create synergies with organizations already active in Belgium and elsewhere in Europe” (página da PCSR<sup>164</sup>, [consult. 3 novembro de 2019]).

Através da comunicação virtual regular, nas redes sociais, os membros da PCSR foram criando uma linguagem comum, de pertença, para poderem expressar a sua identidade coletiva, e construir uma abordagem original, à solidariedade. As palavras *amigrantes* e *vnous*, são dois dos neologismos mais utilizados (amigrante, coloca o prefixo, *ami* [amigo em francês], na palavra migrante e *vnous* é um composto da forma plural *vous* e “nós”[*nous*]. Os membros do grupo são instruídos a não utilizarem nomes verdadeiros, nas páginas públicas, mas são encorajados a partilhar as suas histórias e experiências de encontro mais íntimas e transformadoras. Ao fazê-lo, os membros da PCSR vão tecendo um ambiente emocional positivo, de entreajuda, mutualidade e compreensão; expondo também as suas dificuldades, e as difíceis realidades que

---

<sup>164</sup> Página disponível [em linha]: <https://www.bxlrefugees.be/en/qui-sommes-nous/> [consult. 30 nov. 2019]

os migrantes lhes expõem. Um grupo de membros criou, por sua iniciativa própria, um grupo de *Facebook* de ajuda mútua virtual, para poderem pedir ajuda, dar conselhos, encorajamento emocional e recomendações, uns aos outros.

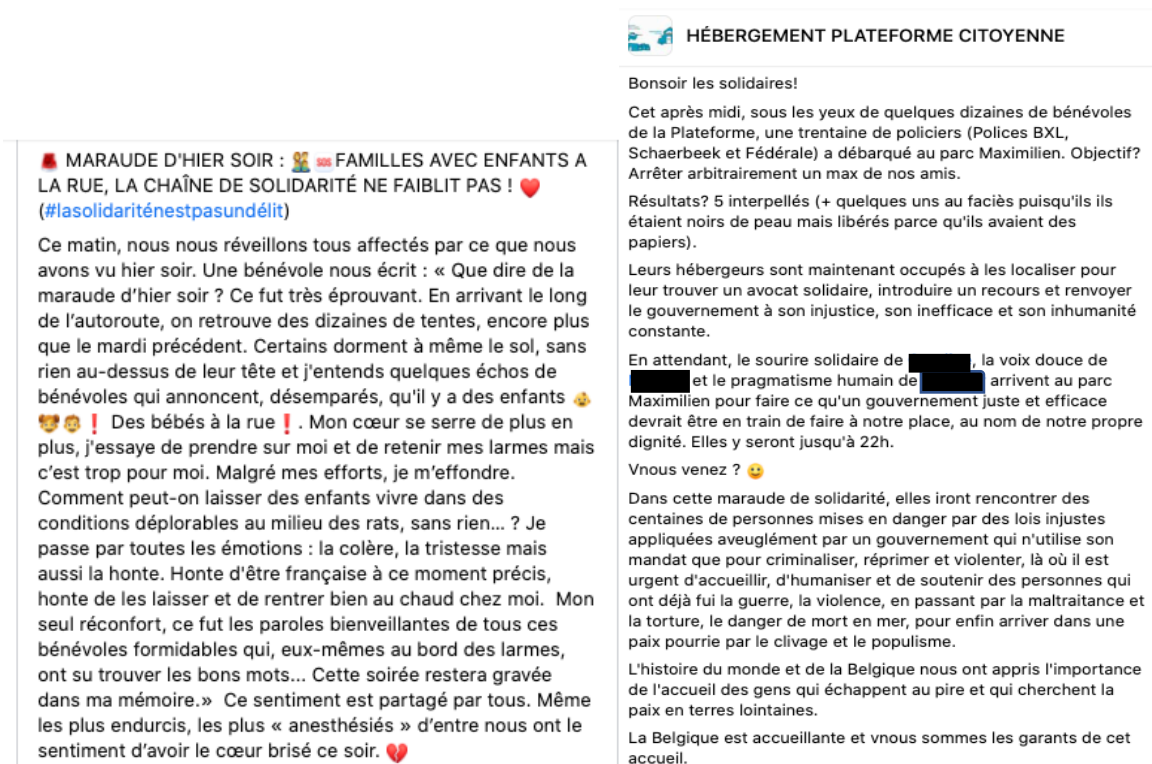


Figura 31. Exemplos de publicações, Facebook, membros PCSR

Estas mensagens diárias, na página *Facebook* da PCSR, além de se centrarem em aspetos pragmáticos e de organização, contêm mensagens constantes de partilha emocional mesclada com incentivos à luta, à resistência política, e à oposição face às políticas de governação das mobilidades. Maria (nome fictício) contou-me que a maioria das pessoas que participam regularmente nas atividades “*são de classe média, com escolaridade elevada e convicções políticas fortes*”, e que “*muitas são antifascistas, contra as fronteiras, anti-governo, ecologistas, etc*”. No grupo de amigos mais próximos de Maria, “há pessoas entre os 15 e os 75 anos, que se dedicam a esta causa de forma diária”, que “*incorporaram o ativismo e o voluntariado nas suas vidas*”. Mas também “*muita gente que não se quer envolver em política, ignorando o facto de toda a ação ser, já em si, um ato político.*”

“Há muita gente que fica com medo quando há que dar a cara. Se eu precisar de dizer em público que sou a Maria, desta organização...isto já não...já assusta muita gente. Também há muita gente a questionar se há consequências legais para alojar migrantes nas suas casas, se estão a incorrer num crime, etc. Ora eu não percebo isto. A solidariedade precede a legalidade, quem ajuda deve ter esta convicção” (Maria, entrevista, setembro de 2019).

Uma das questões que se foi repetindo, à medida que entrevistei os membros da PCSR mais antigos, que acompanharam todo o processo de constituição e transformação da PCSR, foi a dificuldade contínua de “harmonização”: *“há muitas vozes e muitas divergências”*. Outra questão apontada foi a dos “egos”, vista como fator de desentendimento contínuo e de “diálogos cruzados”, entre pessoas com perfis distintos. Ainda assim, o posicionamento político foi mencionado como um maior fator de discórdia mais significativo: *“muitos voluntários afastaram-se da PCSR ou diminuíram a sua presença em eventos e atividades coletivas, por discordarem da forma como se abordam as questões políticas ou mesmo como se tratam os migrantes/refugiados.”*

Para Abdul Azad, do CASP, a PCSR não é “muito política”, e o seu trabalho não produz incidência suficiente sobre “os problemas de migração belgas”.

*“Há mais de 100.000 pessoas indocumentadas na Bélgica, à espera de condições para viver condignamente, e que querem ficar na Bélgica. Há muitos requerentes de asilo, como nós, que precisam de apoio para conseguir manter-se no território nacional. Mas os transmigrantes, apoiados pela PCSR, não estão cá para ficar, muitos só estão aqui porque Calais foi desmantelado”* (Abdul, entrevista, 2019).

Outra questão de discórdia, é a sustentabilidade das iniciativas de solidariedade; nomeadamente, como se devem relacionar com os financiadores, que tipo de financiadores se devem aceitar, etc. Justine (nome fictício), voluntária desde 2015 disse-me: *“a partir do momento em que entrou dinheiro, estragou-se tudo”*. A luta pelos recursos, pela sustentabilidade económica, bem como a necessidade de gerar empregabilidade aos membros mais dedicados, parece ter gerado alguma desconfiança e suspeita, entre pares. Registei diversos comentários críticos, à abordagem humanitária da PCSR, que se inserem numa visão ideológica, contrária ao governo humanitário. Por exemplo, um interlocutor dizia *“estamos a tornar-nos parte do sistema, em vez de um coletivo incómodo para o sistema”*.

Por outro lado, poderia ser a sensação de impotência, face à imutabilidade do sistema, e a ausência de mudanças estruturais impactantes, a funcionar aqui como um fator de desmotivação, projetado sobre os “responsáveis visíveis”, isto é, os coordenadores da PCSR. Maria salientou que, *“a maioria dos participantes na PCSR, são eleitores de esquerda”*, o que faz com que as suas expectativas face à atuação da PCSR se mantenham claramente políticas. Outro membro antigo disse-me que *“há na PCSR pessoas de todos os espectros ideológicos, incluindo alguns idosos, habituados a votar na direita conservadora”*. No entanto, ao alojarem pessoas em suas casas, estes “conservadores de direita”, parecem acabar por tornar-se aliados das pessoas em situação de mobilidade, reconhecendo nestas vivências, problemas políticos e condições sistémicas e estruturais que desconheciam, anteriormente.



Figura 32. Foto porta de entrada de Maria, interlocutora em Bruxelas, setembro de 2019

A construção de uma identidade comum, de ação coletiva solidária, exige uma série de compromissos individuais, por parte dos membros associados. Por um lado, a adesão e o engajamento, dos indivíduos num coletivo, exigem uma identificação com o grupo, e algum grau de compromisso. Por outro lado, a expressão individual e intersubjetiva, influencia a construção de relações e a atualização da própria identidade coletiva. A sustentabilidade de grupos solidários como a PCSR é, portanto, fluida: algumas pessoas juntam-se e partem, após períodos de tempo relativamente curtos, outros permanecem engajados por longos períodos de tempo e outros, ainda, podem manter um grau superficial de engajamento, ou estar envolvidos em diferentes grupos e redes sociais, simultaneamente (Hansen 2019).

Simon e Klandermans (2001, cf. Hansen 2019) referiram-se à "identidade coletiva politizada", para caracterizar esta identificação intensificada, em grupos ativistas, que lutam contra injustiças sociais. A criação de um "vnous", como um "nós" único e original, próprio da PCSR é, uma forma de simplificar a diferenciação, tornando-a num coletivo especial, e afastando-a de "outros grupos", neste caso, todos aqueles que se situam "do outro lado" do espectro político-ideológico.

Há razões de adesão à PCSR muito diversas, entre os seus milhares de membros. Durante o trabalho de terreno, observei muitos eventos sociais e reuniões entre voluntários, percebendo como as pessoas incorporavam aquelas ações de apoio nas suas vidas pessoais. No livro editado pela própria PCSR, "Perles



*d'Accueil: quand la solidarité s'organise*" (PCSR, 2019), estão expostas algumas reflexões pessoais, de membros do grupo, sobre as suas experiências de acolhimento. O livro baseia-se nas publicações diárias dos membros da PCSR, no *Facebook*, e foram escolhidas pelos coordenadores (com a autorização dos seus autores); destinando-se as receitas das vendas ao trabalho da PCSR. As reflexões incidem, sobretudo, nas experiências de encontro e transformação, entre os "*hebergeurs*" (pessoas que acolhem) e as pessoas em situação de mobilidade que ficaram nas suas casas. Ao longo de 160 páginas, os participantes, não identificados, vão contando as suas histórias e as dos migrantes (a partir da sua perspetiva); refletindo sobre emoções, afetos, lutas e obstáculos.

"O primeiro acolhimento faz-nos perceber que a cadeia de solidariedade que seguimos de longe, sem nos envolvermos, é muito real. Assim que decidimos começar, para nos tornarmos *hébergeurs*, os contactos seguem-se uns aos outros, falamos uns com os outros como se nos tivéssemos conhecido há muito tempo. Entendemo-nos, rapidamente usamos a mesma linguagem. Sentimos que pertencemos à mesma família. Senti isso mesmo quando fui protestar, no sábado, 13 de janeiro. Uma verdadeira solidariedade, uma emoção devoradora, um desejo de ajudar, uma cadeia de bondade. Sim, existe. Não é um conceito utópico, de um livro de religião, é uma cadeia humana que é criada para ajudar outros seres humanos. É muito emocional" (PCSR, 2019, p. 62).

Em muitos dos testemunhos recolhidos, são ressaltadas as transformações emocionais, a partir da sensação de reconhecimento, pelos pares, da "pertença a algo maior", e das consequências, sobretudo na forma como as pessoas se vão politizando, ao envolver-se nas vidas dos seus hóspedes, através dos encontros e da intersubjetividade da partilha.

"Eles chegam! Tímidos, gentis, desconfortáveis, cansados, mas sorridentes. Estes dois dias com eles mudaram as nossas vidas. Os seus olhares mostram o que sofreram, mas também brilham quando falam do seu sonho. E quando, no final do fim de semana, depois dos filmes a que assistimos juntos, das refeições partilhadas, das gargalhadas, nos dizem que quando se instalarem em Inglaterra, vão convidar-nos também para a sua casa, vêm-nos as lágrimas, queremos gritar injustiça, gritar a nossa raiva. Por que não lhes damos os papéis? Pergunte ao meu filho. Porque é que eles são presos, são tão simpáticos! Não fizeram nada de mal!" (PCSR 2019, p. 97).

Noutros testemunhos, salienta-se a expansão das redes solidárias informais, e a colaboração com plataformas transnacionais. Os solidários da PCSR solicitam, frequentemente, contactos de solidários informais e ativistas noutros países, estabelecendo com eles "pontes" de apoio informal e "encaminhamento", dos seus hóspedes. Estas redes funcionam como um prolongamento das relações solidárias e, muitas vezes, permitem a continuação das relações solidárias, para lá das fronteiras.

"Hoje, W., que está à espera em França, foi ajudado por 5 pessoas extraordinárias, que reagiram 35 minutos após a minha chamada para a plataforma solidária deles. Um deles até foi ao apartamento do W. para falar com ele. W. concordou em confiar em mim, mesmo com o medo de ser deportado para a Etiópia. Este medo, que lhe valeu a sobrevivência desde a sua saída da Etiópia, foi vencido, e assim

conheceu alguém para o acompanhar no seu pedido de asilo em França. Agora também tem a possibilidade de existir, o futuro pertence-lhe” (PCSR 2019, p.144).



Figura 33. Página Perles d'Accueil, que reúne testemunhos de membros da PCSR<sup>165</sup>

Alguns voluntários consideram o trabalho no Parque *Maximilien* muito difícil. Maria confessa que “às vezes é feio ir ao Parque, veem-se agressões e violência, e muito controlo social, entre os próprios migrantes”. Maria conta um episódio no parque em que um migrante lhe falou de maneira agressiva. Para evitar uma escalada de violência, Maria disse-lhe que saísse da fila, onde estava a distribuir alimentos. Ele contestou, gritando *fuck you*, ao que Maria, já cansada, diz ter respondido automaticamente: *fuck yourself*. Nesta altura, vieram vários migrantes ajudar Maria a gerir a situação e protegê-la do rapaz, explicando-lhe que ele estava “stressado”, e que sentiam vergonha pelo seu comportamento, que por favor o desculpasse.

Os solidários da *Cuistots Solidaires*, dependem exclusivamente de donativos e, por vezes, dos seus próprios recursos, para fazer o seu trabalho, mas admitem sentir-se responsáveis pela alimentação diária das pessoas que ali vêm, bem como pela segurança e bem-estar de todos os migrantes e voluntários. Percebendo a conjuntura política e as injustiças perpetradas pelo sistema de acolhimento belga, os *Cuistots* assumem a sua parte de resistência política, através da solidariedade. Lionel, um dos condutores voluntários dos *Cuistots* disse:

<sup>165</sup> Página [em linha] disponível em: <https://perlesdaccueil.be> [consult. 15 dez. 2020]

“Ao mantermo-nos involucrados diariamente, testemunhando as consequências diretas destas injustiças, nós estamos implicados no sistema, e é por isso que nos sentimos culpados se algo corre mal ou se por exemplo, há ajuda insuficiente para todos. Somos como uma família alargada, este trabalho faz parte da nossa vida” (observação participante, Lionel, setembro de 2019).

Na perspetiva das pessoas em trânsito no Parque, o que lhes é dado corresponde a um mínimo do que necessitam, e do que esperavam encontrar na Europa. A solidariedade informal diária chega-lhes sob a forma de ajuda humanitária, de *bare life*, de sobrevivência. Para quem está em Bruxelas há mais tempo, as relações criadas com os membros da *PCSR* vão-se estreitando, ao longo do tempo, podendo ser criados os laços de amizade transformadores descritos nos testemunhos reunidos em “*Perles d’Accueil*”. No entanto, para os designados *transmigrantes*, os cidadãos solidários, ainda que de uma forma diferente da do governo humanitário, têm poder sobre os seus corpos, decidindo prioridades (quem deve ser alojado, que comida é distribuída, que horários têm os serviços disponíveis), definindo que tipo de apoio oferecer, e em que termos.

“PCSR’s action holds both the virtues of cosmopolitanism, and the limits of humanitarian discourse that focuses on individual cases and the everyday living conditions of non-citizens. Its members are varied and hybrid, personifying diverse degrees of recognized citizenship, and is thus well-versed in challenging repressive bordering practices. PCSR pursues its action under increasingly repressive circumstances, but through its activism it problematizes the categorization of “citizen” versus “non-citizen” and stretches the boundaries of citizenship. This occurs by negotiating and contesting the borders enforced by specialized agents through material practices such as identity checks. These enforcements are, therefore, considered social constructions that can be challenged inside and around a public space that in its recent past embodied widespread solidarity. This embodiment is protracted and used as a launchpad for further claims” (d’Auria et al 2018, p. 69-70).

### 6.2. 3. A institucionalização da solidariedade em Bruxelas

Para além da *PCSR* e das instituições humanitárias que compõem o *Hub Humanitaire*, existem em Bruxelas dezenas de pequenas associações que apoiam pessoas em situação de mobilidade, cuja sustentabilidade financeira é garantida por financiamentos públicos e privados. A associação SINGA<sup>166</sup> BXL faz parte de um coletivo de cidadãos solidários que se foi formalizando progressivamente, primeiro em França, e agora com presença em seis países. Os princípios que levaram à sua constituição tinham por base a solidariedade informal, com refugiados, e o intercâmbio cultural e espontâneo, entre membros da comunidade. A associação foi-se expandindo, atingindo, em 2020, cerca de vinte mil membros, incluindo artistas, empreendedores privados, professores, técnicos de apoio social, desportistas, estudantes, etc. Na página da associação, pode ler-se que a ideia é “conhecer e participar no processo de acolhimento e integração de

---

<sup>166</sup> Mais informação sobre a SINGA está disponível [em linha]: <https://www.singafrance.com/presentation> [consult. 30 nov. 2020]

peças refugiadas, enriquecendo o processo de asilo com inovação”. As parcerias privadas e institucionais, permitiram aos fundadores expandir as suas atividades informais, criando projetos financiados que geraram emprego a alguns dos seus membros, na sua maioria jovens belgas. Em Bruxelas, Cerise e Chloe são as duas fundadoras da associação, ambas licenciadas e com alguma experiência prévia no setor humanitário.

“Nós não somos ativistas, nós somos neutras, não queremos ir contra o Governo. De momento não é uma coisa que possamos sequer fazer, precisamos de trabalhar juntos e não queremos levantar oposições. Na nossa associação não trabalhamos com as pessoas do Parque (*Maximilien*), porque as prioridades deles são humanitárias, mas também não perguntamos a ninguém por documentos. Nós oferecemos sessões de informação, temos um *buddy system* (*emparelhamento de voluntários com migrantes*); temos atividades culturais, sociais e desportivas, por exemplo workshops de cozinha, futebol, visitas a museus; e depois temos o *Blá-Blá*, que são intercâmbios linguísticos com encontros regulares. Para refugiados *que queiram ficar na Bélgica* - e aí já temos que comprovar os documentos - temos apartamentos, disponibilizados pelos nossos voluntários, que são arrendados, temporariamente, através da SINGA (Cerise, SINGA BXL, entrevista, setembro de 2019).

Os critérios de formalidade definidos pela associação aproximam-na das entidades municipais belgas, tendo criado condições para parcerias locais e financiamento sustentável. A triagem de refugiados “*que querem permanecer na Bélgica*”, para alguns dos projetos e atividades regulares, tornaram esta associação menos acessível para *transmigrantes* e pessoas em trânsito. Distinguem-se, assim, das associações e movimentos que descrevi anteriormente, de modo consciente, ao mesmo tempo que beneficiam das suas ações de solidariedade com refugiados.

Outra pequena associação que conheci no terreno chama-se CIRE asbl<sup>167</sup> e formou-se em 1954, reunindo voluntários e profissionais, na área do direito internacional e do apoio social. A CIRE assume-se como uma plataforma ativista, que luta pelos direitos humanos dos requerentes de asilo. As suas atividades foram-se formalizando e diversificando, ao longo dos anos, incluindo agora um centro de acolhimento para refugiados, ações de regularização de migrantes indocumentados, ações educativas sobre direitos e advocacia junto de partidos políticos. A CIRE está representada no *Hub Humanitaire*, onde apoia diretamente requerentes de asilo que necessitam de aconselhamento legal ou apoio jurídico.

Encontrei-me com um dos advogados e membros da associação em Liège, Jean-Baptiste, numa estação de comboio, quando ele se encontrava a caminho do trabalho. Como membro da CIRE, Jean-Baptiste considera que deve “*manter uma posição crítica*” face às iniciativas de solidariedade informal com pessoas em situação de mobilidade. Sendo uma das suas funções a tutela de menores requerentes de asilo, num centro de acolhimento dedicado a pessoas com “*vulnerabilidade acrescida*” (na sua maioria menores com

---

<sup>167</sup> Mais informação disponível [em linha]: <https://www.cire.be> [consult. 30 nov. 2019]

doenças crônicas), Jean-Baptiste traça um cenário cinzento sobre as vitórias dos movimentos ativistas na Bélgica.

“Na maioria, as pessoas que fazem voluntariado no Parque são *bobos*<sup>168</sup> dos quais grande parte nem está assim tão envolvido quanto isso. Trabalham com migrantes em trânsito, mas não fazem grande diferença, em termos políticos. Se calhar uns 2000 estarão realmente ativos, os restantes são *likes* do *Facebook*. Nós na CIRE chegámos a ter 1200 requerentes de asilo em situação de habitação individual, quando tínhamos financiamento para isso, mas neste momento estamos reduzidos a 166 lugares, e privilegiámos os menores não acompanhados. Durante o ministério de Theo Francken, todos os apoios foram cortados e o discurso mudou, para um apoio restringido apenas aos casos considerados “vulneráveis”. Ao nível da advocacia tentamos influenciar regularizações de indocumentados. A última foi em 2009, e há agora mais de 100.000 pessoas na Bélgica, nesta situação. A recusa de asilo aos afegãos é um problema grave, temos uns 40% de recusas, nas circunstâncias atuais do Afeganistão, e tentamos, por isso, ajudar esta comunidade, em particular” (Jean Baptiste Lardot, CIRE, entrevista, outubro de 2019).

Para Jean-Baptiste, o problema do asilo na Bélgica é um problema europeu, e por isso tem pouca fé em mudanças estruturais, considerando as atuais políticas europeias, e o aumento de partidos de extrema direita. Ainda assim, acredita que o único caminho válido é o da incidência política, e que o trabalho continuado, *com as pessoas que permanecem no país*, é de extrema importância, para estender os seus direitos. A CIRE tem-se dedicado a fazer pressão local, através de parcerias que criem oportunidades de acesso ao trabalho, à habitação, à saúde e, sobretudo para os jovens, à educação. Acredita que a inclusão social de pessoas indocumentadas, pela educação e pelo emprego, poderá dar frutos, mas apenas no longo prazo, com uma forte articulação interinstitucional que vá garantindo o apoio continuado a estas pessoas, prevenindo quaisquer abusos institucionais.

Outra associação que conheci, no terreno, e que me foi referenciada por diversos interlocutores solidários, pelo seu renome e prestígio social, na área da inclusão de refugiados e migrantes na Bélgica, foi o *Cine Maximilliaan*. A apresentação oficial deste coletivo, na sua página de internet<sup>169</sup>, menciona como começaram a sua atividade, de modo solidário informal, em visitas regulares ao Parque *Maximilien*, onde apresentavam, diariamente, sessões de cinema, para os refugiados e migrantes que ali pernoitavam.

---

<sup>168</sup> Abreviatura de “*bourgeois bohémien*” (burguês boémio), termo corrente na língua francesa usado para designar um modo de vida burguês desprendido de considerações materiais. O “*bobo*” tem uma situação financeira e social privilegiada mas vive como se não estivesse interessado nesses privilégios.

<sup>169</sup> [www.cinemaximilliaan.org](http://www.cinemaximilliaan.org) [consult. 3 dezembro 2019]

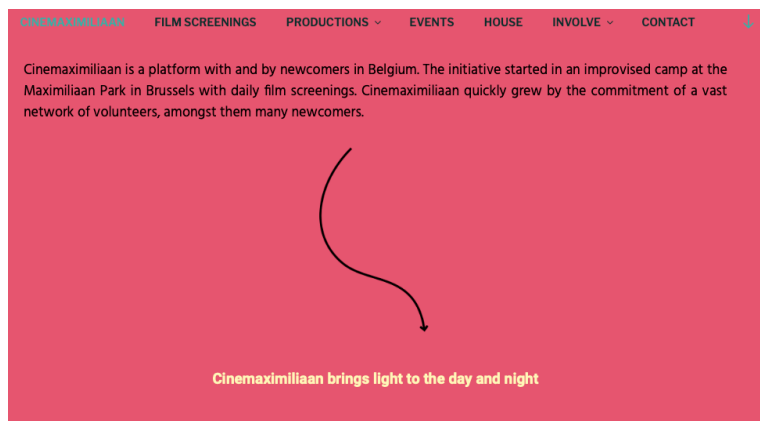


Figura 34. Página internet do Cine Maximiliaan<sup>170</sup>

A partir de pequenas ações coletivas de solidariedade informal, no parque *Maximilien*, um grupo de artistas e de “animadores” voluntários, constituiu-se como uma associação formal de “apoio a recém-chegados”, com uma vertente artística, e uma componente de *empreendedorismo social*. O coletivo conseguiu obter viabilidade financeira através de um projeto que lhes permitia fazer o que mais gostam: cinema e outros projetos de artes visuais, incorporando jovens refugiados alojados em centros de acolhimento.

No dia 5 de setembro de 2019, participei num evento de apresentação da associação a potenciais financiadores, na sua maioria representantes de empresas sediadas em cidades flamengas. A equipa do *Cine Maximiliaan*, composta por quatro diretores de cinema, autodesignados de “formadores sénior”, e quatro refugiados “formandos”; apresentou o projeto, nas suas vertentes *educativas*, que incluíam sessões de “convivência intercultural” e partilha de conhecimento entre cidadãos belgas e recém-chegados jovens refugiados. A inclusão de jovens refugiados no projeto era feita por intermédio de atividades de natureza artística, ligados ao cinema, à música, ao design gráfico, à produção e à criação de guarda-roupa e adereços.

A sede do projeto situa-se num bonito edifício em recuperação, no bairro multicultural de *Molenbeek*. O bairro tem sido caracterizado, nos meios de comunicação social europeus, como “problemático”, sobretudo depois dos ataques terroristas de março de 2016. Num breve passeio pelas ruas, pareceu-me evidente que este espaço do *Cine Maximiliaan* é uma *zona de exceção*, “desagregada” do resto do bairro, apesar da sua intenção de *criar proximidade*. Excetuando *Manchesterstraat*, onde vários coletivos artísticos estão sediados, os edifícios de *Molenbeek* estão bastante deteriorados e carecem de manutenção, situação que contrasta com outros bairros vizinhos da cidade.

---

<sup>170</sup> Página internet [em linha] disponível em: <https://cinemaximiliaan.org> [consult. 15 dez. 2020]

O edifício do *Cine Maximiliaan* destaca-se, desde logo, pela sua imponência, em relação a outras pequenas ONG de *Molenbeek*. É um edifício histórico, de 3 andares, com um jardim interior, um pátio anexo, e umas águas-furtadas, com vista privilegiada sobre o rio. O edifício está em restauração, pelo próprio coletivo, que pouco a pouco, andar por andar, vai remodelando as novas divisões, com cores vivas e uma decoração *hipster*, a contrastar com os espaços envelhecidos, ainda por trabalhar. A “visão para o futuro”, de acordo com Benoit, um dos membros de coletivo, é a criação de uma residência artística, com projetos artísticos recorrentes, sobretudo ligados ao cinema documental, que permitam a partilha de experiências e intercâmbios entre jovens de diferentes nacionalidades. Benoit confessa que o seu grande orgulho, até à data, foi ter visto a sua namorada, uma das artistas, beneficiar de um workshop com Béla Tarr, que veio, de propósito, a Bruxelas, e ajudou-a a trabalhar no seu documentário.

A performance da equipa de trabalho do *Cine Maximiliaan* perante os seus potenciais benfeitores, foi centrada na técnica, apresentando os *resultados obtidos desde 2016, e os projetos de trabalho para o futuro*. Os dois refugiados que participaram na apresentação, foram convidados a falar da sua experiência pessoal, na construção artística dos filmes. Soraya, uma das criadoras, depois da exposição pública, não quis entrar em mais detalhes sobre o seu filme, revertendo a conversa para o tema principal daquele encontro, e pedindo-nos que preenchêssemos um formulário para futuras contribuições económicas para os projetos do *Cine Maximiliaan*. Ali, o segundo refugiado que deu o seu testemunho, falou um pouco mais da sua experiência no coletivo, depois da sessão, salientando como tem sido apoiado a conseguir trabalho, e a constituir o seu próprio negócio, de catering de comida síria. Falou também do seu documental, “*Me Miss Me*”, a estrear no dia 24 de setembro, em várias salas de cinema da Bélgica. O filme é uma retrospectiva do percurso de Ali na Bélgica, e foi construído ao longo de dois anos, em colaboração direta com a diretora artística do *Cine Maximiliaan*.

Estas inter-relações entre artistas locais e refugiados, sugerem algumas complexidades colocadas pela desigualdade entre poderes e privilégios sociais. O grupo de artistas, que criou a associação como uma plataforma de “integração de refugiados” estava numa posição privilegiada para “determinar” os projetos que queria, “escolhendo” os refugiados que neles queria integrar; ao mesmo tempo que coordenava e dirigia a associação, de acordo com as suas motivações e preferências artísticas. O financiamento era conseguido pelo trabalho de “integração de refugiados” apresentado, mas era utilizado, sobretudo, na prossecução dos projetos artísticos do grupo de associados belgas.

Algumas semanas depois, conversei com uma outra diretora de cinema, migrante em Bruxelas, e coordenadora de uma associação cultural de apoio a migrantes. Laura considera-se uma ativista, desde a sua adolescência, passada em Itália, onde colaborava regularmente com uma *okupa* que alojava requerentes de

asilo. A sua paixão pelo cinema e pelas artes audiovisuais trouxe-a a trabalhar para a PICUM, em Bruxelas, onde decidiu constituir uma associação de cinema, com amigos que partilhavam o mesmo interesse, todos eles migrantes (da Colômbia, do Equador e de Portugal); designada Ciclope. O tema recorrente nos projetos da Ciclope é a migração, utilizando a experiência e a condição reflexiva em que os artistas associados vivem.

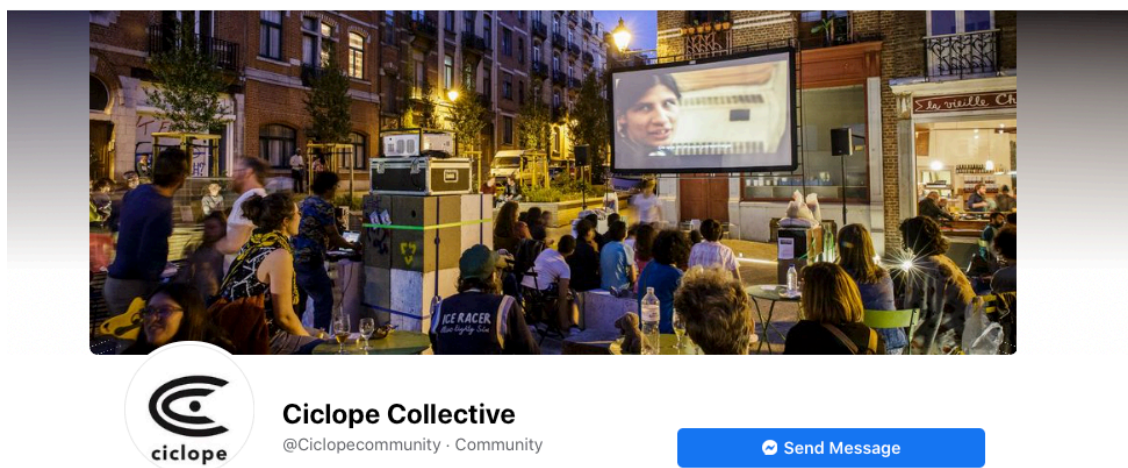


Figura 35. Página Facebook do coletivo Ciclope<sup>171</sup>

Os projetos da Ciclope começaram a incluir refugiados e requerentes de asilo em 2015, particularmente jovens entre os 15 e os 26 anos, oriundos da Síria e do Afeganistão. O coletivo buscava, sobretudo, facilitar a expressão artística de pessoas em situação de mobilidade, através de encontros interculturais, sobre cinema (a mesma ideia veiculada pelo Cine Maximiliaan) . Neste processo, conta Laura, tornaram-se bastante politizados e engajados nas lutas dos migrantes e requerentes de asilo, unindo-se a outras associações e ativistas em Bruxelas, para melhor poder ajudar estes jovens no seu processo de inclusão social.

“Nós começámos por ir ao Parque, para ajudar em coisas mais concretas. Um dos meus amigos, que agora estuda na Dinamarca, nessa altura até dormia no Parque. Aliás, ele *nunca mais largou a causa*, até lançou um sindicato de refugiados em França. E nós também não, continuamos a fazer tudo o que podemos. Eu tenho partilhado com a 11.11.11 (associação antirracista), muitos casos de racismo que testemunhei, acompanhando as pessoas da comunidade. Os meus companheiros salvadorenhos tiveram experiências feias de racismo, passadas na Flandres. E aqui em Bruxelas mantemo-nos sempre em contacto com os eventos lançados pelos coletivos “sans Papiers”; pela “Comuna” (uma *okupa*); pelo movimento “Stop Deportations”(coletivo ativista que procura impedir deportações); pela ONG “SOS Mediterraneo” (uma ONG de SAR), pela ONG Abriamo il Porti” (um movimento ativista “no borders” italiano); pelo movimento de refugiados “We exist” (formada por um sírio em Bruxelas); participamos no voluntariado com a Glob Aroma (associação que fornece refeições no parque *Maximilien*); somos grandes amigos dos “Ghent 4 Humanity” (plataforma de apoio a refugiados e requerentes de asilo em

<sup>171</sup> Página Facebook (em linha) disponível em:  
[https://www.facebook.com/Ciclopecommunity/events/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/Ciclopecommunity/events/?ref=page_internal) [consult. 15 dez. 2020]



mobilidade); e também apoiamos os “voisins solidaires” (coletivo de cidadãos solidários que apoiam na inclusão local de famílias refugiadas)” (Laura, Ciclope, entrevista, outubro de 2019).

Laura questiona as motivações e forma de funcionar do *Cine Maximiliaan*, um coletivo que conhece bem, por estar na mesma área artística, do audiovisual; argumentando que, de alguma forma, há uma “utilização dos refugiados” para conseguir a sustentabilidade financeira dos artistas belgas, e que há uma série de temas artísticos de “preferência”, que são feitos para captar fundos. Segundo Laura, uma associação de migrantes como a Ciclope estará sempre em desvantagem, em relação a associações locais belgas, como o *Cine Maximiliaan*, no sistema de financiamento público, que *privilegia as afinidades regionais*. “Por exemplo, os fundos flamengos geralmente vão para associações flamengas, os fundos francófonos, para associações francófonas, e os estrangeiros estão em último lugar”. “Desta forma”, suspira Laura, “os ativistas, os migrantes e refugiados, têm muito mais dificuldade para encontrar reconhecimento social e viabilidade financeira, de forma autónoma”. Esta perspectiva sugere que existe as desigualdades socioeconômicas, de classe e de estatuto, interferem nos processos de acesso aos direitos, para pessoas em situação de mobilidade.

Os migrantes, refugiados e requerentes de asilo na Bélgica, vão conhecendo todas estas narrativas, representantes e “especialidades” de cada uma das associações disponíveis, estabelecendo relação com aquelas que 1) estão mais próximas e acessíveis; 2) melhor representam os seus interesses, e 3) cujos projetos os incluem. Sendo o Parque *Maximilien* uma zona de “trânsito”, muitos dos designados “transmigrantes” não chegam a “relacionar-se” com esta rede de apoio formal. É-lhes acessível, em primeira linha, o apoio de emergência, humanitário, que lhes permite sobreviver e continuar o seu percurso, e o apoio informal dos solidários e ativistas que vão ao seu encontro.

Alguns dos migrantes com quem conversei no Parque, não distinguem muito bem os solidários informais dos humanitários, reservando-lhes exatamente as mesmas expectativas. A grande diferença encontrava-se nos momentos de partilha direta, de proximidade, e no tipo de relações humanas estabelecidas. Era na intimidade das casas dos *hébergeurs*, que os vínculos de amizade e a criação de *famílias adotivas* se produzia. E era a partir da linguagem da solidariedade informal, com o estabelecimento de relações afetivas e intersubjetivas, que se produziam (eventualmente) ações micropolíticas. A solidariedade informal parece, assim, reforçar-se a partir *do encontro*, do estabelecimento de laços afetivos, e da transformação pessoal, a partir das vivências e emoções partilhadas, entre as pessoas. Estas vivências, por sua vez, propiciam as ações micropolíticas e a participação social, ajudando a fortalecer a resiliência e a continuidade das mobilidades.

#### 6.2.4. Afetos solidários

Os meus anfitriões em Bruxelas, Maria e Mahmood (nomes fictícios), conheceram-se no âmbito da sua luta ativista pelos direitos dos migrantes, em Bruxelas. Mahmood, migrante do Níger, trabalhava na “Globe Aroma”, uma ONG que presta apoio solidário a pessoas indocumentadas; e Maria, migrante italiana, era voluntária e ativista em diversas associações informais. Conheceram-se na Globe Aroma e apaixonaram-se, durante as atividades em que participaram juntos, tendo decidido casar-se, alguns anos depois. Os dois são agora parte de um coletivo designado “*Amoureux, Vos Papiers!*”, constituído em 2015, para prestar apoio jurídico a casais que, pelo estatuto migratório de um ou de ambos os membros, se veem a braços com as restrições administrativas impostas pelas políticas de migração belgas. “*Amoureux, vos papiers!*”, *definem,* “é uma rede de apoio para casais que são vítimas das políticas de migração belgas”.



Figura 36. Página Facebook do coletivo *Amoureux vos papiers*<sup>172</sup>

“A rede nasceu em 2015, pela constatação de que os casais com/sem documentos são quase sempre suspeitos de fraude, assim que decidem formalizar a sua relação. O legislador belga, cada vez mais desconfiado dos estrangeiros, deu aos funcionários do registo civil a oportunidade de se recusarem a realizar casamentos “com o objetivo de obter uma autorização de residência”. Como resultado, *os casais são submetidos a várias investigações para testar a “autenticidade” do seu amor.* Na prática, estas investigações são levadas a cabo pela polícia. Alguns podem representar uma intrusão relativamente traumática na vida íntima das pessoas. Além destes controlos, as trocas de informações entre o Ministério Público, os agentes do registo civil e a polícia, prejudicam a noção de privacidade e confidencialidade dos dados”(informação disponibilizada no sítio internet do coletivo “Amoureux, vos papiers!”, setembro de 2019<sup>173</sup>).

Maria e Mahmood recontam-me parte da sua história pessoal, durante uma deliciosa refeição, na sua cozinha. Quando iniciaram o processo legal, para formalizarem a relação, um dia a polícia “entrou-lhes pela casa

<sup>172</sup> Página de facebook do coletivo disponível [em linha]: <https://www.amoureuxvospapers.be> [consult. 15 dez. 2020]

<sup>173</sup> Sítio internet de “Amoureux, vos papiers!”, disponível [em linha]: <https://www.amoureuxvospapers.be> [consult. 30 nov. 2019]

dentro”, para “*atestar a veracidade da relação*”. A cena parece retirada do velho filme “Casamento por Conveniência<sup>174</sup>”, de Peter Weir.

“Dois polícias armados apresentam-se à nossa porta, quando estávamos a jantar com a minha família (Maria), que estava de visita de Itália. O meu filho, na altura com 14 anos, foi abrir a porta, e contou-me que eles de imediato abriram o casaco e expuseram as suas armas. Entraram pela casa adentro, ignorando os nossos convidados, e começaram um interrogatório sobre a nossa situação como casal, como se fôssemos criminosos. Cada um de nós foi interrogado, em quartos separados. Tentaram ver se cada um respondia de forma diferente, e até incluíram aquela questão do filme “Casamento por Conveniência”, perguntaram “quem dorme à direita e quem dorme à esquerda”. Pediram-nos para assinar um “testemunho”, mas eu (Maria) recusei, porque havia coisas que não estavam conforme eu lhes disse, por exemplo escreveram que eu “hesitei” antes de responder quem dormia à esquerda e à direita. Eles insistiram que eu assinasse, porque “não interessa” o que está escrito, mas eu recusei e pedi-lhes que emendassem. Depois deram-me uma notificação, em nome de outra pessoa, um nome espanhol, para me deslocar no dia seguinte a um serviço do Ministério da Administração Interna. Eu também recusei, disse-lhes que precisava de uma justificação com o meu nome real, para apresentar no trabalho. Eles ainda tentaram evitar o “trabalho” de a refazer, dizendo “é tudo a mesma coisa, como é que faz quando está doente?”. Mas eu não cedi, disse-lhes que não estava doente, e que não ia mentir. Aí eles disseram-me, num tom de gozo: “Pode sempre cair, das escadas abaixo”. Eu perguntei: “Está a ameaçar-me?”. Aí eles disseram que não e refizeram a justificação com o meu nome completo. Depois disto fiz uma série de queixas, à liga dos direitos do Homem, ao Observatório de Comportamento da Polícia (<https://www.obspol.be>), etc. Isto passou-se, e nós resistimos, mas esta situação causou muito choque à minha família, pela violência da situação, sobretudo ao meu miúdo, que abriu a porta naquelas circunstâncias, mas também aos meus convidados, que vinham de outro país, e não esperavam encontrar-nos nesta situação” (Maria e Mahmood, entrevista, setembro de 2019).

Mahmood diz que o casal sofreu muitas outras ocorrências violentas; nomeadamente ações de vigilância policial, durante uns tempos. “*Eu sei que estava a ser vigiado, por vezes via-os, quando saía para o trabalho ou vinha para casa*”. Mahmood refere ainda que sofreu *ataques racistas rotineiros*, em várias situações de confronto com os serviços administrativos. “*Eram sempre coisas subtis, mas, viver uma situação atrás da outra, faz-nos estar sempre de pé atrás, com os serviços públicos*”. Na sua opinião a polícia “instalou-se”, durante o Governo anterior da Bélgica, numa certa “*liberdade de atuação opressiva*”, violenta face aos migrantes, sobretudo aos migrantes indocumentados. No entanto, reconhece que “*desde que não temos Governo<sup>175</sup>*”, as coisas estão mais calmas. Maria e Mahmood consideram que a força policial utilizada sobre os migrantes é, no geral, desproporcional e desadequada, mesmo quando intervêm junto de pessoas

---

<sup>174</sup> Casamento por Conveniência, “Green Card” (Título original) é um filme de 1990, protagonizado por Gérard Dépardieu e Andy MacDowell, demonstrando algumas das práticas institucionais para controlar a veracidade da relação entre residentes e migrantes, nos Estados Unidos da América, descrição disponível [em linha]: <https://www.imdb.com/title/tt0099699/> [consult. 30 nov. 2019]

<sup>175</sup> Em 2019, o Governo belga esteve alguns meses numa situação de impasse, sem nenhuma força política com poder suficiente para exercer funções, conforme notícia [em linha]: <https://www.ft.com/content/1018eaac-03b1-11e9-99df-6183d3002ee1> [consult. 30 nov. 2019]

solidárias belgas, que ajudam migrantes, o que faz com que “as pessoas que hospedam e transportam migrantes estejam em permanente risco”.

Durante o meu trabalho de campo em Bruxelas, participei em diversos eventos, recomendados por Mahmood e Maria, para conhecer melhor as suas ações solidárias e lutas ativistas. Nestes eventos, Maria e Mahmood atualizavam as suas posições e reflexões sobre a solidariedade informal, e faziam planos para as próximas ações a desenvolver. Tratava-se de reuniões sociais, em que a pertença e a relação interpessoal, entre os membros era mantida e reforçada, através de rituais de partilha e de convivialidade. Numa das reuniões, para a qual fui convidada, os membros da associação *Globe Aroma*<sup>176</sup> prepararam um jantar surpresa, para comemorar o recente casamento de Maria e Mahmood. Um problema de saúde de última hora, fez com que Maria tivesse que cancelar o evento, explicando-me em seguida que era, na verdade, “um alívio”, não poder ir ao evento. Depois de uma dedicação quase diária, nos últimos 8 anos, Mahmood e Maria sentiam-se ambos *cansados* por “ter que lidar constantemente com elementos de conflito e tensão, na gestão interna da associação”.

Noutro evento, em que Maria e Mahmood me levaram, participei numa reunião entre os *Cuistots Solidaires* e os recém-chegados *Kesha Niya Kitchen*<sup>177</sup>, em que os dois coletivos se preparavam para articular as atividades de distribuição de comida no Parque. Os *Cuistots*, cujo “núcleo duro” era composto por residentes de Bruxelas, como Maria e Mahmood, com uma confiança mútua estabelecida, tentavam perceber as “intenções” do novo grupo de ativistas, composto por jovens estrangeiros. Miriam, a representante britânica da *Kesha Niya*, explicava a abordagem anarquista do seu coletivo, cujos membros *acompanham a mobilidade das pessoas migrantes*, mudando-se para os mesmos locais, na Europa, onde os migrantes vivem, e cozinhando para eles.

Nesta filosofia de “solidariedade movente”, os ativistas nómadas vivem, temporariamente, nas cidades onde trabalham, ocupando casas ou dormindo em autocaravanas, dependendo das circunstâncias que encontram. O objetivo da *Kesha Niya* é “garantir uma alimentação saudável, vegetariana, a todos os migrantes, utilizando as receitas que aprenderam de cozinheiros curdos e sírios.” Acabados de chegar a Bruxelas, e ainda itinerantes, os membros do coletivo ainda não reuniam os meios suficientes para cozinhar, de forma estruturada, para os migrantes no Parque *Maximilien*. Precisavam de uma sede, de uma cozinha, de uma casa para viver e de uma carrinha para transportar a comida pronta. A reunião de parceria foi

---

<sup>176</sup> Mais informação sobre a associação disponível [em linha]: <http://www.globearoma.be> [consult. 30 nov. 2019]

<sup>177</sup> Coletivo ativista formado em 2016, por uma equipa multinacional, que presta apoio alimentar a migrantes em vários locais-chave como *Ventimiglia* (fronteira Itália-França) e *Dunquerque*, cidade francesa onde se encontram os migrantes que desejam atravessar para o Reino Unido. Página de internet da associação [em linha]: <https://keshaniya.org/2020/07/> [consult. 30 nov. 2019]

inconclusiva, já que o grupo de *Cuistots* preferia ver como trabalhava no terreno esta associação, antes de estabelecer qualquer vínculo de cooperação com a *Kesha Niya*. Os dois coletivos combinaram que os representantes da *Kesha Niya* poderiam acompanhar os *Cuistots*, na próxima distribuição de comida no Parque, para verem como funciona o grupo e, posteriormente, poderiam decidir melhor como estabelecer uma parceria, e em que moldes colaborar.

Um dos determinantes importantes, na sustentabilidade de um coletivo solidário, é a criação de vínculos de confiança que, no caso dos *Cuistots*, foi alcançado através de anos de partilha e conhecimento mútuo, convivialidade e trabalho solidário diário. Entre os membros dos *Cuistots*, havia pessoas que partilhavam eventos pessoais, das vidas uns dos outros, pessoas que se visitam frequentemente, etc. Muitos deles foram ao casamento de Mahmood e Maria, em Itália, faziam jantares de convívio frequentes, e participavam em atividades locais, no bairro onde a maioria reside. Nem todos os membros parecem ter a mesma visão política ou sequer a mesma participação social, para além da solidariedade regular com os *transmigrantes* no Parque.

Os *Cuistots* dedicam-se, exclusivamente, a alimentar os migrantes que pernoitam no Parque *Maximilien*, declarando-se “satisfeitos” com este contributo. Na sua maioria, os membros que conheci “*não têm quaisquer pretensões de mudar o mundo*”. Para tornar possível esta cozinha solidária diária, os membros do grupo estão engajados em diversas tarefas intensivas, regulares, que lhes roubam todo o tempo disponível para a solidariedade. “*Sentimos uma grande recompensa, nesta “sensação” de solidariedade com os outros*”. Louise, uma das “*cuistots*” mais antigas, descreve essa sensação como “*sentir-me boa pessoa*”, e “*ter uma vida social preenchida, com muitas novas amigas, com muito reconhecimento social e muitas rotinas de convivialidade, que este trabalho me proporciona*”. A “*sensação de solidariedade*” parece traduzir-se assim num “sentido” próprio, para a própria vida dos solidários, uma emoção interna positiva, que os faz “estar bem consigo mesmos” e, socialmente, conquistar os outros, partilhar experiências, e sentir-se acompanhados, pela *sua* comunidade

Talvez por isso mesmo, a maioria dos *Cuistots* que conheci eram pessoas na mesma etapa do ciclo vital, o chamado “*ninho vazio*”, isto é, pessoas isoladas ou casais cujos filhos já eram independentes. No caso dos *Kesha Niya*, o que unia os seus membros, mais jovens, era uma filosofia mais idealista, baseada em propósitos anarquistas contra a injustiça das fronteiras, e numa visão cosmopolita do mundo. A sua forma de ativismo era exercida a partir de um ideal político consciente, que pretendia facilitar a mobilidade dos migrantes na Europa, *apesar* das políticas de migração. A maioria dos membros eram estudantes universitários ou recém-licenciados que começaram este trabalho já com este propósito declarado, aliás, alguns entraram em “*pausa sabática*”, ou interromperam os estudos, para poderem trabalhar no projeto a tempo inteiro. Alguns membros da *Kesha Niya*, de acordo com Miriam, já foram presos diversas vezes, em Itália, por ajudarem

migrantes a cruzar a fronteira de *Ventimiglia*. Fizeram-no, de acordo com o seu testemunho, “*conscientes de que a sua nacionalidade europeia os protegeria de problemas sérios com as autoridades*”. A *Kesha Niya* questiona assim, ativamente, as políticas migratórias seguidas pelos diferentes países Europeus, denunciando e documentando, com fotografias e vídeos, todos os episódios de abuso e violência testemunhados nas fronteiras, cometidos por autoridades migratórias.

Estes dois grupos etários (jovens adultos e pessoas na etapa de “ninho vazio”), parecem constituir grande parte dos grupos solidários mais engajados de Bruxelas (salvo as devidas exceções, obviamente). Os jovens, acabados de sair da faculdade ou ainda estudantes, ensaiam as suas primeiras experiências de trabalho solidário e liderança social, com utopia e vontade de “mudar o mundo”. Os solidários *séniors*, reformados ou em fase de “ninho vazio”, experimentam uma nova oportunidade de reencontrar um propósito social, de se sentirem prestáveis, ou mesmo *imprescindíveis*, renovando o seu sentido de valor social e pertença na comunidade.

A coordenação entre estes dois grupos, com diferentes ambições e *modus operandi*, provocou, por isso, algumas dificuldades de *reconhecimento mútuo*, traduzida na desconfiança para gerir recursos e parcerias locais conquistadas pelos mais experientes. O estabelecimento de “hierarquias”, dentro de cada um destes grupos solidários, surgiu como uma forma de contornar estas dificuldades, ajudando a criar *formalidade* com regras de funcionamento e de comunicação/representação entre diferentes grupos, no mesmo território. No entanto, as hierarquias constituem um fator de risco para a coesão interna, quando as decisões tomadas pelos representantes contradizem a opinião dos outros membros. Muitas pessoas mantêm o seu contributo nos coletivos sem se preocuparem com estas questões políticas e de representação; enquanto outras se podem sentir frustradas e afastar-se, unindo-se a outro coletivo, com o qual mais se identifiquem. Foi este processo de frustração que Maria e Mahmood me descreveram, quando declinaram o convite da *Globe Aroma* para o evento de comemoração do seu casamento.

No grupo *Coordinación Sans Papiers Belgique* (CSPB), atrás mencionado, esta dificuldade foi também mencionada pelos membros com quem conversei. Além das dificuldades de conciliar visões comuns, os grupos vão perdendo membros, à medida que as pessoas se desinteressam e seguem com as suas vidas. Esta complexidade intersubjetiva configura o anterior mencionado *combustível* dos movimentos solidários, podendo alimentar conflitos internos, estimular pertenças e afetividades, ou rejeição/abandono. Estes movimentos contínuos contextualizam a solidariedade informal como um processo fluido, sujeito a transformações constantes, reajustamento e recalibração, adaptando-se às múltiplas influências do entorno. A *informalidade* permite ir produzindo sempre novas configurações e possibilidades, nestes espaços transmutáveis, enquanto a *formalidade* se vai atualizando e renegociando, de forma constante.

As ações encetadas pela CASP, pela CSPB, ou pelo coletivo *Kesha Nyia* poderiam designar-se de “atos de cidadania, tal como proposto por Isin (2008), pelo seu confronto direto e desobediente, com as políticas migratórias e com as fronteiras. Já a mobilização solidária cidadã da PCSR, da *Globe Aroma* ou dos *Cuistots Solidaires* inscrevem-se, a meu ver, numa solidariedade cidadã ou cosmopolita, com ações de hospitalidade engajada e com transformações micropolíticas, mas sem provocarem “distúrbios” significativos no “estado nacional das coisas”. Recordando aqui Gayatri Spivak (2010), estes movimentos sociais têm que ser perspetivados dentro da estrutura hegemónica envolvente e, portanto, é necessário manter uma visão crítica da relação entre grupos, sujeitos, identidades e agências (Hansen 2019). Os representantes dos movimentos cidadãos são pessoas que gozam de um privilégio estrutural, face aos migrantes desprovidos de estatuto, tratados pelo Estado-Nação com subalternidade e “diferença”. Os espaços solidários criados nestes movimentos, através de hospitalidade cosmopolita e atos de cidadania, envolvem relações de poder desiguais e negociações morais sobre o exercício desse poder; ou seja, o cosmopolitismo corre também o risco de reproduzir eventuais exclusões e relações de dominação. A reflexão crítica e a participação política são fatores-chave, neste domínio, para que a solidariedade cidadã se vá atualizando e que os aliados se mantenham *relevantes*, evitando a reprodução da subalternização perpetrada pelo regime de fronteiras.

### **6.3. NAS MARGENS DO SENA. SOLIDARIEDADE CIDADÃ EM PARIS**

#### **6.3.1. Jasmine. *Solidaire et Solitaire***

Cheguei até aos meus interlocutores em Paris através da rede informal de apoio aos requerentes de asilo afegãos em mobilidade na Europa. Um dos meus objetivos era visitar Mamadou, um jovem afegão que esteve em Portugal durante sete meses, mas, tendo recebido uma recusa de proteção internacional do SEF, havia decidido tentar a sua sorte em França. Mamadou entrou na Europa em 2016, enquanto menor não acompanhado, tendo sido apoiado pela UNICEF a chegar até à Suécia. Não foi possível encontrar-me diretamente com Mamadou em Paris porque, estando a viver na rua, não conseguiu encontrar forma de comunicar-se comigo, durante a minha estadia. Mais tarde, vim a saber que tinha saído da cidade, mudando-se para um dos arredores de Paris, onde os migrantes se protegem mutuamente das autoridades policiais. Desde que está na rua, Mamadou já foi assaltado várias vezes, teve a sua tenda e saco-cama confiscados pela polícia, e foi agredido com violência por outra pessoa sem-abrigo.

Este desencontro com Mamadou, fruto dos imprevistos do trabalho de campo, deu-me o tempo e a oportunidade para conhecer Jasmine, uma ativista independente, que tem estado a apoiar requerentes de asilo desde 2015. Troquei algumas mensagens com ela, através de uma página de *Facebook* a que vários

requerentes de asilo recorrem, para pedir informações sobre o apoio pragmático disponível. Jasmine, uma professora primária de 55 anos que vive em Paris há 10 anos, acabou por me convidar a conversar, em sua casa, e aceitou fazer uma entrevista para o meu trabalho de campo. Nascida na Argélia, viveu grande parte da sua vida no meio rural, na Bretanha francesa, com o seu ex-companheiro, marroquino, e o filho de ambos, agora adulto. Jasmine contou-me que sempre se interessou muito por defender migrantes de situações de racismo e de violência institucional; pelas vivências da sua própria família nuclear. Sendo professora primária, uma das coisas que procura fazer nas suas aulas, é promover a tolerância e a autonomia dos seus alunos. Vive na casa em que me recebeu, em *Belleville*, e é a partir deste espaço íntimo que exerce as atividades de apoio solidário *independente*, depois de ter passado por algumas associações. “*Nunca gostei do trabalho coletivo. É difícil encontrar uma forma de trabalhar harmoniosa e conciliadora das diferentes visões políticas e das formas de estar*” (Jasmine, entrevista, outubro de 2019).

Jasmine começou a interessar-se pela situação dos requerentes de asilo em Paris, no Verão de 2015, quando cerca de 900 pessoas ocuparam uma escola secundária desativada, próxima da sua casa, que passou a designar-se “*Refugee’s House*”. No outono do mesmo ano, as autoridades forçaram o despejo do edifício, tendo os requerentes de asilo ocupado outros locais, em diversos bairros periféricos da cidade. Jasmine começou por voluntariar-se, dando aulas de francês num coletivo solidário ( *BAAM*<sup>178</sup>) criado em Novembro de 2015. O coletivo reunia advogados, professores, técnicos de serviço social, jornalistas, artistas, e outros cidadãos voluntários. Sendo professora de profissão, e estando habituada a ensinar estudantes estrangeiros, Jasmine achou que podia ser uma mais valia nesta tarefa específica.

“Fez-me muita confusão tudo aquilo. Fazia parte das nossas funções distribuir comida e roupa, e a mim fazia-me confusão o ato em si, aquela coisa da caridade, de dar pão, de dar comida e coisas básicas, *por caridade...* e depois havia também muito racismo, contra os migrantes, a forma como eram tratados, como se dava a comunicação. Eu não me sentia bem naquele ambiente.” (Jasmine, entrevista, outubro de 2019).

Jasmine reflete que a sua motivação para iniciar o trabalho com requerentes de asilo foi política (“*não concordo com a forma como se gerem as migrações em França*”). Na sua maioria, os ativistas da BAAM eram mulheres mais jovens que Jasmine, que ela considerava “*pouco ativas e pouco políticas*”. Por outro lado, Jasmine achou que as relações entre as suas companheiras e os requerentes de asilo se tornaram “*demasiado pessoais*”, salientando a sua natureza emotiva e “*não-razional*”. Progressivamente, foi-se afastando da BAAM, prestando apoio de forma individualizada aos seus alunos, tendo acabado por abandonar o coletivo, em 2016. A sua decisão de abandono prendeu-se com a formação de “*dois grupos internos*”, que disputavam as

---

<sup>178</sup> Informação disponível [em linha]: <https://baamasso.org/en/learning-french/> [consult. 30 nov. 2019]



decisões de forma competitiva. Jasmine decidiu que não queria perder o seu tempo com “*lutas de egos*”, e por isso preferiu sair, definitivamente.

Pouco tempo depois de iniciar as aulas de francês, Jasmine começou a ajudar, de forma independente, os requerentes de asilo que conheceu, nos seus processos legais. Percebeu que essa era uma prioridade para os seus alunos, e que os advogados não tinham tempo para se preparar e investigar bem os casos. Dedicou o seu tempo livre a investigar a situação no Sudão, sobretudo, “*porque havia na altura muitos alunos sudaneses, do Darfur*”, e ela conseguia comunicar -se bem com eles, em inglês e, através de um amigo argelino, também em árabe. Paralelamente, Jasmine começou a alojar alguns dos alunos sem-abrigo em sua casa, estabelecendo uma forte ligação afetiva com o primeiro deles.

“O primeiro rapaz que eu alojei é como se fosse meu filho adotivo. Eu sinto mesmo aquilo...as dores de mãe, com o meu filho sudanês. Ele mudou-se para Inglaterra, entretanto, e eu não compreendendo ainda porquê. Não sei porque é que ele prefere estar em Londres, com uma vida de trabalho tão exigente, e com condições tão precárias, quando podia viver muito melhor aqui, mais confortável. Mas tenho que aceitar, claro” (Jasmine, entrevista, outubro de 2019).

O seu trabalho informal tornou-se cada vez mais exigente e metódico, ao longo de meses de convivência com cada vez mais requerentes de asilo, que lhe iam solicitando apoio.

“Comecei por ajudar a preparar as entrevistas, o que eles têm que fazer e dizer, sobre o seu caso. Percebi que eles não sabem como apresentar o seu caso, e tentei ajudá-los a ser convincentes, e a apresentar os fatos mais importantes. Primeiro eu escrevia os conselhos jurídicos, para cada caso. Depois comecei a fazer simulações orais, usando as dicas que os advogados me davam, para cada caso. No caso do Abdul, nós trabalhámos 50 horas, para que ele se saísse bem. É claro que os advogados não têm tempo para isto” (Jasmine, entrevista, 2019).

Jasmine conta que “*aprendeu a conhecer o sistema legal francês*”, através dos seus alunos. “*Há 40 juizes para estes casos de asilo, 14 dos quais são para os casos dos menores isolados. Destes, eu já sei, pelo nome, se são mais ou menos rígidos. Uma das juízas tem a alcunha de Pol Pot*”. O sistema de asilo francês, particularmente em Paris, entrou em “sobrecarga” no final de 2015. “*Tudo ficou desordenado, nos serviços, eles não tinham capacidade nem para albergar todos os menores, que perante a lei não podiam estar na rua*”. Percebendo os problemas específicos dos menores não acompanhados, em Paris, na Primavera de 2016, Jasmine ofereceu-se como voluntária num novo coletivo (*Les Midi du MIE*<sup>179</sup> [*mineurs isolés étrangers*]), que acolhia informalmente menores sem lugar no sistema de alojamento público. O seu compromisso passava pelo acolhimento temporário, em sua casa, e pelo apoio material aos jovens, nomeadamente com roupa e comida; e com alguma orientação prática, quando necessário, em relação aos processos jurídicos. Jasmine

---

<sup>179</sup> Mais informação disponível [em linha]: <https://www.migrants-info.eu/les-midi-du-mie/> [consult. 30 nov. 2019]

acolhia cada pessoa enviada pela associação durante períodos variáveis, de “2 dias a 2 semanas, dependia do seguimento do caso”. Com o tempo, levantaram-se uma série de questionamentos éticos e morais, que levaram Jasmine a parar com mais esta colaboração coletiva.

“Senti muitos dilemas éticos! Esta ação era conivente com as autoridades, que não cumpriam a lei. Paris não queria menores na rua, para não ter uma imagem negativa, por isso este tipo de projetos humanitários são tão convenientes. Mas são moralmente errados, porque é o sistema que está falido. Os menores têm direitos que não estão a ser garantidos pelo Estado, e, no entanto, estes projetos só prestam assistência humanitária. Além disso os conselhos dados pelas pessoas que estão no projeto aos miúdos, são muitas vezes irrealistas, e eu discordava deles. Imagine-se que a Cruz Vermelha, que faz a avaliação inicial dos jovens, utiliza métodos que não são científicos para avaliar a idade deles. São os técnicos franceses que avaliam a maturidade de miúdos afegãos ou sudaneses que, obviamente, com 15 anos parecem estar acima do nível de maturidade esperado para um adolescente francês. A decisão não é lógica e não é fidedigna, e estes técnicos são, eles próprios, jovens inexperientes, acabados de sair da universidade...há muita afetividade, mas pouco sentido crítico (Jasmine, entrevista, outubro de 2019).

Mantendo-se independente, Jasmine tem ajudado vários requerentes de asilo que chegam até ela espontaneamente, através das suas redes de solidariedade informal. “*Eles ligam-me diretamente, agora. Quando posso ajudar, ajudo, quando não consigo, reenvio-os a uma associação.*” Politicamente, confessa que gostaria de ter maior incidência, pois é muito crítica do sistema de imigração francês, e há várias questões que acha que merecem uma luta social mais ativa. Deu-me alguns exemplos de coisas pelas quais lutaria, se encontrasse uma associação com a qual se identificasse: “*a saúde mental é uma questão muito importante, super negligenciada, quase não há ações concretas, para além dos primeiros-socorros psicológicos*”. Os despejos dos campos informais, nas ruas de Paris, pela polícia, e a confiscação das tendas aos migrantes, é outra questão que a revolta: “*desde 2016, eles procuram retirar as tendas para fora da cidade, chegaram ao cúmulo de todas as manhãs, roubarem as tendas e os sacos-cama dos migrantes*”. [Um aparte] Posteriormente à entrevista com a Jasmine, conheci uma associação em Paris, que se dedicava, exclusivamente, à reposição e redistribuição, diária, de tendas e sacos-cama, nos locais onde sabiam que estes objetos lhes eram retirados, pela polícia<sup>180</sup>. “*Se antes isto já era um problema grave, agora remetem-se os requerentes de asilo aos bairros marginais, onde os problemas de prostituição e tráfico de droga têm crescido enormemente, e com isto estamos a condená-los, ainda mais, a uma vida marginal*” (Jasmine, entrevista, outubro de 2019).

---

<sup>180</sup> A associação chama-se *Paris Refugee Ground Support*, conta com voluntários de vários países, e tem uma página de Facebook [em linha]: <https://www.facebook.com/PRGS.team/> [consult. 30 nov. 2019]

### **Construindo redes solidárias moventes**

Quando falámos sobre a sua situação atual, Jasmine afirmou “estar em pausa” do seu trabalho ativista, por se sentir muito cansada. No entanto, imediatamente a seguir, falou-me sobre um jovem que estava a tentar apoiar, possivelmente a vir para Portugal. Neste momento, o meu papel de investigadora reconfigurou-se, estabelecendo uma relação de reciprocidade e de reposicionamento, face a Jasmine. Acoplando-me à sua rede informal de apoio, convidei Jasmine a ficar em minha casa, no mês seguinte, quando viesse para Portugal “estudar o sistema de asilo”, para os seus interlocutores. O objetivo da viagem era duplo, contou-me Jasmine, por um lado, queria descansar da sua rotina, aproveitando uma semana de férias em Lisboa, por outro, queria conhecer a realidade dos requerentes de asilo em Portugal para ajudar Samir, um jovem da Guiné-Conacri, cujo pedido de asilo havia sido recusado na Bélgica.

Jasmine ficou em minha casa, enquanto buscava informações sobre serviços informais de apoio a migrantes, fora do circuito institucional. Dei-lhe alguns contactos de associações em Portugal (JRS, Crescer, Renovar a Mouraria, *Lisbon Project*) mas, dadas as características de autofechamento já descritas nesta tese, ninguém lhe respondeu. Apenas as associações de refugiados, e um coletivo informal de migrantes da Guiné-Conacri, se ofereceram para ajudá-la, dentro das suas possibilidades limitadas. Samir era menor de idade, quando chegou a Ventimiglia. “*Tinha 16 anos, mas saiu da Guiné-Conacri apenas com 14*”. Foi Jasmine quem o aconselhou a ir para a Bélgica, quando contactada por um amigo de Samir, em França, que procurava ajudá-lo a decidir o melhor país para pedir proteção internacional. Jasmine tinha informação de que o sistema de proteção a menores na Bélgica era melhor que o francês, nessa altura, pelo que Samir seguiu o seu conselho.

No entanto, a experiência de Samir na Bélgica não correspondeu, de todo, às suas expectativas, e o asilo foi-lhe negado, situação que o levou a viajar para França, onde agora residia, numa *okupa*, tirando um curso de Soldador numa associação de apoio a migrantes. Foi nesta *okupa* que Samir ouviu falar de Portugal, como uma opção mais viável para tentar obter uma regularização, através do trabalho. Sentindo-se responsável por Samir, Jasmine ofereceu-se para “investigar” as reais condições do sistema de asilo, em Lisboa, bem como “preparar redes informais de apoio” que lhe permitissem ir-se mantendo acompanhado.

O plano de apoio a Samir foi assim elaborado, em coordenação com a associação de apoio a migrantes da Guiné-Conacri, que se prontificou a esclarecer por telefone todas as dúvidas legais. Jasmine e Samir viajaram juntos para Portugal, de autocarro, na passagem de ano de 2019-2020, no dia a seguir ao Natal, tomando em consideração que haveria menos gente a viajar, e menor probabilidade de que pedissem a documentação de Samir. Chegaram em segurança, e Samir pediu oficialmente proteção internacional no SEF, de imediato, entrando assim no sistema de alojamento proporcionado pelo CPR/SEF. Através das redes informais de apoio, encontrámos um advogado pró-bono, disponível para investigar a situação legal de Samir,

e utilizar os meios legais viáveis para mantê-lo em território nacional. Jasmine percorreu, com ele, diversos espaços de apoio disponíveis (ajudou a inscrevê-lo numa plataforma virtual de aprendizagem gratuita da língua, comprou-lhe gramáticas francês-português, inscreveu-o numa biblioteca municipal, visitou alguns locais turísticos, para fazer o reconhecimento dos transportes públicos, comprou-lhe um cartão SIM, etc.) antes de partir de novo para Paris, e manteve-se em contacto regular, através de *WhatsApp*.

À semelhança do que aconteceu a Ahmed, o processo jurídico de Samir demorou meses, mantendo-o numa situação de “limbo” e de imobilização, durante 8 meses. De dezembro de 2019 a março de 2020, Samir foi estabelecendo diversos contactos informais, começou a aprender português, e conseguiu trabalhos esporádicos na construção civil. Estas pequenas ocupações quotidianas, ajudaram Samir a fazer uma construção do tempo da espera (Kobelinsky 2010), enquanto aguardava por uma oportunidade de regularização.

Este período de espera foi intersetado pelo período de confinamento obrigatório, decretado em Portugal em março de 2020. Encerrado num dos *hostals* sem condições mínimas de higiene e segurança, já descritos nesta tese, com sete pessoas a partilhar o mesmo quarto, Samir contava apenas com o apoio da sua rede informal. “*Sinto-me abandonado aqui, à sorte, como se estivesse numa gaiola*”, dizia-me, nas suas mensagens escritas. Através das suas denúncias, conseguiu-se chamar a atenção das autoridades locais, para o problema em que se encontravam centenas de requerentes de asilo em Lisboa. Samir foi um dos voluntários que, a partir do seu *hostal*, apoiou a Junta de Freguesia de Arroios na distribuição de apoio alimentar de emergência, a todos os residentes do seu *hostal*, bem como na distribuição de informação atualizada sobre a situação de saúde pública e a necessidade de utilização de materiais de proteção e produtos de higiene e limpeza.

Em agosto de 2020, já transferido para um *hostal* com melhores condições, Samir começou a verbalizar muita inquietação. Tinham sido largos meses de tédio e inação, com a sua vida reduzida apenas a atividades básicas, de subsistência, sem encontrar nenhum trabalho estável em Lisboa (que lhe permitisse a regularização), e sem resposta oficial do SEF, quanto ao seu pedido de proteção internacional. Começou a procurar alternativas que lhe garantissem algum controlo sobre a sua vida. Em meados de Agosto, telefonou a Jasmine, pedindo-lhe ajuda para comprar um bilhete de autocarro, de volta para Lyon, onde um amigo lhe garantiu um bom emprego para os próximos meses. Cansado e desanimado com a sua situação precária, em Portugal, Samir insistiu arriscar esta viagem, ciente dos seus riscos. Para Jasmine esta ideia de Samir “era louca”, a partir da sua posição, em Paris, de onde presenciava a situação ainda mais precária dos seus conhecidos migrantes e requerentes de asilo. A sua percepção de temporalidade estava desfasada da de Samir, cuja experiência subjetiva de imobilização o impelia a buscar na mobilidade algum sentido de controlo e agência.

Para Samir, esta era a única saída possível, naquele momento. Tinha desistido de procurar alternativas, em Portugal, e não via forma de continuar a resistir, *em espera*. O seu plano era usar este movimento para Lyon como um “ganho de tempo”, porque seria apenas “temporário”. Para ele, era uma forma de “refrescar a mente”, reduzir a ansiedade e a experiência da espera, e, na prática, “obter algum dinheiro, para ajudar a família”, enquanto o processo jurídico se concluísse. Voltaria para Portugal daí a alguns meses. Jasmine ajudou-o a planear a viagem, embora não concordasse com a decisão de Samir, e o tivesse alertado, repetidamente, para os riscos de viajar sozinho. Samir foi preso pela polícia francesa, antes de chegar ao seu destino, e foi colocado num centro de detenção em França, durante duas semanas, tendo depois sido transferido para a Bélgica, o primeiro país onde pediu asilo na Europa.

Quando já estava em Bruxelas, consegui colocá-lo em contacto com Maria e Mahmood, os meus anfitriões durante o trabalho de campo, que o têm apoiado no seu processo jurídico, até à data. É provável que o seu pedido de proteção internacional seja de novo recusado e, nesse caso, Samir confessa “*não sei mais para onde ir, nem como escapar deste pesadelo*”. Jasmine não tem mantido muito contacto com ele, porque está, neste momento, a atravessar um novo desafio:

“Um dos meus alunos foi diagnosticado com um cancro terminal, no estômago, e não tinha ninguém que o ajudasse. Trouxe-o para minha casa e vou assisti-lo até à sua morte. Prometi-lhe que iria também apoiar a sua família, que conta com ele, na Guiné-Conacri, sobretudo os miúdos dele, que estão em idade escolar. É uma situação completamente nova, e muito difícil, para mim. Nunca tinha acompanhado ninguém em circunstâncias tão difíceis” (Jasmine, email, 20 setembro de 2020).

Este requerente de asilo mencionado por Jasmine faleceu, a 11 de dezembro de 2020. Jasmine partilhou a sua emoção num grupo de *Facebook* de solidários de Paris, o único local que assinalou a sua morte:

“Il n'accueillera plus, il n'ira plus chercher à la gare, accompagner au métro. Il ne recevra plus. Il va me manquer terriblement. C'est un homme droit, digne et courageux. C'est sa dignité surtout qui m'a le plus marquée. Il a traversé le long tunnel d'épreuves, jusqu'à la maladie, que fut son exil sans une plainte. Il s'appelait A. Qu'il trouve le repos que la France lui refusait. Que la terre lui soit légère” (Publicação, 11 dezembro 2020, “Hosting in Paris for OFPRA and CNDA<sup>181</sup>”).

### **6.3.2. “Da minha janela vejo o mundo”. Uma rede de vizinhos solidários**

A associação de solidariedade informal LAMSF (*Les amis des migrants suédophones en France*), foi criada em Paris, em 2019, por várias pessoas que têm uma dupla pertença em comum: falam a língua sueca, e residem na região de Paris. Em Setembro de 2019, durante o processo da criação deste coletivo informal, estive em casa de duas das fundadoras, Vera e Astrid (nomes fictícios), que me foram apresentadas por Nora. Vera tinha

---

<sup>181</sup> A página do grupo está disponível [em linha]: <https://www.facebook.com/groups/1169295689753208/permalink/4112987518717329> [consult. 11 dez. 2020]

também trabalhado na Igreja da Suécia, na sede de Paris, durante alguns meses, prestando apoio a requerentes de asilo em França. Na descrição da associação, na sua página do *Facebook*, pode ler-se:

(...) A Suécia volta a distinguir-se na Europa. Desta vez negativamente, executando regularmente expulsões para o Afeganistão, um país devastado pela guerra, onde os civis sofrem frequentemente violências graves. Perante as ameaças de deportação e a ilegalidade, muitos destes jovens optam por fugir para outros países da Europa, especialmente para França, onde voltam a pedir asilo. Falam fluentemente sueco, muitos viveram em famílias suecas, estudaram no liceu ou estavam já em cursos especializados. Foram membros ativos da sociedade, integraram clubes desportivos e associações sedeadas no nosso país. Agora são forçados a abandonar uma vida segura, para recomeçar as suas vidas (LAMSF, publicação no *Facebook*, outubro de 2019<sup>182</sup>).

Astrid é sueca-italiana, cresceu entre esses dois países, e agora vive em Paris, há cerca de 10 anos. Vive com o seu marido e dois filhos menores, é linguista e trabalha numa empresa, em regime de *part-time*. Astrid não se considera, de nenhuma forma, “ativista” ou particularmente interessada em movimentos sociais solidários. O seu envolvimento com a questão dos refugiados começou por influência da sua rede informal de amigos. Uma amiga que apoiava requerentes de asilo na Suécia, pediu-lhe uma vez para ajudar um refugiado em concreto, que não tinha onde ficar, e precisava de aulas de francês. Desde essa altura, Astrid começou a alojar, continuamente, outros refugiados nas mesmas circunstâncias.

“Ao ouvir as histórias duras dos rapazes que ficaram cá em casa, foi isso que me custou mais, mas ao mesmo tempo que mais me motivou a fazer algo em concreto. Eu alojei e dei toda a atenção que podia aos meus hóspedes, ajudando-os nos vários aspetos do seu processo de asilo. Mas percebi que este trabalho, com o tempo, estava a afetar a minha própria família: o meu marido não fala sueco e sentia-se excluído da vida quotidiana familiar, e a minha filha adolescente precisava de mais atenção minha” (Astrid, entrevista, 2019).

Apesar de não se entender a si própria como *ativista*, Astrid tem uma forte convicção política. “*Aquilo que o governo sueco está a fazer é profundamente errado. Mantenho-me informada, mas não acredito em grupos ativistas nem tenho intenções de me envolver em ativismo*”. Ao longo das conversas que tivemos, em sua casa, percebi que Astrid se sente com a “*obrigação moral*” de participar, à sua maneira, em atos cidadãos que contestem a estigmatização dos refugiados, quer em Paris, quer na Suécia. Duas das iniciativas que encetou, para esse efeito, foram o envio de um artigo para publicação no jornal *The Guardian*, e a criação da associação LAMSF, com os seus amigos do bairro *Saint-Dennis*. Por outro lado, Astrid nunca gostou de “caridade” ou de ações solidárias convencionais, considerando que o alojamento digno, de refugiados, em sua casa ou na casa dos seus amigos, sendo uma forma pragmática de ajuda, não é “caritativa”.

“Acabamos por prestar um tipo de apoio muito eficaz às pessoas, de maneira humana, sem ser humanitária. Dar-lhes aulas de francês é um prazer para mim, porque sou linguista, de profissão, e

---

<sup>182</sup> A página está disponível [em linha]: [https://www.facebook.com/lamsfinfo/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/lamsfinfo/about/?ref=page_internal) [consult. 10 dez. 2020]

considero que as aulas disponíveis em França não funcionam bem com os afegãos, que vêm da Suécia. Os professores normalmente não falam nem sequer inglês, para poder explicar-lhes bem as coisas” (Astrid, entrevista, outubro de 2019).

Vera é a principal fundadora da LAMSF, como pessoa com maior experiência solidária anterior (trabalhou com refugiados e foi ativista antirracista durante muitos anos). Vive em França há 30 anos, está divorciada e vive com os seus filhos, adolescentes, no mesmo bairro de Astrid. Para Vera, a solidariedade informal com refugiados começou pelas redes de amizade. Uma amiga sua, que vive na Suécia, tinha sido a mãe de acolhimento de um jovem chamado Mahmood (nome fictício), durante três anos. Esse jovem afegão havia pedido asilo na Suécia, mas viu o seu pedido recusado pelo Estado, vendo-se forçado a procurar alternativas, para escapar à deportação. A “mãe sueca de Mahmood” (assim designada por Vera), que era sua amiga de infância, pediu-lhe para ajudar Mahmood, em Paris, para onde ele tinha conseguido escapar, de comboio.

Vera recebeu Mahmood em sua casa, mas não podia alojá-lo de forma contínua, porque divide a guarda dos seus filhos com o ex-marido, e não tem espaço suficiente. Resolveu, por isso, pedir ajuda aos seus amigos mais próximos, em *Saint-Dennis*, iniciando assim aquela que se tornou numa rede informal de acolhimento. Todos os seus amigos “adoraram Mahmood”, e iam alternando entre si a “adoção informal” do jovem, “tratando-o como um parente”, ou como “membro da família sueca alargada”. Durante um ano, Mahmood foi estabelecendo vínculos afetivos com esta rede de amigos, ajudando a criar, entre eles, uma verdadeira rede solidária, até ter sido aceite, como refugiado, e seguido o seu caminho, de forma autónoma.

“Mahmood tornou-se o “irmão mais velho” dos nossos filhos. Foi ele que nos “abriu os olhos” para a realidade do Afeganistão e dos requerentes de asilo, em geral. Ele contou-nos histórias verdadeiramente assombrosas, de imensa dor e sofrimento, inclusivamente tinha muitas vezes pesadelos, à noite. Nós sofriamos, com ele, com a sua luta. Depois de Mahmood, sentimos o dever moral de abrir as portas a outros. Outro dos rapazes que veio a seguir, Refat, era extremamente sociável, e deu-nos a conhecer uma enorme rede de amigos e conhecidos suecos, incluindo políticos e ativistas. Têm sido eles a guiarnos, neste caminho” (LAMSF, entrevista, outubro de 2019).

Esta experiência de solidariedade informal serviu de “lançamento” à LAMSF que, entretanto, foi recebendo novas solicitações, por parte de outros jovens afegãos em Paris, e por ativistas, na Suécia. “*Paris tinha-se tornado, nesta fase, o segundo destino preferencial dos requerentes de asilo afegãos, rejeitados na Suécia*”. Vera decidiu pedir ajuda financeira na filial da Igreja da Suécia em Paris, para garantir uma iniciativa solidária mais sustentável, agora que o número de pessoas aumentava, exponencialmente. Na Igreja, pouca gente falava francês, e o tipo de ajuda oferecida a migrantes e refugiados era de cariz humanitário (distribuição de comida, roupa, etc.). Quando conheceram Vera, propuseram-lhe um contrato de trabalho formal, para que ela pudesse facilitar a relação entre refugiados e as instituições locais. No entanto, “*em julho*

*deste ano, o financiamento para o projeto terminou, e a minha posição foi extinta*". Vera decidiu continuar a fazer o seu trabalho, *voltando à informalidade*, através da LAMSF. Para além disso, Vera faz, voluntariamente e de forma independente, traduções de documentos que poderão vir a ser úteis em tribunal (um ano mais tarde, Vera ajudou na tradução dos documentos de Ahmed, quando ele saiu de Portugal e foi para Paris).

A LAMSF não menciona nacionalidades, na sua apresentação oficial, mas ambas as fundadoras que conheci sabem de antemão que irá ser, sobretudo, uma associação para os seus "*amigos afegãos-suecos*". O objetivo dos membros da LAMSF é fazer de uma rede familiar, de bairro, uma rede de solidariedade alargada e sustentável, "*com possibilidade de garantir apoio continuado aos seus amigos, facilitando o seu acesso ao asilo em França*" (uma forma de *formalização* criada a partir da *informalidade*). É uma rede de solidariedade cidadã onde os afetos e a pertença comum, formam "*the stuff that binds us*". O grupo de vizinhos e os seus amigos afegãos, incorporados na mesma rede solidária, partilham a pertença linguística e cosmopolita, unindo-se numa resistência coletiva, que contesta o Estado sueco e a "*ordem nacional das coisas*".

A LAMSF procura, ainda, construir uma hospitalidade cosmopolita que reposiciona os "*estranhos*" num lugar de parentesco, como parte integrante da comunidade. Ao nível pessoal e íntimo, acolher estes convidados de uma forma próxima e afetiva, tem sido um projeto de transformação humanizante, que expandiu o universo relacional de Astrid, Vera e os outros vizinhos. Como sugeria Darling (2011), a proximidade e a reciprocidade com "*estranhos*", são geradoras de autoconhecimento e de desenvolvimento pessoal, para além de propiciarem um novo *ethos* de hospitalidade (Derrida 1998; 2001). A um nível mais amplo, esta ética de cuidado pelo outro pode transformar-se numa ação micropolítica, que contribui para uma verdadeira mudança comunitária, com impactos sociais (Artero 2019).

"Depois de Refat seguir o seu caminho, recebi um terceiro jovem, Ghobib, através de uns amigos suecos, que me pediram ajuda. Ghobib falava muito comigo, era super fluente em sueco, e era extremamente sociável, e tinha uma visão política muito incisiva, era muito conhecedor da realidade na Suécia e no mundo, além de ter uma rede de amigos políticos e ativistas, no Afeganistão. Eu não sendo psicóloga, nem nada, isto era tudo avassalador, saber estas coisas...muito difícil, mesmo. A minha família, tudo o resto, todas as coisas quotidianas, se tornaram menos importantes. Eu centrava-me nas suas necessidades e na sua luta, porque era muito mais importante do que qualquer outra coisa, e isto acabou por nos transformar muito, não apenas a mim, a todos nós" (LAMSF, Astrid, entrevista, outubro de 2019).



### PARTE 3

#### CAPÍTULO 7

##### REFLEXÕES FINAIS E CONTRIBUIÇÕES PARA UMA ANTROPOLOGIA PÓS-FRONTEIRAS

Quando podemos dizer que o trabalho de campo acabou? Quando, após seguidas leituras dos acontecimentos no terreno, somos capazes de transformar tais acontecimentos em “interpretações” (Sato e Souza 2001). Os “acontecimentos” acontecem, independentemente da presença ou não, de um investigador no terreno. As interpretações, por sua vez, tornam aqueles acontecimentos significativos, transformando-nos em hipóteses de compreensão daquela realidade (Sato e Souza 2001). É a partir das interpretações que nos podemos, então, lançar numa tentativa de “síntese” ou de conclusão. Esta tese chega ao fim sem obter, propriamente, conclusões. Ela apresenta, isso sim, histórias contemporâneas de processos solidários cidadãos, construídos a partir da informalidade, que cruzam fronteiras e interligam pessoas, em diversos recantos da Europa, atravessando espaços públicos e privados; onde a cidadania se vai transformando e reconfigurando, por oposição a políticas de mobilidade cada vez mais repressivas. Do lado inverso das fronteiras (Balibar 2010; 2012) parece haver, interpretando estas experiências, fluidez, resistência, micropolítica (Artero 2019), *kinopolitics* (Nail 2015) e *infrapolítica* (Scott 1990).

Mas primeiro, a transparência. Quero clarificar que a minha reflexividade e posicionalidade influenciaram e foram afetadas, pelas pessoas e pelos processos em que estive engajada, durante a investigação. Não vejo isso como um viés ou como *acientificidade*, mas é uma condicionante inescapável. As decisões morais e éticas não se fazem apenas para nos posicionarmos no mundo, mas também para o *descrevermos*, a partir do nosso *lugar de fala* (Ribeiro 2017). Nesse sentido, não sou, nem pretendo ser, neutra, face aos processos de engajamento cidadão que apresento, e assumo que me tornei, eu própria, ainda mais ativista, face à necessidade de repensar a Europa de hoje, numa versão mais cosmopolita, pós-fronteiras, pós-soberanias nacionais, em que nos reflipamos enquanto *seres-humanos-no-mundo*.

No processo de revisão de literatura, pareceu-me encontrar uma espécie de *hype* do conhecimento migratório, na academia, que tem levado alguns investigadores a debruçar-se sobre o “espetáculo da fronteira” (De Genova 2002; 2013) sem refletirem muito sobre o impacto que as injustiças das políticas migratórias têm sobre todos nós. Algumas investigações sobre as mobilidades foram sendo instrumentalizadas, pelas instituições, que utilizam os relatórios rigorosamente produzidos, sobre um tema considerado “relevante e contemporâneo”, para gerar informação, mas sem nenhum impacto efetivo para os sujeitos “investigados”. Creio que uma investigação sobre mobilidades não deve ser tímida, na sua contestação política, nem redutora do impacto que a dimensão política das mobilidades tem, sobre as

peças. Daí a minha tentativa de enquadrar esta investigação numa antropologia pública (Borofsky 2019), engajada, que *sirva as pessoas* ou, pelo menos, que mostre uma contra narrativa àqueles que são os discursos dominantes sobre elas.

A solidariedade informal com pessoas cujo direito à mobilidade foi posto em causa, por políticas migratórias injustas é, antes de mais, um exercício de cidadania e de luta pelos direitos de todos. A rejeição da triagem injusta de pessoas nas fronteiras, tornou-se uma luta pela justiça social, que ultrapassa a questão das mobilidades, interetando-se com outras questões sociais, como a oposição aos excessos do neoliberalismo e a defesa da democracia e da igualdade entre todos os cidadãos. Nesse sentido, enquadra-se um movimento global de luta pelos direitos civis, protagonizado pelas pessoas em situação de mobilidade (Chacón e Davis 2006), cuja existência apela a que os interesses dos seres humanos (a sua vida plena) sejam colocados acima de interesses nacionais ou corporativos. Nesse sentido, as novas solidariedades cidadãs e o ativismo pelos direitos das pessoas em situação de mobilidade, rejeitam a linguagem hegemónica que tem legitimado a imobilização e a "ilegalização" de pessoas, pelos Estados. A (re)produção de categorias artificiais como *migrantes económicos*, *requerentes de asilo* ou *refugiados*, tem reforçado um olhar sobre as mobilidades centrado no Estado e na soberania nacional, funcionando como um enviesamento epistémico. Esta perspectiva centrada no Estado tem permanecido incontestada, apesar das evidências dos seus abusos e violências. Assim, esta investigação incide a sua preocupação nas subjetividades solidárias e migratórias, fazendo incidir a etnografia no paradigma das mobilidades, constituindo-se, assim, como um exercício de *escape* da estase hegemónica.

Desde a minha adolescência, tenho uma enorme inclinação para olhar para "as margens", no sentido de buscar "alternativas existenciais" e experiências solidárias radicais; razão pela qual enveredei pela psicologia sistémica e pelo trabalho comunitário. A minha curiosidade, como investigadora em antropologia, é o impacto sociopolítico, transformativo, destas vivências alternativas, no quotidiano, e nas vidas dos cidadãos "comuns" que as implementam, na Europa de hoje. Para tal, utilizei a lente da mobilidade, procurando ampliar estes espaços intersticiais, invisibilizados pelos Estados-Nação, onde se forma a solidariedade informal cidadã, a contestação e a resistência, aos mecanismos de controlo e de imobilização nas fronteiras. Utilizei, como ferramenta, as ações pragmáticas de solidariedade informal, que me permitiram navegar a fluidez e (por vezes) a subversão, dos *sistemas moventes solidários*, que procuram contornar os efeitos violentos e imobilizadores do *Regime Europeu de Fronteiras* (Balibar 2010; 2012). Neste território complexo, fui interpelada pela intersubjetividade dos meus interlocutores, pelos seus/nossos poderes desiguais, pelas suas/nossas pertenças múltiplas e pelas negociações morais, éticas e afetivas, produzidas entre nós.

A minha hipótese central de pesquisa, sobre a configuração destes *sistemas moventes solidários*, parece confirmar-se, no sentido em que eles são, efetivamente, assemblagens fluidas, que procuram acompanhar a mobilidade e o ritmo das pessoas, para lá das fronteiras. A associação entre corpos em movimento e os seus aliados mais “estáticos”, os cidadãos solidários, provocou transformações múltiplas em todos, com diferentes configurações e densidades, mediadas pelas características intersubjetivas de cada interlocutor. As identidades, plurais e rizomáticas, foram sendo combinadas e reajustadas, ao longo do tempo, e dos espaços em que confluíam, emergindo em diferentes formatos, segundo o contexto mais amplo, em que se inseriam. Fluindo, foram encontrando brechas, nos limites impostos pelos Estados-Nação, e permitiram, por vezes, fazer *recircular* o movimento, atuando em tensão permanente, com mecanismos de controlo das fronteiras (Glick-Schiller 2005). Recuperando a proposta de Thomas Nail (2015) sobre a política do movimento, parece-me que os *sistemas moventes solidários*, reagem aos obstáculos, buscando padrões de circulação, e é *esta* a sua linguagem. O movimento explica-nos o diálogo que está a ocorrer, no nosso coletivo *fluir-no-mundo*, para lá dos silêncios da imobilização e do encerramento de muros.

A solidariedade informal, como procurei demonstrar, é também um território de emoções, de experiências sensoriais, em que o “sentir” se intersesta com a ação e com o compromisso social e ético. Fazer parte de uma luta que se percebe como justa, como algo *maior que nós*, faz com que muitas pessoas “se sintam bem” como solidárias, que sintam prazer, e até *a excitação de ajudar*, de sentir-se “boas pessoas”. O apoio pragmático, como a angariação de fundos e a distribuição de donativos a refugiados, mais facilmente percebidos como “vítimas”, constitui-se como uma primeira linha do “*feel-good*” solidário. No entanto, como também vimos, a caridade e o humanitarismo, fazem pouca “mossa” no *status quo* político dominante. Quando as coisas se tornam mais complexas e *feias*, com deportações, desalojamentos, repressão policial e criminalização da solidariedade, parece que apenas os solidários mais “radicais” persistem, muitas vezes isolados. Os ativistas do meu trabalho de campo sofreram, na pele, experiências pessoais de vulnerabilidade, testemunhando e sendo alvo de exclusões, negligências, hostilidades, e violências institucionais. Estes processos acentuaram-se, no caso dos refugiados e dos requerentes de asilo ativistas, que foram remetidos a um lugar invisível, como *matter out of place* (Malkki 1995b). Acrescento, nesta dimensão, a minha experiência pessoal, uma vez que o corpo do investigador também se torna uma fonte de memórias e de reflexividade. Tenho a reportar um desconforto incessante, provocado pela tensão do embate com as fronteiras, e pelo testemunho direto da violência perpetrada sobre os meus interlocutores. Utilizei esta vulnerabilidade incorporada de *border thinking* (Icaza 2017) e a experiência visceral da política no meu corpo, para desconstruir os saberes anteriores. As experiências solidárias deram-me, também, momentos de emoção positiva, de satisfação, quando “pequenas vitórias” eram alcançadas pelos meus interlocutores, mas,

na grande parte do tempo, vivenciar os processos de solidariedade informal com pessoas em situação de mobilidade, foi um exercício de vulnerabilidade, frustração, desgaste e violência lenta (Nixon 2011).

A “viagem” desta tese, acompanha o movimento de pessoas para a Europa, que se designou como uma “crise de refugiados”, e que foi ponto de partida, para a maioria dos movimentos solidários que aqui apresentei. Como procurei demonstrar, esta foi, antes de mais, uma crise europeia, dos nossos valores comuns, e da nossa *coerência com os valores comuns*, que *abanou* as estruturas políticas, sociais e comunitárias; entranhando-se no nosso *substrato neurótico* coletivo (Falcão 2016). A “crise” desvelou o que já estava presente, no nosso inconsciente coletivo: os nossos medos, a nossa *kseno phobia*, e outras tensões latentes. Foram estes sentimentos e conflitos internos que se exacerbaram, com a entrada destes novos sujeitos, “incómodos”, que colocaram em causa a “paz aparente”, entre os cidadãos e os Estados, e entre os próprios Estados Europeus. Uma parte da sociedade civil deixou-se permear, pela influência das mobilidades, procurando oportunidades para recriar modelos alternativos de hospitalidade, mais cosmopolitas, que restaurassem os valores coletivos de solidariedade e de justiça. Outra parte da sociedade civil, rejeitou esta influência, procurando regressar a uma *homeostase* ou *status quo* do sistema coletivo Europeu. Em tempos conturbados e polarizados, as pessoas em situação de mobilidade e os seus aliados da sociedade civil, parecem projetar-se numa Europa imaginada, a partir das microcomunidades de resistência que descrevi.

A sociedade civil não estava, até 2015, tão atenta à realidade das violências e injustiças migratórias nas fronteiras da Europa. Até se mobilizar, dentro de portas, para receber os refugiados que chegaram às ilhas gregas e italianas, a narrativa hegemónica europeia de defesa dos direitos humanos, permanecia incontestada, salvo raras exceções. Foram os sucessivos eventos de encontro e de solidariedade informal, que emergiram após *o longo verão da migração* (Hess et al. 2016), que despertaram mais pessoas para aquela que é a realidade quotidiana das pessoas em situação de mobilidade no continente, através do testemunho direto das tragédias dos naufrágios, das vivências em campos de refugiados, das operações de retorno forçado, dos abusos policiais, das políticas de asilo injustas, dos encarceramentos e deportações. O aparato humanitário foi também exposto, ao público “civil”, que imaginava o humanitarismo na sua versão mais idílica, salvando pessoas em países não-democráticos do *Sul Global*, longe da vista. A presença da sociedade civil dentro do aparato humanitário e institucional na Grécia, funcionou como uma *pedra na engrenagem*, fazendo disparar um alarme, sobre a disfunção deste sistema. O sistema reagiu, com os seus aliados institucionais, procurando autoprotoger-se dos perigos de “intromissão” da sociedade civil no território “soberano” e democrático da Europa. A Europa foi *perdendo a paciência*, com as interferências da sociedade civil mais engajada. Discursos e medidas políticas repressivas, que seriam impensáveis, antes de 2015, tornaram-se cada vez mais explícitos, num cenário *pós-vergonha* (Abdelhady 2010). Criminalizaram-se

tripulações civis de barcos de resgate humanitários, colocaram-se apertadas restrições aos solidários cidadãos nas fronteiras, criminalizando-se a solidariedade humanitária como “crime de tráfico humano”, aumentando-se a tolerância às condições insalubres em campos de refugiados, aumentando-se a tolerância à deportação de requerentes de asilo para países não-seguros, e aumentando-se, progressivamente, a militarização das fronteiras, em nome da *segurança nacional*. Os cidadãos europeus foram aceitando estas *medidas de exceção*, acopladas a um discurso político cada vez mais polarizado, mas uma parte da sociedade civil, foi permanecendo engajada e crítica, atualizando-se e mantendo as suas resistências, reinventando novas formas de solidariedade e hospitalidade.

As autoridades policiais levantam os acampamentos dos migrantes e requerentes de asilo nas ruas de Paris? Pois crie-se um coletivo de angariação de tendas e de sacos-cama, e faça-se a sua redistribuição diária (*Paris Ground Support*). As políticas nacionais determinam que não se pode distribuir comida aos migrantes em Ventimiglia, nem cozinhar do lado francês da fronteira? Pois crie-se um coletivo que cozinha em Ventimiglia, e distribua-se a comida do lado francês da fronteira (Coletivo *Keysha Nyia*). Os Estados pretendem aumentar os *push-back* ilegais de barcos no Mediterrâneo? Pois crie-se um coletivo que monitoriza, de forma independente, os barcos em situação de risco, acionando o seu salvamento, através de parceiros com operações SAR (Observatório *Watch the Med*). As políticas migratórias criminalizam os cidadãos solidários? Pois crie-se um coletivo de advogados solidários, que os defendam em tribunal (Observatório do *Milan Charter: Solidarity is not a crime*<sup>183</sup>). Os Estados autorizam ações policiais violentas nas fronteiras? Pois documentem-se os abusos, e processe-se a própria União Europeia, por crimes contra a humanidade (Juan Branco e Omer Shatz<sup>184</sup>). O Estado Português permanece estático, quando uma pandemia afeta, de forma desigual, os requerentes de asilo alojados em *hostals*? Pois recriem-se novas redes comunitárias de apoio informal. Os problemas para os quais os migrantes indocumentados, os refugiados, os ativistas e (alguns) investigadores nos vinham alertando, há vários anos, tornou-se evidente pela acrescida responsabilidade moral, que a sociedade civil foi assumindo, nos últimos cinco anos. Conclui-se, com estas experiências, que existe uma vigilância constante do Estado e das autoridades migratórias, feita pelos próprios cidadãos, nas fronteiras e nas sociedades de acolhimento, através de iniciativas solidárias independentes e tendencialmente informais.

---

<sup>183</sup> Coletivo formado por ativistas para defender os direitos dos solidários, página de internet [em linha] disponível em: <https://www.statewatch.org/news/2017/october/italy-solidarity-is-not-a-crime-the-observatory-of-the-milan-charter-is-born/> [consult. 12 dez 2020]

<sup>184</sup> Estes dois advogados levaram a UE ao Tribunal Internacional dos Direitos do Homem, pelas políticas migratórias, que atentam contra os direitos humanos. Mais informação [em linha] disponível em: <https://euobserver.com/news/145162> [consult. 12 dez. 2020]

O conceito de choque moral esteve na base deste incremento destas ações engajadas e politizadas, pelos meus interlocutores, que se abriram ao “mundo”, antes encoberto, da violência nas fronteiras, incrédulos e confusos com as atuações dos seus próprios Estados. Nesta tese, foram exploradas diversas dimensões destas ações engajadas, com particular destaque para a dimensão pessoal e interpessoal, movida por emoções, afetividades e reciprocidades, geradas pelos *eventos de encontro solidário* (Deleixhe e Vertongen 2016; Deleixhe 2018; Darling 2011; Artero 2019). Há que destacar, ainda, a dimensão espaço-temporal, imbuída de *idiosincrasias da espera* (Kobelinsky 2010; Fontanari 2019) e das características materiais de cada uma das comunidades de acolhimento. Muitos dos meus interlocutores abriram os seus espaços privados e íntimos, deixando-se permear pelas relações afetivas, e pelas transformações quotidianas, pessoais, familiares e comunitárias, proporcionadas pelas ações de solidariedade. Por fim, há que destacar os atos de cidadania, que se inscrevem numa dimensão mais política e micropolítica (Artero 2019), quando os meus interlocutores participaram em ações de mudança ativa, afetando o quadro moral e epistemológico do acolhimento, buscando maior justiça social, através de uma hospitalidade cosmopolita.

Constatei, neste exercício, como a dimensão histórica do nosso passado colonial Europeu, marcado por discursos hegemónicos sobre o Sul Global, parece ter influência nas políticas de migração contemporâneas. O momento contemporâneo, na Europa de 2020, é marcado por um braço de ferro entre a União Europeia, os cidadãos em situação de mobilidade, e os seus aliados. A UE procura restaurar a “ordem nacional das coisas”, a qualquer custo (Pezzani e Stierl 2019), e nenhum custo parece demasiado elevado. Paralelamente, as mobilidades fluem e contestam estas medidas, porque nenhuma “ordem” pode ser estável, num mundo híbrido e em permanente movimento (Clifford 1992, 1997; Gupta e Ferguson 1997; Malkki 1992; Augé 1992; Appadurai 1996; Bauman 2000; Ingold 2009; Urry 2000; Mbembe 2017 [2013]); Cresswell 2006; Kirby 2009; Agier 2013). A mobilidade é a própria vida, e as rotas migratórias permanecem, sempre, parcialmente abertas, por entre as brechas das fronteiras (Nail 2015), abrindo novos caminhos e possibilidades de movimento. Parece faltar uma alternativa política que tome o movimento como uma realidade imparável, concebendo trajetórias seguras, que respeitem a liberdade de circulação como um direito, sem um custo humano tão elevado. Qual é, então, o caminho possível, no panorama atual das mobilidades na Europa? Como podem contribuir as redes solidárias da sociedade civil, para o desenvolvimento de alternativas políticas de circulação segura de pessoas? Em que condições pode o conhecimento académico, crítico do regime de fronteiras, produzir sugestões transformadoras para as políticas de migração e asilo e para as práticas de acolhimento e hospitalidade? É neste espírito que nos aproximamos do fim desta tese, não com o objetivo de resolver estas questões complexas, mas na esperança de que as vivências e experiências apresentadas, possam inspirar algumas ideias reformadoras.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem, diz-nos que todo o ser humano tem o direito à liberdade de circulação e de residência, dentro das fronteiras de cada Estado, bem como o direito de deixar qualquer país, incluindo o seu. Ora, enquanto a imigração não for entendida sob este direito universal, ela serve *a quem*? A mobilidade como um direito de *estar-no-mundo* não é uma “inovação”. Joseph Carens (2013) defende que as fronteiras *violam* as ideias universais de igualdade, submetendo os seres humanos a um tratamento diferenciado, baseado em privilégios adquiridos, pela mera casuística do seu local de nascimento. Se assumimos que todos os seres humanos têm o mesmo valor universal, a liberdade de movimento é parte da *liberdade humana em si mesma*, portanto, limitar a liberdade de movimento, exige uma justificação moral. Mesmo nas lógicas neoliberais do mercado global, as fronteiras são entendidas como “empecilhos” à livre circulação de capital e mercadorias, causando uma série de restrições e ineficiências económicas. Do ponto de vista neoliberal, uma justificação plausível para a defesa das fronteiras, é possibilidade de exploração laboral que elas conferem, viabilizada a partir de uma divisão entre trabalhadores “descartáveis” e exploráveis, cujos estatutos de cidadania permanecem precários, e trabalhadores “imprescindíveis”, cujos privilégios têm incluídos o estatuto de cidadania/residência e a livre circulação entre fronteiras.

Uma política alternativa de liberdade de circulação, que vise o fim da violência das fronteiras, tem que considerar as condições que movem as pessoas a sair dos seus países de origem. Nesse sentido, há que contemplar a forma como a mobilidade se associa à precariedade, negando também o próprio direito de muitas pessoas à *imobilidade*, isto é, a não serem desenraizadas e deslocadas, por turbulências de ordem política e económica. Nesse sentido, alternativas políticas devem contemplar a natureza polissémica das fronteiras (Balibar 2010) e as divisões geopolíticas, sociais e raciais, que as fronteiras nos impõem. Com efeito, e como nos alerta Balibar (2010; 2012), podemos esperar que, mesmo com muralhas demolidas, surjam outras fortalezas e mecanismos de discriminação e diferenciação social internos, alinhados por desigualdades interseccionais de classe, género e raça.

Quem defende a abertura das fronteiras procura solucionar três problemas principais. Por um lado, a criação de meios seguros de entrada, combatendo o tráfico de seres humanos e as mortes nas travessias migratórias. Por outro lado, a redistribuição económica, através do aumento de rendimentos de pessoas migrantes, e do envio de remessas para países do Sul Global. Por último, o acesso dos requerentes de proteção internacional a países seguros, sem correr riscos nem ambivalências ou arbitrariedades administrativas e burocráticas. Estes são três dos resultados esperados por alguns investigadores que estudaram esta hipótese de abertura das fronteiras (Pezzani e Stierl 2019), resultados esses que se preveem possíveis a partir da estabilização progressiva da liberdade de movimento, repondo a recirculação de capitais e recursos e reduzindo a designada “ajuda ao desenvolvimento”. Este não é um cenário “win-win”, ressalvam

Pezzani e Stierl (2019), pois a abertura de fronteiras traria novas dificuldades e conflitos sociais; mas é uma proposta propositadamente antagónica ao atual desequilíbrio de poderes globais.

Para outros investigadores, a ideia de fronteiras abertas não é suficiente, porque estas mantêm, ainda assim, o foco nas soberanias nacionais. Angela Mitropoulos (2007) prefere concetualizar um mundo *sem fronteiras* (*no borders*), em que se apague o próprio conceito epistémico de fronteira, não apenas no seu sentido político, mas acabando com as categorizações (requerentes de asilo, refugiados, migrantes económicos, cidadãos, etc.). Os ativistas abolicionistas "*no borders*" não veem esta proposta como utópica, mas sim como "pragmática", porque ela já está a ser operacionalizada, naturalmente, nos espaços de hospitalidade cosmopolita em que circulamos (Mitropoulos 2007). O que é utópico, diz Mitropoulos (2007) é, pelo contrário, a fantasia dos estados nacionais definidos artificial e territorialmente, cuja ficção assenta em práticas históricas de controlo das populações (Mbembe 2017 [2016]). Já Balibar (2010) propõe uma solução intermédia, que nem pretende abolir nem abrir as fronteiras, mas sim *democratizá-las*, colocando as fronteiras ao serviço dos cidadãos, através de "um controlo multilateral", negociado pelas próprias populações (incluindo, claro, os migrantes e refugiados), dentro de novas instituições representativas, transnacionais. Esta proposta de Balibar envolve a invenção e elaboração de uma forma de cidadania "nómada", independente dos territórios, que inclui o direito à liberdade de circulação e o direito à residência (basicamente aquilo que já acontece a muitos cidadãos do Norte Global). O conceito de "legalidade cosmopolita" (Santos e Garavito 2005), pode ajudar a implementar esta democratização das fronteiras, com uma combinação de estratégias de afirmação positiva, que garantam o acesso dos cidadãos subalternizados aos seus direitos. Para estes investigadores, o direito à mobilidade universal só poderia ser instituído através do apoio aos movimentos ativistas, que, por sua vez, pressionariam os governos, na implementação de práticas de mobilidade mais justas, e de políticas de igualdade e reposição da justiça social.

Tomando como ponto de partida os movimentos solidários e ativistas que conheci no terreno, parece-me que já existem pessoas investidas o suficiente para lutar por esta democratização de fronteiras que nos propõe Balibar. Partindo das iniciativas cidadãs de solidariedade, os meus interlocutores conseguiram encontrar processos de atuação sobre a sua cidadania global, alguns assumindo a liberdade de circulação como um direito, parte integrante do projeto Europeu. Estas resistências cidadãs interseitam-se com outras lutas interseccionais mais vastas, antirracistas, decoloniais, feministas, e pela justiça ambiental. Os cidadãos solidários que conheci, parecem investidos na reinvenção de uma nova versão de convivialidade europeia, contrariando os efeitos nefastos do neoliberalismo e desconstruindo as ideias engrandecidas de soberania nacional que têm ressurgido nos últimos anos.



Finalizo esta tese com o sentido de urgência que mencionei no primeiro capítulo. O desperdício e a perda cotidiana de vidas humanas, que tem resultado do atual regime europeu de fronteiras, exigiu uma ação cidadã, para contrariar a tendência política atual, cujas intenções estão plasmadas no novo Pacto de Migrações, apresentado em setembro de 2020. Os sistemas moventes solidários, despoletados pelo "longo verão da migração" (Hess et al. 2016) e o ativismo liderado por pessoas em situação de mobilidade, abriram-nos múltiplas possibilidades e alternativas existenciais mais justas, quer de mobilidade, quer de acolhimento e hospitalidade. Da Inglaterra à Grécia, de Portugal à Suécia, da Bélgica à França; encontrei nos cidadãos "comuns", da Europa contemporânea, e nas suas iniciativas, pequenas e grandes, mais ou menos informais, uma solidariedade e hospitalidade cosmopolitas, que resistem ao *status-quo* europeu. Encontrei espaços de micropolítica, resistência e protesto, que não se conformam com o "estado nacional das coisas", emergindo a partir de uma vasta cadeia interconectada de solidariedades que buscam uma solução comum, que ponha fim à violência nas fronteiras. Se estas mobilizações partiram de uma visão humanitária do refugiado como vítima, o certo é que há cada vez mais cidadãos politizados, investidos em alternativas de convivialidade que assentem no direito fundamental à livre circulação de pessoas no mundo. Partindo destes espaços de resistência e de cuidado pelo outro, que Gilligan (1982) designou de "*womanly ethics of care and responsibility*", quem sabe não venham a surgir transformações sociais mais amplas, com maiores efeitos políticos. Da minha parte, e dos meus interlocutores no terreno, sei que continuaremos engajados, e que os "resultados" desta tese, servirão, antes demais, para legitimar os seus/nossos movimentos cidadãos.

In egalitarian societies, counterpower might be said to be the predominant form of social power. It stands guard over what are seen as certain frightening possibilities within the society itself: notably against the emergence of systematic forms of political or economic dominance (...) in moments of radical transformation—revolutions in the old-fashioned sense—this is precisely what allows for the notorious popular ability to innovate entirely new politics, economic, and social forms. Hence, it is the root of what Antonio Negri has called "constituent power," the power to create constitutions (David Graeber 2004, p. 37).

## FONTES

### DADOS, DECRETOS-LEI, DIRETIVAS e RELATÓRIOS

- AGÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS [ACNUR]. PROTOCOLO de 1967, disponível [em linha]: [https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Protocolo\\_de\\_1967\\_Relativo\\_a\\_o\\_Estatuto\\_dos\\_Refugiados.pdf](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Protocolo_de_1967_Relativo_a_o_Estatuto_dos_Refugiados.pdf) [consult. 2 ag. 2018].
- ACNUR. *Global Trends. Forced Displacement in 2015* [consult. 2 set. 2020], disponível [em linha]: <https://www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/576408cd7/unhcr-global-trends-2015.html>, 2015.
- ACNUR. *Global Trends. Forced Displacement in 2016*. [consult. 2 set. 2020], disponível [em linha]: <https://www.unhcr.org/5943e8a34.pdf>, 2016.
- ACNUR. *Global Trends. Forced Displacement in 2017*. [consult. 2 set. 2020], disponível [em linha]: <https://www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/5b27be547/unhcr-global-trends-2017.html>, 2017.
- ACNUR. *Global Trends. Forced Displacement in 2018*. [consult. 2 set. 2020], disponível [em linha]: <https://www.unhcr.org/5d08d7ee7.pdf>, 2018.
- ACNUR. *Global Trends. Forced Displacement in 2019*. [consult. 2 set. 2020], disponível [em linha]: <https://www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/5ee200e37/unhcr-global-trends-2019.html>, 2019.
- ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES [ACM]. *Relatório de Avaliação da Política Portuguesa de Acolhimento a Pessoas Refugiadas. Programa de Recolocação* [em linha], Lisboa: ACM, 2017 [consult. 4 nov. 2020], disponível em: [\[https://www.acm.gov.pt/documents/10181/27754/Relatorio\\_Acolhimento+Pessoas+Refugiadas\\_De\\_z.2017.pdf/d21546b3-7588-483d-92a3-fa8185d61b5b\]](https://www.acm.gov.pt/documents/10181/27754/Relatorio_Acolhimento+Pessoas+Refugiadas_De_z.2017.pdf/d21546b3-7588-483d-92a3-fa8185d61b5b).
- ACM [em linha]. *Programa de Mentores*, disponível em; <https://mentores.acm.gov.pt/home> [consult. 3 nov. 2020].
- ACM [em linha]. *Inaugurado Novo Espaço Co-Work para associações e pessoas refugiadas no CNAIM*, notícia disponível em: <https://www.acm.gov.pt/-/inaugurado-novo-espaco-co-work-para-assocacoes-de-pessoas-refugiadas-no-cnaim-de-lisboa>, 2019 (consult. 3 nov. 2020).
- AMINISTIA INTERNACIONAL [em linha]. The Global Refugee Crisis in 2015, 22 dezembro 2015 [consult. 3 dez. 2020], disponível em: <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2015/12/global-refugee-crisis-2015-gallery/>.
- AMINISTIA INTERNACIONAL [em linha]. Forced Back to Danger, asylum-seekers returned from Europe to Afghanistan, disponível em: <https://www.amnesty.org/download/Documents/ASA1168662017ENGLISH.PDF> [consult. 6 dez. 2020].
- AMINISTIA INTERNACIONAL [em linha]. Fórum da Coragem, dezembro de 2018, programa [em linha]: <https://www.amnistia.pt/forumcoragem-2> [consult. 2 jan. 2019].
- ASYLUM INFORMATION DATABASE [AIDA]. Detriment of the doubt: Age assessment of unaccompanied asylum-seeking children. Legal Briefing No 6, European Council of Refugees and Exiles, 2015 [Em linha]. (Consult. 30 set. 2020). Disponível em: <https://www.ecre.org/wp-content/uploads/2016/07/ECRE-AIDA-Detriment-of-the-doubt-age-assesment-of-unaccompanied-asylum-seeking-children-December-2015.pdf>.
- ASYLUM INFORMATION DATABASE [AIDA]. (2017a). Country report: Sweden . European Council of Refugees and Exiles, 2017 [Em linha]. [Consult. 30 set. 2020]. Disponível em: [https://www.asylumineurope.org/sites/default/files/report-download/aida\\_se\\_2017update.pdf](https://www.asylumineurope.org/sites/default/files/report-download/aida_se_2017update.pdf).
- ASYLUM INFORMATION DATABASE [AIDA]. The concept of vulnerability in European asylum procedures, 2017 [consult. 2 jan. 2019]. Disponível em: [http://www.asylumineurope.org/sites/default/files/shadow-reports/aida\\_vulnerability\\_in\\_asylum\\_procedures.pdf](http://www.asylumineurope.org/sites/default/files/shadow-reports/aida_vulnerability_in_asylum_procedures.pdf).

ASYLUM INFORMATION DATABASE [AIDA]. Conditions in Detention Facilities, [consult. 3 dez. 2020], disponível [Em linha]: <https://www.asylumineurope.org/reports/country/portugal/conditions-detention-facilities>, 2019.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS, 2019 [consult. 6 out. 2020]. Relatório sobre Racismo, Xenofobia e Discriminação Étnico Racial em Portugal. Assembleia da República, Disponível [em linha]: <https://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf>.

COMISSÃO EUROPEIA. Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, Ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões. Agenda Europeia da Migração. [consult. 3 set. 2020]. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52015DC0240&from=CS>, 2015.

COMISSÃO EUROPEIA. Agenda Europeia para as Migrações, 2015, [consult. 3 dez. 2020]. Disponível [em linha]: [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/qanda\\_20\\_1707](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/qanda_20_1707).

COMISSÃO EUROPEIA. Commission recommendation of 8.12.2016, addressed to the Member States on the resumption of transfers to Greece under Regulation (EU) No. 604/2013, [consult. 2 nov. 2020]. Disponível [em linha]: [https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/what-we-do/policies/european-agenda-migration/proposal-implementation-package/docs/20161208/recommendation\\_on\\_the\\_resumption\\_of\\_transfers\\_to\\_greece\\_en.pdf](https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/what-we-do/policies/european-agenda-migration/proposal-implementation-package/docs/20161208/recommendation_on_the_resumption_of_transfers_to_greece_en.pdf)

COMISSÃO EUROPEIA. Hotspot Approach, Migration and Home Affairs, [consult. 3 dez. 2020]. Disponível [em linha]: [https://ec.europa.eu/home-affairs/what-we-do/networks/european\\_migration\\_network/glossary\\_search/hotspot-approach\\_en](https://ec.europa.eu/home-affairs/what-we-do/networks/european_migration_network/glossary_search/hotspot-approach_en).

COMISSÃO EUROPEIA. Council Directive 2002/90/EC of 28 November 2002 defining the facilitation of unauthorised entry, transit and residence, [consult. 3 set. 2020]. Disponível [em linha]: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/ALL/?uri=CELEX%3A32002L0090>.

COMISSÃO EUROPEIA. Towards a Common Immigration Policy, 2007, [consult. 2 nov. 2020]. Disponível [em linha]: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/HTML/?uri=LEGISSUM:l14575&from=FR>.

COMISSÃO EUROPEIA. Relocation: EU Solidarity between Member States 2017 [consult. 10 jul. 2019]. Disponível [em linha]: [https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKEwiR7cPZ85rfAhVYTBUIHZ41AxoQFjAAegQICRAC&url=https%3A%2F%2Fec.europa.eu%2Fcommission%2Fpublications%2Frelocation-eu-solidarity-between-member-states\\_nl&usg=AOvVaw3mfDdrVnUqllGw82y7vpWv](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKEwiR7cPZ85rfAhVYTBUIHZ41AxoQFjAAegQICRAC&url=https%3A%2F%2Fec.europa.eu%2Fcommission%2Fpublications%2Frelocation-eu-solidarity-between-member-states_nl&usg=AOvVaw3mfDdrVnUqllGw82y7vpWv).

CONVENÇÃO DE GENEBRA. Geneva Convention relative to the protection of civilian persons in time of war of 12 august 1949 [consult. 2 jul. 2019]. Disponível [em linha]: [https://www.un.org/en/genocideprevention/documents/atrocities-crimes/Doc.33\\_GC-IV-EN.pdf](https://www.un.org/en/genocideprevention/documents/atrocities-crimes/Doc.33_GC-IV-EN.pdf)

DIREÇÃO GERAL DE EDUCAÇÃO, Circular de agosto de 2020 [consult. 30 nov. 2020]. Disponível [em linha]: [https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos/Crianças\\_jovens\\_refugiados/oficio-circularmena\\_agosto2020.pdf](https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos/Crianças_jovens_refugiados/oficio-circularmena_agosto2020.pdf).

DIRETIVA DO CONSELHO 2002/90/CE, de 28 de novembro de 2002, relativa à definição do auxílio à entrada, ao trânsito e à residência irregulares [consult. 3 dez. 2020]. Disponível [em linha]: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32002L0090&from=EN>.

DECRETO DE LEI no. 62/2008, de 6 de agosto, publicado no Diário da República Eletrónico [consult. 30 nov. 2020] Disponível [em linha]: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/115924012/details/normal?q=refugiados+ensino+superior+2018>.

DECRETO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA nº 14-A/2020, de 18 de março [consult. 3 jun. 2020]. Disponível [em linha]: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/130399862/details/maximized>.

EUROPEAN COUNCIL FOR REFUGEES AND EXILES [ECRE]. ECRE Comments on the Commission Proposal for a Qualification Regulation COM (2016) 466, 2016 [consult. 8 out. 2020]. Disponível em: <https://www.ecre.org/wp-content/uploads/2016/11/ECRE-Comments-QR.pdf>.

HAUCK, V., A. KNOLL, e A. HERRERO CANGAS. EU Trust Funds—Shaping more comprehensive external action. ECDPM Briefing Note, (81). [Em linha], 2015 [consult. 14 jan. 2019]. Disponível em: [http://www.gurtong.net/ECM/Editorial/tabid/124/ctl/ArticleView/mid/519/articleId/16997/S\\_ORUDEV-Launches-Financial-Support-To-Local-Farmers-In-WBGS.aspx](http://www.gurtong.net/ECM/Editorial/tabid/124/ctl/ArticleView/mid/519/articleId/16997/S_ORUDEV-Launches-Financial-Support-To-Local-Farmers-In-WBGS.aspx).

HUMAN RIGHTS WATCH. Greece: Investigate Pushbacks, Collective Expulsions, 16 julho 2010, [consult. 2 dez. 2020]. Disponível [em linha]: <https://www.hrw.org/news/2020/07/16/greece-investigate-pushbacks-collective-expulsions>.

HUMAN RIGHTS WATCH. Denmark: Eritrea Immigration Report Deeply Flawed, 17 dezembro 2017, [consult. 2 dez. 2020]. Disponível [em linha] <https://www.ecoi.net/en/document/1166611.html>.

HUMAN RIGHTS WATCH FRANCE. Les migrants et les demandeurs d’asile victimes de violence et démunis, 2015 [consult. 3 set. 2019]. Disponível [em linha]: <https://www.hrw.org/fr/news/2015/01/20/france-les-migrants-et-les-demandeurs-dasile-victimes-de-violence-et-demunis>.

HUMAN RIGHTS WATCH FRANCE. Like Living in Hell”: Police Abuses Against Child and Adult Migrants in Calais, 2017 [consult. 3 set. 2019]. Disponível [em linha]: <https://www.hrw.org/report/2017/07/26/living-hell/police-abuses-against-child-and-adult-migrants-calais>.

EUROPEAN COUNCIL FOR REFUGEES AND EXILES [ECRE]. *EU Migration Policy and Returns: Case Study on Afghanistan. Summary and ECRE’s recommendations*, 2017 [consult. 2 set. 2020]. Disponível [em linha]: <https://www.ecre.org/wp-content/uploads/2016/11/ECRE-Comments-QR.pdf>.

ECRE. *Agent of Protection? Shaping the EU Asylum Agency. ECRE’s Analysis of the Potential and Risks Contained In the Proposal to Transform EASO into an EU Asylum Agency*, 2017 [consult. 2 set. de 2020]. Disponível [em linha]: <https://www.ecre.org/wp-content/uploads/2017/01/Policy-Note-04.pdf>.

EUROPEAN SOCIAL SURVEY [ESS]. *Attitudes towards Immigration and their Antecedents: Topline Results from Round 7 of the European Social Survey*, 2016 [consult. 29 nov. 2020]. Disponível [em linha], [https://www.europeansocialsurvey.org/docs/findings/ESS7\\_toplines\\_issue\\_7\\_immigration.pdf](https://www.europeansocialsurvey.org/docs/findings/ESS7_toplines_issue_7_immigration.pdf).

EUROBARÓMETRO [consult. 3 dez. 2020], disponível [em linha], em: <https://www.europarl.europa.eu/at-your-service/pt/be-heard/eurobarometer>.

EUROSTAT. *Asylum in the EU Member States, 2015-2020* [consult. 3 set. 2020]. Disponível [em linha]: <https://ec.europa.eu/eurostat/documents/2995521/9665546/3-14032019-AP-EN.pdf/eca81dc5-89c7-4a9d-97ad-444b6bd32790>.

FRONTEX [em linha]. *Information Management* [consult. 30 ag. 2020] Disponível [em linha]: <https://frontex.europa.eu/intelligence/information-management/>.

MINISTÉRIO PÚBLICO. *Convenção relativa ao estatuto dos refugiados*, Diário da República I, n.º 229, de 01/10/1960 [consult. 2 dez. 2020]. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/a/514732>.

LEI n.º 26/2014, de 5 de maio [consult. 13 dez. 2020]. Disponível [em linha]: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/25343767/details/maximized>.

LEI nº 15/98, de 26 de março, disponível [consult. 13 dez. 2020]. Disponível [em linha]: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/197754/details/maximized>.

LEI nº 27/2008, de 30 de junho, disponível [consult. 13 dez. 2020]. Disponível [em linha]: [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=1584&tabela=leis](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1584&tabela=leis).

LEI nº 27/2009, de 30 de junho [consult. 30 nov. de 2020]. Disponível [em linha]: <https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/74901078/201804260554/73313315/diplomaPaginacao/diploma/1>.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). *Sudão do Sul*, 2020, [consult. 31 ag. 2020]. Disponível [em linha]: <https://southsudan.iom.int>.

OIM. *Missing Migrants: Tracking Deaths Along Migratory Routes*, 2020 [consult. 3 dez. 2020]: <https://missingmigrants.iom.int/region/mediterranean>.

OIM. *Glossário sobre Migração*, 2009 [consult. 2 set. 2020]. Disponível [em linha]: <https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>.

OIM. Mediterranean Migrant Arrivals Reach 150,982 in 2017; Deaths Reach 2,839. OIM, 2017 [consult. 2 ag. 2020]. Disponível [em linha]: <https://www.iom.int/news/mediterranean-migrant-arrivals-reach-150982-2017-deaths-reach-2839>.

EUROBARÓMETRO. *Results of special Eurobarometer on integration of immigrants in the European Union*, 2018 [consult. 12 nov. 2020]. Disponível [em linha]: [https://ec.europa.eu/home-affairs/news/results-special-eurobarometer-integration-immigrants-european-union\\_en](https://ec.europa.eu/home-affairs/news/results-special-eurobarometer-integration-immigrants-european-union_en).

EUROPEAN STABILITY INITIATIVE. *The 2015 refugee crisis through statistics*, 2015 [consult. 2 ag. 2020]. Disponível [em linha]: <https://www.esiweb.org/pdf/esi%20-%20refugee%20statistics%20compilation%20-%202017%20oct%202015.pdf>.

INQUÉRITO SOCIAL EUROPEU. *Attitudes Towards Immigration and their Antecedents: Topline Results from Round 7 of the European Social Survey* [consult. 2 set. 2020]. Disponível [em linha]: [https://www.europeansocialsurvey.org/docs/findings/ESS7\\_toplines\\_issue\\_7\\_immigration.pdf](https://www.europeansocialsurvey.org/docs/findings/ESS7_toplines_issue_7_immigration.pdf).

LIFELINE. *Mission Lifeline Search and Rescue*, 2018 [consult. 2 ag. 2020]. Disponível [em linha]: <https://mission-lifeline.de/en/about-us/>

MÉDICOS SEM FRONTEIRAS [MSF]. *Mediterranean Migration* [consult. 2 ag. 2020]. Disponível [em linha]: <https://www.msf.org/mediterranean-migration-depth>.

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES. *Indicadores de Integração de Imigrantes, Relatório Estatístico Anual, Imigração em Números*, Catarina Reis Oliveira (coord.) e Natália Gomes (eds), Lisboa: Alto Comissariado para as Migrações, 2016.

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES. *Indicadores de Integração de Imigrantes, Relatório Estatístico Anual, Imigração em Números*, Catarina Reis Oliveira (coord.) e Natália Gomes (eds), Lisboa: Alto Comissariado para as Migrações. 2017.

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES. *Indicadores de Integração de Imigrantes, Relatório Estatístico Anual, Imigração em Números*, Catarina Reis Oliveira (coord.) e Natália Gomes (eds), Lisboa: Alto Comissariado para as Migrações, 2019.

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES. *Indicadores de Integração de Imigrantes, Relatório Estatístico Anual, Imigração em Números*, Catarina Reis Oliveira (coord.) e Natália Gomes (eds), Lisboa: Alto Comissariado para as Migrações, 2020.

REGULAÇÃO DE DUBLIN. *Regulation (EU) n° 604/2013 of the European parliament and of the council of 26 June 2013* [consult. 2 ag. 2019]. Disponível [em linha]: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/en/ALL/?uri=celex%3A32013R0604>.

SEA WATCH, 5 years Sea Watch, No Reason to Celebrate [consult. 2 ag. 2020]. Disponível [em linha]: <https://sea-watch.org/en/>

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS. *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2019* [consult. 2 dez. 2020]. Disponível [em linha]: <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2019.pdf>.

PARLAMENTO EUROPEU. *EU refugee crisis: "Relocation is our shared moral duty"*, 16 de maio de 2017, [consult. 2 de dez. 2020]. Disponível [em linha]: <https://www.europarl.europa.eu/news/en/headlines/society/20170515STO74806/eu-refugee-crisis-relocation-is-our-shared-moral-duty>.

REFUGEE RIGHTS DATA PROJECT. *The Long Wait* [Em linha], 2016 [consult. 23 abr. 2017]. Disponível em: <http://refugeerights.org.uk/reports/the-long-wait>.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n° 103/2020, de 23 de novembro [consult. 6 dez. 2020]. Disponível [em linha]: <https://dre.tretas.org/dre/4325133/resolucao-do-conselho-de-ministros-103-2020-de-23-de-novembro>.

## IMPrensa e BLOGUES<sup>185</sup>

- AGIER, Michel, e François GEMENNE. *Soyons réalistes : 10 raisons d'ouvrir les frontières*. Bibliobs, 26 junho 2015 [consult. 12 nov. 2020]. Disponível em: <https://bibliobs.nouvelobs.com/idees/20150626.OBS1607/soyons-realistes-10-raisons-d-ouvrir-les-frontieres.html>.
- AMNISTIA INTERNACIONAL [em linha]. *Martine landry est définitivement relaxée!*, 6 de julho 2020, disponível em: <https://www.amnesty.fr/refugies-et-migrants/actualites/martine-landry-est-definitivement-relaxee> [consult. 3 dez. 2020]
- ASSOCIAÇÃO ADFP [em linha]. *Fundação ADFP acolhe refugiados cristãos*, 22 fevereiro 2018, <https://www.adfp.pt/noticias/fundacao-adfpacolherefugiados-cristaos> [consult. 12 set. 2019]
- AUDEN, Wystan Hugh, 1939. *Refugee Blues*. Em *Lit Charts Blog* [Em linha], [consult. 3 dez. 2020], disponível em: <https://www.litcharts.com/poetry/w-h-auden/refugee-blues>.
- BATESON, Nora. "Warm Data: Contextual Research and New Forms of Research." *Hackermoon* [Blogue Em linha], 28 maio 2017 [consult. 4 abr. 2020]. <https://hackernoon.com/warm-data-9f0fcd2a828c>.
- BATESON, Nora. *Warm data: Contextual research and the evolution of science*, Nora Bateson Blogue [Em linha]. Wordpress, disponível em: <https://norabateson.wordpress.com/2017/05/28/warm-data/> [consult. 20 mai. 2019]
- BBC [em linha]. *Paris attacks: what happened on the night*, 9 de Dezembro de 2015, disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-34818994> [consult. 3 dez. 2020]
- BBC [em linha]. *Migrant Crisis: Migration to Europe explained in seven charts*, 4 de março de 2016, disponível [em linha]: <https://www.bbc.com/news/world-europe-34131911> [consult. 3 dez. 2020].
- BBC [em linha]: *Stockholm truck attack: Who is Rakhmat Akilov?* 7 junho 2018, disponível em <https://www.bbc.com/news/world-europe-39552691> [consult. 6 dez. 2020].
- BRAVE NEW EUROPE [em linha], *Maurice Stierl: Black Lives are being Lost in the Mediterranean – but the World Remains Silent*, 9 julho 2020, disponível em: <https://braveneweuropa.com/maurice-stierl-black-lives-are-being-lost-in-the-mediterranean-but-the-world-remains-silent> [consult. 3 dez. 2020].
- BUCKEL, Sonja. *Welcome Management: Making Sense of the "Summer of Migration"*, em *Near Futures Online "Europe at a Crossroads"* [Blogue em linha], 2016. [consult. 3 dez. 2020]. Disponível em: <http://nearfuturesonline.org/welcome-management-making-sense-of-the-summer-of-migration/>
- CÂNCIO, Fernanda. *A miserável acusação do homicídio de Ihor Homeniuk*, Diário de Notícias, [em linha], 10 de outubro de 2020, disponível em: <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/10-out-2020/a-miseravel-acusacao-do-homicidio-de-ihor-homeniuk-12904681.html> [consult. 2 dez. 2020]
- CRISP, Jeff. *Disingenuous, dishonest and dangerous: the EU Pact on Migration and Asylum*, 1 outubro 2020 [consult. 3 dez. 2020], Blogue [em linha] *Refugee Law Initiative*, disponível em: <https://rli.blogs.sas.ac.uk/2020/10/01/disingenuous-dishonest-and-dangerous-the-eu-pact-on-migration-and-asylum/>.
- CRISP, Jeff. *Refugee Protection at Risk*, em *Against Inhumanity* [Blog em linha], 8 de setembro de 2020 [consult. 3 out. 2020]. Disponível em: <http://www.against-inhumanity.org/2020/09/08/refugee-protection-at-risk/>.
- CHATREAU, Joel. *"La solidarité n'est pas un délit", clame Cédric Herrou : le défenseur des migrants est relaxé*, Euronews [em linha], 13 de maio de 2020 [consult. 4 dez. 2020], disponível em: <https://fr.euronews.com/2020/05/13/la-solidarite-n-est-pas-un-delit-clame-cedric-herrou-le-defenseur-des-migrants-est-relaxe>.

---

<sup>185</sup> Optei por incluir nas fontes de imprensa os artigos publicados em blogues, porque me pareceu-me importante diferenciá-los das fontes académicas.

CROUCH, David, *Danish children's rights activist fined for people trafficking*, *The Guardian* [em linha], 11 março 2016 [consult. 3 dez. 2020], disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2016/mar/11/danish-childrens-rights-activist-lisbeth-zornig-people-trafficking>.

DAILY MAIL [Em linha]. *Tiny Victim of a Human Catastrophe*, 3 de setembro de 2015 [consult. 19 set. 2020]. Disponível em: <https://www.pressreader.com/uk/daily-mail/20150903/281479275180262/>

DAVIES, Lizzy, *Lampedusa Boat Tragedy Lampedusa boat tragedy is 'slaughter of innocents' says Italian president*, *The Guardian* [Em linha], 3 de outubro de 2013, [consult. 30 de ag. 2020]. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2013/oct/03/lampedusa-boat-tragedy-italy-migrants>.

DAVIES, Lizzie; e Emma GRAHAM-HARRISON. *"Refugees Welcome Here" UK marchers take to the streets with message of support*, *The Guardian* [Em linha], 12 de Setembro de 2015 [consult. 12 set. 2020]. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2015/sep/12/refugees-welcome-uk-marchers-un-warns-war-syria-million-displaced>.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Jornal [Em linha], *Mais de 78 requerentes e asilo em Portugal fizeram testes de despistagem hoje de manhã*, 26 de abril de 2020 [consult. 3 nov. 2020]. Disponível em: <https://www.dnoticias.pt/2020/4/26/55152-mais-78-requerentes-de-asilo-em-portugal-fizeram-testes-de-despistagem-hoje-de-manha#>.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Jornal [Em linha], *Portugal acolheu mais de 2100 refugiados desde 2015*, 5 setembro de 2019 [consult. 4 nov. 2020]. Disponível em: <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/05-set-2019/portugal-acolheu-mais-de-2100-refugiados-desde-2015-11254304.html>

DIAS CORDEIRO, Ana. *Quase metade dos 1500 refugiados que chegaram já deixou Portugal*, *Jornal Público* [Em linha], 16 outubro 2017 [consult. 3 out. 2020]. Disponível em: [https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/comunicado?i=governo-disponivel-para-acolher- pessoas-do-campo-de-refugiados-de-moria&fbclid=IwAR1a6XSxjz58\\_APxTgptJsmUaQIMRy2j8EAHzCT47tCBZUOtabYKbE0fck](https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/comunicado?i=governo-disponivel-para-acolher- pessoas-do-campo-de-refugiados-de-moria&fbclid=IwAR1a6XSxjz58_APxTgptJsmUaQIMRy2j8EAHzCT47tCBZUOtabYKbE0fck)

DIAS CORDEIRO, Ana. *Refugiados sem casa estão a deixar Portugal*, *Jornal Público* [em linha], 14 de setembro de 2020 [consult. 30 nov. 2020]. Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/09/14/sociedade/noticia/refugiados-casa-estao-deixar-portugal-1931445>.

DOODY, Cameron. *10,000 Swedes demand permanent residency permits for unaccompanied migrant children*, *Novena News* [Em linha], 8 setembro 2020 [consult. 6 dez. 2020]. Disponível em: <https://novenanews.com/swedes-demand-permanent-residency-migrant-children/>

DW, Jornal [Em linha]. *Moria migrants: Germany, France will take in 400 children from Greece's refugee camp*, 10 de setembro de 2020 [consult. 3 dez. 2020]. Disponível em: <https://www.dw.com/en/moria-migrants-germany-france-will-take-in-400-children-from-greeces-refugee-camp/a-54882965>.

EL PAÍS [Em linha]. *Una imagen que estremece la conciencia de Europa*, 3 de setembro de 2015 [consult. 19 set. 2020]. Disponível em: [https://www.14ymedio.com/internacional/Portada-periodico-espanol-Pais-septiembre\\_CYMIMA20150903\\_0007\\_16.png](https://www.14ymedio.com/internacional/Portada-periodico-espanol-Pais-septiembre_CYMIMA20150903_0007_16.png)

EL PAÍS [Em linha]. *Madrid and Barcelona city councils launch plan to help refugees*, 2 de Setembro de 2015 [consult. 12 set. 2020]. Disponível em: [https://english.elpais.com/elpais/2015/09/02/inenglish/1441189162\\_571655.html](https://english.elpais.com/elpais/2015/09/02/inenglish/1441189162_571655.html).

ESQUERDA, blogue [Em linha]. *Audição Pública, Acolhimento a Refugiados em Portugal: Luzes e Sombras*, 22 março 2018 [consult. 12 set. 2020]. Disponível em: <https://www.esquerda.net/evento/audicao-publica-acolhimento-de-refugiados-em-portugal-luzes-e-sombras/53913>.

EU OBSERVER [Em linha]. *Meet the lawyer taking the EU migration policy to the ICC*, 14 junho 2019 [consult. 3 dez. 2020]. Disponível em: <https://euobserver.com/news/145162>.

- EXPRESSO, Jornal [Em linha], *350 refugiados têm de regressar a Portugal*, 10 setembro 2017 [consult. 12 set. 2019]. Disponível em: <https://expresso.pt/sociedade/2017-09-10-350-refugiados-tem-de-regressar-a-Portugal>.
- FINANCIAL TIMES [Em linha]. *Belgium's leaders seek way out of impasse over government*. [consult. 30 nov. 2019]. Disponível em: <https://www.ft.com/content/1018eaac-03b1-11e9-99df-6183d3002ee1>.
- GAGOVSKA, Elena. *Overcrowded Refugee Camps Are Designed to Tell Us That Non-Europeans' Lives Count for Less*, revista digital Jacobin [Em linha], 11 de maio de 2020, [consult. 3 dez. 2020]. Disponível em: <https://www.jacobinmag.com/2020/11/overcrowded-refugee-camps-eu-migration-policy-lesbos-moria>.
- GOLDMAN, Russel. *Migrant crisis by the numbers*, New York Times [Em linha], 3 fevereiro de 2016 [consult. 3 dez. 2020]. Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2016/02/04/world/europe/migrant-crisis-by-the-numbers.html>.
- GOULIAMAKI, Louisa. *A look at Europe's ongoing migrant crisis*, France 24 [Em linha], 22 de dezembro de 2016 [consult. 3 dez. 2020]. Disponível em: <https://www.france24.com/en/20161222-2016-year-europe-ongoing-migrant-crisis>.
- HENRIQUES, Joana Gorjão. *Três inspectores do SEF acusados de homicídio qualificado de Ihor Homenyuk*, Jornal Público [Em linha], 30 de setembro de 2020 [consult. 2 dez. 2020]. Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/09/30/sociedade/noticia/tres-inspectores-sef-acusados-homicidio-qualificado-cidadao-ucraniano-1933460>.
- INFOMIGRANTS [Em linha]. *Update: Lifeline rescue ship will dock in Malta amid controversy*, 27 de junho de 2018 [consult. 16 dez. 2020]. Disponível em: <https://www.infomigrants.net/en/post/10230/update-lifeline-rescue-ship-will-dock-in-malta-amid-controversy>.
- INFOMIGRANTS [Em linha]. *Thousands of protesters call on Germany to take in Moria refugees*, 10 de setembro de 2020 [consult. 3 dez. 2020]. Disponível em: <https://www.infomigrants.net/en/post/27190/thousands-of-protesters-call-on-germany-to-take-in-moria-refugees>.
- INFOMIGRANTS [Em linha]. *Aide aux migrants: le Niçois Pierre-Alain Mannoni relaxé*, 28 de outubro de 2020 [consult. 4 dez. 2020]. Disponível em: <https://www.infomigrants.net/en/post/28181/aide-aux-migrants-le-nicois-pierre-alain-mannoni-relaxe>.
- KINMAN, Christopher. *Thinking about Charity and Gift*. Territories of the Alive, blogue [Em linha], 2009, [consult. 2 nov. 2020]. Disponível em: <http://christopherkinman.blogspot.com/2009>.
- KINMAN, Christopher J. *The Languages of Gifts: Honouring Community in Professional Practice*, Territories of the Alive Trilogy, blogue [Em linha]. Rhizome Productions, 2011 [consult. 2 nov. 2020]. Disponível em: <http://christopherkinman.blogspot.com/2011>.
- KINMAN, Christopher J. *Confluence of the Gift: Awakening Community in an Institutional World*, Territories of the Alive Trilogy, blogue [Em linha]. Rhizome Productions, 2011 [consult. 2 nov. 2020]. Disponível em: <http://christopherkinman.blogspot.com/2011>.
- KINMAN, Christopher J. *Pilgrimages of the Gift: Meditations on the Alive in a Secular World*, Territories of the Alive Trilogy, blogue [Em linha]. Rhizome Productions, 2011 [consult. 2 nov. 2020]. Disponível em: <http://christopherkinman.blogspot.com/2011>.
- LYMAN, Eric. *Hundreds of migrants Drown in Mediterranean as Europe refugee crisis boils over*, *Washington Times* [Em linha], 20 abr. 2015 [consult. 30 ag. 2020]. Disponível em: <http://www.washingtontimes.com/news/2015/apr/20/migrants-drown-in-mediterranean-as-europe-refugee-/?page=all>.
- LUSA [Em linha]. *Covid-19: Aumento de pedidos de asilo obriga a alojamento fora de centros de acolhimento – CPR*, 22 de abril 2020 [consult. 2 dez. 2020]. Disponível em:



<https://www.lusa.pt/article/8RgvLQlqBuGY20rCk3BPYjMSZM5iuSl1/covid-19-aumento-de-pedidos-de-asilo-obriga-a-alojamento-fora-de-centros-de-acolhimento-cpr>.

LUZ, Paula Sofia. *Porque fogem os refugiados de Portugal?* Diário de Notícias [Em linha], 11 de dezembro de 2016 [consult. 12 set 2019]. Disponível em: <https://www.dn.pt/portugal/porque-fogem-os-refugiados-de-portugal-5545524.html>.

MOMATAZ, Khandaker; e Arianne SMITH. *Medical Anthropology in the times of Covid-19*, Blogue [Em linha], 2020 [consult. 3 dez. 2020]. Disponível em: <https://commons.princeton.edu/ant240-s20/creative-projects/the-experience-of-privileged-and-disadvantaged-us-populations-during-covid-19/>.

MCGREGOR, Marlon. *Moria 2.0: The new Lesbos refugee camp*, Infomigrants [Em linha], 12 outubro 2020 [consult. 30 set. 2020]. Disponível em: <https://www.infomigrants.net/en/post/27851/moria-2-0-the-new-lesbos-refugee-camp>.

MIGRANTS INFO [Em linha]. *Les Midi du MIE*, 18 novembro 2018 [consult. 30 nov. 2019]. Disponível em: <https://www.migrants-info.eu/les-midi-du-mie/>.

MIGRATION POLICY GROUP [Em linha], “We are a Welcoming Europe” [consult. 3 dez. 2020], disponível em: <https://www.migpolgroup.com/index.php/portfolio-item/welcoming-europe/>.

PINNEY, Rob. *Responding to Aylan Kurdi: Can a Single Photograph Really Change History?* Rob Pinney Blogue [em linha], 1 novembro 2015 [consult. 3 dez. 2020]. Disponível em: <https://www.robpinney.com/blog/aylan-kurdi-response>.

POLÍTICO [Em linha]. *The phrase that haunts Angela Merkel*, 19 de Agosto de 2016, [consult. 30 set. 2020]. Disponível em: <https://www.politico.eu/article/the-phrase-that-haunts-angela-merkel/>.

PÚBLICO, Jornal [Em linha], *Nasceu a Plataforma de Apoio aos Refugiados e Sabina deu a cara por ela*, 4 setembro 2015[consult. 3 dez. 2020]. Disponível em: <https://www.publico.pt/2015/09/04/sociedade/noticia/nasceu-a-plataforma-de-apoio-aos-refugiados-e-sabina-deu-a-cara-por-ela-1706862>.

PÚBLICO, Jornal [Em linha], *Refugiados sírios sem água e electricidade em Miranda do Corvo por não pagarem renda de casa*, 12 de novembro de 2018 [consult. 12 set. 2019]. Disponível em: <https://www.publico.pt/2018/11/12/sociedade/noticia/refugiados-sirios-agua-eletricidade-miranda-corvo-nao-pagarem-renda-casa-1850862>.

PÚBLICO, Jornal [Em linha]. *Portugal é um dos países que mais recusam asilo: 64% dos pedidos rejeitados*, 20 de Junho de 2018 [consult. 3 dez. 2020]. Disponível em: <https://www.publico.pt/2018/06/20/sociedade/noticia/portugal-recusou-mais-de-64-dos-pedidos-de-asilo-1835193>.

PÚBLICO, Jornal [Em linha]. *Mais de metade dos 1500 refugiados que chegaram já deixou Portugal*, 16 de outubro de 2017 [consult. 1 jul. 2019]. Disponível em: <https://www.publico.pt/2017/10/16/sociedade/noticia/mais-de-metade-dos-1500-refugiados-que-chegaram-ja-deixou-portugal-1788767>.

RADIO ALENQUER [Em linha]. *Refugiados recusam-se a sair do autocarro dos bombeiros voluntários de Alenquer*, 21 maio 2020 [consult. 3 dez. 2020]. Disponível em: <http://www.radioalenquer.pt/refugiados-recusam-se-a-sair-do-autocarro-dos-bombeiros-voluntarios-de-alenquer/>

de REBETZ, Roxane de Massol. *The Crime of Solidarity*, Leidenlawblog [Em linha], 14 de dezembro de 2017, [consult. 4 set. 2019]. Disponível em: <https://leidenlawblog.nl/articles/the-crime-of-solidarity>.

REFUGEE RIGHTS EUROPE [Em linha]. *New Pact on Migration an Exacerbation of Past Failures in Shiny New Packaging*, 2020 [consult. 3 out. 2020]. Disponível em: [https://refugee-rights.eu/2020/09/28/new-pact-on-migration-an-exacerbation-of-past-failures-in-shiny-new-packaging/?fbclid=IwAR1vqXNdRGmj2GpRu-L4Q3mPDUAp\\_\\_kxdKyVPcxGviiq7EQWD6WSzOiQzq8](https://refugee-rights.eu/2020/09/28/new-pact-on-migration-an-exacerbation-of-past-failures-in-shiny-new-packaging/?fbclid=IwAR1vqXNdRGmj2GpRu-L4Q3mPDUAp__kxdKyVPcxGviiq7EQWD6WSzOiQzq8).

- REIDY, Eric. *Refugee Volunteer psioner Sarah Mardini and Europe's Hardening line on migration*, The New Humanitarian [Em linha], 2 maio 2019 [consult. 3 dez. 2020]. Disponível em: <https://www.thenewhumanitarian.org/feature/2019/05/02/refugee-volunteer-prisoner-sarah-mardini-and-europe-s-hardening-line-migration>.
- ROBINSON, M. e Kent SMITH. *Calais under siege: Riot police battle 2,500 migrants desperate to reach Britain through Channel Tunnel during weekend of chaos*, 2015 [consult. 4 dez. 2019]. Daily Mail [Em linha]. Disponível em: <https://www.dailymail.co.uk/news/article-3183668/Riot-police-pelted-stones-2-100-migrants-storm-Channel-Tunnel-Calais-weekend-chanting-Open-borders.html>.
- SANDER, Zenita. *Afghan Migrants Escaped War; Doomed to Hopeless Future in Europe*, Khama Press [Em linha], 12 outubro 2020 [consult. 6 dez. 2020]. Disponível em: <https://www.khaama.com/afghan-migrants-escaped-war-doomed-to-hopeless-future-in-europe-79876/?fbclid=IwAR2TPg7uUOjHcqkvWQNlo1AqZeRGGNS9soSosGsnZVuW5UxQ1ef3EYrcafc>.
- SANTINHO, Cristina, Dora REBELO, e Sílvia CARDOSO. *A covid-19 e o descortinar das práticas do sistema de asilo português*. Jornal Público [Em linha], 21 de maio 2020 [consult. 10 dez. 2020]. Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/05/31/opiniao/opiniao/covid19-descortinar-praticas-sistema-asilo-portugues-1918690>.
- SANTINHO, Cristina., Dora REBELO, e Sílvia Cardoso. *Covid-19, The 'Undercover' Portuguese Asylum System, and Its Jerry-Riggings*, Border Criminologies Blog [Em linha], 30 de junho 2020 [consult. 3 ag. 2020], Disponível em: <https://www.law.ox.ac.uk/research-subject-groups/centre-criminology/centreborder-criminologies/blog/2020/06/covid-19>.
- SIC NOTÍCIAS [Em linha]. *Antiga Presidente da Raríssimas deve 350.000 euros a instituição, 15 março 2019* [consult. 3 dez. 2020]. Disponível em: <https://sicnoticias.pt/pais/2019-03-15-Antiga-presidente-da-Rarissimas-deve-350-mil-euros-a-instituicao>.
- THE NEW HUMANITARIAN [Em linha]. *Greece's 'new tactic' of migrant expulsion from deep inside its land borders*, 7 de outubro de 2020, [consult. 2 out. 2020]. Disponível em: <https://www.thenewhumanitarian.org/news-feature/2020/10/07/Greece-migrant-pushbacks-expulsion-Evros-Turkey>.
- THE SYDNEY MORNING HERALD, Jornal [em linha], 30 de junho de 2016 [consult. 12 set. 2020] disponível [em linha]: <https://www.smh.com.au/world/how-a-surge-of-migrants-has-pushed-european-politics-into-the-arms-of-the-right-20160613-gphqb9.html>
- TIMES OF ISRAEL [Em linha]. *Neo-nazis, leftists, feminists protest over sexual assaults in cologne*, 10 de Janeiro de 2016 [consult. 3 dez. 2020]. Disponível em: <https://www.timesofisrael.com/neo-nazis-leftists-feminists-protests-over-sexual-assaults-in-cologne/>.
- VIEWPOINT MAGAZINE. *The Border Crossing Us'*, 2018 (consult. 4 jul. 2020). Disponível [Em linha]: [https://www.viewpointmag.com/2018/11/07/from-what-shore-does-socialism-arrive/?fclid=IwAR0HNBcelZGJrYZWFEBtZDKUFnr58VsmBk7Z6OfLR5MOt\\_o5NwWuVleP\\_Qs](https://www.viewpointmag.com/2018/11/07/from-what-shore-does-socialism-arrive/?fclid=IwAR0HNBcelZGJrYZWFEBtZDKUFnr58VsmBk7Z6OfLR5MOt_o5NwWuVleP_Qs).
- VISÃO, Revista [Em linha]. *Portugal é o segundo melhor país a acolher imigrantes*, 2 de junho de 2015 [consult. 4 nov. 2020]. Disponível em: <https://visao.sapo.pt/atualidade/mundo/2015-06-12-portugal-e-o-segundo-melhor-pais-a-acolher-imigrantesf822443/>.

## PÁGINAS DE INTERNET

- AEGEAN BOAT REPORT [em linha]: <https://aegeanboatreport.com> [consult. 3 dez. 2020]
- AFGHANISTAN MIGRANTS ADVICE AND SUPPORT ORGANIZATION [AMASO], página oficial [em linha]: <https://amasosite.wordpress.com> [consult. 30 novembro 2020]
- ASSOCIAÇÃO CRESCER, página oficial [em linha]: <https://crescer.org/en/projects/e-uma-vida/> [consult. 14 nov. 2020]
- BAAM, página oficial [em linha]: <https://baamasso.org/en/learning-french/> [consult. 30 nov. 2019]
- BIG LOTTERY FUND [em linha]: <https://www.mind.org.uk/about-us/our-policy-work/side-by-side/> [consult. 3 mar. 2019]
- BOATS 4 PEOPLE, *Facebook* [em linha]: <https://www.facebook.com/boats4people>
- BORDER VIOLENCE MONITORING NETWORK, página oficial [em linha]: <https://www.borderviolence.eu> [consult. 6 de dezembro de 2020]
- CICLOPE, página *Facebook* [em linha]: [https://www.facebook.com/Ciclopecommunity/events/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/Ciclopecommunity/events/?ref=page_internal) [consult. 15 dez. 2020]
- CINE MAXIMILIAAN, página oficial [em linha]: [www.cinemaximiliaan.org](http://www.cinemaximiliaan.org) [consult. 3 dezembro 2019]
- CIRE, página oficial [em linha]: <https://www.cire.be> [consult. 30 nov. 2019]
- CONFINEMENT ET ABUS POLICIERS BELGIQUE, *Facebook* [em linha]: <https://www.facebook.com/groups/3000190246669483/> [consult. 3 dezembro 2020]
- CONSELHO PORTUGUÊS PARA OS REFUGIADOS, página oficial [em linha]: <https://cpr.pt>
- EUROPE MUST ACT, página oficial [em linha]: <https://www.europemustact.org> [consult. 3 dez. 2020]
- FÓRUM REFÚGIO PORTUGAL, página de *Facebook* [em linha]: <https://www.facebook.com/projetoureparp>
- FROM THE SEA TO THE CITY, página oficial [em linha]: <https://fromseacity.eu> [consult. 3 dez. 2020]
- GLOBE AROMA, página oficial [em linha]: <http://www.globearoma.be> [consult. 30 nov. 2019]
- HOSTING IN PARIS FOR OFPRA AND CNDA, página *Facebook* [em linha]: <https://www.facebook.com/groups/1169295689753208/permalink/4112987518717329> [consult. 11 dez. 2020]
- IMBD, *Green Card*, página oficial [em linha]: <https://www.imdb.com/title/tt0099699/> [consult. 30 nov. 2019]
- JESUIT REFUGEE SERVICE PORTUGAL (JRS), página oficial [em linha]: <http://www.jrsportugal.pt/acolhimento/> [consult. 14 nov. 2020]
- KESHA NIYA, página oficial [em linha]: <https://keshaniya.org/2020/07/> [consult. 30 nov. 2019]
- LES AMIS DES MIGRANTS SUEDOPHONES EM FRANCE [LAMSF], página *Facebook* [em linha]: [https://www.facebook.com/lamsfinfo/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/lamsfinfo/about/?ref=page_internal) [consult. 10 dez. 2020]
- LIVING IN A DIFFERENT CULTURE, ISCTE-IUL/CRIA, página de *Facebook* disponível [em linha]: <https://www.facebook.com/livinginadifferentculture/> [consult. 1 dez 2020]
- NO BORDER, página oficial [em linha]: <http://www.noborder.org> [consult. 3 dez. 2020]
- PARIS REFUGEE GROUND, página *Facebook* [em linha]: <https://www.facebook.com/PRGS.team/> [consult. 30 nov. 2019]
- PERLES D'ACCUEIL, página oficial [em linha]: <https://perlesdaccueil.be> [consult. 3 dez. 2020]
- PIA KLEMP, blogue oficial [em linha]: <https://kottke.org/tag/Pia%20Klemp> [consult. 20 set. 2020]
- PLATAFORMA DE APOIO AOS REFUGIADOS (PAR), página oficial [em linha]: <https://www.refugiados.pt/refugiados/refugiadosemportugal/> [consult. 3 set. 2019]
- PLATEFORME CITOYENNE DE SOUTIEN AUX REFUGIÉS, página oficial [em linha]: <https://www.bxlrefugees.be/en/qui-sommes-nous/> [consult. 30 nov. 2019]
- PLATEFORME D'AIDE AUX EXILÉS EN FRANCE, *Facebook*, [em linha]: <https://www.facebook.com/Plateformeaideauxexiles/> [consult. 3 dez. 2020]

PROVEDOR DE JUSTIÇA, página oficial [em linha]: <http://www.provedor-jus.pt/> [consult. 30 de out. de 2020]

SINGA, página oficial [em linha]: <https://www.singafrance.com/presentation> [consult. 30 nov. 2020]

TOUCHSTONE SUPPORT, página oficial [em linha]: <https://touchstonesupport.org.uk> [consult. 3 mar. 2019]

WATCH THE MED, Página oficial [em linha]: <https://watchthemed.net> [consult. 3 dez. 2020]

## VIDEOGRAFIA

EURONEWS [em linha] *Migrant rescue boat threatened by Libyan coastguard in international waters*, Youtube [em linha], 15 agosto 2017 [consult. 14 jul. 2018], disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=ORnBTGTU2Y>.

SIC NOTÍCIAS [Em linha]. *Ódio, mentira e lágrimas. O testemunho da viúva do ucraniano morto no aeroporto de Lisboa*, 9 dezembro 2020 [consult. 10 dez. 2020], disponível em:

<https://sicnoticias.pt/pais/2020-12-09-Odio-mentira-e-lagrimas.-O-testemunho-da-viuvado-ucraniano-morto-no-aeroporto-de-Lisboa>.

TVI [em linha]. Casos de sucesso na inclusão de refugiados em Portugal, 13 fevereiro 2019, [consult. 4 nov. 2020], disponível em: [https://tvi.iol.pt/vocenatv/videos/casos-de-sucesso-na-inclusao-de-refugiados-em-](https://tvi.iol.pt/vocenatv/videos/casos-de-sucesso-na-inclusao-de-refugiados-em-portugal/5c6409e70cf2b67a55a596cf?featuredImageSize=1024&getPomLastBuildSeconds=1.72&listImageSize=480&min=&contextPath=%2Fvocenatv%2F)

[portugal/5c6409e70cf2b67a55a596cf?featuredImageSize=1024&getPomLastBuildSeconds=1.72&listImageSize=480&min=&contextPath=%2Fvocenatv%2F](https://tvi.iol.pt/vocenatv/videos/casos-de-sucesso-na-inclusao-de-refugiados-em-portugal/5c6409e70cf2b67a55a596cf?featuredImageSize=1024&getPomLastBuildSeconds=1.72&listImageSize=480&min=&contextPath=%2Fvocenatv%2F)

UNICORN RIOT. *Notara 26, Greece's First Housing Squat for Refugees & Migrants*, Youtube [em linha], 8 maio 2018 [consult. 12 ag. 2018]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OLgLletE4xQ>

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABDELHADY, Dalia. Media constructions of the refugee crisis in Sweden Refugees and the violence of welfare bureaucracies in Northern Europe, *Manchester Openhive* [Em linha]. Manchester University Press, 2020 [consult. 6 dez. 2020], disponível em: <https://www.manchesteropenhive.com/view/9781526146847/9781526146847.00015.xml>.
- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*, 2ª ed., trad. Iraci D. POLETI. São Paulo: Boitempo, 2007. ISBN: 978-85-7559-057-7.
- AGAMBEN, Giorgio. *Means without end: notes on politics*, trad. Vincenzo BINETTI e Cesare CASARINO. Minnesota: University of Minnesota, 2000. ISBN 0-8166-3036-4.
- AGIER, Michel. *Borderlands: Towards an Anthropology of the Cosmopolitan Condition*. Londres: Cambridge Polity Press, 2016. ISBN: 978-0-745-69680-5.
- AGIER, Michel. *Managing the Undesirables: Refugee Camps and Humanitarian Government*. Londres: Cambridge Polity Press, 2011. ISBN: 978-0-7456-4901-6.
- AGUSTÍN, Óscar Garcia, e Martin Bak JORGENSEN. *Solidarity without Borders: Gramscian Perspectives on Migration & Civil Society Alliances* [E-book]. Londres: Pluto Press, 2016. ISBN 978 1 7837 1763 7.
- AKKERMAN, Mark. *Expanding the Fortress. The policies, the profiteers and the people shaped by EU's border externalization programme* [Em linha]. Transnational Institute e Stop Wapeland, 2018 [consult. 3 nov. 2020], disponível em: [https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/expanding\\_the\\_fortress\\_-\\_1.6\\_may\\_11.pdf](https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/expanding_the_fortress_-_1.6_may_11.pdf).
- ALCOFF, Linda. The Problem of Speaking for Others, *Cultural Critique* [Em linha], 1991, 20, p. 5-32 [consult. 3 nov. 2020]. University of Minnesota Press. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1354221>.
- ALLSOPP, Jennifer. Contesting fraternité: vulnerable migrants and the politics of protection in contemporary France, *Oxford Refugee Studies Centre* [Em linha], Working Paper nº 82, 2012 [consult. 4 dez. 2020]. Disponível em: <https://www.rsc.ox.ac.uk/publications/contesting-fraternite-vulnerable-migrants-and-the-politics-of-protection-in-contemporary-france>.
- ALLSOPP, Jennifer. The European facilitation Directive and the Criminalisation of Humanitarian Assistance to Irregular Migrants: Measuring the Impact on the Whole Community, Em: E. GUILD e S. CARRERA, eds., *Irregular Migration, Trafficking and Smuggling of Human Beings: Policy Dilemmas in the EU*. Brussels: CEPS [Em linha], 2016, p. 47-57 [consult. 4 dez. 2019]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/supporting-analyses>.
- AMBROSINI, Maurizio. From “illegality” to tolerance and beyond: Irregular immigration as a selective and dynamic process. *International Migration* [Em linha], 2016, 54(2), p.144–159 [consult. 6 set. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/imig.12214>.
- AMBROSINI, Maurizio. Irregular but tolerated: Unauthorized immigration, elderly care recipients, and invisible welfare, *Migration Studies* [Em linha], 2015, 3(2), p.199–216 [consult. 6 set. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/migration/mnu042>.
- AMBROSINI, Maurizio. Why irregular migrants arrive and remain: the role of intermediaries. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 2016, 43 (11), p. 1813-1830 [consult. 5 ag. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1369183X.2016.126044243>.
- AMIN, Ash. Regions unbound: towards a new politics of place. *Geografiska Annaler: Series B, Human Geography* [Em linha], 2004, 86(1), p. 33–44. [consult. 6 jul. 2020], disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.0435-3684.2004.00152.x>.
- AMIT, Vered. Introduction: Constructing the Field, Em: Vered AMIT, ed., *Constructing the Field. Ethnographic Fieldwork in the Contemporary World*, 2000, p. 1–18. Londres: Routledge. ISBN 9780415198301.
- AMOORE, Louise. Biometric borders: Governing mobilities in the war on terror. *Political Geography* [Em linha], 2006, (25), p. 336-351 [consult. 2 set. 2020]. DOI:10.1016/j.polgeo.2006.02.001. Disponível em pdf: [http://www.antonioacasella.eu/nume/Amoore\\_2006.pdf](http://www.antonioacasella.eu/nume/Amoore_2006.pdf).

- ANDERSON, Bridget. What does The Migrant tell us about the (Good) Citizen? *Centre on Migration, Policy and Society* [Em linha]. WP nº 94, 2012 [consult. 17 nov. 2020]. Oxford University. Disponível em pdf: [https://www.compas.ox.ac.uk/wp-content/uploads/WP-2012-094-Anderson\\_Migrant\\_Good\\_Citizen.pdf](https://www.compas.ox.ac.uk/wp-content/uploads/WP-2012-094-Anderson_Migrant_Good_Citizen.pdf).
- ANDERSON, Bridget, Nandita SHARMA, e Cynthia WRIGHT. Why no Borders? *Canada Journal on Refugees* [Em linha], 2009, 26 (2), p. 5-18 [consult. 13 nov. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.25071/1920-7336.32074>.
- ANDERSON, Malcolm. The transformation of border controls: A European precedent? Em: Timothy SNYDER, e Peter ANDREAS, eds., *The wall around the West: State borders and immigration controls in North America and Europe*, p. 15-29. Lanham: Rowman & Littlefield, 2000. ISBN: 978-0742501782.
- ANDERSON, Ruben. Time and the migrant other: European border controls and the temporal economics of illegality. *American Anthropologist* [Em linha], 2014, 116(4), p. 795-809 [consult. 27 out. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/aman.12148>.
- ANTUNES, José António Pereira de Jesus. Refugiados e Saúde Mental: Acolher, Compreender e Tratar. *Psicologia, Saúde e Doenças* [Em linha], 2017 vol. 18 (1), p. 115-130. [consult. 28 jul. 2018]. ISSN - 2182-8407. Disponível em pdf: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/psd/v18n1/v18n1a10.pdf>.
- APPADURAI, Arjun. The Production of Locality. Em: R. FARDON, ed., *Counterworks: Managing the diversity of knowledge*, 1995, p. 204-255. Londres: Routledge. ISBN 0415107938.
- APPADURAI, Arjun. *Modernity at Large. Cultural Dimensions of Globalization Public Worlds* [Em linha]. Chicago: University of Minnesota Press, 1996 [consult. 2 jun. 2020], ISBN: 0816627924; disponível em pdf: <https://pt.scribd.com/doc/198923396/Arjun-Appadurai-Modernity-at-Large-Cultural-Dimensions-of-Globalization-Public-Worlds-V-1-University-of-Minnesota-Press-1996-pdf>.
- APPADURAI, Arjun. Globalization and the research imagination, *International Social Science Journal* [Em linha], 1999, 51 (160), p. 229-238 [consult. 6 mar. 2019]. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1468-2451.00191>.
- ARADAU, Claudia. Political grammars of mobility, security and subjectivity. *Mobilities* [Em linha], 201611(4), p.564-574 [consult. 23 nov. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17450101.2016.1211824>.
- ARADAU, Claudia e Jef HUYSMANS. Mobilising (Global) Democracy: A Political Reading of Mobility between Universal Rights and the Mob Millennium. *Journal of International Studies* [Em linha], 2009, 37(3), p. 583-604 [consult. 23 nov. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1468-5965.2010.02081.x>
- ARADAU, Claudia e Jef HUYSMANS. Critical methods in International Relations: The politics of techniques, devices and acts, *European Journal of International Relations* [Em linha], 2013, 20 (3) [consult. 23 nov. 2020]. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/>.
- ARADAU, Claudia, Jef HUYSMANS, e Vicky SQUIRE. Acts of European citizenship: A political sociology of mobility. *Journal of Common Market Studies* [Em linha], 2010, 48 (4), p. 945-965 [consult. 23 nov. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1468-5965.2010.02081.x>.
- ARAÚJO, Marcelo de. Moralidade Positiva e Moralidade Crítica. *Revista de Filosofia da PUCRS* [em linha], 2015, 60 (1): 148-166 [consult. 3 nov. 2017]. DOI: 10.15448/1984-6746.2015.1.19306. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article/view/19306>.
- ARENDT, Hannah. *As Origens do Totalitarismo*. Lisboa: Dom Quixote, 2017 [1951]. ISBN: 978-9-7220-2909-4.
- ARENDT, Hannah. *Eichmann in Jerusalem: A Report on the Banality of Evil*. Penguin Classics, 2006 [1963]. ISBN: 978-0-143-0398-8.
- ARTERO, Maurizio. Motivations and Effects of Volunteering for Refugees. Spaces of encounter and political influence of the new civic engagement in Milan. *Partecipazione e Conflitto* [Em linha], 2019, 12(1): 142-167 (consult. 3 mar. 2019). DOI: 10.1285/i20356609v12i1p142, disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/334250280>.
- AUGÉ, Marc. *Non-lieux, introduction à une anthropologie de la surmodernité*, Paris: Éditions du Seuil, 1975. ISBN: 978-2-0201-2526-0.

- d'AURIA, Viviana, Racha DAHER, e Katharina ROHDE. From integration to solidarity: Insights from Civil Society Organisations in three European Cities. *Urban Planning* [Em linha], 2018, 3 (4) [consult. 6 dez. 2020]. ISSN: 2183-7635. Disponível em: <https://www.cogitatiopress.com/urbanplanning/article/view/1688>.
- BADIOU, Alain. *Conditions*, transl. Steven CORCORAN. London: Continuum, 2008. ISBN: 978-0-8264-9827-4.
- BALDWIN-EDWARDS, M.; B. BLITZ, e H. CRAWLEY. The politics of evidence-based policy in Europe's "migration crisis". *Journal of Ethnic and Migration Studies* [Em linha], 2019, 45 (12), p. 2139-2155 [consult. 3 dez 2020]. DOI: 10.1080/1369183X.2018.1468307. Disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/1369183X.2018.1468307>.
- BALIBAR, Étienne. At the borders of citizenship: a democracy in translation? *European Journal of Social Theory* [Em linha], 2010, 13(3), p. 315-322 [consult. 23 nov. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1177%2F1368431010371751>.
- BALIBAR, Étienne. *Citizenship*. Cambridge: Polity, 2015. ISBN: 978-0-745-68240-2.
- BALIBAR, Étienne. *Equaliberty*. Duke University Press, 2013. ISBN: 978-0-8223-7722-1.
- BALIBAR, Étienne. Europe as borderland, Environment and Planning. *Society and Space* [Em linha], 2009, 27 (2), p.190–215 [consult. 6 nov. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1068%2Fd13008>.
- BALIBAR, Étienne. *Nous citoyens d'Europe? Les frontières, l'État, le peuple*. La Découverte, Paris [Em linha], 2001 [consult. 4 set. 2020]. ISBN: 9782707134608. Disponível em: <https://www.cairn.info/nous-citoyens-d-europe--9782707134608.htm>.
- BALIBAR, Étienne. Strangers as enemies: Walls all over the world, and how to tear them down. *Mondi Migranti*, [Em linha], 2012, 6(1), p.7–25 [consult. 4 dez. 2020]. Disponível em: <https://anselmocarranco.tripod.com/id51.html>.
- BALIBAR, Étienne. What is a border? Em: Étienne BALIBAR, ed., *Politics and the Other Scene*, London & New York: Verso, 2002, p. 75-86. ISBN: 9781859842676.
- BARKER, Vanessa. Global Mobility and Penal Order: Criminalizing Migration, A View from Europe', *Sociology Compass* [Em linha], 2012, 6(2), p. 113–121 [consult. 3 ag. 2020]. DOI: 10.1111/j.1751-9020.2011.00444. Disponível em pdf: <https://www.law.ox.ac.uk/sites/files/oxlaw/globalmobility2012.pdf>.
- BARNETT, Michael, e Thomas George WEISS. *Humanitarianism in Question: Politics, Power, Ethics*. Ithaca, New York: Cornell University Press, 2008. ISBN-10:0801473012.
- BARNETT, Michael. The humanitarian act: how humanitarian? *International Social Science Journal* [Em linha], 2017 [consult. 13 nov. 2020]. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/issj.12072>.
- BARSAN, Vanessa Gabriela. *Ownership of the limbo A story of refugees, anarchists and Athens' vacant buildings*. Dissertação de Mestrado [em linha]. London Metropolitan University, 2018 [consult. 5 ag. 2020]. Disponível em: [https://www.academia.edu/37599550/Ownership\\_of\\_the\\_limbo\\_A\\_story\\_of\\_refugees\\_anarchists\\_and\\_Athens\\_vacant\\_buildings](https://www.academia.edu/37599550/Ownership_of_the_limbo_A_story_of_refugees_anarchists_and_Athens_vacant_buildings).
- BASCH, Linda, Nina SCHILLER, e Cristina BLANC. *Nations Unbound: Transnational Projects, Postcolonial Predicaments, and Deterritorialized Nation-States*. Londres, Routledge, 2000 [1993]. ISBN 978-2-8812-4630-2.
- BATESON, Gregory, e M. C. BATESON. *Angels Fear: Toward an Epistemology of the Sacred*. Bantam, 1988. ISBN-13: 978-1572735941.
- BATESON, Gregory. *A Sacred Unity: Further Steps to an Ecology of Mind*. Harper One, 1991. ISBN-13: 978-0226039053.
- BATESON, Gregory. *Mind and Nature: A Necessary Unity*. Dutton, 1979. ISBN-13: 978-1572734340.
- BATESON, Gregory. *Steps to an Ecology of Mind: Collected Essays in Anthropology, Psychiatry, Evolution, and Epistemology*. University of Chicago, 2000 [1972]. ISBN: 9780226039053.
- BATESON, Nora. *Small Arcs of Larger Circles: Framing through other Patterns*. Triarchy Press via Publish Drive, 2016. ISBN-13: 978-1909470965.

- BAUMAN, Zygmunt. *Globalization: The Human Consequences*, New York: Columbia University Press, 1998. ISBN: 9780231114295
- BAUMAN, Zygmunt. *Liquid Modernity*, Cambridge: Polity Press, 2000. ISBN: 978-0-7456-2410-5.
- BAUMAN, Zygmunt. *Wasted Lives. Modernity and its Outcasts*, Cambridge: Polity Press, 2004. ISBN: 0-7456-3164-9.
- BECK, Ulrich, e Ciaran CRONIN. (2006). *Cosmopolitan vision*. Polity. ISBN: 978-0-745-63398-5.
- BECK, Ulrich. The Cosmopolitan Society and its Enemies. *Theory, Culture & Society*, 2002, 19 (1-2): p. 17-44 [consult. 3 dez. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1177%2F026327640201900101>.
- BENHABIB, Seyla. *The rights of others* [E-book]. London: Cambridge University Press, 2004. ISBN-9780511790799.
- BEVELANDER, Pieter e Anders HELLSTROM. Pro and Anti-Migrant Mobilizations in Polarized Sweden, Em: REA et al., eds., *The Refugee Reception Crisis In Europe, Polarised Opinions and Mobilizations* [Em linha], 2020, p. 75-93 [consult. 3 dez. 2020]. Éditions de l'Université de Bruxelles. Disponível em: [https://doi.org/10.26530/OAPEN\\_1005529](https://doi.org/10.26530/OAPEN_1005529).
- BEYER, Peter. Globalization and Glocalization. em *The Sage Handbook of the Sociology of Religion*, Em: J. A. BECKFORD e N. J. DEMERATH, eds., London: Sage, 2007, p. 55–73. ISBN-13: 978-1412911955.
- BHABHA, Hommi K. *The Location of Culture*, London: Routledge, 1994. ISBN 9780415336390.
- BIEHL, João e Peter LOCKE. *Unfinished, The Anthropology of Becoming*, 2017. London: Duke University Press. ISBN: 9780822369455.
- BIGO, Didier; Sergio CARRERA, e Elspeth GUILD. *Justice and Home Affairs Databases and a Smart Borders System at EU External Borders* [Em linha], 2012, [consult. 2 jul. 2019]. Disponível em pdf: [www.ceps.eu/ceps/dld/7560/pdf](http://www.ceps.eu/ceps/dld/7560/pdf).
- BIGO, Didier. *The (in)securitization practices of the three universes of EU border control: Military/Navy – border guards/police – database analysts* [Em linha], 2014 [consult. 3 nov. 2020]. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0967010614530459>.
- BLACKBURN, Simon. *Ethics: A very Short Introduction*. Oxford University Press, 2001. ISBN-10:0192804421.
- BLOCH, Ernst. *The principle of hope*. Cambridge: MIT Press, 1995. ISBN: 978-0-2625-2199-4.
- de la BOÉTIE, Étienne. *Discours de la servitude volontaire*. Editions Flammarion, 1993. ISBN: 2080703943.
- BOLTANSKI, Luc. *Distant Suffering: Morality, Media and Politics* [Em linha]. Cambridge University Press, 1999. [consult. 3 nov. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511489402>.
- BOOCHANI, Behrouz. *Sozinho nas montanhas*. Lisboa: Casa das Letras, 2019. ISBN: 9789896606565.
- BOROFKY, Rob. *An Anthropology of Anthropology. Is it time to shift paradigms?* Kailua: Center for a Public Anthropology, 2019. ISBN-10 1732224137.
- BOROVSKY, Robert e Antonio DE LAURI. Public Anthropology in Changing Times. *Public Anthropologist* [Em linha], 2019, 1 (2019) 3-19 [consult. 4 dez. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1163/25891715-00201002>.
- BOUDOU, Benjamin. A Political Anthropology of Hospitality. *Revue du Mauss* [Em linha], 2012, 40 (2), p.267-284 [consult. 14 nov. 2020]. DOI: 10.3917/rdm.040.0267. Disponível em: <https://www.cairn-int.info/journal-revue-du-mauss-2012-2-page-267.htm>.
- BOURDIEU, Pierre, e Laïc J. D. WACQUANT. *An invitation to reflexive sociology*. Cambridge, UK: Polity Press, 1992. ISBN-13: 978-0226067414.
- BREKKE, Jan-Paul (2004). *While We are Waiting: Uncertainty and Empowerment Among Asylum-Seekers in Sweden* [Em linha]. Oslo: Institute for Social Research, 2004 [consult. 4 nov. 2020]. ISBN: 82-7763-198-7. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11250/2440626>.
- BUTLER, Judith. *Frames of War: When is life grievable?* London: Verso, 2009. ISBN: 184-4-676-269.
- BUTLER, Judith. *Precarious Life: The Powers of Mourning and Violence* [e-book]. London: Verso, 2004. ISBN: 9781789602425.



- CABOT, Heath. Contagious solidarity: reconfiguring care and citizenship in Greece's social clinics. *Social Anthropology* [Em linha], 2016, 24(2), p.152-166 [consult. 12 fev. 2018]. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1469-8676.12297>.
- CACHO, Lisa Marie. *Social Death: Racialized Rightlessness and the Criminalization of the Unprotected* [E-book]. New York: NYU Press, 2012. ISBN: 9780814725429.
- CALDWELL, Melissa L. The compassion of Strangers: Intimate Encounters with Assistance in Moscow, Em: SCHLECKER, Marcus e Friederike FLEISCHER, eds., *Ethnographies of Social Support*. New York: Palgrave Macmillan, 2013, p. 103-120. ISBN: 978-1-137-33096-3.
- CAMPBELL, Sue. Being Dismissed: The Politics of Emotional Expression. *Hypatia* [Em linha], 1994, 9, p. 46–65. [consult. 3 dez. 2020]. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3810188>.
- CAMPESI, Giuseppe. Immigrant detention and the double logic of securitization in Italy. EM: CECCORULLI, Michela e Nicola LABANCA, eds, *The EU, migration and the politics of administrative detention*. Routledge, 2016, p. 161-182. ISBN 9781138683563.
- CAMPESI, Giuseppe. The Arab Spring and the crisis of the European border regime: manufacturing emergency in the Lampedusa crisis. *Migration Working Group Discussion Paper* [Em linha], 2011 [consult. 3 out. 2019]. ISSN: 1028-3625. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1814/19375>.
- CANTAT, Celine. Rethinking Mobilities: Solidarity and Migrant Struggles Beyond Narratives of Crisis. *Intersections*, [Em linha], 2016, 2(4) [consult. 4 set. 2020]. ISSN 2416-089X Disponível em: <https://doi.org/10.17356/ieejsp.v2i4.286>.
- CANTAT, Celine. The politics of refugee solidarity in Greece: Bordered identities and political mobilization, *Center for Policy Studies* [Em linha], 2018 [consult. 12 fev. 2019]. Disponível em pdf: <https://cps.ceu.edu/sites/cps.ceu.edu/files/attachment/publication/2986/cps-working-paper-migsold3.1-2018.pdf>.
- CARENS, J. *The Ethics of Immigration*. New York: Oxford University Press, 2013. ISBN-10: 0190246790.
- CARVALHO, João. Bringing the state back in': a political economy analysis of Portuguese immigration policy', *Mediterranean Politics* [Em linha], 2018, 23 (4), p.501–521 [consult. 4 jul. 2019]. DOI: 10.1080/13629395.2017.1352569. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/13629395.2017.1352569>.
- CASAS-CORTES, Maribel, Sebastian COBARRUBIAS, Nicholas De GENOVA, Glenda GARELLI, Giorgio GRAPPI, Charles HELLER, Sabine HESS, Bernd KASPAREK, Sandro MEZZADRA, Brett NEILSON, Irene PEANO, Lorenzo PEZZANI, John PICKLES, Federico RAHOLA, Lisa RIEDNER, Stephan SCHEEL, e Martina TAZZIOLI. New keywords: migration and borders, *Cultural Studies* [Em linha], 2015, 29, 1, p.55–87 [consult. 20 ag. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09502386.2014.891630>.
- CASTAÑEDA, Heide; Seth HOLMES; Annastiina KALLIUS, e Daniel MONTERESCU. Refugees and immigrants. Anthropology and human displacement: Mobilities, ex/inclusions, and activism, *American Ethnologist-Refugees and im/migrants* [Em linha] 2016, 15, 1, p. 1-12 [consult. 4 mai. 2019]. Disponível em: [https://anthrosource.onlinelibrary.wiley.com/doi/toc/10.1002/\(ISSN\)1548-1425\(CAT\)VirtualIssues\(VI\)Refugeesandimmigrants](https://anthrosource.onlinelibrary.wiley.com/doi/toc/10.1002/(ISSN)1548-1425(CAT)VirtualIssues(VI)Refugeesandimmigrants).
- CASTELLI, Pietro Gattinara. The “refugee crisis” in Italy as a crisis of legitimacy. *Contemporary Italian Politics* [Em linha], 2017, 9(3), p. 318–331 [consult. 3 out. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/23248823.2017.1388639>.
- CASTLES, Stephen. Towards a Sociology of Forced Migration and Social Transformation. *Sociology* [Em linha], 2003, 37(1), p. 13–34 [consult. 5 jul. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1177%2F0038038503037001384>.
- CERNADAS, Pablo Ceriani. European Migration control in the African Territory: The Omission of the Extraterritorial Character of Human Rights Obligations. *Sur International Journal of Human Rights* [Em linha], 2009, 6 (10), p. 179-202 [consult. 2 out. 2020]. Disponível em: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1567522](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1567522).

- CHACÓN, Justin A., e Mike DAVIS. *No One Is Illegal. Fighting Violence and State Repression on the U.S.-Mexico Border*. Chicago: Haymarket Books, 2006. ISBN-13: 978-1-931859-35-6.
- CHOULIARAKI Lilie, e Myria GEORGIUO. Hospitality: the communicative architecture of humanitarian securitization at Europe's borders. *Journal of Communication* [Em linha], 2017, 67(2): 159–180 [consult. 23 ag. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/jcom.12291>.
- CIANCIO, Adriana. Why we could and should discuss about European constitutional law, Em: KTOS, Agnieszka; Marta PATCHOCKA, e Aleksandra SZCZERBA-ZAWADA, eds. *European Union and its Values. Freedom, Solidarity, Democracy*. Polish European Community Studies Association. Warsaw: CeDeWu Sp z.o.o., 2020, p. 9-16. ISBN: 978-83-8102-370-2.
- CLIFFORD, James. *Traveling Cultures*. Em: L. GROSSBERG, C. NELSON, e P. TREICHLER, eds., *Cultural Studies*, 1992. London: Routledge, p. 96-116. ISBN: 978-0-4159-0351-6.
- CLIFFORD, James, 1997. *Routes: Travel and Translation in the Late Twentieth Century*. Cambridge, Harvard University Press. ISBN: 978-0-6747-7961-7.
- COHEN, Anthony P. *Symbolic Boundaries: Identity and Diversity in British Culture*. Manchester: Manchester University Press [Em linha], 1986 [consult. 23 out. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1177%2F095269518800100209>.
- COHEN, Cathy. Deviance as resistance: A new research agenda for the study of black politics. *Du Bois Review: Social Science Research on Race* [Em linha], 2004 [consult. 14 nov. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S1742058X04040044>.
- COLEMAN, Simon, e Pauline Von HELLERMANN, eds. *Multi-Sited Ethnography: Problems and Possibilities in the Translocation of Research Methods*. New York: Routledge. 2012. ISBN 978-0-4158-4901-2.
- CONRADSON, David. Spaces of care in the city: the place of a community drop-in centre. *Social & Cultural Geography* [Em linha], 2010, 4 (4), p. 507–525 [consult. 17 ag. 2019]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1464936032000137939>.
- COSTA, Paulo Manuel, e Lúcio SOUSA. “You are welcome in Portugal”: Conviction and convenience in framing today's Portuguese politics on European burden sharing of refugees. *Oxford Monitor of Forced Migration* [Em linha], 2017, 6(2), p. 49-53 [consult. 24 out. 2020]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.2/6122>.
- COTTLE, Simon, e Libby LESTER. *Transnational protests and the media*. Global Crisis and the Media (Series). New York: Peter Lang, 2011. ISBN:978-1-4331-0986-7.
- COUTIN, Susan Bibler. The rights of non-citizens in the United States, *Annual Review of Law and Social Science* [Em linha], 2011, 7 (1), p.2289–2308 [consult. 5 ag. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev-lawsocsci-102510-105525>.
- CRAWLEY, Heaven, e Dimitri SKLEPARIS. Refugees, migrants, neither, both: Categorical fetishism and the politics of bounding in Europe's “migration crisis”. *Journal of Ethnic and Migration Studies* [Em linha], 2018, 44 (1), p. 48-64. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1369183X.2017.1348224>.
- CRAWLEY, Heaven. Evidence on Attitudes to Asylum and Immigration: What We Know, Don't Know and Need to Know. *Centre on Migration, Policy and Society* [Em linha]. Oxford: University of Oxford, WP nº 23, 2005 [consult. 30 jun. 2020]. Disponível em pdf: [https://www.compas.ox.ac.uk/wp-content/uploads/WP-2005-023-Crawley\\_Attitudes\\_Asylum\\_Immigration.pdf](https://www.compas.ox.ac.uk/wp-content/uploads/WP-2005-023-Crawley_Attitudes_Asylum_Immigration.pdf).
- CRENSHAW, Kimberle, e Gary PELLER. Reel Time/Real Justice. Em: Robert GOODING-WILLIAMS ,ed., *Reading Rodney King/Reading Urban Uprisings*. London: Routledge, 1993. ISBN 9780415907354.
- CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the Intersection of Race & Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics. Em: D. Kelly WEISBERG, ed., *Feminist Legal Theory* [Em linha] Philadelphia: Temple University Press, 1993 [consult. 3 dez. 2020]. Disponível em: <http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>.
- CRESSWELL, Tim. *On the Move: Mobility in the Modern Western World*. Londres, Routledge, 2006. ISBN: 9780190908911.

- CSORDAS, Thomas J. Embodiment as a paradigm for Anthropology, *Ethos: Journal of the Society for Psychological Anthropology* [Em linha], 1990, 18 (1), p. 5-47 [consult. 3 mar. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1525/eth.1990.18.1.02a00010>.
- CUNHA, Manuela Ivone P. Formalidade e Informalidade. Questões e Perspectivas, *Etnográfica*, 2006, Vol. X (2), P.219-231. ISSN 0873-6561.
- CUNNINGHAM, Hilary, e Josiah HEYMAN. Introduction: mobilities and enclosures at borders, *Identities: Global Studies in Culture and Power* [Em linha] 2004, 11, p. 289-302 [consult. 4 jan. 2019]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10702890490493509>.
- CUTTITTA, Paolo. Delocalization, Humanitarianism, and Human Rights: The Mediterranean Border Between Exclusion and Inclusion, *Antipode* [Em linha], 2018, 50 (3), 783–803 [consult. 30 nov. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/anti.12337>.
- DAHINDEN, Janine. A Plea for the “De-migranticization” of Research on Migration and Integration. *Ethnic and Racial Studies* [Em linha], 2016, 39 (13), p. 2207–25 [consult. 30 nov. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01419870.2015.1124129>.
- DARLING, Jonathan Mark. *Cities of refuge Asylum and the politics of hospitality*, [Durham E-Theses, Em linha] Durham University, 2008 [consult. 4 set. 2020]. Disponível em: <http://etheses.dur.ac.uk/2228/>.
- DARLING, Jonathan Mark. A city of sanctuary: the relational re-imagining of Sheffield’s asylum politics. *Transactions of the Institute of British Geographers* [Em linha], 2013, 5(1), p. 125–140 [consult. 21 nov. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1475-5661.2009.00371.x>.
- DARLING, Jonathan Mark. Giving space: Care, generosity and belonging in a UK asylum drop-in centre. *Geoforum* [Em linha], 2011, 42(4), p. 408–417 [consult. 19 set. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2011.02.004>.
- DARLING, Jonathan Mark. Forced migration and the city. *Progress in Human Geography*, [Em linha], 2017, 41(2), p. 178–198 [consult. 4 set. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1177%2F0309132516629004>.
- DAS, Veena e Deborah POOLE, eds. *Anthropology at the margins of the state*, Scholl of American Research Press, 2004. ISBN: 978-1-9306-1841-1.
- DAVIES, Charlotte Aull. *Reflexive Ethnography: A guide to researching selves and others*, London/New York: Routledge, 1999. ISBN: 978-0- 415-15191-0.
- De GENOVA, Nicholas. Migrant “illegality” and deportability in everyday life, *Annual Review of Anthropology* [Em linha] 2002, Vol. 31, 1, p.419–447 [consult. 13 jul. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev.anthro.31.040402.085432>.
- De GENOVA, Nicholas. The Legal Production of Mexican/Migrant “Illegality”, *Latino Studies* [Em linha], 2004, 2, p.160–185 [consult. 3 ag. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/palgrave.lst.8600085>.
- De GENOVA, Nicholas. Working the Boundaries: Race, Space, and “Illegality” in Mexican Chicago. London: Duke University Press, 2005. ISBN10: 8223 3615 4.
- De GENOVA, Nicholas. Conflicts of mobility, and the mobility of conflict: Rightlessness, presence, subjectivity, freedom. *Subjectivity* [Em linha], 2009, Issue 29, p.445–466 [consult. 21 out. 2020]. Disponível em pdf: <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.738.6139&rep=rep1&type=pdf>.
- De GENOVA, Nicholas. Migration and Race in Europe: The Trans-Atlantic Metastases of a Post- Colonial Cancer, *European Journal of Social Theory* [Em linha], 2010a, 13 (3), p.405–419 [consult. 31 out. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1177%2F1368431010371767>
- De GENOVA, Nicholas. The Queer Politics of Migration: Reflections on “Illegality” and Incurability, *Studies in Social Justice* [Em linha], 2010b 4 (2), p.101–12 [consult. 31 out. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.26522/ssj.v4i2.997>.
- De GENOVA, Nicholas. The ‘crisis’ of the European border regime: towards a Marxist theory of borders. *International Socialism* [Em linha], 2016,150, p.31–54 [consult. 16 nov. 2020]. Disponível em: <http://isj.org.uk/the-crisis-of-the-european-border-regime-towards-a-marxist-theory-of-borders/>.

- De GENOVA, Nicholas. Introduction. The Borders of “Europe” and the European Question. Em: Nicholas DE GENOVA, ed., *The Borders of “Europe”: Autonomy of Migration, Tactics of Bordering* [Em linha], Durham, UK: Duke University Press, 2017a, p.1–36 [consult. 31 out. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1215/9780822372660-001>.
- De GENOVA, Nicholas. The Incorrigible Subject: Mobilizing a Critical Geography of (Latin) America through the Autonomy of Migration, *Critical Geographies in Latin America* [Em linha], 2017b, 16 (1), p.17–42 [consult. 31 out. 2020]. Disponível em: <http://muse.jhu.edu/article/653096>.
- De GENOVA, Nicholas. The “migrant crisis” as racial crisis: do Black Lives Matter in Europe? *Ethnic and Racial Studies* [Em linha], 2017c, 41 (10), p.1–18 [consult. 31 out. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01419870.2017.1361543>.
- De GENOVA, Nicholas, Glenda GARELLI, e Martina TAZZIOLI. Autonomy of Asylum? The Autonomy of Migration Undoing the Refugee Crisis Script, *The South Atlantic Quarterly*, 2018, 117 (2), p.239–265. ISSN 0038-2876.
- DELEIXHE, Martin. L’événement de la rencontre. La Plateforme citoyenne de soutien aux réfugiés en Belgique, *Esprit Presse* [Em linha], 2018 (jul-ag), p. 130-138 [consult. 3 ag. 2019]. Disponível em: <https://esprit.presse.fr/article/martin-deleixhe/l-evenement-de-la-rencontre-41606>.
- DELEIXHE, Martin; e Youri Lou VERTONGEN. The Border Effect in Migrants’ Collective Political Mobilization, *Raisons Politiques* [Em linha], 2016, 64 (4), p.67-84 [consult. 3 ag. 2019]. Disponível em: <https://doi.org/10.3917/rai.064.0067>.
- DELLA PORTA, Donatella, ed. *Solidarity Mobilizations in the Refugee Crisis. Contentious Moves*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2018. ISBN 978-3-319-71752-4.
- DELLA PORTA, Donatella, e Mario Diani. *Social Movements: An Introduction*. Social Movements, Oxford: Blackwell Publishing, 2006. ISBN-10: 1-4051-0282-9.
- DELEUZE, Gilles, e Felix Guattari. *Kafka: Toward a Minor Literature*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 1986. ISBN 0-8166-1514-4.
- DELEUZE, Gilles, e Felix Guattari. *A Thousand Plateaus: Capitalism and Schizophrenia*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1987. ISBN 978-0-8166-1402-8.
- DENARO, Chiara. Agency, resistance and (forced) mobilities. The case of Syrian refugees in transit through Italy. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 2016, 24(47): 77-96. ISSN: 1980-8585.
- DENZIN, Norman K., Yvonna S. LINCOLN, e Linda Tuhiwai SMITH, eds., *Handbook of critical and indigenous methodologies* [Em linha]. London: Sage, 2008 [consult. 4 mar. 2018]. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.4135/9781483385686>.
- DERRIDA, Jacques. Hospitality, Justice and Responsibility: A Dialogue with Jacques Derrida. Em: Richard KEARNEY e Mark DOOLEY, eds, *Questioning Ethics: Contemporary Debates in Philosophy*. London: Routledge, 1998. ISBN-10: 041518035X.
- DERRIDA, Jacques. *On Cosmopolitanism and Forgiveness*. London: Routledge, 2001. ISBN 9780415227124.
- DERRIDA, Jacques e Anne Dufourmantelle. *Anne Dufourmantelle invite Jacques Derrida à répondre de l’hospitalité*. Calmann-Lévy, 2014 [1997]. ISBN-10: 2702127959.
- DOUGLAS, Mary. *Purity and danger. An analysis of concepts of pollution and taboo*. New York: Frederick A. Praeger [Em linha]. 1966, p. viii, 188 [consult. 4 set. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/3710425>.
- DOUGLAS, Mary. Foreword: No Free Gifts, Em: Marcel MAUSS, ed., *The Gift: The Form and Reason for Exchange in Archaic Societies*. New York: W.W. Norton, 1990, p. 7-18. ISBN 0393306984.
- DOUZINAS, Costas. *Human Rights and Empire. The political philosophy of cosmopolitanism*. New York: Routledge-Cavendish, 2007. ISBN 9780415427593.

- DRIESSEN, Henk e Willy JANSEN. The hard work of small talk in ethnographic research, *Journal of Anthropological Research* [Em linha]. The University of Chicago Press 2013, 69 (2), p. 249-263 [consult. 17 set. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.3998/jar.0521004.0069.205>.
- DUVELL, Franck; Irina MOLODIKOVA, e Michael COLLYER. *Transit Migration in Europe* [Em linha]. Amsterdam University Press, 2014 [consult. 4 set. 2019]. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/j.ctt12877m5>.
- DZENOVSKA, Dace. Bordering encounters, sociality and distribution of the ability to live a “normal life”, *Social Anthropology* [Em linha], 2014, 22, p. 271-87 [consult. 6 nov. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1469-8676.12075>.
- ELLISON, James. *Contested Evidence: Visual representations of border violence in Calais, France*. Tese de Doutoramento [Em linha], Loughborough University, 2019 [consult. 3 dez. 2020]. Disponível em: <https://repository.lboro.ac.uk/account/articles/11694873>.
- ELSRUD, Torun. Resisting social death with dignity. The strategy of re-escaping among young asylum-seekers in the wake of Sweden’s sharpened asylum laws. *European Journal of Social Work* [Em linha], 2020, 23 (3), p. 500-513 [consult. 14 ag. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13691457.2020.1719476>.
- EMILSSON, Henrik. Continuity or Change? The Refugee Crisis and the End of Swedish Exceptionalism, *Malmö Institute for Studies of Migration (MIM), Working Paper Series*, 2018, 18 (3), p.1-22 [consult. 3 set. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.24834/2043/25232>.
- EMIRBAYER, Mustafa, e Ann MISCHÉ. What is agency? *American Journal of Sociology* [Em linha], 1998, 103(4): 962-1023 [consult. 17 set. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/231294>.
- ENGLISH, Claire. *Safe Cracking: From Safe(r) Spaces to Collectivising Vulnerability in Migrant Solidarity Organising*. Tese de Doutoramento [em linha], Leicester: University of Leicester, Abril 2017 [consult. 3 set. 2020]. Disponível em pdf: 2017EnglishCLPhD.pdf.
- ENGLISH, Claire. Syncretic Space and Transversal Parties: Friday night with Calais Migrant Solidarity, Em: MURMURAE e JOAAP, eds., *Situating Ourselves: In Displacement Conditions, Experiences, and Subjectivity across Neoliberalism and Precarity* [Em linha]. Essex: Minor Compositions, 2018 [consult. 4 set. 2020]. Disponível em pdf: [http://www.joaap.org/press/situating\\_fnl.pdf](http://www.joaap.org/press/situating_fnl.pdf).
- ENGLISH, Claire. Migrant Solidarity in Postcolonial Europe. Challenging Border, Creating Mobile Commons, Em: Ruth KINNA, e Uri GORDON, eds., *Routledge Handbook of Radical Politics*, Routledge, 2019. ISBN 9781138665422.
- ESPOSITO, Francesca; Ali MURTAZA, Irene Peano, e Francesco Vacchiano. Fragmented citizenship: contemporary infrastructures of mobility containment along two migratory routes, *Citizenship Studies* [Em linha], Routledge, 2020 [consult. 4 dez. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13621025.2020.1784642>.
- EVANS-PRITCHARD, Edward. *Antropologia Social*. Lisboa, Edições 70. 1972 [1951]. ISBN 978-972-44-1598-7.
- EYERMAN Ron, e Nick Crossley. How social movements move, *Emotions and social movements* [Em linha], 2005, p. 42-56 [consult. 22 ag. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9780203013526>.
- FALCÃO, Ricardo Miguel Almeida Silva. *Apropriação de Tecnologias de Informação e Comunicação no Senegal: Sociabilidades Jovens e Valores Sociais em Crise*. Tese de Doutoramento [Em linha]. Lisboa: ISCTE-IUL, 2016 [consult. 2 nov. 2020]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/11393>.
- FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Lisboa, Edições 70. 1989 [1952]. ISBN 9789898268396.
- FANON, Frantz. *The Wretched of the Earth*. New York: Grove Press, 2005 [1961]. ISBN-13 978-0-8021-4132-3.
- FARMER, Paul. *Pathologies of power: Health, human rights, and the new war on the poor*. Berkeley: University of California Press, 2005. ISBN: 9780520243262.
- FASSIN, Didier. Compassion and Repression: The Moral Economy of Immigration Policies in France', *Cultural Anthropology*, 2005, 20 (3), p.362–387. ISSN 0886-7356.
- FASSIN, Didier. Riots in France and silent anthropologists, *Anthropology Today*, [Em linha], 2006, 22 (1), p.1–3 [consult. 3 nov. 2019]. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3695093>.

- FASSIN, Didier. *La raison Humanitaire. Une histoire morale du present*. Seuil/Gallimard, 2010. ISBN: 978-2-7578-7050-1.
- FASSIN, Didier. Policing borders, producing boundaries. The governmentality of immigration in dark times. *Annual Review of Anthropology* [Em linha], 2011, 40, p. 213-226 [consult. 4 jun 2019]. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev-anthro-081309-145847>.
- FASSIN, Didier. The Precarious Truth of Asylum, *Public Culture* [Em linha], 2013, 25 (1), pp.39–63 [consult. 3 nov. 2019]. Disponível em pdf: <https://static.ias.edu/morals.ias.edu/files/Truth-PC-VO.pdf>.
- FASSIN, Didier, e Mariella PANDOLFI. *Contemporary States of Emergency: The Politics of Military and Humanitarian Interventions*. New York: Zone Books, 2010. ISBN-10: 1935408003.
- FASSIN, Didier, e Samuel, LÉZÉ, eds. *Moral Anthropology: A Critical Reader*. New York: Routledge, 2014. ISBN: 978-0-415-62727-6.
- FELDMAN, Ilana, e Miriam TICKTIN. *In the Name of Humanity: The Government of Threat and Care*. Durham: Duke University Press, 2010. ISSN: 00940496.
- FISCHER, Michael M. J. *Philosophia and Anthropologia: reading alongside Benjamin in Yazd, Derrida in Qum, Arendt in Tehran*. Em: DAS VEENA, KLEINMAN, JACKSON e SINGH, eds., *The Ground Between: Anthropologists Engage Philosophy*. Durham, NC: Duke University Press, 2014. ISBN 978-0-8223-5707-0.
- FLAM, Helena. Emotions' map: a research agenda. Em: FLAM, H. e D. KING, eds., *Emotions and Social Movements* 2005, p. 19-40 London: Routledge. ISBN 0-415-36316-0.
- FLEISCHMANN, Larissa, e Elias Steinhilper. The Myth of Apolitical Volunteering for Refugees: German Welcome Culture and a New Dispositif of Helping. *Social Inclusion*, [Em linha], 2017(3), 17. [consult. 15 ag. 2020]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17645/si.v5i3.945>.
- FOMINAYA, Cristina Flesher. Creating cohesion from diversity: the challenge of collective identity formation in the global justice movement. *Sociology Inquiry* [Em linha], 2010, 80, p.377-404 [consult. 15 ag. 2020]. DOI: 10.1111/j.1475-682x.2010.00339.x. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1475-682x.2010.00339.x>.
- FONTANARI, Elena. *Subjectivities en transit: fragmented everyday lives of temporary refugees (im)mobile between European borders*. Tese de Doutorado [Em linha], Universidade de Milão, 2016 [consult. 22 set. 2020]. Disponível em pdf: [phd\\_unimi\\_R09919.pdf](phd_unimi_R09919.pdf).
- FONTANARI, Elena. It's my life. The temporalities of refugees and asylum-seekers within the European border regime. *Etnografia e Ricerca Qualitativa*, 2007, 1, p. 25–54. ISSN 1973-3194.
- FONTANARI, Elena. *Lives in Transit: An Ethnographic Study of Refugees' Subjectivity across European Borders*, [e-book], NY: Routledge, 2019. ISBN: 9780367583309.
- FONTANARI, Elena, e Giulia BORRI. Introduction. Civil society on the edge: Actions in support and against refugees in Italy and Germany. *Mondi Migranti*, 2017, 3, 23-52. DOI:10.3280/MM2017-003002.
- FORMENTI, Ambra, Ines HASSELBERG, José MAPRIL, e Francesco VACCHIANO. Migration and Border Making in Portugal, *International Journal of Migration and Border Studies* [Em linha], 2019, 5 (4), Special Issue [consult. 16 nov. 2020]. Disponível em: <https://www.inderscience.com/info/inarticletoc.php?jcode=ijmbs&year=2019&vol=5&issue=4>.
- FOSTER, Michelle. *International Refugee Law and Socio-Economic Rights*. Cambridge University Press, 2007. ISBN: 9780511493980.
- FOUCAULT, Michel. *Discipline and punish: the birth of the prison*. London: Allen Lane, 1977. ISBN: 0-713-91040-2.
- FOUCAULT, Michel. *The birth of biopolitics. Lectures at the Collège de France, 1978—1979*. New York: Picador, 2010. ISBN: 978-1403-98654-2.
- FOUCAULT, Michel. *Society must be Defended: Lectures at the College de France, 1975-76*. New York: Picador, 2003. ISBN: 0-312-20318-7.
- FRYE, Marilyn. *The Politics of Reality: Essays in Feminist Theory*. Trumansburg, N.Y.: The Crossing Press, 1983. ISBN: 0895941007.

- FROWD, Philippe Mamadou. Developmental borderwork and the International Organization for Migration. *Journal of Ethnic and Migration Studies* [Em linha], 2018, 44(10), p.1656-1672 [Consult. 13 set. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1369183X.2017.1354046>.
- GADAMER, Hans Georg. *Verdade e Método*, 5ª. Ed., Trad. Flávio Paulo MEURER, Enio Paulo GIACHINI e Márcia Sá Cavalcante SCHUBACK (eds). Petrópolis: Vozes, 2003. ISBN: 85-326-1787-5.
- GALTUNG, Johan. Violence, Peace, and Peace Research, *Journal of Peace Research* [Em linha], 1969, 6 (3), p.167–191 [consult. 26 mar. 2019]. Disponível em: <https://doi.org/10.1177%2F002234336900600301>.
- GARELLI, Glenda, e Martina TAZZIOLI. Migration discipline hijacked: distances and interruptions of a research militancy, *Postcolonial Studies* [Em linha], 2013, 16 (3), p.299–308 [consult. 19 out. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13688790.2013.850048>.
- GATO, Maria Assunção. Pode o espaço ser agente de poder e de identidade(s)? *CIES* [Em linha], e-working paper nº 96, 2010 [consult. 18 out. 2020]. Disponível em pdf: [https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/2171/1/CIES-WP96\\_Gato\\_000.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/2171/1/CIES-WP96_Gato_000.pdf).
- GELLNER, Ernest. *Nations and Nationalism*. Oxford, Blackwell, 1983. ISBN: 978-0-8014-1662-0.
- GIBSON-GRAHAM, J.K. *A Postcapitalist Politics*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2006. ISBN 978-0-8166-4804-7.
- GIDDENS, Anthony. *The Consequences of Modernity*. Cambridge: Polity Press, 1990. ISBN: 978-0-8047-1891-2.
- GILLIGAN, Carol. *In a different Voice: Psychological Theory and Women's Development*. Cambridge: Harvard University Press, 1982. ISBN: 978-0-6744-4544-4.
- GLICK-SCHILLER, Nina, Linda Basch, e Cristina Blanc. From immigrant to transmigrant: theorizing transnational migration, *Anthropological Quarterly* [Em linha], 1995, 68 (1), p. 48-63 [consult. 23 set. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/3317464>.
- GLICK-SCHILLER, Nina e Noel B. SALAZAR. Regimes of mobility across the globe. *Journal of Ethnic and Migration Studies* [Em linha], 2013, 39(2), p. 183-200 [consult. 24 set. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1369183X.2013.723253>.
- GLICK-SCHILLER, Nina e Ayse ÇAGLAR. Displacement, emplacement and migrant newcomers: rethinking urban sociabilities within multiscalar power. *Identities: Global Studies in Culture and Power* [Em linha], 2016, 23 (1), p. 17-34 [consult. 27 nov. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1070289X.2015.1016520>.
- GODINHO, Paula. Antropologia e questões de escala: os lugares no mundo, *Arquivos da Memória*, [Em linha], 2007, 2: 66-83 [consult. 13 jun. 2020]. Disponível em pdf: [Dialnet-AntropologiaEQuestoesDeEscala-2391760.pdf](http://www.dialnet.org/antropologia/questoesdeescala-2391760.pdf).
- GOLASH-BOZA, Tanya Maria. *Immigration Nation. Raids, Detentions and Deportations in Post 9/11 America* [e-book]. New York: Routledge, 2015. ISBN: 1594518386.
- GOMES DE SOUSA, Lúcio. *Percursos de inserção de refugiados em Portugal: sós ou acompanhados? Um estudo sobre as dificuldades de inserção de refugiados em Portugal*. Dissertação de Mestrado [Em linha]. Lisboa: Universidade Aberta, 1999 [consult. 12 set. 2020]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.2/2106>.
- GOODWIN, Jeff, James M. JASPER, e Francesca POLLETTA, eds. *Passionate politics: Emotions and social movements*. Chicago: University of Chicago Press, 2001. ISBN: 978-0-226-30398-7.
- GOODWIN, Jeff, e James M. JASPER. Emotions and Social Movements. Em: Jan STETS, e Jonathan H. TURNER, eds., *Handbook of the Sociology of Emotions*. Springer, 2006. ISBN: 978-0-387-30713-8.
- GOODWIN, Jeff, James M. JASPER, e Francesca POLLETTA. The return of the repressed: the fall and rise of emotions in social movement theory. *Mobilization* [Em linha], 2000, 5, p. 65–84 [consult. 3 fev. 2019]. Disponível em: <https://doi.org/10.17813/maiq.5.1.74u39102m107g748>.
- GRAEBER, David. *Toward an Anthropological Theory of Value: The False Coin of Our Own Dreams* [e-book]. New York: Palgrave, 2001. ISBN: 978-0-312-29906-4.

- GRAEBER, David. *Fragments of an anarchist anthropology*. Chicago: Prickly Paradigm, 2004. ISBN: 097-28-196-4-9.
- GRAEBER, David. *Direct action: an ethnography*. Oakland: AK Press, 2009. ISBN: 978-1-904859-79-6.
- GRAPPI, Giorgio. Three problems without a solution: the militant research conundrum and the social condition of migration, *Postcolonial Studies* [Em linha] 2013, 16 (3), p.320–327 [consult. 11 set. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13688790.2013.850050>.
- GREGG, Melissa, e Gregory SEIGWORTH, eds. *The Affect Theory Reader* [Em linha]. Durham: Duke University Press, 2010 [consult. 5 ag. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1215/9780822393047>.
- GUILLAUME, Xavier, e Jef HUYSMANS, eds. *Citizenship and Security: The Constitution of Political Being*. PRIO New Security Studies, Abingdon: Routledge, 2013. ISBN: 978-0-415-66899-6.
- GUISHARD, Monique. The false paths, the endless labors, the turns now this way and now that: Participatory action research, mutual vulnerability, and the politics of inquiry. *The Urban Review* (Em linha), 2009, 41(1), 85-105 [consult. 19 nov. 2020]. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/doi/10.1007/s11256-008-0096-8>.
- GUPTA, Akhil e James FERGUSON, eds. *Anthropological Locations. Boundaries and Grounds of a Field Science*. Berkeley, University of California Press, 1997. ISBN: 9780520206809.
- GUPTA, Akhil e James FERGUSON, eds. *Culture, Power, Place. Explorations in Critical Anthropology* [Em linha]. Durham: Duke University Press, 2001 [consult. 3 jan. 2019]. Disponível em: <http://cscs.res.in/dataarchive/textfiles/textfile.2009-08-21.0625115500/file>.
- de HAAS, Hein. *The myth of invasion: irregular migration from West Africa to the Maghreb and the European Union. An Overview of Recent Trends*. Geneva: International Organization for Migration, 2007. ISSN 1607-338X.
- HABERMAS, Jurgen. The European Nation-State: On the Past and Future of Sovereignty and Citizenship. Em: Ciaran CRONIN, e Pablo DE GREIFF, ed., *The Inclusion of the Other: Studies in Political Theory*. Cambridge: The MIT Press, 1998, p. 105–129. ISBN 0-262-08267-5.
- HAGE, Ghassan. A Not so Multi-Sited Ethnography of a Not so Imagined Community, *Anthropological Theory* [Em linha] 2005, 5 (4), p. 463-475 [consult. 24 nov. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1177%2F1463499605059232>.
- HAMANN, Ulrike, e Serhat KARAKAYALI. Practicing Willkommenskultur: Migration and solidarity in Germany. *Intersections. East European Journal of Society and Politics* [Em linha], 2016, 2(4) [consult. 17 set. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.17356/ieejsp.v2i4.296>.
- HAMINGTON, Maurice. Care Ethics and International Justice. *Social Philosophy Today*, 2008, 23, p. 149–160. ISBN: 1543-4044.
- HAMMAR, Tomas. *Democracy and the Nation State: Aliens, Denizens, and Citizens in a World of International Migration*. Aldershot: Avebury, 1990. ISBN: 0566071002.
- HAMMERSLEY, Martyn. The researcher exposed: a natural history, Em BURGESS, Robert, ed., *The Research Process in Educational Settings: Ten Case Studies* [Em linha]. Lewes: Falmer Press, 1984, p. 39-67 [consult. 17 set. 2020]. Disponível em: [http://openlibrary.org/books/OL3178251M/Research\\_process\\_in\\_educational\\_settings](http://openlibrary.org/books/OL3178251M/Research_process_in_educational_settings).
- HAMINGTON, Maurice. Toward a Theory of Feminist Hospitality, *Feminist Formations*, [Em linha], 2010, 22 (1), p. 21-38 [consult. 3 jul. 2020]. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40835342>.
- HANDY, Femida, Ram CNAAN, e Lesley HUSTINX. A Cross-Cultural Examination of Student Volunteering: Is It All About Résumé Building? *Non-Profit and Voluntary Sector Quarterly* [Em linha], 2010, 39 (3), p. 498-523 [consult. 1 dez. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1177%2F0899764009344353>.
- HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional, *Mana*, 1997, 3 (1): 7-39. ISSN 0104-9313.
- HANNERZ, Ulf. Being There...and There...and There! *Ethnography*, [Em linha] 2003, 4, (2), p. 201-216 [consult. 4 dez. 2020]. Disponível em: <http://eth.sagepub.com/content/4/2/201>.



- HANSEN, Christina. *Solidarity in Diversity: Activism as a Pathway of Migrant Emplacement in Malmo*. Dissertation Series in Migration, Urbanisation, and Societal Change. Doctoral dissertation in International Migration and Ethnic Relations, Department of Global Political Studies. Faculty of Culture and Society. Holmbergs: Malmo, 2019. ISBN: 978-9-1787-7017-5.
- HARAWAY, Donna. Situated knowledge: The science question in feminism and the privilege of partial perspective. *Feminist Studies* [Em linha], 1988, 14 (3), 575–599 [consult. 21 set. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/3178066>.
- HARREL-BOND, Barbara. Can Humanitarian Work with Refugees be Humane? *Human Rights Quarterly*, [Em linha] 2002, 24, p. 51–85, [consult. 30 jul. 2020]. Johns Hopkins University Press. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20069589>.
- HARRELL-BOND, Barbara, Voutira EFTIHIA, and Mark LEOPOLD. Counting the Refugees: Gifts, Givers, Patrons and Clients. *Journal of Refugee Studies* [Em linha], 1992, 5(3–4), p. 205–225. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/jrs/5.3-4.205>.
- HARRISON, Faye, ed. *Decolonizing Anthropology, 3ª ed, Moving Further toward an Anthropology for Liberation*. American Anthropological Association, 2010. ISBN: 978-0-913167-83-0.
- HATHAWAY, James C. The Human Rights Quagmire of Human Trafficking. *Virginia Journal of International Law* [Em linha], 2008, 49 (1), p. 1-59 [consult. 5 mar. 2019]. Disponível em: <https://repository.law.umich.edu/articles/296>.
- HATHAWAY, James C. The Global Cop-Out on Refugees. *International Journal of Refugee Law* [Em linha], 2019, 30 (4), 591-604 [consult. 16 out. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/ijrl/eey062>.
- HELLER, Charles, e Lorenzo PEZZANI. Liquid Traces: Investigating the Deaths of Migrants at the EU's Maritime Frontier. Em: Nicholas DE GENOVA, ed., *The Borders of 'Europe': Autonomy of Migration, Tactics of Bordering*. [Em linha] Durham, UK: Duke University Press, 2017, p.95–119. [consult. 19 jul. 2020]. DOI: 10.4000/remi.7106. Disponível em: <https://www.cairn-int.info/journal-revue-europeenne-des-migrations-internationales-2014-3-page-71.htm>.
- HELLER, Charles, Lorenzo PEZZANI, e Maurice STIERL. Disobedient Sensing and Border Struggles at the maritime Frontier of Europe, Spheres - Journal for Digital Cultures [Em linha], 2017, 4, 1-15 [consult. 11 nov. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.25969/mediarep/3858>.
- HELLER, Charles, Lorenzo PEZZANI, e Maurice STIERL. Toward a Politics of Freedom of Movement. Em: Reece Jones (ed.). *Open Borders: In Defense of Free Movement* [Em linha] Athens: University of Georgia Press, 2019, p.51-76 [consult. 4 ag. 2019]. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/j.ctt22nmc35>.
- HERCUS, Cheryl. Identity, Emotion, Feminist Collective Action. *Gender & Society* [Em linha], 1999, 13, p. 34-55 [consult. 2 jul. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1177%2F089124399013001003>.
- HERR, Kathryn, e Gary L. ANDERSON. *The action research dissertation: A guide for students and faculty* [Em linha]. New York: Sage, 2005 [consult. 4 ag. 2020]. Disponível em pdf: [otros\\_tallerinvestigacion\\_anderson\\_y\\_kerr\\_actionresearchdiss.pdf](#).
- HERROU, Cédric. *Change Ton Monde* [E-book], LLL: Les Liens Qui Libèrent, 2020. ISBN: 979-10-209-0902-2.
- HERZFELD, Michael. *Honour and Shame: Problems in the Comparative Analysis of Moral Systems*. 1980, 15(2), p.339–351. ISBN: 0913167177.
- HERZFELD, Michael. *Anthropology through the Looking-Glass: Critical Ethnography on the Margins of Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. ISBN-10: 9780521389082.
- HERZFELD, Michael. “As in Your Own House”: Hospitality, Ethnography, and the Stereotype of Mediterranean Society. Em: David D. GILMORE, ed., *Honor and Shame and the Unity of the Mediterranean* [Em linha], 1987b, p. 75- 89 [consult. 3 abr. 2019]. Washington, DC: American Anthropological Association. Disponível em pdf: <https://eclass.aegean.gr/modules/document/file.php/SA183/Filoxenia-Herzfeld%2C%20As%20in%20your%20own%20house.pdf>

- HERZFELD, Michael, 1992. *The Social Production of Indifference: Exploring the Symbolic Roots of Western Bureaucracy*. New York: Berg. ISBN: 9780854966387.
- HERZFELD, Michael. *Cultural Intimacy: Social Poetics in the Nation-State*. New York: Routledge, 1997. ISBN-10: 0415947405.
- HESS, Sabine, Bernd KASPAREK, Stefanie KRON, Mathias RODATZ, Maria SCHWERTL, e Simon Sontowski, Eds. *Der lange Sommer der Migration: Grenzregime III [The long summer of migration: Border regimes III]*, 2nd ed., Berlin: Assoziation A [Em linha], 2016 [consult. 16 nov. 2019]. Disponível em pdf: [https://www.assoziation-a.de/dokumente/Grenzregime%203\\_Inhalt\\_Vorwort.pdf](https://www.assoziation-a.de/dokumente/Grenzregime%203_Inhalt_Vorwort.pdf).
- HEYMAN, Josiah, Nicholas FISCHER, e James LOUCKY. Immigrants and Immigration, in Martin PARKER, George CHENEY, Valerie FOURNIER e Chris Land., eds., *The Routledge Companion to Alternative Organization*. London: Routledge, 2014, p. 135–150. ISBN 978-1-1383-8617-4.
- HICKS, D. and MALLET, S. (2019) *Lande: The Calais 'Jungle' and Beyond*. Bristol: Bristol University Press. ISBN: 978-1-5292-0618-0.
- HOCHSCHILD, Arlie Russell. The Sociology of Feeling and Emotions: Selected Possibilities. Em: Marcia MILLMAN e Rosabeth Moss KANTER, eds., *Another Voice: Feminist Perspectives on Social Life and the Social Sciences* [Em linha], Garden City, N.Y.: Anchor Books, 1975 [consult. 5 ag. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1475-682X.1975.tb00339.x>.
- HOCHSCHILD, Arlie, 1997. *The Time Bind: When Work Becomes Home and Home Becomes Work*, New York: Metropolitan Books. ISBN: 9780805044713.
- HOCHSCHILD, Arlie Russell. Global Care Chains and Emotional Surplus Value. Em: Will HUTTON e Anthony GIDDENS, eds., *On the Edge: Living with Global Capitalism*, 2000, p. 130–146. London: Jonathan Cape. ISBN-10: 0099273683.
- HOLLANDERS, Kay. *Geosocial Solidarity Initiatives. Leave it to the People*. Bachelor thesis in Geography, Planning and Environment. Radboud University [Em linha], 2019 [consult. 17 nov. 2020]. Disponível em: [https://theses.uibn.ru.nl/bitstream/handle/123456789/8575/Hollanders%2C\\_Kay\\_1.pdf?sequence=1](https://theses.uibn.ru.nl/bitstream/handle/123456789/8575/Hollanders%2C_Kay_1.pdf?sequence=1).
- HOLMES, Mary. An Equal Distance? Individualisation, Gender and Intimacy in Distance Relationships, the *Sociological Review*, [Em linha], 2004, 52 (2), p. 180-200 [consult. 16 nov. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-954X.2004.00464.x>.
- HOOKS, Bell, 1990, *Yearning, Race, Gender and Cultural Politics*. Boston, South End Press. ISBN: 978-0-8960-8386-8.
- HUNG, Carla. Sanctuary Squats: The Political Contestations of Piazza Indipendenza Refugee Occupiers. *Radical History Review* [Em linha], 2019 (135): 119-137 [consult. 7 set. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1215/01636545-7607872>.
- HYNDMAN, Jennifer, e Wenona GILES. *Refugees in Extended Exile: Living on the Edge*. New York: Routledge, 2017. ISBN 978-1-138-66973-4
- ICAZA, Rosalba. Decolonial Feminism and Global Politics: Border Thinking and Vulnerability as a Knowing Otherwise. Em: Marc WOONS and Sebastian WEIER, eds., 2017. Bristol: E- International Relations, p. 26–45. ISBN: ISBN 978-1-910814-22-2.
- INGOLD, Tim. Against Space: Place, Movement, Knowledge, Em: KIRBY, Peter Wynn, ed), *Boundless Worlds: An Anthropological Approach to Movement*. New York: Berghahn Books, 2009. ISBN: 978-1-84545-538-5.
- ISIN, Engin. Citizenship in flux: The figure of the activist citizen, *Subjectivity* [Em linha]. Palgrave Macmillan, 2009, 29 p. 367-388 [consult. 2 ag. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/sub.2009.25>.
- ISIN, Engin, e Greg M. NIELSEN, eds. *Acts of citizenship*. London: ZED, 2008. ISBN: 9781842779521.
- IVANCHEVA, Mariya e Stefan KRASSTEV. Eyes wide shut: il/legality and solidarity in housing struggles in (post)socialist Sofia and Caracas. *Focaal* [Em linha], 2019, 84, p. 18-32 [consult. 7 ag. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.3167/fcl.2019.840102>.
- JANMYR, Maja. The Effectiveness of Norway's Readmission Agreements with Iraq and Ethiopia. *International Migration* [Em linha], 2015 [consult. 31 out. 2019]. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/imig.12220>.

- JASPER, James M. *The art of moral protest: Culture, biography, and creativity in social movements*. Chicago: University of Chicago Press, 1997. ISBN: 978-0-226-39496-1.
- JASPER, James M. Emotions and Social Movements: Twenty Years of Theory and Research. *Annual Review of Sociology* [Em linha], 2011, 37(1), p. 285–303 [consult. 5 nov. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev-soc-081309-150015>.
- JASPER, James M. e Jane D. POULSEN. Recruiting strangers and friends: Moral shocks and social networks in animal rights and anti-nuclear protests. *Social Problems* [Em linha], 1995, 42, p. 493-512 [consult. 4 nov. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/3097043>.
- de JONG, Sara, e Ilker ATAÇ. Demand and Deliver: Refugee Support Organisations in Austria. *Social Inclusion* [Em linha] 2017, 5(3), p. 28-37 [consult. 23 set. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.17645/si.v5i3.1003>.
- JOORMANN, Martin. *Legitimized Refugees: A Critical Investigation of Legitimacy Claims Within the Precedents of Swedish Asylum Law*. Tese de doutoramento [Em linha], Lund University, 2019 [consult. 14 jul. 2020]. Disponível em: [https://portal.research.lu.se/portal/en/publications/legitimized-refugees\(4340f887-fdca-4732-a788-31786e572caa\)/export.html](https://portal.research.lu.se/portal/en/publications/legitimized-refugees(4340f887-fdca-4732-a788-31786e572caa)/export.html).
- JOORMANN, Martin. *Refugees and the violence of Welfare Bureaucracies. Social class, economic capital and the Swedish, German and Danish asylum systems*. Manchester University Press [Em linha], 2020 [consult. 31 out. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.7765/9781526146847.00009>.
- KALIR, Barak. Moving subjects, stagnant paradigms: can the mobilities paradigm transcend methodological nationalism? *Journal of Ethnic and Migration Studies* [Em linha], 2013, 39 (2), p. 311-327 [consult. 4 set. 2019]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1369183X.2013.723260>.
- KALIR, Barak. Departheid: the Draconian governance of illegalized migrants in western states, *Conflict and Society* [Em linha], 2019 (5), p.1-22 [consult. 5 set. 2019]. Disponível em: <https://doi.org/10.3167/arcs.2019.050102>.
- KALIR, Barak e Katerina ROZAKOU. Giving form to Chaos: the Futility of EU Border Management at Moria Hotspots in Lesbos. *Environment and Planning: Society and Space* [Em linha], 2016 [consult. 3 abr. 2019]. Disponível em: <https://hdl.handle.net/11245/1.546493>.
- KALLIUS, Annastiina. Solidarity in Transit. Em: Tegiye BIREY, Céline CANTAT, Ewa MACZYNSKA e Eda SEVININ, eds, *Challenging the Political Across Borders: Migrants' and Solidarity Struggles*, 2019, p. 246-267. Budapest: Center for Policy Studies, Central European University. ISBN: 978-963-386-007-6.
- KARAKAYALI, Serhat. Feeling the Scope of Solidarity: The Role of Emotions for Volunteers Supporting Refugees in Germany. *Social Inclusion*, 2017, 5(3): 7. DOI: 10.17645/si.v5i3.1008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17645/si.v5i3.1008>.
- KARAKAYALI, Serhat, e J. Olaf KLEIST. Volunteers and asylum seekers. *Forced Migration Review*, [Em linha], 2016, 51, p.65-67 [consult. 25 ag. 2020]. Disponível em: <http://www.fmreview.org/destination-europe/karakayali-kleist>.
- KASPAREK, Bernd. Routes, corridors, and spaces of exception: governing migration and Europe. Zone Books: *Near Futures Online* [Em linha], 2016 [consult. 21 set. 2019]. Disponível em: <http://nearfuturesonline.org/routes-corridors-and-spaces-of-exception-governing-migration-and-europe/>
- KEARNEY, Michael. The local and the global: the anthropology of globalization and Transnationalism, *Annual Review of Anthropology* [Em linha], 1995, 24, p. 547-565 [consult. 6 set. 2019]. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev.an.24.100195.002555>.
- KERSCH, Adam, e Joanna MISHTAL. Asylum in Crisis: Migrant Policy, Entrapment, and the Role of Non-Governmental Organisations in Siracusa, Italy. *Refugee Survey Quarterly* [Em linha], 2016 35(4), p. 97-121 [consult. 16 ag. 2020]. DOI: 10.1093/rsq/hdw017.

- KIRBY, Peter Wynn. Chapter 1, Lost in 'Space': An Anthropological Approach to Movement, Em KIRBY, Peter Wynn, ed., *Boundless Worlds: An Anthropological Approach to Movement*. New York: Berghen Books, 2009. ISBN: 978-1-84545-538-5.
- KLEINMAN, Arthur, Vena DAS, e Margaret M. LOCK, eds. *Social Suffering*. University of California Press, 1997. ISBN: 978-0-5202-0995-4.
- KLEINMAN, Sherryl. Opposing Ambitions: Gender and Identity in an Alternative Organization, *Social Forces*, 1996, 76 (4), p. 1574-1576. ISBN: 978-0-2264-4005-7.
- KHOSRAVI, Shahram. Sweden: Detention and Deportation of Asylum Seekers, *Race & Class* [Em linha], 2009, 50 (4), p. 38–56 [consult. 4 set. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1177%2F0306396809102996>.
- KHOSRAVI, Shahram. *"Illegal" traveller: pan auto-ethnography of borders*, 2010. London: Palgrave. ISBN: 978-0-230-28132-5.
- KHOSRAVI, Shahram. Waiting. Em: B. ANDERSON, e M. KEITH, Eds., *Migration: A COMPAS Anthology* [Em linha]. Oxford: COMPAS, 2014 [consult. 4 set. 2019]. Disponível em: <https://compasanthology.co.uk/waiting/>
- KHOSRAVI, Shahram. Deportation as a way of life for young Afghan men. Em: Richard FURMAN, Douglas EPPS e Greg LAMPHEAR, Eds., *Detaining the Immigrant Other*. Oxford: Oxford University Press, 2016, p. 169-181. ISBN: 978-0-1902-2257-4.
- KIHATO Caroline Wanjiku. *The "Containment Compact": The EU Migration "Crisis" and African Complicity in Migration Management*. South African Institute of International Affairs [Em linha], Occasional Paper nº 288, 2018 [consult. 29 jun. 2020]. Disponível em pdf: [https://media.africaportal.org/documents/saia\\_sop\\_288\\_Kihatu\\_20181003.pdf](https://media.africaportal.org/documents/saia_sop_288_Kihatu_20181003.pdf).
- KIHATO Caroline Wanjiku, e Loren B. LANDAU. Stealth humanitarianism: negotiating politics, precarity and performance management in protecting the urban displaced. *Journal of Refugee Studies* [Em linha], 2016, 30(3), p.407-425 [consult. 13 set. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/JRS/FEW031>.
- KING, Natasha. (2016) No Borders: the politics of immigration control and resistance, 2016. London: ZED. ISBN: 9781783604678.
- KING, Natasha. Radical Migrant Solidarity in Calais. Em: Reece JONES, ed., *Open Borders: In Defense of Free Movement* [Em linha]. Athens: University of Georgia Press, 2019, p.213–227 [consult. 4 jul. 2020]. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/j.ctt22nmc35>.
- KINMAN, Christopher J. *The River Carries that which the Mountains Cannot Hold. A Series of Geophilosophical Experiments with the Fraser River*. Doctoral Dissertation in Philosophy, Simon Fraser University, 2019.
- KIRMAYER, Laurence, Lavanya NARASIAH, Marie MUNOZ, Meb RASHID, Andrew G. RYDER, Jaswant GUZDER, Ghayda HASSAN, Cécile ROUSSEAU, e and Kevin POTTIE. Common mental health problems in immigrants and refugees: General approach in primary care. *Canadian Medical Association Journal* [Em linha], 2010, 183, p. 959-967 [consult. 14 dez. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1503/cmaj.090292>.
- KOBELINSKY, Carolina. *L'accueil des demandeurs d'asile: Une ethnographie de l'attente* [Em linha]. Le Cygne, 2010 [consult. 4 dez. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.3917/pro.319.0098>.
- KOTEF, Hagar. *Movement and the Ordering of Freedom: On Liberal Governances of Mobility*. London: Duke University Press, 2015. ISBN: 978-0-8223-5855-8.
- KOWAL, Emma. Time, indigeneity and white-racism in Australia. *The Australian Journal of Anthropology* [Em linha], 2015 [consult. 5 dez. 2020]. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/taja.12122>.
- LAILAW, James. For an Anthropology of Ethics and Freedom. *The Journal of the Royal Anthropological Institute* [Em linha], 2002, 8 (2), p.311–332 [consult. 5 out. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1467-9655.00110>.
- LAND, Clare, 2015. Decolonizing solidarity, Dilemmas and Directions for Supporters of Indigenous Struggles[e-book]. London: Zed Books. ISBN: 978-1-783-60173-8.

- LEMOS, André. Cultura da mobilidade, *Revista Famecos* [Em linha], 2009, 40, p. 28-35 [consult. 4 dez. 2020]. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/download/6314/4589/0>.
- LEVITT, Peggy, e Nina GLICK-SCHILLER. Conceptualizing simultaneity: a transnational social field perspective on society. *International Migration Review* [Em linha], 2004, 38 (3), p. 1002-1039 [consult. 26 set. 2020]. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/27645424>.
- LUTZ, Catherine. *Unnatural emotions: everyday sentiments on a Micronesian atoll and their challenge to Western theory*. Chicago: University of Chicago Press, 1988. ISBN: 9780226219783.
- MAITER, Sara, Laura SIMICH, Nora JACOBSON, e Julie WISE. Reciprocity: An ethic for community-based participatory action research. *Action Research* [Em linha], 2008, 6(3), p. 305-325 [consult. 5 dez. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1177%2F1476750307083720>.
- MALKKI, Liisa H. National geographic: the rooting of peoples and the territorialization of national identity among scholars and refugees. *Cultural anthropology* [Em linha], 1992, 7(1), pp. 24-44 [consult. 30 abr. 2019]. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/656519>.
- MALKKI, Liisa H. *Purity and Exile: Violence, Memory and National Cosmology Among Hutu Refugee in Tanzania*. Chicago: Chicago University Press, 1995a. ISBN: 978-0-2261-9096-9.
- MALKKI, Liisa H. Refugees and Exile: From Refugee Studies to the National Order of Things. *Annual Review of Anthropology* [Em linha], 1995b, 24, p. 495-523 [consult. 30 abr. 2019]. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev.an.24.100195.002431>.
- MALKKI, Liisa H. Speechless emissaries: refugees, humanitarianism, and dehistoricization. *Cultural Anthropology* [Em linha], 1996, 11(3), pp. 377-404 [consult. 30 abr. 2020]. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/656300>.
- MALKKI, Liisa. H. *The need to help: The domestic arts of international humanitarianism* [e-book]. Duke University Press, 2015. ISBN: 978-0-8223-7536-4.
- MARCUS, George E. Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography, *Annual Review of Anthropology* [Em linha], 1995, 24, p. 95-117 [consult. 4 jun. 2018]. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev.an.24.100195.000523>.
- MARCUS, George E. *Ethnography through Thick and Thin*. Princeton: Princeton University Press, 1998. ISBN: 978-0-691-00253-8.
- MARCUS, George E. Multi-sited ethnography. Five or six things I know about it now, Em: S. COLEMAN, S. e P. HELLERMANN, eds., *Multi-Sited Ethnography. Problems and Possibilities in the Translocation of Research Methods*. London, Routledge, 2011, p. 16-32. ISBN 9780415849012.
- MARTIN, Susan, Sanjula WEERASINGH, e Abbie TAYLOR, Eds. *Humanitarian Crises and Migration. Causes, consequences and responses*. London: Routledge, 2014. ISBN 978-0-4158-5732-1.
- MARTÍN-BARÓ, Ignacio. *Acción e ideología. Psicología social desde Centroamérica*. San Salvador: UCA Editores, 1983. ISBN 84-8405-051-3.
- MARTÍN-BARÓ, Ignacio. Guerra y salud mental. *Estudios Centroamericanos* [Em linha], 1984, 429/430, p. 503-514 [consult. 24 ag. 2020]. Disponível em: <http://www.papelesdelpsicologo.es/resumen?pii=585>.
- MARTÍN-BARÓ, Ignacio. Hacia una psicología de la liberación, Psicología sin Fronteras. *Revista Electrónica de Intervención Psicosocial y Psicología Comunitaria* [Em linha], 2006, 1 (2), p. 7-14 [consult. 24 ag. 2020]. Disponível em pdf: <https://www.redalyc.org/pdf/726/72610406.pdf>.
- MARTINIELLO, Marco e Andrea REA. The concept of migratory careers: Elements for a new theoretical perspective of contemporary human mobility. *Current Sociology* [Em linha], 2014, 62(7), p. 1079-1096 [consult. 5 out. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1177%2F0011392114553386>.
- MATSUBA, Kyle; Daniel HART, e Robert ATKINS. Psychological and Social-Structural Influences on Commitment to Volunteering. *Journal of Research in Personality* [Em linha], 2007, 41(4), p. 889-907 [consult. 20 nov. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jrp.2006.11.001>.
- MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a Dádiva*. Lisboa: Edições 70, 2008 [1924]. ISBN: 978-9-7244-1532-1.

- MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*, Trad. Marta LANÇA, 2ª ed. Lisboa: Antígona, 2017 [2013]. ISBN: 978-972-608-254-5.
- MBEMBE, Achille. *Políticas da Inimizade*, Trad. Marta LANÇA. Lisboa: Antígona. 2017 [2016]. ISBN: 978-972-608-289-7.
- MBEMBE, Achille. *Necropolitics* [e-book]. Duke University Press, 2019. ISBN: 978-1-4780-0722-7.
- McNEVIN, Anne. Political belonging in a neoliberal era: the struggle of the sans-papiers. *Citizenship studies* [Em linha], 2006, 10 (2), p. 135-151 [consult. 24 ag. 2018]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13621020600633051>.
- McNEVIN Anne. *Contesting Citizenship, Irregular Migrants and the New Frontiers of the Political*. New York: Columbia University Press, 2011. ISBN: 978-0-2311-5128-3.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Phénoménologie de la perception*. Gallimard, 1985. ISBN:2-07-029337-8.
- MEZZADRA, Sandro. Citizen and subject: a postcolonial constitution for the European Union? *Situations: Project of the Radical Imagination* [Em linha], 2006, Vol. 1, No. 2, pp.31–42 [consult. 13 set. 2020]. Disponível em: <http://ojs.gc.cuny.edu/index.php/situations/issue/view/3>.
- MEZZADRA, Sandro. The gaze of autonomy: Capitalism, migration and social struggles. Em: V. SQUIRE, ed., *The contested politics of mobility: Border zones and irregularity*. [Em linha]. New York: Routledge, 2010, p. 121-143 [consult. 5 nov. 2020]. Disponível em pdf: [http://www.mcrq.ac.in/development/draft\\_symposium/sandro.pdf](http://www.mcrq.ac.in/development/draft_symposium/sandro.pdf).
- MEZZADRA, Sandro, e Brett Neilson. *Border as Method, or, the Multiplication of Labour*. Duke University Press, 2008. ISBN: 978-0-8223-5487-1.
- MIGNOLO, Walter. *Local histories/global designs: coloniality, subaltern knowledges, and border thinking* [Em linha]. Princeton: Princeton University Press, 2000a [consult. 2 dez. 2020]. Disponível em: [www.jstor.org/stable/j.cttq94t0](http://www.jstor.org/stable/j.cttq94t0).
- MIGNOLO, Walter. The Many Faces of Cosmopolis: Border Thinking and Critical Cosmopolitanism, *Public Culture* [Em linha], 2000b 12 (3), p.721–748 [consult. 2 dez. 2020]. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/26217>.
- MISHRA, Pankaj. *Tempo de Raiva, Uma História do Presente*. Lisboa: Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2017. ISBN: 978-989-644-455-6.
- MITCHELL, Katharyne, e Matthew SPARKE. Hotspot geopolitics versus geosocial solidarity: Contending constructions of safe space for migrants in Europe, *Environment and Planning D: Society and Space* [Em linha], 2018, p. 1-21 [consult. 18 fev. 2019]. Disponível em: <https://doi.org/10.1177%2F0263775818793647>,
- MILLAN, Chiara. Emotions that Mobilise: The Emotional Basis of Pro-asylum Seeker Activism in Austria. Em: Donatella della Porta, ed., *Solidarity Mobilizations in the “Refugee Crisis” Contentious Moves*. Palgrave Studies in European Sociology, 2018, p. 183-208 [consult. 5 nov. 2020]. Disponível em: <https://www.worldcat.org/isbn/9783319717517>.
- MITROPOULOS, Angela. Autonomy, Recognition, Movement. Em: Erika BIDDLE, David GRAEBER, e Stephen SHUKAITIS, eds., *Constituent Imagination, Militant investigations// Collective Theorization*. Edinburgh: AK Press, 2007, p. 127-136. ISBN 978-1-904859-35-2. Disponível em pdf: <https://selforganizedseminar.files.wordpress.com/2011/08/shukaitis-graeber-constituent-imagination.pdf>.
- MUEHLEBACH, Andrea. *The Moral Neoliberal. Welfare and Citizenship in Italy*. Chicago Studies in Practices of Meaning. Chicago: The University of Chicago Press, 2012. ISBN: 978-0-226-54541-7.
- MUNT, Sally R. The personal, experience and the self. Em: MEDHURST, Andy, e Sally R. MUNT, eds., *Lesbian and gay studies: A critical introduction*. London: Cassell, 1997, p. 186-197. ISBN 0-415-91005-6.
- NAIL, Thomas. Violence at the Borders: Nomadic Solidarity and Non-Status Migrant Resistance Radical, *Philosophy Review*. 15 (1), p.241–257. ISBN: 1388-4441.

- NAIL, Thomas. The figure of the migrant [e-book]. Stanford: Stanford University Press, 2015. ISBN: 978-0-8047-9668-2.
- NAIL, Thomas. The Theory of the Border [e-book]. Oxford: Oxford University Press, 2016. ISBN: 978-01906-1865-0.
- NAIL, Thomas. Sanctuary, Solidarity, Status! Em: Reece JONES, ed., *Open Borders. In Defense of Free Movement*, Athens: University of Georgia Press [Em linha], 2018, p.23-34. [consult. 4 ag. 2019]. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/j.ctt22nmc35>.
- O'NEILL, Brian Juan. A hospitalidade e o estranho: o enigma do antropólogo dentro da Europa, Em: Jorge GASPAR et al., eds., *Portugal e a Europa, Identidade e Diversidade*, 1991. Lisboa: Edições Asa. ISBN: 972-41-0753-1.
- NETO, Pedro Miguel Mendes Pereira Figueiredo. *Um mundo em movimento: horizontes operativos entre refugiados e regressados angolanos (Campo de Meheba, Zâmbia)*. Tese de doutoramento [Em linha]. Lisboa: ISCTE-IUL, 2016 [consult. 3 out. 2020]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/11498>.
- NIXON, Rob. *Slow violence and the environmentalism of the poor* [Em linha]. Harvard University Press, 2011 [consult. 4 abr. 2019]. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/j.ctt2jbsgw.13>.
- NOLL, Gregor. Salvation by the Grace of State? Explaining Credibility Assessment in the Asylum Procedure. Em: Gregor NOLL, ed., *Proof, Evidentiary Assessment and Credibility in Asylum Procedures*. Leiden: Martinus Nijhoff, 2005, p. 197–214. ISBN: 9004140654.
- NOWRASTEH, Alex. Terrorism and Immigration: A Risk Analysis, *Cato Institute* [Em linha], 13 setembro, 2016, Policy Analysis nº 798, p. 1-28 [consult. 21 out. 2020]. Disponível em: <https://www.cato.org/publications/policy-analysis/terrorism-immigration-risk-analysis>.
- OKELY, Judith. Anthropology and autobiography. Em: Judith OKELY e Helen CALLAWAY, eds., *Participatory experience and embodied knowledge*, 1992, p.1-28. London: Routledge. ISBN: 978-0-2034-5053-6.
- OMOTO, Allen, Mark SNYDER, e Justin D. HACKET. Personality and Motivational Antecedents of Activism and Civic Engagement. *Journal of Personality* [Em linha], 2010, 78 (6), p. 1703-1734 [consult. 12 dez. 2020]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-6494.2010.00667.x>.
- PALLISTER-WILLKINS, Polly. The Humanitarian Politics of European Border Policing: Frontex and Border Police in Evros, *International Political Sociology* [Em linha], 2015, 9 (1), p. 53-69 [consult. 4 jul. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/ips.12076>.
- PAPADOPOULOS, Dimitris, Niham STEPHENSON, e Vassilis TSIANOS. *Escape Routes: Control and Subversion in the Twenty-first Century*. London: Pluto Press, 2008. ISBN: 978-0-745-32778-5.
- PAPADOPOULOS, Dimitris e Vassilis TSIANOS. After citizenship: Autonomy of migration, organisational ontology and mobile commons, *Citizenship Studies* [Em linha], 2013, 17(2): 178-196 [consult. 11 nov. 2020]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/13621025.2013.780736>.
- PAPADOPOULOS, Renos. Systemic challenges in a refugee camp. *Context, the Journal of the Association of Family Therapy* [Em linha], 2008, p. 16-19 [consult. 23 ag. 2020], disponível em <http://repository.essex.ac.uk/2040/>.
- PATICO, Jennifer. Chocolate and Cognac: Gifts and Recognition of Social Worlds in Post-Soviet Russia. *Ethnos* [Em linha], 2002, 67 (3), p. 345–368 [consult. 31 out. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/0014184022000031202>.
- PEZZANI, Lorenzo. Liquid Traces: Spatial practices, aesthetics and humanitarian dilemmas at the maritime borders of the EU. Tese de Doutoramento [Em linha]. London: Goldsmiths University of London, 2015 [consult. 11 jul. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.25602/GOLD.00012573>.
- PINA-CABRAL, João. The Mediterranean as a category of regional comparison: a critical view, *Current Anthropology*, 1989, 30 (3): 399-406 [consult. 12 jul. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/203758>.

- PINA-CABRAL, João, 2020. EASA 2020, 16th EASA Biennial Conference. New anthropological horizons in and beyond Europe. 20-24 julho 2020, Virtual Lisbon Conference. Disponível em: <https://easaonline.org/conferences/easa2020/index.shtml>.
- PITT-RIVERS, Julián. *Tres ensayos de antropología estructural. Contexto y Modelo. La Ley de la Hospitalidad. Derecho de Asilo y Hospitalidad Sexual em el Mediterraneo*. Espanha: Editorial Anagrama, 1973. ISBN:8433903500
- PLATEFORME CITOYENNE DE SOUTIEN AUX REFUGIÉS [PCSR], 2019. *Perles D'Accueil. Quand la solidarité s'organise*. Bruxelas: Mardaga. ISBN: 978-2-804-70681-4.
- PRIES, Ludger. *Refugees, civil society and the state: European experiences and global challenges*, Edward Elgar Publishing Limited, 2018. ISBN: 978-1-78811-652-7.
- PUSSETTI, Chiara. Quando o campo são emoções e sentidos. Apontamentos de etnografia sensorial, Em: Humberto MARTINS, e Paulo MENDES, eds., *Trabalho de Campo, Envolvimento e Experiências em Antropologia*. Lisboa: ICS, 2016, p. 39-56. ISBN: 978-972-671-374-6.
- RAKOPOULOS, Theodoros. Solidarity: the egalitarian tensions of a bridge-concept, *Social Anthropology* [Em linha], 2016, 24(2), p. 142-151 [consult. 29 set. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1469-8676.12298>.
- RANCIÈRE, Jacques. *Disagreement. Politics and philosophy*, Trans. Julie ROSE. Minneapolis: Minneapolis University Press, 1999. ISBN 978-0-8166-2845-2.
- REA, Andrea; Marco MARTINIELLO, Alessandro MAZZOLA, e Bart MEULEMAN, eds. *The Refugee Reception Crisis in Europe. Polarised opinions and Mobilisations*. Éditions de l'Université de Bruxelles, 2019. ISBN: 978-2-8004-1693-9.
- REDFIELD, Peter. Doctors, Borders, and Life in Crisis, *Cultural Anthropology* [Em linha], 2008, 20(3), p. 328-361 [consult. 3 set. 2018]. Disponível em: <https://doi.org/10.1525/can.2005.20.3.328>.
- REDFIELD, Peter e Erica BORNSTEIN, Erica, eds. *Forces of Compassion: Humanitarianism between Ethics and Politics*. Santa Fe: School for Advanced Research Press, 2011. ISBN: 1934-69-140-2.
- RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017. ISBN: 978-85-9530-073-6.
- RIBEIRO, Mário José Fernandes. *Políticas de acolhimento de refugiados recolocados em Portugal*. Tese de Mestrado em Sociologia [Em linha]. ISCTE-IUL, 2017 [consult. 23 set. 2018]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/14993>.
- RIGO, Enrica. Citizens despite borders: challenges to the territorial order of Europe, Em: Vicky SQUIRE, ed., *The Contested Politics of Mobility*. London: Routledge, 2011, p. 199-215. ISBN: 978-0-2038-3982-9.
- RIMMER, Phoebe. *Border Spectacle: The European Union Trust Fund for Africa*. Tese de Mestrado em Ciências Políticas, Public Policy and Governance. Amsterdam Institute for Social Science, 2019 [consult. 23 ag. 2020]. Disponível em pdf: [Rimmer\\_12259675.pdf](#).
- RIPPE, Klaus Peter. Diminishing Solidarity, *Ethical Theory and Moral Practice* [Em linha], 1998, 1 (3), p. 355-373 [consult. 2 set. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1023/A:1009965816147>.
- ROITMAN, Janet. *Anti-Crisis*. Duke University Press, 2013. ISBN: 978-0-8223-5527-4.
- ROSALDO, Michelle Z. Toward an anthropology of self and feeling, Em: Richard A. SHWEDER & Robert A. LeVINE, orgs, *Culture Theory. Essays on mind, self and emotion*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984 p. 137-157. ISSN 0873-6561.
- ROSENBERGER, Sieglinde, Verena STERN, e Nina MERHAUT, Eds. *Protest Movements in Asylum and Deportation*. IMISCOE Research Series: Springer International Publishing, 2016. ISBN: 978-3-030-09057-9.
- ROZAKOU, Katerina. The Pitfalls of Volunteerism. The Production of the New, European Citizen in Greece, *European Institute for Progressive Cultural Policies*, 2011 [consult. 3 out. 2017]. Disponível em: <https://eipcp.net/policies/rozakou/en/>.
- ROZAKOU, Katerina. The biopolitics of hospitality in Greece: Humanitarianism and the management of refugees. *American Ethnologist* [Em linha], 2012, 39 (3), p.562-577 [consult. 2 jan. 2018]. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1548-1425.2012.01381.x>.



- ROZAKOU, Katerina. Socialities of solidarity: revisiting the gift taboo in times of crises, *Social Anthropology* [Em linha], 2016a, 24 (2), 185-189 [consult. 5 set. 2019]. Disponível em: [Revhhttps://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1469-8676.12305](https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1469-8676.12305).
- ROZAKOU, Katerina. Crafting the Volunteer: Voluntary Associations and the Reformation of Sociality, *Journal of Modern Greek Studies* [Em linha], 2016b, 34 (1), p. 79-102 [consult. 5 set. 2019]. Disponível em: <http://doi.org/10.1353/mgs.2016.0014>.
- RUMFORD, Chris. Introduction: Citizens and borderwork in Europe. *Space and Polity* [Em linha], 2008, 12(1), p.1-12 [consult. 13 set. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13562570801969333>.
- Sabic, Selo Senada. *The Relocation of Refugees in the European Union. Implementation of Solidarity and Fear*, working paper [Em linha]. Zagreb: Friedrich Ebert Stiftung, 2017 [consult. 4 mai 2020]. Disponível em pdf: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/kroatien/13787.pdf>.
- SACRAMENTO, Octávio José Rio do. *Atlântico passional: mobilidades e configurações transnacionais de intimidade euro-brasileiras*. Tese de doutoramento [consult. 29 abr. 2019]. Lisboa: ISCTE-IUL, 2014. Disponível em: [www:<http://hdl.handle.net/10071/8790>](http://hdl.handle.net/10071/8790).
- SAGER, Alex. Ethics and Migration Crises, Em: Cecilia MENJIVAR; Marie RUIZ, e Immanuel NESS, Eds., *The Oxford Book on Migration Crisis*, 2019, p. 589-602. ISBN: 978-0-1908-5690-8.
- SAID, Edward W. *Orientalism*. London: Penguin, 1991 [1978]. ISBN: 0141187425.
- SALAZAR, Noel B. From local to global (and back): Towards glocal ethnographies of cultural tourism, Em: G. RICHARDS e W. MUNSTERS, eds., *Cultural tourism research methods*, 2010, p. 188-198 [consult. 4 dez. 2019]. Wallingford: CABI. Disponível em pdf: [From\\_local\\_to\\_global\\_and\\_back\\_Towards\\_gl.pdf](#).
- SALAZAR, Noel B. The power of imagination in transnational mobilities, *Identities: Global Studies in Culture and Power* [Em linha], 2011, 18 (6), p. 576-598 [consult. 3 nov. 2019]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1070289X.2011.672859>.
- SANTINHO, Cristina. *Quando Não Existe Uma Segunda Casa: Saúde dos Refugiados e Requerentes de Asilo Numa Perspectiva de Vulnerabilidade*. Associação GIS: Projeto nº 2008/FERIII/A2/01 Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/União Europeia, 2009 [consult. 3 abr. 2018]. Disponível em pdf: [https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/5921/1/Projecto\\_Estudo\\_Quando%20nao%20existe%20uma%20segunda%20casa.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/5921/1/Projecto_Estudo_Quando%20nao%20existe%20uma%20segunda%20casa.pdf).
- SANTINHO, Cristina. *Refugiados e Requerentes De Asilo Em Portugal: Contornos Políticos No Campo Da Saúde*. Tese de Doutoramento [Em linha]. Lisboa: ISCTE-IUL, Maio de 2011 [consult. 4 set. 2019]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/3512>.
- SANTINHO, Cristina. Afinal, que asilo é este que não nos protege? *Etnográfica* [Em linha], 2013, 17 (1): 5-29. [consult. 7 ag. 2019]. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/etnografica.2522>.
- SANTINHO, Cristina. Refugiados e sistemas de cuidado num contexto de crise. Em Antónia LIMA, ed., *Cuidar em momentos de crise: apoio, solidariedade e mutualidade*. Lisboa: Mundos Sociais: 2015, 35-57. ISBN: 978-989-8536-49-5.
- SANTINHO, Cristina. Mobilidade e imobilização espacial: Controle social e espacial dos refugiados, em Portugal. Em: Beatriz PADILLA, Joana AZEVEDO, e Thais FRANÇA, eds., *Migrações Internacionais e Políticas Públicas Portuguesas*. Lisboa: Mundos Sociais, 2017, p. 53-70. ISBN: 978-989-8536-62-4.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Universidade no Século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*. CES: Universidade de Coimbra [Em linha], 1999 [consult. 4 mai. 2019]. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidadedosecXXI.pdf>
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência, para um novo senso comum*. Porto: Afrontamento, 2000. ISBN: 978-8-5249-0738-8.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos da globalização, EM: B. S. SANTOS, org., *Globalização: Fatalidade ou utopia?* Porto: Afrontamento, 2001, p. 31-106. ISBN: 978-9-7236-0569-3.

- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003a. ISBN: 978-8-5200-0617-7.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as Ciências*, Porto: Edições Afrontamento, 2003b [1987]. ISBN: 978-9-723-60174-9.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, e César Rodríguez GARAVITO. Law, Politics, and the Subaltern in Counter-Hegemonic Globalization, Em: B. S. SANTOS e C. Rodríguez GARAVITO, orgs., *Law and Globalization from Below: Towards a Cosmopolitan Legality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1-26. ISBN: 978-0521-60735-3.
- SATO Leny, e Marilene Proença Rebello de SOUZA. Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em psicologia. *Psicologia USP* [Em linha] 2001, 12 (2), p. 29-47 [consult. 12 nov. 2019]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-65642001000200003>.
- SCHEEL, Stefan e Vicki SQUIRE. Forced Migrants as Illegal Migrants. Em: FIDDIAN-QASMIYEH, Elena Gil LOESCHER, Katy LONG e Nando SIGONA, eds., *The Oxford Handbook of Refugee and Forced Migration Studies* [Em linha]. Oxford: Oxford University Press, 2014, p. 188-199 [consult. 5 ag. 2020]. DOI: 10.1093/oxfordhb/9780199652433.013.0017.
- SCHEFF, Thomas J. *Microsociology: Discourse, emotion, and social structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1990. ISBN: 9780226736679.
- SCHEPER-HUGHES, Nancy. The Primacy of the Ethical: Propositions for a Militant Anthropology, *Current Anthropology* [Em linha]. The University of Chicago Press, 1995, 36 (3), p. 409-440 [consult. 1 fev. 2018]. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/i328022>.
- SCHNEIDER, Florian. Knocking Holes in Fortress Europe, *Mute* [Em linha], 2002, 1 (24) [consult. 4 dez. 2019]. ISSN: 1356-7748-24. Disponível em: <http://www.metamute.org/editorial/articles/knocking-holes-fortress-europe>.
- SCIURBA, Alessandra, e Filippo FURRI. Human Rights Beyond Humanitarianism: The Radical Challenge to the Right to Asylum in the Mediterranean Zone. *Antipode* [Em linha], 2017, 50 (3), p. 763-782 [consult. 11 nov. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/anti.12348>.
- SCOTT, James C. *Domination and the Arts of Resistance*. New Haven and London: Yale University Press, 1990. ISBN: 978-0-3000-5669-3.
- SHACHAR, Itamar, Johan VON ESSEN, e Lesley HUSTINX. Opening Up the “Black Box” of “Volunteering”: On Hybridization and Purification in Volunteering Research and Promotion, *Administrative Theory & Praxis* [Em linha], 2019, 41 (3), p. 245-265 [consult. 22 set. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10841806.2019.1621660>.
- SHELLER, Mimi. *Mobility Justice: The Politics of Movement in an Age of Extremes*. London; Brooklyn, NY: Verso, 2018. ISBN: 978-1-7887-3095-2.
- SHELLER, Mimi, e John URRY. Mobilizing the New Mobilities Paradigm. *Applied Mobilities* [Em linha], 2016, 1 (1), p. 10–25 [consult. 12 out. 2019]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/23800127.2016.1151216>.
- SHOEMAKER, Robert B. The London "Mob" in the Early Eighteenth Century. *Journal of British Studies*, [Em linha], 1987, 26 (3), p. 273-304 [consult. 7 jan. 2019]. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/175626>.
- SHOTT, Susan. Emotion and Social Life: A Symbolic Interactionist Analysis. *American Journal of Sociology* [Em linha], 1979, 84, p. 1217-1334 [consult. 21 set. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/226936>.
- SHOTTER, John. *Getting it: Witness-Thinking and the Dialogical--in Practice*. Hampton Press, 2011. ISBN: 978-1-6128-9035-7.
- SKODO, Admir. Lesson for the future or threat to sovereignty? Contesting the meaning of the 2015 refugee crisis in Sweden, *Manchester Openhive*, [Em linha]. Manchester University Press, 2020, p. 50-66 [consult. 11 ag. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.7765/9781526146847.00010>.
- SMITH, Adam. *The Theory of Moral Sentiments*. Indianapolis: Liberty Classics, 1976. ISBN: 978-0-86597-012-0.

- SMITH, Linda Tuhiwai. Decolonizing methodologies: Research and indigenous peoples, 2<sup>o</sup> ed. Zed Books, 2013. ISBN: 978-1-8481-3950-3.
- SNOW, David A. e Sarah A. SOULE. *A Primer on Social Movements*. Contemporary Societies Series, 2010. ISBN: 978-0393978452.
- SPINK, Peter Kevin. O Pesquisador Conversador no Cotidiano. *Psicologia e Sociedade* [Em linha], 2008, 20, p.70-77 [consult. 4 out. 2019]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822008000400010>.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *A Critique of Postcolonial Reason: Toward a History of the Vanishing Present* [Em linha]. Cambridge: Harvard University Press, 1999 [consult. 8 set. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/j.ctvj5f541>.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Can the Subaltern Speak? *Die Philosophin* [Em linha], 1988, 14 (27), p.42-58 [consult. 5 set. 2020]. ISBN: 0936-7586. Disponível em pdf: [http://abahlali.org/files/Can\\_the\\_subaltern\\_speak.pdf](http://abahlali.org/files/Can_the_subaltern_speak.pdf).
- STAVO-DEBAUGE, Joan. *Qu'est-ce que l'hospitalité ? Recevoir l'étranger à la communauté*. Liber, 2017. ISBN: 978-2-89578-606.
- STEIN, Barry N. The refugee experience: defining the parameters of a field of study, *International Migration Review* [Em linha], 1981, 15(1), p. 320-330 [consult. 6 mai 2018]. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2545346>.
- STEVENSON, Nick. Cultural Citizenship, Cosmopolitan questions. Open University Press: McGraw-Hill Education, 2003. ISBN: 978-0-3352-0878-4.
- STIERL, Maurice. Migrant Resistance in Contemporary Europe. London: Routledge, 2019. ISBN: 978-0-3675-2456-2.
- STIERL, Maurice. How should we study Europe's harmful migration policies? *Open Democracy* [Em linha], 29 de outubro de 2020 [consult. 11 dez. 2020]. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/en/can-europe-make-it/how-should-we-study-europes-harmful-migration-policies/>
- STOUT, Rowland. *Action*. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2005. ISBN 978-1-9026-8398-0.
- THOREAU, Henry David. *A Desobediência Civil. Defesa de John Brown*. Lisboa: Antígona, 4<sup>a</sup> ed., 2015 [1860]. ISBN: 978-972-608-012-1.
- TIAPA-BLANCO, Francisco Daniel. Colonialismo, Miradas Fronterizas y Desnaturalización de los Sustratos Epistemológicos del Eurocentrismo. *Revista Liminar, Estudios Sociales y Humanísticos* [Em linha], 2001, 17 (1), p. 114-126 [consult. 30 nov. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.29043/liminar.v17i1.649>.
- TICKTIN, Miriam. Where ethics and politics meet: the violence of humanitarianism in France. *American ethnologist* [Em linha], 2006, 33(1), p. 33-49 [consult. 11 ag. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1525/ae.2006.33.1.33>.
- TICKTIN, Miriam. *Casualties of care: Immigration and the politics of humanitarianism in France*. University of California Press, 2011. ISBN: 978-0-5202-6905-7.
- TICKTIN, Miriam. Where Ethics and Politics Meet: The Violence of Humanitarianism in France, *American Ethnologist* [Em linha], 2006, 33(1), p. 33-49 [consult. 24 set. 2019]. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3805315>.
- TICKTIN, Miriam. From Redundancy to Recognition: Transnational Humanitarianism and the Production of Nonmoderns. Em: REDFIELD, Peter e Erica BORNSTEIN, eds., *Forces of Compassion: Humanitarianism between Ethics and Politics*. Santa Fe: School for Advanced Research Press, 2010, p. 175-198. ISBN: 978-1-9346-9140-3.
- TICKTIN, Miriam. Thinking Beyond Humanitarian Borders, *Social Research: An International Quarterly* [Em linha], 2016, 83 (2), p. 255-271 [consult. 4 ag. 2018]. Johns Hopkins University Press. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/631162>.
- TITMUSS, Richard. *The Gift Relationship: From Human Blood to Social Policy*. New York: Pantheon Books, 1971. ISBN: 978-1565844032.

- TSIANOS, Vasilis, e Serhat KARAKAYALI. Transnational migration and the emergence of the European border regime: An ethnographic analysis, *European Journal of Social Theory* [Em linha], 2010, 13 (3), p. 373–387 [consult. 16 set. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1177%2F1368431010371761>.
- TSING, Anna Lowenhaupt. *Friction: An Ethnography of Global Connection*, Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2005. ISBN: 978-0-6911-2065-2.
- TURNER, Victor. Betwixt and between: the liminal period in rites of passage, Em: Louise Carlus MAHDI, ed., *Betwixt & Between: Patterns of Masculine and Feminine Initiation*. La Salle: Open Court, 1987 [1964], p.3-19. ISBN: 978-0812-69047-7.
- TURNER, Victor. Liminal to liminoid, in play, flow, and ritual: an essay in comparative symbology, *Mediações: Revista de Ciências Sociais*, [Em linha], 2012 [1974], 17 (2), p. 2014-257 [consult. 1 ag. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2012v17n2p214>.
- TURTON, David. Refugees forced resettlers and “other forced migrants”: towards a unitary study of forced migration, *New issues in refugee research* [Em linha], Working Paper 94, 2003 [consult. 5 set. 2018]. Geneva: UNHCR. Disponível em: <https://www.unhcr.org/research/working/3f818a4d4/refugees-forced-resettlers-other-forced-migrants-towards-unitary-study.html>.
- TYLER, Imogen, e Katarzyna MARCINIAK. Imigrant protest: An introduction. *Citizenship Studies* [Em linha], 2013, 17 (2), p. 143-156 [consult. 27 set. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13621025.2013.780728>.
- URRY, John. *Sociology Beyond Societies: Mobilities for the Twenty-First Century*. Londres: Routledge, 2000. ISBN: 978-0-4151-9089-3.
- URRY, John, 2007, *Mobilities*. Cambridge: Polity Press. ISBN: 978-0745-63419-7.
- VACCHIANO, Francesco. Fencing in the south: the Gibraltar area as a paradigm of the new border regime in the Mediterranean, *Journal of Mediterranean Studies* [Em linha], 2013, 22 (2), p.337-364 [consult. 23 set. 2018]. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/671627>.
- VACCHIANO, Francesco. Los hundidos y los salvados. Reflexiones sobre movilidad y frontera en tiempo de crisis. *Revista de Dialectología y Tradiciones Populares*, 2015a, 70 (2), p. 315-323. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/22286>.
- VACCHIANO, Francesco. Interdisciplinarity at work. Ethnopsychiatry, migration and the global subject. Em: BLOOM, Tendayi, e Parvati NAIR, ed., *Migration across Boundaries: Linking Research to Practice and Experience*. London: Ashgate Publishing, 2015b, p. 135-61. ISBN: 978-0-3675-6343-1.
- VACCHIANO, Francesco. On frequent flyers and boat people: notes on Europe, crisis, and human mobility. *APA: Society for Cultural Anthropology* [Em linha], 2016 [consult. 5 out. 2018]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/26220>.
- VACCHIANO, Francesco. On marginal inclusion: refugees at the fringes of citizenship in Portugal, Em: S. ABOIM, P. GRANJO, e A. RAMOS, Eds., *Changing societies: legacies and challenges. Vol. 1. Ambiguous inclusions: inside out, outside in*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018, p. 99-112 [consult. 24 jul. 2020]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/35589>.
- VACCHIANO, Francesco. Camouflaging borders: relocation, neglect and disciplines of emplacement in Portugal, *International Journal of Migration and Border Studies* [Em linha], 2019, 5 (4), p. 273-291 [consult. 6 ag. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1504/IJMS.2019.105806>.
- VALE DE ALMEIDA, Miguel. Direitos humanos e cultura: Velhas e novas tensões. *Análise Social* [Em linha], 2012, 205, xlvii (4), p. 957-970 [consult. 12 jul. 2020]. ISSN online: 2182-2999. Disponível em pdf: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aso/n205/n205a12.pdf>.
- VAN DER PLOEG, Irma. Biometrics and the body as information: Normative issues of the socio-technical coding of the body. Em: D. LYON, ed., *Surveillance as Social Sorting* [Em linha]. London: Routledge, 2003 [consult. 9 ag. 2020]. Disponível em pdf: <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.200.9254&rep=rep1&type=pdf>.

- VAN GENNEP, Arnold. *Les Rites de Passage*, 2ª ed. University of Chicago Press [Em linha], 1960 [1908], [consult. 12 ag. 2018]. Disponível em pdf: 978-0-226-62949-0\_course\_intro.pdf.
- VAN HEFFEN, Oscar, Walter Kickert, e Jacques Thomassen. *Governance in Modern Society. Effects, Change and Formation of Government Institutions*. Dordrecht: Springer, 2000. ISBN 978-94-015-9486-8.
- VAN REEKUM, Rogier. The Mediterranean: Migration corridor, border spectacle, ethical landscape. *Mediterranean Politics* [Em linha], 2016, 21(2), p.336-341 [consult. 4 jan. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13629395.2016.1145828>.
- VANDEVOORDT, Robin, e Gert VERSCHRAEGEN. Subversive Humanitarianism and Its Challenges: Notes on the Political Ambiguities of Civil Refugee Support, Em: FEISCHMIDT, Margit, Ludger PRIES, e Celine CANTAT, eds., *Refugee Protection and Civil Society in Europe*. London: Palgrave Macmillan, 2019, p. 101-128. ISBN 978-3-319-92740-4.
- VASUDEVAN, Alexander. *The Autonomous City: A History of Urban Squatting*. New York: Verso, 2017. ISBN: 978-1-7816-8786-4.
- VAUGHAN-WILLIAMS, Nick. The generalised bio-political border? Re-conceptualising the limits of sovereign power, *Review of International Studies* [Em linha], 2009, 35 (4), p.729–749 [consult. 27 set. 2019]. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40588071>.
- VAUGHAN-WILLIAMS, Nick. We are not animals! Humanitarian border security and zoopolitical spaces in Europe. *Political Geography* [Em linha], 2015, 45, p. 1-10 [consult. 27 set. 2019]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.polgeo.2014.09.009>.
- VESHI, Denard. The EU Regulatory Competition in Asylum Law. Central, *European Journal of Public Policy* [Em linha], 2020a, 14(1), p. 19-30 [consult. 23 nov. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.2478/cejpp-2020-0002>.
- VESHI, Denard. The definition of “refugee” in the 1951 Convention: some legal reflections, Em: KTOS, Agnieszka; Marta PATCHOCKA, e Aleksandra SZCZERBA-ZAWADA, eds., *European Union and its Values. Freedom, Solidarity, Democracy*. Polish European Community Studies Association. Warsaw: CeDeWu Sp z.o.o.:9-16, 2020b, p.61-71. ISBN: 978-83-8102-370-2.
- Vigh, Henrik E. Social death and violent life chances. Em: CHRISTIANSEN, Catrine, Mats UTAS, e Henrik E. VIGH, eds., *Navigating youth, generating adulthood social becoming in an African context*. Stockholm: Nordiska Afrikainstitutet, 2006, p. 31-60. ISBN 91-7106-578-4.
- de WAAL, Alex. Anthropology and the Aid Encounter, Em: MACCLANCY, Jeremy, ed., *Exotic No More: Anthropology in the Front Lines*, Chicago: The University of Chicago Press, 2002, p. 251-269. ISBN: 978-0-2265-0012-6.
- WALTERS, William. Acts of Demonstration: Mapping the Territory of (Non-) Citizenship, Em: ISIN, Engin F. e Greg M. NEILSON, eds., *Acts of Citizenship*. London: Zed Books, 2008, p. 182-205. ISBN: 978-1-8427-7952-1.
- WILKINSON, Iain, e Arthur KLEINMAN. *A Passion for Society: How We Think about Human Suffering*. California Series in Public Anthropology, University of California Press, 2016. ISBN: 978-0-5202-8723-5.
- WILLIAMS, Miriam J. Justice and care in the city: uncovering everyday practices through research volunteering. *Area* [Em linha], 2016, 48(4), p. 513-520 [consult. 15 set. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/area.12278>.
- WILSON, Richard Ashby, e Richard D. BROWN. Introduction, em: R.A. WILSON and R.D. BROWN, eds., *Humanitarianism and suffering. The mobilization of empathy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 1-28. ISBN: 978-0-5218-8385-6.
- WIMMER, Andreas, e Nina GLICK-SCHILLER. Methodological nationalism and beyond: nation-state building, migration and the social sciences, *Global Networks* [Em linha], 2002, 2 (4), p. 301-34 [consult. 7 jan. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1471-0374.00043>.
- ZAKARIÁS, Ildikó, e Margit FEISCHMIDT. We Are That In-Between Nation: Discourses of Deservingness of Hungarian Migrants Working in Institutions of Refugee Accommodation in Germany, Em: FEISCHMIDT,

- Margit, Ludger PRIES, e Celine CANTAT, Eds., *Refugee Protection and Civil Society in Europe*. London: Palgrave Macmillan, 2019, p. 301-334. ISBN 978-3-319-92740-4.
- ZETTER, Roger. Labeling Refugees: Forming and Transforming a Bureaucratic Identity. *Journal of Refugee Studies* [Em linha], 1991, 4(1), p. 39-62 [consult. 3 dez. 2018]. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/jrs/4.1.39>.
- ZIGON, JARRET. Morality: An Anthropological Perspective. *Journal of the Society for Psychological Anthropology* [Em linha]. Oxford: Berg, 2008 [consult. 5 out. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1548-1352.2009.01072.x>.
- ZIZEK, Slavoj. Against Human Rights. *New Left review* [Em linha], 2005, 34(34), p. 115-131 [consult. 2 set. 2020]. Disponível em: <https://newleftreview.org/issues/ii34/articles/slavoj-zizek-against-human-rights>.

## ANEXO A

### Lista de coletivos e plataformas solidárias consultados

Coletivos Solidários	Nacionalidade
Plateforme Citoyenne de Soutien aux Réfugiés (PCSR)	Bélgica
Fórum Refúgio	Portugal
Associação Comparte	Portugal
Lisbon Must Act	Portugal
Lisbon Project	Portugal
Refugees Welcome Portugal	Portugal
Speak.Social	Portugal
UREP	Portugal
Gent 4 Humanity	Bélgica
Cuistots Solidaires	Bélgica
ANAFE	França
HUBB	Portugal
Proactiva Open Arms	Espanha
PAFRAS Leeds	Reino Unido
Europe Must Act	Bélgica
We are a Welcoming Europe	Bélgica
Are you Syrious?	Croácia
Kisha Nyia	Itália
No Border Kitchen	Grécia
Aegean Boat Report	Grécia
Confinement et Abus Policier Belgique	Bélgica
Les Amis des Migrants Suedophones em France	França e Suécia
Amoureux vos Papiers	Bélgica
Help Refugees in Brussels	Bélgica
Don't send Afghans Back	Diáspora Afegã na Europa
Hosting in Paris for OFPRA and CNDA	França
Les Gillets Noirs	França
Coordinación Sans Papiers Belgique	Bélgica

Utopia 56	França
Community Support for Refugees in Belgium	Bélgica
Les Voisins Solidaires	Bélgica
Refugiés de la Chappelle em Lutte	França
Plateforme d'aide aux exilés em France	França
RISE- Refugees Ideas and Solutions for Europe	Grécia
Collectif des Afghans Sans Papiers	Bélgica
SINGA	França e Bélgica
CIRE	Bélgica



## ANEXO B

### Lista de instituições e projetos que fizeram parte do trabalho de campo

Nome	Atividades
Associação Crescer	Acolhimento e acompanhamento de refugiados na cidade de Lisboa
<i>“Living in a Different Culture”</i> (CRIA e ISCTE-IUL)	Curso destinado a refugiados e migrantes que desejem entrar na universidade, coordenado pela Prof <sup>a</sup> Cristina Santinho, em parceria com o CRIA e o ISCTE-IUL, nos anos letivos 2017-18 e 2018-19
<i>Lisbon Project</i>	Apoio solidário informal a refugiados, migrantes e requerentes de asilo na cidade de Lisboa
UREP	Associação de refugiados, apoio solidário informal à comunidade de refugiados e requerentes de asilo a nível nacional
Fórum Refúgio	Plataforma que integra 5 associações de refugiados, sediada em Lisboa
Associação Comparte	Apoio à integração de refugiados, através de uma metodologia de reciprocidade comunitária, envolvendo refugiados, como <i>prós da integração</i> , e decisores institucionais, para diálogo e melhoria das práticas de acolhimento
ACM/Projeto Mentores	Projeto de acompanhamento informal a refugiados e migrantes, coordenado pelo ACM
CPR	Instituição de acolhimento e acompanhamento a requerentes de asilo e refugiados, sediada na Bobadela
SPEAK Social/Casa do Impacto	Projeto de apoio à integração de estrangeiros, pela aprendizagem da língua e socialização. Aulas gratuitas de Português a refugiados/migrantes
Junta de Freguesia de São João da Talha	Apoio a refugiados através de parceria com CPR e UREP
Junta de Freguesia de Arroios	Projeto AURA, apoio social a refugiados e requerentes de asilo
CATR/JRS	Acolhimento e acompanhamento de refugiados na cidade de Lisboa
Estrela da Lusofonia	Associação de apoio social, sediada no Cacém parceria com Câmara Municipal de Sintra
Renovar a Mouraria	Associação comunitária, atividades de apoio social a migrantes e refugiados, atividades artísticas e recreativas, sediada no bairro da Mouraria, Lisboa

## ANEXO C

### Relatório Fórum Refúgio 2019



#### RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2019

#### Síntese

##### Introdução

O presente documento refere-se ao relatório de actividades do Fórum Refúgio Portugal. Este documento é particularmente importante tendo em conta a celebração do nosso primeiro ano de actividade.

Partilhamos, desta forma, os principais desafios e resultados alcançados nos últimos 12 meses. Ao mesmo tempo pretendemos reproduzir as vozes das Associações que constituem este Fórum Refúgio Portugal, em representação dos refugiados, e em estreita articulação com os nossos colaboradores das mais variadas áreas da sociedade civil e disciplinares. Tendo em conta a continuidade do trabalho realizado e perspectivando objectivos futuros para 2020, contamos aproveitar este relatório para, numa adenda futura, desenhar recomendações tendo em conta as temáticas-chave pluralmente debatidas nesta Assembleia Geral do Fórum Refúgio Portugal, em Dezembro de 2019 nomeadamente: acolhimento, cidadania, habitação, saúde, educação, empregabilidade, empreendedorismo, empoderamento, etc.

##### Objetivo:

Pensar nos caminhos possíveis para a construção da plena cidadania.

##### **Atividades**

Muito na linha das temáticas-chave apontadas, as actividades do Fórum Refúgio Portugal foram baseadas em:

##### **A. Atendimento descentralizado no Espaço de Co-work:**

- a) Grande parte da nossa atividade no Espaço Co-work consiste no tratamento e aconselhamento de questões relacionadas com os processos de integração e inclusão das pessoas em situação de refúgio;
- b) Contato com as mais variadas entidades da Sociedade Civil com o objectivo de identificar os mecanismos de apoio que já existem, procurando formas de acesso aos mesmos pelos refugiados;
- c) Uma das atividades chave no Espaço de Co-work é a prestação de auxílio a outros refugiados no desenvolvimento de tarefas fundamentais, nomeadamente na elaboração de curriculum vitae, entre outras.



## B. Contato com as diferentes comunidades das pessoas em situação de refúgio em Portugal

- a) A nossa presença no Espaço de Co-Work deu mais visibilidade ao trabalho das associações de refugiados e criou um vínculo direto entre os refugiados e as associações. Ajudamos a identificar, em primeira mão, as necessidades básicas dos refugiados encontrando meios de tentativa de resolução dos desafios que eles enfrentam nas suas vidas quotidianas.
- b) Facilitamos a comunicação e a compreensão linguística, através do domínio e consequente tradução de muitos idiomas, por parte dos membros das Associações. Também contamos com a ajuda periódica de voluntários académicos na resolução de vários problemas e desafios.

A proximidade cultural, linguística e emocional permite-nos criar níveis de empatia mais elevados relativamente a situações complexas e de resolução nem sempre fácil.

Baseado nisto, as atividades desenvolvidas pelo Fórum Refúgio Portugal, em 2019 referem-se ao acesso:

- à língua portuguesa, considerada pelos refugiados como a principal «chave» para a sua inclusão na Sociedade Portuguesa,
- ao emprego, crucial para obter rendimento individual e/ou familiar,
- à habitação, incidindo no tema da moradia condigna,
- à saúde e qualidade de vida,
- à documentação, isto é, a títulos que favoreçam o acesso legal dos refugiados aos serviços disponíveis em Portugal.

### 1. Língua portuguesa:

- a) No quadro do Fórum Refúgio Portugal mediámos e/ou proporcionámos o acesso de refugiados a vários cursos de língua portuguesa, relativos a diversos níveis de ensino/aprendizagem:

Aula Portugues A1 e A2	4 pessoas	Na Freguesia de Arroios
Ensino de Português Académico	1 pessoa	Faculdade de Letras, Lisboa

- b) Iniciamos também uma atividade pós-escolar para crianças na freguesia de São João da Talha para ajudar as crianças com os trabalhos escolares (dificuldade sentida pelos pais por ausência do domínio da língua portuguesa).
- c) Neste momento, outras iniciativas relacionadas com a aprendizagem e o acesso à língua portuguesa encontram-se em curso e/ou em fase de resposta, estando a ser acompanhadas pelos nossos colaboradores internos e/ou externos. Ex: aulas



# Fórum Refúgio

Humanity First

Integrating Together

informais onde traduzimos palavras e textos e colocamos na nossa página online, que poderão, igualmente, servir como exercícios práticos para quem necessitar.

## 2. Emprego

a) No quadro do Fórum Refúgio Portugal mediámos e/ou proporcionámos o acesso a várias oportunidades de emprego, referentes a várias áreas de atividade.

De notar que conseguimos 28 postos de trabalho com contrato em 2019, nas seguintes áreas:

- Restauração / Café
- Industrial de Tomate
- Trabalho de armazém
- Manipulação de aves de capoeira
- Hotelaria
- *Call center*

Em alguns casos (nomeadamente na área de Aves de capoeira, os refugiados (6 pessoas) não exerceram a actividade para a qual foram inicialmente contratados, pelo que tiveram que deixar o trabalho depois dos primeiros 6 meses de contratação.

22 pessoas permanecem no emprego até à presente data.

## 3. Habitação

No quadro do Fórum Refúgio Portugal procurámos e/ou mediámos o acesso à habitação, quer para refugiados enquadrados dentro do programa de recolocação ou reinstalação Europeia, quer para refugiados espontâneos.

No primeiro caso ajudámos várias instituições acolhedoras na busca de alternativas acessíveis e condignas na Área Metropolitana de Lisboa e Loures.

Também colaborámos no acesso à habitação para refugiados recolocados ou reinstalados após o período inicial de 18 meses de apoio institucional.

Tratando-se o acesso à habitação de um problema estrutural da sociedade portuguesa na actualidade, são inúmeros os casos de pedido de apoio de refugiados que nos chegam e, também, imensas as dificuldades de resposta. Neste contexto, algumas Associações do Fórum Refúgio procuraram colmatar alguns dos problemas, como por exemplo a necessidade de existência de fiador em caso de arrendamento, assumindo esse papel e responsabilidade.



# Fórum Refúgio

Humanity First

Integrating Together

## 4. Saúde

No quadro do Fórum Refúgio Portugal procurámos e/ou mediámos o acesso à saúde, através do acompanhamento dos refugiados a consultas médicas diversas, ao abrigo do Serviço Nacional de Saúde. Sublinhamos, neste contexto, a necessidade de acompanhamento feminino ou masculino consoante o género do/a paciente, tendo em conta as diferentes restrições religiosas e/ou culturais dos utentes e a inerente dificuldade de comunicar com os médicos. Por outro lado, destacamos que os requerentes de asilo (espontâneos) em Portugal nem sempre se encontram inscritos no referido Serviço Nacional de Saúde pelo que não têm acesso à saúde, a não ser quando a sai inscrição é intermediada por técnicos ou voluntários. Um dos problemas assinalados pelos requerentes de asilo foi a recusa de inscrição em centros de saúde que passaram a ser USF (e atingiram o limite de beneficiários previstos). Outro problema frequente é o desconhecimento, por parte dos técnicos de atendimento nos centros de saúde, da lei de asilo e dos direitos garantidos aos requerentes em território nacional. Assim, alguns técnicos registaram requerentes de asilo como migrantes, sem acesso a todos os direitos e garantias previstos na lei 117/2014 de 29 de Novembro, artigo 4, linha N.

## 5. Educação

Ao longo de um ano de trabalho com requerentes de asilo e refugiados, verificamos algumas carências e dificuldades quer no acesso à educação quer no acompanhamento das pessoas que integram estabelecimentos de ensino em Portugal.

Relativamente ao ensino primário, verificamos que muitas crianças não são admitidas nas escolas logo que chegam ao território nacional (em alguns casos porque as escolas determinam que, após o início do ano letivo, já não existem condições de acolhimento para novas crianças). Quando já estão integradas nas escolas, muitas crianças não são acompanhadas de forma específica, que garanta uma especial atenção ao ensino do português e à integração da família na comunidade de pais e educadores.

Quanto ao ensino secundário, raramente encontramos casos de refugiados e requerentes de asilo que, manifestando vontade de continuar os seus estudos, sejam apoiados a fazê-lo. A maioria dos jovens é, pelo contrário, aconselhada a fazer cursos de formação ou a procurar trabalho pelas suas instituições de acolhimento. As instituições de acolhimento que procuram facilitar o acesso, por outro lado, reportam obstáculos nos critérios de admissão bem como no acompanhamento aos jovens em meio escolar.

Finalmente, no que toca ao acesso ao ensino superior, a Lei 62/2018 padronizou o direito de acesso para refugiados, mas deixou uma *área cinzenta* no que diz respeito à definição das regras específicas de admissão e avaliação de candidatos. Esta omissão tem gerado confusão e critérios muito díspares, entre universidades. Até julho de 2019, ainda havia estudantes refugiados à espera que as universidades às quais pretendiam candidatar-se determinassem as condições de acesso para o ano letivo 2019/2020. As dúvidas foram



# Fórum Refúgio

Humanity First

Integrating Together

diversas, mas destacamos o idioma dos testes de avaliação, os critérios de reconhecimento de diplomas e o acesso à isenção de propinas/apoio social como as mais frequentemente expressas pelos candidatos. Por outro lado, os alunos refugiados que frequentam o ensino superior reportam deficits importantes no acompanhamento e adaptação das universidades às suas necessidades específicas.

## 6. Documentação

No quadro do Fórum Refúgio Portugal procurámos e/ou mediámos a concessão de documentação. Nomeadamente, nos títulos de residência para refugiados recolocados ou reinstalados, ou para requerentes de asilo.

De um total de 57 títulos pedidos no primeiro trimestre de 2019, 23 títulos foram atribuídos instantaneamente.

Neste contexto, fomos confrontados com múltiplas dificuldades ao longo do ano, no que se refere à atribuição e/ou renovação destes documentos.

### *O caso dos requerentes de asilo Afegãos*

O Fórum Refúgio é signatário, em conjunto com outros membros da sociedade civil, de uma petição que deu entrada na Procuradoria Geral da República em Novembro de 2019; em que se solicita ao Sr. Procurador uma análise da aplicação «automática» do regulamento de Dublin, por parte do SEF, a requerentes de asilo afegãos que viram o seu pedido de asilo recusado na Suécia, em condições irregulares. Se é certo que, ao abrigo do regulamento de Dublin, as autoridades portuguesas podem proceder ao pedido de retoma a cargo ao primeiro país em que o requerente pediu asilo, o SEF deve ter em atenção o nº 2 do artigo 3º do Regulamento Dublin, que estabelece a obrigação dos Estados-membros verificarem a existência, ou não, de falhas sistémicas no país que aceita a retoma a cargo dos requerentes de asilo ou proteção internacional. Esta situação foi ainda comunicada à nova Secretária de Estado para as Migrações, bem como a diversos deputados e deputadas com assento Parlamentar.

## 7. A questão do *retorno*

A questão do retorno é um assunto que nos tem merecido muita atenção. Pretende-se identificar melhor este problema e, se necessário, preparar o retorno das pessoas que abandonaram o programa e agora querem voltar para Portugal.

A falta de acompanhamento adequado, a ausência de um intérprete ou alguém específico a quem recorrer, está a ser um motivo de abandono do programa. Muitos destes casos ocorrem fora de Lisboa, pelo que a situação se torna ainda mais difícil.

As instituições de acolhimento dizem que uma vez que saiam do país, os refugiados ficam excluídos do programa. Concluimos que muito pouco tem sido feito por parte destas instituições para ajudá-los na reinserção no programa e na sociedade, através dos



# Fórum Refúgio

Humanity First

Integrating Together

mecanismos que estão previstos (através do apoio social da Segurança Social e da Santa Casa da Misericórdia).

O Espaço Co-Work tem estado a acompanhar alguns destes casos.

## **NECESSIDADE DE IDENTIFICAÇÃO INEQUÍVOCA DAS INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO INICIAL**

Para melhor acompanhar os casos dos «retornos», é necessário identificar as instituições de acolhimento inicial. Contudo, muitas vezes, é difícil identificar ou contactar estas instituições porque a comunicação entre as mesmas e os próprios refugiados é praticamente inexistente, sendo que os próprios refugiados não sabem qual a instituição responsável pelo seu enquadramento. Por outro lado, as instituições recusam-se a falar connosco, apesar de sermos um recurso facilitador na mediação.

Não existe nenhuma legislação que implique a perda de direitos a um requerente de asilo ou refugiado que abandonou o seu programa de integração no primeiro país de acolhimento.

Ao abrigo do Regulamento de Dublin, deve ser feita a transferência dos requerentes de asilo e refugiados para o país de acolhimento inicial (se este aceitar a retoma a cargo e garantir o cumprimento dos direitos e garantias inscritos na Convenção de Genebra). Mas ao aceitar a retoma a cargo, o país assume toda a responsabilidade na reintegração dos refugiados/requerentes que regressam.

Tendo em conta estes fatos, consideramos que a forma de tratamento das pessoas que se encontram nesta situação deve ser repensada e reajustada.

No nosso contacto diário com requerentes de asilo e refugiados, observamos também que a relação entre refugiados e instituições de acolhimento, em muitos casos, se está a deteriorar, o que requer medidas concretas de restabelecimento da confiança, facilitando a integração dos beneficiários nos programas. Para tal, propomos as seguintes medidas:

- Contato com instituições de acolhimento deve ser garantido aos refugiados, mesmo depois do programa de integração terminar, caso dele continuem a necessitar;
- Garantia de acompanhamento holístico, incluindo apoio jurídico, social, psicológico, procura de casa, procura de emprego, acesso ao ensino básico, secundário e/ou superior, etc

Medidas institucionais (ao nível da celeridade da documentação, do processamento de subsídios, dos procedimentos que garantem o acesso a um contrato de habitação, das regras e condições de acesso à empregabilidade; das condições de acesso ao ensino básico, secundário e superior) devem ser revistas e reforçadas.



# Fórum Refúgio

Humanity First

Integrating Together

## VIDAS DAS FAMILIAS REFUGIADAS

Questões relativas à separação de famílias refugiadas com problemas já identificados:

- Devemos, no instante da chegada ao território nacional, informar os refugiados sobre os seus direitos e deveres na sociedade portuguesa; e os direitos fundamentais e leis que governam a mesma.
- Precisamos de informar e sensibilizar os refugiados sobre os mecanismos legais nacionais, de modo a prevenir a separação das famílias como forma de resolução de problemas familiares.
- O acompanhamento e resolução de alguns casos, por parte das instituições tem constituído, para nós, uma grande preocupação. As instituições (através dos seus técnicos), enquanto primeiro contato com os refugiados, devem mediar amigavelmente as partes em eventual conflito, tentando resolver os problemas que surjam no contexto familiar, sem julgamentos morais ou culturais. Atribuimos parte destes conflitos aos difíceis e desadequados processos de integração (sem cumprimento das necessidades básicas de dignidade), com consequências psicológicas graves para os refugiados e respectivas famílias. Existem provas concretas das condições de vida em que são colocadas muitas famílias.

## **INICIATIVAS Do Fórum Refúgio**

### 8. Conferência «Empoderamento das Mulheres Refugiadas»

apresentada na Universidade Católica do Porto, em Abril de 2019, com o objectivo de promover a relação entre mulheres, contribuindo para a sua integração, empoderamento e inclusão na sociedade.

### 9. Apoio de Emergência

Por vezes, conseguimos donativos materiais, como produtos alimentares, que distribuimos pelas famílias que nos procuram. Mas muitas vezes, na ausência de donativos, têm sido os próprios dirigentes das Associações que pagam, do seu próprio bolso, alimentos necessários à subsistência de indivíduos e famílias refugiados, até que estes voltem a receber os seus subsídios.

- Fornecemos alimentos e outros artigos de necessidade básica para crianças (bebés)

- Pagamos receitas médicas a algumas famílias que se encontram sem dinheiro





# Fórum Refúgio

Humanity First

Integrating Together

## 10. Desafios

Tendo em conta a muita e excessiva burocracia instalada no país, nos seus serviços e instituições, em diversas áreas de atuação, identificámos dificuldades múltiplas no desenvolvimento do trabalho associativo em torno do acesso dos refugiados aos mais variados direitos;

Tendo em conta o modelo de dispersão territorial dos refugiados recém-chegados a Portugal, tal como especificado no quadro dos programas de recolocação e reinstalação, verificámos uma maior dificuldade em atender às questões e necessidades dos refugiados situados nas áreas rurais. Todavia, estas existem, sendo muitas vezes muito expressivas, pelo que muitos destes refugiados solicitam a nossa ajuda remota, sobretudo na resolução de conflitos e busca de alternativas;

Tendo em conta a falta de recursos financeiros canalizados pela e para a nossa actividade associativa, nomeadamente no que se refere à remuneração dos nossos membros-trabalhadores, em prol da defesa dos direitos dos refugiados, e/ou ao desenvolvimento de projectos específicos que contribuam para a integração de refugiados em Portugal; a nossa capacidade de acção permanece limitada às contribuições feitas em regime de voluntariado. Porém, outras instituições auto-financiadas e/ou beneficiárias de financiamento externos estão a beneficiar-se deste regime de voluntariado, sobretudo quando se socorrem das associações do Fórum Refúgio e dos seus colaboradores para desenvolver actividades específicas, necessitando, neste contexto, de mediadores culturais e/ou tradutores;

Tendo em conta as carências dos refugiados em Portugal, na actualidade, destacamos como necessidades de emergência: (1) alimentação e (2) medicação. Relativamente à primeira, algumas iniciativas da sociedade civil de recolha de alimentos têm sido importantes, todavia não configuram solução para o problema estrutural. A questão da falta de medicação está relacionada com o problema mais abrangente do (in)acesso à saúde em Portugal.

Observações sobre a resolução das problemáticas identificadas nos atendimentos:

Conseguimos, através da nossa redes de contatos, resolver alguns das questões que chegam à nossa frente e pretendemos alargar o apoio ao todos os refugiados do território nacional e é por isto que as logísticas de linha telefónica, web e pagina de rede social, em nome do Espaço Co-Work, podem facilitar o atendimento.

Para facilitar o acompanhamento de refugiados em Portugal, é necessária uma metodologia de trabalho coletiva, formalizada entre todas as partes envolvidas, com o objectivo de partilhar ideias e ações para a resolução dos casos dos refugiados. A articulação e coordenação interinstitucional na resolução das problemáticas parece ser a chave para dar resposta às questões que vão surgindo.

Muitas vezes as pessoas, na busca de resolução dos desafios que enfrentam, tentam falar com várias instituições de modo desarticulado, porque necessitam de respostas imediatas. O nosso objectivo é contribuir de forma estrutural e articulada para a facilitação dos processos de integração das pessoas em situação de refúgio em Portugal. Pretendemos que os responsáveis institucionais nos providenciem as ferramentas de



# Fórum Refúgio

Humanity First

Integrating Together

trabalho adequadas, nomeadamente para a resolução de casos urgentes e de emergência. Contamos com a partilha de informação na resolução dos problemas de forma articulada, de modo a evitar lapsos graves.

Devemos preparar articuladamente e no imediato, o futuro do Espaço Co-Work para que o mesmo permaneça aberto e apto para atender as necessidades dos refugiados. Deveremos garantir a permanência de pelo menos uma pessoa diariamente nos atendimentos e encaminhamento de casos.

O Espaço atingiu alguns sucessos no primeiro trimestre do ano, apesar das dificuldades que enfrentamos. Pretendemos manter e melhorar o mesmo espírito colaborativo para que possamos dar resposta às necessidades dos refugiados. Para atingir os objetivos a que nos propomos, necessitamos melhorar as condições de atendimento, de forma estruturada, com o apoio dos responsáveis.

Agradecemos os contributos de todos para os trabalhos que já estão a ser desenvolvidos, para uma melhor e plena integração das pessoas em situação de refúgio em Portugal. Pretendemos continuar a trabalhar, articuladamente, com todos, para a construção de uma plena cidadania de todos os refugiados em Portugal.

Lisboa, 12 de Dezembro de 2019



## ANEXO D

Estatutos atribuídos, por nacionalidade, em Portugal, 2019 (Fonte: OM 2020)

País de Origem	Estatuto de Refugiado	Proteção Subsidiária
Síria	206	522
Eritreia	182	
Iraque	83	142
Sudão	55	
Sudão do Sul	40	
Ucrânia		433
Paquistão	30	89
Guiné		81
Irão	26	
Costa do Marfim	21	16
República Dem. do Congo		44
Somália		21
Sri Lanka		25
Colômbia		25
Serra Leoa	16	
Etiópia	15	
Outras nacionalidades	163	184
<b>Totais</b>	<b>837</b>	<b>1590</b>